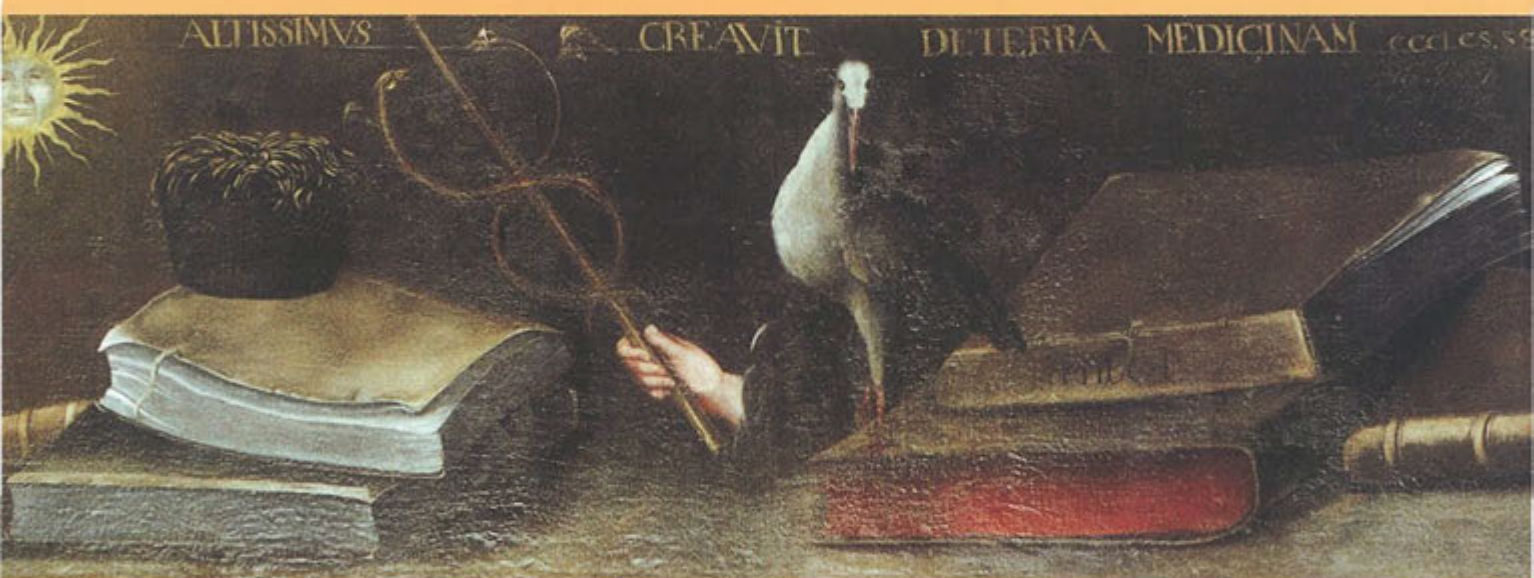


Orações de Sapiência

da

Faculdade de Medicina

1845-2000



Coimbra • Imprensa da Universidade • 2001

(Página deixada propositadamente em branco)

Orações de Sapiência

da

Faculdade de Medicina

1845-2000

(Página deixada propositadamente em branco)

Orações de Sapiência

da

Faculdade de Medicina

1845-2000



Coimbra • Imprensa da Universidade • 2001

Coordenação editorial

Imprensa da Universidade de Coimbra

Coordenadores da edição

António Abel Garcia Meliço-Silvestre

Duarte Nuno Pessoa Vieira

Maria João Padez Meireles Ferreira de Castro

Concepção gráfica

António Barros

Execução gráfica

Gráfica de Coimbra, Lda.

Palheira - Assafarge

3006 Coimbra Codex

Ilustração da capa

Insignias Doutorais de Medicina,

sobreporta pintada por João Vidal, 1701,

Sala do Exame Privado, Paço das Escolas da Universidade de Coimbra.

Foto Varela Pécurto, 2001

ISBN

972-98225-8-1

Depósito Legal

166341/01

© 2001, Imprensa da Universidade de Coimbra

Obra publicada
com o patrocínio exclusivo da
Fundação Bissaya Barreto



nota prévia

(Página deixada propositadamente em branco)

«O Reitor, & Lentes, com toda a folennidade acoftumada, charamellas & trombetas diante, irão defta Capella pera a falla: onde o Cathedratico de Prima de Theologia ferá obrigado per fi, ou por hũa peffoa graue, & de talento, a fazer hũa oração que fe chama Principio, em louuor das Sciencias, & exortação dos ouuintes ao eftudo dellas; ... ». Assim se referem os Estatutos da Universidade de 1654 à Oração de Sapiência (na época designada Oração de Princípio) que, já anteriormente e desde então, é anualmente proferida na cerimónia de Abertura Solene do Ano Académico da Universidade de Coimbra.

Tradição secular profundamente enraizada na memória dos tempos, terá tido a sua origem na doação de uma tença de dez marcos de prata, feita pelo Infante D. Henrique à Universidade, com a obrigação do Lente de Prima de Teologia evocar anualmente a sua memória. Com o correr dos anos passou a envolver o louvor das ciências, deixando também de ser encargo exclusivo do Catedrático de Teologia para, por regime de turno, passar a constituir incumbência do decano das diversas Faculdades que, no decurso da História, foram surgindo no seio da Universidade. Fórmula equilibrada esta, como escreveu Quaresma Lobo, «que consubstancia simultaneamente um princípio de responsabilidade (dos mais antigos na dignidade formal do Saber) e um princípio de igualdade (na importância, das diversas Ciências)».

Entre 1845 e o ano 2000, vinte e cinco orações foram proferidas por professores da Faculdade de Medicina. Com excepção da que pronunciou em 1860 o Professor Doutor António Oliveira de Silva Gaio, Lente de Medicina Legal, foi possível reunir os textos de todas as outras, na sequência de múltiplos e variados esforços envolvendo pesquisas na Biblioteca Geral e no Arquivo da Universidade de Coimbra, na Biblioteca da Faculdade de Medicina de Coimbra e na

Biblioteca Municipal de Coimbra, bem como contactos com familiares e herdeiros de alguns dos oradores.

A leitura das orações coligidas neste volume é particularmente interessante. Reflete claramente a evolução socio-política verificada em cada momento histórico dos últimos 150 anos, bem como a evolução científica entretanto ocorrida. É assim que vemos desaparecer o laudatório inicial à Família Real e à Rainha D. Maria Pia (cujo aniversário - 16 de Outubro - coincidia com a data de abertura solene das aulas) e que, progressivamente, assistimos à transição do elogio das Ciências em geral, para o elogio de áreas cada vez mais específicas da própria Medicina, habitualmente as cultivadas pelo decano a quem era cometida a oração. É assim também que constatamos ter sido esta tradição interrompida por diversas vezes (só no século XX, foram trinta e quatro os anos sem solenidades), na sequência de convulsões diversas, entre as quais assumiram particular relevância a implantação da República e a crise académica de 1969 (resultando aliás desta última um período consecutivo de onze anos sem abertura solene).

Os textos das orações mais antigas encontravam-se em latim, língua em que na época eram proferidas, tendo sido considerado oportuno incluir nesta edição o texto original e, simultaneamente, a respectiva tradução, garantindo-se assim que o leitor possa saborear o legado de todos estes Mestres. Manteve-se também a grafia original de cada um dos textos.

As páginas seguintes são, indiscutivelmente, páginas de ouro da História da Faculdade de Medicina de Coimbra. Testemunham a sabedoria dos seus Mestres, de alguns cuja memória já se encontrava esbatida pela poeira dos anos, e de outros ainda particularmente próximos dos nossos corações. São páginas no zénite da sabedoria, todas elas marcantes e actuais, vincando a ideia de uma ligação forte à instituição que os fez homens, e à qual dedicaram o melhor do seu valor, a sua superior cultura, a sua ímpar dignidade, impregnando-a do prestígio que deles irradiava. São Mestres que constituíram exemplos de cultura de Escola, de uma cultura que deve continuar a ser hoje e cada vez mais, alicerce do conhecimento, pese embora as múltiplas contingências da época em que vivemos, sempre em contínua e profunda mutação.

Vimos de um século que marcou o homem, em que a ciência o aproximou mais da verdade (nunca contudo revelada); estamos no início de um novo milénio, no auspicioso raiar de um mundo que se pretende renovado, pleno de solidariedade e de saber. Que os exemplos que aqui ficam, testemunho de um passado que constitui motivo de orgulho, sirvam de inspiração a todos

quantos estão empenhados na concretização do presente e aos que vierem a ter responsabilidades na construção do futuro.

Manifestamos à Imprensa da Universidade, na pessoa do seu Director, Professor Doutor Fernando Regateiro, o agradecimento sincero pelo acolhimento e entusiasmo que dispensou a esta obra, aceitando promover a sua publicação. Ninguém melhor para preservar a memória da Universidade e das suas Escolas, do que a sua própria Imprensa!

Agradecemos também penhoradamente à Senhora Professora Doutora Helena Costa Toipa a inestimável e pronta colaboração na tradução dos originais em latim, bem como o cuidado posto na sua revisão pelo Senhor Professor Doutor Francisco Oliveira. O nosso reconhecimento estende-se ainda à Senhora D. Maria da Conceição Simões pelo empenho com que procedeu à revisão das provas tipográficas.

A todos os familiares, aos serviços e às instituições que nos facultaram fotografias, bem como a todos quantos de alguma forma nos ajudaram, manifestamos o nosso profundo reconhecimento.

Que este livro proporcione ao seu leitor o mesmo prazer e estímulo intelectual de que disfrutámos na sua preparação.

Maria João Ferreira de Castro • Duarte Nuno Vieira • António Meliço-Silvestre

Coordenadores da edição

(Página deixada propositadamente em branco)

preâmbulo

(Página deixada propositadamente em branco)

As Orações de Sapiência de Mestres insignes da Medicina, que a Faculdade em boa hora decidiu compilar, são textos excelentes que reflectem as preocupações de cada autor na sua área do saber e o destaque para as inovações que, durante os dois últimos séculos, contribuíram para o sucesso da Medicina. Foram Investigadores fascinados pela ciência, porque a Medicina só pode ser bem ensinada por quem está verdadeiramente motivado e a percebe como uma ciência viva e em evolução.

Em plena época de grandes avanços na área tecnológica e da medicina a nível do ensino, da investigação e da assistência às populações é sempre delicioso e reconfortante ler as sucessivas Orações de Sapiência dos Mestres que nos antecederam e que na sua época ilustraram a abertura de cada ano lectivo com toda a pompa na Sala dos Actos Grandes. É ainda excelente comparar o que na altura propuseram e criticaram com os problemas que nos preocupam nos dias de hoje: merecem por isso reflexão e todo o nosso carinho.

Manter a memória de todos os Professores que, honrando a sua Faculdade puseram todo o saber e toda a inteligência ao serviço da nossa formação, é a maior homenagem que podemos prestar à Escola onde fizemos a nossa aprendizagem. Tributemos-lhe ainda o maior respeito e um sentimento de gratidão.

Tice dos Reis Anastácio de Macedo

Presidente do Conselho Pedagógico da FMUC

(Página deixada propositadamente em branco)

A Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (FMUC), a mais antiga Escola Médica da Universidade Portuguesa, tem, ao longo dos séculos, procurado cumprir, de forma exemplar, os seus objectivos institucionais; apesar das carências em recursos humanos e materiais que persistentemente a afligiram e do esquecimento a que o poder político a tem votado! Entre as suas missões sempre assumiu relevância singular a de formar médicos competentes e motivados susceptíveis de, com humanidade, tratarem, de acordo com a *legis artis*, o homem doente. E não será necessário citar exemplos (poderiam ser milhares) sobre o êxito com que a desempenhou, para que a sociedade tenha uma noção objectiva e clara dos relevantes serviços que a Escola prestou, nesta área tão difícil, complexa e delicada, à comunidade onde se integra. E que sempre procurou servir com excelência! Valerá a pena lembrar que o único prémio Nobel de Medicina Português foi Aluno e Professor da FMUC ?

Mas a sua actividade não se limitou a um porfiado esforço tendente a garantir que o ensino pré-graduado nela ministrado, garantisse a aprendizagem, por parte dos discentes, dos conhecimentos, gestos e atitudes indispensáveis para que viessem a exercer a sua actividade profissional com qualidade, abnegação e grande sentido de responsabilidade. A FMUC tem também dedicado uma contínua e crescente atenção ao ensino pós-graduado, à formação contínua e à investigação. Podendo dizer-se, sem falsas modéstias, que participou - e continua a fazê-lo - de forma empenhada, em todas as áreas de progresso e inovação das ciências médicas.

Mas à Escola não foram também estranhos outros ramos de conhecimento nas áreas social, artística e política, em que os seus licenciados desempenharam cargos de relevo e “produziram obra” que contribuiu, de forma marcante, para o progresso do País e da Comunidade; obra que

os vindouros não deixarão de, muito justamente, continuar a enaltecer. Só para dar mais um exemplo: qual seria a Escola que deixaria de se orgulhar de ter contribuído para a formação técnica, científica e cultural de vultos imperecíveis da Literatura Portuguesa como Miguel Torga, ou Fernando Namora? Ou de políticos como António José de Almeida?

A qualidade do ensino na Escola, a sua participação activa no progresso das ciências médicas, o seu empenho na investigação são, naturalmente, difíceis de conhecer em detalhe, em particular numa Instituição cujas origens remontam ao Mosteiro de Santa Cruz, no ano de 1131. São, por isso, na nossa óptica, particularmente meritórias todas as iniciativas, como aquela que os Professores António Meliço Silvestre e Duarte Nuno Vieira e a Dr.^a Maria João Padez decidiram coordenar, de dar à estampa textos em que se condensam partes significativas da história da Faculdade. As vinte e quatro “Orações de Sapiência” que ilustres Docentes da Faculdade proferiram nas sessões solenes destinadas a marcar o início do ano lectivo da Universidade de Coimbra, constituem, neste contexto, um repositório particularmente rico sobre o Saber Médico e, ainda, sobre a Universidade de Coimbra e a sua Escola Médica. Nestes textos, de grande qualidade, estão patentes muitas das suas realizações, bem como as suas carências e constrangimentos, em momentos muito diferenciados da sua evolução nos últimos cento e cinquenta anos, enquanto Instituições ao serviço da Ciência e da Cultura. A elevada craveira intelectual, técnica, científica e humanística dos Autores, aliada à diversidade das suas áreas de especialização, tornam esta colectânea particularmente rica, interessante e motivadora, não só para os estudiosos da História da Medicina e da Universidade em Portugal mas, também, para todos os que, na FMUC, puderam usufruir do privilégio de terem sido docentes, alunos, investigadores ou funcionários da *Alma Mater Universitatis Conimbrigensis*.

Francisco de Castro e Sousa

Presidente do Conselho Científico da FMUC

A Faculdade de Medicina tem colaborado na apresentação de Orações de Sapiência da Universidade de Coimbra de 1845 até aos nossos dias, através de mestres insignes que muito a dignificaram.

Um simples olhar para a lista dos oradores que representaram a Faculdade de Medicina revela bem a excelência dessa contribuição. Os temas tratados abrangem uma gama muito variada e caracterizam-se também, por indiscutível interesse social e científico.

É pois com particular prazer que, na qualidade de Presidente do Conselho Directivo, me associo ao que considero ser uma homenagem que se presta à própria Faculdade de Medicina ao dar à estampa discursos de tão inegável valor. Assim se contribui para a História da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

José Cunha-Vaz

Presidente do Conselho Directivo da FMUC

(Página deixada propositadamente em branco)

É noção corrente a de que os homens passam, mas as instituições ficam.

Não pode, todavia, esquecer-se que são os homens que fazem as instituições e estas valem aquilo que os primeiros lhes devotarem.

Lembrar alguns dos que foram figuras grandes da Faculdade de Medicina de Coimbra é atitude louvável do seu Gabinete de Educação Médica, que por isso se saúda.

Na condição de que estes homens marcantes da nossa Faculdade sejam apenas um símbolo, não se esquecendo todos os outros que, não havendo tido oportunidade de proferir uma “Oração de Sapiência”, também se destacaram por acção meritória e perseverante ao serviço da causa do ensino universitário.

Uns e outros são merecedores da gratidão dos que actualmente se esforçam por elevar o nível de tal magistério, por renovar o ensino em molde compatível com as exigências actuais e por tornar cada vez mais digna a missão educativa, que reconhecem como fulcral num País que, no dealbar de novo milénio, terá que enfrentar os desafios do futuro, que passam incontornavelmente por uma instrução actualizada, que corra paralelamente ao engrandecimento humano daqueles que serão o escol do Portugal do porvir - missão em que todos deveremos estar empenhados de forma entusiástica.

Armando Porto

Presidente da Assembleia de Representantes da FMUC

(Página deixada propositadamente em branco)

Por raro privilégio, que apenas a fortuna pode conceder, foi-nos dada a responsabilidade de dirigir a Imprensa da Universidade de Coimbra e, desta feita, de editar as “Orações de Sapiência” proferidas por doutores da Faculdade de Medicina em cerimónias de Abertura Solene das Aulas da Universidade de Coimbra, entre 1845 e 2000.

A obra agora oferecida ao público e que a série “Documentos” acolhe, reúne preclaras “Orações” ditas “em louvor das Ciências e exortação dos ouvintes ao estudo delas” que ganharam, com o passar do tempo, uma actualidade intemporal, reflexo da nobreza e da elevação de espíritos que souberam planar acima do efémero das contemporaneidades comuns! Daí a superior gratificação e o proveito fecundíssimo que sempre hão-de decorrer da sua leitura. Honra, pois, aos seus eleitos e talentosos autores pelos marcos miliários que deixaram para orientar os passos de tantos!

O peso da Sala Grande dos Actos e a carga simbólica do momento determinaram a elevação oratória das peças então recitadas, sem vislumbre de compromisso no vinco agudo do escopo reflexivo do humanista, no brilho do cientista que afirma e antecipa, no conceito claro e na atitude modelar do professor e na explicitação da prática sublime do Saber e da Arte Médica na prevenção e no tratamento da doença e no alívio dos que irremediavelmente sofrem.

A inspiração do Senhor Professor Doutor António Abel Meliço-Silvestre, Presidente do Gabinete de Educação Médica da Faculdade de Medicina, que pontifica na génese desta obra, conjugada com o denodo do Senhor Professor Doutor Duarte Nuno Vieira e a dedicação e empenho inultrapassáveis da Senhora Dr^a. Maria João Padez Ferreira de Castro, constituíram-se nos indispensáveis recursos de saber e de árduo labor capazes de materializar em obra seguramente apetecida, as vinte e quatro “Orações” assim congregadas.

A virtuosidade do projecto anunciado e a probidade dos seus mentores concitaram a generosidade da Fundação Bissaya Barreto. E trouxeram, ao convívio do presente, o vulto nunca apagado do seu patrono - Fernando Baeta Bissaya Barreto - professor emérito da Faculdade de Medicina de Coimbra, cirurgião de referência e interventor activíssimo no âmbito da saúde pública, em antecipação do futuro.

Fernando J. Regateiro

Director da Imprensa da Universidade

A Abertura Solene das Aulas é, indubitavelmente, e desde há muito, a grande festa anual da Universidade de Coimbra. Uma evolução, que não cortou com a tradição, trouxe até ao novo milénio uma estrutura simples - o Relatório do Reitor, a Intervenção do Presidente da Direcção Geral da Associação Académica e a Oração de Sapiência.

O Reitor, segundo os Estatutos, tem um mandato de quatro anos, pelo que lhe cabe apresentar quatro relatórios anuais seguidos, ou mais, se for reeleito para novo mandato; alguns reitores, antes da aprovação dos actuais Estatutos, estiveram mais tempo à frente da Universidade e apresentaram mais relatórios. Os presidentes da Associação Académica nem sempre tiveram voz nesta cerimónia e, quando a tiveram, raramente falaram mais do que uma vez cada um. As Faculdades, rotativamente, estão encarregadas da Oração de Sapiência, indicando um Professor para o efeito.

O livro agora editado sob a chancela da Imprensa da Universidade, traz-nos vinte e quatro das vinte e cinco Orações de Sapiência que couberam à Faculdade de Medicina, entre 1845 e 2000. Por um lado, elas significam que a tradição se foi cumprindo, por outro, elas mostram as preocupações universitárias e sociais e, mais recentemente, as áreas de investigação que os professores delas encarregados foram desenvolvendo na sua Escola. Trata-se, portanto, de uma importante homenagem à Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

Fernando Rebelo

Reitor da Universidade de Coimbra

(Página deixada propositadamente em branco)

Orações de Sapiência

(Página deixada propositadamente em branco)

Doutor
José Ferreira de Macedo Pinto

1845

José Ferreira de Macedo Pinto

•

Nasceu em Sendim (Tabuaço), a 15 de Julho de 1814.

Faleceu em 12 de Julho de 1895.

Carreira Académica

Matriculou-se nas faculdades de Matemática e Filosofia em 1835, e na de Medicina em 1838.

Licenciado em 1844. Doutor em 1844. Professor Catedrático desde 1855, jubilou em 1866.

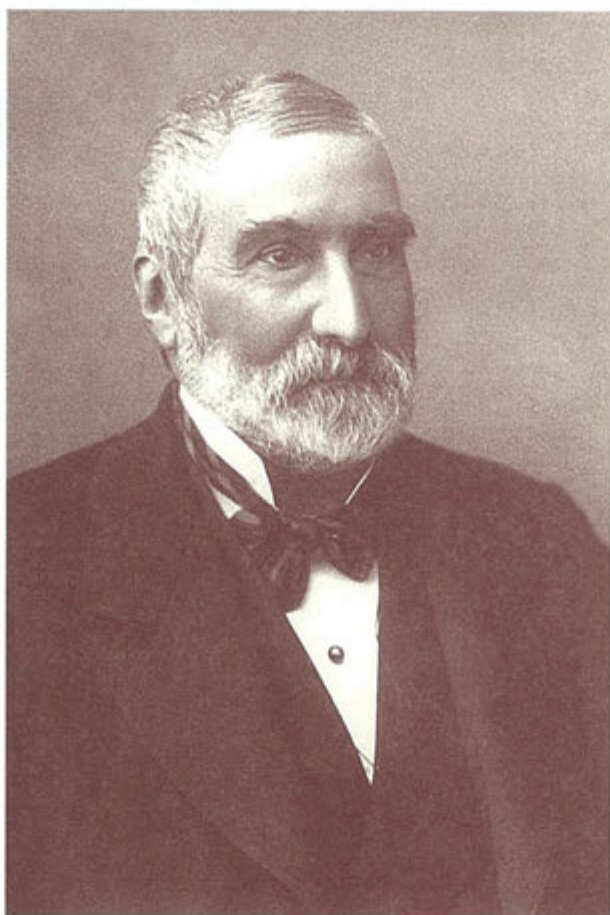
Leccionou: Aforismos; Operações Cirúrgicas; Medicina operatória; Fisiologia; Anatomia Humana e Comparada; Física Médica, Aparelhos, Operações Cirúrgicas e Arte Obstétrica; Patologia Geral, Terapêutica Geral, Patologia e Terapêutica Cirúrgica; Medicina Legal, Higiene Pública, Polícia Médica e História da Medicina.

Cargos Exercidos

Ajudante interino de Clínica. Demonstrador de Anatomia. Secretário e Fiscal da Faculdade de Medicina de Coimbra. Director do Hospital dos Coléricos. Deputado às Cortes. Vogal do Conselho Superior de Instrução Pública. Vice-Presidente do Instituto de Coimbra. Organizou o Laboratório de Toxicologia e criou o Gabinete de Química Médica.

Distinções

Conselheiro. Sócio Honorário do Instituto de Coimbra. Sócio Correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e da Sociedade de Ciências Médicas.



José Ferreira de Macedo Pinto

Foto Varela Pécuro, 2001, obtida de original existente
na Delegação de Coimbra do Instituto Nacional de Medicina Legal.

*Oratio, quam pro Annua Studiorum Instauratione,
IV Idus Octobris Anni MDCCCXLV, in
Conimbricensi Academia, Ex Decreto 20
Septembris, 1844, art. 124. habuit Doctor Josephus
Ferreira de Macedo Pinto, Medicus, ac Philosophus.*

*Da veniam scriptis, quorum non gloria causa
Nobis, sed munus officiumque fuit.*
Ovid.

Simul atque in mundo constituti sumus, Viri Academici, infinitam rerum creatarum varietatem illico miramur; toto enim a se invicem caelo tot differentes structuras, diversarumque rerum indoles invenimus, quot fere res oculis sese offerunt: in eaque varietate prima hominis, et proxima contemplatio consistit, dum facta et experimenta perquirendi subit animum cogitatio. Quo autem ampliores nobis acquirimus notiones eorum, quae circa nos sunt, eo etiam propius accedimus ad cognitionem catenae, harmoniae et systematis illius naturae: sunt enim in universo omnia et singula ea serie et nexu inter se ita ordinata, ut ad eundem ultimumque finem collineent. – En Scientia, initio unica. Huic vero fini ingens finium intermediorum subservit cohors, quippe sunt illa adeo varia et multiplicia, ut memoriam humanam superare videantur; unde in varias provincias, addito tempore, ac proinde humanis cognitionibus cumulatis, dividi necesse erat.

Scientiae igitur, ab homine creatae, humanam conditionem sunt expertae; is vero, summum creationis opus, atque omnia inter animantia ratione nulli secundus, suapte natura vitam habet fragiliorem; tot morbi, tot curae, tot pericula! Ast in caeteris animantibus rerum cognitio, a natura insita, suis necessitatibus respondet; non sic hominibus sine mentis usu: ideoque societas omnino necessaria.

Jam inde ab initio, quantum religio ad animum ac mores recte formandos operae pretium sit, quantum in ea solatium miseris, quam primum agnovit; – itaque Sacram Theologiam instituit. Civili communitate constitutus, ad turbatos animi motus cohibendos, et ad publica privataque jura tuenda, – leges condidit. Quumque omnium praestantissima sit sanitas, quid saluti opus, inprimis lubet scire; – inde Medicina, quae vitam firmamque valetudinem servare nos docet, a prioribus fuit semper excolta. Naturalium etiam Scientiarum, scilicet Matheseos atque Philosophiae, cognitio ab antiquis temporibus repetenda; nec est ulla fere aetas, quae non ad earum incrementa, dispari licet in diversis regionibus conamine et successu, quidquam contulerit; tanta est enim ipsarum amoenitas atque utilitas! Qui autem Scientias addiscere contendunt, omnium primum in studiis humanitatum ac litterarum versari necesse est; itaque ab incunabulis eae disciplinae longe caeteris et studiis et artibus antecedunt.

Dum haec omnia mecum considero, Viri Academici, latissimus mihi dicendi aperitur campus, amplissimumque argumentum, quo nihil potest esse illustrius; nec adeo quidquam dignius, in quo laboriosorum hominum industria desudet, uberrimaque ingenia suas vires periclitentur. Quum vero pro annua studiorum instauratione, more et ritu majoribus consueto, legibusque academicis praescripto, in tam illustri doctissimorum Patrum consessu verba mihi jam sint facienda; tenuitatis meae valde conscium haud me fugit, rem esse arduam graviorique pondere onustam, quam cui ferendo debiles mei humeri pares sint: quare in animum vere induxi summa tantum sequi fastigia rerum. Nostis enim, Viri Academici, quod a prima aetate in aridioribus perdifficilioribusque Naturalium Scientiarum studiis toto fere animo intentus, et in eorum brevi simplicique sermone versatus, tantum ab eloquentia absum, quantum naturae simplicitas a summo opere summaque arte. Quum tamen aliquid mihi sit dicendum, cui in facundiae alacritate ac splendore nulla vel naturae, vel exercitationis adsunt praesidia; in illo, quem aliis ex hoc loco verba facientibus denegare non soletis, favore ac humanitate perfrugium erit: et ne benevolentia vestra abutar, brevissimo sermone defungar.

Tantum liberalis educationis, Publicaeque Instructionis hoc tempore urget necessitas, Viri Academici, quantum ex iis, quae diximus, maximae, inprimis sub *constitutionalis* regiminis forma, nationibus accessiones fiunt et fortunae, et virium. Doctissimi igitur viri magno studio, multisque operibus hanc sibi spectatissimam provinciam susceperant. Sic etiam sub Celsissimae REGINAE nostrae imperio scientiis et artibus nova quasi vita obtigit, novusque splendor effulsit. In his vero ad nostratum ingenia excitanda ac mores componendos, multa, eaque magni quidem momenti, sunt adhuc exoptanda. Publica doctrina et Imperii constitutio adeo conjuncta sunt, ut, nisi pari passu ambulent, nihil sit ab omni parte beatum. Ubi etenim populus ignarus, ibi quoque res humanae stabiles permanere non possunt; idque potissimum in praesenti nostrae administrationis via summa cura est habendum, ut bene suis suffragiis omnes cives agere, et aliorum commodis utilitatibusque servire, et sic, civilia officia obeundo, Patriam illustrare, humanitatisque consulere

valeant. Tum cultus et elegantia vitae, purus sermo, morumque venustas, tum Patriae, aureaeque libertatis amor plurimi aestimantur. Attamen doctrinae non ubique pares tulerint fructus, nisi optima et accuratissima scientiarum institutio studiose sit electa: nam ut religio atque leges a prima usque aetate cupiditatibus imperant, animumque flectunt ac moderantur; ita Medicina, humanam naturam ad salutem perducendo, moralia dona perficit. Ad Mathesin Philosophiamque Naturalem quod attinet, nihil sine sufficienti earum cognitione omnibus esse numeris absolutum, satis superque liquet. Nulla igitur scientia debet contemni; suam omnes habent utilitatem.

Sacra Theologia, quae Divinae Sapientiae absconditos thesauros hominibus recludit, tantum caeteris omnibus scientiis anteponenda, quantum aeterna mortalibus, immortalia caducis, Divina humanis antecellunt. Theologia igitur, virtutum omnium parens, morum ac disciplinae magistra, veluti sol exoriens nubium caliginem dissipat; ita divinitus exorta ignorantiae tenebras dispellit, immaniumque gentium, etiam nunc longinquis terrae locis, corrigit mores.

Hujus vero Sacrae Scientiae studium, etsi homines a ratione aversi non numquam id neglexerint, jam tamen ab omni aevo summo honore, acerrimaque diligentia est habitum: sed nostra hac aetate quam maxime effulsit, quod jam plurimae cessarint difficultates ope splendidissimi jubaris tot humanarum Disciplinarum, quas Patrum nescivit aetas; et quod ex accuratissima Philosophiae et Antiquitatum, Orientaliumque linguarum cognitione, novae amplissimaeque patuerint notiones, ad Theologica perficienda studia prorsus necessariae: tum sacra Hermeneutica, tum Ecclesiastica Historia clariore luce enitueret; tum variae erroris causae, et vanae inter Theologos dissensiones, ut matutinus ros sub novo sole, evanueret.

Nihil tamen cum Ecclesiae ac Reipublicae bono magis pugnat, quam quod Theologicum curriculum multi ingrediuntur, quin satis inspexerint, an vocati a Deo ipsi sint ad studium Sacrae hujus Scientiae; an ea morum probitate, ea vitae innocentia, eo ingenii acumine praefulgeant, quae ipsa Scientia postulat ad profundas religionis veritates intelligendas, optimaque virtutum exempla aliis praebenda.

Videte igitur, praeclari Juvenes, videte diligentissime, quale quantumque sit, quod suscipitis, praestandae bonitatis onus, quoties in hanc classem nomina datis, ut de virtute ac religione consulentibus respondeatis, utque omnibus Ecclesiasticis muneribus multum Patriae prodesse possitis, Lusitanae Ecclesiae immunitates ab injustis insidiosisque hostibus pro virili parte propugnando; ne sub umbra aureae libertatis pristinum illius splendorem ac dignitatem obscurare, Patriumque decus imminuere, ut velint, consequantur. Exempla sequimini clarissimorum Professorum, qui optimis hujus Academiae Theologicis studiis versati, Patriam atque Ecclesiam, utriusque aequam libertatem tuendo, magnopere illustraverunt.

Cunctis licet Scientiis multa subsit utilitas, utilissima tamen judicatur merito Jurisprudencia, quae hominis et civis officia a natura indita, Principum et Subditorum jura et munera, jura item ac officia, quibus liberae et sui juris adstringantur Nationes, plane ostendit. Idcirco Jurisprudenciae

studium varias, multoque dispares Scientiarum notiones amplectitur; dum enim humanam conditionem sub naturali statu perquirat, - Jus Naturale condit: societatis ortum ac progressionem a rerum gestarum monumentis repetendo, - Juris Historiam instituit: gentium mores, ingenium, plagas, solique naturam perquirendo, - in Statisticae Scientia versatur: ut leges circa vectigalia, publicas impensas, classisque operariae laborum distributionem, multaue alia societatis ad usum aptissima perficiantur, - Oeconomiam Politicam suscepit: domi militiaeque nationes optimis institutis legibusque temperando, atque foedera, ut mutuum cum exteris augeatur commercium, ineundo, - Publicum, Privatumque Jus Naturale stabilivit. Tandem, ut alia omittam, ex Canonici, Romani; Patrique Juris, et Medicinae Forensis studio difficillimae Ecclesiastici Civilisque fori causae recte judicantur.

Haec plurimaque alia studia, Jurisconsulto prorsus necessaria, cum caeteris omnibus Scientiis, inprimisque Naturalibus adeo copulata, ut ab earum progressu illarum pendeat incrementum. Itaque Naturale Jus in Europa non ante pleno lumine claruit, quam Physiologiae atque Phrenologiae studium felicissime vigeret. Elegantissima Oeconomiae Statisticaeque Scientia per indefessam tot diligentissimorum virorum operam ad illud, quo jam splendet, fastigium evecta, Philosophicis Mathematicisque studiis merito gloriatur. Quid quantumque Medicina Forensis in Jurisprudentiam conferat, neminem negaturum esse puto, quum sit ab omnibus gentibus bene moratis in pretio habita.

Itaque, praeclari Juvenes, studiosam Juris Scientiae operam date, ut Patriae libertatem et commoda comitiis, aliisque civilibus muneribus, forti magnoque animo propugnare possitis; publicis privatisque fori negotiis, innocentiae ac virtutis causas dicere; sanctaque jura incorrupta fide reddere. Attamen non ad unum tantum Juris studium animum incumbite; singulae quidem hujus Scientiae partes adeo inter se copulatae, ut eas sejungere longissime perniciosum foret: Romanum igitur inquirete Jus, unde justitiae et aequitatis ratio tamquam ex oraculis petenda; quia nullus est rerum status, in quo Roma perpetuis agitata motibus, aliquando non fuerit; verumtamen Oeconomicis, Politicis, aliisque Jurisprudentiae studiis, toto animi impetu, parique ardore attendite; manifestum est enim, nihil ad regendam legislationem, Jurisprudentiaeque studium perficiendum aequè valere, atque horum omnium accuratissima cognitio.

10

Omnibus vero patet, non posse studia Theologica et Juridica in Academia florere, nisi summa cura ibi Naturales Scientiae excolantur. Si autem earum desint principia, vel vitata sint, consequens necessario est, ut simul cum tota Theologia ad interitum ruat Jurisprudentia universa. Quanta vero Scientiae Naturales humanae societati contulerint beneficia, quam maximique in plerasque artes sint momenti, facile sibi quisque persuadet; nullas etenim Scientias hominum commodis, dignitati atque gloriae tantum contulisse constat, quam Medicina, Mathesis, Naturalisque Philosophia: sed ampliores omnino sunt, quam ut a me prorsus explicari queant; brevissime igitur, et per summa capita eundo, eas proponere est animus.

In magnifica scientiarum humanarum arbore, tam frondosa hodie, tamque frugifera, nullus floribus ditior et fructibus, neque accuratae dignior culturae, germinat ramus, quam Medicina, cujus quidem progressus perquam maximi sunt momenti. Medicina est Scientiarum Naturalium ramus, qui vertice Scientiis Moralibus permixtus, iisdem solidiora suppeditat fundamenta: Physico-Mathematicis quoque devincta Scientiis, quum vitae phaenomena generalibus materiae legibus pariter sint obnoxia. Simplex medenti ars immerito Medicina vocatur; ea namque omnia, quae ad salutem attinent tum publicam, tum privatam, complectitur; ejus subjectum, omnibus conditionibus, omnibusque aetatibus, homo semper. Pati et mori conditiones sunt, quae ab humana non possunt sejungi natura: dolores vero levandi vitamque servandi cupido homini perinde inhaeret, ac pati et mori. Fieri ne igitur potest, ut utilior, quam Medicina, humanitati inveniatur scientia ?

Quum morbis obstet Medicina, aequae aut magis prodest, quam ipsis medendo: haec vero Medicinae pars, Hygieina nominata multo etiam magis hominibus proderit, iisdem convenienter applicata: quod si diversi ordinis impedimenta inutiles reddidere prolusiones pro Megalanthropogenia susceptas, satis superque comprobatur Physiologia Comparata proficuas similium prolusionum eventus. Si hominem et in se, et in specie spectatum, tamquam corporis socialis membrum intueamur, novas illi videbimus medicas emergere necessitates: tam in publica Administratione, quam in Judiciis et Legibus, medicis magnopere cognitionibus indiget societas. Quis, praeter Medicum, partem, quae in publicis operibus salutem spectat, dirigere potest? Quis melius indicare, quo pacto epidemiarum, contagionum, caeterorumque inhibeatur progressus? Si ad Juris administrationem spectemus, procul dubio videbimus, quam saepe ad maximas solvendas quaestiones Medicus advocetur. Opera, quam Criminali Jurisprudentiae navat Medicus, haud minoris pretii; ejusque investigationibus non semel Judex crimen aut innocentiam detegit. Ejus usus in legibus conficiendis tam luculenter patet, ut demonstratione non egeat. Erit ne igitur liberalis ulla professio homini atque societati utilior ?

Vos autem, qui Medicinae studio addicti estis, illud admonitos esse oportet, quod pulcherrimum hominis officium, si Altaris ministerium excipiatis, sit sacerdotis sacrum vitae ignem ministrantis, praestantissimorum Divinitatis donorum dispensatoris, abditarum naturae virium possessoris, id est, Medici. Quam maxima hic perfunditur laetitia, quum audit nomen suum laudibus efferi, saepe etiam sanctum haberi a patre, cui filium reddidit; a conjuge, cui conjugem dilectum servavit; a domo, cui patremfamilias morti ereptum restituit? Ejusmodi praemium Medici pectus quam maximis complet deliciis! Nulla tamen difficilius scientia. Quam multa systemata! Cuncta vero tenere oportet; nullum enim est, quamvis vitii abundet, cui non aliquantulum insit veritatis; ideoque dignum, quod in usum adhibeatur: cuncta, inquam, tenere oportet, ut a pravis recta secernantur.

Aetas nostra typo vere Hippocratico Medicinam signavit *humorismus* ab hodierna Chemia enucleatus, *vitalismus* Physicarum Scientiarum auxilio clarescens, *solidismus* a Physico-Mathematicis Scientiis enodatus, Eclecticas constituunt theorias, quae nobis pleraque explicant phaenomena. Quaestiones hodie non scholasticis quidem controversiis, sed assiduis experimentis judicantur. Ad hunc itaque finem anni istius studia tendere debent.

Scopuli, quibus Medicinae scatet oceanus, curriculo vestro minime debent obstare: constantia assiduusque labor peritos vos efficient gubernatores, qui populorum salutem ad tutum perducatis portum.

Naturalibus cognitionibus universis usque adeo excellit Mathesis, tum methodo clarissima, tum sublimitate, mirabilique speculatione, qua eminent, ut ejus studio ab omni aeo maxime inclauerit vis et acumen humani ingenii; non solum enim ad id, quod spectat, via maxime illustri Mathesis tendit a primis axiomatibus ad altissima theoremata, sed etiam mentem luce perfundit in studio aliarum disciplinarum, dum veritates plane demonstrat, et dum geometrico spiritu perdifficiliores res attente perquirat, apertissimeque explicat.

Praeter singularem vero excellentiam, qua fulget Mathesis per evidentiae splendidissimam lucem; adplicatae etiam Mathematicae tanta est facultas ac praestantia, ut nulla umquam tantam amplitudinem attingere valuerit. Quanta scilicet hinc universo terrarum orbi bona sunt nata, si quaerere lubet, sat est praeclaram nostratum historiam perlustrare. Duce Mathesi, Columnis Herculeis ad fabulas amandatis, plus ultra Lusitanorum virtus excurrit, disrupta navigationis repagula, apertaetque orbis in immensum latentis januae: tum Insulae in dies enasci videbantur; tum India, Aethiopia, Arabiaque universa patuit, auro, gemmis, innumerisque onusta divitiis: quales et quanti Lusitanorum in Tactica, Tormentaria, Nautica et Cosmographica re fuerint progressus, non mortales testes quaero; - India ipsa loquatur; - loquantur immensa marium, regnorum, et insularum spatia, per sex fere leucarum millia ad oram maritimam domita; tum per vasta Mediterranea collustrata. Tantum ad Matheseos studia Reges ipsi, Optimates, viri ingenio acutissimi, indefesso labore operam dabant! Unum tamen prae caeteris fama celebratissimum nominabo, amplissimum Henricum Principem, qui primum ea studia ita suscepit, ut Lusitani viri ad summam postmodum terra marique laudem pervenerint; qui istum, quem modo de annua studiorum instauratione conventum agimus, edicto perpetuo convocavit.

Itaque, praeclari Juvenes, majorum nostrorum vestigiis lubenter instate; Nauticen, nostra quondam regna, repetite; Tacticen, Architectonicen, caeterasque optimas Artes Mathematicis studiis expolite, ut aurea redeant Lusitanae genti saecula.

Ad Naturalis Philosophiae studia quod attinet, Viri Academici, tanta omnino est earum amplitudo et sublimitas, tam magna, tam mirabiliaque Naturae dona nobis patefaciunt, ut sinu suo omnes humanas cognitiones, variasque scientiarum provincias complectatur. Quid enim praestantius sublimiusve, quam rerum naturalium majestas, causarum simplicitas, atque effectuum

magnitudo?! Quid homine dignius, quam phaenomenorum, specierum, naturaliumque divitiarum notitia?! Quid denique Nationibus tam maxime conducit, quam ea praeclara studia, quae populorum mores, ingenia, consuetudines, animalium quoque, plantarum, mineralium genera, usus, vires, atque meteorologica phaenomena nobis ostendunt??

Si ad eximios Philosophiae Naturalis recentiores progressus animum intendimus, quanta, quam mirabiliaque inventa ad vitae commoda, ad societatis incrementum, ingeniique humani perfectionem invenimus! Vaporis nempe vis navigationi, publicis viis, quamplurimisque fabricationibus adplicata. Electricitatis etiam adplicatio, *Daguerreotypum*, *Telegrapha*, optima colendis agris ratio, aliaque feracissima inventa.

En igitur, Viri Academici, spectatissimus campus commodorum atque utilitatum, quae nostratibus evenirent, si naturae scientiae plenum jus civitatis apud nos concederetur; si plures in hac scientia enutriti inquirerent, describerent et detegerent bona illius naturalia, ut constaret, quatenus nostrae sint absconditae divitiae; si deinde suam scientiam alios docerent, quae ea ratione quam citissime multiplicaretur; ibi nostrates invenirent pleraque domi, quae ex aliis terris nunc asportanda curant.

Sequamini itaque oportet, praeclari Juvenes, aliorum exempla; petatis hanc celeberrimam Academiam; hauriatis fundamenta Philosophiae Naturalis in dies magnopere locupletatae, et nuperrime amplioribus optimisque Physices, Chemiae, et Agriologiae studiis apprime instauratae: haustis tandem principii hujus scientiae, accendatis lucem inter plebem ignaram, ut vestro mota exemplo, publicae saluti inserviando, sua bona perquirat; nulla etenim regio in toto orbe tot nova tamque utilia profert, quam nostra Patria. -

O fortunatos nimium, sua si bona norint,

Lusitanos.....

Ad ea igitur, optimi Adolescentes, pro virili parte operam date: solidam inite Philosophiam, quae colendis agris, quae artibus et commercio expoliendis viam rationemque ostendit.

Dum in Scientiarum contemplatione versamur, Viri Academici, non fas est oblivisci quanta sit Humaniorum Litterarum praestantia atque utilitas, quarum scilicet praeceptis humana ratio excolitur, sermo, mentesque juventutis ad altiora studia exornantur.

Inter multa naturalia dona, quibus humana natura eminet, duo maxime elucent, vis scilicet cogitandi, et loquendi facultas. Has praestantissimas facultates necessitas cogit exercere: his vitae necessaria acquirimus, disciplinas comparamus, hominesque ita inter se distinguuntur, ut qui bene dicere et cogitare soleant, docti, qui vero male, indocti adpellentur. Ac sane, Viri Academici, quum ad severiorum disciplinarum cognitionem ille praestantissimus accedat, qui et bene cogitandi, et bene dicendi usu ac celeritate valuerit, id utique humanitatum praestat studium rite recteque institutum: Grammatica nempe; Graeca, Latinaque Lingua, quae et copia uberrima et venustate ornatissimae, tot tamque praeclaris momentis commendantur ad humanitatem, ut tamdiu pretium

sint habiturae, quamdiu bonis litteris suis honos constabit: excultiores etiam Europae Linguae, Germanica imprimis; Logices, Rhetorices, Historiae atque Geometriae elementa. Est autem Logices cum Grammatica tam arcta conjunctio, quanta inter cognitiones, et cogitationum signa intercedit. Sicut enim similis cogitandi vis singulis hominibus inest; ita omnes simili instructi sunt vocis emittendae organo, similique ad loquendum impetu ruunt: et quemadmodum notiones rerum acquirimus, perpendimus, et ex omni parte versamus, judicia vero concipimus, connectimus, atque in longum ordinem producimus; ita Linguae, quamvis inter se diversissimae, eo sunt perfectiores, quo facilius has aliasque mentis actiones enuntiare, distinctiusque exprimere possunt. Cuiam praeterea ignotum est, vocabula non ea solum de causa fuisse inventa, ut animi nostri sensa perspicue manifestemus, verum etiam ut promptius expeditiusque cogitemus ?

Jam vero conjuncta cum duabus hisce disciplinis esse debet Rhetorices institutio, cujus sane est munus leges tradere, quibus ea, quae mente concepimus, non modo perspicue, sed etiam ita apte, ita graviter, suaviterque dicamus, ut aliorum animos adficere, et, si opus fuerit, commovere, et, qua velimus ratione, versare valeamus. Quid vero de Geometriae praestantia dicam, cujus cognitio Matheseos prima pars est, mentemque exercet, et usus in singulis fere vitae actionibus occurrit? Quid de Geographia et Chronologia, cum manifestum sit, earum utilitatem latissime patere, non modo in Historiae studio, sed etiam in communi vitae usu? Quid de Historia ipsa, quum vulgare extet illud Ciceronis effatum, - eam esse magistram vitae, et nuntiam veritatis?

Quare, Adolescentes optimi, pulcherrimum hoc studium alacriter percurrere, avidique has disciplinas adripere, quas majores nostri reliquerunt, multis observationibus, summo labore, maximaque ingenii contentione collectas atque perpensas: has veluti patrimonium ditissimum adipere, singulis aetatibus amplificatum, accurateque excultum, id multo auctius posteris aliquando tradituri.

Ponite vobis ante oculos, optimi Adolescentes, omnes humanae aetatis partes, tot discrimina rerum, totque vicissitudines; omnes instituendas vitae rationes et vias animo et cogitatione percurrere; nullam omnino quae non litterarum ac scientiarum studio indigeat. Ingenium namque firmatur scientiis, ut corpus motu; ingenium absque doctrina hebescit, sicut corpus inertia; ingenium absque cultura simile est horto desolato; ad quale fastigium autem ingenium doctrina ductum eniti possit, satis ostenderunt Hippocrates, Euclides, Newtonus. - Scientiis illustratus minimus in Europa principatus longiore et clariore luce splendet, quam maximum in Asia imperium; sunt etenim Scientiae lux, quae omnibus societatibus regnisque clarum diem largitur.

Ideoque Academiae fuere institutae, ut selectissima juvenus in iis aleretur, ac deinceps per totum regnum distribueretur, utpote cultura magis nobilitata. Verumtamen in Scientiarum studio nulli Academiarum cessit Conimbricensis, tum maxima cura in excolendis linguarum studiis litterisque humanioribus; tum pari sapientia summaque sollicitudine in persequendis Scientiarum omnium studiis. Factum inde, ut plurimi ex hac Academia prodierint viri praeclara eruditione,

summaque doctrina ornatissimi, quorum nomina, etiam alienis nota, Patriam et Academiam nostram tantopere illustravere.

Tot ergo auxiliis, tot exemplis ac stimulis incitati, quid haeretis? Quid moramini, Adolescentes optimi? Gloriam quaerite sapientibus repositam: vos ita facientes grati animi fungemini officio in Celsissimam REGINAM, et Augustissimum REGEM Patriae sospitatores, dulcissima litterarum Praesidia, Qui scientiarum bono invigilantes, hujus Universitatis Regiam Tutelam suscipere haud dedignati sunt, ut tranquilli sub umbra adeo Augusta resideamus. Numquam igitur obsequium nostrum deficiet; numquam silebit Lusitanorum laus; numquam Vobis grates persolvere cessabunt. Officioque simul fungemini in Excellentissimum Comitem Rectorem, quem optimarum Artium Fautorem habetis, uti sollicitudine, ita sapientia laudatissimum: tibi inquam, licet absentī, maximas grates pro mihi praestitis beneficiis; daboque operam, ut tui favoris numquam te poeniteat: Nec non in Illustrissimum Pro-Rectorem, Regiae Majestatis a Consiliis, cujus indefessum studium de rebus Academicis bene merendi omnibus satis superque notum, cujusque amicitia et benevolentia mihi semper laetissima: Denique officio grati animi in praeclarissimos omnium ordinum Professores, qui tot curis, tantaque diligentia vos ducunt in alium et optime cultum Scientiarum agrum.

Vos, generosa Lusitanorum Juventus, vos, inquam, Patriae spes, Academiae decus, optima studia capessite: noctes et dies in omnium doctrinarum meditatione versamini. Sic parentum vestrorum votis ac desideris, sic Patriae commodis atque expectationi, sic Lusitani nominis gloriae atque ornamento multa cum laude vestraque utilitate respondebitis.

DIXI.

(Página deixada propositadamente em branco)

*Oração que, na solene abertura anual dos estudos,
a 12 de Outubro de 1845, na Universidade de Coimbra,
por Decreto de 20 de Setembro de 1844, art. 124,
pronunciou o Doutor José Ferreira de Macedo Pinto
Médico e Filósofo.*

*Sê indulgente com os escritos que me foram ditados não por ambição de glória,
Mas por encargo e dever.
Ovídio.*

Desde que fomos colocados no mundo, Ilustres Académicos, que admiramos, neste lugar, a infinita variedade das criações; com efeito, descobrimos, em todo o céu, de si, alternadamente, tantas estruturas diferentes e tantas naturezas de diversificadas coisas, quantas quase as que se nos oferecem aos olhos. Nesta variedade se detém a primeira contemplação do homem, bem como a última, enquanto ocorre ao espírito a intenção de pesquisar cuidadosamente factos e experiências. Além disso, quanto mais amplas noções adquirimos para nós daquelas coisas que nos rodeiam, tanto mais perto chegamos também do conhecimento do encadeamento, da harmonia e do sistema dessa natureza. Na verdade, no universo, todas as coisas e cada uma em particular estão de tal forma ordenadas entre si, por essa conexão e encadeamento, que apontam para o mesmo e último objectivo. – Eis a Ciência, no início única. Para este objectivo, na verdade, tende a enorme coorte de objectivos intermédios; e eles são, na verdade, tão variados e múltiplos, que parecem ultrapassar a memória humana, pelo que, com o passar do tempo e a consequente acumulação dos conhecimentos humanos, era necessário fazer uma divisão em várias áreas.

Por isso, as Ciências, criadas pelo homem, experimentaram a condição humana; este, verdadeiramente a obra suprema da criação, e, entre todos os seres animados, pela razão, em relação a nenhum segundo, pela sua própria natureza tem uma vida mais frágil. Tantas doenças! Tantos

cuidados! Tantos perigos! Em contrapartida, nos restantes seres animados, o conhecimento das coisas, concedido pela natureza, é suficiente para as suas necessidades; não é assim para os homens, sem o uso da mente, de modo que a vida em sociedade é absolutamente necessária.

Logo desde início reconheceu, em primeiro lugar, como a religião tinha importância para bem formar o espírito e os costumes e quanto consolo havia nela para os infelizes – e assim instituiu a Sagrada Teologia. Constituído em comunidade civil, para reprimir os agitados movimentos do espírito e para proteger os direitos públicos e privados, fundou as leis. Por ser a sanidade a mais importante de todas, acha bem saber, em primeiro lugar, o que é necessário à saúde – daí a Medicina, que nos ensina a conservar a vida e a firmeza da saúde, sempre cultivada pelos antepassados. Também teve de ser procurado o conhecimento das Ciências da Natureza, a saber, da Matemática e da Filosofia, desde os tempos mais remotos, e não há quase época nenhuma que não tenha contribuído, com algo, para o seu desenvolvimento, ainda que com diferente entusiasmo e sucesso, nas diversas regiões, tanta é, com efeito, a beleza e a utilidade das mesmas! Aqueles que se aplicam a estudar as Ciências têm necessidade, primeiro, de ser versados nos estudos de todas as humanidades e letras; e, assim, estas disciplinas, desde os rudimentos, antecedem, de longe, os outros estudos e artes.

Enquanto considero estas questões para comigo, Ilustres Académicos, abre-se-me um campo vastíssimo para falar e uma amplíssima matéria, que nada iguala em nobreza; e não há coisa mais digna em que se empenhe o zelo dos homens laboriosos e em que os mais fecundos talentos experimentem as suas energias. Ainda que, na abertura anual dos estudos, por costume e rito estabelecido pelos antepassados e prescrito pelas leis académicas, eu tenha de falar em tão ilustre assembleia de doutíssimos Pais, perfeitamente consciente da minha insignificância, não me escapa que a situação é árdua e carregada de um peso maior que aquele que os meus fracos braços se sentem à altura de suportar; por isso, incuti no meu espírito limitar-me apenas aos pontos principais das matérias. Reconheceis, com efeito, Ilustres Académicos, que, por me ter quase completamente dedicado, desde a primeira idade, com toda a alma, aos estudos mais áridos e mais difíceis das Ciências da Natureza, estou tão longe da eloquência, como a simplicidade da natureza está longe do supremo labor e da suprema arte. Como, porém, tenho de dizer algo, eu que não tenho quaisquer recursos, nem da natureza, nem do exercício, encontrarei abrigo no aplauso e na humanidade que não costumais recusar a outros que falam neste lugar; e para não abusar da vossa benevolência, pronunciarei brevíssimo discurso.

Nesta época, Ilustres Académicos, urge a necessidade de uma educação liberal e de uma Instrução Pública, tanto é certo que, disso que referimos, nascem, sobretudo para as nações sob o modelo de um regime constitucional, os maiores acréscimos de fortuna e forças. Por isso, homens eruditíssimos tomaram para si esta notabilíssima tarefa, com grande interesse e muitos esforços. E assim, sob o governo da nossa Excelsíssima Rainha, coube em sorte quase uma nova

vida às Ciências e às artes e brilhou um novo fulgor. Nestas, porém, para excitar os talentos dos nossos compatriotas e para reformar os costumes, muitas coisas e verdadeiramente de grande importância são ainda desejáveis. O ensino público e a constituição do Império estão de tal forma unidos que, se não andassem a par e passo, nada seria, de qualquer das partes, vantajoso. E assim, onde o povo é ignorante, aí também os assuntos humanos não podem permanecer estáveis; e isso, acima de tudo, no presente rumo da nossa administração, deve ser tido em superior cuidado, para que todos os cidadãos possam agir correctamente nos seus sufrágios, e servir às comodidades e utilidades dos outros e, assim, desempenhando cargos públicos, nobilitar a Pátria e acudir à humanidade. São considerados de muito valor tanto o estilo e a elegância de vida, uma língua pura e a civilidade de costumes, como o amor da Pátria e da áurea liberdade. Porém, os ensinamentos não teriam produzido frutos semelhantes em todo o lado, se não tivesse sido escolhido cuidadosamente um excelente e muito aprofundado ensino das ciências; com efeito, tal como a religião e a lei imperam sobre os prazeres desde a primeira idade, flectem e moderam o espírito, assim a Medicina, conduzindo a natureza humana à saúde, aperfeiçoa os dons morais. No que diz respeito à Matemática e à Filosofia Natural, sem o conhecimento suficiente delas, em todas as suas partes, nada é absolutamente perfeito. Nenhuma ciência deve, pois, ser desprezada; todas têm a sua utilidade.

A Sagrada Teologia, que desvenda aos homens os tesouros escondidos da Divina Sabedoria, deve ser anteposta a todas as restantes ciências, na medida em que o que é eterno ultrapassa o que é mortal, o que é imortal ultrapassa o que é caduco, o Divino ultrapassa o humano. A Teologia, pois, mãe de todas as virtudes, mestra de costume e disciplina, tal como o sol ao nascer dissipa a escuridão das nuvens, assim, nascida de forma divina, desfaz as trevas da ignorância e corrige os costumes das populações selvagens, ainda agora nos mais longínquos lugares da terra.

Na verdade, o estudo desta Sagrada Ciência, ainda que homens afastados da razão algumas vezes o tenham negligenciado, foi, todavia, já desde tempos imemoriais, tido em suprema honra e encarado com ardente diligência. Mas, nesta nossa época, resplandeceu o mais possível, por terem cessado já as numerosas dificuldades, graças ao auxílio da esplendidíssima estrela tutelar de tantas Disciplinas humanas, que a época dos Padres não conheceu, e porque, do conhecimento escrupulosíssimo da Filosofia e das Línguas Antigas e Orientais, se terão revelado novos e amplíssimos conhecimentos, muito necessários para completar os estudos Teológicos; quer a sagrada Hermenêutica, quer a História Eclesiástica brilharam com luz mais distinta; desvaneceram-se então as várias causas de erro e as vãs discussões entre Teólogos, como a névoa matutina sob o sol nascente.

Todavia, nada se opõe mais ao bem da Igreja e da República que o facto de muitos ingressarem na carreira Teológica sem que tenham considerado suficientemente se foram chama-

dos pelo próprio Deus para o estudo desta Sagrada Ciência, ou se são dotados daquela honestidade de costumes, daquela inocência de vida, daquele cume de talento que a própria ciência exige, para a compreensão das profundas verdades da religião e para revelar aos outros os melhores exemplos de virtudes.

Procurai, pois, ilustres Jovens, procurai com muitíssima atenção a natureza e a importância do que empreendeis; o peso da bondade digna de distinção, todas as vezes que dais os nomes para esta classe; corresponder aos que deliberam sobre a virtude e a religião e ser capazes de ser muito úteis à Pátria com todos os dons eclesiásticos, defendendo, pelo que vos diz respeito, as isenções da Igreja Lusitana dos injustos e insidiosos inimigos, para que não consigam obscurecer, como querem, sob a sombra da áurea liberdade, o seu antigo esplendor e dignidade, nem diminuir a glória dos antepassados. Segui, vós, os exemplos dos nobilíssimos Professores que, versados nos excelentes estudos Teológicos desta Universidade, ilustraram grandemente a Pátria e a Igreja, protegendo de igual modo a liberdade de cada uma.

Ainda que esteja oculta a muita utilidade para todas as Ciências, julga-se merecidamente muito útil a Jurisprudência, que revela claramente os deveres do homem e do cidadão, incutidos pela natureza, os direitos e as obrigações de Príncipes e Súbditos, os direitos e deveres pelos quais se obrigam as nações livres e independentes. Por isso, o estudo da Jurisprudência abarca vários e muito díspares conhecimentos das Ciências. Enquanto, com efeito, pesquisa a condição humana, sob o seu estado natural, funda o Direito Natural. Remontando à origem e progresso da sociedade pela lembrança dos feitos gloriosos, institui a História do Direito. Investigando os costumes dos povos, o talento, as regiões, a natureza do solo, ocupa-se da Ciência Estatística. Para se fazerem leis em torno dos impostos, das despesas públicas, da distribuição das tarefas da classe operária, empreende a Economia Política. Na guerra e na paz, moderando as nações com excelentes instituições e leis e concluindo tratados para aumentar o comércio bilateral com o estrangeiro, estabeleceu o Direito Natural Público e Privado. Finalmente, para omitir o resto, julgam-se correctamente as difíceis causas do Tribunal Eclesiástico e Civil, a partir do estudo do Direito Canónico, Romano e Pátrio, e da Medicina Forense.

Estes e muitos outros estudos, absolutamente necessários ao Jurisconsulto, estão de tal forma unidos a todas as restantes Ciências, e em primeiro lugar às Naturais, que do progresso destas depende o desenvolvimento daquelas. E, assim, o Direito Natural, na Europa, não brilhou em plena luz, antes de florescer com muita prosperidade o estudo da Fisiologia e da Frenologia. A elegantíssima Ciência da Economia e Estatística, através do esforço infatigável de tantos diligentíssimos varões, elevada àquela culminância em que já resplandece, glorifica merecidamente os Estudos Filosóficos e Matemáticos. A qualidade e a quantidade do contributo da Medicina Forense para a Jurisprudência, penso que ninguém há-de negá-las, pois ela é bem apreciada por todas as populações com boas tradições.

Por isso, ilustres Jovens, estudai atentamente a ciência do Direito, para que possais defender, com espírito corajoso e grande, a liberdade e as comodidades da Pátria, nos tribunais e noutros cargos cívicos; para que possais defender causas de inocência e de virtude, em questões públicas e privadas do foro, e tornar santo o Direito, com incorruptível credibilidade. Não mergulheis, contudo, o espírito apenas no estudo de um único Direito. Na verdade, todas as partes desta Ciência estão de tal forma unidas entre si, que seria muitíssimo pernicioso desuni-las; perscrutai, portanto, o Direito Romano, donde deverá ser bebida a norma da justiça e da igualdade, como de um oráculo, pois não há situação nenhuma em que Roma, agitada por perpétuos motins, não tenha, alguma vez, caído. Mas, entretanto, prestai atenção, com o mesmo ardor, com todo o ímpeto da alma, aos estudos Económicos, Políticos e outros de Jurisprudência, É, na verdade, manifesto que nada tem o mesmo valor para administrar a legislação, para aperfeiçoar o estudo da Jurisprudência, como o conhecimento muito aprofundado de todos eles.

É, na verdade, para todos evidente que os estudos Teológicos e Jurídicos não podem florescer nesta Universidade se aí não forem cultivadas com o maior cuidado as Ciências Naturais. Se, porém, faltarem as bases destas, ou se forem viciadas, segue-se lógica e necessariamente que, em simultâneo, com toda a Teologia, cai na ruína a Jurisprudência no seu todo. Quantos benefícios as Ciências da Natureza seguramente trouxeram à sociedade humana e como são da máxima importância para muitas artes, cada um facilmente por si compreenderá. É óbvio, de facto, que nenhuma Ciências foram tão úteis para as comodidades dos homens, a sua dignidade e a glória, como a Medicina, a Matemática e a Filosofia Natural. Mas elas são muito mais vastas para poderem ser perfeitamente explicadas por mim; por isso, a intenção é apresentá-las brevíssimamente e pelos seus capítulos essenciais.

Na magnífica árvore das ciências, tão frondosa, nos dias de hoje, como frutuosa, nenhum ramo germina mais rico em flores e frutos nem mais digno de uma profunda cultura do que a Medicina, cujos progressos são, na verdade, absolutamente da maior importância. A Medicina é o ramo das Ciências Naturais que, misturado, no vértice, com as Ciências Morais, fornece às mesmas fundamentos mais sólidos; está também unida às Ciências Físico-Matemáticas, por estarem os fenómenos da vida igualmente submissos às leis gerais da matéria. Simples arte de curar se chama imerecidamente a Medicina; de facto, ela abrange todas as questões que dizem respeito à saúde quer pública quer privada; o seu objecto é sempre o homem, de todas as condições e de todas as idades. Sofrer e morrer são condições que não podem ser separadas da natureza humana; é inerente ao homem o desejo de aliviar as dores e de conservar a vida, do mesmo modo que sofrer e morrer. Poderá, pois, ser encontrada uma ciência mais útil que a Medicina para a humanidade?

Ao prevenir as doenças, a Medicina é tão vantajosa, ou mais ainda, do que curando-as; na verdade, essa parceira da Medicina, denominada Higiene, seria muito mais útil aos homens se lhes

fosse convenientemente aplicada. Porque, se impedimentos de vária ordem tornaram inúteis os preparativos empreendidos em favor da Megalantropogenia, o sucesso de preparativos semelhantes na Fisiologia Comparada comprova mais que suficientemente que eles são profícuos. Se observarmos o homem, apreciado quer em si, quer na sua espécie, tal como um membro de um corpo social, veremos emergir, para ele, novas necessidades médicas. A sociedade tem absoluta necessidade dos conhecimentos médicos, tanto na Administração Pública, como nas questões judiciais e legislativas. Quem, além do Médico, pode dirigir aquela função que se relaciona com a saúde nos cargos públicos? Quem melhor pode indicar a forma de inibir o progresso de epidemias, contágios e outras situações? Se olharmos para a administração do Direito, veremos sem dúvida quantas vezes o Médico é chamado para resolver questões importantíssimas. Os serviços que o Médico presta à Jurisprudência Criminal não são de menor valor; com as investigações dele, mais que uma vez o Juiz descobriu a culpa ou a inocência. O seu uso na elaboração de leis está tão manifestamente patente, que não carece de demonstração. Será, pois, alguma profissão liberal mais útil ao homem ou à sociedade?

Vós, porém, que estais empenhados no estudo da Medicina, convém que estejais avisados de que a mais bela tarefa do homem, como se assumísseis o ministério do Altar, é a de sacerdote que ministra o sagrado fogo da vida, a de administrador de importantíssima dádiva da Divindade, a de possuidor das forças escondidas da natureza, isto é, de Médico. Por que enormíssima alegria é ele inundado quando ouve o seu nome ser pronunciado com louvores e, muitas vezes até, ser considerado santo por um pai a quem restituiu um filho, por uma esposa a quem salvou o companheiro dilecto, por uma casa a quem restituiu o pai de família arrebatado da morte? Um prémio desta natureza enche das maiores delícias o peito do Médico! Todavia, nenhuma ciência é mais difícil. Que quantidade de sistemas! Convém, com efeito, dominá-los todos, no seu conjunto! Nenhum existe, com efeito, ainda que abunde em defeitos, ao qual não assista um pouco de verdade, por isso digno de ser utilizado; todos juntos, repito, é que convém tê-los, para afastar o correcto do que é corrupto.

A nossa época subscreveu a Medicina de tipo Hipocrático. O *humorismus* esclarecido pela Química hodierna, o *vitalismus*, clarificado com o auxílio das Ciências Físicas, o *solidismus*, elucidado através das Ciências Físico-Matemáticas, constituem teorias ecléticas, que nos explicam numerosos fenómenos. As questões, hoje em dia, não são analisadas com controvérsias escolásticas, mas com experiências assíduas. Para este objectivo devem, pois, tender os estudos deste ano.

Os rochedos de que está cheio o oceano da Medicina não devem minimamente causar obstáculo ao vosso currículo; a constância e o labor assíduo transformar-vos-ão em pilotos experimentados, para conduzirdes a saúde dos povos a porto seguro.

De tal forma se notabiliza a Matemática entre os conhecimentos naturais universais, celebríssima quer pelo seu método, quer pela elevação e pela admirável observação através da qual se

superioriza, que, com o seu estudo, desde tempos remotos, ilustrou a energia e cume do engenho humano. Com efeito, nem só para aquilo que observa tende a Matemática, por ilustríssima via, desde os primeiros axiomas até aos mais complexos teoremas, mas inunda a mente de luz, no estudo das outras disciplinas, quando demonstra claramente as verdades e pesquisa atentamente com espírito geométrico as matérias mais difíceis e as explica da forma mais aberta.

Para além da verdadeiramente singular excelência com que refulge a Matemática, através da esplendíssima luz da evidência, tanta é também a capacidade e a importância da Matemática Aplicada, que nenhuma ciência jamais terá conseguido atingir tamanha amplitude. Quantas coisas boas nasceram daqui, para todo o orbe das terras! Quem quiser sabê-lo, basta estudar a ilustre história do nosso país. Com a Matemática por guia, com as Colunas de Hércules atiradas para a lenda, mais além se expandiu a coragem dos Lusitanos, destruídas as barreiras da navegação e abertas as portas do orbe desconhecido, na sua imensidão. Então, pareciam nascer Ilhas cada dia; então, revelou-se a Índia, a Etiópia e toda a Arábia, carregadas de ouro, pedras preciosas e inúmeras riquezas. Sobre a qualidade e quantidade dos progressos dos Lusitanos, na Tática, Tormentária, Náutica e Cosmografia, não vou interrogar testemunhas mortais; a própria Índia fala; falam os imensos espaços dos mares, dos reinos e das ilhas, dominados num espaço aproximado de seis mil léguas, até à orla marítima, então percorrido através do vasto interior. Aos estudos de Matemática, os próprios Reis, Excelências, varões do mais penetrante engenho, se dedicavam com tão incansável labor! Apenas um, todavia, nomearei, mais que os outros, celeberrimo pela sua fama, o importantíssimo Príncipe Henrique que, de tal forma, em primeiro lugar, empreendeu esses estudos, que os varões Lusitanos, depois disso, chegariam à suprema glória, em terra e mar. Ele convocou, em édito perpétuo, esta reunião que apenas pela solene abertura anual dos estudos fazemos.

E assim, preclaros Jovens, persisti em seguir, de bom grado, as pegadas dos nossos antepassados. Procurai a Náutica, os nossos reinos de outrora; cultivai a Tática, a Arquitectura, embelezai as restantes excelentes Artes, com os estudos da Matemática, para que se tornem áureos os séculos da nação Lusitana.

No que diz respeito aos estudos de Filosofia Natural, Ilustres Académicos, é certamente tanta a sua amplitude e sublimidade, tão grandes e maravilhosos os dons da Natureza que nos oferecem, que, no seu seio, estão englobados todos os conhecimentos humanos e as várias disciplinas das ciências. Com efeito, o que há de mais ilustre ou sublime, do que a majestade das coisas naturais, a simplicidade das causas e a grandeza dos efeitos? Que há de mais digno do homem, que o conhecimento dos fenómenos, das espécies e das riquezas naturais? O que é finalmente tão absolutamente vantajoso para as Nações, como esses preclaros estudos que nos revelam os costumes das populações, os talentos, os hábitos, as espécies de animais, vegetais e minerais, os usos, as energias e os fenómenos meteorológicos?

Se dirigirmos a nossa atenção para os exímios progressos mais recentes da Filosofia Natural, quantos e quão maravilhosos inventos encontramos para comodidade da vida, para o engrandecimento da sociedade, para o aperfeiçoamento do engenho humano! A energia do vapor aplicada à navegação, às vias públicas e a muitíssimas fábricas; e também a utilização da Electricidade, o Daguerreótipo, o Telégrafo, a excelente forma de cultivar os campos e outros inventos fecundíssimos!

Eis, pois, Ilustres Académicos, o tão desejado campo de comodidades e utilidades que se abririam aos nossos povos, se fosse concedido à ciência da natureza o pleno direito de cidadania entre nós, se nutrido nesta ciência, um maior número se dedicasse à pesquisa, descrevesse e descobrisse os seus bens naturais, para divulgar quais são as nossas riquezas escondidas; se, de seguida, ensinasse a sua doutrina a outros; desta forma, esses bens se multiplicariam muito rapidamente; então, os nossos conterrâneos encontrariam em casa muitas coisas que agora tratam de importar de outras terras.

Convém, assim, que sigais, ilustres Jovens, os exemplos dos outros; que procureis esta celeberrima Academia; que bebais os fundamentos da Filosofia Natural muito enriquecida de dia para dia, e sobretudo, muito recentemente aberta a estudos mais alargados e excelentes da Física, da Química e da Agriologia. Bebidos, pois, os princípios desta ciência, convém que acendais a luz entre a plebe ignara, para que, movida pelo vosso exemplo, estando sujeita à saúde pública, procure o seu próprio benefício; com efeito, nenhuma região, em todo o orbe, produz coisas tão novas e tão úteis como a nossa pátria.

Ó tão afortunados, se conhecessem os seus benefícios, ...

Lusitanos.....

Portanto, excelentes Adolescentes, em nome de um fim nobre, prestai atenção ao seguinte: aprendei uma sólida filosofia, que revela o caminho a seguir e o modo de cultivar os campos e de aperfeiçoar as artes e o comércio.

Enquanto nos ocupamos na contemplação das Ciências, Ilustres Académicos, não é permitido esquecer quão importantes e úteis são as Letras Humanas, com cujos preceitos se aperfeiçoa a razão humana e o discurso e as mentes da juventude se preparam para estudos mais elevados.

Entre muitos dons naturais, pelos quais sobressai a natureza humana, dois brilham particularmente, a saber, a força de pensar e a faculdade de falar; a necessidade obriga a exercer estas importantíssimas faculdades; com elas adquirimos as coisas necessárias da vida, comparamos as disciplinas, e os homens de tal forma se distinguem entre si, que aqueles que costumam falar e pensar bem são chamados eruditos; os que o fazem mal, pelo contrário, são chamados ignorantes. E realmente, Ilustres Académicos, uma vez que acede ao conhecimento das disciplinas mais sérias o homem notabilíssimo que tiver valor pelo hábito e celeridade de bem pensar e de bem dizer, tal é sempre garantido por um estudo das humanidades, correctamente instituído e segundo os ritos,

ou seja, a Gramática, as Línguas Grega e Latina que, ornadíssimas pela abundância riquíssima e pela elegância, por tantos e tão preclaros factores de relevo são confiadas à humanidade, que hão-de ser consideradas de importância, durante tanto tempo quanto a sua glória estiver firmemente estabelecida nas boas letras. Mais cultivadas devem ser também as línguas da Europa, a Germânica em primeiro lugar; os elementos da Lógica, da Retórica, da História e também da Geometria. Existe, porém, uma ligação tão estreita entre Lógica e Gramática, quanta a que existe entre os conhecimentos e os sinais dos conhecimentos. Tal como é inerente a cada homem uma força de pensamento semelhante, assim todos são dotados de um órgão semelhante para emitir a voz, e é lançada com o mesmo ímpeto, para falar. E, assim como adquirimos o conhecimento das coisas, os ponderamos, os revolvemos de todo o lado, concebemos certos juízos, associamos e produzimos numa longa série, assim as línguas, posto que diversíssimas entre si, são tanto mais perfeitas quanto mais facilmente podem enunciar estas e outras acções da mente e mais distintamente expô-las. Além disso, quem desconhece que as palavras não foram inventadas apenas por esse motivo, para manifestarmos claramente os sentimentos da nossa alma, mas também para pensarmos mais rápida e mais expeditamente?

De imediato deve ser unido a estas duas disciplinas o ensino da Retórica, cuja tarefa é principalmente divulgar as leis, para que estas matérias que concebemos com a mente, não apenas muito claramente, mas também de forma tão apta, tão grave e tão suave as digamos, que possamos enfraquecer os espíritos dos outros e, se necessário, movê-los e orientá-los na direcção que quisermos. Que direi, na verdade, da importância da Geometria, cujo conhecimento é a primeira parte da Matemática, que exercita a mente e cujo uso ocorre em quase todos os actos da vida? Que direi da Geografia e da Cronologia, pois é manifesto que a sua utilidade abrange uma enorme extensão, não apenas no estudo da História, mas também no uso comum da vida? Que direi da própria História, quando temos aquela pública expressão de Cícero - que ela é mestra da vida e mensageira da verdade?

Por isso, Excelentes Adolescentes, percorrei com entusiasmo este estudo, arrebatadi, ávidos, estas disciplinas que os nossos antepassados deixaram coligidas e ponderadas, com muitas observações, com supremo labor, com maior esforço do vosso talento. Aceitai-as como uma herança riquíssima, ampliada em cada época, com todo o cuidado cultivada, para um dia a transmitirdes à posteridade, muito mais engrandecida.

Ponde diante dos vossos olhos, excelentes Adolescentes, todos os aspectos da idade humana, todos os perigos das situações, todas as vicissitudes. Percorrei com o espírito e o pensamento todos os métodos e caminhos que devem ser instituídos para a vida; não encontrareis absolutamente nenhum que não precise do estudo das letras e das ciências. De facto, o talento é fortalecido pelas ciências, como o corpo pelo movimento; o talento, sem conhecimento, enfraquece, tal como o corpo pela inércia. O talento sem cultura é semelhante a um jardim abandonado; a que cume,

porém, o talento conduzido pela sabedoria pode ascender, suficientemente o demonstraram Hipócrates, Euclides e Newton. Ilustrado pelas ciências, o menor principado na Europa resplandece com luz mais duradoura e clara do que o maior império na Ásia; são, na verdade, as Ciências a luz que a todas as sociedades e reinos concede um claro dia.

E as Universidades foram criadas de maneira a que a selectíssima juventude nelas se alimentasse, e de seguida se distribuísse por todo o reino, na qualidade de mais nobilitada pela cultura. Entretanto, no estudo das Ciências, a nenhuma das Universidades cede a de Coimbra, quer pelo máximo cuidado em cultivar os estudos das línguas e das letras humanas, quer pela igual sabedoria e pela suprema solicitude em prosseguir os estudos de todas as Ciências. Daí o facto de muitos homens terem saído desta Academia com ilustre erudição e munidos de superior sabedoria, cujos nomes, conhecidos até no estrangeiro, tanto ilustraram a Pátria e a própria Academia.

Por tantos auxílios, pois, por tantos exemplos e estímulos incitados, que hesitais? Porque esperais, excelentes Adolescentes? Procurai a glória confiada aos sábios. Agindo assim, desempenhais a vossa obrigação, de espírito agradecido, para com os salvadores da Pátria, a Excelsíssima Rainha e o Augustíssimo Rei, dulcíssimos refúgios das letras, que, vigilantes pelo bem das ciências, não desdenharam assumir a Régia Tutela desta Universidade, para tranquilamente residirmos sob uma sombra tão Augusta. Nunca faltará, pois, a nossa deferência; nunca se calará o louvor dos Lusitanos; nunca cessarão de vos agradecer. Cumpri simultaneamente o vosso dever para com o Excelentíssimo Conde Reitor, que tendes como Protector das excelentes Artes, tão louvado pela solicitude como pela sabedoria; a ti, repito, apesar de ausente, os maiores agradecimentos pelos benefícios a mim prestados; esforçar-me-ei para que nunca te arrependas da tua benevolência. Nem ao Ilustríssimo Pró-Reitor, do Conselho da Régia Majestade, cujo empenho incansável de a todos bem fazer, nas questões Académicas, é mais que suficientemente conhecido, e cuja amizade e benevolência sempre foi para mim agradabilíssima. Finalmente, cumpri o vosso dever, de espírito agradecido, para com os competentíssimos Professores de todas as classes, que com tantos cuidados e tanta diligência vos conduzem ao almo e optimamente cultivado campo das Ciências.

Vós, generosa Juventude Lusitana, vós, repito, esperança da Pátria, glória da Academia, procurai alcançar óptimos resultados; lançai-vos, de noite e de dia, na meditação de todas as doutrinas. Respondereis assim, com muito louvor e para vossa utilidade, aos votos e desejos dos vossos pais, bem como às comodidades e expectativas da Pátria, e à glória e ornamento do nome Lusitano.

DISSE.

Tradução de:
HELENA COSTA TOIPA

Doutor
António Egípcio Quaresma de Carvalho Vasconcelos

1850

António Egípcio Quaresma de Carvalho Vasconcelos

•

Nasceu em Condeixa-a-Nova onde foi baptizado a 12 de Abril de 1819.

Faleceu em Condeixa-a-Nova a 3 de Julho de 1911.

Carreira Académica

Matriculou-se nas faculdades de Matemática e Filosofia em 1835,
e na de Medicina em 1838. Bacharel em 1843. Licenciado e Doutor em 1845.

Professor Catedrático desde 1859, jubilou em 1881.

Leccionou: Medicina Legal, Higiene Pública, Policia Médica e História da Medicina;
Física Médica, Aparelhos, Operações Cirúrgicas e Arte Obstétrica; Clínica dos Homens;
Clínica das Mulheres; Anatomia Humana Descritiva e Comparada; Fisiologia e Higiene;
Patologia Médica, Nosologia, Terapêutica e Doutrina Hipocrática e Moléstias das Mulheres
e dos Recém-nascidos; História Natural Médica, Matéria Médica, Química Médica
e Farmácia; Matéria Médica e Farmácia.

Cargos Exercidos

Secretário, Fiscal, Decano e Director da Faculdade de Medicina de Coimbra.
Deputado às Cortes. Presidente da Comissão de Recenseamento do Concelho de Coimbra
em 1857. Presidente da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova.

Distinções

Par do Reino. Conselheiro.

Sócio honorário do Instituto de Coimbra.



António Egípcio Quaresma de Carvalho Vasconcelos

Retrato de Julião Martins, 1882, foto José Luis Braga - *Filipe Braga Fotografia*, 2001, cortesia de sua bisneta,
Senhora D. Maria Manuel Lopes Quaresma Vasconcelos Gota

*Oratio, quam pro Annua Studiorum
Instauratione, Pridie Idus Octobris Anni MDCCCL,
in Conimbricensi Academia, ex Decreto 20
Septembris 1844, art. 124. habuit Doctor Antonius
Aegyptius Quaresma de Carvalho Vasconcellos,
Medicus.*

*Filius sapiens laetificat patrem: Filius vero stultus
moestitia est matris suae.*

Parab. Salom. (Proverb. cap. 10. v. 1).

Hunc in amplissimum locum, Viri Academici, timore oppressus, ascendo; quippe qui perdifficilem rem, de qua mihi apud vos hodierno die dicendum, cognitam plene habeam. Vocibus certe plenioribus, canoris, blandisque simul et acutis; vocibus nunc in animis leniores nunc vehementes adfectus excitantibus, coetum istum praeclarissimum assuetum esse, me haudquaquam praeterit. Vox autem mea rudis est atque imbecillis: hinc eam apud auditores animi fortes, doctrinaque repletos emissurus, contremisco. Semper quidem apud magistrum discipulus timet; apud sapientem ignarus. Mihine tamen fas erit, meum iis relinquere munus, qui majore vestri omnium adprobatione, magisque pretioso fructu ipsum implerent? Minime, Viri Academici; huc enim ut veniam, non sponte animus inclinatur, sed officium cogit. De Scientiis itaque dicam; ac de iis dicens quin vestra proferam nomina, saltem me in vestris laudibus attingendis consolabor. Qui doctum praeconio commendat officii sui partes implet; qui vero officio fungitur, numquam est audientium favore indignus. Spero igitur, vos mihi fore benevolos. Scientiae originem investigare, quam utilis, quam necessaria sit, et ad quantum perfectionis fastigium evecta fuerit, dicere, en provincia mea. Adeo certe amplius, adeo mihi arduus est campus iste, ut vix in eum vertere oculos ausim; quo summa tantum materiae capita leviter perstringam.

Eae sunt nobis agendi viae; eae sunt facultates, ut nihil, nisi a posteriori, cognoscere possimus. Quo pacto, quod alii sentiunt, nisi per id, quod in nobismet ipsi sentimus, perspicere licebit? Adeo notionibus indigemus, ut ex nostris tantum finitis perfectionibus de infinitis aliquid conjicere valeamus.

Tantummodo ex effectis ad causas proficisci nobis datur; quae, dum eas retro perscrutamur, in infinito sese abscondunt. In Graeco illo – *nosce te ipsum* – prima nobis est Scientiarum origo quaerenda. Ut ad fines, ad quos natura destinati sumus, perveniamus, vias, quae in eos ducant, inire opus est: quaenam vero istae viae? Corporis nostri organa, nostrae mentis facultates: ut ista organa, ut istae facultates rectae possint esse viae, ali, augeri ac perfici ea necesse est; quae efficiendi rationem quaerere ipsa nos cogit necessitas. Haec igitur nobis Scientiae origo.

Quum praecipuus autem sit Scientiae finis necessitatibus mederi, sine quo naturae officia obire nequiremus, unam tantum esse patet; nomen ipsius unum, – *Scientiam* –; et tum modo diversas accipere adpellationes, quum eam ad singulas rationes referimus, quae necessitatibus illis quam proxime occurrunt.

Homo nascitur; statim primam cibi capiendi necessitatem ostendit impressa animantibus a natura incitatio. In iis autem rebus, ad quas alendi gratia nos incitare possit natura, multae profecto sunt, quae non alunt, sed nocent: unde altera oritur necessitas, in iis nempe, quae nos circumdant, rebus, eas dignoscendi, quae ad alendum maxime prosunt, ut his utamur; nocentes vero fugiamus. Ejusmodi omnium necessitati, ut nunc se humanum genus habet, quaecumque faciant satis, producere jam sola per se nequit natura: ei proinde nos oportet operam dare; in ejus adsiduo versari studio; eam denique pernoscere, ut non alimenta modo ferat, verum plura quoque, quam sine opera nostra ferret. Itaque, simul atque luce, res, quae sive prosint, sive noceant, sive sint inter utrasque mediae, ostendente, adficitur homo, res eas tenetur quam perfectissime callere. Hinc necesse est ad agens hoc naturae principium animum adjicere: quae de caeteris etiam rationibus cognoscendi res, ad nos alendos et conservandos necessarias, intelligenda. En proprie dicta Philosophia.

Haec autem Scientia propriis in effectis imperfecta maneret, si nostri hujus globi motus ac relatione cum astris, quae in eum vim habent, nos laterent; si non modo res ignorarentur, quae alibi abundant, alibi desunt, sed etiam viae ac rationes, res eas, secundum orbis plagas ac regiones, mutuo commutandi; si denique res nesciremus in eos usus adcommo-
dare, qui in necessitatum nostrarum subsidium destinantur. En Mathesis.

Satis autem erit, si homo nutriatur? Nequaquam. Necesse est etiam ut servetur. Quum in immenso spatio sit homo positus, organis instructus, quae numquam satis ipse miretur, undique agentibus principiis circumdatus, quae exitium sibi adferre possint; equidem nescimus, utrum magis mirandum sit eum existere, an servari. Naturae igitur incitatione necesse est, ut homo sui exitii causas amoveat, et mala, quae semel eadem causae adtulerunt, repellat. Si una cum homine

conservationis nascitur necessitas, cum ipso quoque nascatur, necesse est, Scientia, quae de ejusmodi conservatione agat. Non se servare tantum contendit homo; mori et pati conditiones sunt humanae naturae conjunctae: remedium igitur adhibere, ut servemur, remedium, ne patiamur, necessitates pariter sunt hominis naturae inhaerentes. Haec remedia in Scientia illa reperiuntur, cui aptare licet illam Huffelandii de opio, quatenus medicamine, sententiam = sacra vitae anchora circumspecte agentibus: cymba Charentis in manu imperiti =. En Medicina.

At quamvis omnes istae rationes adhibeantur, et sic primis necessitatibus occurratur, adhuc tamen infirmus, tamquam fortiori obnoxius, tum modo existeret ac servaretur, quum id sibi fortis permetteret; physice namque ac moraliter sumus inaequales: hinc alia magni momenti necessitas adparet. Cui ut homo subveniret, quadam sibi a natura insita usus est conditione; quae nos, incitante natura, ad aliorum opem exposcendam adducit, quotiescumque nostrae non sufficiunt vires, quo dubiis de rebus exeamus: est in societatem propensio: illius ope, omnium voluntatibus in unum finem copulatis, infirmus fortiori redditur aequalis, et nihil aliud cuiquam timendum restat, quam suarum virium ac voluntatum conjunctionis effectum: unde lex cujus haec principia = neminem laede; jus suum cuique tribuito; quod tibi fieri vis, alteri facito; aliorum jura ne impedias, ut ab aliis non impediatur tua =. His tantum innixus principiis bonus potest apud malum tutus vivere; crimini metum incutere innocentia; et forti infirmus viribus exaequari. En Jus.

Hunc in modum necessitatibus vitae succurritur.

Sed homo duas in se substantias agnoscit, - corpus nempe ac spiritum -; quorum illud partium dissolutione perit, hic permanet, et est corpori superstes; alioquin homo foret creatis in rebus miserrima: multa namque sunt humanitatis mala, crimina plurima, quae non semper in praesenti vita puniuntur; neque virtus, quae sola humanitatem nobilitat, merito destitui praemio debet. In nobis conscientia loquitur, docetque nos ab Ente supremo stricte pendere: hinc alia necessitas; fides scilicet, cultusque Enti tributus, quod potestatem habet hominibus negatam. En Religio, ideoque Theologia.

A necessitate in necessitatem nobis hominem contemplantibus initium fuit Philosophia, finis Theologia. Alius est autem Scientiarum ordo; quum enim omnibus, quae ipsum circumdant, utendi facultatem homo acceperit, semper et ubique naturae ordini substituit cum, qui suis notionibus maxime consentiret, nunc temporis, nunc loci, nunc aliis, sibi forsitan minime definiendis, adjunctis excitatus. Quicquid tamen sit, par est omnium Scientiarum momentum. Sine religione parum proficeret lex; sine lege admodum lento gradu naturales procederent Scientiae; sicut sine his parvi jus esset pretii, modica vero fides et Divinitatis cultus. Est hic velut quidam fasciculus, quinque floribus constans, quorum si unum tantum, quicumque sit, detrahas inconditus fasciculus erit atque inconcinnus. Semper id apud omnes gentes observatum; Scientiae unius perfectio in alias redundat semper, unius lapsus aliarum lapsum necessario secum pertrahit.

Scientiarum necessitate demonstrata, quid reliquum est, Viri Academici? Earum utilitatem demonstrare? Haec ex illa necessario consequitur; probato enim, quod est majus, quid interest probari minus? Nulla est gens, quae se florentem labentemve non proclamet, prout retroeunt, sive progrediuntur Scientiae. Nemo autem negabit, consentientem sibi populorum vocem esse quoddam veritatis testimonium. Quaedam etiam praestantiae jactatio gentem illam adficit quae Scientiis alias antecellit. Quid ita? Quia intelligit, praeter majus nomen et gloriam, quae Scientiae pariunt, suis utilitatibus easdem magis inservire: pluribus necessitatibus occurrit; quod si non est utile, quid aliud erit?

Ubi necessariam utilemque rem esse innotescit, eandem manifestum est, quo perfectior erit, eo praesentius necessitatibus nostris remedium adferre, ipsamque evadere utiliore. Ejusmodi fuere hodieque sunt adsiduae humani generis contentiones: quod si nunc Scientiae summum perfectionis non tenent gradum, longe tamen exsuperant superiorum saeculorum conditionem.

Nobis persuasum est, eo perfectiorem esse quamque religionem, quo diutius manet, latiusque effunditur; quod nostrae datum est: id vero, quin ad historiam hic perfugiamus, omnibus nostris compertum; omnes, Deo favente, sentimus.

Novam hodie Scientia juris faciem offert; *absoluti* juris principium in populare jus conversum est; hinc nova rerumpublicarum forma, quae, a summa unius potestate paulatim discedens, gentes amplius fortiusque tuetur, indeque in earum cultum ac felicitatem necessario confert. Solidioribus fundamentis impositum, jus publicum tutius et efficacius civile reddit jus; vita opesque civis minus discrimen subeunt. Juris materiae alia non minoris ponderis addita est, quae majorem genti divitiarum praestat copiam, - oeconomia politica.

In Medicina, spectativam partem posthabendo, adcuratiorem experimentis operam dedimus, quod solum est firmum in Scientiis, quae observationem spectant, fundamentum; systemata fugimus, ut naturam sequamur et adjuvemus. Inspectus est etiam, quantum humanae capiunt vires, homo physicus; qua in cognitione posita est moralis hominis cognitio; quod necessario in alias redundat Scientias. Medicinae progressionem debetur etiam liberalior populorum educatio, qui publicae hygieinae, latius hodie progredientis, beneficio perfuncti, multis malis quae ipsos quondam opprimebant exitioque dabant liberantur; et, ut quibusdam aliis, quae seu civium inopia seu imperii clavum tenentium incuria nunc etiam existunt, eripiantur, praestantem quotidie accipiunt opem. Quamobrem non solum medendi Scientia nomine insigniri debet hodie Medicina.

In Mathesi pro nobis loquatur Portucalia, quae numquam ex memoria deponet, quantum hujus Scientiae culturae profecerit Henricus Princeps, in hoc suggestu toties jure ac merito celebratus; cui plurimum haec nostra debet Universitas. Et sane, nostrae fortunae ac dignitatis adcessionem maxima ex parte Scientiae hujus perfectioni debentur; quae numquam delendis

characteribus in hominum animis tot Lusitanorum impressit nomina, qui in toto terrarum orbe aemulationem concitarunt.

In Philosophia pro nobis loquuntur ferrea itinera, omnes vaporis atque *electricitatis* adplicationes, et fabricarum caeterarumque constructionum, in quibus aër et alia sunt moventes vires, magnum incrementum.

Quemnam vero fructum ex omnibus ejusmodi Scientiis homo caperet, si intellectu eas comprehendere nequiret? Provida semper natura duabus hominem elementariis facultatibus donavit, - loquendi scilicet ac ratiocinandi -, quo duplici elemento aptum se ipse reddere potest ad Scientias, quibus caret, recte intelligendas. Attamen, si necesse est, ut se nutriat, servet ac perficiat homo physicus, eadem moralem hominem urget necessitas: necesse est dicendi et cogitandi vim nutrire, servare ac perficere, quum, recte modo animi sensa promendo, et adcurate cogitando, ipse possit inire superiorum Scientiarum cognitionem. Ab humanioribus equidem literis petendum hoc auxilium est; adeo ut, eae quum sint quasi quaedam scala, qua facilius ad altiora studia perducamur, non ideo tamen sint minus, immo plus, quam caetera studia, necessariae; quibus fundamentum jaciunt, sine quo certe quicquid superstruxeris, corruet. Hinc Grammaticae, Philosophiae rationalis et moralis, aliarumque artium ac linguarum, quae cum illis arcte sunt devinctae, studium perquam necessarium.

Juvenes Academici, qui ad Scientiarum studium vos addixistis, pulchrum amplumque vestris cogitationibus apertum cursum relinquo. Utilitas et gloria fortissima profecto sunt, quibus omnis ingenuus cultusque homo ascenditur, incitamenta. Tota igitur mente omnique animi impetu in Scientias incumbite; utilitatem habebitis et gloriam. Quamdiu in orbe exstiterit humanitas, ad remunerationem divinam contendet homo; de forti queretur infirmus; patietur; amplificatione ac nutritione indigebit. Proinde quamdiu exstiterit humanitas, vestra quaeretur opera; en copiosum utilitatum vestrarum fontem. Quodnam magis Sacerdoti solatium, quam esse consciunt, quod ab exitii via hominis animam averterit? Curate igitur, Juvenes Theologi, ut magnopere erudiamini; a vestra namque doctrina pendet populi, qui ad vos propius vivit, institutio; et gloriamini per eam vos obtinuisse, quod per fanaticum furorem, et hyprocrisin, omnium vitiorum pessimum, tot alios consequi non pudet. Quodnam majus perpolitio homini praemium, quam sibi esse persuasum, facere ut suum cuique tribuatur, et ut integrae familiae, indigentiae, contemptui ac miseriae saepe forsitan devotae, felicitati restituantur? Id vobis praemium est in Juris facultate repositum. Quodnam dulcius decus, quam, sepulcro paene traditum filium parenti, parentem filio, conjugum conjugem, amico amicum restituere? Id vobis consequi licet Medici Juvenes. Quodnam pulchrius triumphus genus, quam patriam amplificare, eamque ab hostibus exitioque eripere? Quam nobilis ostentatio est futuri phaenomena tuto praedicere? Id ad vos pertinet, Juvenes Mathematici. Quodnam tandem magis animum oblectet, quam aliorum sortem reddere meliorem, iis in suis laboribus praestando levamen, resque ad vitam agendas tum utiliores, tum

minimo sumptu partas, eisdem suppeditando? Hoc vos adfici praemio, fas est, Philosophiae addicti Juvenes.

Non vero sat est literarum studia persequi; oportet insuper bonis moribus exornari: nostrae vitae literariae moralisque ratio exemplo alitur et roboratur. En vobis optima et quam perfectissima exemplaria; in eorum vestigiis insistite; ab iis omnia discite, ut, quod illi in vos, in caeteros vos esse possitis. Confisi denique estote in longe meritissimo Rectore, Regiae Majestatis a Consiliis, qui vos tuto potest praesidio tegere; tum etiam in eis, quibus reipublicae gubernaculum, quorumque est vos dignis praemiis decorare.

*Oração que na solene abertura
anual dos estudos, no dia 14 de Outubro de 1850,
na Academia Conimbricense, por Decreto de 20 de Setembro
de 1844, art. 124, pronunciou o Doutor António Egípcio Quaresma
de Carvalho Vasconcelos, Médico.*

*O filho sábio é a alegria de seu pai,
o insensato, porém, é a tristeza de sua mãe.*
Parab. Salom. (Prouerb. cap. 10. v. 1).

Subo a este notabilíssimo lugar, Ilustres Académicos, dominado pelo temor, eu que conheço perfeitamente o assunto, por demais difícil, sobre o qual, no dia de hoje, me devo pronunciar. A vozes certamente mais fortes, melodiosas, simultaneamente brandas e agudas, a vozes que despertam nos espíritos ora impressões mais suaves, ora veementes, está esta ilustríssima assembleia habituada, não o ignoro minimamente. A minha voz, porém, é rude e humilde; prestes a emití-la, daqui, entre auditores fortes de espírito e cheios de sabedoria, começo a tremer. A verdade é que um discípulo é sempre receoso junto de um mestre, como um ignorante junto de um sábio. Ser-me-á, todavia, permitido deixar-lhes a minha tarefa, para que a desempenhem com maior aprovação de todos vós e com mais precioso resultado? De forma nenhuma, Ilustres Universitários! Com efeito, para vir até aqui, não se inclina o espírito de livre vontade, obriga-o o dever. Falarei, pois, das Ciências. E falando delas, ao proferir os vossos nomes, pelo menos, me consolarei de alcançar os vossos louvores. Aquele que elogia um erudito, cumpre os deveres da sua tarefa. Aquele que verdadeiramente cumpre a sua tarefa, nunca é indigno do favor da assistência. Espero, pois, que sejais benevolentes comigo. Investigar a origem da Ciência, a sua utilidade, a sua necessidade, e dizer a que ponto culminante de perfeição terá sido elevada, eis a minha missão. É tão amplo, tão árduo para mim este campo, que mal ousa

voltar os olhos para ele; por isso apenas aflorarei levemente os mais importantes capítulos da matéria.

São de tal natureza as nossas maneiras de proceder, de tal natureza as nossas faculdades, que nada podemos conhecer, a não ser *a posteriori*. De que modo nos será permitido perceber o que os outros sentem, a não ser através daquilo que nós mesmos sentimos em nós próprios? E de tal modo temos falta de conhecimentos, que apenas podemos conjecturar, a partir das nossas perfeições simplesmente finitas, algo das infinitas.

Somente nos é dado partir dos efeitos para as causas que, enquanto são perscrutadas de um lado, se escondem no infinito. Aquela sentença do Grego, *Conhece-te a ti próprio*, é a origem primeira das Ciências que devemos procurar. Para chegarmos aos fins para que estamos destinados por natureza, é preciso percorrer os caminhos que nos levam a eles. Quais são, então, esses caminhos? Os órgãos do nosso corpo, as faculdades da nossa mente; para que esses órgãos, para que essas faculdades possam ser caminhos correctos, é necessário que sejam alimentados, aumentados e aperfeiçoados. A própria necessidade nos obriga a procurar a forma de o fazer. Esta é, pois, para nós, a origem da Ciência.

Como a principal finalidade da Ciência é acudir às necessidades, sem o que não poderíamos desempenhar os deveres da natureza, revela-se ser apenas uma; o seu nome é único - Ciência; e apenas recebe diversas denominações quando a remetemos para cada uma das situações que se aproximam o mais possível daquelas necessidades.

Nasce o homem; de imediato, um impulso impresso nos seres animados pela natureza revela uma primeira necessidade de se alimentar. Naqueles alimentos, porém, que a natureza nos possa incitar a comer, muitos são certamente os que não alimentam, mas prejudicam. Daí nasce a outra necessidade de, naqueles alimentos que nos rodeiam, seleccionar aqueles que são mais úteis para a alimentação, para os utilizarmos, e de evitarmos aqueles que deveras nos fazem mal. A tal necessidade de todos os alimentos, tal como agora se comporta o género humano, já a natureza não pode produzir, por si só, o que satisfazer. Convém, pois, que nós lhe prestemos algum auxílio; que nos lancemos no seu estudo assíduo, e finalmente, que a conheçamos bem, para que não simplesmente produza alimento, mas que ainda produza mais do que produziria sem o nosso esforço. E assim, a partir do momento em que, com uma luz reveladora, o homem é dotado daquelas coisas que fazem bem ou que fazem mal, ou que estão entre os extremos, é levado a conhecê-las a fundo, o mais perfeitamente possível. Daqui, é necessário unir o espírito a este princípio activo da natureza, para reconhecer a partir também de outras áreas do conhecimento, aqueles produtos necessários para nos alimentarmos e conservarmos. Eis, propriamente dita, a Filosofia.

Esta Ciência, porém, nos seus próprios efeitos, permaneceria imperfeita, se nos fossem desconhecidos os movimentos e as relações deste nosso globo com os astros que exercem a sua

energia em relação a ele; se não só se ignorassem aqueles produtos que abundam num lado e faltam noutra, mas também aquelas vias e formas de trocar mutuamente esses produtos, conforme as praias e regiões do orbe terrestre; e finalmente, se não soubéssemos acomodar as coisas àqueles usos que se destinam a um aumento das nossas necessidades. Eis a Matemática.

Será, porém, suficiente que o homem se alimente? De maneira nenhuma. É necessário também que se salve. Como o homem foi colocado no imenso espaço, dotado de órgãos, que nunca cessa ele próprio de admirar profundamente, circundado por todos os lados de princípios actuaes, que lhe podem causar perdição, a verdade é que não sabemos que mais admirar: que ele exista ou que seja preservado. É necessário, pois, por incitamento da natureza, que o homem afaste as causas da sua perdição e expulse os males que, uma vez, as mesmas causas provocaram. Se juntamente com o homem nasce a necessidade de salvação, é necessário que com ele também nasça a ciência que trata deste género de salvação. Não se esforça apenas o homem em salvar-se; morrer e sofrer são condições que andam unidas à condição humana; por isso, ministrar remédio para nos salvarmos, remédios para não sofrermos, são necessidades que andam de par, inerentes à natureza humana. Estes remédios encontram-se naquela Ciência à qual convém ajustar aquela sentença de Huffelandio, sobre o ópio, sobre até que ponto é um medicamento: sagrada âncora da vida para os que agem com circunspecção ou barco nas mãos de Caronte imperito. Eis a Medicina.

Mas ainda que se apresentem todas estas razões e assim se acuda às primeiras necessidades, débil ainda, todavia, tal como o submisso perante o mais forte, não só existiria ou se conservaria apenas, como ainda isso lhe permitiria ser forte. Com efeito, física e moralmente somos desiguais; daqui surge outra necessidade de grande importância. Para vir em seu socorro, o homem usou uma determinada condição inserida em si pela natureza que, com o seu incitamento, nos leva a pedir o auxílio dos outros todas as vezes que as nossas forças não são suficientes; com isso nos livramos de situações duvidosas. Existe uma tendência viver em sociedade; com o auxílio daquela, unidas para uma só finalidade as vontades de todos, o fraco torna-se igual ao forte, e ninguém tem nada a temer, para além do resultado da união das suas forças e vontades; daí, a lei, que apresenta estes princípios: não prejudiques ninguém; atribuí a cada um a justiça que lhe é devida; o que queres que te façam a ti, fá-lo tu ao outro; não ponhas obstáculos aos direitos dos outros, para que não te sejam postos a ti pelos outros. Apoiando-se nestes princípios apenas, pode o bom viver seguro entre o mal; a inocência incutir medo ao crime e o fraco igualar em forças o forte. Eis a Justiça.

Deste modo se auxiliam as necessidades da vida.

Mas o homem reconhece em si duas substâncias, ou seja, o corpo e o espírito; destes, aquele morre com a dissolução das partes; este permanece e sobrevive ao corpo; de outro modo, o homem seria a mais infeliz das criaturas; com efeito, muitos são os males da humanidade, e ainda

mais os crimes, que nem sempre são punidos na vida terrena; e nem a virtude, que por si nobilita a humanidade, deve ser destituída do merecido prêmio. Em nós fala a consciência que nos ensina a estar suspensos estritamente do Ser supremo. Daqui surge outra necessidade: a fé, isto é, o culto e tributo ao Ente, que tem o poder negado aos homens. Eis a Religião, isto é, a Teologia.

De necessidade em necessidade, para nós que contemplamos o homem, o início foi a Filosofia, o termo a Teologia. Outra é porém, a ordem das Ciências. Com efeito, ainda que o homem tenha recebido a faculdade de utilizar tudo aquilo que o circunda, sempre e em todo o lado coloca abaixo da ordem da natureza o que estiver maximamente de acordo com os seus conhecimentos, excitado com circunstâncias acessórias, quer de tempo, quer de lugar, quer outras, talvez para si sem a mínima necessidade de definição. Seja como for, todavia, é igual a importância de todas as Ciências. Sem a religião, pouco valeria a lei; sem a lei, a um passo muito lento avançariam as Ciências Naturais; tal como, sem estas, o direito seria de pouca importância e módica a fé e o culto da Divindade. Este é como um pequeno ramo, composto de cinco flores, das quais, se apenas uma, qualquer que ela seja, for arrancada, o feixe ficará desordenado e sem arte. Sempre foi assim observado entre todas as nações; a perfeição de uma só Ciência reflecte-se sempre nas outras; a falha de uma só arrasta consigo necessariamente a falha das outras.

Demonstrada a necessidade das Ciências, o que resta, Ilustres Académicos? Demonstrar a sua utilidade? Esta é necessariamente consequência daquela. Provado, pois, o que é maior, que interessa provar o que é menor? Não há nenhuma nação que se não proclame florescente ou decadente, conforme progredem ou retrocedem as Ciências. Ninguém, porém, negará que a voz dos povos concordando entre si é testemunho certo de verdade. Uma determinada ostentação de superioridade impressiona aquela nação que ultrapassa as outras pelas Ciências. Porquê então? Porque percebe que, para além de um maior nome e glória que as Ciências originam, elas proporcionam mais que a sua própria utilidade: acorrem a numerosas necessidades. Se isto não é útil, que outra coisa será?

Quando se torna conhecido que uma coisa é necessária e útil, é manifesto que a mesma tanto mais prontamente traz remédio às nossas necessidades, quanto mais perfeita for, e ela própria acaba por ser mais útil. Desta natureza foram e são hoje os assíduos esforços do género humano; porque se agora as Ciências não detêm o grau supremo da perfeição, elas superam de longe a situação dos séculos anteriores.

Estamos persuadidos de que tão mais perfeita é a religião, quanto por mais tempo permanecer e quanto mais longe se difundir, como foi concedido à nossa. Isso, na verdade, sem que fujamos, neste momento, para a história, está claro para todos os nossos. Todos, se Deus o permitir, o sentimos.

No dia de hoje, a Ciência do direito oferece uma nova face; o princípio do direito *absoluto* converteu-se em direito popular. Daqui a nova forma das repúblicas que, afastando-se paulatina-

mente do supremo poder de um só, protege mais ampla e seguramente as populações e, de seguida, contribui necessariamente para o progresso e felicidade delas. Imposto por fundamentos mais sólidos, o direito público torna o direito civil mais seguro e eficaz; a vida e os bens do cidadão correm menos perigo. À matéria do direito, outra de não menor peso se juntou, que garante uma maior abundância de riquezas à população - a Economia Política.

Na Medicina, colocando em segundo lugar a parte especulativa, prestamos uma assistência mais escrupulosa às experiências, o que é por si só firme fundamento, nas Ciências que contemplam a observação; evitamos os sistemas, para seguirmos e ajudarmos a natureza. O homem físico é também examinado, para saber quanto a energia humana suporta; no conhecimento disto está colocado o conhecimento do homem moral, o que necessariamente transborda para as outras Ciências. Ao progresso da Medicina se deve também uma educação mais liberal dos povos que, gozando do benefício da higiene pública, hoje largamente em progresso, são libertados de muitos males que outrora os oprimiam e eram causa de perdição; e, para serem arrebatados àqueles outros males que, quer devido à pobreza dos cidadãos, quer devido à incúria dos que detêm o leme do poder, ainda hoje existem, recebem todos os dias auxílios notáveis. Pelo que, não só pelo nome de ciência de curar deve, hoje em dia, ser designada a Medicina.

Na Matemática fala por nós Portugal, que nunca afasta da memória quanto contribuiu para o progresso desta Ciência o Príncipe Henrique, nesta tribuna tantas vezes justa e merecidamente celebrado, a quem esta nossa Universidade deve muitíssimo. E seguramente os acréscimos da nossa fortuna e dignidade devem-se, na maior parte, ao aperfeiçoamento desta Ciência que, em caracteres que nunca devem ser destruídos, imprimiu nas almas dos homens, os nomes de tantos lusitanos que concitaram a emulação de todo o orbe terrestre.

Na Filosofia, falam por nós os caminhos de ferro, todas as aplicações do vapor e da electricidade e o grande aumento de fábricas e outras construções, que têm o ar e o vento como forças motrizes.

Que fruto colheria verdadeiramente o homem, de todas estas Ciências, se não pudesse compreendê-las com o seu intellecto? A natureza sempre providente dotou o homem de duas faculdades elementares, a saber, falar e raciocinar; com este dúplice elemento, pode tornar-se ele próprio apto a perceber correctamente as ciências de que carece. Contudo, se é necessário que se alimente, conserve e aperfeiçoe o homem físico, a mesma necessidade oprime o homem moral; é necessário alimentar, conservar e aperfeiçoar a energia de falar e pensar, uma vez que, exprimindo correctamente apenas os sentimentos do espírito e cuidadosamente reflectindo, ele próprio pode alcançar o conhecimento das Ciências superiores. Na verdade, é necessário solicitar esse auxílio às Humanidades; de maneira que, ainda que eles sejam quase como uma escadaria para mais facilmente aceder aos estudos mais elevados, não são, todavia, por isso menos necessárias; pelo contrário, são-no ainda mais que os restantes estudos; com eles, lançam-se os fundamentos,

sem os quais ruiaria o que quer que se tivesse construído por cima. Daqui a absoluta necessidade de estudo da Gramática, de Filosofia racional e moral, das outras artes e línguas, que com elas estão severamente unidas.

Jovens Acadêmicos, que vos devotastes ao estudo das Ciências, deixo-vos um percurso aberto, belo e amplo, para os vossos pensamentos. A utilidade e a glória são, sem dúvida, incitamentos poderosíssimos, e por eles todo o homem nobre e culto se inflama. Com toda a inteligência, portanto, e com todo o ímpeto do espírito, entregai-vos inteiramente às Ciências; encontrareis utilidade e glória. Enquanto, no orbe, existir a humanidade, o homem procurará alcançar a recompensa divina; do forte se lamentará o fraco; sofrerá; será privado de crescimento e nutrição. Por isso, enquanto existir a humanidade, será procurada a vossa profissão; eis a fonte copiosa da vossa utilidade. Que maior consolo para o Sacerdote do que estar consciente daquilo que afasta a alma do homem da via da perdição? Cuidai, pois, Jovens Teólogos, para que vivamente vos aperfeiçoeis; com efeito, da vossa sabedoria depende a instrução do povo, que vive mais próximo de vós; e alegrai-vos por, através dela, terdes obtido aquilo que, através do furor fanático e da hipocrisia, que é o pior de todos os vícios, tantos outros se não envergonham de alcançar. Que maior prémio, para o homem educado, do que persuadir-se a fazer com que a cada um seja atribuído o que é seu, e com que famílias inteiras, tantas vezes entregues à indigência, ao desprezo e à miséria, sejam restituídas à felicidade? Tendes esse prémio colocado na faculdade de Direito. Que mais doce glória do que, quase a caminho da sepultura, restituir o filho ao pai, a cônjuge ao cônjuge, o amigo ao amigo? Isso é-vos possível alcançar, Jovens Médicos.

Qual a espécie mais bela de triunfo, se não a de engrandecer a pátria e arrebatá-la dos inimigos e da perdição? Quão nobre é a revelação de predizer com segurança os fenómenos do futuro? Isso é convosco, Jovens Matemáticos. O que é que, finalmente, deleita mais o espírito, do que tornar melhor a sorte dos outros, levando-lhes alívio nos seus sofrimentos, fornecendo-lhes em abundância coisas ora mais úteis para viver, ora adquiridas com o menor gasto? É lícito que se vos atribua este prémio, Jovens dedicados à Filosofia.

Não é, na verdade, suficiente seguir os estudos das letras, é necessário, além disso, ilustrar-mo-nos com bons costumes; a orientação da nossa vida literária e moral alimenta-se e robustece com o exemplo. Eis os vossos ótimos e mais perfeitos modelos; insisti nas pegadas deles; aprendei tudo com eles, para que o poder que eles têm sobre vós, assim vós o tenhais sobre os outros. Confiai finalmente no meritíssimo Reitor, dos Conselhos da Régia Majestade, que vos pode proteger em refúgio seguro; e também naqueles que têm o leme da República, que merecem ser dotados de dignos prémios.

DISSE.

Tradução de:
HELENA COSTA TOIPA

Doutor
António Joaquim Ribeiro Gomes

1855

António Joaquim Ribeiro Gomes de Abreu



Nasceu em Moreira de Rei (Fafe), onde foi baptizado a 24 de Fevereiro de 1812.

Faleceu em Bromsbach (Alemanha) a 15 de Junho de 1867.

Carreira Académica

Matriculou-se nas faculdades de Matemática e Filosofia em 1838,
e na de Medicina em 1842. Bacharel em 1848. Doutor em 1852.
Substituto extraordinário em 1855. Exonerado a seu pedido em 1860.

Leccionou: Clínica das Mulheres.

Cargos Exercidos

Fiscal da Faculdade de Medicina de Coimbra.

Redactor dos jornais *Catholico* e *A Fe Catholica* e da *Revista Académica*.

Fundador do jornal *A Missão Portuguesa*.



António Joaquim Ribeiro Gomes de Abreu

(Página deixada propositadamente em branco)

*Oratio, quam pro Annua Studiorum Inauguratione,
Kalendis Octobris Anno Salutis MDCCCLV,
in Conimbricensi Academia, ex Decreto 20
Septembris 1844, art. 124, habuit Doctor Antonius
Joachimus Riberius Gomes de Abreu, Medicinae Doctor.*

BEATA VITA tam permanet, quam ipsa illa beatae vitae effectrix, SAPIENTIA. Haec, cum de finibus bonorum et malorum disceptaret, oppugnando doctrinam Epicuri a Torquato probatam, Marcus Tullius Cicero scribebat; ea erat tanti viri sententia, cum de beata vita hominis philosopharetur: ipsam nunc adoptatam a me, humilimo in hac praestantissimorum virorum concione, qui et patriam et Academiam nostram ingenio facundiaque pariter nobilitarunt, amplificari sinite, humanissimi Auditores; et non modo de singulis hominibus, sed de domibus seu familiis, de civitatibus, de gentibus etiam, et de universis nationibus dici: *«beata vita tam permanet, quam ipsa illa beatae vitae effectrix, SAPIENTIA.*

Et ad hujus sententiae documenta colligenda nec multas peragrarere terras, multas pervadere oras et insulas maris opus est; nec diurna et nocturna manu orbis terrarum gentium historiam versari; etenim in historia vernacula, et in patrio solo, omni aevo, ejusdem veritatis testimonia splendent; et causas nostrae, seu prosperae, seu adversae fortunae investiganti statim mirandae gentis occurret imago, quae, dum sapientiam coluit, et potentissimorum hostium victrix, et super omnes populos venerabilis eminet, semper beata; spreta autem sapientia, continuo e dignitatis fastigio ruit.

Haec jam latius et diligentius expendere aggrediar, si libenter et benigne a vobis, humanissimi Auditores, exaudiri consequar, qui non mea sponte, nec cujuscumque gloriae aucupandae gratia,

hoc munus, cui me imparem perspicio, suscepi; sed officii ratione, et studio obsequendi nutui hujus Academiae dignissimi et colendissimi Pro-rectoris, cujus erga nos auctoritas non potest non plurimum valere.

Ideo nunc facite mihi veniam dicendi, et sermoni haud venuste, sed recte et vere loquentis non renuentes praebete aures. Quod cum adolescentes commissos, ac verae et honestae gloriae percupidos, sicut et viros, tum ingenio, tum pietate insignes, prudentiaque conspicuos plurimum deceat, idcirco a vobis potius audenter sperandum, quam diffidenter petendum.

Non caeco casu pendent mundi eventa, nec populorum fortunam aleae ictus regit. *Regnum Domini, regnum omnium saeculorum, et dominatio ejus in omni generatione et generationem*, sacris litteris legitur. Hanc sanctam et veram doctrinam profiteor; non fatis credo; sed Providentiam vereor.

Male autem ratiocinaretur, qui inde omnia in mundo miraculose accidere, et super naturalia esse inferret; ea enim mirabilia, sed non miracula recte dicere possumus, cum Deus optimus, Maximus, legislator supremus, omnia illa mundi eventa, omnia terrae marisque phenomena, omnia quae sub caelo nascuntur, moventur, et cadunt, legibus naturalibus, quas ipse condendo mundum condiderat, subegerit. Itaque res omnes inter se nexae et jugatae sunt, atque aliae ex aliis aptae fiunt.

Respicite nunc eam exiguam numero gentem, quae ab utraque fluminis Durii ripa defluens et latescens ad medios Arabas, septingentos annos ante et incognita, et obscura degebat. Adnumerare audetis et urbium excidia, et captas ac expugnatas arces, et caesorum hostium acervos, et extinctos duces, et principes regesque subjugatos? Quanta praelia, quantas victorias, quam magna facinora a tam parva gentis manu? Et nihilominus animo perpendite, quaeso, quomodo illa ipsa gens sibi sola sufficit! Et reficit arces, oppida, urbesque collapsas, et studet rei agrariae, et tractat lanificii operas, neutiquam aliunde vestes aut frumenta petens, neutiquam pecora aut pascua, neutiquam arma et aratra, aut equos ad bellum. Quae nunc cultura nobis videtur nova, jam pridem apud maiores nostros vulgaris erat, sicut de sacchari et oryzae cultura ex veterum documentis constat. Basilicae, quae jam sub Alfonso I Olyssipone, Conimbricae, Presidii Julii, Alcobatae, Vimarani aedificatae sunt, nonne veneranda monumenta videntur, quae bonarum artium, ideoque scientiarum jam in illo aevo studium et claritudinem nobis testantur?

Haec erant commentaria, quibus maiores nostri suas res gestas futuris aevis commendabant, non calamo, sed scalpro inscripta, non ex pergamena charta, sed ex marmore et porphyrite comparata. Illic scientiarum, quae non sicut hodierna die quodam verborum splendido nitore fulgebant, sed artibus inservientes praestantiam ac pulchritudinem suam rudi opificis manu committere malebant, magniloqua et non dubia testimonia; illic pietatis et religionis, quae initium sunt sapientiae, multiplicata documenta.

Quisnam talem gentem contemplans, magnum ibi imperium auspicari dubitaret? Quid, cum ibidem prima omnium coleretur scientia, quae timorem Domini, simulque periculorum contemptum omnes homines docet? Quid, cum jam ille praeclarus romanae historiae scriptor dixisset: urbes quoque ut caetera ex infimo nasci, deinde quas *sua virtus* et dii juvent, magnas opes, magnumque nomen sibi facere?

Centum et quinquaginta anni vix erant exacti, postquam Portugaliae regnum constitutum fuerat, cum sapientia et virtus ejusdem nomen gentis redderant insigne.

Quanta jam tunc futuri imperii invaluerit spes, quantumque maris dominationi praeluderent animi, adhuc validum monumentum, plantatum regia manu, testatur; et quoniam nihil tam utile reipublicae, quam rei rusticae cultus, hic ab initio ejusdem saeculi nobilitatus fuerat, ut ex cognomine constat regis *agricolae*. Metallurgiae quoque et docimasiae accuratum studium probant magnae opes, quas ab aurariis Adissae, Tagique ripis erui historia docet. Quantum publico et vernaculo et gentium juri praestantissimi viri operam darent, ex legibus patet a rege sancitis, et ex *conventis et pactis* inter summum pontificem episcoposque et principem, inter populum et regem initis. Sed quid multa? Nonne in aula regia sedemus, nonne est haec eadem illa alma Academia, quae tum primum clara luce refulsit? Oh! me sinite, viri Academici caput inclinare ante ejus venerabilem vultum regis, qui vota totius populi exaudiens, hoc, si Mantuae vatis more me loqui liceat,

Hoc templum Minervae ingens...

Condiderat donis opulentum, et numine divae.

Hic est sol, qui coma diem spargit in terram, lumen plancetis largitur, reliqua occultat sidera, agros fecundat, mentis nubila dispergit, animique procellas serenat, et omnia illustrat.

Tuendae ac roburandae fidei in animo civium cura viris pietate insignibus commissa est, inter quos sanctorum Francisci et Dominici monaechi, alii a divo Antonio, alii, ut creditur, a beato Egidio Visensi edocti. Jurisprudencia, pugnantium interpretationum indigesta farragine spreta, animo casto, sanctoque aequitatis amore et docebatur, et discebatur in nova Academia. Res physica quoque, quae eadem ac res medica illis temporibus putabatur, tractari jussa est, non contempta Mathesi. Itaque cum earum nulla caeteris crederetur nobilior, non erat causa, cur aliae aliis inviderent; sed unaquaeque in magno honore habita, et caeterarum honoris particeps erat, et splendore proprio fulgens splendorem earum angebat.

Attendite nunc amplius, viri Academici, etenim jam prope Algibarrotam pervenimus, et illud mirabile ex marmore epos, ut inclyti scriptoris, coetanei nostri, verbis utar, templum *Dominiae de Victoria*, in conspectu est.

Vix saeculo ab hujus almae Academiae institutione elapso, Portugaliae imperium in extremum pene discrimen adductum, ei enim et gentis libertatem, et nominis claritudinem penitus delere acer hostis minabatur, qui, semper innata superbia elatus, tunc virium suarum experimento

tumidus, certiozem de victoria, quam de praelio se praebebat. Quid agendum, cum tantum nobilis sanguinis pro patria profundi renuat? Cujus hominis fides imploranda, cum plurimi ortu et divitiis clari viri vexilla nostra deserant, signisque hostium se aggregare malint, - viles ac ignobiles transfugae?

Qui tandem questus, qui moeror dignus inveniri tanta calamitate potest, quum ipsi infamissimi proditores, proditione jactantes, incorruptam populi fidem irrideant? Oh! quanto acrius tunc oratorum romanorum principis ore exclamari licebat: miserum est exturbari fortunis omnibus, miserius est injuria; acerbum est ab aliquo circumveniri, acerbius a propinquo; calamitosum est bonis everti, calamitosius cum dedecore, indignum est ab extero hoste vinci, indignius a proditore et transfuga; luctuosum est tradi alteri cum bonis, luctuosius civi infesto reipublicae!

Sinite autem nunc, viri Academici, me summa cum veneratione insigne pronuntiare nomen Joannis Regrensis, in cujus manu patriae libertas, in cujus sapientia tunc salus publica sita.

Ille inclytus vir fuit, qui publicum jus vernaculum explicando, populum lusitanum jure suo posse ac officio debere non solum extero principi non tradere sceptrum, sed etiam a Portugaliae finibus eum vi et armis expellere, Magistrumque Avisiensem in regnum inducere demonstravit, atque notum fecit; unde illa magna alacritas, qua populus principem sibi carissimum proclamare festinat, hostium superbiam armis frangere, eorumque multa millia trucidare in praelio, ubi etiam transfugae fere omnes merito poenas luunt.

Hic unusquisque lusitanorum tantum fecit, quantum universi vix laudare possimus: in illo autem rerum discrimine, tam magnis ausis, tamque magnifice conatis perfectis maiorum nostrorum virtus non procubuit exhausta.

Quid enim pulchrius, quam illud pulcherrimum spectaculum, quod per ducentos inde fere annos in ista fortunata et clarissima plaga orbi terrarum gentium praebitum?

Mirabantur Calpe atque Abyla naves nostras findere pelagus, et classes in altum provehi ac mare tenere. Ubi Alcidis manus scripserat: *non plus ultra!* ibidem tunc lusitanorum celeusma exaudiri poterat clamantium: *PLUS ULTRA!*

Patent civibus nostris Hesperidum horti beatis, patet aurorae cubile; novi orbis orbi primaevo tunc primum tentatas vias nostrae puppes ostendunt; et unda, nunquam antea sulcata carinis, resiliens ingemuit, ingemuit Adamastor, patefacta antiqua Thetidis injuria.

Cessit lusitanae virtuti venetorum superbia; et Ulyssippone in emporium totius orbis conversa, totius orbis argentum et aurum, gemmaeque profluunt illuc, illuc quotannis classes ingentes innumeris divitiis applicantur onustae.

Unde tam magna gloria? Si nulla generatio inter generationes sola, sed aliae aliis necessario connexae; si nullum saeculum a caeteris seclusum, unumquodque autem ab unoquoque pendeat; unde illa populi lusitani excellens dignitas, Domnique Joannis Primi regis et principis Henrici

merita laus? Ingrediamur, viri Academici, et quadam religione miremur Artabri secessum, quo princeps Henricus, et regiae societatis mathematicae fundamentis jactis, et rei nauticae clarissima schola creata, pulcherrimum ac utilissimum naturae studium allicit.

En, unde illa magna gloria, viri Academici! A scientiarum studio, a pietate, a fide; hoc est, — a *sapientia*.

Ille princeps Henricus fuit, qui, quum ab hujus almae Academiae institutione vix sesquisaeculum esset elapsum, similem hujus conventum annua studiorum inauguratione perpetuo edicto convocarat, regias aedes Ulyssippone publico studio praestiterat, atque censu amplissimo Theologiae praeceptores donaverat.

Itaque post Dionysium regem rex Joannes Primus et princeps Henricus sperandus erat, post Academiae nostrae creationem henriciana societas; sicut et post Joannem Primum Joannes Secundus, et felicissimus Emmanuel, post Henricum et Joannem Regrensem Ortizius episcopus, Josephus medicinae professor, Covillanus et Rutericus; post Domnum Nonium Alvaresium Pereiram Perestrellius, Bettencurtius, et Vascus Gama, innumerique alii.

Oh fallacem autem hominum spem, quae in medio spatio saepe frangitur, et ante in ipso cursu corrui, quam portum conspicerere possit! Quomodo haec omnia repente dilapsa? Quomodo, vix saeculo interjecto, optimarum artium vestigia, vestigia Matheseos physicaeque frustra quaesita? Cur ambrosiae cecidere comae, ipsaque olim tam pulchra Portugaliae facies, labente collo, in marmoreum jugulum collapsa recumbit? Hic prata erant, ubi virebant gramina, nunc vero pestifera pontini uligine campi, ubi radices putrescunt; hic vernabant rosae, nunc autumnant cineraceae frondes; hic purpurascebant violarum pulvini, nunc pallescunt leucoia lutea; hic candebant liliorum areolae, nunc nigrescunt steriles pampini!

Ubi Portugalius, Paiva, duo Osorii, a Martyribus, Oleaster, Pintus? Ubi Petrus Hispanus, Resendus, Goesius, Statii plures, Menesii, Vasconcelli, Tevius? Ubi Pina, Lopesius, Barrius, Nonius, Castanedius? Ubi Miranda, Ferrerius, Bernardus, Bernardinus! Ubi ille, qui unus eminet inter omnes, Comoesius; ubi antiqua lusitanorum gens?

Dum exteris gentibus magno partium aestu de nugarum scientia disputabatur, et inter *formalistas ac integrales, realistas ac nominales* nova quotidie committebantur praelia, Oceano perlustrando, metiendoque coeli spatio, maiores nostri navabant operam. Dum illic syllogismi, ac subtilitatum furor, avidus sanguinis aestuabat, hic patefaciendo hominibus terrarum orbe distinebantur curae, inque adferendam fidei lucem iis, qui in umbra mortis sedebant, toto pectore incumbabant animi.

Oh! felix heroum progenies, bona si novit sua, fallaxque novarum rerum cupido eam non incesserit! Illa autem pestis peragrarat omnes terras, omnesque fere academias infecerat: itaque vix aliquot lusitani juvenes, qui Parisiis illam Theologiam, Philosophiam, ac Jurisprudentiam edocti fuerant, ad Portugalam redierant, protinus tristissima contagio miseram terram nostram invasit.

Tunc illa sapientia, quae nos terrarum domitores conflat, disparuit, disparuit numen, scientiarum litterarumque custos, quod in conspectu omnium populorum populo lusitano purpuram induerat regiam. Evanuit a Theologiae studio sanctorum librorum meditatio; Philosophia, quae, adacta Mathesi, in perquirendis naturae arcanis mentem regit, extemplo periit; periit nauticae rei amor; Jurisprudentialiaque, et res medica, in steriles logomachias redactae, vix oblectationibus sapientium inter se disputantium inservire videbantur.

Itaque sub solis scientiae fugam ignorantiae nox terram nostram obumbrat: quam lucem, oculis nostris invisam, heu! miseri aspernamur, caeterae nationes vixdum illic renascentem salutant.

Quid hoc etiamnum inflato aevo foret scientia naturae, si mediam illam, corusco semper sole rubentem, et torridam semper ab igni zonam, lusitanum vexillum non trajecisset incolume? Quid si primaevi orbis gentes non nobis edoctae fuissent et novos mundos, et novas gentes, et novas animantium proles? Quid, si maiores nostri tellurem, ac coelum emensi, audaci manu non scindissent velamina scientiae, et penetralia naturae non pervasissent interriti?

Et nihilominus cum manuum nostrarum tantus fuisset labor, tamen fructus ejus manus aliena carpsit.

Rubescunt Galliae, et Germaniae Angliaeque coeli; Lusitaniae autem nigrescunt; et quod lumen hisce tectis tot saeculis efulserat, a nobis abibat, pallentibus umbris tinctas linquens istas nostras sedes olim beatas.

Ultima sapientiae dies prima fuit nostrae miseriae. Eheu! cecidit magnum imperium, cecidit heroum progenies! Gens, quae dominata fuerat procellarum furorem, nunc flectit sub jugum cervicem, et arcendas vinculis palmas praebet hosti superbo. Oh! quis possit fando tantam explicare cladem, fletibusque aequare servitutis laborem? Infortunata gens, quae per singulas noctes lavavit lectum suum lachrymis, et in tenebris sedens frustra flagitavit lucem, nec qui eam consolaretur invenit! Facta est opprobrium mundi, quae mundi fuerat gloria. Vita ambage malorum trahebatur, et, multiplicatis funeribus, multiplicabatur ad poenam; etenim dominatio hispanicae tyrannidis eo crudelitatis pervenit, ut clam in fundum maris innocuos cives projiceret, unde eorum cadavera pro piscibus piscatores retibus adducebant!

Albescit tandem merita vindictae dies; et qui sol a collibus surgens captivam ad huc reperit gentem mergens in undis liberatam reliquit.

Pristino adhuc nitore lusitana virtus lucet; non autem scientiarum cultura; ideoque etsi illa virtus liberatam gentem facere potuerit, beatam non potuit. Cum adversus tunc forsan potentissimam orbis gentem gens lusitana magnum sustinuerit bellum, quot praelia commisit, tot victorias reportavit, illius enim colossei imperii, a quo etiam sapientia abierat, postrema dies festinabat; sed cum magnum iter, quod aliae nationes, in scientiarum via praegressae, emensae fuerant, infelix patria nostra adaequare non ausa fuisset, dum ipsae terra, marique quotidie potentiores fiunt, ea olim terrae, marisque dominatrix obscuratam vitam degit.

Deinceps minus infausti terrae nostrae illuxerunt dies, et mitiorem vultum nobis fortuna praebeuit, manus enim regis potentis, potentisque administri malorum radices detexit, et imas avulsit. Qui hanc domum augustam ingredimur, nomen marchionis pombalensis oblivioni dare non possumus, sed magna reverentia pronuntiare debemus, sicut et reverenter ille regis administer hanc litterarum arcem coluit, ac praesidiis adeo munivit, prudentibusque legibus ditavit, ut bonarum artium atque scientiarum studium a squalore, ubi jacebat, se attollere videretur.

Nonne perspicuum est, viri Academici, quod paulo ante asserui, nempe *beatam vitam tam permanere, quam sapientiam*, et ad hujus sententiae colligenda documenta neque multas peragraré terras, neque multas persadere oras opus esse? Quid nos historia docet, illa veritatis lux, testis temporum, magistra vitae, nuntia vetustatis?

Terrarum domitores fuimus? Furentes pelagi subegimus undas? Impervia maria nostrae carinae sulcarunt? Huc ex toto orbe terrarum opes affluebant immensae? Virtute barbaros vicimus, eosque christiana caritate captavimus, et in bonos utilesque cives convertimus? Dicant historica monumenta, quae illam gloriam testantur.

Quandiu autem haec omnia? Tandiu in terra nostra non, sicut exteris gentibus, scholasticorum somnia pro scientia venditantur, verborumque ambagibus doctores ludunt, sed accuratum Religionis studium integritas vitae sacrum reddit, et Jurisprudentiae cultum amor patriae commendat, ac nos coelum emensi astris per aethera viam indicere audemus, Physicesque arcana sciscitantes de rerum natura sana mente disserimus.

Unde ista abeunt, absunt protinus illa, et quo tendit bonarum artium studium, non segniter accedet prospera fortuna. Itaque quas olim antecellimus gentes, ipsae, emendato errore, ad tantum fastigii pervenerunt, quantum fortunato illo aevo lusitani attigerant.

Quae cum ita sint, viri Academici, non ideo abjiciamus spem, quanvis enim iter magnum faciendum, ut praegressas nobis in scientiarum via adipiscamur gentes, plus tamen fortissima juvenum corda audebunt, plusque animi et constantiae in laboribus lusitano pectori inest.

Quid? Pauci et inopes sumus? Nec plures numero, nec potentiores opibus erant, qui lusitanum imperium condidere. Labor omnia vincit; et ideo cum magnum iter nobis faciendum sit, non sistere, sed properare gradum oportet. Non nos teneat solitudo, non nosmetipsos oblivioni condemnemus; sed aliarum academiarum societatem et commercium quaeramus, et consilia cum eis conferamus; hunc enim morem maiores nostri tenuerunt, inter quos et orbis celeberrimos scientia viros commercia litterarum assidua erant. Praeterea perspiciendum nobis est, ut actu perficiantur, quae perutilia rex Domnus Josephus Primus, et marchio pombalensis incepta habuerunt. Itaque praeceptorum generalem congregationem ex medica, mathematica, et philosophica institutione quam primum faciendam, ut statutum fuerat, oportet.

Si omnia ea regio praesidio ac favore tutentur, faustissimos adhuc dies patriae nostrae albescentes sperandum.

Quod ad vos attinet, generosa lusitanorum juvenus, respicite patriam, quae vos pristinae ejus virtutis instauratores expectat; respicite hominum fortunas, ac dubios variosque gentium casus; maiorum nostrorum instituta persequimini; in studio Theologiae versamini, quae initium sapientiae nos docet; date operam Jurisprudentiae, quae bene regendae reipublicae inservit; in discendam rem medicam incumbite, quae ad malos morbos et expellendos et vitandos nobis iter praebet; Mathematicam, et Philosophiam inite, quae colendis agris, perficiendis artibus, augendis commercii opibus, ac praesertim nauticae rei favendae, a qua patriae nostrae pendent fata, maximo auxilio sunt.

En magnifica laureola virentibus frondibus nitet, qua patria labores vestros donabit. Non obsidionalis, non castrensis, non navalis corona est; haud recte diceret, qui eam triumphalem nuncuparet; pulcherrima autem corona civica est, quae non praeliis parta, non sanguine maculata, sed litterarum nitore fulgens, intemerata frontem nobilitat.

Festinate, generosa juvenus; etenim *exiguum nobis vitae curriculum natura circumscipit, immensum gloriae.*

DIXI.

*Oração que, na solene abertura anual dos estudos,
no dia 1 de Outubro de 1855, na Universidade de Coimbra,
por decreto de 20 de Setembro de 1844, art. 124,
pronunciou António Joaquim Ribeiro Gomes de Abreu,
Doutor em Medicina.*

A vida feliz perdura, tanto quanto a ilustre autora dessa mesma vida feliz, A SABEDORIA.
Estas palavras escrevia Marco Túlio, quando dissertava sobre os limites do bem e do mal, contrariando a doutrina de Epicuro, aprovada por Torcato; esta era a opinião de tão importante varão quando filosofava sobre a vida feliz dos homens. Essa mesma opinião, agora subscrita por mim, o mais humilde nesta assembleia de homens ilustríssimos, que nobilitaram tanto a pátria como a nossa Academia, com igual talento e facúndia, permiti-me agora aumentá-la, cultíssimos Ouvintes, e referi-la não apenas acerca de cada homem, mas também acerca das casas ou famílias, das cidades, dos povos e ainda de todas as nações: *a vida feliz perdura, tanto quanto a ilustre autora dessa mesma vida feliz, A SABEDORIA.*

E, para coligir provas desta sentença não é preciso peregrinar por muitas terras, invadir muitas praias e ilhas marítimas; nem ocupar-se, com mão diurna e nocturna, da história das nações do orbe terrestre. Com efeito, na história vernácula e em solo pátrio, em todas as épocas resplandecem os testemunhos dessa verdade; e àquele que investiga as causas da nossa, ora próspera, ora adversa fortuna, de imediato ocorre a representação de gente digna de admiração, que, sempre feliz, se distingue por cultivar a sabedoria, não só vencedora entre inimigos poderosíssimos, mas também venerável sobre todos os povos; porém, desprezada a sabedoria, de contínuo cai em ruína do cume da dignidade.

*Começarei de imediato a explicar estas matérias, de forma muito desenvolvida e diligente, se de boa vontade e benignamente, cultíssimos Ouvintes, eu lograr ser escutado por vós. Tomei este cargo, para o qual não me julgo à altura, não de minha livre vontade nem para granjear alguma glória, seja ela qual for, mas por dever do ofício e por empenho em obsequiar o desígnio do digníssimo e veneradíssimo Pró-Reitor desta Academia, cuja autoridade sobre nós não pode deixar de ter o máximo peso.

Por isso, fazei-me agora o favor de me ouvir falar e prestai ouvidos sem renitência a um discurso não elegante de um orador que fala, no entanto, com correcção e com verdade. Como convém muitíssimo a adolescentes dedicadíssimos, desejosos da verdadeira e honesta glória, tal como a varões insignes pelo talento e pela piedade e notáveis pela prudência, é isso que de vós se espera, com ousadia, mais do que se vos pede, com desconfiança.

Não dependem de um cego acaso os acontecimentos do mundo, nem rege a sorte dos povos o jogo dos dados. *Reino do Senhor, Reino de todos os séculos, e o seu domínio de toda a geração para geração*, lê-se nas sagradas letras. Eu professo a verdadeira e santa doutrina; não creio nos destinos, mas receio a Providência.

Mal raciocinaria, porém, aquele que daí inferisse que tudo, no mundo, acontece miraculosamente e é sobrenatural; com efeito, podemos considerá-lo correctamente maravilhoso, mas não miraculoso, uma vez que Deus Óptimo e Máximo, legislador supremo, rege todos esses eventos do mundo, todos os fenómenos da terra e do mar, tudo o que, sob o céu, nasce, se move e cai, por leis naturais, que ele próprio criou, ao criar o mundo. E, assim, todas as coisas foram conectadas e interligadas entre si e umas tornam-se aptas a partir de outras.

Considerai agora aquela população exígua em número que, das duas margens do Douro, correndo e escondendo-se para o meio dos Árabes, vivia incógnita e obscura há 700 anos. Atreveis-vos a enumerar as destruições das cidades, as cidadelas capturadas e conquistadas, os acervos de inimigos chacinados, os generais mortos e os príncipes e reis subjugados? Quantos combates, quantas vitórias, quão grandes feitos de um povo de mão tão pequena! Entretanto, prestai atenção com o vosso espírito, peço-vos, ao modo como essa mesma população se basta a si própria! Restaura cidadelas, fortificações e cidades arruinadas, e cuida da agricultura, e manuseia os trabalhos da lã, de modo algum procurando noutro lado roupa e cereais, ou gado e pastagens, ou armas e arados, ou cavalos para a guerra. Esta cultura que agora nos parece nova, já desde há muito, entre os nossos antepassados, era vulgar, como consta dos documentos dos antigos acerca da cultura do açúcar e do arroz. As Basílicas que, já sob o reinado de Afonso I, foram edificadas em Lisboa, em Coimbra, em Santarém, em Alcobaça, em Guimarães, acaso não parecem monumentos dignos de veneração, a testemunhar o zelo e a nobreza das boas artes e das ciências, já naquele tempo?

Estes eram os comentários, com que os nossos antepassados recomendavam os seus feitos às gerações vindouras, gravados não pelo cálamo, mas pelo cinzel, não em pergaminho, mas erigidas em mármore e pórfiro. Eram esses os testemunhos grandiloquentes e não duvidosos das ciências, que não fulgiam, tal como nos dias de hoje, pelo esplêndido brilho de palavras, mas que, sujeitas às artes, preferiam entregar à rude mão de um artesão a sua importância e beleza. Eram esses os múltiplos documentos de piedade e religião, que são o princípio da sabedoria.

Quem é que, contemplando tal povo, duvidaria augurar-se ali um grande império? E, então, quando aí era cultivada a primeira de todas as ciências, que ensina a todos os homens o temor ao Senhor e, simultaneamente, o desprezo dos perigos? E, então, não dissera já aquele ilustre autor da história de Roma que *também as cidades, tal como as restantes coisas, nascem do ínfimo, para de seguida, se o seu valor e os deuses ajudarem, acumularem para si grandes riquezas e um grande nome?*

Mal tinham passado cento e cinquenta anos depois da fundação do reino de Portugal, quando a sabedoria e a virtude tornaram insigne o nome desta nação.

Quanta esperança no império futuro se tinha já robustecido, e quanto os seus espíritos prenunciavam o domínio do mar, testemunha-o o monumento ainda hoje válido, plantado por régia mão! E porque nada é tão útil à república como o cultivo dos campos, aqui fora ele nobilitado, desde o início do mesmo século, a ponto de constar na designação do rei o cognome *Lavrador*. Também o zelo aprofundado da metalurgia e da docimasia é atestado nas grandes riquezas que, diz a história, das minas de ouro da Adiça e das margens do Tejo se extraíam. Quanto esforço faziam os notabilíssimos varões publicamente em relação ao direito nacional e internacional, transparece das leis sancionadas pelo rei, das convenções e dos pactos firmados entre o Sumo Pontífice, os bispos e o príncipe, entre o povo e o rei. E que mais? Não estamos nós porventura sentados na aula régia? Não é esta porventura aquela mesma Alma Academia, que primeiro brilhou com ilustre luminosidade? Oh, permiti-me, ilustres Académicos, inclinar a cabeça diante do vulto venerável desse rei que, prestando atenção aos desejos de todo o seu povo, *este*, se me é lícito falar à maneira do vate mantuano, *este templo imenso a Minerva edificara, opulento das dádivas e da protecção da deusa*.

Este é o sol, que com o seu raio, esparge o dia sobre a terra, concede a sua luz aos planetas, oculta as restantes estrelas, fecunda os campos, dissipa as nuvens da mente, serena as tempestades do espírito e tudo ilumina.

O cuidado de proteger e robustecer a fé no espírito dos cidadãos foi confiado a varões notáveis pela sua piedade, entre os quais se contam os monges de S. Francisco e S. Domingos, outros formados por Santo António e outros, segundo se crê, pelo bem-aventurado Egídio Visiense. A Jurisprudência, desprezada a mistura indigesta das interpretações discordantes, com

ânimo casto e com um amor santificado pela equidade era ensinada e aprendida na nova Academia. Quanto à matéria da física, que se pensava, naqueles tempos, ser a mesma da Medicina, também se ordenou que fosse discutida, não desprezando a Matemática. E, assim, como não se acreditava que alguma delas fosse mais nobre que as restantes, não havia motivo para que umas invejassem as outras; mas, cada uma delas era tida em grande honra, era participante da glória das restantes e, cintilando com esplendor próprio, competia com o esplendor das outras.

Prestai agora atenção por mais tempo, Ilustres Académicos, porquanto estamos já a chegar a Aljubarrota e está já à vista aquela maravilhosa epopeia em mármore, para utilizar as palavras daquele ínclito escritor, nosso contemporâneo, o templo de Nossa Senhora da Vitória.

Mal decorrido um século sobre fundação desta Alma Academia, o império de Portugal quase foi conduzido a uma extrema destruição, pois um terrível inimigo ameaçava destruir-lhe por completo tanto a liberdade do povo, como a nobreza do nome, inimigo esse que, sempre arrebatado por uma soberba inata, orgulhoso com a experiência das suas forças, se mostrava mais seguro da vitória que da batalha. Que devia fazer-se, quando se hesita em derramar tanto sangue nobre pela pátria? A que homem se devia implorar fidelidade, quando muitos varões, ilustres pelo nascimento e pelas riquezas, desertavam as nossas bandeiras e preferiam juntar-se aos estandartes dos inimigos – vis e ignóbeis desertores?

Que lamentos, que digna tristeza pode encontrar-se em tamanha calamidade, quando aqueles tão infames traidores, orgulhosos da sua traição, ridicularizam a incorrupta fidelidade do povo? Oh, quão mais veementemente podia a boca do príncipe dos oradores romanos exclamar: *é triste ser privado de todas as riquezas, mas mais triste com injúria; amargo é ser oprimido por alguém, mas mais amargo ainda, por um parente; calamitoso é ser despojado dos bens, mas mais calamitoso, se com desonra; indigno é ser vencido por um inimigo estrangeiro, mas mais indigno, por um traidor e um desertor; deplorável é ser entregue a outro com bens, mas mais deplorável, a um cidadão hostil à República.*

Permiti agora, porém, Ilustres Académicos, que eu pronuncie, com superior veneração, o insigne nome de João das Regras, em cuja mão foi colocada a liberdade da pátria, em cuja sabedoria foi colocada, então, a salvação pública.

Esse ínclito varão foi quem, interpretando o direito público pátrio, demonstrou e tornou conhecido que o povo lusitano podia, de pleno direito, e devia, por obrigação, não só recusar entregar o ceptro a um príncipe estrangeiro, mas até expulsá-lo pela força e pelas armas, das fronteiras de Portugal, e que podia conduzir o Mestre de Avis ao poder. Daí, aquele grande entusiasmo com que o povo se apressa a proclamar o príncipe que lhe era tão caro, a destruir pelas armas a soberba dos inimigos e a trucidar muitos milhares deles, numa guerra onde também sofrem merecido castigo quase todos os desertores.

Aqui, um só dentre os lusitanos fez tanto, quanto, todos juntos, a custo podemos louvar; naquele momento decisivo, com tão grande audácia e com façanhas realizadas de forma tão magnífica, não sucumbiu exausto o valor dos nossos antepassados.

O que há, pois, de mais belo que aquele bellissimo espectáculo que, desde há quase duzentos anos, se oferece nesta afortunada e nobilíssima praia ao orbe terrestre das nações?

Admiravam-se Calpe e Ábila, pelo facto de as nossas naus sulcarem o oceano e as armadas avançarem para o mar alto e dominarem o mar. Onde a mão de Alcides escrevera: *Não mais além!*, aí podia ouvir-se, então, o canto ritmado dos remadores clamando: *MAIS ALÉM!*

Abrem-se os Jardins das Hespérides aos nossos cidadãos bem-aventurados; abre-se a morada da aurora; as nossas popas revelam ao orbe primitivo, as vias do novo orbe pela primeira vez experimentadas; e a água, nunca antes sulcada pelas caravelas, afastando-se, gemeu, e gemeu o Adamastor, revelada a antiga injúria de Tétis.

A soberba dos Vénetos cede ao valor dos Lusitanos. E, convertida Lisboa em empório de todo o orbe, correm para ela, com abundância, prata e ouro e pedras preciosas de todo o orbe; ali, todos os anos, enormes armadas aportam, carregadas de inúmeras riquezas.

Donde vem tão grande glória? Se nenhuma geração está sozinha entre gerações, mas se estão todas elas unidas necessariamente umas às outras; se século algum é separado dos restantes e cada um deles depende do outro, donde vem a excelente dignidade do povo lusitano, o merecido louvor do rei D. João I e do príncipe Henrique? Começemos, Ilustres Académicos, e admiremos com uma certa religiosidade o retiro do Ártabro, no qual o príncipe Henrique, lançando os fundamentos da régia sociedade de matemática, criando a claríssima escola de náutica, incentivou um bellissimo e utilíssimo estudo da natureza. Eis a origem dessa grande glória, Ilustres Académicos: o estudo das ciências, a piedade, a fé, em suma, a *sabedoria*.

O ilustre príncipe Henrique fora quem, mal passara século e meio desde a fundação desta alma Academia, convocara, em édito perpétuo, na solene abertura anual dos estudos, uma sessão semelhante a esta; quem, em Lisboa, pusera à disposição do estudo público instalações régias; quem, com esplêndido vencimento, oferecera professores à Teologia.

E, assim, depois do rei Dinis, eram de esperar o rei João Primeiro e o príncipe Henrique; depois da criação da nossa Academia, a sociedade henriquina. E da mesma forma, depois de João Primeiro, João Segundo e o felicíssimo Manuel; depois de Henrique e João das Regras, o bispo Ortiz, o professor de medicina José, Covilhã e Rodrigo; depois de D. Nuno Álvares Pereira, Perestrelo, Bettencourt, Vasco da Gama e inúmeros outros.

Oh, falaciosa esperança dos homens, que se despedaça tantas vezes no meio do percurso e desaba, na própria corrida, antes de poder avistar o porto! Como é que tudo, de repente, desapareceu? Como é que, mal passado um século, os vestígios das melhores artes, os vestígios da Matemática e da Física são procurados em vão? Porque caíram as cabeleiras cor de ambrósia e a

própria face de Portugal, outrora tão bela, o pescoço descaído, se reclina sobre a base de mármore? Aqui havia prados, onde verdejavam ervas; agora, em verdade, há pestífera humidade do um campo pantanoso, onde apodrecem as raízes; aqui floresciam rosas, agora, outonal folhagem de cinza; aqui tornavam-se púrpura os renques de violetas, agora empalidecem as violetas brancas com a lama; aqui alvejavam canteiros de lírios, agora enegrecem pâmpanos estéreis.

Onde está Portugal, Paiva, os dois Osórios, dos Mártires, Oleastro, Pinto? Onde Pedro Hispano, Resende, Góis, os vários Estácios, os Meneses, Vasconcelos, Teive? Onde Pina, Lopes, Barros, Nunes, Castanheda? Onde Miranda, Ferreira, Bernardes, Bernardim? Onde está aquele que, sozinho, se distingue entre todos, Camões? Onde a antiga raça lusitana?

Enquanto, nas nações estrangeiras, se disputava, com grande furor das partes envolvidas, sobre a ciência das bagatelas, e se travavam diariamente novos combates entre *formalistas* e *integralistas*, *realistas* e *nominalistas*, percorrendo o Oceano e medindo o espaço do Céu, os nossos antepassados mostravam obra. Enquanto ali ferviam os silogismos e o furor das subtilezas, ávido de sangue, aqui, revelando aos homens o orbe terrestre, os ânimos eram separados e os espíritos entregavam-se inteiramente, de todo o coração, à necessidade de levar a luz da fé àqueles que se sentavam à sombra da morte.

Oh, bem-aventurada raça de heróis, se conhecesse os seus bens e se não fosse tomada por aquele desejo enganador de novidades! Com efeito, aquela peste peregrinara por todas as terras e atacara quase todas as Universidades. E, assim, mal alguns jovens lusitanos, que tinham sido educados em Paris, na Teologia, na Filosofia e na Jurisprudência, voltaram para Portugal, logo o tristíssimo contágio invadiu a nossa triste terra.

Foi então que aquela sabedoria, que nos modelara como senhores da terra, desapareceu; desapareceu o poder divino, o guardião das ciências e das letras que, perante a presença de todos os povos, envolvera de régia púrpura o povo lusitano. Desapareceu do estudo da Teologia a meditação dos livros santos. A Filosofia que, unida à Matemática, rege o pensamento na pesquisa dos segredos da natureza, morreu de imediato. Morreu o amor pelas questões da Náutica, a Jurisprudência e a Medicina, reduzidas a estéreis lutas de palavras; já dificilmente pareciam servir para recreação dos sábios que disputavam entre si.

E assim, com a fuga do Sol da ciência, a noite da ignorância obscurece a nossa terra; essa luz, detestada aos nossos olhos, ai!, infelizes, desprezamo-la; as restantes nações saúdam-na mal a vêem renascer.

Além disso, nessa orgulhosa época, o que seria a ciência da natureza se, pelo meio daquela zona sempre rubra do Sol coruscante e sempre tórrida do fogo, o estandarte lusitano não tivesse atravessado incólume? O que seria, se as nações primevas do orbe não nos tivessem revelado ora novos mundos, ora novas nações e novas proles de animais? O que seria, se os nossos antepas-

sados, percorridos o céu e a terra, não tivessem cindido, com mão audaz, os véus da ciência e, sem medo, não tivessem invadido o santuário da natureza?

E entretanto, ainda que tanto esforço fosse obra dos nossos, o seu fruto, contudo, colheu-o mão alheia.

Tornam-se vermelhos os céus da Gália, da Germânia e da Inglaterra; os da Lusitânia, porém, enegrecem; e a luz que, nestes lares, por tantos séculos brilhara, fugia de nós, deixando tingidas de sombras empalidecidas estas nossas casas, outrora felizes.

O último dia da sabedoria foi o primeiro da nossa infelicidade. Ai! Ruiu o magno império, ruiu a progénie dos heróis! A nação que dominara o furor das tempestades, dobra agora a cerviz, sob o jugo, e estende ao soberbo inimigo as mãos para serem acorrentadas. Oh! Quem pode, falando, explicar tão grande calamidade, e com lágrimas aplanar o peso da servidão? Desafortunada gente que, todas as noites, lavou seu leito com lágrimas e, sentada nas trevas, em vão implorou a luz e não encontrou quem lhe suavizasse a dor! Transformou-se no opróbrio do mundo, ela que fora a glória do mundo. A vida era arrastada pelas vias obscuras dos males e, multiplicadas as perdas, multiplicava-se para o castigo. E, assim, o domínio da tirania hispânica chegou a tal ponto de crueldade que, às escondidas, se lançavam cidadãos inocentes para o fundo do mar, donde, nas redes, os pescadores retiravam os seus cadáveres, em vez de peixes.

Amanhece, porém, o dia da merecida vingança e o Sol que, surgindo no alto das colinas, encontrara gente ainda cativa, ao mergulhar no mar, deixou-a liberta.

Ainda com o brilho antigo, resplandece a virtude lusitana; não, porém, pelo culto das ciências. E, desta forma, ainda que essa virtude tenha podido libertar aquela gente, não pôde torná-la feliz. Como, então, contra talvez a mais poderosa nação do orbe, a nação lusitana sustentasse uma grande guerra, quantos combates travou, outras tantas vitórias alcançou. Aproximou-se, pois, rapidamente o último dia daquele colossal império, do qual também a sabedoria se afastara. Mas, como a nossa infeliz pátria não ousou igualar aquele grande caminho que as outras nações, progredindo na via das ciências, haviam percorrido, enquanto estas, de dia para dia, se tornam mais poderosas, na terra e no mar, ela, outrora senhora da terra e do mar, levou uma vida obscura.

De seguida, brilharam dias menos infaustos para a nossa terra e a fortuna mostrou-nos um rosto mais doce; com efeito, a mão de um rei poderoso e de um poderoso ministro descobriu as raízes do mal e arrancou-as das profundezas. Nós que entramos nesta augusta casa, não podemos votar ao esquecimento o nome do Marquês de Pombal; antes devemos pronunciar-lo com grande reverência, tal como reverentemente esse ilustre ministro do rei protegeu esta cidadela das letras, a fortificou com tais defesas e a enriqueceu com tão prudentes leis, que o estudo das boas artes e das ciências parecia levantar-se da lama em que jazia atolado.

Não é, porventura, evidente, Ilustres Académicos, o que há pouco afirmei, que *a vida feliz permanece tanto quanto a sabedoria permanecer*? E que, para coligir provas desta afirmação não

é necessário peregrinar por muitas terras, nem invadir muitos litorais? O que nos ensina a História, essa luz da verdade, testemunha dos tempos, mestra da vida, mensageira da antiguidade?

Fomos senhores das terras? Submetemos as enfurecidas ondas do mar? As nossas naus sulcaram os mares inacessíveis? De todo o orbe da terra afluíram para aqui riquezas imensas? Vencemos os bárbaros em valor, cativámo-los com caridade cristã e convertemo-los em bons e úteis cidadãos? Que o digam os monumentos históricos, que são testemunho dessa glória.

Por quanto tempo, porém, estas coisas todas? Por tanto quanto, na nossa terra, tal como entre as nações estrangeiras, as quimeras de escolásticos não forem vendidos em vez de ciência, nem os doutores se divertirem com sinuosidades de palavras; mas a integridade de vida tornar sagrado o estudo aprofundado da Religião, o amor da pátria recomendar o culto da Jurisprudência, e nós, tendo medido o céu, ousarmos indicar o caminho para os astros através do espaço e dissertarmos, com mente sã, sobre natureza das coisas, pesquisando os segredos da Física.

Donde estas estão ausentes, logo se afastam aquelas, e para onde tende o estudo das boas artes, não chega com indiferença a próspera fortuna. E, assim, aquelas nações que outrora excedemos, essas mesmas, emendado o seu erro, chegaram a uma tal culminância, qual a que os lusitanos atingiram, naquele tempo afortunado.

Sendo esta a situação, Ilustres Académicos, não desprezemos pois a esperança de alcançar as nações que nos antecedem no caminho das ciências, ainda que, na verdade, tenhamos de percorrer um longo caminho; antes mais ousarão os corações cheios de coragem dos jovens e mais ânimo e constância existe, na adversidade, no peito lusitano.

Somos poucos e pobres? Não eram mais numerosos nem mais poderosos em recursos aqueles que fundaram o império lusitano. O trabalho tudo vence; e, por isso, como temos de percorrer um longo caminho, convém não parar, mas apressar o passo. Que não nos detenha a solidão, nem nos condenemos a nós próprios ao esquecimento, antes procuremos associação e relações com outras academias, e confirmemos as nossas opiniões com as delas; foi este o hábito que seguiram os nossos antepassados, entre os quais e os varões mais célebres do mundo, pela sua ciência, eram frequentes trocas de cartas. Para além disso, devemos zelar para que se concretizem aquelas disposições utilíssimas que o rei D. José Primeiro e o Marquês de Pombal deram por começadas. Deste modo, convém formar-se, o mais rapidamente possível, como fora estabelecido, uma congregação geral de professores do ensino da Medicina, da Matemática e da Filosofia.

Se todas estas disposições forem cumpridas, com real auxílio e favor, ainda podemos esperar que amanhecerão dias muito faustosos para a nossa pátria.

Quanto ao que vos diz respeito, generosa juventude lusitana, contemplai a pátria, que espera em vós os restauradores do seu antigo valor; contemplai os destinos dos homens e os duvidosos e variados acidentes das nações; segui as directivas dos nossos antepassados; ocupai-vos do estudo

da Teologia, que nos ensina o princípio da sabedoria, esforçai-vos na Jurisprudência, que ensina a bem dirigir a República; mergulhai na aprendizagem dos assuntos médicos, que nos revelam o caminho para expulsar e evitar as más doenças; prestai atenção à Matemática e Filosofia, que dão o maior auxílio para o cultivo dos campos, o aperfeiçoamento das artes, o aumento dos recursos do comércio e, principalmente, o incremento da marinha, de que dependem os destinos da nossa pátria.

Eis resplandecendo a magnífica coroa de louros de folhagem verdejante, com que a pátria recompensará os vossos esforços. Não é uma coroa obsidional, nem militar, nem naval; também não estaria correcto quem a dissesse triunfal. É, antes, uma belíssima coroa cívica que, não gerada na guerra, nem maculada de sangue, mas fulgindo com o brilho das letras, intemerata, nobilita a frente.

Apressa-te, generosa juventude, pois a natureza destinou-nos um exíguo curso de vida, mas um imenso de glória.

DISSE.

(Página deixada propositadamente em branco)

Doutor
Júlio César de Sande Sacadura Botte

1868

Júlio César de Sande Sacadura Botte

•

Nasceu na Lousã em 23 de Abril de 1838.
Faleceu em Coimbra em 28 de Dezembro de 1899.

Carreira Académica

Matriculou-se na Faculdade de Matemática em 1854, na de Filosofia em 1857,
e na de Medicina em 1858. Bacharel em 1862. Licenciado e Doutor em 1864.

Professor Catedrático desde 1873, aposentou-se em 1899.

Leccionou: Fisiologia Especial e Higiene Privada; Anatomia Humana Descritiva
e Comparada; Patologia Interna, Doutrina Hipocrática e História Geral da Medicina;
Anatomia Patológica Geral e Toxicologia; Matéria Médica e Farmácia.

Cargos Exercidos

Director do Gabinete de Anatomia Patológica e do Gabinete de Química Médica.
Secretário, Decano e Director da Faculdade de Medicina de Coimbra.

Distinções

Sócio Honorário do Instituto de Coimbra.



Júlio César de Sande Sacadura Botte

Foto gentilmente cedida por sua bisneta Senhora D. Rita Lobo Xavier.

*Oração Inaugural de Sapiencia.
Recitada na Sala dos Actos Grandes,
por ocasião da Abertura das Aulas
no anno lectivo de 1868 a 1869.*

SENHORES:

No seio do corpo docente da Universidade, do primeiro e do mais illustrado do paiz, vem orar a pró da sabedoria o ultimo e o mais humilde membro d'esta respeitavel corporação. Mas a minha subida a este logar não é acto espontaneo. Fôra por certo temeridade levantar a minha debil voz no sanctuario das sciencias e das letras, adornado pelos homens mais eminentes em todos os ramos do conhecimentos humanos, pela esperançosa mocidade academica, e pelos illustres hospedes, que vêm abrilhantar o acto solemne, com que a Universidade inaugura os seus trabalhos. Por obediencia á lei academica, subo a este logar, que devêra ser occupado por outrem, que, pela sua illustração e talento, melhor soubesse corresponder á elevação do assumpto; por apostolo, que podesse, com a magia da eloquencia, prender os corações e enlevar os espiritos.

Nem por isso me fallece o animo. A confiança na generosidade do respeitavel auditorio, a que tenho a honra de dirigir-me, dá ao meu espirito a doce convicção de que me será dispensada a benevolencia de que tanto careço.

A grandeza e importancia do objecto reclamava penna auctorisada e palavra eloquente. No emtanto a illustração do auditorio e as durezas do meu dever serão titulos bastantes a que me seja relevada a pequenez do meu discurso.

É antiquíssima a practica, que seguem as corporações litterarias, de delegar em um de seus membros o honroso encargo de exaltar a sabedoria, realçar o valor das sciencias e das letras, e de excitar os brios da mocidade, felicitando os que se desvelam na cultura das sciencias, animando os que penetram no seu limiar, e alentando em todos a legitima aspiração ao saber. A Universidade devia naturalmente dar cumprimento a este glorioso dever no dia que antecede a abertura das aulas.

O exercicio intellectual precisa, mais que algum outro, de ser alternado com periodos de descanso. Alem de vantagens para a saude, vai nisso o proprio progresso da sciencia, porque as faculdades intellectuaes, mais vigorosas depois, colhem mais abundantes fructos do seu labor. Importa, todavia, ao cabo de maior periodo de repouso, avivar nos filhos da sciencia o amor da sabedoria, e promover o augmento da sagrada phalange, que trabalha na causa da verdadeira civilisação.

O dia de hoje é duplicadamente faustoso para a Universidade de Coimbra. O dia destinado á recitação da oração da sapiencia, o dia 16 d'outubro, é tambem anniversario natalicio da Excelsa Rainha, a Senhora D. Maria Pia de Saboia, esposa do Rei illustrado, o Senhor D. Luiz I. As virtudes que ennobrecem a nossa Rainha justificam a homenagem sincera do povo portuguez.

A Universidade, convencida de que a felicidade de um paiz depende da estreita relação dos subditos com o chefe de estado, tributa tanto mais vivo respeito aos seus Reis, quanto mais empenhados os vê na prosperidade dos povos. O Senhor D. Luiz I, tendo-se declarado protector da Universidade, a exemplo de seus augustos predecessores, testemunhou o seu zêlo pelo progredimento das letras, e não menospresou a homenagem que lhe presta o primeiro estabelecimento scientifico do paiz. Sob a benefica influencia de tão valioso presidio, nunca faltarão a este estabelecimento scientifico as condições necessarias para marchar na frente de todo o genuino progresso.

A Universidade de Coimbra, de que sou humilde interprete, exulta com o fausto anniversario de Sua Magestade a Rainha. Sirva esta commemoração de avivar no coração de todos sentimentos de amor e dedicação pela familia real.

Tão nobre e prestadia é a sciencia, que ninguem julgará superfluo tudo quanto se diga em abono da sua cultura. O corpo scientifico da Universidade, a que me honro de pertencer, offerece neste dia um testemunho solemne de que tem esta verdade enraizada no seu espirito. Exalçar os dons da sabedoria é proclamar um pensamento universal, é dizer o que voz mais eloquente que a minha por muitas vezes, neste logar, tem levado á evidencia. Ha, porém, verdade que nunca são excessivamente repetidas.

Senhores, tendo de exaltar a sabedoria perante os sacerdotes da sciencia, e ante um auditorio respeitabilissimo pela sua illustração, o meu discurso não é para vós, que, versados em todos os

ramos dos conhecimentos humanos, sabeis o que vale o estudo para enriquecer a vida da intelligencia, e conheceis o preço por que se compra a entrada no alcaçar das sciencias.

Dirijo-me aos que se preparam para a carreira dos estudos superiores e aos que já deram os primeiros passos neste caminho, cercado de escabrosidades; - a esses corações juvenis e ingenhos nobres, aos quaes serve de estímulo a vossa presença, e de mais eloquente argumento do que a minha humilde palavra para despertar brios, accender o enthusiasmo pelo estudo e indicar o caminho que conduz á sabedoria. Importa que todos saibam o quinhão de gloria que cabe aos que cooperam para a prosperidade material e moral da patria, de que são filhos.

A sabedoria póde dizer-se a vida do espirito. Ser sabio é possuir conhecimentos; e os conhecimentos estão para a vida do espirito, como os alimentos para a conservação do corpo. Quem não arderá em amor pela sabedoria, confrontando a ignorancia com a sciencia, a luz com as trevas?

O homem sente desejo illimitado de saber. O estado de ignorancia magôa, até, o seu espirito. Perscrutador incansavel, não cessa de interrogar todos os objectos da natureza, para conhecer as causas dos phenomenos que observa, ou as leis a que estão subordinados. D'esta arte, a todo o instante desvenda arcanos, e obtem resultados que assombram todas as intelligencias. A sabedoria não é dom congenito, que deva reputar-se patrimonio exclusivo de seres privilegiados. A porta da sciencia está aberta para todos; demanda apenas vontade energica, trabalho ímprobo, e sacrificios penosos. Com taes elementos, todos os obstaculos se vencem, e as difficuldades mais inextricaveis deslindam-se e desvanecem-se.

Quantas vezes, para roubar alguns segredos á natureza, o homem percorre a terra, desce aos abysmos, affronta os escolhos e as tempestades do oceano? Muitas verdades possuímos, que nossos maiores conquistaram através de obstaculos a que sacrificaram a propria vida.

Immensa deve ser a gloria e o prazer do homem sabio, e condigna a retribuição que espera da sociedade, sendo que só merece tão honroso epitheto quem, á custa de continuas vigalias, afadigosos trabalhos e sacrificios da propria vida, se dedica ao cultivo da sciencia. É realmente seductor e glorioso o galardão de tão duros sacrificios! Mal póde pintar-se o contentamento d'aquelle que sabe que a si deve o que vale, obtendo pelas proprias fadigas uma posição honrosa na sociedade. A doce emoção que succede á posse da verdade compensa o trabalho havido e estimula para commettimentos mais espinhosos.

Hoje, a vida da sciencia é baixel de salvação nas lutas que agitam a sociedade. Ninguem póde prevêr as vicissitudes da fortuna. Todos os paizes têm sido theatro de crises e revoluções, que obrigaram á expatriação muitos individuos, que, por nascimento, riqueza ou talento, occupavam em sua patria as eminencias sociaes. E quantos exemplos nos offerece a historia de elevadas personagens, ganhando pelo trabalho o pão de cada dia? O homem de letras leva por toda a parte patrimonio valioso, que lhe assegura nobre e honrado subsidio.

As razões de conveniencia propria accrescem as de obrigação social. Se incumbe á sociedade proporcionar a instrucção a todos os filhos da patria, tambem lhe assiste o direito de exigir de cada um a aprendizagem d'uma profissão, que, exercida convenientemente, posa contribuir para o aperfeiçoamento individual e social. Todo o cidadão deve á sociedade os serviços proporcionados ás suas faculdades.

A sciencia não deixa apagar a memoria do sabio; torna immorredouro o nome do que lhe foi dedicado; e, apontando o seu exemplo com ufania aos que se alistam sob a bandeira das letras, faz que até com suas proprias cinzas excite os brios da prosteridade.

Para evidenciar o valor da sciencia, indicarei as principaes vantagens que resultam do estudo de cada uma d'ellas.

A Theologia é a primeira na categoria. A sciencia de Deos é a verdadeira sciencia. Fóra d'ella tudo é ignorancia, tudo são trevas. Ao seu facho luminoso a razão se depura, as paixões se acalmam, o vicio mostra-se com todos os seus horrores, e a virtude cercada de todos os seus encantos. Sob seu influxo, diz um escriptor religioso, os segredos do céu se manifestam á terra, e a terra aprende o caminho que conduz ao céu.

Em nosso coração imprimiu o Creador um principio religioso, um sentimento intimo que nos eleva até Elle. O sentimento da divindade é uma lei geral da natureza humana, porque se encontra em todos os povos, em homens de indoles as mais diversas, no meio da civilisação, da ignorancia e do barbarismo.

Ninguém desconhece o salutar influxo que a religião exerce na vida dos povos. Os philosophos antigos definiram-na, em relação á sociedade, o assento de todas as virtudes, a philosophia de todas as edades, a base dos costumes publicos, a mais poderosa garantia que podem ter os reis da fidelidade dos povos, e estes da fidelidade dos reis, o pacto de Deos com o homem, a cadeia de ouro que suspende a terra ao throno do Altissimo.

Montesquieu chegou a dizer que uma religião, embora falsa, é o penhor mais seguro da practica da virtude. Entre todas as religiões, a catholica, essa religião sancta e humanitaria, é a que, com sua doutrina pura e divina, operou resultados mais extraordinarios. A historia conserva registadas as maravilhas que a civilisação deve ao Christianismo. Com seus suaves e sublimes preceitos, a religião catholica eleva e fortifica a alma. É a unica mestra infallivel da moral, porque esta, sem a qual povo nenhum pode ter instituições que o façam prosperar, só no christianismo encontra fundamento estavel. E d'esta sciencia que ha de sair o sacerdote probo e illustrado, o ministro da religião, o agente mais poderoso da civilisação dos povos, que pode e deve ser elemento civilizador, porque só assim corresponderá á alta missão que representa; sendo, na phrase do evangelho, o sal da terra e a luz do mundo. A Theologia, formando o homem segundo os principios da verdadeira religião, faz arreigar os sentimentos da divindade, dá-lhe convicções profundas sobre a religião divina, e d'este modo o ensina a practicar a virtude, caminho unico que

leva á verdadeira felicidade. De pouco vale a celebridade, que não nasce de heroismo da virtude. Não ha progresso, aperfeiçoamento, prosperidade possível, quando faltam a religião e a virtude, que d'ella são base fundamental.

A sciencia do Direito é uma das que mais immediatamente interessa á sociedade. Ensina-nos as regras de formular leis, que traduzam os princípios eternos da justiça. Ora, sustentar e manter a conveniente relação de direitos e deveres entre os homens por meio de leis justas, é incontestavelmente o fim de toda a sociedade. Fornece o direito, os elementos para repartir justiça igualmente por todos; e o principio da justiça, principio universal, o mesmo em todos os homens, é um elemento indispensavel no governo das sociedades. Da sciencia juridica ha de sair o advogado distincto, o jurisconsulto consummado, o magistrado integerrimo, - numa palavra, o homem apto para dignamente occupar os gráus mais elevados da sociedade.

A Medicina não demanda grande esforço para levar ao espirito de todos a certeza da sua importancia. Tem por fim restabelecer e conservar a saude e tambem aperfeiçoar as condições physicas e moraes da vida individual e social. Vale a Medicina o que valer a saude; e a saude é a maior riqueza da vida, e um elemento essencial para o perfeito desinvolvimento do homem. A Medicina é também uma virtude; toda ella se resume na observancia do principio - *serva te ipsum*.

O medico, que, compenetrado da sua alta missão, a exerce com caridade verdadeiramente evangelica, torna-se quasi um ser sobrenatural, digno da homenagem e da admiração de todos. Então, venerando discipulo de Hipocrates e credor da estima de seus semelhantes, desempenhará o seu papel neste mundo em harmonia com a idéa que respresenta, e que bem se traduz nas eloquentes expressões d'um mimoso escriptor nosso, que diz: «O medico é mais do que um funcionario; é o sacerdote de uma religião sancta; representa Deos! E quando a humanidade entra nos seus templos, o seu primeiro dever é descobrir-se, porque entra na presença de quem o cura»!

A Mathematica, menos frequentada entre nós do que as outras sciencias, não é menos digna de dedicados cultores. O mathematico, não se contentando com as coisas da terra, onde se exerce grande parte do seu dominio, eleva-se até os céos para interrogar o curso dos astros, apreciar seus movimentos e descobrir as suas leis. Se em nada póde alterar as regras esabelecidas pela Providencia, tira das verdades descobertas illações de uma utilidade practica, immediatamente applicavel aos usos da vida. Não vos assusteis com a idea de que o estudo das verdades mathematicas offerece difficuldades insuperaveis, e sómente accessiveis a espiritos superiores. Vontade firme e laboriosas fadigas desenvolvem admiravelmente a intelligencia. Os trabalhos intellectuaes, promovendo a regular actividade do systemas nervoso, tornam o homem mais perfeito, dão-lhe meios mais extensos de sentir e conhecer, e alargam a esphera da sua intelligencia. Não se podem assignar limites aos vôos da intelligencia. Tudo se consegue com tempo e trabalho, que nas obras

do espirito são as duas condições de bom successo, que só com taes armas se conquista. Talento e ingenho não podem dispensar estudo.

A Philosophia natural, e, especialmente, as sciencias phisicas, chemicas e mechanicas, ramos importantissimos d'essa sciencia, que fecunda origem de grandes descobertas não têm sido? Podia deixar em branco esta pagina, porque todos têm visto e apalpado essas maravilhas do genio, que a antiguidade nem sequer sonhou. A ella deve o homem o poder de combater e subjugar os mais formidaveis elementos da natureza, dispondo das forças naturaes, como se foram suas proprias. A electricidade, utilizada para conductora dos nossos pensamentos, deixa-nos estar quasi ao mesmo tempo em todas as partes do globo. O fogo, a agua, o gaz, o vento, o vapor, que maravilhas não operam? Quem desconhece os extraordinarios melhoramentos e invenções que têm enriquecido de commodidades as gerações passadas e presentes? As conquistas deslumbrantes das sciencias naturaes impressionam ainda os mais ignorantes. O rapido progresso nestas sciencias e suas applicações assegura um futuro auspicioso ás gerações por vir. Mais veloz deve elle ainda correr neste seculo, que dedica menos tempo a profundar as subtilezas da philosophia, do que a descortinar as applicações industriaes, de que dependem os maiores prodigios da civilisação. «O homem, diz Thiers, na sua impaciencia de viver, não concede aos actos da vida senão o tempo necessario para se realizarem; o que se fazia num anno, quer que se faça num mez; o que se exigia num mez, ha de fazer-se num dia, numa hora». A escala do progresso não tem limites, porque o espirito do homem, susceptivel de desenvolvimento indefinido, não cessa de se aperfeiçoar. É-nos licito asseverar que elle ha de conquistar posição muito mais brilhante, embora não possa por em quanto determinar-se.

Todas estas sciencias estão intimamente relacionadas. A sciencia humana é uma só no seu ponto de partida e no seu fim, pois que um só é o seu sujeito - o espirito do homem, e só um o seu objecto o ser, estudado na sua natureza, fins e razão. Esta união, resultante da identidade do sujeito e do objecto, é tão estreita a respeito de algumas, que não é facil marcar seus limites. Igual laço deve prender os mestres e cultores das diversas sciencias, os quaes, mantendo intima fraternidade, darão ensejo facil á permutação de conhecimentos, de que cada um carece para complemento da sua instrucção. Fraternal união deve ligar os sabios de todo o mundo, e, com maior razão, os do mesmo corpo scientifico. No sagrado templo das sciencias e das letras, os homens devem estimar-se e só conhecer-se pelos seus estudos e talentos.

Eis aqui as sciencias, que Professores, distinctissimos pelo seu saber e qualidades, ensinam na nossa Universidade, que é inconstestavelmente, em Portugal, a escola superior mais regular e mais concentuada pela solidez da sua instrucção. O empenho que a França, a Hespanha e outros paizes têm mostrado de conhecer a organisação dos nossos estudos, os systemas de ensino adoptados, e os compendios dos nossos professores, deve servir-nos de incentivo, porque é um testemunho patente de que algum conceito merecemos ás nações civilisadas da Europa.

Os estudos classicos, ou de humanidades, todos esses ramos dos conhecimentos humanos, que constituem a instrucção secundaria, são egualmente de immensa importancia, porque desenvolvem gradualmente as facultades intellectuaes e moraes, habilitam o homem para o tracto civil com os seus semelhantes e para o cultivo proveitoso da instrucção superior, e finalmente ainda são a verdadeira base para o estudo das profissões. E qual o homem, seja qual for a sua posição social, que não deve ter uma profissão? O regular exercicio da actividade do homem constitue a lei do trabalho, e esta lei é essencialmente physiologica e social, pois da sua observancia depende o bem estar do individuo e a ordem e prosperidade dos estados. Recáia a escolha em qualquer das profissões industriaes, ou alguma das liberaes, no que influirão as posses, jerarchia, o talento e natural inclinação, - a nenhuma é indifferente a carencia de conhecimentos litterarios. As habilitações para as diversas profissões devem assentar em solida instrucção.

A litteratura e a civilisação são élos da mesma cadeia; em todos os tempos têm tido a mais estreita correlação. Mal se pode conceber uma sem a outra. A litteratura caracteristica dos diversos povos, nos differentes seculos, revela-nos o estado mais ou menos adiantado da sua civilisação. Neste sentido, pode dizer-se que a litteratura é a expressão da sociedade. Assim exprimiu Bonald esse pensamento, que tem merecido a approvação geral.

A instrucção publica, senhores, é, na actualidade, uma das questões mais vitaes, porque é a base mais firme e o principio mais seguro de todo o engrandecimento social. Sem ella, nada de solidamente bom pode conseguir-se numa nação. Em qualquer grau da sociedade em que nos colloque a sorte, todos carecemos de educação intellectual, ainda que nem todos egualmente. A humilde cabana do pastor não deve fechar-se mais do que palacio dos reis ás benções da educação intellectual. A instrucção deve humanisar-se quanto se possa.

«É força confessar, diz o V. de A. Garret, que ella não pode chegar a todas as classes da sociedade, a todos os individuos; por mais que a civilisação progrida, ha de haver homens, cuja vida seja mais material do que intellectual; porem, quanto mais se generalisar, mais a sociedade ha de prosperar em todos os sentidos». A instrucção intellectual, em qualquer gráu, nunca deve vir isolada. As facultades da alma, excitadas desegualmente, dão um triste resultado. É para lastimar o homem, que, embora tenha o espirito cultivado, deixa em completo esquecimento as suas qualidades moraes. Religião, instrucção e educação moral, são tres elementos distinctos, mas base unica e infallivel d'uma civilisação perfeita.

Vós, pois, nobres mancebos, flor da mocidade portugueza, que acudís de todos os pontos do paiz em demanda da sabedoria, dedicai-vos com todo o empenho ás sciencias e ás letras. Formae o vosso coração com o estudo das sciencias moraes; desinvolvei o vosso espirito com o estudo das sciencias intellectuaes. Empenhae, neste sentido, todos os esforços da intelligencia, todos os recursos do coração, para que Portugal, formando sabios profundos e cidadãos uteis á patria, venha a occupar o logar que lhe compete ao lado das nações mais cultas.

Senhores! Os Apostolos da sciencia, d'esta religião civilisadora, que tem templos, culto e adorações em todos os cantos do mundo, incitam hoje, neste glorioso recinto, a mocidade esperançosa a seguir a sua bandeira, na qual se lê a gloriosa divisa do progresso. Amanhã começam a sancta cruzada que lhes impõe o seu evangelho, animados pelo pensamento de que ganharão crentes para a sua Egreja e sabios para a Patria.

Disse.

Doutor
Manuel Pais de Figueiredo e Sousa

1871

Manuel Pais de Figueiredo e Sousa

•

Nasceu em Canas de Senhorim a 25 de Abril de 1810.

Faleceu em Coimbra a 19 de Julho de 1872.

Carreira Académica

Matriculou-se na Faculdade de Filosofia em 1827, na de Matemática em 1831, e na de Medicina em 1835. Bacharel em 1839. Licenciado e Doutor em 1841.

Professor Catedrático em 1853.

Leccionou: Clínica das Mulheres; Física Médica, Aparelhos, Operações Cirúrgicas e Arte Obstétrica; Fisiologia e Higiene; Patologia Médica, Nosologia, Terapêutica e Doutrina Hipocrática e Moléstias das Mulheres e dos Recém-Nascidos; Medicina Legal, Higiene Pública, Polícia Médica e História da Medicina; Clínica dos Homens; Anatomia Patológica.

Cargos Exercidos

Director dos Hospitais da Universidade de Coimbra.

Decano e Director da Faculdade de Medicina de Coimbra.

Deputado às Cortes. Presidente da Comissão Revisora do Recenseamento de 1862.



Manuel Pais de Figueiredo e Sousa

(Página deixada propositadamente em branco)

*Oratio Pro Studiorum Instauratione quam postridie
idus octobres anno MDCCCLXXI, in Maximo
Academiae Conimbricensis Gymnasio, habuit
Dr. Emmanuel Paes de Figueiredo et Sousa,
Medicinae P. P. Primarius et Decanus.*

Apud hunc venerandum consessum verba facturus, Viri Academici, in hoc augusto loco, in tam solempni vie, quum annua instauration fit studiorum Academiae Conimbricensis, et praemia honoresque conferuntur illis praestantioribus alumnis, qui in anno superiori studio, ingenio scientiaque caeteros antecesserunt; temeritatis reprehensionem merito subirem, si mea sponte in hunc suggestum ascenderem, vel saltem illos doctissimos viros aemulari praesumerem, quorum eloquenti voce hoc amplum gymnasium toties alias personuit. Non meo tanta fiducia animo. Venio solummodo lege impulsus ad munus obeundum, quod mihi etiam sorte obtigit: venio ad utilitatem scientiarum patefaciendam et exinde colligendum, quantum oporteat eas colere et in dies magis evolvere. Argumentum ipsum propria magnitudine commendatur, humanitas vestra jam probe est omnibus perspecta: adtentos igitur, dum breviter dicam, animos vos praebituros esse confido.

Si in terra quam incolit, hom clauderet oculos ante lucem solis, et abnueret contemplari ingentes thesaurus a natura undique oblatos; vitam degeret tamquam bestia, cupiditatibus deditus, ignorantiae obnoxius, inter saxa silvasque una cum bellius senescendo; et moreretur vita indignus, magna Dei, qui ipsum creavit, opera ignorans. Natura tamen, quum hominem instruxisset manibus ad omnes motus aptis, cerebro ad cogitandum idoneo, flagranti cupiditate noscendi,

perpetua necessitate fruendi, quibus viis jam inde ab infantia usque ad senectutem et mortem se perficere potest; constituit etiam, ut ita valeret plantas, pecudes et universam ferme naturam in usus suos convertere. Absit ut vel cogitatione deprimam, quos homines tristis casus et ignorantia ad infimum ordinis socialis gradum rejecere; nulli enim jus adest hominem deprimendi, quin se ipse deprimat: verumtamen id indubium est, quod insciens quasi servus sit dicto domini audiens, nihil aliud quam instrumentum, actibus non imperans suis, nec illorum moralitati obnoxius: et licet natus sit nobilis et elatus, regnum exerciturus in terris, libertate et intellectu praeditus, recte cogitare valens; si in nativa inscientia perstat, minime, ad quem fuit creatus, finem adimplet. Est igitur scientia, Viri Academici, naturae hominis consentanea, nec illi minus necessaria, quam aura spirabilis, lumen solis splendens, cibus vitam servans et corpus evolvens.

Magistra vitae, historia refert, veteres sapientes jam inde justam de utili scientiae vi opinionem habuisse. Socrates quidem sermone exemploque ostendebat ex ignorantia omnia vitia, sicut ex scientia omnes virtutes, progigni. Et ita fiat necesse est: etenim, sive scientiae vertantur in factis per observationem experientiamque compertis, et ex phaenomenum inspectione ad leges ascendant ipsorum definiendas; sive agant de veris notionibus per ratiocinium comparatis, et de legibus ad facta descendant explicanda: utrumque efficiens meditatio erigit supra curas et aegritudines vitae terrestres, lenit cupiditates, donat laetos dies, in inquirendo vero assidue occupata: praeterea, quicumque vitii turpitudinem ignorat, nec fraenare discit turpes, impotentes incultaque natura exortos adpetitus, minime potest sua sponte virtutem amplecti, sicut ille vir doctus suaeque dignitatis conscius, qui ne minimum quidem de gradu sic nobili descendere sustinet.

Scientia thesaurus est qui nunquam amittitur; omnes fortunae injurias evadit, homines claros et sublimes reddit: et licet vulgo plus admirationis excitet cultus splendidus quo se exornant urbium expugnatores, et aurea solia in quibus sedent purpurati reges, quam vita modesta sapientis, qui in imo conclavi studia ardentem prosequitur, aut in officina experimenta operosa saepius tentat; nihilominus, illorum immensa potestas in tam multorum animas ac facultates recte confertur stellis formidulosis, quae gentibus terrorem injiciunt, at certo tempore evanescent, cinere tantum relicto sterili super terram. Animo quidem recolamus, quomodo caesarum et tot aliorum imperatorum statuae, quamvis maxima arte perfectae, et plurimo populorum sudore sublatae, corruerunt in pulvere sepultae; at contra Homeri poemata superarunt, nulla mutatione, annorum supra duo millia; sicut et libri virorum de humana communitate benemerentium, Hippocratis, Platonis et hoc genus aliorum, qui commoda ex cultura sociali profecta ubique diffuderunt. Maxime quidem mirari debemus tanta humanae mentis opera, quae, praeterlabentibus saeculis, nos ditarunt fruentumque dederunt commercium sapientum ex omnibus gentibus, et consortium instituerunt intellectuale inter Archimedes, Paschalem et nostratem Nonium, inter Demosthenem, Bossuetum et Vieiram, inter Plutarchum, Fenelonem et Sousam; tanquam si hae magnae animae,

tempore ac spatio nihil obstantibus, unam modo rempublicam conflarent ad genus humanum erudiendum.

Nobilissimos adfectus scientia fovet, et iugo servitutis hominem subducit: quapropter, publice erudire munus civitatis est, ad quod unicuique civium idem jus adest: frustra vero tam justum principium leges tuebuntur, si facultatum iniquitas vetabit, ne homines hoc jure quam latissime fruantur. Status ergo politicus tenetur naturae inaequalitatem, quantum possit, imminuere, vires communitatis ad commodum singulorum revocando, et ingenium ac doctrinam singulorum ad usum communitatis convertendo.

Scientia maximi momenti est ad vitam expoliendam: scientiae innixa tota movetur natura; ingenii conatu, non brachii virtute, invenit homo instrumenta quibus feras domuit ac destruxit, et terrae viscera rimatus fuit; machinarum opera ab ipso inventarum altissime crevit industria, et pro violentia laborem, pro bello ac rapina mercaturam, scientia posuit.

Scientiae nisu facies societatum innovantur. Argumento sit acus nautica illa, qua adhibita, inclytus et strenuus Princeps lusitanus novas vias terris patefecit, et cunctos homines mutuo commercio commodisque mutuis devinxit, quorum vel notionem aetates anteactae non conceperant. Corruerunt potentes dynastae, et ad Europam confluit plus auri atque fabrilium mirorum, quam quodcumque romanae rapinae ex tribus antiqui orbis partibus congesserant. Vaporis et electricitatis vi humanum genus progreditur; et, utroque juvante, forsitan fiet olim, ut unam modo familiam constituat.

Scientia denique vitam protrahit experientias saeculorum intra breve tempus colligendo. Illa valetudinem labantem firmat, amissam restituit; illa sua cuique civium jura adsignando ac tuendo communitatem stabilit; illa terram, astra, et cunctas naturae vires perscrutando hominibus commoda conquirat; illa denique quum homo quisque, commercio cum caeteris hominibus finito, ad patriam jam non pertinet et in terris desinit existere, vitam beatiorem illi promitti; quam sublimem doctrinam et ad bonum societatis maxime conducentem Socrates, Platon, Augustinus, Chrysostomus et alii viri doctissimi satis demonstrarunt.

Quum igitur scientia summopere expediat, immo necessario requiratur ad vitam hominum et populorum heandam; quum, juvante scientia, genus humanum evadat perfectius: vobis, Viri Academici, munus officiumque impendet eam quam latissime evolvendi. Verum omnis generis assidue detegendo civitates sunt progressae, et eandem viam insistendo in dies longius progredientur. Pari modo, quamdiu in alma Academia nostra vigeant ingenia laeta, mentes validae, animi generosi, quos humanae familiae, adhuc errore ignorantiaque laborantis, malum non tangere nequit; hic quoque scientia perfici perget variis, in quos dividitur, ramulis.

Academiae Conimbricensis fama jam tota Europa percubuit, et etiam nunc debet nobilis amplaque fieri scientia adversus ignorantiam pugnante. Dicant licet nonnulli, hominibus atque communitatibus, postquam ad virilem aetatem pervenerunt, vires corporis ac robur animi sensim

deteri et demum extingui. Quod si de singulis hominibus verum est, de collegiis tamen et sodalitatibus dici non licet, ubi novae mentes et nova ingenia in locum decedentium, nula intermissione, succedunt. Academia praeterea Conimbricensis fundamentis, methodo scilicet edocendi, novis et adeo firmis innititur, post reformationem anno millesimo septingentesimo septuagesimo et altero peractam, ut doctus quidam professor germanus, nomine Graves, quum in Anglia, in Gallia, in Italia et in Germania ipsa ad varias docendi medicinam practicam methodos ediscendas incubisset, nulla denique reperta, quae satis sibi faceret, novam, ut ipse credebat, paucis abhinc annis proponeret; eandem vero, ex qua post saeculum ferme edocere tenemur.

Quum mens humana observationes et experimenta inter se confert, et vera principia sistit per analysim et synthesim demonstrata, fundatur scientia, seu certa cognitio veri, super basim solidam ac firmam; et scientiae physicae atque morales, si tali ratione tradantur, tuto sane procedunt, tardius hae, celerius autem illae. Apud nos in scientia tradenda libertas servatur latissima quod ad discussionem opinionum; et tantum abest ut legi ac religioni illa libertas obficiat, ut contra tyrannidem ac superstitionem evertat, quae utrique maxime adversantur. In usum etiam communem illico adferuntur solida inventa per experientiam satis comprobata, at e limine rejiciuntur, quae non fuerunt recte perpensa; ne terrae mandentur semina ignota, quae qualem fructum sint latura, nesciatur. Etsi scientiae latissime jam pateant, et ad multiplices usus adhibitae, adhuc nova multa supersunt invenienda; quibus si nonnulli forte repugnarint, eo felicius succedet, adcuratius enim investigata solidius firmabuntur: tantum circulatorum disceptationem horrent.

Quamobrem, Viri Academici, si scientiae opera humanum genus progreditur, si scientiae possessione admodum delectatur; si cognitione justi, si libertate beati, homines fiunt: utilem, immo necessariam et, quae in dies magis amplificetur, dignam scientiam quis infitiabitur? Quo verum scientia possit laetiores fructus edere, debetis, Viri Academici, sedulo contendere et veram, non falsam, scientiam diffundere. Falsa enim scientia assiduo terrore spiritum publicum deprimit, deprimit dignitatem et sensum moralem, adimit robur voluntati; quod constanter est fugiendum, ne populi, cultiores nomine, *fratres* se dicant, at in acie, inter rabiem et caedem, inter acervos humanorum cadaverum, aere bellico interea circumtonante...

Vos nunc, Juvenes Academici, quibus opus culturae socialis est prosequendum, vos etiam animum advertite: vita brevis est, scientia vero longa. Aetas vestra recte confertur verno tempori, quando omnia florent: nunc corpus vestrum evolvitur et roboratur, nunc omnes constitutionis vestrae actus exercentur plane, alacriter et vehementer; nunc sensus vestri undique expanduntur: quamobrem omni celebritatis generi inhiatis, gloriam lucro anteponitis, fraudis machinationes ignoratis, quid necessitas sit, quid adversae res, nondum scitis; futurum vobis arridet, impossibile nihil creditis; prompte agere quam per diu meditari, voluptate frui quam operam navare, mavultis. Ejusmodi est juvenile ingenium. Breve tamen vitae tempus monere vos debet, aetatem vestram nullo fructu praeterituram, nisi ordinis et meditationis consuetudinem jam inde contrahendam

curaritis; vividam laetamque phantasiam, facilem tenacemque memoriam, ingenium alacre, iudicium solers adhibendo ad cognitiones amplificandas, quas postea, aevo maturescente, in vestrum et aliorum commodum advocar possitis. Ingenium quidem suo ipsum nisu augetur aliquantum; altius tamen et tutius subvolat, studio firmante et industria prudentiorum dirigente. Sic vos etiam, Juvenes generosi, firma voluntate vestra et exemplo ac doctrina aliorum debetis vigorem scientiae comparare, ut vestrum saeculum anteceditis hominum generi praelucendo.

Agite ergo, Juvenes Academici, animis otio bimestri recreatis, ad studia nunc revertimini et acriter incumbite; Praesulis nostri humanissimi dicto audientes estote; disciplinam academicam diligenter servate; praeceptores vestros sedulos et doctos audite et reveremini; parentum vestrorum votis et impensis respondete; spes denique patriae nolite frustrari. Maneant mentibus vestris alte infixata haec monita, e corde amico tam solemniter faustoque die deprompta, quippe in quo etiam auram vitalem primum carpsit Regina nostra Domina MARIA PIA, quam una cum excelso Coniuge, tenerrima Prole, caeteraque regia Familia, Deus optimus maximus per multos annos sospitet ac tueatur.

Dixi.

(Página deixada propositadamente em branco)

*Oração que, pela abertura solene dos estudos,
a 16 de Outubro de 1871, no Colégio Máximo
da Academia Conimbricense, pronunciou o Doutor
Manuel Pais de Figueiredo e Sousa,
Professor Público Primário e Decano de Medicina.*

Prestes a falar junto desta venerável assembleia, Ilustres Académicos, neste augusto lugar, em dia tão festivo, por ocasião da abertura solene anual dos estudos da Academia Conimbricense e da atribuição de prémios e recompensas aos seus mais notáveis alunos, aqueles que, no ano anterior, pelo estudo, talento e sabedoria se distinguiram dos outros, eu mereceria uma repreensão por temeridade se, por minha livre vontade, subisse a esta tribuna ou se, pelo menos, tivesse a presunção de igualar aqueles doutíssimos varões, com cuja voz eloquente ressoou este amplo colégio tantas outras vezes. Não tem o meu espírito tanta ousadia. Venho unicamente impellido pela lei para cumprir uma obrigação que me coube também em sorte; venho para revelar a utilidade das ciências e, a partir daí, concluir quanto convém cultivá-las e desenvolvê-las cada vez mais, de dia para dia. O próprio assunto se recomenda pela sua própria grandeza; a vossa cultura já de todos é perfeitamente conhecida; por isso, tenho confiança de que me apresentareis os vossos espíritos atentos, enquanto falo brevemente.

Se, na terra que cultiva, o homem fechasse os olhos diante da luz do sol e se recusasse a contemplar os enormes tesouros que, por todo o lado, lhe oferece a natureza, levaria a vida como um animal, entregue às paixões, dominado pela ignorância, envelhecendo entre as rochas e as florestas juntamente com os animais selvagens. E morreria indigno da vida, ignorando as grandes

obras de Deus que o criou a ele próprio. A natureza, todavia, como dotasse o homem de mãos aptas para todos os movimentos, de um cérebro apropriado para pensar, de um desejo ardente de conhecimento, de uma necessidade eterna de fruição, meios com que, desde a infância até à velhice e morte, se pode aperfeiçoar, estabeleceu também, para assim prevalecer, converter em seu proveito, plantas, animais e quase toda a natureza. Oxalá não humilhe, com o pensamento, aqueles homens que um triste acidente e a ignorância lançaram para o mais baixo degrau da ordem social; a ninguém assiste, com efeito, o direito de humilhar o homem, que não se humilhe a si próprio. E contudo, é indubitável o facto de que o ignorante é quase escravo, obedecendo cegamente ao senhor, e nada mais senão um instrumento; não é senhor dos seus actos, mas submisso à moralidade daqueles; e, ainda que tenha nascido nobre e elevado, pronto a exercer o seu domínio sobre as terras, dotado de liberdade e intelecto, com a possibilidade de correctamente reflectir, se permanecer na ignorância com que nasceu, de modo nenhum atingirá o fim para que foi criado. É, pois, a ciência, Ilustres Académicos, consentânea com a natureza do homem e não lhe é menos necessária que o ar que respira, a luz brilhante do sol ou o alimento que conserva a vida e desenvolve o corpo.

Como mestra da vida, conta a história que já os antigos sábios tiveram uma correcta opinião sobre a utilidade e força da ciência. Sócrates, na verdade, mostrava por palavras e com o seu exemplo que da ignorância se geram todos os vícios, tal como da ciência, todas as virtudes. É necessário que assim aconteça; com efeito, quer as ciências se centrem nos factos descobertos através da observação e da experiência e, pela observação dos fenómenos subam a definir as leis das mesmas, quer tratem das verdadeiras noções alcançadas pelo raciocínio e desçam das leis para explicar os factos, a meditação, demonstrando um e outro meio, eleva os espíritos acima dos cuidados e dos sofrimentos da vida terrestre, acalma desejos, oferece alegres dias, ocupada assiduamente na pesquisa. Para além disso, cada um ignora a torpeza do vício e não aprende a refrear os apetites torpes, impotentes e nascidos da natureza selvagem, e não pode minimamente, de sua vontade, abraçar a virtude, tal como aquele varão douto, consciente da sua dignidade, que não pode minimamente descer desse tão nobre grau.

A ciência é um tesouro que nunca se perde; livra de todas as injúrias da fortuna e torna os homens ilustres e sublimes; e ainda que ao vulgo cause mais admiração o culto esplêndido com que se veneram aqueles que tomam de assalto as cidades e os tronos dourados em que se sentam reis purpurados, do que a vida modesta do sábio que, no recesso do seu quarto, prossegue ardentemente os seus estudos ou tenta muito frequentemente experiências trabalhosas no seu laboratório, todavia o imenso poder daqueles sobre tantas almas e faculdades de muitos, conduz directamente às estrelas assustadoras, que lançam o terror nas populações e em tempo determinado se esvanecem, simples cinza estéril abandonada sobre a terra. Recordemos como as estátuas dos cézares e de todos os outros os imperadores, ainda que acabadas com a maior arte e

erguidas com muito suor dos povos, se corromperam, sepultadas na poeira; mas, pelo contrário, os poemas de Homero sobreviveram sem transformação, para cima de dois mil anos; do mesmo modo, também sobreviveram os livros dos homens beneméritos para com a comunidade humana, de Hipócrates e de Platão e de outros deste género, que difundiram por todo o lado as comodidades nascidas da cultura social. Maximamente devemos admirar, na verdade, tantos trabalhos da mente humana que, decorrendo os séculos, nos ditaram e nos deram a fruição do contacto com os sábios de todas as nações, instituíram um comércio intelectual entre Arquimedes, Pascal e o nosso compatriota Nunes, entre Demóstenes, Bossuet e Vieira; entre Plutarco, Fénelon, e Sousa, tal como se estas grandes almas, não obstante o tempo nem o espaço, formassem apenas uma república para educar o género humano.

A ciência favorece os mais nobres afectos e arranca o homem do jugo da servidão; por esta razão, é tarefa da cidade a educação pública, para o que assiste a cada um dos cidadãos o mesmo direito. Em vão, na verdade, as leis protegerão tão justo princípio, se a desigualdade das capacidades proibir que os homens fruam desse direito o mais extensamente possível. Por isso, a situação política é obrigada a diminuir, quanto puder, a desigualdade da natureza, chamando de novo as forças da comunidade, para a comodidade de cada um, e convertendo o engenho e a sabedoria de cada um em proveito da comunidade.

A ciência é da maior importância para embelezar a vida; toda a natureza se move apoiada na ciência; com o esforço do engenho, não com a energia do braço, encontrou o homem os instrumentos com que dominou as feras e as abateu e com que abriu as entranhas da terra; o trabalho das máquinas por ele mesmo inventadas avultou muitíssimo com a indústria; a ciência colocou o trabalho no lugar da violência e o comércio no lugar da guerra e da rapina.

Com o apoio da ciência, renovam-se as faces das sociedades. Sirva de prova aquela agulha náutica, com a aplicação da qual o ínclito e incansável Príncipe lusitano revelou novas vias às terras e uniu todos os homens em mútuo comércio e em comodidades mútuas, das quais as gerações anteriores não tinham ainda concebido sequer a noção. Caíram poderosos soberanos e, para a Europa, confluíram mais ouro e obras maravilhosas de artífices do que aquilo que as pilhagens romanas tinham amontoado das três partes do mundo antigo. O género humano progride com a energia do vapor e da electricidade e, com a ajuda de ambos, talvez aconteça um dia que constitua uma família apenas.

A ciência desvenda, finalmente, a vida, coligindo em breve espaço de tempo as experiências dos séculos. Ela restabelece a saúde fragilizada, restitui a perdida; ela, atribuindo e protegendo, em relação a cada cidadão, os seus direitos, estabiliza a comunidade; ela, perscrutando a terra, os astros e todas as forças da natureza, procura reunir as comodidades para os homens; ela finalmente, quando o homem (qualquer que ele seja), terminado o relacionamento com os restantes homens, deixa de pertencer à sua pátria e de existir sobre a terra, promete-lhe uma

vida mais feliz. Quão sublime doutrina, absolutamente conducente ao bem da sociedade, demonstraram suficientemente os Sócrates, os Platões, os Agostinhos, os Crisóstomos e outros doutíssimos varões!

Como a ciência, pois, com o maior empenho, é vantajosa, é absolutamente necessário que seja procurada para tornar feliz a vida dos homens e dos povos; como, com a ajuda da ciência, o género humano se salva mais perfeitamente, sobre vós, Ilustres Académicos, está suspenso o encargo e dever de a levar o mais longe possível. Desvendando assiduamente a verdade de todo o género, as cidades progrediram e, insistindo na mesma via, progredirão para mais longe ainda, de dia para dia. De igual modo, por tanto tempo quanto na nossa alma Academia vingarem felizes talentos, mentes válidas, espíritos generosos, a quem o mal da família humana, ainda laborando no erro e na ignorância, não pôde deixar de impressionar, também aqui a ciência continuará a aperfeiçoar-se nos vários ramos em que se divide.

A fama da Academia Conimbricense espalhou-se já por toda a Europa e também agora deve tornar-se ilustre e ampla, com a ciência lutando contra a ignorância. Dirão ainda, aos homens e às comunidades, que, depois de chegarem a uma idade viril, as forças do corpo e o vigor do espírito se afastam a pouco e pouco para finalmente se extinguirem. Mas, se isto é verdade quando falamos de simples homens, não pode dizer-se, todavia, a propósito de colégios e associações, onde se sucedem novas inteligências e novos talentos para o lugar dos que se afastam, sem qualquer interrupção. Para além disso, a Academia Conimbricense apoia-se em novos e sobretudo firmes fundamentos, isto é, num método de educar, desde a reforma levada a efeito no ano de 1772, quando um douto professor alemão, de nome Graves, que, como na Inglaterra, na França, na Itália e na própria Alemanha se lançasse na aprendizagem de vários métodos de ensinar a prática médica, e como não encontrasse finalmente nenhum que o satisfizesse, propusera um método novo, como ele próprio acreditava, há poucos anos; é esse mesmo, na verdade, que temos de ensinar, desde há quase um século.

Quando a mente humana comunica, entre si, observações e experiências e consolida os verdadeiros princípios demonstrados por análise e por síntese, fundamenta-se a ciência ou o conhecimento certo da verdade sobre uma base sólida e firme; e as ciências físicas e morais, se dessa forma forem ensinadas, avançam absolutamente em segurança, mais lentamente estas, mais rapidamente, porém, aquelas. Entre nós, no ensino da ciência, conserva-se uma liberdade extensíssima quanto à discussão das opiniões e está tão longe essa liberdade de contrariar a lei e a religião, que, pelo contrário, derruba a tirania e a superstição, que contrariam maximamente cada uma daquelas. Neste lugar, produzem-se também para a utilidade comum sólidas invenções, suficientemente comprovadas pela experiência, mas rejeitam-se liminarmente as que não tiverem sido correctamente ponderadas, para que se não atirem à terra sementes desconhecidas, das quais não se saiba que frutos produzirão. Ainda que as ciências já estejam patentes numa vastíssima

extensão e sejam apresentadas para usos múltiplos, há ainda muitas coisas novas para inventar; com estas, se ninguém porventura opuser resistência, bem mais felizmente aquelas se elevarão e firmar-se-ão, com efeito, mais solidamente as coisas investigadas com muito cuidado. Apenas os charlatães têm horror do confronto de ideias.

Pelo que, Ilustres Académicos, se, por obra da ciência, progride o género humano, se este se deleita muitíssimo com o domínio da ciência e se os homens se tornam justos pelo conhecimento, felizes pela liberdade, quem negará que a ciência é útil, absolutamente necessária e digna, ela que aumenta cada vez mais, de dia para dia? Na verdade, para que a ciência possa produzir frutos mais agradáveis, Ilustres Académicos, deveis sem engano procurar atingir e difundir a ciência verdadeira, não a falsa. Com efeito, a falsa ciência oprime o espírito público com assíduo terror, oprime a dignidade e o senso moral, rouba vigor à vontade; por isso, constantemente se deve evitar que os povos se digam mais cultos, e irmãos, de nome, mas sempre em guerra, entre o ódio e a matança, entre acervos de cadáveres humanos, com o ar atroando em redor com sons bélicos...

Agora vós, Jovens académicos, que deveis perseguir a tarefa da cultura social, prestai também atenção: a vida é breve, mas a ciência é longa. A vossa geração contribui para o tempo primaveril, quando tudo floresce; agora, o vosso corpo desenvolve-se e fortalece-se; agora, todos os actos da vossa constituição se exercem plenamente, com entusiasmo e veemência; agora, os vossos sentidos expandem-se para todas as direcções; pelo que agora procurais alcançar toda a espécie de celebridade; antepondes a glória ao lucro, ignorais as maquinações da fraude, não sabeis ainda o que seja necessidade, o que seja adversidade. O futuro sorri-vos, não julgais nada impossível; preferis agir prontamente a meditar durante muito tempo, fruir o prazer a prestar os vossos serviços. Deste género é o temperamento juvenil. Todavia, o breve tempo da vida deve avisar-vos de que a vossa idade há-de decorrer sem qualquer fruto, se não tiverdes a preocupação, desde já, de adquirir hábitos de ordem e de meditação, revelando uma vívida e alegre fantasia, uma memória fácil e tenaz, um engenho interessado, um juízo sensato, para amplificar os conhecimentos que, depois, com o amadurecimento da idade, podereis chamar para vossa comodidade e para comodidade dos outros. O talento, na verdade, pelo seu esforço, aumenta ele próprio um pouco; eleva-se, todavia, voando, mais alto e em maior segurança, com um estudo consistente e orientado pela actividade dos mais prudentes. Assim, vós, também, Jovens generosos, com a vossa vontade firme e com o exemplo e sabedoria dos outros, deveis preparar o vigor para a ciência, para que excedais o vosso século, alumando a espécie dos homens.

Vamos, pois, Jovens académicos, com os espíritos recreados com umas férias de dois meses, voltai-vos agora para os estudos e dedicai-vos empenhadamente. Obedecei ao nosso cultíssimo governante; observai diligentemente a disciplina académica; ouvi e reverenciai os vossos pro-

fessores cuidadosos e eruditos; correspondei aos desejos e despesas dos vossos pais; não queirais finalmente frustrar a esperança da pátria. Permaneçam nas vossas mentes profundamente inculcados estes conselhos saídos de um coração amigo, em tão solene e faustoso dia, visto que neste também respirou primeiro a sua aura vital a nossa Rainha, Dona Maria Pia, a quem, juntamente com o excelso Cônjuge e delicadíssima Prole e toda a restante Família real, Deus Ótimo e Máximo conserve sãos e salvos e proteja, por muitos anos.

Disse.

Doutor

António Egípcio Quaresma de Carvalho Vasconcelos

1876

António Egípcio Quaresma de Carvalho Vasconcelos

•

Nasceu em Condeixa-a-Nova onde foi baptizado a 12 de Abril de 1819.

Faleceu em Condeixa-a-Nova a 3 de Julho de 1911.

Carreira Académica

Matriculou-se nas faculdades de Matemática e Filosofia em 1835,
e na de Medicina em 1838. Bacharel em 1843. Licenciado e Doutor em 1845.

Professor Catedrático desde 1859, jubilou em 1881.

Leccionou: Medicina Legal, Higiene Pública, Polícia Médica e História da Medicina;
Física Médica, Aparelhos, Operações Cirúrgicas e Arte Obstétrica; Clínica dos Homens;
Clínica das Mulheres; Anatomia Humana Descritiva e Comparada; Fisiologia e Higiene;
Patologia Médica, Nosologia, Terapêutica e Doutrina Hipocrática e Moléstias das Mulheres
e dos Recém-nascidos; História Natural Médica, Matéria Médica, Química Médica
e Farmácia; Matéria Médica e Farmácia.

Cargos Exercidos

Secretário, Fiscal, Decano e Director da Faculdade de Medicina de Coimbra.
Deputado às Cortes. Presidente da Comissão de Recenseamento do Concelho de Coimbra
em 1857. Presidente da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova.

Distinções

Par do Reino. Conselheiro.
Sócio honorário do Instituto de Coimbra.



António Egípcio Quaresma de Carvalho Vasconcelos

Retrato de Julião Martins, 1882, foto José Luís Braga - *Filipe Braga Fotografia*, 2001, cortesia de sua bisneta,
Senhora D. Maria Manuel Lopes Quaresma Vasconcelos Gota

*Oratio Quam pro Studiorum Instauratione, in Academia
Conimbricensi die XVI Octobris MDCCCLXXVI,
habuit Dr. Antonius Egyptius Quaresma Lopes
de Vasconcellos, Medicae et Chirurgicae
Facultatis Primarius Professor Publicus.*

*Filius sapiens lactificat patrem: Filius vero stultus moestitiae
est matris suae.*

Parab. Salom. (Proverb. Cap. X, V. 1).

Hunc in amplissimum locum, Viri Academici, timore oppressus, ascendo; quippe: qui perdifficilem rem, de qua mihi apud vos hodierno die dicendum, cognitam plene habeam. Vocibus certe plenioribus, canoris, blandisque simul et acutis, vocibus nunc in animis leniores, nunc vehementes adfectus excitantibus, coetum istum praeclarissimum assuetum esse, me haudquaquam praeterit. Vox autem mea rudis est atque imbecillis: hinc eam apud auditores animi fortes, doctrinaque repletos emissurus, contramisco. Mihine tamen fas erit, meum iis relinquere munus qui majore vestri omnium adprobatione, magisque pretioso fructu ipsum implerent? Minime, Viri Academici; huc enim ut veniam, non sponte animus inclinatur, sed officium cogit. De Scientiis itaque dicam; ac de iis dicens, quin vestra proferam nomina, saltem me in vestris laudibus adtingendis consolabor. Qui doctum praeconio commendat, officii sui partes implet; qui vero officio fungitur, numquam est audientium favore indignus. Spero igitur, vos mihi fore benevolos. Scientiae originem investigare, quam utilis, quam necessaria sit, et ad quantum perfectionis fastigium evecta fuerit, dicere, en provincia mea. Adeo certe amplius, adeo mihi arduus est campus iste, ut vix in eum vertere oculos ausim; quo summa tantum materiae capita leviter perstringam.

Eae sunt nobis agendi viae, eae sunt facultates, nihil, nisi a posteriori, cognoscere possimus. Quo pacto, quod alli sentiunt, nisi per id, quod in nobismet ipsi sentimus, perspicere licebit? Adeo

notionibus indigemus, ut ex nostris tantum finitis perfectionibus de infinitis aliquid conjicere valeamus.

Tantummodo ex effectis ad causas proficisci nobis datur; quae, dum eas retro perscrutamur, in infinito sese abscondunt. In Graeco illo – *nosce te ipsum* – prima nobis est Scientiarum origo quaerenda. Ut ad fines, ad quos natura destinati sumus, perveniamus, vias, quae in eos ducant, inire opus est: quatenam vero istae viae? Corporis nostri organa, nostrae mentis facultates: ut ista organa, ut istae facultates rectae possint esse viae, ali, augeri ac perfici ea necesse est; quae officium rationem quaerere ipsa nos cogit necessitas. Haec igitur nobis Scientiae origo.

Quum praecipuum autem sit Scientiae finis necessitatibus mederi, sine quo naturae officia obire niqueremus, unam tantum esse patet; nomen ipsius unum – *Scientiam* –; et tum modo diversas accipere adpellationes, quum eam ad singulas rationes referimus, quae necessitatibus illis quam proxime occurrunt.

Homo nascitur; statim primam cibi capiendi necessitatem ostendit impressa animantibus a natura incitatio. In iis autem rebus, ad quas alendi gratia nos incitare possit natura, multae profecto sunt, quae non alunt, sed nocent: unde altera oritur necessitas, in iis nempe, quae nos circumdant, rebus, eas dignoscendi, quae ad alendum maxime prosunt, ut his utamur; nocentes vero, fugiamus. Ejusmodi omnium necessitati, ut nunc se humanum genus habet, quaecumque faciant satis, producere jam sola per se nequit natura: ei proinde nos oportet operam dare; in ejus adsiduo versari studio; eam denique pernoscere; ut non alimenta modo ferat, verum plura quoque, quam sine opera nostra ferret. Itaque, simul atque luce, res, quae sive prosint, sive noceant, sive sint inter utrasque mediae, ostendente, adficitur homo, res eas tenetur quam perfectissime callere. Hinc necesse est ad agens hoc naturae principium animum adjicere; quae de caeteris etiam rationibus cognoscendi res, ad nos alendos et conservandos necessarias, intelligenda. En propria dicta philosophia.

Haec autem Scientia propriis in effectis imperfecta maneret, si nostri hujus globi motus ac relationes cum astris, quae in eum vim habent, nos laterent; si non modo res ignorarentur, quae alibi abundant, alibi desunt, sed etiam viae ac rationes, res, eas, secundum orbis plagas ac regiones, mutuo commutandi; si denique res nesciremus in eos usus adcommodare, qui in necessitatum nostrarum subsidium destinantur. En Mathesis.

Satis autem erit, si, homo nutriatur? Nequaquam. Necesse est etiam ut servetur. Quum in immenso spatio sit homo positus, organis instructus, quae numquam satis ipse miretur, undique agentibus principiis circumdatus, quae exitium sibi adferre possint; equidem nescimus, utrum magis mirandum sit eum existere, an servari. Naturae igitur incitatione necesse est, ut homo sui exitii causas amoveat, et mala, quae semel eadem causae adtulerunt, repellat. Si una cum homine conservationis nascitur necessitas, cum ipso quoque nascatur, necesse est, Scientia, quae de ejusmodi conservatione agat. Non se servare tantum contendit homo; mori et pati conditiones sunt humanae naturae conjunctae; remedium igitur adhibere, ut servemur, remedium, ne patiamur,

necessitates pariter sunt hominis naturae inhaerentes. Haec remedia in Scientia illa reperiuntur, cui aptare licet illam Huffelandii de opio, quatenus medicamine, sententiam – sacra vitae anchora circumspecte agentibus; cymba Charontis in manu imperiti –. En Medicina.

At quamvis omnes istae rationes adhibeantur, et sic primis necessitatibus occurratur, adhuc tamen infirmus tamquam fortiori obnoxius, tum modo existeret ac servaretur, quum id sibi fortis permetteret; physice namque ac moraliter sumus inaequales; hinc alia magni, momenti necessitas adparet. Cui ut homo subveniret, quadam sibi a natura usus est conditione; quae nos, incitante natura, ad aliorum opem exposcendam adducit, quotiescumque nostrae non sufficiunt vires, quo dubiis de rebus exeamus; est in societatem propensio: illius ope, omnium voluntatibus in unum finem copulatis, infirmus fortiori redditur aequalis, et nihil aliud cuiquam timendum restat, quam suarum virium ac voluntatum conjunctionis effectum: unde lex, cujus haec principia – neminem laede; jus suum cuique tribuito; quod tibi fieri vis, alteri facito; aliorum jura ne impediās, ut ab aliis non impediāntur tua –. His tantum innixus principiis bonus potest apud malum tutus vivere; crimini metum incutere innocentia; et forti infirmus viribus exaequari. En Jus.

Hunc in modum necessitatibus vitae succurritur.

Sed homo duas in se substantias agnoscit, – corpus nempe ac spiritum –; quorum illud partium dissolutione perit, hic permanet, et est corpori superstes; alioquin homo foret creatis in rebus miserrima: multa namque sunt humanitatis mala, crimina plurima, quae non semper in praesenti vita puniuntur; neque virtus, quae sola humanitatem nobilitat, merito destitui praemio debet. In nobis conscientia loquitur, docetque nos ab Ente supremo stricte pendere: hinc alia necessitas; fides, scilicet, cultusque Enti tributus, quod potestatem habet hominibus negatam. En Religio, ideoque Theologia.

A necessitate in necessitatem nobis hominem contemplantibus initium fuit Philosophia, finis Theologia. Alius est autem Scientiarum ordo; quum enim omnibus, quae ipsum circumdant, utendi facultatem homo acceperit, semper et ubique naturae ordini substituit eum, qui suis notionibus maxime consentiret, nunc temporis, nunc loci, nunc aliis, sibi forsā minime definiendis, adjunctis excitatus. Quicquid tamen sit, par est omnium Scientiarum momentum. Sine religione parum proficeret lex; sine lege admodum lento gradu naturales procederent Scientiae; sicut sine his parvi jus esset pretii, modica vero fides et Divinitatis cultus. Est hic velut quidam fasciculus, quinque floribus constans, quorum si unum tantum, quicumque sit, detrahas, inconditus fasciculus erit atque inconcinnus. Semper id apud omnes gentes observatum; Scientiae unius perfectio in alias redundat semper, unius lapsus aliarum lapsum necessario secum pertrahit.

Scientiarum necessitate demonstrata, quid reliquum est, Viri Academici? Earum utilitatem demonstrare? Haec ex illa necessario consequitur; probato enim, quod est majus, quid interest probari minus? Nulla est gens, quae se florentem labentemve non proclamet, prout retroeunt, sive progrediuntur Scientiae. Nemo autem negabit, consentientem sibi populorum vocem esse quoddam veritatis

testimonium. Quaedam etiam praestantiae jactatio gentem illam adficit, quae Scientiis alias antecellit. Quid ita? Quia intelligit, praeter majus nomen et gloriam, quae Scientiae pariunt, suis utilitatibus easdem magis inservire: pluribus necessitatibus occurrit; quod si non est utile, quid aliud erit?

Ubi necessariam utilemque rem esse innotescit, eamdem manifestum est, quo perfectior erit, eo praesentius necessitatibus nostris remedium adferre, ipsamque evadere utiliorem. Ejusmodi fuere hodieque sunt adsiduae humani generis contentiones: quod si nunc Scientiae summum perfectionis non tenent gradum, longe tamen exsuperant superiorum saeculorum conditionem.

Nobis persuasum est, eo perfectiorem esse quamque religionem, quo diutius manet, latiusque effunditur; quod nostrae datum est: id vero, quin ad historiam hic perfugiamus, omnibus nostris compertum; omnes, Deo favente, sentimus.

Novam hodie Scientia juris faciem offert; *absoluti* juris, principium in popolare jus conversum est; hinc nova rerumpublicarum forma, quae, a summa unius potestate paulatim discedens, gentes amplius fortiusque tuetur, indeque in earum cultum ac felicitatem necessario confert. Solidioribus fundamentis impositum, jus publicum tutius et efficacius civile reddit jus; vita opesque civis minus discrimen subeunt. Juris materiae alia non minoris ponderis addita est, quae majorem genti divitiarum praestat copiam, - oeconomia politica -.

In Medicina, spectativam partem posthabendo, adcuratiorem experimentis operam dedimus, quod solum est firmum in Scientiis, quae observationem spectant, fundamentum; systemata fugimus, ut naturam sequamur et adjuvemus. Inspectus est etiam, quantum humanae capiunt vires, homo physicus; qua in cognitione posita est moralis hominis cognitio; quod necessario in alias redundat Scientias. Medicinae progressionem debetur etiam liberalior populorum educatio, qui publicae hygieinae, latius hodie progredientis, beneficio perfuncti, multis malis, quae ipsos quondam opprimebant exitioque dabant, liberantur; et ut quibusdam aliis, quae seu civium inopia, seu imperii clavum tenentium incuria nunc etiam existunt, eripiantur, praestantem quotidie accipiunt opem. Quamobrem nou solum medendi Scientia nomine insigniri debet hodie Medicina.

In Mathesi pro nobis loquatur Portucalia, quae numquam ex memoria deponet, quantum hujus Scientiae culturae profecerit Henricus Princeps, in hoc suggestu toties jure ac merito celebratus; cui plurimum haec nostra debet Universitas. Et sane nostrae fortunae ac dignitatis adcessionem maxima ex parte Scientiae hujus perfectione debentur; quae numquam delendis characteribus in hominum animis tot Lusitanorum impressit nomina, qui in toto terrarum orbe aemulationem concitarunt.

In Philosophia pro nobis loquuntur ferrea itinera, omnes vaporis atque *electricitatis* adplicationes, et fabricarum caeterarumque constructionum, in quibus aër et alia sunt moventes vires, magnum incrementum.

Quemnam vero fructum ex omnibus ejusmodi Scientiis homo caperet, si intellectu eas comprehendere nequiret? Provida semper natura duabus hominem elementariis facultatibus

donavit, – loquendi scilicet ac ratiocinandi –, quo duplici elemento aptum se ipse reddere potest ad Scientias, quibus caret, recte intelligendas. Attamen, si necesse est, ut se nutriat, servet ac perficiat homo physicus, eadem moralem hominem urget necessitas: necesse est dicendi et cogitandi vim nutrire, servare ac perficere, quum, recte modo animi sensa promendo, et adcurate cogitando, ipse possit inire superiorum Scientiarum cognitionem. Ab humanioribus equidem litteris petendum hoc auxilium est; adeo ut, eae quum sint quasi quaedam scala, qua facilius ad altiora studia perducamur, non ideo tamen sint minus, immo plus, quam caetera studia, necessariae; quibus fundamentum jaciunt, sine quo certe quicquid superstruxeris, corruet. Hinc Grammaticae, Philosophiae rationalis et moralis, aliarumque artium ac linguarum, quae cum illis arcte sunt devinctae, studium perquam necessarium.

Juvenes Academici, qui ad Scientiarum studium vos addixitis, pulchrum amplumque vestris cogitationibus apertum cursum relinquo. Utilitas et gloria fortissima profecto sunt, quibus omnis ingenuus cultusque homo adcenditur, incitamenta. Tota igitur mente omnique animi impetu in Scientias incumbite; utilitatem habebitis et gloriam. Quamdiu in orbe exstiterit humanitas, ad remunerationem divinam contendet homo; de forti queretur infirmus; patietur, amplificatione ac nutritione indigebit. Proinde quamdiu exstiterit humanitas, vestra quaeretur opera; en copiosum utilitatumstrarum fontem. Quodnam magis Sacerdoti solatium, quam esse conscium, quod ab exitii via hominis animam averterit? Curate igitur, Juvenes Theologi, ut magnopere erudiamini; a vestra namque doctrina pendet populi, qui ad vos propius vivit, institutio; et gloriamini per eam vos obtinuisse, quod per fanaticum furorem, et hypocrisin, omnium vitiorum pessimum, tot alios consequi non pudet. Quodnam majus perpolito homini praemium, quam sibi esse persuasum, facere ut suum cuique tribuatur, et ut integrae familiae, indigentiae, contemptui ac miseriae saepe forsitan devotae, felicitati restituantur? Id vobis praemium est in Juris facultate repositum. Quodnam dulcius decus, quam, sepulcro paene traditum, filium parenti, parentem filio, conjugum conjugem, amico amicum restituere? Id vobis consequi licet, Medici Juvenes. Quodnam pulchrius triumphigenus, quam patriam amplificare, eamque ab hostibus exitioque eripere? Quam nobilis ostentatio est futuri phaenomena tuto praedicere? Id advos pertinet, Juvenes Mathematici. Quodnam tandem magis animum oblectet, quam aliorum sortem reddere meliorem iis in suis laboribus praestando levamen, resque ad vitam agendam tum utiliores, tum minimo sumptu partas, eisdem suppeditando? Hoc vos adfici praemio, fas est, Philosophiae addicti Juvenes.

Non vero sat est litterarum studia persequi; oportet insuper bonis moribus exornari: nostrae vitae litterariae moralisque ratio exemplo alitur et roboratur. En vobis optima et quam perfectissima exemplaria; in eorum vestigiis insistite; ab iis omnia discite, ut, quod illi in vos, in caeteros vos esse possitis. Confisi adhuc estote in longe meritissimo Pro Rectore, Regiae Magestatis a Consiliis, qui vos tuto potest praesidio tegere; tum etiam in eis, quibus reipublicae gubernaculum, quorumque est vos dignis praemiis decorare.

Tandem non hinc abscedam, nec prius meae orationi finem imponam, quâm laeto animo memores vos reddam solemnem hodie agi diem natalitium Augustissimae Portugalensium reginae Domnae Mariae Piaë; cui simul et cunctae regali familiae nostra interest a summo rerum conditore salutem gratiamque impetrare, ut omnes ope divina relecti et illuminati prosperos eventus et sibi et universo populo lusitano multos per annos reddere valeant.

Dixi.

*Oração que, na solene Academia Conimbricense,
no dia 16 de Outubro de 1876 pronunciou
o Doutor António Egípcio Quaresma Lopes
de Vasconcelos, Professor Primário Público
da Faculdade de Medicina e Cirurgia.*

*O filho sábio é a alegria de seu pai,
o insensato, porém, é a tristeza de sua mãe.*
Parab. Salom. (Prouerb. cap. 10 v. 1).

Subo a este notabilíssimo lugar, Ilustres Académicos, dominado pelo temor, eu que conheço perfeitamente o assunto, por demais difícil, sobre o qual, no dia de hoje, me devo pronunciar. A vozes certamente mais fortes, melodiosas, simultaneamente brandas e agudas, a vozes que despertam nos espíritos ora impressões mais suaves, ora veementes, está esta ilustríssima assembleia habituada, não o ignoro minimamente. A minha voz, porém, é rude e humilde; prestes a emiti-la, aqui, entre auditores fortes de espírito e cheios de sabedoria, começo a tremer. Ser-me-á, todavia, permitido deixar-lhes a minha tarefa, para que a desempenhem com maior aprovação de todos vós e com mais precioso resultado? De forma nenhuma, Ilustres Universitários! Com efeito, para vir até aqui, não se inclina o espírito de livre vontade, obriga-o o dever. Falarei, pois, das Ciências. E falando delas, ao proferir os vossos nomes, pelo menos, me consolarei de alcançar os vossos louvores. Aquele que elogia um erudito, cumpre os deveres da sua tarefa. Aquele que verdadeiramente cumpre a sua tarefa, nunca é indigno do favor da assistência. Espero, pois, que sejais benevolentes comigo. Investigar a origem da Ciência, a sua utilidade, a sua necessidade, e dizer a que ponto culminante de perfeição terá sido elevada, eis a minha missão. É tão amplo, tão árduo para mim este campo, que mal ousa voltar os olhos para ele; por isso apenas aflorarei levemente os mais importantes capítulos da matéria.

São de tal natureza as nossas maneiras de proceder, de tal natureza as nossas faculdades, que nada podemos conhecer, a não ser *a posteriori*. De que modo nos será permitido perceber o que os outros sentem, a não ser através daquilo que nós mesmos sentimos em nós próprios? E de tal modo temos falta de conhecimentos, que apenas podemos conjecturar, a partir das nossas perfeições simplesmente finitas, algo das infinitas.

Somente nos é dado partir dos efeitos para as causas que, enquanto são perscrutadas de um lado, se escondem no infinito. Aquela sentença do Grego, *Conhece-te a ti próprio*, é a origem primeira das Ciências que devemos procurar. Para chegarmos aos fins para que estamos destinados por natureza, é preciso percorrer os caminhos que nos levam a eles. Quais são, então, esses caminhos? Os órgãos do nosso corpo, as faculdades da nossa mente; para que esses órgãos, para que essas faculdades possam ser caminhos correctos, é necessário que sejam alimentados, aumentados e aperfeiçoados. A própria necessidade nos obriga a procurar a forma de o fazer. Esta é, pois, para nós, a origem da Ciência.

Como a principal finalidade da Ciência é acudir às necessidades, sem o que não poderíamos desempenhar os deveres da natureza, revela-se ser apenas uma; o seu nome é único - Ciência; e apenas recebe diversas denominações quando a remetemos para cada uma das situações que se aproximam o mais possível daquelas necessidades.

Nasce o homem; de imediato, um impulso impresso nos seres animados pela natureza revela uma primeira necessidade de se alimentar. Naqueles alimentos, porém, que a natureza nos possa incitar a comer, muitos são certamente os que não alimentam, mas prejudicam. Daí nasce a outra necessidade de, naqueles alimentos que nos rodeiam, seleccionar aqueles que são mais úteis para a alimentação, para os utilizarmos, e de evitarmos aqueles que deveras nos fazem mal. A tal necessidade de todos os alimentos, tal como agora se comporta o género humano, já a natureza não pode produzir por si só o que satisfazer. Convém, pois, que nós lhe prestemos algum auxílio; que nos lancemos no seu estudo assíduo, e finalmente, que a conheçamos bem, para que não simplesmente produza alimento, mas que ainda produza mais do que produziria sem o nosso esforço. E assim, a partir do momento em que, com uma luz reveladora, o homem é dotado daquelas coisas que fazem bem ou que fazem mal, ou que estão entre os extremos, é levado a conhecê-las a fundo, o mais perfeitamente possível. Daqui, é necessário unir o espírito a este princípio activo da natureza, para reconhecer, a partir também de outras áreas do conhecimento, aqueles produtos necessários para nos alimentarmos e conservarmos. Eis, propriamente dita, a Filosofia.

Esta Ciência, porém, nos seus próprios efeitos, permaneceria imperfeita, se nos fossem desconhecidos os movimentos e as relações deste nosso globo com os astros que exercem a sua energia em relação a ele; se não só se ignorassem aqueles produtos que abundam num lado e faltam noutra, mas também aquelas vias e formas de trocar mutuamente esses produtos, conforme

as praias e regiões do orbe terrestre; e finalmente, se não soubéssemos acomodar as coisas àqueles usos que se destinam a um aumento das nossas necessidades. Eis a Matemática.

Será, porém, suficiente que o homem se alimente? De maneira nenhuma. É necessário também que se salve. Como o homem foi colocado no imenso espaço, dotado de órgãos, que nunca cessa ele próprio de admirar profundamente, circundado por todos os lados de princípios actuaes, que lhe podem causar perdição, a verdade é que não sabemos que mais admirar: que ele exista ou que seja preservado. É necessário, pois, por incitamento da natureza, que o homem afaste as causas da sua perdição e expulse os males que, uma vez, as mesmas causas provocaram. Se juntamente com o homem nasce a necessidade de salvação, é necessário que com ele também nasça a ciência que trata deste género de salvação. Não se esforça apenas o homem em salvar-se; morrer e sofrer são condições que andam unidas à condição humana; por isso, ministrar remédio para nos salvarmos, remédios para não soffrermos, são necessidades que andam de par, inerentes à natureza humana. Estes remédios encontram-se naquela Ciência à qual convém ajustar aquela sentença de Huffelandio, sobre o ópio, sobre até que ponto é um medicamento: sagrada âncora da vida para os que agem com circunspecção, ou barco nas mãos de Caronte imperito. Eis a Medicina.

Mas ainda que se apresentem todas estas razões e assim se acuda às primeiras necessidades, débil ainda, todavia, tal como o submisso perante o mais forte, não só existiria ou se conservaria apenas, como ainda isso lhe permitiria ser forte. Com efeito, física e moralmente somos desiguais; daqui surge outra necessidade de grande importância. Para vir em seu socorro, o homem usou uma determinada condição inserida em si pela natureza que, com o seu incitamento, nos leva a pedir o auxílio dos outros todas as vezes que as nossas forças não são suficientes; com isso nos livramos de situações duvidosas. Existe uma tendência viver em sociedade; com o auxílio daquela, unidas para uma só finalidade as vontades de todos, o fraco torna-se igual ao forte, e ninguém tem nada a temer, para além do resultado da união das suas forças e vontades; daí, a lei, que apresenta estes princípios: não prejudiques ninguém; atribuí a cada um a justiça que lhe é devida; o que queres que te façam a ti, fá-lo tu ao outro; não ponhas obstáculos aos direitos dos outros, para que não te sejam postos a ti pelos outros. Apoiando-se nestes princípios apenas, pode o bom viver seguro entre o mal; a inocência inculcar medo ao crime e o fraco igualar em forças o forte. Eis a Justiça.

Deste modo se auxiliam as necessidades da vida.

Mas o homem reconhece em si duas substâncias, ou seja, o corpo e o espírito; destes, aquele morre com a dissolução das partes; este permanece e sobrevive ao corpo; de outro modo, o homem seria a mais infeliz das criaturas; com efeito, muitos são os males da humanidade, e ainda mais os crimes, que nem sempre são punidos na vida terrena; e nem a virtude, que por si nobilita a humanidade, deve ser destituída do merecido prémio. Em nós fala a consciência que nos ensina a estar suspensos estritamente do Ser supremo. Daqui surge outra necessidade: a fé, isto é, o culto e tributo ao Ente, que tem o poder negado aos homens. Eis a Religião, isto é, a Teologia.

De necessidade em necessidade, para nós que contemplamos o homem, o início foi a Filosofia, o termo a Teologia. Outra é porém, a ordem das Ciências. Com efeito, ainda que o homem tenha recebido a faculdade de utilizar tudo aquilo que o circunda, sempre e em todo o lado coloca abaixo da ordem da natureza o que estiver maximamente de acordo com os seus conhecimentos, excitado com circunstâncias acessórias, quer de tempo, quer de lugar, quer outras, talvez para si sem a mínima necessidade de definição. Seja como for, todavia, é igual a importância de todas as Ciências. Sem a religião, pouco valeria a lei; sem a lei, a um passo muito lento avançariam as Ciências Naturais; tal como, sem estas, o direito seria de pouca importância e módica a fé e o culto da Divindade. Este é como um pequeno ramo, composto de cinco flores, das quais, se apenas uma, qualquer que ela seja, for arrancada, o feixe ficará desordenado e sem arte. Sempre foi assim observado entre todas as nações; a perfeição de uma só Ciência reflecte-se sempre nas outras; a falha de uma só arrasta consigo necessariamente a falha das outras.

Demonstrada a necessidade das Ciências, o que resta, Ilustres Académicos? Demonstrar a sua utilidade? Esta é necessariamente consequência daquela. Provado, pois, o que é maior, que interessa provar o que é menor? Não há nenhuma nação que se não proclame florescente ou decadente, conforme progredem ou retrocedem as Ciências. Ninguém, porém, negará que a voz dos povos concordando entre si é testemunho certo de verdade. Uma determinada ostentação de superioridade impressiona aquela nação que ultrapassa as outras pelas Ciências. Porquê então? Porque percebe que, para além de um maior nome e glória que as Ciências originam, elas proporcionam mais que a sua própria utilidade: acorrem a numerosas necessidades. Se isto não é útil, que outra coisa será?

Quando se torna conhecido que uma coisa é necessária e útil, é manifesto que a mesma tanto mais prontamente traz remédio às nossas necessidades, quanto mais perfeita for, e ela própria acaba por ser mais útil. Desta natureza foram e são hoje os assíduos esforços do género humano; porque se agora as Ciências não detêm o grau supremo da perfeição, elas superam de longe a situação dos séculos anteriores.

Estamos persuadidos de que tão mais perfeita é a religião, quanto por mais tempo permanecer e quanto mais longe se difundir, como foi concedido à nossa. Isso, na verdade, sem que fuja-mos, neste momento, para a história, está claro para todos os nossos. Todos, se Deus o permitir, o sentimos.

No dia de hoje, a Ciência do direito oferece uma nova face; o princípio do direito *absoluto* converteu-se em direito popular. Daqui a nova forma das repúblicas que, afastando-se paulatinamente do supremo poder de um só, protege mais ampla e seguramente as populações e, de seguida, contribui necessariamente para o progresso e felicidade delas. Imposto por fundamentos mais sólidos, o direito público torna o direito civil mais seguro e eficaz; a vida e os bens do cidadão correm menos perigo. À matéria do direito, outra de não menor peso se juntou, que garante uma maior abundância de riquezas à população - a Economia Política.

Na Medicina, colocando em segundo lugar a parte especulativa, prestamos uma assistência mais escrupulosa às experiências, o que é por si só firme fundamento, nas Ciências que contemplam a observação; evitamos os sistemas, para seguirmos e ajudarmos a natureza. O homem físico é também examinado, para saber quanto suporta a energia humana; no conhecimento disto está colocado o conhecimento do homem moral, o que necessariamente transborda para as outras Ciências. Ao progresso da Medicina se deve também uma educação mais liberal dos povos que, gozando do benefício da higiene pública, hoje largamente em progresso, são libertados de muitos males que outrora os oprimiam e eram causa de perdição; e, para serem arrebatados àqueles outros males que, quer devido à pobreza dos cidadãos, quer devido à incúria dos que detêm o leme do poder, ainda hoje existem, recebem todos os dias auxílios notáveis. Pelo que, não só pelo nome de ciência de curar deve, hoje em dia, ser designada a Medicina.

Na Matemática fala por nós Portugal, que nunca afasta da memória quanto contribuiu para o progresso desta Ciência o Príncipe Henrique, nesta tribuna tantas vezes justa e merecidamente celebrado, a quem esta nossa Universidade deve muitíssimo. E seguramente os acréscimos da nossa fortuna e dignidade devem-se, na maior parte, ao aperfeiçoamento desta Ciência que, em caracteres que nunca devem ser destruídos, imprimiu, nas almas dos homens, os nomes de tantos lusitanos que concitaram a emulação de todo o orbe terrestre.

Na Filosofia, falam por nós os caminhos de ferro, todas as aplicações do vapor e da electricidade e o grande aumento de fábricas e outras construções, que têm o ar e o vento como forças motrizes.

Que fruto colheria verdadeiramente o homem, de todas estas Ciências, se não pudesse compreendê-las com o seu intellecto? A natureza sempre providente dotou o homem de duas faculdades elementares, a saber, falar e raciocinar; com este dúplice elemento, pode tornar-se ele próprio apto a perceber correctamente as ciências de que carece. Contudo, se é necessário que se alimente, conserve e aperfeiçoe o homem físico, a mesma necessidade oprime o homem moral; é necessário alimentar, conservar e aperfeiçoar a energia de falar e pensar, uma vez que, exprimindo correctamente apenas os sentimentos do espírito e cuidadosamente reflectindo, ele próprio pode alcançar o conhecimento das Ciências superiores. Na verdade, é necessário solicitar esse auxílio às Humanidades; de maneira que, ainda que eles sejam quase como uma escadaria para mais facilmente aceder aos estudos mais elevados, não são, todavia, por isso menos necessárias; pelo contrário, são-no ainda mais que os restantes estudos; com eles, lançam-se os fundamentos, sem os quais ruiria o que quer que se tivesse construído por cima. Daqui a absoluta necessidade de estudo da Gramática, de Filosofia racional e moral, das outras artes e línguas, que com elas estão severamente unidas.

Jovens Académicos, que vos devotastes ao estudo das Ciências, deixo-vos um percurso aberto, belo e amplo, para os vossos pensamentos. A utilidade e a glória são, sem dúvida, incitamentos poderosíssimos, e por eles todo o homem nobre e culto se inflama. Com toda a inteli-

gência, portanto, e com todo o ímpeto do espírito, entregai-vos inteiramente às Ciências; encontrareis utilidade e glória. Enquanto, no orbe, existir a humanidade, o homem procurará alcançar a recompensa divina; do forte se lamentará o fraco; sofrerá; será privado de crescimento e nutrição. Por isso, enquanto existir a humanidade, será procurada a vossa profissão; eis a fonte copiosa da vossa utilidade. Que maior consolo para o Sacerdote do que estar consciente daquilo que afasta a alma do homem da via da perdição? Cuidai, pois, Jovens Teólogos, para que vivamente vos aperfeiçoeis; com efeito, da vossa sabedoria depende a instrução do povo, que vive mais próximo de vós; e alegrai-vos por, através dela, terdes obtido aquilo que, através do furor fanático e da hipocrisia, que é o pior de todos os vícios, tantos outros se não envergonham de alcançar. Que maior prémio, para o homem educado, do que persuadir-se a fazer com que a cada um seja atribuído o que é seu, e com que famílias inteiras, tantas vezes entregues à indigência, ao desprezo e à miséria, sejam restituídas à felicidade? Tendes esse prémio colocado na faculdade de Direito. Que mais doce glória do que, quase a caminho da sepultura, restituir o filho ao pai, a cónjuge ao cónjuge, o amigo ao amigo? Isso é-vos possível alcançar, Jovens Médicos.

Qual a espécie mais bela de triunfo, se não a de engrandecer a pátria e arrebatá-la dos inimigos e da perdição? Quão nobre é a revelação de predizer com segurança os fenómenos do futuro? Isso é convosco, Jovens Matemáticos. O que é que, finalmente, deleita mais o espírito, do que tornar melhor a sorte dos outros, levando-lhes alívio nos seus sofrimentos, fornecendo-lhes em abundância coisas ora mais úteis para viver, ora adquiridas com o menor gasto? É lícito que se vos atribua este prémio, Jovens dedicados à Filosofia.

Não é, na verdade, suficiente seguir os estudos das letras, é necessário, além disso, ilustrarmo-nos com bons costumes; a orientação da nossa vida literária e moral alimenta-se e robustece-se com o exemplo. Eis os vossos ótimos e mais perfeitos modelos; insisti nas pegadas deles; aprendei tudo com eles, para que o poder que eles têm sobre vós, assim vós o tenhais sobre os outros. Confiai finalmente no meritíssimo Reitor, dos Conselhos da Régia Majestade, que vos pode proteger em refúgio seguro; e também naqueles que têm o leme da República, que merecem ser dotados de dignos prémios.

Por fim, não me afastarei deste lugar, nem darei por terminada a minha oração, sem antes, com espírito jubiloso, vos lembrar que hoje vivemos o solene dia natalício da Augustíssima rainha dos Portugueses, Dona Maria Pia, para quem e para cuja real família nos interessa pedir, ao supremo criador das coisas, saúde e complacência, para que todos, reconfortados e iluminados por obra divina, possam tornar prósperos, por muitos anos, os acontecimentos, quer para si, quer para todo o povo lusitano.

DISSE.

Tradução de:
HELENA COSTA TOIPA

Doutor
António Augusto da Costa Simões

1881



Reformas a introduzir na Faculdade de Medicina

António Augusto da Costa Simões

•

Nasceu na Vacariça (Mealhada) em 23 de Agosto de 1819.

Faleceu na Mealhada em 26 de Novembro de 1903.

Carreira Académica

Matriculou-se nas faculdades de Matemática e Filosofia em 1835, e na de Medicina em 1838. Bacharel em 1842. Licenciado e Doutor em 1848.

Professor Catedrático desde 1860, jubizou em 1882.

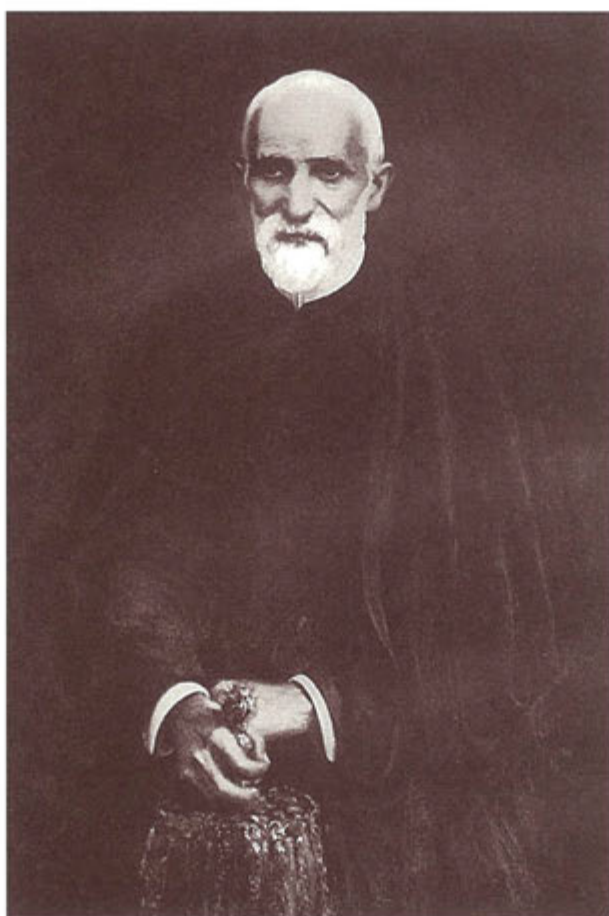
Leccionou: Física Médica, Aparelhos, Operações Cirúrgicas e Arte Obstétrica; Clínica dos Homens; História Natural Médica, Matéria Médica, Química Médica e Farmácia; Medicina Legal, Higiene Pública, Polícia Médica e História da Medicina; Fisiologia e Higiene; Anatomia Humana Descritiva e Comparada; Histologia e Fisiologia Geral.

Cargos Exercidos

Secretário, Decano e Director da Faculdade de Medicina de Coimbra.
Administrador dos Hospitais da Universidade de Coimbra. Director do Gabinete de Histologia e Fisiologia Experimental. Reitor da Universidade Coimbra.
Presidente da Câmara Municipal de Coimbra. Deputado às Cortes.
Vice-Presidente da Câmara dos Deputados. Presidente do Instituto de Coimbra.

Distinções

Par do Reino. Comendador da Ordem Rosa do Império do Brasil.
Sócio Honorário do Instituto de Coimbra e do Retiro Literário Português do Rio de Janeiro. Sócio Correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa, da Sociedad Antropológica Española de Madrid e da Société d'Anthropologie de Paris.



António Augusto da Costa Simões

Retrato de Leopoldo Battistini, 1904, Reitoria da Universidade de Coimbra. Foto Varela Pécuto, 2001.

Oração de Sapiencia pronunciada pelo Dr. Antonio Augusto da Costa Simões, desempenhando as funções de Lente Decano e Director da Faculdade de Medicina, em 16 de Outubro de 1881. Dia da Abertura das Aulas da Universidade de Coimbra.

SENHORES:

Não vos cançarei com desculpas, de levantar a minha voz, n'esta solemnidade, tão respeitavel e grave. Todos sabem que estou desempenhando um dever do meu cargo; dever bastante honroso na verdade; mas, para mim, dos mais embaraçados.

A commemoração anniversaria da Excelsa RAINHA de Portugal, e a recordação agradavel dos triumphos alcançados, por alumnos talentosos, são assumptos de tanta sympathia, que não carecem de primores de estylo, para serem acolhidos com muita benevolencia.

Não está porém no mesmo caso o terceiro assumpto, de que teria de ocupar-me, se no seu desempenho, sempre levantado e transcendente, eu tentasse imitar os illustres collegas, que, n'este logar, me tem precedido. Refiro-me ao esboço historico dos ultimos progressos, que a sciencia tem conquistado por todo o mundo de maior civilização, nos variadissimos ramos de que se estão ocupando, com muita proficiencia, as cinco faculdades da nossa Universidade.

E desde já peço venia para me afastar, n'esta parte, d'esse vasto programma, em tudo superior aos meus pequenissimos recursos. Faltando-me forças para mais, limitar-me-hei, e assim mesmo com bastante hesitação, a assumptos privativos da Faculdade de Medicina.

Este desvio do caminho tradicional, seguido sempre com muita competencia por tantos collegas illustres, é mais um motivo do encarecimento com que peço toda a vossa benevolencia.

Senhores. - O anniversario natalicio da nossa RAINHA sempre despertou nos portuguezes a homenagem respeitosa, que todos tributamos ao merito incontestavel de tão sympathica Princeza.

Entrando em Portugal, com as gloriosas tradições de Carlos Alberto e de Victor Manuel, a Senhora D. Maria Pia veio encontrar, na illustre casa de Bragança, tradições não menos gloriosas, com que poude fortalecer os nobres sentimentos, que já trazia bem formados.

Como esposa extremosa d'um Rei illustrado e bom, invejado modelo de reis constitucionaes; como educadora dos nossos principes tão esperançosos, e como desvelada protectora da pobreza e da desgraça, a Senhora D. Maria Pia em tudo correspondeu ao que se esperava dos honrosos precedentes da casa de Saboia.

A Universidade de Coimbra congratula-se por tão fausto anniversario, e faz votos pela prosperidade de toda a Familia Real.

Outras felicitações, não menos jubilosas, são as que devemos aos distinctos alumnos, que hoje vêm receber, com o merecido diploma dos seus triumphos, congratulações sinceras e sempre alegres, do digno Prelado d'esta Universidade, dos illustres Professores que os qualificaram de benemeritos, e de todos os apreciadores de tão appetecidas distincções. Todos vos felicitamos com prazer, pela merecida honra que vos foi conferida.

Falta-me ainda, Senhores, d'esta missão que me foi imposta, o que ella tem, para mim, de muito espinhoso e difficil.

Apezar de ter ladeado, como vos disse, a maior difficuldade; apezar de me restringir a assumptos da faculdade, a que tenho a honra de pertencer; nem por isso pude alcançar um caminho desaffrontado.

Sucedem-se com tanta rapidez as descobertas importantes, nos differentes ramos da sciencia medica, que me parece impossivel, a um só individuo, poder alcança-las de anno para anno, com aquella lucidez e proficiencia, com que deveriam ser relatadas, n'este recinto de tanta illustração. Direi mais. Tenho a convicção intima de que, ainda mesmo que me restringisse aos assumptos da cadeira, que me foi confiada; ahi mesmo, Senhores, eu não poderia lisongear-me de conhecer, convenientemente, tudo o que nos ultimos annos tem apparecido, de experiencias instructivas, de observações proveitosas, e de novos meios de investigação scientifica, incluindo o progressivo aperfeiçoamento e novas invenções, dos instrumentos delicados do nosso trabalho.

Peço pois, mais uma vez, que me seja relevado o arbitrio de seguir por caminho differente.

Vou fallar-vos das reformas, que julgo urgentes na Faculdade de Medicina; compendiando, por assim dizer, o que tenho proposto e publicado, desde 1861 até hoje. Não apresento um projecto de reforma propriamente dicta: quasi que me limito a simples considerações geraes.

Não se julgue que desejo uma transformação completa dos nossos methodos d'ensino. Dêmos aos Estatutos d'esta Universidade a genuina interpretação do pensamento que os dictou; accomodemos esse pensamento á epocha em que nos achamos; e teremos conseguido, creio eu, quanto nos é preciso, para caminharos com dignidade, a par das Faculdades de Medicina de melhor nomeada.

N'essa reforma temos de casa muito que aproveitar.

A solicitude com que nos empenhâmos no aproveitamento dos nossos alumnos, nada tem que invejar ás faculdades estrangeiras. Em França, na Belgica, por toda a Allemanha, e outros estados de similhantes instituições universitarias, ninguem se importa com aproveitamento do estudante, em todo o anno lectivo. Deixam cada alumno entregue a si; completamente abandonado.

Entre nós, pelo contrario, o professor vai conhecendo, de dia para dia, o aproveitamento e aptidão dos seus discipulos; evita, por este meio, que se descuidem demasiadamente; e, no fim do anno lectivo, tem a melhor das bases para um verdadeiro julgamento.

Este systema portuguez, que eu desejo que se mantenha nas futuras reformas da nossa faculdade, creio que está merecendo favoravel acolhimento, dos nossos professores e alumnos; embora o considerem um tanto opposto ás condições de liberdade, que todos desejamos, nas diversas manifestações da nossa intelligencia.

Ha porém outros assumptos que estão reclamando reforma urgente. Está n'esse caso o actual systema da renovação do nosso professorado.

A faculdade de medicina tem os limites da sua escolha n'um circulo apertadissimo; e, pelo contrario, cada uma das escholas de Lisboa e do Porto póde haver os seus professores, não só d'esse mesmo circulo, mas além d'isso d'uma area muito mais vasta. - São todos os bachareis da nossa faculdade, e todos os medicos habilitados em qualquer das mesmas escholas.

N'esta desigualdade, que se inculca como grande vantagem para a faculdade de medicina, só vejo superioridade de garantias para as duas escholas.

Eu quizera, Senhores, que, tanto n'esta parte, como em tudo o mais, não houvesse diferença nenhuma entre a faculdade de medicina e as escholas medico-cirurgicas; não querendo com isto inculcar, que deixem de ser respeitados os direitos adquiridos pelos candidatos actuaes.

Com aquella egualdade das tres escholas, facilitava-se a transferencia reciproca dos seus professores; e, facilitando-se igualmente o livre transito dos alumnos, já estes ficariam com alguma liberdade na escolha dos seus mestres; liberdade, que poderia ampliar-se, com a permissão de cursos livres, professados por substitutos; ou, por qualquer outro modo, previamente garantidos, e convenientemente auctorisados.

Não ha duvida que o ensino das sciencias medicas tem melhorado sensivelmente, nos ultimos annos, em Coimbra, Lisboa e Porto; mas, apezar disso, é forçoso confessar, que pouco

temos produzido de investigações scientificas, como eloquentemente o fez sentir o sr. Dr. Senna, meu collega e muito amigo, na festa d'inauguração da recente sociedade - Os Estudos Medicos.

Falta-nos o material de trabalho, convenientemente disposto em laboratorios apropriados; e falta-nos, além d'isso, qualquer disposição legislativa, que sirva de incentivo ao trabalho dos nossos professores.

Á falta de incentivo ao trabalho scientifico deverá attribuir-se a desanimação, que se nota no professorado portuguez. A pasmosa actividade, que vemos nos professores allemães, coincide com o facto d'um augmento progressivo de lucros, na proporção dos seus creditos; no professorado. Os lucros do professor allemão crescem na proporção do numero d'alumnos, que procuram as suas lições; e essa procura cresce tambem na proporção dos creditos, que o professor vai conquistando, pelo seu talento e pelo seu trabalho incessante. Ao professor francez falta, como em Portugal, aquelle incentivo do professor allemão; mas corresponde-lhe por outro lado, como compensação, o extraordinario consummo de suas publicações.

Tambem póde considerar-se como recompensa de trabalhos, excepcionalmente notaveis, a denominada *classificação do professorado francez*, por meio da qual os de maior merito attingem mais depressa a classe de vencimentos mais avultados.

Este ultimo principio, que tambem se vê seguido nas faculdades allemãs, tem um fundo de justiça, que nunca lhe foi contestado; e, se na sua applicação sempre houvesse bom acerto, nunca daria logar a reclamações, como as que estão levantando, na actualidade, os professores de Nancy, Montpellier, Lyon, Lille e Bordeus, pela classificação ultimamente publicada, por decreto de 12 de fevereiro do anno corrente.

Em todo o caso, ainda que o professor francez não tenha, como tem o allemão, a recompensa immediata do mais assiduo e mais proficuo trabalho, no aproveitamento dos seus alumnos, nem por isso deixa de ter outros incitamentos lucrativos, que o animem no progressivo labor de suas investigações. «Em Portugal pelo contrario (já eu o dizia nos meus relatorios de 1865), tanto ganha o professor mais obscuro pela sua inercia, como o mais saliente pelos trabalhos de toda a sua vida».

116

Apar d'esta resumida apreciação virá a proposito recordar, que em Portugal é raro o professor de medicina, que tenha cinco lições por semana limitando-se a maior parte d'elles a tres ou duas lições. Duas e tres lições por semana é tambem a regra geral do professor francez. Pelo contrario, nas universidades allemãs, as cinco lições por semana, que constituem o maximo em Portugal, deve considerar-se excepção rara n'aquellas universidades, cabendo á maior parte dos professores nove, doze e mais lições por semana. O professor Pfluger, em Bonne, por exemplo, dava quinze lições por semana em 4 cursos diferentes, quando visitei o seu estabelecimento de physiologia experimental em 1865.

A quem procure a explicação do que se passa entre nós, nas condições de raça e de clima, que nos sejam particulares, responderei com o exemplo que temos de casa, nos professores d'instrucção secundaria. Aqui mesmo em Coimbra, não são poucos os professores do lyceu, que regem cadeiras no seminario; e ainda outros ha que, além d'essas duas cadeiras, abrem cursos particulares, resultando d'ahi caberem a um só professor dez e quinze lições por semana.

É que os lucros dos nossos professores d'instrucção secundaria, como os do professorado allemão na instrucção superior, crescem proporcionalmente; ao numero de cadeiras que regem nos differentes institutos, e ao numero d'alumnos que affluem aos seus cursos particulares.

Haja condigno incentivo ao talento e ao trabalho dos nossos professores d'instrucção superior, e desaparecerá desde logo a desanimação actual, que tanto lamentamos.

Tambem carece de grande reforma a condição dos nossos substitutos.

A lei vigente considera-os encyclopedicos nos variadissimos assumptos de todas as cadeiras da nossa faculdade. E por outro lado permite-lhes prolongada ociosidade, ás vezes por 10, 12 annos e mais, na melhor epocha da sua vida, em que poderiam ser aproveitados na direcção pratica dos trabalhos de laboratorio, em cursos complementares, etc., etc. A lei vigente desaproveita d'este modo vocações e talentos, de que tanto havia a esperar; e deixa além d'isso estes empregados á mercê de eventualidades, que tanto influem na esperada melhoria de seus parcos vencimentos.

Depois d'estas considerações de maior generalidade, direi o que tenho pensado sobre a reforma dos estudos da nossa faculdade; harmonisando-a com os costumes do paiz; conservando-lhe o character geral, que lhe imprimiram os nossos estatutos; e ampliando-lhe todos os recursos, para mais vasto campo do ensino pratico.

«Entre essas reformas, - dizia eu em conselho da faculdade de medicina de 3 de dezembro de 1866, n'um parecer que depois se publicou, - Entre essas reformas julgo muito importante a incorporação na faculdade de medicina, do ensino auxiliar das sciencias physico-chimicas e de historia natural, que os alumnos medicos estudam hoje na faculdade de philosophia.»

Eu substituiria a frequencia actual de 6 cadeiras na faculdade de philosophia em tres annos, pela frequencia de tres cadeiras na faculdade de medicina e n'um só anno, com aulas alternadas - uma de physica medica, outra de chimica medica e outra de historia natural medica; indicando-se por este adjectivo a simples direcção, das applicações praticas, d'estes ramos de sciencias naturaes.

A faculdade de medicina manifestou as suas aspirações n'este sentido, por differentes vezes que se tem occupado das suas reformas, e mais accentuadamente nas congregações de 16 de abril de 1861, e de 28 de janeiro de 1867. N'esta mesma reforma prescindiria eu do estudo do 1.º anno da faculdade de mathematica, hoje frequentado pelos alumnos medicos; contentando-me com a instrucção mathematica, que trazem dos lyceus.

Aquella incorporação, de tres cadeiras de philosophia, na faculdade de medicina, onerava o thesouro com esse accrescimo de despeza; mas economisava despezas consideraveis aos alumnos,

e dava-lhes sobre tudo a importante economia do tempo, reduzindo a 6 o actual curso de 8 annos, como se verá do respectivo quadro d'essa reforma.

E attenda-se bem á importancia, que se está dando a esta economia de tempo. Aos alumnos das escholas medico-cirurgicas de Lisboa e do Porto é permitido o complemento do seu curso nos mesmos 6 annos da minha proposta, e quando muito em 7; havendo assim grande desproporção com o tempo que se lhes exige na faculdade de medicina.

A esta differença de tempo, e não á decadencia do ensino em Coimbra, attribuo eu a maior affluencia d'alumnos ás duas escholas, ao passo que vai decrescendo successivamente o numero dos que procuram a nossa faculdade.

Na epocha das grandes dissidencias, que sempre reprovei, entre a faculdade de medicina e as escholas de Lisboa e Porto, esforçavam-se os nossos defensores, e de muito boa fé, por demonstrar, que era mais longo o tirocinio de Coimbra, que era maior o numero de suas cadeiras, e que era muito mais vasto e mais rigoroso o estudo preparatorio nas duas faculdades de philosophia e de mathematica. No calor d'essa polemica, propunha eu, em congregação geral das tres faculdades de sciencias naturaes, a abolição da frequencia do 2.º anno da faculdade de mathematica, a que então eram obrigados os nossos alumnos de medicina; e, poucos annos depois, já eu propunha aquella redução, dos 8 annos do tirocinio, sómente a 6.

Poderia ter parecido, n'aquella epocha, que me estava esforçando por enfraquecer os titulos de superioridade, que então se allegavam, em favor da faculdade de medicina.

Agora, senhores, quer-me parecer que, quanto mais alardo fizermos das maiores difficuldades, que os alumnos encontram em Coimbra; e, principalmente, quanto mais lhes patentearmos a maior duração do seu tirocinio escholar, tanto mais se aggravará o mal que receamos. A faculdade poderá orgulhar-se com essas tradições d'austeridade; mas a falta nos bancos de suas aulas irá augmentando d'anno para anno; e não ha instituto escholar, que possa sustentar-se; não tendo alumnos que o frequentem.

Não se julgue que desauthorisamos a nossa faculdade de medicina, reduzindo a 6 annos o tirocinio universitario dos seus alumnos. Bem auctorizada é a faculdade de medicina de Paris; e o seu curso limita-se a 4 annos, incluindo n'elles as tres cadeiras de chimica, de physica e de historia natural. E, nas mesmas faculdades austriacas e allemãs, não passa de cinco annos o mais longo tirocinio dos seus cursos universitarios.

N'esta reforma desejaria eu tambem que se desdobrasse, em duas, a cadeira actual de historia e de physiologia geral, conforme a proposta que fiz em conselho da faculdade de medicina de 16 de janeiro de 1880.

Outro preceito, que julgo de importancia, e a do qual fiz a primeira proposta em congregação de 30 de maio de 1866, consiste em que, fóra das horas d'aula, haja horas destinadas para exercicios praticos em todas as cadeiras que os comportam; não excluindo com isso, durante a

aula, os trabalhos praticos de demonstração, e ainda mesmo outros, que não tenham rigorosamente esse caracter.

Para que esse trabalho, fóra das horas d'aula, melhor se possa conciliar com a frequencia regular dos cursos, eu reduziria a uma hora o tempo obrigatorio de cada aula, em logar da hora e meia que actualmente lhe está marcada.

Com estas idéas formulei um quadro da distribuição das disciplinas pelas differentes cadeiras da faculdade, de que só posso dar conhecimento na sua proxima publicação. Não se prestaria de certo a uma leitura recitada.

Na organização d'esse quadro, procurei demonstrar como podem ser frequentadas, em 6 annos, as 17 cadeiras que proponho, restando ainda aos nossos alumnos o tempo necessario, para exercicios praticos, a horas differentes das horas d'aula. Essa distribuição porém, deverá considerar-se como regulamentar, para que possa ser alterada, quando o conselho da faculdade o julgar conveniente.

Allegou-se em tempo, e ainda hoje se repete com insistencia, que tres escholas superiores de sciencias medicas, em Portugal, constituem uma exuberancia inadmissivel, n'um paiz tão pequeno como este.

Nunca achei fundamento a taes declarações. Quatro faculdades de medicina tem a Belgica. A Hollanda tem outras quatro faculdades, além da eschola de Rotterdam. A Italia conta 20 faculdades de medicina; e nos estados Austro-Allemães essas faculdades são ainda, poderá dizer-se, relativamente mais numerosas. A França, mesmo, apezar de ter sómente 7 faculdades, se lhe contarmos as escholas preparatorias ou secundarias de medicina, as escholas de pleno exercicio, a eschola de medicina militar e as cadeiras propriamente medicas d'outras instituições d'instrucção superior, não ficará em posição menos favoravel.

Em cada um d'esses differentes estados, se procuramos a proporção do numero de cadeiras d'ensino medico com a população respectiva, achamos maior exuberancia do que em Portugal, com as suas tres escholas do continente e ainda com a eschola secundaria do Funchal. E o resultado d'esta confrontação tornar-se-hia muito mais saliente, se fizessemos entrar no calculo a vastidão das nossas colonias, apar das possessões coloniaes dos estados que mencionei.

A conclusões similhantes já eu chegava, em 1860, quando discutiamos o mesmo assumpto, em sessão de 11 de janeiro do nosso Instituto de Coimbra.

Tem muita relação com a reforma do ensino medico, a profunda reforma, que está exigindo entre nós o ensino da pharmacia, como tive occasião de fazer sentir, n'um parecer que se publicou em 1866. «N'essa «parte (dizia eu n'outra publicação do anno passado), «estamos fazendo uma excepção vergonhosa, unica, e «áparte, de tudo o que eu conheço das differentes, «universidades da Europa.»

E accrescentarei agora - que um facto d'esta ordem, tão extranho, tão excepcional e tão scientificamente miseravel, é mais que sufficiente para o descredito d'um paiz qualquer, em assumptos de saude publica e do ensino de sciencias medicas. Parece incrivel que nos tenhamos conservado até hoje n'um atrazo tão deploravel.

Senhores: Em solemnidades como esta, nas escholas e na sociedade das sciencias medicas de Lisboa, por vezes se tributou homenagem aos methodos d'ensino pratico, que a nossa faculdade instituiu, em differentes cadeiras, nos ultimos annos. Foram rasgos de delicadeza, que agradeço d'este logar com muito prazer, interpretando, creio eu, os nobres sentimentos de todos os meus collegas de Coimbra. E é justo que eu d'aqui tente corresponder a tão generosa commemoração, congratulando-me, com os meus collegas de Lisboa e do Porto, pelo honroso empenho com que souberam elevar as duas escholas, em tão pouco tempo, ao subido conceito, que hoje tem, de verdadeiras faculdades de medicina.

Disse.

Doutor
Bernardo António Serra Mirabeau

1886

Bernardo António Serra Mirabeau

•

Nasceu na Covilhã em 15 de Dezembro de 1826.

Faleceu em Coimbra a 12 de Janeiro de 1903.

Carreira Académica

Matriculou-se nas faculdades de Filosofia em 1848, na de Matemática em 1849, e na de Medicina em 1852. Bacharel em 1856. Licenciado e Doutor em 1859.

Professor Catedrático desde 1867, aposentado em 1893.

Leccionou: Patologia Médica, Nosologia, Terapêutica e Doutrina Hipocrática e Moléstias das Mulheres e dos Recém-nascidos; História Natural Médica, Matéria Médica, Química Médica e Farmácia; Patologia Geral, Terapêutica Geral, Patologia e Terapêutica Cirúrgica; Patologia Externa e Clínica Cirúrgica; Fisiologia Especial e Higiene Privada.

Cargos Exercidos

Secretário, Decano e Director da Faculdade de Medicina de Coimbra.

Director da Imprensa da Universidade. Bibliotecário interino da Biblioteca da Universidade.

Administrador dos Hospitais da Universidade de Coimbra.

Presidente da Comissão encarregada de elaborar o projecto de reforma da Faculdade de Medicina em 1888.

Distinções

Sócio honorário do Instituto de Coimbra.



Bernardo António Serra Mirabeau

Original gentilmente cedido pela Associação dos Antigos Estudantes da Universidade de Coimbra.

*Oração de Sapiencia recitada na Sala dos Actos
Grandes da Universidade de Coimbra,
no dia 16 de Outubro de 1886,
pelo Dr. Bernarado Antonio Serra Mirabeau,
Lente Cathedratico da Faculdade de Medicina.*

SENHORES:

Celebra hoje a Universidade de Coimbra a mais solemne e apparatusa das suas festas: desvela-se em pompas para dar todo o realce à inauguração annual dos estudos e á distribuição dos premios aos alumnos, que no anno lectivo findo mais exercitaram o proprio ingenho e sobresahiram nas lides escolares.

Emquanto noutras provincias da actividade humana ou se agitam arditas questões politicas, ou se tramam combinações com espirito irrequieto e bellicoso, aqui, no remanso da paz, e de animo tranquillo, accendemos o fogo sagrado em honra da sciencia; incitamos a mocidade ás luctas incruentas da intelligencia e inauguramos os trabalhos d'onde brotam o verdadeiro progresso e os fructos opimos da civilisação.

Obrigado a vir orar na vossa presença tanto pelas exigencias do meu cargo, como pelas atenções com que me honraram os Exc.^{mos} Prelados da Universidade, acompanha-me a certeza de que nem de longe posso rastrear as lucidas intelligencias, que nos annos anteriores, em solemnidade igual, avivaram o brilho ao acto festivo. Mas se os dotes me fallecem para tão remontada empresa, ao menos não me desampara a esperanza de que, perante o primeiro corpo docente de Portugal, perante a respeitavel assembleia que neste recinto venerando me escuta, terei o

acolhimento que peitos generosos sabem dispensar a quem no desempenho d'uma difficil incumbencia muito carece de favor e benignidade.

O verbo eloquente de auctorizados professores, que successivamente occuparam este logar, consagrou em modelos bem acabados a materia e fórma do discurso inaugural, que as leis academicas denominaram *oração de sapiencia*. Cingindo-se punctualmente ao que de si inculca a denominação legal, esmeram-se em demonstrar as proeminencias da sabedoria; encareceram a sciencia com entusiasmo suasorio e accumularam em seus cultores extensos e repetidos elogios.

Manifestar as prerogativas da sciencia, incitar a mocidade ao estudo e distinguir com merecido louvor os que consomem a vida ampliando o patrimonio do saber humano, é por certo o assumpto que melhor cabimento tem na solemne inauguração dos estudos universitarios. Seria este tambem o da minha preferencia, se lhe encontrasse ponto, que não tivesse sido, aqui mesmo, magistralmente desenvolvido. Desenganado, porém, de que não conseguiria entalhar um florão de novo invento na *oração de sapiencia*, pautando-a pelo molde conhecido dos encomios a sabedoria, lancei vista para outros themas; e no empenho de acertar determineci-me a fallar-vos do quanto convém que as faculdades universitarias se conservem unidas e concentradas, num so foco, e este implantado, como pharol resplendente, na acropolis conimbricense, onde foi collocado e engrandecido pelos Senhores reis D. Diniz e D. João III, e onde el-rei D. José e o seu previdente ministro, o Marquez de Pombal, o restauraram de modo, que se tornou de poderosa efficacia no progresso das sciencias e letras patrias.

O assumpto presta-se a polemicas e a trabalhos d'outro folego. Não espereis que o tracte, nem sequer, que o esboce, sob todos os aspectos. Para mover o vosso interesse e chamar a vossa attenção, basta que aproveite sómente o que mais se coaduna com a presente solemnidade.

Mas antes de ir por diante, senhores, cumpre-me recordar que a inauguração dos estudos universitarios coincide com o anniversario natalicio de Sua Majestade a Rainha a Sr.^a D. Maria Pia de Saboia. Este acontecimento propicio torna para nós duplamente festivo o do dia 16 de outubro, e assegura-nos bons auspicios para a derrota annual, que vamos começar. Salve, Excelsa Rainha, Modelo de acrysoladas virtudes! Se ao regio throno chegarem os echos dos que neste dia se comprazem em recordar e bemdizer o vosso nome, entre os respeitos cerimoniosos dos cortezãos e a grata expansão dos pobresinhos, ouvireis as nossas saudações, e os votos que a Universidade de Coimbra faz pela vossa constante felicidade, e pelo bem-estar nunca interrompido de toda a familia real. Praza ao ceu que a fausta commemoração do vosso augusto nascimento se enlace por dilatados annos como solemnidade principal da nossa academia. Salve! inclita Rainha, amparo certissimo dos desvalidos.

A vós também, Mocidade esperançosa, a vós que sois parte essencial do que hoje ha de solemne e grandioso no capitolio das sciencias, dirijo uma saudação affectuosa, como quem se congratula pelo esforço triumphante de uns e pelo empenho e zelo de todos no certame litterario. Amplo estadio se abre de novo a vossos brios e á vossa emulação. Entrae perseverantes na lucta; levae gravados na memoria os avisos salutaes, com que o Ex.^{mo} Sr. Conselheiro Reitor da Universidade por interesse vosso e da patria animou o vosso ardor, e incutiui confiança em vossas forças. Avante! pois. Pugnemos pela Alma Mater, e seja o vosso aproveitamento a joia de maior valor a ornar-lhe a frente.

Cheguei ao ponto de vos fallar do assumpto escolhido: consideral-o-hei desde a sua origem.

Estavam ainda em esboço os ultimos estatutos da nossa Universidade e já se discutia, dentro e fóra do reino, se a concentração de estudos superiores sob a fôrma de universidades, como a Europa culta; havia seculos, conservava, devia ou não substituir-se por escholas ou faculdades independentes, disseminadas e sem relação alguma entre si. Dera motivo á discussão o estabelecimento de modestas academias que, circumscriptas ao ensino especial d'uma sciencia, a cultivavam de modo, que fomentavam o progresso investigando e descobrindo verdades ignoradas.

A Junta de providencia litteraria que entre nós tinha o encargo de transformar radicalmente os estudos e methodos de ensino, examinou a questão, como lhe cumpria; e, embora se inclinasse para onde via surgir o progresso, nem por isso deixou de considerar o que havia de proficuo nas tendencias conservadoras das Universidades. Era nellas que se discutiam e criticavam os inventos; era d'ellas que as verdades scientificas sabiam apuradas. Convencida pois a Junta de que a instrucção nacional carecia tanto dos impulsos que levam ao descobrimento de verdades desconhecidas; como do espirito reflectido que modera a precipitação, em vez de espalhar por institutos independentes e desligados o estudo das sciencias, relacionou-as de modo que podessem auxiliarse mutuamente, e resolveu o problema da reforma, concentrando na mesma corporação todo o ensino superior. Não se entibiou com difficuldades; creou museus e laboratorios; erigiu amptitheatro para disseccções e observatorio para a pratica da astronomia, e accommodou finalmente á indole e praxes universitarias as exigencias da technica experimental.

Colligados d'este modo elementos que pareciam contrapostos, facil foi conchegar, como para fazer sahir do mesmo tronco, os diversos ramos da sciencia. A Theologia, que outr'ora andou pelos conventos, ás vezes separada das universidades, e sempre resguardada por innumeros privilegios, respirou novo ar vivificante na visinhança das sciencias naturaes; e a Jurisprudencia, cujos principios e luzes, segundo a letra dos estatutos, sómente derivam do tribunal da razão, achou benefica a convivencia que lhe offereciam as sciencias d'observação. Nestas circumstancias eram de prever resultados prosperos ás escholas reunidas sob os mesmos tectos e ao ensino

concentrado no mesmo foco. Não se fizeram esperar os resultados previstos, e por elles se evidenciou que na cultura das sciencias, como em tudo o mais, é a união que faz a força.

Forte e vigorosa sahiu dos trabalhos da Junta a nova instituição universitaria. Nem os repetidos contratempus, que lhe sobrevieram com as, calamidades, da patria, nem as aggressões violentas de implacaveis adversarios lhe causaram abalo ou enfraquecimento. Affrontou altiva as contrariedades e subsiste actualmente robustecida por successivos melhoramentos, accommodados aos progressos sempre crescentes das sciencias. E existiria hoje florescente a Universidade, se, em vez de edificada sob o plano de concentração de estudos, seguissem os reformadores o plano opposto, disseminando as escholas superiores por onde as circumstancias locais offeressem vislumbre de prosperidade? A derrocada em outras nações mostra a sorte que as aguardava em Portugal.

Foi pois a reunião das faculdades academicas num só foco que fortaleceu o instituto universitario; são os mesmos laços unitivos que muito favorecem a cultura das sciencias e auxiliam a diffusão dos conhecimentos, como vou agora examinar.

Diz-nos a philosophia - Sciencia é o conhecimento claro da verdade, ou d'um complexo de verdades coordenadas. É a lucida comprehensão ou dos phenomenos e das suas relações, ou do encadeamento de proposições referidas a um principio geral primitivo. Quer se considere exclusivamente nos dominios intellectuaes, quer em relação a objecto determinado, a aspiração suprema da sciencia é sempre conhecer nitidamente a verdade. Sabeis como este conhecimento se alcança? Fixemos no mundo phenomenal um objecto qualquer. Enquanto nos impressiona os sentidos, consideramol-o apenas como um despertador da sensibilidade; para o conhecermos verdadeiramente, devemos apreciar-lhe as propriedades physicas e a constituição intima; descortinar-lhe-hemos as relações de similhaça e differença que tem com outros objectos; insistiremos em lhe procurar a origem, e proseguiremos na investigação das circumstancias de que possam advir-nos quaesquer esclarecimentos. A somma de noções exactas provenientes d'este multiplo exame constituirá o verdadeiro conhecimento do objecto; o que equivale a declarar que para a apreciação subjectiva de qualquer phenomeno do mundo objectivo é indispensavel o concurso da physica, da chimica, da historia natural, da geologia, da mathematica, geographia e ainda de outras sciencias, pois que todas convergem e todas se relacionam no estudo dos factos, e é da cooperação de todas que resalta por fim a verdade. Se pois a taes auxiliares é impreterivel recorrer para o conhecimento claro d'um só objecto, o que deverá succeder quando se tractar do estudo complexo de qualquer ramo de sciencia ou das suas applicações? Todas as sciencias deverão intervir, e todas, como vergontes do mesmo tronco, contribuirão para o conhecimento das verdades que reciprocamente lhes aproveitam. Verdadeiro é pois o asserto: que a prosperidade das sciencias pende de viverem em communhão.

Comprovemos com exemplos referidos a determinadas sciencias quanto o progresso d'uma influe no andamento da outra.

Todos sabem que entre a theologia e a sciencia da natureza não ha o parentesco nem os ares de familia que tanto approximam outras sciencias. Separa-as o objecto, os intuitos e os meios d'estudo. Enquanto uma se desprende da realidade objectiva e concentra os seus cuidados nas regiões além dos mundos, impenetraveis aos sentidos, empenha-se a outra em revolver a superficie da terra e dos mares e em lhes desentranhar das profundidades reconditos arcanos. Pois ainda assim travam relações e auxiliam-se mutuamente. A exegese biblica sobre as origens do mundo debalde atingirá o seu fim, se a geologia e a historia natural lhe não ministrarem os elementos que ajudam a interpretação e esclarecem o que ha de vago e indefinido nas paginas inspiradas do Genesis. Sao as verdades, expurgadas de illusões pelos geologos e naturalistas, que elevam o espirito à sublimidade divina, e commentam profundamente a grandiosa epopeia da criação. E a explanação, firmada nas verdades indubitaveis das sciencias naturaes, satisfaz á intelligencia, fortalece a crença e estabelece a concordia entre a razão e a fé.

Este serviço valioso encontra nos livros sagrados reciproca compensação. Aos que investigam os segredos da natureza tambem ás vezes aproveita a luz dos estudos theologicos. Seria crível, Senhores, que intelligencias vigorosas, como as dos padres gregos e latinos, que a Egreja Catholica mercedamente beatificou, se esterilisassem para as sciencias de observação, ellas que para sublimarem o Creador tanto contemplaram as cousas creadas? Seria crível que a multidão innumeravel dos commentadores biblicos, d'entre os quaes sobresaem abalisados talentos, não deixassem das applicações á sciencia divina uma indicação ao menos para servir de guia ao espirito na edificação da sciencia humana?

Deixaram, e muito assinalada.

Assim como a planta aromatica, ou seja cultivada em vaso de alabastro ou de argilla grosseira, rescende sempre com egual fragancia, assim a intelligencia e o genio, ou se desenvolvam aspirando à sciencia do ceo, ou palpando as realidades da terra, fulguram sempre do mesmo modo, e por onde quer que passam deixam de si rasto luminoso. Foi esse clarão do genio applicado á sciencia divina, que attrahiu a attenção de profundos naturalistas e influiu na elevação de seus pensamentos. Os dois grandes luminares das sciencias phisicas e historico-naturaes, Newton e Linneu, inspiraram-se muito nas paginas da Biblia; e Humboldt, o grande Humboldt, ao tractar de problemas transcendentos de philosophia natural, não duvidou evocar da patologia opiniões que se conciliam com as dos naturalistas da nossa epocha.

Eis pois em correspondencia e auxiliando-se mutuamente sciencias de objecto e intuitos diferentes.

Um exemplo mais, e concluirei esta parte do meu assumpto. Ninguem duvida, Senhores, de que ao impulso rigoroso das sciencias naturaes devem as modernas sociedades as condições de existencia, que muito se avantajam e em tudo sobrelevam ás das gerações passadas. Quando se

compara o viver, de ha meio seculo apenas, com o bem-estar e commodidades de vida actual, parece que um abysmo nos separa do ambiente em que se crearam nossos paes. E não é só pelos melhoramentos materiaes que os nossos tempos se distinguem; o aperfeiçoamento na ordem moral acompanha com passo igual o progresso physico, como se um e outro devessem o andamento á mesma força motriz. É que os maravilhosos descobrimentos physico-chimicos, accommodando-se a innumeraveis applicações de utilidade real e transformando as condições de vida, crearam necessidades na ordem social que attrahiram a attenção dos legisladores e homens de estado. D'aqui o apparecimento de novos problemas nas sciencias sociaes, e a revolução que tão beneficemente tem influido na sociedade. Donde se vê quanto importa aos que tractam das sciencias moraes e sociaes seguir de perto os progressos das sciencias da natureza.

Julgaes por ventura que, são precisas ao legista extensas lucubrações para conseguir alguma erudição n'aquellas sciencias? Levae o joven jurista aos nossos museus e laboratorios; mostrae-lhe as producções da natureza; produzi á sua vista variados phenomenos da chimica e da physica *delectando pariterque monendo*. A visita de uma hora aos estabelecimentos de instrucção practica ser-lhe-ha mais proveitosa do que o estudo de muitos dias em meditação aturada nos livros de sciencias naturaes. A curiosidade incital-o-ha a conhecer novos factos e outros phenomenos expermentaes. Apprenderá sem esforço, e quando passar pela memoria o que viu e o que lhe explicaram, achar-se-ha imbuído de variados conhecimentos que nunca depois esquecerá.

Eis os resultados utilissimos da concentração, no mesmo foco das escholas de todas as sciencias. Juristas, theologos e moralistas familiarisam-se com os methodos e processos das sciencias naturaes e conseguem nestas sciencias proficua lição. Por sua parte os naturalistas colhem do tracto com os estudiosos de outras sciencias larga instrucção do mundo social; lucram igualmente com a permutação de conhecimentos scientificos.

Logo a reunião das faculdades academicas no mesmo centro escholar corrobora e engrandece o instituto: facilita o mutuo auxilio das sciencias e de seus cultores, e aplanar o caminho para que os alumnos adquiram copiosa instrucção.

Demonstrada a conveniencia da união das faculdades e da integridade universitaria, proseguirei averiguando se convirá igualmente que o foco do ensino resplandeça no centro do reino e em Coimbra, onde ha mais de tres seculos tem a sua séde.

As universidades, ou estudos geraes, instituidas no seculo decimo-terceiro, multiplicadas e desenvolvidas pelo correr dos tempos, representam desde o seu principio uma aspiração do espirito humano para o que é grande e perfeito, e a satisfação indeclinavel d'uma necessidade social. As liberalidades, que os soberanos lhes prodigalisaram, não tiveram por movel

principal a ostentação; devem, sim attribuir-se ao impulso geral para a secularização das sciencias e do ensino, que desde a invasão dos barbaros se conservavam nos claustros e cathedraes.

Se as universidades tivessem de servir de aparato à realza, melhor ficariam nas capitaes juncto da côrte, do que nas provincias e em cidades de segunda ordem. Mas assim como miravam o escopo mais proficuo e glorioso, tambem por isso lhes deram collocação mais adequada ao socego que requerem os trabalhos litterarios. Desde a fundação da eschola palatina por Carlos Magno até ao fim do primeiro quartel do seculo actual crearam-se na Europa mais de duzentas universidades e academias, e rarissimas foram estabelecidas nas capitaes. Por toda a parte se julgou que o ruido e bulicio das grandes cidades distrahia a mocidade e prejudicava o ensino. De quanto estorvo aos estudos foi o estrepito das agglomerações temos de casa experiencia instructiva, que nos move melhor a persuasão, do que o exemplo de estranhos.

A Universidade portugueza, fundada sob auspicios promettedores, por tres vezes foi estabelecida em Lisboa, e outras tantas se resentiu da influencia oppressiva da capital. Aqui, como em outras cidades de extenso trafico, perturbavam-se mestres e discipulos com os embates e rumor da multidão. Sempre que appareceu a necessidade de se acudir ao definhamento dos estudos nenhum remedio pareceu mais efficaz, do que a mudança das escholas para onde a labutação do povo lhes não impedisse o andamento. Quiz a fortuna que em taes circumstancias se acertasse sempre com a escolha de Coimbra para séde da Universidade. O tracto limitado da terra e a amenidade dos campos, a salubridade do clima e a propria situação da cidade no coração do reino, concorriam para que entre todas as cidades de Portugal obtivesse a preferencia a rainha do Mondego. Tantas e tão vantajosas condições fixaram por fim em Coimbra os estudos universitarios.

Não tiveram a mesma sorte em outros estados algumas universidades estabelecidas em cidades de segunda ordem. Influíram nellas indubitavelmente circumstancias mui diversas das nossas, pois que definharam no meio do socego favoravel ao estudo, e foi necessario transferil-as para onde o tumultuar das grandes povoações lhes reanimasse o vigor. Ahi acharam ambiente adequado ao seu desenvolvimento, e d'ahi irradia hoje com muita intensidade o brilho das sciencias.

Este exemplo de prosperidade scientifica nas grandes cidades não deve por modo algum seduzir-nos. Nem todas as innovações que lá por fora deslumbram podem implantar-se com exito equal em meios differentes, ou aparentemente semelhantes. Assim como a natureza repartiu seus dons com desigualdade pela superficie da terra, assim tambem a actividade humana, obedecendo ao influxo das condições naturaes, procede de modo desigual nas diversas situações do globo. Com a diversidade dos logares varia o teor de vida e o movimento social; variam as applicações e organização do trabalho, e até a direcção do proprio exercicio intellectual. Para as regiões do

norte, onde a natureza se mostrou avara, os rigores do clima obrigam o homem a grandes esforços physicos, do mesmo modo que o levam á concentração do espirito e ao exercicio aturado da reflexão. Eis porque aos espiritos absortos e concentrados pela influencia climaterica se torna indispensavel que o ruido industrial e mercantil lhes disperse a actividade dos sentidos e lh'os chame para a contemplação externa. Não succede assim nas regiões do sul, onde a natureza alegre e risonha expande as suas galas. Tudo aqui impressiona agradavelmente os sentidos, tudo attrahe o espirito para o mundo exterior. Vêde, Senhores, como a natureza nos arrebatada e deleita debaixo do esplendido ceo peninsular em que vivemos! Todas as nossas tendencias são para o espectáculo brilhante que nos cerca, e só por um esforço, sobre nós mesmos, nos viramos para trabalhos de meditação. Junctae, pois aos encantos naturaes as delicias e attractivos das grandes cidades, e dizei - o espirito em taes condições achará disposição favoravel para o recolhimento e contensão que exige o estudo das sciencias?

Não acha por certo.

Persuade-nos a razão e convence-nos a experiencia de que sob a influença do clima suave com que a Providencia nos favoreceu, nada convém tanto aos estudiosos como o viver tranquillo longe do movimento commercial e fabril, e mais longe ainda do luxo e deleite das grandes cidades, que offuscam a intelligencia e põem os affectos em commoção.

Logo importa preferir para a séde da Universidade no nosso paiz uma cidade secundaria, onde a lida e occupação da gente se coadunem com o tracto escholar; onde faltem as diversões e folguedos, e abundem os provimentos indispensaveis á vida.

Estas e outras condições favoraveis aos estudos universitarios acham-se na risonha Coimbra reunidas em tão subido grau, que neste ponto leva ella a palma a todas as cidades de Portugal. Em vez do ranger e rodar das machinas, que denunciam industria; em vez do tropel e concorrência, indicadores do meneio commercial, encontra-se aqui o placido viver e o socego que induz á meditação. A disposição da cidade não podia ser mais apropriada para se extremarem as applicações dos que a habitam. O bairro, destinado á lida academica, separa-se a pique do plano subjacente, e eleva-se d'um modo especial, como se a natureza, presagiando-lhe o destino, o erigisse para séde e throno das sciencias. É do conjuncto de todas estas circumstancias; é da convivencia e fraternidade que mantém entre si a mocidade estudiosa, que se fórma o espirito academico, e este meio universitario, em que se aspira a sciencia nas aulas e fóra d'ellas, nos passeios e nas palestras.

Se das condições locaes passamos a examinar como aqui têm florescido e prosperam as sciencias, descobrimos novos e mais seguros argumentos em abono dos estudos em Coimbra. Quanto póde exigir-se para o lustre e proficuidade do ensino superior, tudo aqui se acha solidamente instituido desde largos annos, e successivamente melhorado de harmonia com os

progressos das sciencias. Ha para o ensino das Sagradas letras a Faculdade de Theologia, onde os estudos historicos, exegeticos, liturgicos e dogmatico-polemicos se explanam com a devida elevação. Nenhuma escola de sciencias ecclesiasticas no paiz lhe disputa a primazia; nenhuma illustra o espirito de seus alumnos com mais desenvolvidos conhecimentos theologicos.

Na Faculdade de Direito, unica escola d'esta sciencia no reino, floresce o ensino das sciencias juridicas, como nas mais conspicuas escolas estrangeiras. Prescreve a lei organica d'esta Faculdade que «o professor, como cidadão livre do imperio da razão, procurará a verdade, a ordem, a deducção, o methodo, e a demonstração, onde quer que os achar».

A tão ampla liberdade de acção, que nobilita o professorado e eleva o ensino, respondem os que o professam com os fructos que todos os annos vão abrihantar a tribuna politica, o foro e a magistratura.

Das cinco escolas de Medicina, que se contam em Portugal e seus dominios, a todas sobreleva a Faculdade de Medicina da Universidade tanto pela maior habilitação preparatoria que exige a seus alumnos, como pelo numero de cadeiras e copioso arsenal de instrumentos e apparatus para demonstrações experimentaes. Juncto das aulas, respectivas aos differentes ramos da sciencia, tem a Faculdade gabinetes especiaes providos dos meios indispensaveis para observações e exercicios practicos. Combina-se aqui a theoria com a practica, e o ensino, esclarecido por este modo, facilita a instrucção aos alumnos e habilita-os para todas as applicações do foro medico.

Para o estudo das mathematicas puras e applicadas tem a Universidade a Faculdade de Mathematica com as cadeiras sufficientes para as necessidades do ensino. De quam solida é a instrucção dos alumnos, que a têm frequentado, dão testemunho insuspeito outras escolas da mesma sciencia dentro e fóra do paiz.

Finalmente tem a Universidade a Faculdade de Philosophia, onde se ensinam com o devido desenvolvimento as sciencias physico-chimicas e historico-naturaes. Amplos e bem providos muzeus e laboratorios, que são a gloria d'esta Faculdade, proporcionam aos alumnos os necessarios meios de observação e experiencia.

D'este quadro geral de estudos superiores, esboçado apenas nos contornos, resalta a boa organização da Universidade e os serviços importantes que ella presta ao estado: sustenta o facho da sciencia na devida elevação, habilita, a mocidade para as funções publicas de maior importancia social, e concorre, com o que muito exulta, para o esplendor de outras escolas de ensino superior no paiz.

Quando pois se consideram taes serviços, e tantos e tão largos meios de instrucção, accommodados em edificios grandiosos, e favorecidos pelas mais apropriadas condições naturaes, surge em continente a persuasão de que é Coimbra a cidade universitaria por excellencia, e de que a Universidade a ella vinculada deve sempre florir.

Respeitavel Senado academico, a quem está confiada a honrosa missão do ensino; Estudiosa Mocidade, que aqui vos preparaes para occupar um dia os logares eminentes do estado; de vós depende sustentar na Universidade o primado da sciencia em Portugal. Trabalhemos todos com empenho nesta cruzada gloriosa; e, quando nos chegar a hora do descanso, felizes, se a geração futura ao receber accrescentado o deposito, que houvemos de nossos maiores, disser de nós com justiça - Bem serviram a patria, cumpriram com o seu dever.

Disse.

Doutor
Bernardo António Serra Mirabeau

1892



Progresso das Ciências Médicas no século XIX

Bernardo António Serra Mirabeau

•

Nasceu na Covilhã em 15 de Dezembro de 1826.

Faleceu em Coimbra a 12 de Janeiro de 1903.

Carreira Académica

Matriculou-se nas faculdades de Filosofia em 1848, na de Matemática em 1849, e na de Medicina em 1852. Bacharel em 1856. Licenciado e Doutor em 1859.

Professor Catedrático desde 1867, aposentado em 1893.

Leccionou: Patologia Médica, Nosologia, Terapêutica e Doutrina Hipocrática e Moléstias das Mulheres e dos Recém-nascidos; História Natural Médica, Matéria Médica, Química Médica e Farmácia; Patologia Geral, Terapêutica Geral, Patologia e Terapêutica Cirúrgica; Patologia Externa e Clínica Cirúrgica; Fisiologia Especial e Higiene Privada.

Cargos Exercidos

Secretário, Decano e Director da Faculdade de Medicina de Coimbra.

Director da Imprensa da Universidade. Bibliotecário interino da Biblioteca da Universidade.

Administrador dos Hospitais da Universidade de Coimbra.

Presidente da Comissão encarregada de elaborar o projecto de reforma da Faculdade de Medicina em 1888.

Distinções

Sócio honorário do Instituto de Coimbra.



Bernardo António Serra Mirabeau

Original gentilmente cedido pela Associação dos Antigos Estudantes da Universidade de Coimbra.

*Oração de Sapiencia recitada na Sala dos Actos
Grandes da Universidade de Coimbra,
no dia 16 de Outubro de 1892,
pelo Dr. Bernardo Antonio Serra Mirabeau,
lente de prima, decano e director
da Faculdade de Medicina.*

SENHORES:

Seis annos ha que em solemnidade equal á que hoje nos reúne n'este alcaçar venerando, eu tive a honra de recitar o discurso com que a lei manda inaugurar, no principio de cada anno lectivo, os trabalhos escolares da nossa Universidade. Se já então a frouxa energia de minhas faculdades denunciava em mim a falta de recursos para encarecer as sciencias e incitar ao estudo na primeira eschola de ensino superior e perante o primeiro corpo docente de Portugal, hoje, enfraquecido pelo accrescimo da idade e alquebrado pelo trabalho, como quem consumiu o melhor da vida em trinta e dois annos de serviço academico nunca interrompido, venho a custo satisfazer ao preceito legal, que pela segunda vez me manda discursar na solemne inauguração dos estudos universitarios.

Ao ver-me obrigado a desempenhar tão ardua incumbencia não maldirei a sorte que m'a destinou, porque, se n'um impeto de rigor ella me envolveu em taes difficuldades, trouxe-me em compensação a consoladora esperanza de que, na respeitavel assembleia que me escuta, acharei favoravel acolhimento e a benevolencia indispensavel para me tirar sem desaire d'este lance embaraçoso.

Para começar com bons auspicios permitti, Senhores, recordar-vos um fausto acontecimento, que nos inspira a todos regosijo, que merece e deve ter n'esta solemnidade especial

commemoração. Coincide hoje, como desde ha trinta annos, a inauguração dos estudos da nossa Universidade com o anniversario natalicio de Sua Majestade, a Rainha, a Senhora D. Maria Pia. Esta coincidência propicia engrandece o acto que celebramos, e desperta o nosso affecto respeitoso para com a nobilissima Senhora. É com especialidade n'este dia que se accumulam sobre o seu nome benções e louvores, tributo de gratidão ao merito ineffavel de suas virtudes. Em qualquer parte do reino onde o infortunio se tenha exacerbado, por toda a parte por onde a miseria tenha attribulado os desvalidos, d'ahi partem hoje preces fervorosas pela vida e prosperidades da inelyta Rainha. Se pois os martyres do infortunio bem-dizem em côro unisono a sua Augusta Protectora, unamos igualmente os nossos votos, e, approximando da côrte por um impulso mental o capitolio das sciencias, saudemos Sua Majestade a Senhora D. Maria Pia.

Salve, Excelsa Rainha, amparo firmissimo dos infelizes! Os echos do que aqui se passa irão repercutir-se no paço real. Sejam elles pois mensageiros dos nossos votos pela vossa constante felicidade.

Rendidas por este modo as homenagens a Sua Majestade, seguirei expondo em poucas palavras os motivos do assumpto para que resolvi chamar as vossas attenções.

Em dois pontos capitaes se fixaram as vistas do legislador, quando estatuiu que a abertura das nossas aulas tivesse como prologo obrigado o discurso inaugural que a lei denominou - *Oração de Sapiencia*: o primeiro - realçar a importancia das applicações litterarias e scientificas, assignalando-lhes o começo annual com um acto festivo; o segundo - aproveitar o ensejo de em tão solemne conjunctura predispor e incitar os animos para o estudo. De mim confesso que encontrei serias difficuldades para me approximar ao menos de satisfazer aos intuitos do legislador. Estive perplexo na escolha do thema; e quando fixava um ponto hesitava no modo de o tractar. Para maior enleio perturbava-me a ideia de que havia de ter por ouvintes o Ex.^{mo} Prelado da Universidade, o respeitavel corpo cathedratico, a mocidade academica e hospedes illustres, damas e cavalheiros que hoje augmentam com a sua presença a pompa d'esta solemni-dade. Não era pois de estranhar que laborasse em duvidas e receios, quando me preocupava a grandeza do acto no momento de seguir um alvitre.

Considerando, porém, que, assim como no estudo das sciencias cala profundamente no espirito a demonstração pelos factos, do mesmo modo o exemplo deve tambem impressionar, cortei por incertezas e perplexidades e decidi-me a apresentar-vos em rapido esboço exemplos do que ha de grande e portentoso nos dominios da sciencia. Pareceu-me que, offerecendo á vossa contemplação descobrimentos admiraveis e as celebridades de maior nomeada, desempenharia a minha tarefa e corresponderia de algum modo á vossa expectativa. E como é a Faculdade de Medicina a que pela voz do seu director tem n'este anno a palavra e o logar de honra, que por tal acontecimento lhe compete na presente solemni-dade em respeito e homenagem a esta Faculdade,

a que muito me honro de pertencer, irei buscar a historia da sciencia que professa topicos salientes e conhecidos, mas dignos da vossa attenção. Para formular pois em termos concisos o assumpto do meu discurso, inscrevel-o-hei - *Progresso das sciencias medicas no seculo actual*.

É evidente que o desenvolvimento de assumpto de tal magnitude excede muito as exigencias da occasião. Não espereis que me detenha no exame dos factos e menos ainda na critica das doutrinas. O meu intuito é esboçar alguns quadros e fazel-os passar ante os vossos olhos como uma galeria moveiça, para que a apresentação do nome e feitos dos grandes mestres e das maravilhas da sciencia nos sirva a todos de incitamento e nos disponha favoravelmente para o trabalho escholar do novo anno lectivo.

*
* *

A maior e mais espantosa revolução social, que o mundo viu depois do estabelecimento do christianismo, foi sem duvida a que, originada em França, assignalou o ultimo decennio do seculo decimo oitavo. Reinos, instituições, sciencias, artes e letras, tudo se resentiu da enorme commoção que aluiu pelos fundamentos a constituição das velhas sociedades. Parecia que para o seculo immediato só passariam os escombros de tão assombrosa catastrophe, reliquias informes do que havia pertencido ás gerações passadas. Aconteceu, porém, que a propria força demolidora se converteu em agente de maravilhosa transformação. Ao lado d'uma instituição desmoronada começou de levantar-se outra de feição inteiramente nova e accommodada ao espirito e tendencias sociaes. O impulso reformador repercute-se nas escholas, onde se redobra de actividade nos trabalhos scientificos. Vergontas, que mal se divisavam na grande arvore da sciencia, taes como a chimica e a geologia, adquirem rapidamente vigor e não tardam a desentranhar-se em fructos de que as artes e a industria se aproveitam. Na politica, na milicia, nas aspirações philanthropicas e nas sciencias naturaes, sente-se a poderosa influencia da Revolução e o enthusiasmo que annuncia o principio d'uma era nova. É sob o influxo d'esta insolita agitação que termina o seculo decimo oitavo, e começa o decimo nono com os auspicios promettedores.

Não obstante os estragos da guerra que então assolava a Europa, o movimento scientifico era manifesto. A eschola anatomica de Paris, contraposta á vitalista de Montpellier, que se ufanava de manter a tradição hippocratica, afastava de si o prurido de estereis discussões e entregava-se a trabalhos experimentaes, que lhe grangearam merecida reputação. D'entre a pleiada de anatomicos distinctos que illustraram a eschola, promovendo o adiantamento da sciencia, sobresahe Bichat, talento brilhante, escriptor agradável, que conseguiu ter seu nome em voga pela Europa, quando tocava a edade em que a maioria dos estudantes medicos completa o curso academico.

As suas observações sobre a constituição íntima dos tecidos produziram um ramo novo de sciencia, a anatomia geral. E maiores seriam os fructos dos seus estudos, se a morte o não levasse na flor dos annos. Glorificaram-no com honras posthumas, pomposas e repetidas, homenagens muito distinctas, como nem antes nem depois se prodigalisaram a outro anatomico.

Inclinavam-se pelo mesmo tempo os animos para os trabalhos de physiologia experimental, que, dirigidos por Charles Bell e Wilson em Inglaterra, e por Legalois e Magendie em França, abriram o caminho por onde se chegou aos adiantamentos da actualidade.

Mas não obstante o progresso parcial de uma ou outra parte da Medicina, o andamento da sciencia na totalidade não foi avantajado. As sciencias auxiliares, que haviam de imprimir-lhe e acelerar-lhe o movimento, estavam ainda em principios de formação. Lavoisier tinha, havia pouco, remodelado a chimica; trabalhavam no seu desenvolvimento Bertholet, Guay Lussac e Berzelius. Volta e Galvani haviam descoberto um novo agente, a electricidade dynamica. Importava conhecer a sua acção e os differentes meios por que se poderia produzir, o que era assumpto para demoradas investigações. O microscopio, acanhado durante seculo e meio, estava longe de servir para explorações scientificas de alcance. Quando se attendeu para o muito que podia revelar, cogitou-se do seu aperfeiçoamento, empreza difficil e demorada. Eis pois os tres grandes motores - a chimica, a electricidade e a microscopia, de cujo engrandecimento estava pendente o progresso da Medicina.

Emquanto se desenvolviam estas sciencias auxiliares e alargavam os seus dominios com descobrimentos que desde logo influíam no progresso das artes e da industria, vejamos por que accidentes passou a Medicina, e nomeadamente a pathologia, a materia medica e a therapeutica, trilogia scientifica em que de preferencia se concentra a attenção do medico practico.

O systema de Brown dominava nas escholas no principio do seculo actual, e por alguns annos continuou ainda fornecendo os fundamentos theoreticos por onde se explicava a causa e dirigia o tractamento das doenças. Invariavel nos principios, restricto nas applicações, nem na pathologia nem na therapeutica tinha expedientes para satisfazer ás aspirações e necessidades da clinica. Por outro lado as exaggerações dos proprios sectarios contribuíam largamente para lhe augmentar o descredito e apressar a ruina. É n'esta conjunctura, propicia para a ousadia e boa-ventura d'um reformador, que apparece Broussais, espirito energico e audacioso, em quem concorriam outros predicados para levantar o grito e activar a propaganda de doutrinas novas e de novos methodos de tractamento.

Os estudos pathologicos, em que Broussais se deteve e que o levaram a compor e publicar a sua primeira obra - *Historia das phlegmasias chronicas*, inspiraram-lhe a ideia de que derivara a pathologia de modificações physiologicas. Mas esta concepção luminosa esterilizou-se, porque nem o estado das sciencias nem as aptidões de Broussais permittiam que ella fructificasse. No

entretanto serviu-lhe opportunamente para fundar um systema de Medicina em opposição a todos os que elle criticava e combatia.

Para a acceitação ephemera de tal systema, simples e de facil comprehensão, concorreram poderosamente as circumstancias da epocha; mas a clinica, pedra de toque por onde se aferem os quilates das doutrinas medicas, em breve demonstrou que as apregoadas vantagens das innovações de Broussais eram illusorias e destituidas de fundamento. O reformador assistiu á derrocada do seu systema, e as verdades que elle tinha combatido com a violencia do seu genio fogoso e com o azedume das suas palavras, verdades sancionadas pela practica de distinctos observadores, atravessaram incolumes o curto periodo da agitação Broussainiana, e continuaram a servir de norma aos que se não deixaram fascinar pelo encarecimento das innovações.

Da energica resistencia que oppozeram ás doutrinas de Broussais medicos conscienciosos e de profunda instrucção, temos de casa exemplos notabilissimos, que é para mim dever grato e inolvidavel apresentar n'este momento á vossa consideração. O Dr. João Lopes de Moraes, distincto professor de pathologia interna, e o Dr. Antonio Joaquim de Campos, professor de clinica, ornamentos da nossa Universidade e ambos practicos abalisados, levantaram em Portugal firme opposição á propaganda das ideias, que acabavam com a materia medica e restringiam o tractamento dos enfermos a depleções sanguineas e applicação de emollientes. A mocidade, que frequentava os cursos de Medicina, inclinada para a novidade, como é proprio dos annos juvenis, e obedecendo aos dictames da moda, acolhia facilmente as innovações que lhe traziam os jornaes e livros francezes. De muito valeu então para esclarecer os espiritos a salutar influencia d'um e outro professor, que tanto no ensino das suas respectivas cadeiras, como na clinica civil, demonstraram os perigos de se acceitarem irreflectidamente doutrinas especiosas em substituição de verdades confirmadas pela experiencia.

Os clinicos francezes, que pelo estudo e longa practica tinham opiniões fundamentadas sobre a natureza e tractamentos das doenças, não se confundiram com a turba-multa dos partidarios de Broussais. Pelo contrario, subtrahindo-se ás vistas da multidão, continuaram a enriquecer a sciencia com o fructo das suas lucubrações. Entre muitos, que n'aquella epocha se distinguiram por trabalhos valiosos, ha um a quem compete logar distincto na galeria que me propuz apresentar-vos. Quero fallar-vos de Laenec, practico consummado, observador reflectido e dotado de aptidões para trabalhos demorados e pacientes. Dos seus serviços e da sua continuada applicação poderá avaliar-se pelo que vou referir-vos. Entre os meios de exploração empregados em Medicina para se chegar ao diagnostico, o que equivale dizer ao conhecimento claro d'uma doença, não se contava ainda o sentido da audição. Laenec emprehendeu descortinar pelo ouvido o que se passa no interior do organismo. Taes foram os seus trabalhos de pesquisa, que conseguiu enriquecer a sciencia com processos de exploração preciosissimos e inteiramente novos. Foi o creador da auscultação; e n'este campo inexplorado levou tão longe as suas investigações, que

pouco deixou por descobrir e aperfeiçoar aos que lhe succederam. Grande impulso recebeu pois a Medicina practica no primeiro quartel d'este seculo, devido á applicação perseverante de Laenec.

Pouco tempo depois o adiantamento das sciencias auxiliares muito concorreu para os progressos de alguns ramos da Medicina. Schwann, inspirando-se nos descobrimentos que Mirbel fizera na botanica, demonstrou que os tecidos animaes procedem primitivamente da cellula, e proseguiu no descobrimento de factos e leis, que regem a formação dos differentes elementos histologicos. Remak, valendo-se dos aperfeiçoamentos do microscopio, chegou a determinar a composição anatomica dos elementos nervosos, e a descobrir ganglios microscopicos em differentes regiões, e especialmente no coração. Pouco antes reconhecera Marschal Hall a existencia das acções reflexas; e, coordenando por uma theoria as influencias synergicas e antagonicas abriu para ultteriores investigações um campo fertilissimo em que depois se illustraram muitos exploradores.

Estes e outros descobrimentos anatomicos e physiologicos aperfeiçoavam e engrandeciam a sciencia, mas não aproveitavam immediatamente á therapeutica, nem esclareciam o practico nas applicações da arte de curar. N'este particular, desde o principio até quasi ao meado do nosso seculo, a Medicina não se tinha distinguido por descobrimento algum de notavel importancia. Não primava ainda pela posse d'um especifico ou preservativo famoso, como lhe succedera em cada um dos tres ultimos seculos. A applicação interna do mercurio é a caracteristica therapeutica do seculo decimo sexto, fecundissimo aliás em estudos anatomicos e medico-litterarios. A introdução da quina na Materia medica e a sua applicação no tractamento de muitas doenças representa um progresso de grande alcance therapeutico, que é a divisa medica do seculo decimo setimo. A importantissima e nunca assaz encarecida descoberta da vaccina assignala o seculo decimo oitavo, notavel por muitos titulos, mas no fôro medico nenhum superior ao que eternizou o nome de Jenner, celebrado preconizador da vaccina.

Mas se os tempos tinham corrido escassos de novidades therapeuticas, se á Medicina faltava ainda um invento que sobresahisse entre os successos esplendidos das outras sciencias, ao findar o segundo quartel do seculo actual a chimica e a physiologia experimental, explorando cada uma em seus dominios, conseguem preencher tão sensivel lacuna, tirando á luz a composição e effectos dos anesthesicos, de cuja efficacia, demonstrada pelo chlorophormio, surge a maior e a mais surprehendente maravilha de quantas até então haviam provocado o assombro dos sabios e dos experimentadores.

Julgae porventura exaggerado este asserto? Passae pela mente a historia de todos os descobrimentos notaveis; separe d'entre elles os que mais engrandecem e nobilitam a intelligencia humana, e vêde se no grupo selecto dos inventos de maior brilho algum ha que em beneficios reaes e effectos portentosos possa exceder aos anesthesicos. Os prodigios que a sciencia e a

industria nos mostram e que suscitam a nossa admiração, estavam nos limites da possibilidade e da cogitação humana. São o fructo da persistencia no trabalho, de commettimentos aventurosos ou do poder da intelligencia. Mas scindir a unidade vital em duas partes, deixar uma em acção, comprimir a outra, abafal-a, dirigil-a á vontade, e conjugal-a depois e restabelecer entre ambas a unidade primitiva, caso é este que nunca rastreara pela mente do homem, nem entrara na concepção dos seus altivos pensamentos.

Eis pois o grande descobrimento, que seria nas sciencias medicas a divisa caracteristica do seculo, se outros não viessem despertar a nossa admiração.

A importancia dos anestheticos revelou-se, após a sua descoberta, na maior parte dos ramos da Medicina. Mas antes de apontar aquelle em que a sua influencia é mais notavel e onde mais frequentes e prestantes são as suas applicações, indicarei a traços largos outros progressos que successivamente tiveram as sciencias medicas.

A physiologia depois do meiado do seculo actual entrou em phase de progressivo adiantamento, devido em parte aos recursos que lhe ministraram as sciencias auxiliares, e em parte ao empenho com que ao mesmo tempo e em differentes logares se dedicaram aos estudos physiologicos medicos de muito engenho e de notavel aptidão para trabalhos experimentaes. O nome respeitavel de Claudio Bernard figura no grupo dos mais distinctos physiologistas da epocha. Trabalhador indefesso, investigador habilissimo, e lucido, como professor e escriptor, na exposição das doutrinas, a sua reputação necessariamente se havia de elevar com a manifestação de predicados tão apreciaveis. Lançou vistas para quasi todas as secções da physiologia, e onde quer que a sua attenção se concentrou, ahi surgiu uma novidade, ou pelo menos ficou entalhado o rasto particular da sua observação. Moleschott, BrownSeaquard, Vulpian e Schiff seguiram-lhe os passos; elucidaram alguns dos seus trabalhos e ampliaram a sciencia com o fructo das suas proprias investigações.

Matteucci na Italia e Du Bois-Reymond na Allemanha illustraram-se pelo trabalho demorado em experiencias delicadas, por onde evidenciaram factos e leis ignoradas sobre a acção da electricidade no systema nervoso e muscular.

Para terminar emfim a indicação das summidades contemporaneas, que brilham entre os physiologistas, como astros de primeira grandeza, a proposito vem apresentar em grupo singular o sabio hollandez Donders e o grande Helmholtz, lucidas intelligencias que deixaram de si memoria indelevel nos trabalhos physiologicos que emprehenderam.

A histologia, ou aquella parte mais delicada da anatomia, que tracta dos elementos organicos e da textura dos tecidos, progrediu igualmente depois do meiado do seculo, para o que muito concorreu o aperfeiçoamento do microscopio. Os nomes de Morel, Robin Kölliquer sobresaem n'esta especialidade por descobrimentos numerosos de muito valor scientifico.

A ponto cheguei, Senhores, de vos apresentar agora um varão illustre por sciencia e provada modestia, modelo de excellentes predicados, trabalhador assiduo e consciencioso. É o insigne prelado que tem a seu cargo a direcção da Universidade e que hoje preside á solemnidade que celebramos. A extensa lista das suas publicações sobre assumptos variados abre-lhe merecido cabimento entre outros sabios, de que já fiz menção; mas o seu logar de honra na minha resenha é ao lado de Kölliquer e Robin, não só por ter, como elles, professado a histologia, mas tambem porque n'esta parte da Medicina pertencem-lhe descobertas que corroboram os titulos de gloria com que exerceu e sahiu do professorado.

Os trabalhos de observação e experiencia tinham adiantado consideravelmente a anatomia e a physiologia; mas sendo estas duas sciencias o fundamento de toda a Medicina, escasso auxilio se tirava dos seus progressos para o esclarecimento de pontos obscuros de pathologia e therapeutica. Aconteceu até que doutrinas claras e bem definidas em physiologia augmentaram a confusão e a incerteza, quando por ellas se tentou explicar a pathogenia de certas enfermidades.

E assim devia succeder, porque os factos complexos de uma sciencia, originados e desenvolvidos sob influencias diversas até á sua completa manifestação, rarissimas vezes começam e seguem o caminho de manifestações, semelhantes que se acham em outra sciencia.

Elucidar a pathologia pelo que se demonstra experimentalmente em physiologia, descobrir no interior dos tecidos a continuidade de funcção por onde do movimento physiologico se derivam os processos morbidos, empreza era em que debalde se tinham esforçado sabios eminentes. Só os impetus do genio podiam romper pelas dificuldades, surprehender os mysterios das transmutações organicas e reconhecer n'ellas tanto a sua direcção normal como os desvios. Virchow, o grande Virchow, intelligencia poderosa, espirito affeito ao tracto com as difficuldades scientificas, investiu com as que enredavam aquelle momentoso assumpto, e investigando até aos elementos primordiales da organização, estabeleceu doutrinas que explicam pelo movimento physiologico a formação de productos pathologicos. A sua obra luminosa - *Pathologia Cellular* - representa nos annaes da Medicina um marco saliente, indicador de grande progresso. Se o esforço herculeo de Virchow não resolveu de vez o problema, ao menos pertence-lhe a gloria de ter aberto novo campo á exploração e de haver conduzido os exploradores a trabalhos que muito elucidaram o que se passa na inflammação, a mais extensa e frequente de todas as manifestações pathologicas.

Ao fallar da importancia dos anesthesicos, interrompi a sequencia do assumpto para intercalar o que acabo de vos referir no logar que pela ordem chronologica lhe pertence. Voltarei agora ao ponto da interrupção, e proseguirei na materia encetada para dar o relevo indispensavel aos beneficios que prestam os anesthesicos.

A dor, companheira inseparavel da desgraça, tormento que faz aborrecer a vida, que ou se fixa ou percorre todos os pontos do organismo, é muitas vezes o elemento pathologico de maior complicação a que o medico tem de attender. Na therapeutica cirurgica é inevitavel o apparecimento da dor todas as vezes que o cirurgião actua sobre órgãos lesados, ou corta os tecidos com o intuito de combater uma enfermidade. Nas grandes operações em que é mister separar do organismo massas volumosas, ou levar o ferro, atravez de regiões abundantes de nervos, a dor torna-se penetrante e violenta, e chega a reprimir ou a esgotar as forças mantenedoras da vida. Operações d'esta natureza nunca em outro tempo se propunham sem se ponderar com muita circumspecção a energia vital do doente.

Com a descoberta dos anesthesicos surge para a Medicina operatoria uma era de prosperidade. A dor, martyrio obrigado das operações, desaparece inteiramente sob a influencia do chlorophormio, que de todos os agentes da anesthesia é o que se applica com mais frequencia; e o operador, desaffrontado de tal complicação, trabalha com maior firmeza e dá largas aos seus recursos na escolha ou na invenção dos methodos e processos operatorios. Não se recua hoje, como em outro tempo, ante as grandes operações; a anesthesia diminuiu-lhes o perigo, e o genio audacioso dos grandes operadores, confiados na sua efficacia, tem chegado a conceber e a executar com bom exito operações arriscadissimas. É pois a therapeutica cirurgica o ramo de Medicina em que melhor se patenteiam os grandes beneficios dos anesthesicos; são elles que, poupando ao doente o dispendio de força, concorrem para os effeitos salutaes, que fazem da cirurgia a parte mais brilhante da arte de curar.

Comquanto tenhamos nos anesthesicos um recurso preciosissimo contra as enfermidades dolorosas, a sua reconhecida efficacia não basta para o andamento salutar da doença nos casos de traumatismo. Um inimigo perigoso e invisivel cérca o homem, qualquer que seja a sua situação. Se nas circumstancias normaes a propria energia das funções lhe repelle as investidas, não acontece em geral o mesmo em casos de doenças, e especialmente de doenças cirurgicas. Invade então as regiões offendidas; por ellas se insinua e ahi desenvolve a sua acção deleteria. Os medicos presumiam a existencia de tão formidavel inimigo, mas baldado tinha sido o seu empenho para se evidenciar o agente que aggravava e punha em risco a vida nos casos de ferimentos insignificantes. O aperfeiçoamento do microscopio e o emprego frequente d'este precioso meio de exploração abriu as portas do mundo invisivel e deu-nos o conhecimento de seres infinitamente, pequenos. Quanto mais se foi penetrando por esse mundo desconhecido, tanto maiores foram as surpresas de se encontrarem por myriadas corpusculos dotados de vida e de rapido e fecundo poder de multiplicação. Até que emfim os trabalhos perseverantes do microscopio, combinados com os processos de cultura d'essas mónadas vivas, a que se deu o nome de *microbios*, pozeram em evidencia que são elles os agentes perigosos de infecção e o

inimigo que tantas vezes se oppoz ao bom resultado das mais bem combinadas applicações therapeuticas.

O grito de guerra echoou logo por toda a parte contra o agente morbigeno. Dos laboratorios, onde se repetem as investigações, sahe a indicação das substancias anti-microbicas; e Lister, o famoso campeão que com toda a sua energia proclama a defeza da therapeutica cirurgica pelo exterminio dos parasitas nocivos, methodisa a applicação dos antisepticos, e por esta cruzada humanitaria levanta um padrão que tornará seu nome immorredouro e lembrará ás gerações futuras uma das mais brilhantes conquistas therapeuticas do seculo decimo nono.

O effeito dos antisepticos excedeu a previsão dos operadores; deslumbrou-os ao verem a rapidez com que se uniam os tecidos sem o apparecimento d'uma só gotta de liquidos infectos. Desde então a audacia cirurgica redobra de intensidade. Regiões em que nunca se cogitou penetrar com intuitos cirurgicos, são agora frequentemente abertas, e o operador, remexendo as entranhas para attingir o foco morbido e cortando afoito pelos tecidos ambientes, extirpa o mal que compromettia a vida e salva o paciente dos apertos em que o tinham os presagios da morte.

É bello, Senhores, contemplar estes prodigios da sciencia, que elevam o homem e lhe fortificam a consciencia da sua superioridade sobre todos os seres da criação! E se é certo, como na defeza de Ligario affirmou o principe dos oradores romanos, que - os homens por nenhum titulo se approximam tanto dos deuses como por darem a salvação ao seu semelhante - *homines ad deos nulla re propius accedunt, quam salutem hominibus dando* - o homem de sciencia que lucha contra forças malignas, que faz reprimir a dor - *divinum est opus sedare dobrem* - que restabece a saude ao seu semelhante e salva uma existencia comprometida, excede a grandeza dos semi-deuses do paganismo, e bem póde dizer-se, sob a influencia de outras crenças, que desempenha missão divina sobre a terra.

Resta-me fallar-vos do que considero a terceira maravilha medica do nosso seculo, e depois não fatigarei mais a vossa attenção.

A velha questão sobre a existencia ou não existencia das gerações espontaneas resurgiu de novo entre dois homens notaveis, e ambos recorreram a processos experimentaes, variados e successivamente repetidos, para se abonarem com os factos, porque só d'elles dependia a decisão da controversia. O que combateu as gerações espontaneas houve-se com tanta pericia na technica experimental, e foi tão assiduo nas lucubrações, que não só levou de vencida o adversario, mas conseguiu além d'isso enriquecer a sciencia com descobrimentos admiraveis. Demonstrou evidentemente que em certas doenças, que se propagam por contagio ou infecção, o perigo procede do desenvolvimento rapido de microbios. E persistindo na investigação dos meios para se evitar ou reprimir a acção perniciosa microbigena, chegou á conclusão irrefutavel de que por processos de inoculação, semelhantes aos que produzem a immunidad para a variola, se podia prevenir o carbunculo e tornar o individuo refractario á receptividade de tão perigosa doença. Este descobri-

mento valioso alvoroçou de contentamento os creadores, cujos interesses são manifestos em tudo o que aproveita á pecuaria. Lucraram elles e continuam lucrando sommas enormes, como se collige da estatistica comparada da mortalidade pelo carbunculo antes e depois da vaccinação dos gados.

Mas o homem que assim influuiu na economia das nações, abrindo para todas uma fonte de prodigiosa riqueza, não parou no descobrimento, em que lhe sobejava gloria para eternisar seu nome. Levantou vôo para mais subido invento, e eil-o applicado á resolução do problema de impedir o desenvolvimento e as manifestações da raiva, doença fatalmente mortal, e que em todos os tempos foi o desespero dos medicos e o ludibrio da Medicina. Escusado é proseguir; presumo que já pela mente dos que me escutam relampejou a ideia de que o problema foi resolvido, como é notorio, e de que o homem, a quem se devem os relevantes serviços de preservar os gados do carbunculo e de descobrir a prophylaxia da raiva, é o sabio Pasteur.

É esse varão insigne, illustre entre os primeiros do seu seculo, aquelle a quem pertence a gloria de taes descobrimentos; é esse que'exaltado pelo respeito dos sabios, ennobrecido pelas graças dos soberanos, e accumulado de benções geraes, occupa já as eminencias d'onde refulgem os mais conspicuos bemfeitores da humanidade.

São pois muito valiosos os descobrimentos e distinctissimos os sabios que apresentei á vossa consideração. Recordando de novo os topicos cuja importancia intencionalmente accentuei, não se dirá que no movimento scientifico dos ultimos noventa annos a Medicina ficou áquem das outras sciencias. O seculo que viu surgir das sciencias phisicas a viação accelerada e a rapida transmissão do pensamento e da palavra; que se ufana de ter abolido a escravatura e de haver radicado nos povos cultos a liberdade e a egualdade de direitos, deve egualmente gloriar-se porque as sciencias medicas o distinguiram com a descoberta dos anesthesicos, da antiseptia e da prophylaxia do carbunculo e da raiva.

Se é dever de nós todos seguir o exemplo de extremados varões que pelo estudo das sciencias conquistaram os aperfeiçoamentos e o bem-estar de que hoje gosa a sociedade, para vós, mocidade estudiosa, é este dever imperioso, porque pela ordem natural dos successos sereis vós os futuros dirigentes dos destinos da patria. Importa pois que vos habiliteis pelo estudo para tão levantada missão. Seja o vosso cuidado fortificar o espirito pelo estudo, o vosso empenho sobresahir pela cultura da intelligencia, e a vossa constante aspiração desempenhar dignamente as funções para que um dia sereis chamados na sociedade.

Disse.

MIRABEAU, Bernardo António Serra - Oração de Sapiencia: Progresso das sciências médicas no séc. XIX.
Anuário da Universidade de Coimbra, anno lectivo de 1892-1893. Coimbra. (1893), p. XXV-XXXIX.

(Página deixada propositadamente em branco)

Doutor
Júlio César de Sande Sacadura Botte

1897

Júlio César de Sande Sacadura Botte

•

Nasceu na Lousã em 23 de Abril de 1838.
Faleceu em Coimbra em 28 de Dezembro de 1899.

Carreira Académica

Matriculou-se na Faculdade de Matemática em 1854, na de Filosofia em 1857,
e na de Medicina em 1858. Bacharel em 1862. Licenciado e Doutor em 1864.

Professor Catedrático desde 1873, aposentou-se em 1899.

Leccionou: Fisiologia Especial e Higiene Privada; Anatomia Humana Descritiva
e Comparada; Patologia Interna, Doutrina Hipocrática e História Geral da Medicina;
Anatomia Patológica Geral e Toxicologia; Matéria Médica e Farmácia.

Cargos Exercidos

Director do Gabinete de Anatomia Patológica e do Gabinete de Química Médica.
Secretário, Decano e Director da Faculdade de Medicina de Coimbra.

Distinções

Sócio Honorário do Instituto de Coimbra.



Júlio César de Sande Sacadura Botte

Foto gentilmente cedida por sua bisneta Senhora D. Rita Lobo Xavier.

*Oração de Sapiencia recitada no dia 16 de Outubro
de 1897, na Sala dos Actos Grandes da Universidade
de Coimbra, pelo Dr. Julio de Sande Sacadura Botte,
lente de prima, decano e director
da Faculdade de Medicina.*

VENERANDO REITOR DA UNIVERSIDADE!
EXIMIOS PROFESSORES!
RESPEITAVEL ASSEMBLEIA

*«Aqui as capellas dá tecidos de ouro,
Do baccharo, e do sempre verde louro».*
Luz. - c. 3. oit. - XCVII.

N'esta sala maggestosa, onde raro entrará pela primeira vez quem não experimente emoção singular, respira-se hoje atmosphaera de inebriante prazer; o nosso espirito sente-se dominado por alegria immensuravel, que se exprime visivelmente na physionomia de todos nós.

É que, neste alcaçar das sciencias, a universidade celebra uma das festas mais sympathicas e attrahentes; realisa solemnidade de intimo jubilo, que se traduz nesta imponentissima reunião, a que tantos personagens illustres dão subido realce.

O corpo docente d'este instituto de instrucção vem dirigir enthusasticas saudações aos escolares que no anno lectivo proximo passado mais sobresairam pelo estudo e aproveitamento; incitar seus companheiros de trabalho a que se nobilitem, desenvolvendo como elles a maxima solitudine em se illustrarem; recordar a todos que vão abrir-se as portas da universidade, onde amanhã serão recebidos de boa vontade e de braços abertos pelos seus professores.

O dia 16 de outubro é tambem anniversario natalicio da excelsa Rainha a Senhora D. Maria Pia; a universidade regosija-se em commemorar este fausto acontecimento, prestando homenagem ao elevado merito de quem tanto se distingue por inequivocas provas de amor e notaveis manifestações de interesse pela sua patria adoptiva. Fazendo nossos os jubilos de toda a Familia Real em dia de tão gratas recordações - saudemos a Augusta Rainha!

*
* *

É sobretudo propios d'este discurso exalçar os dons da sabedoria, fazer a apologia da sciencia. Importa dizer de assumpto muito conhecido e por todos os modos considerado, mas sempre interessante para nós.

As minhas palavras não se destinam aos professores e a tantas pessoas de notavel illustração, que veem abrilhantar com a sua presença esta grandiosa festa; são para os jovens academicos, que, acudindo de todos os pontos dos paiz em demanda da sabedoria, procuram realizar as suas aspirações, começando ou continuando os estudos superiores, que a universidade lhes proporciona.

É tarefa espinhosa discorrer sobre ponto muitas vezes apreciado neste logar por homens de superior capacidade e de grande saber; em mim falta illustração e as qualidades de espirito necessarias para corresponder ás justas exigencias de auditorio tão distincto. A lei academica impõe-se sem escolher; obedeço á lei.

*
* *

É inestimavel o valor da sciencia; nem carece de demonstração esta verdade, que é evidente por si mesma. A sciencia investiga o *como* e o *porquê* das coisas; conhecer e comprehender - eis a sciencia. Será melhor não adquirir conhecimentos do que possuil-os? Deverá proclamar-se a ignorancia como estado natural do homem, e como o que mais prestimoso é á humanidade?

O homem nasce, sem duvida com capacidade para saber e disposição para trabalhar? A natureza indica-lhe logo o destino. Em impaciencia com que a creança, dirigindo-se a quem se acérca d'ella, inquire de tudo, diligenciando conhecer as coisas e a razão d'ellas, revela esse estado primitivamente virtual, que, pelos resultados, se evidencia cada vez mais, á medida que o organismo se desenvolve.

As faculdades intellectuaes, a principio latentes, manifestam-se de dia para dia mais distinctamente, até se patentarem como brilhante característica do homem. O exercicio ou trabalho intellectual é por certo notavel distinctivo, que dá ao homem superioridade sobre todos os seres da criação, é condição, é inherente á natureza humana, - uma necessidade impreterivel.

Assim também o exercicio mechanico do organismo, esse trabalho aparente que se converte em força e movimento, obedece a impulso, que se traduz em factos ostensivos e bem significativos. O organismo, condemnado á inercia, enfraquece, atrophia-se, perturba-se profun-

damente, morre. A actividade fortifica o corpo e o espirito, é principio conservador da saude e da perfeição humana, valioso meio de prologar a vida. O trabalho physico é inseparavel da natureza do homem; para subsistir o organismo carece de exercer regularmente a sua vitalidade.

A lei do trabalho é a lei essencialmente physiologica e social, de cuja observancia depende o bem-estar do individuo e a prosperidade dos estados. E o trabalho, senhores, não degrada: exalta e nobilita o homem differençando-o do irrationaes; é para elle signal de supereminencia.

Não é licito, ao contrario do que poderia suppôr-se, permanecer indifferente perante essa tendencia da natureza, como se uns individuos nascessem com egual disposição para a ociosidade.

Cumprir desenvolver pelo trabalho de todos os dias as faculdades com que fomos enriquecidos pela natureza, e concorrer pelos meritos proprios para o progresso, que se impõe como lei da humanidade. Importa, outrossim, dirigir cuidadosamente a educação que tornará em realidade o que póde ficar em simples disposição ou possibilidade, estimular e excitar os brios, formar o habito que, como segunda natureza, levará o mancebo ancioso de saber até ao entusiasmo pelo estudo.

Ao passo que os conhecimentos adquiridos vão alargando o horizonte da vida do espirito, mais se demonstra o louvor que merece e a estimação em que deve ser tida a sciencia, que dá prazer e inebria a alma, sendo certo que a ignorancia afflige, tortura, e sequestra o individuo do trato com seu semelhante, e o inhabilita para tudo o que é elevado, proveitoso e nobre.

Imprimindo ao espirito uma força ascencional para a verdade e para o bem, a sciencia como que descerra as portas da immortalidade, e nos liberta das prisões d'este mundo de miserias e de ruins paixões. A ignorancia, incapaz de se elevar ás regiões onde demoram as verdades fecundas que são a origem das acções que mais exaltam e nobilitam, prende o homem no circulo estreito e acanhado do que se vê e apalpa, e por vezes se não comprehende, falseia as noções do bem e do mal, revela sempre uma profunda doença moral, que antes póde dizer-se - uma lamentavel gangrena social.

Da multiplicação dos grandes inventos, do progresso maravilhoso da sciencia, nem sómente derivam beneficios; podem tambem brotar males. Na sua elevada missão, a sciencia deve investigar e evitar o que é prejudicial ao individuo, á familia e á sociedade, assim como por outro lado lhe cumpre augmentar parallelamente a somma dos bens adquiridos, que as gerações vindouras receberão como patrimonio de subido valor.

*
* * *

Ninguem desconhece as maravilhas da sciencia nas suas variadas manifestações.

Empenhando-se em traduzir na pratica os principios eternos da justiça, que devem manter a devida relação de direitos e deveres entre os homens, a sciencia do direito proclama a

excellencia de doutrinas que conduzem ao melhor governo das sociedades, e que podem resolver vantajosamente os grandes problemas que convulsionam os provos e interessam as nações.

A historia natural e, mais ainda, as sciencias physicochimicas, ramos da philosophia natural, enriquecem-nos sem interrupção de commodidades e de valiosos recursos, assombram-nos com as suas descobertas, impressionam até os mais exigentes com esses prodigios do genio, que levantam o homem quasi á cathegoria de ser sobrenatural.

Todos têm a noção do que sejam as multiplicas vantagens da mathematica na immediata applicação aos usos da vida. E os eleitos d'esta sciencia, que parece divinamente inspirada, como que ante-gostam as delicias de eternidade, elevando-se ás alturas incommensuraveis do espaço, e assistindo arrebatados á marcha admiravel dos corpos celestes, que, suspensos do firmamento, apresentam á imaginação innumeravel multidão de mundos. O genio do homem descobriu as leis maravilhosas que o regem, e assim se desvendaram os mysterios d'esses luzeiros majestosos, que apparecem e se levantam na amplidão immensa, e seguem os seus destinos, apregoando sempre a gloria do Arbitro Supremo do Universo.

Que direi da medicina, objecto mais especial da minha consagração? É verdadeiramente sublime a missão d'esta sciencia. Cura as doenças, attenua os symptomas, allivia o soffrimento, prolonga a existencia, previne as molestias, afastando os perigos que ameaçam a saude e a vida, e ainda mesmo aperfeiçoa as condições physicas e moraes do individuo e da especie. O medico domina as doenças mais graves, e na lucta pela vida realisa por vezes o que se nos afigura maravilhoso.

Fortificando e aperfeiçoando as condições materiaes do organismo ha a esperar grandes beneficios em pró das faculdades intellectuaes; estas dependem evidentemente dos órgãos, ao que muito importa attender, para que na pratica se respeitem a um tempo as leis do desenvolvimento do corpo e as do desenvolvimento do espirito. Esta relação nem sempre foi devidamente apreciada; na actualidade o problema do trabalho e da saude, e, portanto, a educação physica e intellectual, não deve orientar-se pelo que foram sociedades menos perfeitas d'outr'óra.

158

Os povos antigos, especialmente os gregos e os romanos, sollicitos em robustecerem o corpo e augmentarem a força physica, aproveitavam para isso todas as praticas e meios adequados, que introduziram até nas cerimoniaes do culto para que nunca deixassem de subsistir. O christianismo, preocupando-se mais com as sublimes paixões da alma, divinisava mesmo a força e a belleza moral.

Se a hygiene da alma não se deve descurar e merece todos os cuidados e desvelos, a hygiene do corpo obriga tambem ás mais serias attentões. Repugna o disequilibrio entre potencias que se correspondem notavelmente, e que tendem ao mesmo fim.

A medicina, senhores, tem o seu ideal de perfeição, e com afan procura atingi-lo. Não estaciona, avança sempre, e nos ultimos tempos tem progredido tão assombrosamente que se poderia conceber a ideia de vida indefinida, se por outro lado não estiver a morte como expressão de uma lei fatal e inalteravel.

Foi maravilhosa a descoberto do chloroformio, agente que annulla e evita a dôr, supprimindo soffrimento insupportaveis, e permittindo sem o menor queixume, as operações mais cruentas e de maior gravidade. Tem crescido depois d'isso extraordinariamente o enthusiasmo pelos medicamentos novos; de toda a parte e a cada momento affluem substancias a que se attribuem virtudes medicamentosas. A ideia de Brown Sequard a respeito dos liquidos organicos bastaria para avaliar o que presentemente é essa *febre pharmacologica irresistivel*; mas nada mais grande, mais espantoso, mais sensivel pelos resultados uteis, do que os notaveis descobrimentos a que têm levado as ideias e investigações de Pasteur, d'este homem portentoso, que revolucionou a medicina, e abriu caminho para semnumero de inventos prodigiosos.



O progresso não se circumscreve á medicina; é proprio de todas as sciencias, pois que estas mantêm entre si relações estreitas. Salienta-se notoriamente esta verdade n'uma d'ellas, que interessa ás outras, e a todas prende e domina.

É sem duvida incompleta a educação que se limita ao desenvolvimento do corpo e á cultura da intelligencia. Ha mais a fazer; não póde abstrair-se da formação do caracter. Não basta que a natureza preste homenagem respeitosa ao homem, cumpre que elle se apresente perante ella como rei da criação.

A educação physica, intellectual e moral, constitue fundamento inseparavel da perfeição humana, base firme de uma civilização perfeita. Os sentimento moraes formam uma das mais nobres caracteristicas do homem; elevam-n'o ao que de mais sublime pode conceber a imaginação! Succedem-se com frequencia os factos que o provam; dizem-n'o constantemente as ideias e opiniões de homem auctorizados.

Em um discurso recentemente pronunciado n'este logar por um naturalista a quem são familiares as mais intimas particularidades da organização e da vida dos animaes, lê-se o que a este respeito estava no seu espirito, e naturalmente brotou dos labios. - «Isto, juntamente com a observação da complexidade das funcções organicas e harmonia surprehendente e sobrenatural que as prende, leva-nos necessariamente até á ideia de um Ser Supremo, Omnipotente, que dirige o universo, e a religião fundada nesta crença é uma consequencia inevitavel da historia natural. Esta religião, que o proprio estudo da natureza nos descobre, independente da revelação divina,

impõe-nos obrigações que encaminham para a felicidade da vida presente e futura, o que constitue a suprema aspiração do homem ¹.»

O professor de hygiene na universidade, tambem naturalista distincto, ao tratar da glorificação do homem pelo trabalho, disse ²: Mas tambem só o homem tem a intuição do Deus do ceo e da terra, só elle sente a necessidade de venerar a Deus em extasi, e se compraz em lhe edificar templos e em lhe erguer altares!!».

São de um physiologista respeitavel, meu venerando mestre, as palavras seguintes:

«Em todas as manifestações da razão póde dizer-se que figura a consciencia... As sensações, os juizos e todas as mais comparações das ideias também ascendem por meio da razão um grau de sublimidade e aperfeiçoamento, que já não parecem manifestações das mesmas qualidades intellectuaes, simples e elementares, como as conhecemos nos animaes domesticos. É a razão em sim, e a sua interferencia nos instinctos e na intelligencia, que faz apparecer no homem um grupo de sentimentos moraes, que lhe são privativos, que tendem a justificar a sua classificação em reino separado, que o collocam mais proximo da divindade do que dos brutos ³.»

Embora o homem, dizem muitos physiologistas, na parte material se confunda com os animaes, de modo nenhum se confundirá com elles o homem moral. O homem, direi eu, não póde ser julgado só pelo exterior, não se define materialmente; carcaterizam-n'o sobretudo a razão, a consciencia e a liberdade, que o levantam a toda a altura da sua dignidade, fazendo-lhe ver alguma coisa superior, a *razão suprema de toda a realidade - Deus*, principio e fim de tudo.



Surge naturalmente a Theologia, sciencia que trata do Ser Supremo, que O estuda, guiada pela razão e pela revelação, em Si e nas suas relações com o mundo; que exalça as mais puras paixões da aula, e as interessa na conquista de uma vida melhor. - O theologo, convicto da sua ideia, julga que não vae na corrente da verdade a sciencia que caminha separada do elemento religioso. Não se limita a persistir n'esta asserção, porventura para alguém simplesmente gratuita; não se mantem agrilhoadado á rotina, receiando o confronto da sua doutrina com os notabilissimos progressos da sciencia; não fica por systema indifferente perante reiteradas calumnias e ousadas

¹ Oração pronunciada na sala dos actos grandes da universidade de Coimbra, pelo conselheiro dr. Manuel Paulino d'Oliveira, na solemnidade do doutoramento do licenciado Bernado Ayres; 24 de Julho de 1892.

² *Intituto de Coimbra*, 1897, volume XLIV, pag. 65.

³ Sr. dr. Antonio Augusto da Costa Simões, *Elementos de physiologia humana*.

investidas de seus detractores. Promove a cultura da sciencia na sua maior amplitude; discute na cathedra e na imprensa, reúne congressos, chamando as atenções para as sciencias religiosas, philosophicas, sociaes, historicas, naturaes, philologicas, etc. Luctador e philosopho, o theologo combate denodadamente e sem treguas pela sua doutrina, demonstrando que o progresso das sciencias não briga com o espirito do christianismo, e que a boa nova do evangelho não póde deixar de influir vantajosamente nas variadas manifestações da actividade humana.



Não só valem as sciencias. Os estudos classicos e de humanidades são dignos do maior interesse, porque cooperam na evolução gradual as facultades intellectuaes e moraes; habilitam o homem para o convívio social, para a cultura proveitosa e da instrucção superior, e bem assim para as diversas profissões que devem assentar em solida e variada instrucção. A excellencia das letras revela-se na historia dos differentes povos, sendo que tudo nos leva a proclamar como o primeiro d'elles o que tiver melhores escolas, mais e melhores institutos de instrucção.

A apologia da sciencia, Senhores, importa a glorificação do sabio. Presta-se a este verdadeira veneração, exaltando-o por meios variados e expressivos: - discursos, artigos, apologeticos, monumentos, cortejos civicos, etc.; e, depois da morte, ainda apparece immorredoiro o nome do sabio, que é apontado com ufania e como estímulo para o trabalho das sciencias e das letras.

Cumprê um dever, recordando a memoria de dois vultos venerandos, que foram insigne ornamento da nossa universidade. Em janeiro passado a universidade perdeu um dos seus filhos mais dilectos.

O sr. dr. Francisco Antonio Rodrigues de Azevedo, lente de prima e decano jubilado da faculdade de theologia, honrou gloriosamente a cathedra e o pulpito; não foi excedido, até ao seu tempo, na sciencia academica que professou. O prestigio da sua palavra vibrante e eloquente, que attrahe e domina as multidões, conquistou-lhe logar proeminente entre os oradores sagrados de maior fama, e, tantas vezes, demonstrações gloriosas, elogios calorosos, applausos significativos dos primeiros e grandes mestres da oratoria ¹. Ensinando, escrevendo e prégando, o

¹ Carta dirigida pelo notavel orador sagrado Francisco Raphael de Silveira Malhão, em 7 de fevereiro de 1860. ao dr. Francisco Antonio Rodrigues de Azevedo, lente da faculdade de theologia da universidade de Coimbra:

Ill. ^{mo} e rev. ^{mo} sr. dr. Francisco Antonio de Azevedo. - Dizia v. s.^a na ultima carta, com que se dignou honrar-me, que era preguiçoso. Que direi de mim, obrigado por tantas razões a ser diligente? Mas tenho uma que me desculpa: o mau estado de saude. Deus permitta que v. s.^a não conheça nunca por experiencia os estragos moraes que a fermidade estacionada causa, como torna a vida apathica, irresoluta, desconsolada: a alma enferma é o Mar-Morto de Seneca.

sr. dr. Rodrigues de Azevedo revelou sempre, por entre as galas de um dizer correctissimo, profundidade de saber, unção e espirito religioso. Era um character respeitavel, quasi um fanatico no entranhado amor á universidade. Commemorando a memoria saudosa e veneranda do extincto, a universidade paga um tributo de merecido affecto, solve uma divida de rigorosa justiça.

Nas paginas brilhantes da historia d'este estabelecimento fique gravada em letras de oiro o nome do sabio professor, e seja elle para nós e para as gerações vindouras incitamento para o trabalho prestimoso da sciencia.

Na galeria dos professores illustres d'esta universidade falta outro vulto respeitavel, que foi sempre considerado pelo saber, e muito querido pela honradez do character e pela modestia, que lhe attrahiu tantas sympathias e dedicações e o acompanhou até ao desaparecimento no tumulo. Lente de prima e decano jubilado da faculdade de medicina, antigo deputado ás côrtes, par do

Quando li, pela primeira vez, o seu bellissimo Sermão de Cinzas, quiz logo escrever-lhe e referir-lhe as impressões que elle me fizera, impressões graves e profundas, como a sua materia; mas fiquei no proposito. Li-o mais vezes, e sempre com admiração: o mesmo proposito sempre, e sempre a mesma ir resolução.

Veiu ultimamente o das exequias do digno padre José Vicente Gomes de Moura, e foi elle que excitou as aguas do Mar-Morto e quebrou o fado da minha apathia. O Sermão de Cinzas, segundo a minha muito humilde opinião, é um todo harmonioso, um edificio completamente acabado com todas as porporções da arte; todas as pedras estão no seu lugar, todas são polidas com esmero, todas escollidas e trabalhadas no gosto do tempo. A philosophia da morte, apresentada no quadro formado pelo eloquencia christã, subjuga os espiritos mais rebeldes.

Uma fraqueza. As paredes d'este canto foram testemunhas de um sorriso que soltei á primeira leitura, quando vi que v. s.^a, chegando ao fim do exordio, achou, sem saber como, assentada e dividida a materia do discurso. O sorriso, traduzido com toda a fidelidade, queria dizer: "D'estas só fazem mestres!"

Tudo o que acabo de dizer é verdade: mas que quer? sou povo; gósto, e com especialidade, do que mais me impressiona, embora não seja o mais bello e o mais perfeito litterariamente. A energica, rapida e desassomburada defeza do *Padre* num seculo, inimigo ingrato, abalou-me e seduziu-me o coração; e, seduzido elle, não teve mais remedio e espirito que ficar ás suas ordens, e ver como elle sentia.

Deus lhe conceda vida e saude para dar lições d'estas a muita gente, não sei qual mais, se ignorante, se maliciosa; v. s.^a póde da-las afoutamente: a voz de um cathedratico distincto de uma academia respeitavel, se não rende, envergonha, e faz emmudecer a malicia e a ignorancia. Vê-se bem que o discurso foi como improvisado, e que por cima d'elle não passou a lima delicada que poliu o das Cinzas, mas apresenta uma somma de ideias de que v. s.^a, se quizesse, tiraria um partido immenso, illuminando-as.

Desejo que o meu amigo J. P. continue a merecer a benevolencia de v. s.^a, não faltando ao que v. s.^a com toda a razão não dispensa nos seus alumnos: estudo e gravidade. Creia v. s.^a que muito o respeita, estima e venera-o -. Seu attento venerador e criado - *Francisco Raphael da Silveira Malhão* - Obidos, 1860, fevereiro, 7.

O sermão da Cinza, a que Malhão tão elogiosamente se refere, foi publicado com o titulo seguinte:

Sermão da Cinza, prégado na Sé cathedral de Coimbra, no dia 9 de março de 1859, pelo dr. Francisco Antonio Rodrigues de Azevedo, lente de vespera da Faculdade de theologia na Universidade de Coimbra.

reino electivo, o sr. dr. Antonio Gonçalves da Silva e Cunha honrou e serviu gloriosamente a universidade e a patria; bem merce o tributo da nossa respeitosa homenagem e profunda saudade.

Monumentos, centenarios, etc., são meios ordinarios de celebrar a memoria dos sabios; sob outra fórma eloquente e utilissima se exprime na pratica o enthusiasmo pelas letras, o interesse pelo bem da humanidade.

A viuva do rico banqueiro Hirsch concedeu ao instituto Pasteur um donativo importante.

O conde Ferreira passou á historia pelos grandes beneficios realisados a bem da instrucção elementar do seu paiz.

Simão José da Luz Soriano, fallecido em 18 de agosto de 1891, instituiu valiosos legados, em beneficio das sciencias e das letras, á casa pia de Lisboa, á misericordia de Coimbra e á camara municipal de Lisboa.

O legado instituido em favor da escola medico-cirurgica do Porto pelo benemerito Nuno Alves Nobre é por muitos titulos memoravel.

Merece honrosa menção o donativo do barão de Castello de Paiva á faculdade de medicina, de uma inscrição do valor nominal de um conto de réis, a fim de ser o juro annualmente dado, como premio, ao alumno que mais se distinguir nos exercicios clinicos do hospital, ou nos trabalhos anatomicos da faculdade.

É de subido valor e digno de todos os nossos encarecimentos o premio instituido pelo fallecido professor da eschola medico-cirurgica de Lisboa, o dr. Pedro Francisco da Costa Alvarenga, para o estudante mais distincto nas aulas de materia-medica na universidade de Coimbra, na escola medico-cirurgica de Lisboa e na faculdade de medicina do Rio de Janeiro. O professor, que se tinha distinguido notavelmente na regencia da cadeira e em varias publicações, patenteou-se depois da morte - um benemerito!

Não abundam por emquanto, entre nós, factos de benemerencia d'esta ordem; não se esqueçam esses, que, nobilissimos, proprios de espiritos elevados, e de immenso alcance, devem chegar ao conhecimento de todos para que possam ser imitados.

*
* * *

Poucas palavras mais, e vou findar.

Não seja tudo enthusiasmo pela sciencia e seus cultores; compenetremo-nos das proprias responsabilidades - os que aprendem e os que ensinam.

Empenhem os primeiros os maiores esforços pelo saber, e sejam exemplares no procedimento; cumpram assim o rigoroso dever que deriva do logar e da respeitabilidade do magisterio. O professor da universidade, se fôra um sabio e em tudo irreprehensivel, corresponderia ás mais

sublimes aspirações, realisaria um ideal de perfeição; jámais deve esquecer o muito que se exige d'elle, a fim de que possa illustrar e satisfazer por completo a impaciencia dos mancebos estudiosos, mais ávidos e mais amantes do saber. Faça por adquirir a maxima competencia na sua especialidade, embora lhe custe continuas vigílias, trabalhos afadigosos, sacrificios de todos dias. Seja a principal preocupação de quem ensine a melhor orientação ácerca do ensino e do estudo; domine no seu espirito o pensamento inseparavel do professor moderno: simplificar o trabalho o mais possivel, e dar ao ensino o caracter essencialmente pratico.

*
* * *

Nas boas escolas, as lições de coisas substituem os antigos processos, que sacrificavam o desenvolvimento da intelligencia ao da memoria. As creanças, habituando-se a observar e a fixar na memoria os resultados das suas observações, aprendem por si mesmas, colhem gosto pelo estudo, preparam-se finalmente com a maior vantagem para seguir os cursos de instrucção secundaria.

Nos paizes mais adeantados, até no ensino das linguas se vae abandonando o systema de decorar sem entender, adoptando-se processos como os que a creança segue espontaneamente na aprendizagem da lingua do seus paiz.

O ensino da arithmetica, geometria, physica, chimica, geographia, historia, etc., póde igualmente ser pratico, e assim mais natural e proveitoso.

Em sciencias naturaes é de primeira intuição a vantagem d'este systema, o unico util e racional em sciencias que têm por fundamento inabalavel a observação e experiencia. O alumno jámais ficará satisfeito, vendo que se adopta processo diverso; não se sente bem o professor, que não realisa esta aspiração. Uns e outros não desconhecem que boas theorias suppõem boa pratica, pois que a theoria deve ser a genuina expressão dos factos.

O sr. dr. Costa Simões, um trabalhador infatigavel e consciencioso, propoz em 1866 a instituição de trabalhos praticos obrigatorios para alumnos e professores em todas as disciplinas que estudassem; tratou de dispôr nas melhores condições os laboratorios de histologia e physiologia geral; ensinou pelo methodo da observação, iniciando em Portugal trabalhos experimentaes da máxima importancia para a sciencia a que dedicou as melhores lucubrações do seu lucido espirito.

O sr. dr. Costa Simões via na faculdade de medicina uma instituição respeitavel, que se avantajava pelos seus methodos de ensino a muitas universidades da Europa; mas tambem reconhecia que ella poderia ficar inferior a todas, se não tratasse, e quanto antes, de assimilar á sua organização um certo numero de particularidades, que elle tinha observado no estrangeiro.

«Uma faculdade de medicina sem laboratorios, disse o eminente experimentador, assiste de braços crusados ao anandamento progressivo dos trabalhos estranhos; nada produz que possa apparecer no convivio scientifico de outras nações... Sem esse recurso, a missão do professor ha de limitar-se a dar conta a seus discipulos da ultima descoberta scientifica e das constestações levantadas entre os descobridores da innovação, sem meio de a poder apreciar proficientemente. Quando tiver de interpôr o seu julgamento em taes controversias, ha de sentir-se incommodado com a falta de observação propria, com que possa aferir com proveito os elementos praticos da questão».

O eximo professor não cessa de apregoar a sua ideia, como quem vê no uso da experimentação uma nova era de trabalho util para o espirito, e fecundo em resultados para a sciencia.

Com a sua justificada teimosia fez incalculavel serviço á medicina; professores e estudantes o acclamaram, por isso mesmo, propagandista convicto, sincero evangelizador dos trabalhos praticos.

Nós, medindo o alcance das ideias do sabio professor, synthetisaremos o nosso juizo em quatro palavras: exemplo admiravel, lição proveitosissima.

E não poderá ser assim, em maior ou menor grau, no estudo das outras sciencias? Fazendo larga explanação da philosophia de cada sciencia, sacrifica-se quasi sempre o que menos póde dispensar-se; não abusemos das subtilezas da philosophia. O verdadeiro ensino deve respeitar as leis do desenvolvimento do espirito do homem e os processos indicados pela propria natureza; não hesite jámais o professor em trocar processos antigos e sem vantagem por outros quaesquer de manifesta utilidade.

Assim trabalhando, e empenhando sempre a sua boa vontade, o professor, o sabio, um verdadeiro heroe nas lides de Minerva, que passou a vida em lucta constante para espancar as trevas do espirito e rasgar novos horisontes para a sciencia, será glorificado com merecidas honras, e terá tambem na historia a sua epopeia, que ha de ser escripta pela gratidão, lida e acatada com admiração pelas gerações que se forem succedendo.

Academicos laureados! Esta festa solemne e sympathica a que se associam tantas pessoas illustres, que se dignaram de honrar-nos com a sua presença, é a vossa apothese, é a consagração dos vossos meritos, justa homenagem devida aos premiados pela universidade.

Acceitem as nossas felicitações sinceras e cordeaes, que serão igualmente estimulo para alentar em todos a legitima aspiração ao saber.

Ha muitos annos que eu recitei neste logar a Oração de Sapiencia por ser o mais novo dos professores da faculdade de medicina; hoje volto aqui, porque sou o mais antigo d'esta corporação. Consintam-me que, ao approximar taes factos, termine por dizer como da outra vez:

«Senhores! Os apóstolos da sciencia, d'esta religião civilisadora, que tem templos, culto e adorações em todos os cantos do mundo, incitam, hoje, neste grandioso e magnifico recinto, a mocidade esperançosa a seguir a sua bandeira, na qual se lê a gloriosa divisa do progresso. Amanhã começam a santa cruzada que lhes impõe o seu evangelho, animados pelo pensamento de que ganharão crentes para a sua igreja, e sabios para a patria.

Doutor
António de Pádua

1902

António de Pádua



Nasceu em Labruja (Ponte de Lima) a 26 de Setembro de 1869.

Faleceu em Coimbra a 11 de Fevereiro de 1914.

Carreira Académica

Matriculou-se na Faculdade de Matemática em 1889, na de Filosofia em 1890,
e na de Medicina em 1892. Bacharel em 1896. Licenciado em 1898.

Doutor em 1899. Professor Ordinário em 1911.

Leccionou: Matéria Médica e Farmácia; Patologia Geral e História Geral da Medicina;
Clínica Médica; Propedêutica; Fisiologia Especial; Psiquiatria Clínica e Forense.

Cargos Exercidos

Secretário da Faculdade de Medicina de Coimbra. Director interino do Gabinete
de Microbiologia. Director do Gabinete de Radioscopia e Radiografia e do Laboratório
de Fisiologia. Director de Clínica Psiquiátrica. Governador Cível de Coimbra.
Médico alienista do Conselho Médico-Legal de Coimbra. Co-fundador e redactor da revista
Movimento Médico. Director do periódico *Tribuna Popular*.
Dirigente do Partido Progressista em Coimbra.



António de Pádua

Original gentilmente cedido pela Associação dos Antigos Estudantes da Universidade de Coimbra.

*Oração de Sapiëntia recitada na sala grande dos
actos, no dia 16 de outubro de 1902,
pelo Dr. Antonio de Padua,
cathedrático da faculdade de medicina.*

VENERANDO PRELADO DESTA UNIVERSIDADE
ILLUSTRES PROFESSORES E DOUTORES DAS DIFFERENTES FACULDADES
ESPERANÇOSA MOCIDADE ACADÉMICA
MINHAS SENHORAS
MEUS SENHORES

Em virtude duma disposição consignada na reforma dos estudos da Universidade, publicada em 24 de dezembro do anno pretérito, disposição que neste instante, mas só nelle, profundamente lamento, vejo-me nesta cadeira incumbido da obrigação honrosíssima de proferir a oração inaugural dos trabalhos escolares do presente anno lectivo. Devo este encargo à amabilidade penhorantíssima dos meus antigos professores na faculdade de Medicina, de quem hoje tenho o orgulho imperecível de ser collega, e que, tendo sido sempre para commigo perdulàriamente generosos, mais uma vez ainda quizeram confundir-me com um testemunho de consideração imprevista. A Vós, meus queridos Mestres, eu dirijo deste logar o mais commovido agradecimento.

Por uma encantadora coincidência das disposições da lei com os desígnios da natureza, o dia de hoje deve ser duplamente festivo para nós, obreiros da sciência e obreiros da pátria. No dia em que nos apresentamos para recomeçar, dentro desta augusta instituição universitária, os trabalhos inherentes às nossas delicadas funções profissionaes, passa o fausto anniversário duma excelsa Rainha, Filha, Irmã, Esposa e Mãe de Reis, que por muitos annos occupou o throno da nossa terra e que permanece carinhosamente estimada no coração dos portugúeses; Mãe do nosso venerado

e decidido Monarcha e Protector. A Universidade, dirigindo-lhe os testemunhos do seu encendrado respeito, envolve na mesma vibrante saudação toda a Real Família de que esse Monarcha é Chefe respeitadíssimo; e, sendo esta saudação proferida pelo mais humilde dos súbditos de tam Illustre Soberano, caracteriza-a a segurança indestructível de que nenhum outro seria capaz de proferi-la com mais sincera lealdade.

E ainda, para accrécimo do nosso júbilo, a Universidade continúa sob a direcção do nosso venerando Reitor, antigo exemplar da velha honra portugêsa, em volta do qual o revoltear das paixões, como as tempestades em tórno dum roble inabalavel, durante toda a sua longa vida pública, nem pela convulsão dos sentimentos, nem pela attracção das honrarias, nem pela fascinação das riquezas o conseguiu desviar da conducta serena e calma do homem de bem, que permanece sobranceiro a todo o marulhar que em tórno de si houvesse podido solicitá-lo para fóra da sua lucidez de espírito e da sua rigidez de character. Chefe supremo desta grandiosa instituição, porque hoje não pôde vir assistir à sua abertura, deu-nos para seu representante um estimadíssimo amigo meu, cuja benevolência ha de acompanhar-me neste momento, presidindo à que vós todos, meus collegas, à que vós todos, alumnos da Universidade, à que vós todos, minhas senhoras e meus senhores, tereis a generosidade de dispensar ao professor que mais do que nenhum outro della carece para levar a bom termo a pesada tarefa, que ora se vê obrigado a desempenhar e a que, por muito e só confiado nella, se submetteu.

MINHAS SENHORAS:

MEUS SENHORES:

Nós vimos accentuar aqui uma tradição secular, que por todos os títulos deve manter-se.

Uma instituição como esta tem o dever de celebrar o início e proseguimento dos seus trabalhos, em cada anno, com solemnidade, porque cada anno que passa é um anno de conquista nos múltiplos departamentos em que o pensamento humano labora e triunfa.

Todo o choque de ideias que agite a sociedade tem aqui a sua repercussão para ser acrisolado pelo criterio frio, sereno e inflexível da justiça, que sabe manter a evolução em toda a sua pureza, - sem fraquezas rotineiras nem arrebatamentos revolucionarios, - incompatíveis com o ponderado equilibrio da sciência universitária, sciência que se deixa impulsionar por tudo que é generoso e bom e que tem sempre sabido oppor-se a todos os desvairamentos e allucinações, dando guarida franca e aberta a todas as ideias novas que venham marcadas com o estyigma da fecundidade e oppondo um *veto* irreductível, à luz da razão pura germinado, a todas as ideias aberrantes de que a época actual tam pródiga se tem mostrado.

Repercutem-se dentro deste poderoso organismo todas as crises sociais que a agitação do pensamento desvenda e cria no seio das escolas económicas e no seio das escolas philosophicas, e todas ellas sam recebidas com a fleugmática serenidade que dá a cultura da sciência, a qual ha muito nos mostrou que a successão das gerações nos dá elementos novos de vida e de progresso indefinido, mas nos deixa sempre intacta a mesma Fortuna Moral. Novos princípios dum ramo psychológico norteador das acções dos homens todos nós sabemos que se não inventam, nem se encontram processos de elaboração capazes de exceder em perfectibilidade aquelles que a humanidade ha largos séculos possui e que a Universidade, identificada com a Nação, accitou para seu *Credo* incorruptível, sem carecer entretanto de commentadores que a elucidem.

Mercê da sua serena força, que a sciência orienta, a Universidade atravessa incólume idades e gerações, assistindo sobranceira ao desenrolar dos conflictos contemporâneos, até mesmo do Pessimismo esterilizador que tem visto na lucta dos homens e da vida um «apparente motejo amargo», porque a sociedade figura frequentemente um conjuncto de entidades que se degladiam em vez de se mutualizarem auxílios e serviços.

Em face da expressão barbarêsca das tendências libertárias que esse Pessimismo gera e que em certos lances apparecem sobre-dourados por uma tam enternecida atmosphera de ingenuidade e candura, a Universidade vae criando os seus filhos dilectos, a classe patricia dos homens de sciência, que também parecem unidades sem pátria porque a sciência cultiva-se para a humanidade e só para a humanidade. Mas nessa mesma criação a Universidade proclama o triunfo da Intelligência, determinando que para bem da sociedade e do país os seus filhos açambarquem os thesoiros do Saber com que devem fertilizar o património commum e contribuir para a felicidade collectiva, tornando-os monopolizadores de todos os recursos que a intellectualidade possa descobrir nos differentes processos do seu exercicio e acção.

E por que mecanismos realiza a Universidade este benemérito e patriótico *desideratum*? Pela prática pura e simplez dos princípios liberaes em toda a sua disciplinada latitude; abrindo rasgadamente todos os seus recursos a todos os que delles queiram colher todas as vantagens e todos os beneficios, pondo libèrrimamente ao alcance de todos os seus filhos os complexos e dispendiosos serviços que congregou, lenta e pertinazmente, com a tenacidade inquebrantavel das instituições fortes, invulneraveis, que sabem viver com método e disciplina para que a sua estrutura se conserve intacta no meio das mais agitadas convulsões.

Foi praticando a liberdade, não anárchica nem licenciosa; mas tranquilla e consciente, que a Universidade adquiriu a perfectibilidade que attingiu, para conseguir espalhar os benesses que hoje diffunde e que na própria multiplicidade de classes a que se destinam tẽ em a proclamação da excellência do seu regimen liberal.

Todos, sem excepção, sem condições de origem nem condições de meio, podem recolher aqui tantos beneficios quantos a sua intelligência possa auferir, porque todos, absolutamente todos,

aqui tẽ em entrada e direito ao seu lugar; e ẽ dentro deste estabelecimento, onde se cultiva a força do Direito e da Justiça, e onde se cumpre a Lei, que todos n3s podemos adquirir a noa objectiva dessa liberdade estremecida, que nos igualou para que n3s livremente nos distancieemos, que depois de tant3ssimos sacrificios os homens conquistaram, a que tanto queremos e devemos, que carinhosamente adoramos como a 3nica fortuna e riqueza reaes que possu3mos, que constitue a nossa grande ventura e a nossa força indomavel, capaz de tudo invencivelmente derrubar como um furac3o tempestuoso se alguem ousasse tocar-lhe com prop3sito de a ferir, e que para n3s ẽ, como o Amor para o poeta:

«Trepadeira de luz que trepa em nossos peitos,
Astro que Deus mudou em sentimento humano».

Meigo sentimento esse, em certos momentos bem pouco apreciado, e que, como tantos outros 3s vezes, alguns esp3ritos mal avindos assediam com ataques impertinentes, commettendo actos que ao observador despreoccupado e melanch3lico apparecem como tentativas horripilantes de um verdadeiro Matric3dio!...

MINHAS SENHORAS:

MEUS SENHORES:

D3 consolao e vigor e força e sa3de pertencer a uma instituio destas, que constantemente avança na conquista do Bem, porque serve constantemente os mais puros interesses da humanidade, envolta na doce atmosphera do seu bondoso optimismo. Documento precioso do fino quilate caracter3stico da intellectualidade portug3sa, desta raça mais que todas intelligente e audaz que nada far3 succumbir, insaciavelmente insatisfeita pela s3de do Al3m e do Desconhecido, ẽ dentro das suas paredes que a intellig3ncia nacional tem ferido os seus combates mais garridos nas demonstra3es radiosas da sua requintada galhardia.

174

Enquanto o exame do progresso nos outros povos, vertiginoso considerado sob muitos aspectos, leva alguns pensadores 3 receosa suspeita de que a nossa vida mental poder3 ser suffocada, n3s os universit3rios permanecemos seguros da nossa vitalidade nacional, porque enquanto um povo mant3m e desenvolve uma instituio como esta, onde podem desencadear-se livremente todas as tempestades do pensamento, esse povo n3o pode extinguir-se, tam fusionada tem sempre a psychologia nacional com esta sua express3o suprema. ẽ como a Universidade tem progredido e progride continuamente, ella serve bem de crit3rio para se aju3zar do progresso intellectual da nao.

Nunca esta grande collectividade deixou de seguir as vicissitudes da vida da Pátria, tam fundamente conjugada está com ella; e sendo hoje as universidades consideradas por todos, como se vê na Allemanha pela mais clara evidência, instrumentos maravilhosos de progresso, todos cumprirão nobremente o seu dever concorrendo quanto em suas forças caiba para a desenvolvimento e para o aperfeiçoamento dos serviços universitários. Ora é consolador, elevadamente consolador, vêr que sob este ponto de vista muito se tem conseguido nestes últimos tempos, e numa progressão rápida.

Ainda recentemente a publicação da reforma dos estudos da Universidade veiu alargar consideravelmente o campo de acção das differentes faculdades, attendendo a algumas, posto que poucas, das suas reclamações, muitas das quaes eram já remotas; e, animada dum grande espirito liberal, pela Universidade suggestionado, ampliando e facilitando a matrícula e o accesso na Universidade a maior número de estudiosos, veiu proporcionar meios de exercicio mais vasto à intellectualidade finíssima dos seus professores.

É certo que, poucos mēses depois da publicação dessa lei, algumas das suas disposições para logo foram modificadas, o que mostra a pouca solidez dos legisladores. Citarei, para comprovar o asserto, o que teve logar com relação ao ensino da Pharmácia, estatuído na reforma da Universidade e logo modificado radicalmente numa outra reforma, cuja apparatusa estructura, para quem tanto carece de gastar assisadamente, chega a parecer inverosimil.

Mas, arredando senões que levariam a críticas demoradas e, por justamente desamoraveis, custosas de ouvir, não deve deixar de reconhecer-se que até em coefficients regulamentares os estudos do Direito como os da Theologia, – nobremente mantida e lucilantemente professada no seio do nosso ensino, – as sciências naturaes como as Mathemáticas, todas adquiriram elementos novos nesse diploma. Bem hajam por isso todos aquelles que com o seu trabalho, as suas diligências, os seus esforços e a sua boa vontade concorreram para a sua promulgação, porque todos bem merecem o nosso reconhecimento.

E ninguem como eu menos deverá deixar de o exprimir neste instante, por pertencer a uma faculdade que fruiu bastantes vantagens da publicação daquella lei, vendo-se dotada com a criação duma cadeira, a de Propedeutica, que ha muito solicitava e no ensino da qual tem o direito de depositar as suas melhores esperanças, quando elle for effectuado por outro professor que não seja eu, tanto mais que a criação dessa cadeira envolveu a fundação de mais um laboratório da faculdade – o Gabinete de Radioscopia e Radiographia, que brevemente espero inaugurar.

Essa faculdade viu definitivamente separadas as suas clínicas médica e cirúrgica, cada uma em cadeira autónoma, como tam dedicadamente havia, aconselhado ha tanto tempo. Viu alargar os seus recursos no ensino da Hygiene, hoje uma das armas mais rútilas da medicina, da Hygiene que mereceu sempre as suas maiores attentões, a ponto de, quasi sem dispêndio, se ter fundado aqui na Universidade um museu de hygiene, – o primeiro em Portugal, – devido aos esforços

inacreditáveis dum infatigável e estimadíssimo professor, o dr. Lopes Vieira, a quem succedeu no ensino um professor de talento privilegiado e raro, que na regência da cadeira autónoma está pondo um cuidado assíduo, que vae justificando no progressivo aproveitamento dos alumnos. Viu ampliados, não tanto quanto com todo o fervor deseja e tem o dever e o direito de conseguir, mas já notavelmente, os seus meios de investigação científica nos domínios da Microbiologia, - sciência cujo estudo a Universidade fundou em Portugal pela intuição penetrante dum distinctíssimo professor fallecido, o dr. Augusto Rocha, cuja sagacidade ainda scintilla na memória de todos nós e que num relance advinhou o largo papel que esse ramo da biologia havia de desempenhar nas sciências médicas.

Não o illudiu a sua previsão; e o estudo da microbiologia, avançando em saltos apressados por todo o mundo culto, já em Portugal se diffundiu, irradiando da sua origem em Coímbra para diferentes pontos do país, onde tem hoje eméritos cultores, a quem eu, que a ensino na Universidade, deste logar saúdo cordealíssimamente.

E grande ventura seria a minha se tivesse a certeza de que as corporações de Coímbra que tẽ em recursos, e as individualidades que tẽ em poderio, se lançavam um dia abertamente a auxiliar esse modesto laboratório de microbiologia, que valendo já muito pelo presente muito mais valerá pelo futuro - não hesito em affirmá-lo - porque o seu desenvolvimento envolve os maiores benefícios para a saúde, para os interesses e para o bem estar de todos. A entre todas illustre baronêsa de Hirsch deu muitas manadas de oiro para a fundação do Instituto de química biológica que já hoje funciona na gloriosíssima rua Drouot e que será um dos mais intensos focos de investigação científica da França; a Universidade de Leland Sanford recebeu um donativo de 30 milhões de dollars; o benemérito Rockefeller doou 2 milhões de dollars à Universidade de Chicago e 1 milhão à de Harvar; como estes os exemplos sam numerosos em todo o mundo que vive e marcha, e oxalá elles sejam propícios a uma suggestão que melhor do que nenhuma outra é de ambicionar que fructifique entre nós.

MINHAS SENHORAS:

MEUS SENHORES:

Neste constante progredir que a Universidade tem praticado, em grande senão na sua maior parte por esforço próprio e por virtude da dedicação e do patriotismo dos seus professores, poderia ter havido maior celeridade? Sem dúvida.

Nós ainda não temos, ao contrário da Inglaterra, missões docentes que ponham o meio universitário em contacto com classes diferentes da sua população discente. Não conseguimos estabelecer ainda o princípio das viagens de estudo dos professores, - princípio que é absoluta-

mente indispensavel praticar, como tẽ em reconhecido todos aquelles que por impulso espontaneo do seu espirito arrostam com os sacrificios dessas viagens, elementos imprescindiveis e preciosissimos de educaçao geral e profissional. Da mesma forma nós não subsidiamos essas viagens aos nossos discipulos, como por concurso se está fazendo até já bem perto, em Hespanha, praticando-se assim um preceito que permite à mocidade assistir à troca permanente de idéas que inunda o mundo civilizado, verdadeiro tráfego intellectual de que devem derivar os mais fecundos resultados.

Nós temos bastante descurada a educaçao manual dos nossos alumnos, sob pontos de vista geraes, limitando-nos por ora a fornecer-lhe a educaçao técnica de que a sua profissao carece especializadamente e não podemos ainda organizar com os nossos discipulos as expediçoes scientificas que outros mais felizes vam já, numa quota parte, exercitando. E só agora vamos ampliar rasgadamente o ensino no direito internacional e colonial, a cujo desenvolvimento devemos consagrar todos os nossos disvellos, bem justificados num país pequeno e sem forças, - e que de tantas poderia dispôr se tivesse querido, - país que tem no direito o seu mais sólido reducto e cujo vastissimo empório ultramarino, teatro de antigas e modernas façanhas assombrosas, pode ser o seu tormento na vida e o seu pelourinho na história, se a vontade nacional bem vigorosa, bem unida e bem forte se lhe não dedicar por forma que faça dessa esperanza gloriosa uma realidade redemptora.

E não quero referir-me à situaçao material em que se encontram actualmente os professores pelo que toca à retribuiçao do seu trabalho, para, não revoltar as consciencias honestas numa solemnidade como a de hoje, nem quero demorar a vossa atençao num assumpto por que a Universidade tem pleiteado constantemente: a criaçao duma faculdade de Letras, longa e fastidiosamente solicitada em reclamaçoes nunca ouvidas, como parcella integral e indispensavel do ensino universitário.

Tudo isso sam exemplos de lacunas geraes, que num país pequeno se comprehendem, mas que o nosso patriotismo saberá vencer lutando sempre e sempre para as eliminar; e se saírmos do exame dessas falhas geraes para as que mais particularmente se individualizam nas faculdades reconhecemos que avultam faltas graves, às quaes é preciso prover de remédio com inquebrantavel tenacidade. Sem fazer um exame completo desse complicado assumpto, já por falta de competência pedagógica já por ser tarefa superior às minhas forças, sempre desejo registrar que a faculdade de Medicina não pode protelar a resoluçao de alguns problemas que actualmente affectam a sua economia, e a affectam de maneira fundamental.

Eu, que ainda ha poucos annos deixei as aulas dessa faculdade para ha menos tempo ainda lhe pertencer, sou testemunha insuspeitissima da forma primorosa como é feito o seu ensino pratico nos differentes laboratórios da faculdade e o seu ensino clínico, quer sob o ponto de vista médico, - que tem gloriosas tradiçoes coimbrãs, verdadeiramente inconfundiveis, quer sob o

ponto de vista cirúrgico. Pois esse ensino effectua-se quasi milagrosamente, em condições hospitalares indescritíveis, tam precárias e tam crueis que chegam a pôr em risco a vida dos professores beneméritos a quem elle está entregue e dos alumnos a quem é ministrado.

Dentro do hospital, na opinião de professores que tê em por hábito a mais prudente observação dos factos, deram-se, antes dos tuberculosos separados pelo actual administrador, casos positivos de infecção tuberculosa, tal é a deficiência de installações nesse estabelecimento, que nos avilta perante os estranhos e perante a nossa consciéncia de homens e de profissionaes, porque nada tem de bom senão a sua zelosa, diligente, inexcêdivelmente primorosa administração, exemplo frisantíssimo de quanta abnegação e de quanto altruísmo os nossos professores sam capazes para desempenharem as suas obrigações, servindo a Universidade e servindo a Pátria.

A essa situação é preciso encontrar remédio, porque elle é tam justo como urgente; e se a separação dos nossos doentes e a nossa sciéncia sôbre doenças infecciosas merece, como fundamente creio, estima e consideração aos nossos Monarchas e aos nossos homens de govêrno, é preciso que nos dêem com um hospital digno de tal nome a demonstração da sua benevoléncia, que será tam grata como benemérita. Enquanto a Universidade não conseguir serviços hospitalares que lhe permittam preencher algumas faltas do seu ensino, - e acodem-me agora em primeiro logar os serviços de alienação mental, de dermatologia e de syphiligraphia, - a Universidade tem o dever de lutar intemeratamente para os obter, e os homens públicos que a possam servir e que tudo lhe devem, tê em a obrigação firme e inabalavel de dispender os últimos recursos da sua energia em seu auxílio para a verem transpor um dos obstáculos que na época actual mais prejudicam o seu desenvolvimento.

Esforços enormes tem empregado a faculdade de Medicina para vencer essa difficuldade, effectuando todos os trabalhos de si dependentes nesse problema; algumas boas vontades a tem penhorado com as suas manifestações; pois tanto a faculdade como a Universidade, como todos, incorrem numa responsabilidade indizível se interromperem a sequéncia do seu esforço neste assumpto, a respeito do qual todo o descuido e inércia seríam criminosos. Sem um grande hospital não pode haver internato nem especialização, e sem especialização não pode haver hoje ensino fecundo; tendo-se, ha bem pouco, ainda, reconhecido ser assim para a Medicina legal, com inteiro applauso do respeitabilíssimo professor que a ensina, de toda a faculdade e de toda a medicina portuguésa, torna-se inadiavel obtemperar a esta outra instantíssima necessidade.

E bem se vê que solicitando a Universidade a satisfação de necessidades como estas, á medida que o tempo as vae criando e ellas se manifestam, segue o caminho normal da sua evolução, sem vertigens de progresso que para nada sam necessárias quando estão substituídas, como aqui, pelo método em organizar e pelo propósito de avançar sempre, regrada e lúcidamente. O progresso, se é precipitado, apparenta facilmente a soffreguidão e simula uma neurose de triumpho rápido e veloz, que tem aspectos delirantes e que nem sempre é o mais

perduravel por demasiado impaciente. A Universidade pretende caminhar sempre, mas a passos certos, seguros e serenos, porque sabe que esse processo, assim para as instituições como para os indivíduos, conduz certamente a resultados definidos e sólidos.

Os filósofos que supõem ser a lucta pela vida uma lei incompativel com estes princípios de evolução tranquilla, mas tenaz e persistente, laboram numa illusão de consequências bem tristes e bem duramente experimentadas nalguns países meridionaes, onde a impaciente aspiração de tudo remediar depressa, - e veja-se quanto febrilmente se legisla com esse objectivo, - só tem conseguido anarchizar legislações que já ninguem entende, desorganizar serviços que já ninguem respeita e polluir administrações de que já muitos se afastam. Um dos motivos por que a Universidade progride sempre será talvez o pouco que para ella se tem legislado no que respeita à sua estrutura íntima, o que bem demonstra que ella não infôrma do delírio da ambição; esperando o conhecimento profundo das suas necessidades tem conseguido mais tarde ou mais cedo remediá-las, sempre com utilidade duradoira e incontestada; o princípio de que «saber esperar é saber triunfar» tem rendido à Universidade as suas melhores conquistas.

Mas as necessidades de que acabo de falar-vos sam das que a Universidade tem o direito de cortêsmente conseguir vêr satisfeitas, porque todas ellas conduzem à expansão técnica e prática do ensino; e a Universidade sabe muito bem e sàbiamente o tem mostrado, que a orientação moderna de todas as sciências torna imprescindivel para o seu desenvolvimento a educação prática e técnica, princípio que só poderá desconhecer quem tenha o espirito «dominado por irreductiveis questões theóricas», mal de que, felizmente, a Universidade não infôrma. Por isso talvez ella tem sido muitas vezes rudemente atacada, mas de todos os assaltos tem saído sempre inexoravelmente vencedora. Lançada no caminho duma progressão illimitada, tam límpida e tam alta que nem todos que procuram attingi-la o podem conseguir, este baluarte do regimen liberal segue intemeratamente o seu caminho sem se resentir dos ataques com que pretendam ferí-la, porque nada teme. O medo, que é uma doença e perniciosíssima, nunca encontrou aqui abrigo; e em face de muitas das apreciações com que é visada, a Universidade, com toda a sua altivez, recorda a phrase lusitana dum lusitaníssimo escriptor: «ninguem fala seguro senão quem cala de boa vontade».

MINHAS SENHORAS:

MEUS SENHORES:

Tenho como convicção bem assente no meu espirito que os alumnos da nossa Universidade, sendo a fina flôr da mocidade portugüesa e dando perennes testemunhos da sua cultura intellectual, com que tanto se enobrecem, tê em descurado um pouco, talvez por falta de incentivo

official, os princípios que deviam regular a sua educação e o seu desenvolvimento phýsicos. Nos últimos tempos uma certa reacção se tem desenhado sob este ponto de vista, e só merecerá louvores quem animar o desenvolvimento dessa orientação.

Os elementos de que hoje dispomos para conseguir a forte tonificação do organismo, elementos que estão systemàticamente organizados pelos differentes capítulos da hygiene e reduzidos a corpo de doutrinas rigorosamente scientificas, sam tam avultados que nenhuma sociedade civilizada pode esquecê-los sem merecer acres apreciações; e num meio como o conimbricense, onde a mocidade louçã espalha a flux todos os primores da sua intelligência, o esquecimento de taes princípios não se comprehende nem se justifica. Ha tempo para tudo quando ha método e disciplina que o aproveitem; e chega a ser um pouco incomprehensivel que a mocidade saiba ferir justas tam brilhantes nos domínios do pensamento através das suas aulas e deixe atrophiar a sua organização pela falta de torneios em que a vivifique.

Nem só pelo pensamento o homem vive; e nunca elle poderá abdicar da fracção de trabalho phýsico a que deve entregar-se sem vêr esmorecer a sua própria vivacidade. A gymnástica intellectual pode satisfazer os espíritos obsoletos e caturras, que com ella se contentem: - em todos os tempos houve quem preferisse inventar um sophisma a descobrir um astro; mas o homem moderno, que quer ser um elemento de força na sua sociedade, - situação a que todos devem aspirar, - precisa de trazer o corpo bem esperto se quiser possuir uma intelligência bem viva. O *mens sana in corpore sano* é hoje mais que nunca verdadeiro; e os homens fortes saberão demonstrar na fortaleza do seu character o vigor da sua educação, início seguro duma grande metamorphose na brandura dos costumes que tanto nos tem estiolado e tanto nos asphyxia, mòrmente numa época em que o horizonte de todos os povos se mostra sombreado por densas nuvens ameaçadoras das mais estrepitosas tempestades políticas e económicas.

Devendo nós apellar constantemente para os homens novos, a fim de que elles saibam conservar e desenvolver a herança que recebem da mão dos velhos, sem lhes faltarem com o seu carinhoso respeito, mas sem deixarem de modificar livremente os preconceitos que o Passado sempre tem tido o hábito de transmitir, é preciso que esses homens novos se proponham operar em toda a plenitude da sua força, - a qual portanto devem cultivar attenciosissimamente. A inacção foi sempre inimiga da saúde.

Em Portugal publicou-se ha poucos annos uma lei de instrucção secundária, sobre cujo merecimento a prática do ensino começa agora a pronunciar-se com segurança, que deixou lamentavelmente esquecido esse capítulo da educação physica, sendo absoluta a impossibilidade de se descortinar porquê. Tanto mais por isso os estudantes dos cursos superiores devem por si proprios procurar remédio ao que a lei do ensino secundário mysteriosamente esqueceu.

E grande felicidade nacional seria vêr-se essa sociedade do futuro derribar de vez o scepticismo, que em certos momentos irritantemente nos rodeia pretendendo manietar-nos, e trabalhar

dedicadamente pelo progresso da Universidade, o que equivale a trabalhar pelo progresso da ciência. Todos os que recolhem da Universidade os seus benefícios, todos os que daqui saem munidos com os elementos de vida que lhes permitem entrar cheios de audácia e cheios de esperança na sociedade, devem ter sempre rediviva na memória a dívida de gratidão que contrahiram. Tudo quanto façam em prol deste glorioso estabelecimento é saldar um débito do passado e capitalizar elementos de reproductivo avanço no futuro; é ser altamente patriota, altamente português, porque todos os espíritos que sam, como o meu, profunda e arreigadamente universitários sabem, minhas senhoras e meus senhores, que trabalhar pelo engrandecimento da Universidade é trabalhar pelo engrandecimento da Pátria!

Disse.

(Página deixada propositadamente em branco)

Doutor
José de Matos Sobral Cid

1907



A Universidade ao Serviço da Nação

José de Matos Sobral Cid



Nasceu em Lamego a 29 de Junho de 1877.

Faleceu em Lisboa a 28 de Abril de 1941.

Carreira Académica

Matriculou-se na Faculdade de Matemática em 1892, na de Filosofia em 1895, e na de Medicina em 1895. Bacharel em 1899. Licenciado em 1901. Doutor em 1902.

Pediu transferência para a Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa em 26 de Julho de 1911, na qual foi Professor Catedrático até 1941.

Leccionou: Patologia Interna; Obstetrícia, Moléstias de Puérperas e Recém-Nascidos; Medicina Legal; Psiquiatria Forense.

Cargos Exercidos

Clínico extraordinário dos Hospitais da Universidade de Coimbra.

Membro do Conselho Médico-Legal de Coimbra. Médico adjunto do Manicómio

Miguel Bombarda. Director da Morgue de Coimbra e de Lisboa.

Governador Civil de Coimbra. Deputado às Cortes. Ministro da Instrução Pública.



José de Matos Sobral Cid

Foto Varela Pécuro, 2001, obtida de original existente na Delegação de Coimbra
do Instituto Nacional de Medicina Legal.

Oração de Sapientia recitada na sala grande dos actos da Universidade, no dia 16 de outubro de 1907, pelo Dr. José de Mattos Sobral Cid, lente cathedratico da Faculdade de Medicina.

EXCELLENTISSIMO PRELADO!
MINHAS SENHORAS,
MEUS SENHORES!

Alguns espiritos simplistas, impressionados pela existencia secular da Universidade e sobrevivencia dos symbolos da sua vida tradicional e corporativa, a isso attribuem, sem outra critica, os vicios da sua organisação e os defeitos do seu ensino e julgam-na, summariamente, como uma instituição do passado immobilisada nas suas formas originaes, vivendo ainda fechada dentro de um estreito espirito de corporação e da mais estreita disciplina mental do escolasticismo.

Erro. Assim como a grande revolução demoliu as velhas universidades francezas, arrastando-as na quéda estrepitosa das instituições tradicionaes, entre nós, quarenta annos volvidos, a implantação pelas armas do regimen constitucional destruiu a autonomia e a organisação corporativa da Universidade, interrompendo quasi abruptamente a continuidade historica da sua evolução.

Antes mesmo de o absolutismo ter deposto as armas pela convenção de Evora-Monte, os decretos que o genio politico de Mousinho da Silveira dictava da Ilha Terceira, estabelecendo o estado moderno sobre a base da egualdade dos direitos, aluiram a velha Universidade nos seus fundamentos tradicionaes, mesmo quando contra ella não eram expressamente dirigidos.

A Universidade não é dentro do nosso systema d'instrucção, nem no ambito mais vasto da nossa sociedade, um organismo singular, destoante da obra geral do constitucionalismo.

Aguiar e os primeiros ministros da Regencia consummaram essa obra, e todos os nossos privilegios, altos cargos na magistratura e desembargo do Paço, prebendos doutoraes, os velhos collegios universitarios para oppositores e porcionistas, o nosso opulento patrimonio - dizimas, bens, rendas senhoriaes -, tudo que as velhas universidades inglezas de Oxford e Cambridge conservam ainda, se subverteu com o velho regimen.

Que nos ficou da Universidade tradicional? Apenas os symbolos.

Foi sobre estes destroços que o Estado moderno, centralizador e auctoritario, assumindo elle proprio a superintendencia e o desempenho das grandes funcções sociaes, reconstruiu a Universidade e todo o nosso systema actual de instrucção - primaria, média e superior -, como organisou a administração civil, o exercito, a magistratura, e até a fé e a religião, sob a sua auctoridade suprema, e na sua dependencia economica e administrativa.

A Universidade não é, pois, nem dentro do nosso systema de instrucção, nem no ambito mais vasto da nossa sociedade, um organismo singular, uma sobrevivencia historica e pedagogica, destoante da sua epocha e do seu tempo, como que, permitta-se o simile, um massiço eruptivo, que, formado em remotas éras geogenicas, domina e destroe os afloramentos sociaes de mais recente formação.

A Universidade moderna, como todo o nosso systema de instrucção, é a obra do constitucionalismo, o instrumento de cultura e civilização por elle fabricado e que precisava de ser tanto mais perfeito na sua contextura, livre nos seus movimentos, e consciente da sua impulsão, quando, pelo estabelecimento do novo Estado sob o regimen representativo, a nação renascia para a democracia, e para a democracia tinha de ser educada. Como e em que principios assentou o constitucionalismo, a Universidade e a instrucção superior? Qual foi o seu ideal educativo e onde se inspirou? É o que vamos vêr.

Existem tres typos de Universidade; todas as universidades desenvolvidas no decurso do seculo XIX, nos diversos paizes da Europa e presentemente na America, podem ser referidas a um de tres typos fundamentaes: inglez, allemão e francez ou napoleonico.

Na Inglaterra, tão livre e progressiva como tradicionalista e conservadora, as Universidades conservaram quasi intacta a fórmula original da sua organização primitiva.

Oxford e Cambridge, as antigas e celebradas Universidades inglezas, disfructam hoje ainda o seu opulento patrimonio e rendas senhoriaes, administrando-se e governando-se livremente na independencia mais absoluta do poder. São verdadeiras corporações autonomas - *self-governing* e *self-supporting* - instituições nacionaes fazendo corpo com o Estado, sem terem sido absorvidas por elle. Com dotações não menos opulentas,

Em Inglaterra as Universidades foram conservadas nas suas formas tradicionaes, como corporações autonomas, self-supporting e self-governing, verdadeiras instituições nacionaes fazendo corpo com o Estado mas não absorvidas por elle.

com a mesma autonomia e independência, mas com outra flexibilidade pedagógica, se têm desenvolvido e estão erguendo em nossos dias, edificadas pela munificência dos millionários, pela iniciativa das corporações e dos estados, as libérrimas Universidades dos Estados-Unidos.

O regimen interno, os costumes prevalecentes são ainda essencialmente semelhantes aos dos tempos medievais.

Oxford e Cambridge encontram-se ainda rodeados de *kalls* e *collegas*, onde sob a direcção de um principal, os *fellows* e os simples estudantes (*nudergraduats*) vivem em commum uma especie de existencia monacal pela sua feição historica, mas inteiramente transformada segundo as exigencias da civilização moderna.

A organização pedagógica é a da antiga Universidade, especialmente na Faculdade das Artes, cujo quadro de estudos, *curriculum*, comprehende as linguas, litteratura, philosophia, mathematica, e só recentemente as sciencias naturaes. De mais, os cursos publicos, as lições magistraes são pouco numerosas e, em grande parte, a educação e o ensino são dirigidos individualmente nos *colleges*, pelos *lecturers* e *tutors*.

Persistencia do regimen collegial e da educação humanista. Ensino privado individual: lecturers e tutors.

Assim, a Universidade inglesa não é uma corporação constituída para a investigação original e descobertas scientificas, missão que pertence ás academias e reaes sociedades, nem organizada para a habilitação ao exercicio das profissões liberaes, ensino que na Inglaterra está domiciliado junto dos grandes hospitaes para a medicina, nos tribunaes para as carreiras da magistratura. São na realidade instituições de educação tradicional, frequentadas, ou mais rigorosamente habitadas pelos descendentes da nobreza e grande burguezia, abertas a todos os jovens inteligentes e de merito, por meio das bolsas de estudo - *fellowships* -, que attraem os alumnos mais brilhantes das escolas médias do paiz.

A instrucção, encyclopedica, como a nós concebemos, é irrealisavel n'este regimen. Na Inglaterra entende-se porém que não deve attribuir-se uma importancia exclusiva a educação intellectual e os seus philosophos qualificam de grave erro dos continentaes o que elles chamam a *overvaluation of theaching*.

A educação geral, litteraria e scientifica que ahi se ministra é a cada passo interrompida pelos longos intervallos consagrados aos exercicios phisicos, além dos numerosos dias expressamente designados no calendario academico para as grandes provas e desafios sportivos. Não ha estudante inglez que se não entregue á pratica militante de um *sport*, *College* que não possua vastos campos de jogos, club sathleticos e gymnicos, e cada

Importancia attribuida á educação physica no desenvolvimento da personalidade e formação do caracter.

Universidade publica regularmente um *Magazine* onde, ao lado das noticias propriamente escolares, regularmente se registam a composiçã das equipes, a successã dos pontos das longas partidas de *cricket*, ou os resultados dos famosos *matches* nauticos travados nas placidas aguas do Cam e do Isis.

Na realidade, as velhas Universidades inglezas, devem considerar-se não tanto escolas destinadas a coroar a instrucçã intellectual e a ministrar os mais elevados diplomas scientificos como vastas e formosas estancias de viricultura, onde a *elite* da juventude do paiz vae perfazer e ultimar o seu desenvolvimento organico e conquistar na vida ao ar livre e pela pratica dos exercicios athleticos, as fórmas staticas e definitivas da virilidade.

*Na vida em commum da
Universidade se educam e
preparam as faculdades em
vista da conducta futura na
vida publica.*

É no campo do *cricket*, nas luctas ardentes do *foot-ball*, na pratica de todos os exercicios viris, que o jovem estudante inglez tempéra o character n'aquellas quantidades altamente britannicas - vigor, tenacidade, sangue frio, confiança em si proprio - que são o orgulho e o apanagio da raça, ao mesmo tempo que na vida em commum do collegio, onde a disciplina se baseia no forte sentimento da propria responsabilidade, e as festas, reuniões, debates se entremeiam com os estudos, elle faz como que a aprendizagem da vida publica preparando as suas

faculdades para a conducta social.

Não é para surprehender que o ensino universitario assim concebido e realizado não produza homens de sciencia. Os sabios mais eminentes, os pensadores mais profundos e originaes da Inglaterra, Bacon, Hobbes, Hume, Ricardo, Benthán, Gibbon, Stuart Mill, Darwin, Spencer e Carlyle, não foram universitarios e muitos d'elles não o poderiam ter sido.

Em compensaçã das Universidades vieram e nellas se formaram Palmerston, Pitt, Gladstone ..., e os mais notaveis estadistas.

Alguem definiu as Universidades inglezas «seminarios de homens de estado» e na verdade ellas podem ser definidas - instituições nacionaes destinadas a educar a *élite* social segundo normas tradiccio-naes e por fórma a produzir certos typos staticos de character, nos quaes a Inglaterra recruta os seus *rulers* e dirigentes politicos.

*Universidade allemã:
instituiçã educativa do
Estado e corporaçã
privilegiada de sabios, com a
suprema funcçã da livre
investigaçã scientifica.*

O que é uma Universidade allemã? Tal como a definiu W. Humboldt, sabio e estadista de actos e idéas e fundador intellectual da Universidade de Berlim, creada em 1809 em memora-veis circumstancias:

- Uma Instituição educativa do Estado para a instrução das profissões scientificas, e uma corporação privilegiada de sabios, cujas supremas funções devem ser a livre investigação dos conhecimentos humanos.
- O ensino confundido na sciencia; um gremio de sabios independentes, trabalhando pela sciencia e simultaneamente encarregados pelo Estado de instruir a juventude da Nação.

Fundadas em grande numero desde o seculo XIV pelas casas reinantes e grandes senhores ducaes (*Heidelberg, Leipzig, Fribourg, Tubingue*), erigidas outras pelos principes lutheranos e calvinistas (*Marbourg, Iena, Giessen e Kiel*) ou já no seculo XVIII pelos estados germanicos (*Halle, Erlangen e Göttingen*), todas as Universidades allemãs foram conservadas pelo Imperio nas suas formas tradicionaes e corporativa, e animadas pelo espirito da livre critica da Reforma, organisaram-se, ao entrar no seculo XIX, segundo a concepção pedagogica de que a investigação e a sciencia estão intimamente unidas ao ensino.

E não só as vinte e uma Universidades allemãs, as dos paizes de lingua allemã ou dominados pela influencia teutonica - Austria, Suissa, Paizes-Baixos, Scandinavia, e Russia do Norte, - todas existem e funcionam como Instituições do Estado destinadas a habilitar para as suas carreiras e como corporações autonomas de investigadores, onde o professor não vive para o estudante ou o estudante para o professor, mas um e outro para a sciencia, collaborando incessantemente na promoção dos conhecimentos.

Não existem no mundo mais formosos monumentos para celebrar a alliança da tradição com os mais altos ideaes da civilização moderna.

Como corporações autonomas, as Universidades allemãs elegem as autoridades academicas, - Reitor, Decanos e Senado consultivo, - e administram e governam independentemente os seus negocios internos, sob a superintendencia discreta do poder.

Os seus professores ensinam livremente em cursos publicos e privados, conforme a sua vocação ou a direcção livremente escolhida da sua actividade scientifica e segundo programmas pessoases e flexiveis.

Com igual liberdade seguem os estudantes os cursos universitarios, sem nenhuma compulsão á frequencia ou ordem imposta á successão de estudos. Nem *curriculum* fixo de cadeiras, programmas fixos, compendios officiaes ou apertados regulamentos. A mais completa liberdade de ensinar e de aprender. Na realidade, o Estado, na Allemanha, não se reconhece competencia pedagogica; esta pertence á Universidade, que baseia a sua existencia na liberdade e na independencia.

Humboldt na primeira memoria dirigida ao Rei da Prussia, sobre a Universidade de Berlim, proclamou:

«O Estado não tem outro dever que o de fornecer ás universidades os meios necessarios á sua existencia e escolher os homens apropriados. Não deve intrometter-se nos negocios internos da Universidade e deve ter sempre presente ao espirito que isso não é, nem pode ser, da sua competencia e que quando interfere é sempre com prejuizo».

Por esta norma ficaram de vez definidas as relações do Estado com as Universidades allemãs. Fiel ao sabio principio, formulado por Humboldt, o Estado limita-se a sancionar as propostas da Universidade para a nomeação de professores e a satisfazer com uma liberalidade desconhecida entre nós as suas necessidades economicas, as dotações incessantemente crescentes das suas bibliothecas, museus, seminarios, laboratorios, que são os poderosos instrumentos da sua actividade scientifica.

*Na Allemanha as Uni-
versidades são a séde quasi
exclusiva da actividade
intellectual e os professores
- philosophos, historiadores,
homens de sciencia,
- os dirigentes da
nação.*

Assim organisadas as Universidades allemãs tẽ em sido verdadeiras officinas de producção scientifica e a séde, o lar sagrado, de toda a vida intellectual da Nação.

Os seus professores são em geral sabios e investigadores e reciprocamente os mais eminentes homens de sciencia, os grandes creadores originaes pertenceram ou pertencem ao professorado. *Fichte, Hegel, Schelling e Sleiermacher*, os grandes philosophos do começo do seculo, ensinaram em Iena e Berlim e exerceram a sua influencia mental das cadeiras do professorado. Quasi todas as suas obras foram publicadas depois da sua morte pelo *syllabi* das lições ou segundo as notas dos seus discipulos.

Professores universitarios foram os creadores da Philologia moderna e dos estudos neo-classicos *Wolf, Haupt, Curtins* em Berlim, *Niebhur, Diez* em Bonn, além de *Herman* em Leipzig, *Tierch* em Munich e *Iacob e Wilhelm Grimm* que fundaram e ensinaram a Philologia germanica em Göttingen.

Identicamente todos os grandes historiadores - *Von Stein, Mommsen e Waitz* - que pela sua situação nas Universidades tão poderosamente influiram na vida da Nação e para a unidade politica do Imperio. No campo da Mathematica e das Sciencias historico-naturaes basta referir *Gauss e Weber* que ensinaram em Göttingen, *Liebig* em Giessen, *Müller, Dubois Raymond, Helmholtz e Virchow* em Berlim, assim como hoje *Koch* ensina em Berlim, *Roengten* em Iena, *Ostwald* em Leipzig e em Marburg, *Behring*.

Ao passo que na maioria dos paizes os grandes pensadores só indirectamente influem na educação nacional pela sua obra escripta, na Allemanha, em virtude da concepção do ensino universitario que lhe é peculiar, são os homens de sciencia, philosophos, historiadores, mathematicos, naturalistas que, em pessoa, educam a juventude, assumindo por esse facto a direcção effectiva da vida intellectual da Nação.

Creados num ambiente de productividade scientifica, elevados ao magisterio pela sua aptidão para as descobertas e creações originaes, os professores universitarios educam a juventude no mesmo espirito chamando os estudantes a collaborar nos seus trabalhos, até elles proprios poderem proseguir independentemente as investigações a que se entreguem.

É o ensino assim concebido, tendente a transformar cada estudante n'um instrumento capaz de fazer avançar as sciencias, que produz a multidão de jovens especialistas de que as Universidades allemãs legitimamente se orgulham e que no campo das investigações phylologicas e historicas ou no dominio da chimica e das sciencias biologicas, nos Seminarios e Bibliothecas ou nos Laboratorios e Institutos, consomem pacientemente a sua actividade, em procura de uma verdade nova, minuscula que seja, para accrescentar ao capital illimitado dos conhecimentos humanos. Neste labor incessante se preparam e geram silenciosamente as grandes descobertas, surgindo para a sciencia e para a humanidade, quando um cerebro mais poderoso, systematisado e vendo de uma maneira nova esses resultados parciaes, os capitalisa de chofre n'uma grande concepção philosophica ou scientifica, convertivel em novas fontes de riqueza, bem estar material, ou em futuros progressos sociaes e politicos.

*O ideal universitario allemão
é fazer de cada estudante
um instrumento capaz de
fazer avançar as descobertas
scientificas.*

Em 1809, a Prussia vencida fundava a Universidade de Berlim segundo as indicações intellectuaes dos seus philosophos eloquentemente expressas pela voz de Fichte nos *Discursos á Nação allemã*. A Universidade seria a salvação.

Um anno antes, em 1808, Napoleão havia edificado na França vencedora a Universidade Imperial.

A primeira foi o mais poderoso instrumento de unidade allemã e é hoje a base mais segura da sua supremacia politica e economica.

A segunda decahiu na improductividade scientifica e acompanhou a França até Sedan, porque só a terceira Republica restaurou as velhas Universidades francezas.

E por que? Porque uma foi fundada sobre a liberdade e autonomia, a outra sobre a centralisação e o despotismo.

*Universidade napoleonica.
Concepção cazarista do
ensino superior, collocado
na dependencia absoluta do
Estado, sem espirito de
creação scientifica.*

Emquanto que na Allemanha o Estado vencido respeitava a autonomia cooperativa das Universidades e appellava para ellas, Napoleão destruiu-as e substituiu as velhas Universidades por faculdades de Direito, Medicina, Sciencias e Letras, sem cohesão e espirito cooperativo, dispersas pelas provincias de França.

Cada faculdade foi estabelecida com um plano determinado de cadeiras segundo uma ordem prescripta; a actividade do professor sujeita á obrigação de repetir em cada anno a exposição systematica do corpo de doutrinas da sciencia que professa; a liberdade dos alumnos aprisionada em rigorosos regulamentos, tendo-se em vista não a instrucção genuina, mas a preparação para os exames finais. Na Allemanha unia-se indissolvelmente a instrucção academica á investigação scientifica, partindo do principio que ninguem pode ensinar melhor as sciencias do que aquelles que as criam e fazem progredir. Nas faculdades napoleonicas separava-se o ensino da sciencia, ficando reduzidas a meras escolas do Estado destinadas á preparação para as carreiras liberaes e dos funcionarios do Imperio, *bureaux* de exame para o bacharelado, unica coisa que na verdade lhes restava da antiga organização universitaria.

A Universidade, no sentido tradicional, deixaria de existir; e a propria palavra teria desaparecido, se a dictadura napoleonica, coroando a sua obra, não tivesse reunido Faculdades, Lyceus Imperiaes, Escolas primarias num todo unico, symmetricamente construido e militarmente hierarchisado - a *Universidade de França*.

Toda a instrucção ficou sob a direcção de um Grão-Mestre, delegado da auctoridade imperial, e com o fim social e politico de educar a juventude da França, por meio d'uma instrucção uniforme, em principios fixos. Porque, proclamava Napoleão, - sem uniformidade de pensar e de sentir o Estado jámais será Nação e descansará em bases pouco seguras, exposto a desordens e a revoluções.

A vida intellectual fugiu das Universidades, especialmente das de provincia, outr'ora tão activas e laboriosas como a de Montpellier, onde desde a Renascença vivia o espirito emancipado de Rabelais.

Nas Faculdades de letras e de sciencias, correspondentes á soberba Faculdade Philosophica das Universidades allemãs, os professores muitas vezes sem alumnos, faziam os seus cursos para auditorios fluctuantes de ociosos e burguezes, declamando aquellas lições brilhantes, de parada, apenas destinadas a impressionar, que por tanto tempo pesaram sobre o ensino francez.

Restava Paris. Mas ali mesmo era fóra da *Sorbonne*, nas escolas superiores que escaparam á reorganização napoleonica, a *Escola Normal* fundada no anno III da Convenção, no *Collegio de França* oriundo da Renascença, que o espirito de investigação e livre critica se refugiava nos Laboratorios de Claude Bernard e Sainte Clare Deville e nas cadeiras magistraes de Renan e Quinet. Fóra da Universidade creou Pasteur a sua obra genial.

Fico sem receio de que no espirito de alguém subsista a idéa de que ainda hoje assim são as Universidades francezas.

A terceira Republica regenerou-se. Desde 1871, todos os ministros de instrucção publica e directores do ensino superior - Ferry, Bane Rente, Goblet, Fallieres, Bourgeois, Girard, proseguiram numa mesma linha de politica pedagogica o ideal de reconstrucção universitaria; refizeram os seus edificios, bibliothecas, laboratorios e museus; ampliaram os seus quadros, restabeleceram a sua personalidade civil; e, por fim, crearam as Universidades modernas, á medida que em cada um destes estabelecimentos se reconstituia de facto a Universidade pelo renascimento da livre investigação scientifica.

Banido da propria França, cujos estadistas, mesmo antes da guerra de 1870, tiveram o sentimento de que a experiencia condemnava o seu regimen imponente e grandioso mas sem alma e sem vida, o regimen napoleonico, sobrevive hoje ainda fóra do seu berço de origem.

As Universidades hespanholas, afirma o illustre professor Giner de los Rios, deformadas em 1845 pelos moldes da França, conservam-se ainda embalsamadas na estrutura napoleonica.

E no nosso paiz?

Não só a Universidade, toda a nossa instrucção superior, tal como foi organizada pelos estadistas do constitucionalismo na subordinação absoluta do Estado, quer sob ponto de vista administrativo, como uma dependencia burocratica do ministro do reino, sem autonomia e liberdade de governo, quer sob ponto de vista pedagogico, como estabelecimentos apenas destinados ao ensino profissional, sem intuitos mais altos de producção original e investigação scientifica é, na realidade, uma *Instituição napoleonica*, vasada nos moldes pedagogicos do primeiro Imperio, ainda que não inspirada no mesmo pensamento politico.

Dir-se-ha que a propria existencia da Universidade protesta contra esta afirmação, pois que o regimen napoleonico implica a dispersão das faculdades academicas.

Essa unidade, a nossa existencia universitaria, é méramente ficticia.

Analysem-se os celebres decretos de Passos Manuel (1836), que reorganizaram a Universidade, crearam as Escolas Medicas de Lisboa e Porto, a Academia e Escola Polytechnica, os Lyceus Nacionaes, e constituem a carta fundamental do nosso ensino medio e superior. Em Coimbra, as faculdades de Theologia, Direito (resultante da fusão das de Canones e Leis), Mathematica e Philosophia, foram organizadas segundo a concepção napoleonica, como méras escolas profissionaes, sem cohesão e existencia universitaria, apenas destinadas a preparar para o exercicio das profissões scientificas livres ou das carreiras do Estado e d'onde, por uma selecção nem sempre feliz, deviam sahir os dirigentes da Nação.

*Universidade constitucional
é uma instituição napo-
leonica, assim como as
outras Escolas superiores.
Orientação cesarista do
constitucionalismo na or-
ganização do ensino.*

Até as Faculdades de Philosophia e Mathematica, por indole naturalmente reservadas a altos estudos theoricos e investigações scientificas, foram organisadas como escolas profissionaes, com quadros semi-scientificos e semi-technicos, cujos diplomas equivaliam a carta de engenheiro civil e abriam além d'isso aos seus possuidores as carreiras do exercito e na armada, e até os cargos da fazenda publica.

*As Faculdades, as Escolas e
Academias, reduzidas a
meras escolas profissionaes.
O ensino separado da
sciencia.*

Quanto ás Escolas e Academias, expressamente organisadas como escolas profissionaes, com quadros semelhantes aos das Faculdades de Medicina, Mathematica e Philosophia, providas em grande parte de pessoal docente universitario, ficaram *ab initio*, verdadeiras faculdades academicas e, como taes, as Escolas Medicas se consideram, reclamando o privilegio de concessão de graus. Apenas este pormenor as diferenciava.

Na realidade, Faculdades coimbrãs e Escolas de Lisboa e Porto foram identicamente vasadas nos moldes napoleonicos, com *curriculum* fixo de estudos, successão predeterminada de cadeiras e o mesmo regimen de frequencia obrigatoria e exames annuaes.

Numas e noutras, o ensino adstricto á instrucção professional ficou naturalmente subalternizado á exposiçào annualmente repetida do mesmo corpo de doutrinas, divorciado como nas faculdades napoleonicas da livre investigaçào e da elaboraçào scientifica. Para que a semelhança com o antigo regimen francez em tudo fosse completa, a Instrucção superior, secundaria e primaria, constituindo um todo unico, foi collocado sob a auctoridade immediata do ministro do reino, assistido por um corpo consultivo - o Conselho superior de Instrucção publica -, primitivamente com séde em Coimbra, a breve trecho deslocado para Lisboa, para funcionar juntamente com a Direcção geral de Instrucção publica, creada em 1859, como a suprema expressào da centralisação burocratica do ensino.

*Centralisações
administrativas.
Infallibilidade pedagogica do
Estado.*

Neste regimen de centralisação o Estado não só assumiu a superintendencia administrativa dos estabelecimentos de ensino mas outorgou-se competencia e infallibilidade pedagogica.

Assim, por exemplo, em 1836 como a Faculdade de Medicina impossibilitada de executar por completo a reforma, abrisse as aulas segundo o plano da sua escolha, logo o governo lhe significou que não podia alterar a seu talante a ordem dos estudos, ordenando-lhe que organisasse o seu curso em stricta conformidade com o decreto reformador.

Facto analogo succedeu em 1861 com a Faculdade de Mathematica, rejeitando o governo a proposta academica de distribuiçào de cadeiras para lhe impôr plano seu inexequivel na

prática e inconveniente para o ensino. Representou a Faculdade respeitosamente ao governo que immediatamente replicou extrahando que a Faculdade a pretexto de representar não cumprisse as ordens de Sua Majestade. Quantas vezes o professorado se não tem encontrado na necessidade de responder como o conselho da Faculdade de Mathematica em 1861:

«As Faculdades devem ás ordem do governo e de sua Majestade não obediencia cega, mas intelligente, respeitosa e discreta, como convem que seja a de homens livres, por interesse do mesmo governo que não tem o dom da infallibilidade».

Além de não reconhecer ás Faculdades auctoridade e competencia para ordenar e dispôr livremente o curso dos seus estudos, o Estado reservou-se o direito de approvar em ultima instancia os livros escolhidos para o ensino. E até que ponto foi levada essa tutela? Quem lér as *Memorias historicas*, publicadas em comemoração do centenario da Faculdade de Medicina depára com o facto unico na historia moderna das Universities, de uma Faculdade se dirigir ao parlamento pedindo auctorisação para reformar e substituir os compendios officiaes!

Effectivamente, dentro do compendio se moveu quasi exclusivamente, durante muito tempo, a actividade do professorado. Fóra d'elle a sua missão limitava-se a dar conta das ultimas descobertas ou a discutir os grandes problemas controvertidos, com espirito critico, sagacidade e elevação, mas sem elementos de investigação pessoal que lhe permittissem dirimir as controversias ou sequer esclarecel-as.

Assim foi organizado o ensino superior pelo Estado constitucional. Auctoritario e centralizador como todos os Estados occidentaes collocou a Instrucção superior sob a sua tutela administrativa e pedagogica e, attendendo apenas ás necessidades sociaes mais instantes, fez dos estabelecimentos de ensino meras escolas profissionaes, desinteressados da pura investigação scientifica, verdadeiras fabricas de diplomados, donde havia de sair em grande parte o exercito dos funcionarios publicos e os dirigentes politicos da Nação.

E facto singular. Passos Manuel e Costa Cabral, os dois grandes *leaders* politicos do constitucionalismo, os *representative men* dos dois principios oppostos entre os quaes decorreu pendularmente a vida dos primeiros trinta annos do regimen, assentaram justamente nas mesmas bases o nosso systema de ensino. Levado o primeiro ao governo pela Revolução de setembro e governando em nome da Soberania nacional, o segundo á frente da restauração cartista, sediciosamente proclamada pela guarnição do Porto, viéram a final a reconciliar-se no campo da Instrucção publica, collaborando a oito annos de distancia na realização da mesma obra pedagogica e politica.

Não obstante a centralização esterificante do Estado, nas várias Faculdades ha penetrado o espirito scientifico. A Faculdade de Medicina tem-se regenerado e communga o moderno crêdo scientifico, mas por exclusivo esforço dos seus professores.

Caracterisadas as nossas instituições do ensino e definido o espirito pedagogico em que foram concebidas, é necessario fazer justiça áquelles que as têm servido, e a justiça ordena que se diga, que, graças ao esforço, iniciativa e ao espirito de progresso que subsistiu no professorado, o ensino superior tem realizado modernamente progressos decididos, a dentro, claro é, do ambito da instrucção professional que lhe foi assignalado.

Tivemos effectivamente maus dias, em que a actividade das Faculdades quasi exclusivamente se reduziu á escolha dos compendios officiaes e a um ensino meramente expositivo e verbalista, a que a elevação oratoria e a grandeza de engenho de celebrados professores deu, por vezes, um falso esplendor e uma

sonora repercussão mas na realidade esteril e improductivo.

Mas saímos d'elle, mercê de Deus, em todas as escolas e em todas as Faculdades e vou exemplificar-o com a historia moderna da Faculdade de Medicina.

A historia desta Faculdade é, com effeito, a demonstração completa de como, dentro do nosso viciado systema pedagogico, uma corporação de ensino se póde regenerar pelo seu proprio esforço, movida pela iniciativa intellectual do professorado, nem sempre auxiliado pelo Estado, ampliando os seus estudos, creando e desenvolvendo os seus laboratorios por fôrma a transformar em poucos annos o ensino oral e expositivo em ensino technico e demonstrado.

Nunca as faculdades de sciencias naturaes abandonaram o ensino pratico e ao lêr as suas *Memorias historicas*, logo resalta como nota sympathica a registar. o cuidado, o zelo amoroso com que sempre se houveram em conservar e desenvolver os estabelecimentos que tinham a seu cargo: a Faculdade de Mathematica - o Observatorio Astronomico; a Faculdade de Philosophia - o Museu de Historia Natural, o Jardim Botânico, o Gabinete de Physica e Laboratorio Chimico; e a de Medicina, os seus hospitaes, Theatro Academico e Dispensatorio Pharmaceutico, unica e valiosa herança que haviam recebido da Reforma Pombalina.

No Theatro Anatomico, onde desde 1782, com maior ou menor regularidade, se faziam demonstrações nos cadaveres dos justicados na Relação do Porto, que uma provisão Pombalina ordenava ahi fossem conduzidos com diligencia, cautela e segurança. O dr. Carlos José Pinheiro, primeiro como demonstrador e mais tarde professor da Faculdade, implantou de vez, em 1822, o ensino pratico da Anatomia, organisando simultaneamente uma extensa collecção de peças de anatomia normal e anatomia pathologica, que serviram de nucleo aos museus actuaes. Honra lhe seja.

O Dispensatorio Pharmaceutico, que, no principio do seculo, a Faculdade recebeu em ruinas, foi tambem zelosa e diligentemente restaurado e posto em condições de activa laboração,

quer como órgão de ensino da cadeira de materia medica, quer como auxiliar dos serviços hospitalares. Quanto a estes, foram sempre uma escola activa de ensino clinico, onde a actividade dos professores era naturalmente chamada ao campo de observação, e muitas vezes se exerceu no sentido de investigação systematica e verificação critica dos grandes methodos therapeuticos.

A verdade, porém, é que até o meado do seculo passado vivendo a Medicina sob o dominio e influencia das grandes doutrinas systematicas e das especulações philosophicas, o ensino propriamente magistral, as lições oratorias e as controversias apaixonadas distrahiam e entre-tinham a curiosidade mental de professores e alumnos, offuscando com o seu falso esplendor a actividade d'estes estabelecimentos de ensino onde, aliás, o genuino espirito scientifico se abrigava e obscuramente vivia.

Na realidade, a nova éra da Faculdade de Medicina data de 1866, da longa e curiosa viagem scientifica que o emerito professor dr. Antonio Augusto da Costa Simões, o primeiro fundador intellectual da Faculdade Moderna, realisou pelos centros universitarios allemãs, onde, sob a influencia propulsora de Müller e a direcção militante de Dubois-Reymond, Helmholtz, Lagenbek e Virchow, a Medicina, emancipada das velhas especulações philosophicas, se lançava abertamente no campo da investigação scientifica.

Logo após o seu regresso, o jovem professor da nova cadeira de Histologia e Physiologia Geral installa o Laboratorio de Histologia com o melhor material da epoca e á allemã, isto é, não só para exercicios praticos e demonstrações do curso, mas tambem para a livre investigação scientifica.

Não menos decisivo para a transformação moderna da Faculdade foi o acto do dr. Augusto Rocha, essa vigorosa individualidade de professor, que em 1882, no anno em que Kock, descobrindo o bacillo da tuberculose, conquistava a immortalidade, fundou em Coimbra um modesto gabinete de Bacteriologia com exiguos recursos e sem domicilio proprio, mas que, na sua simplicidade, representava a inauguração das investigações bacteriologicas na Faculdade e no paiz, e, pelo seu largo desenvolvimento ulterior, nos incorporou na renovação Pasteuriana da Medicina.

Relembre-se ainda a criação autochtona da grande Cirurgia moderna gynecologica e obstetrica, pelos eminentes professores Sousa Refoios e Daniel de Mattos, honra e gloria do nosso professorado, a fundação do Museu e Laboratorio de Hygiene, do Gabinete de Radiographia, as nossas reconstrucções hospitalares, e eis os passos seguros da Faculdade no caminho do progresso scientifico e do incessante aperfeiçoamento do seu ensino profissional.

Cada um d'elles representa a iniciativa d'um professor; nenhum é obra deliberada do Estado, que muitas vezes tolheu a sua realisação.

Que o diga a historia do Laboratorio de Bacteriologia, estabelecido com uma subvenção de 70\$000 réis, distrahida da magra dotação da Faculdade, que em 1890 ainda não tinha installação propria no Museu, não obstante reiteradas solicitações da Faculdade, e só em 1901, dezenove

anos depois da sua fundação, foi oficialmente reconhecido e dotado no orçamento. E, no entanto, este Laboratorio logo em 1888 fazia uma campanha epidemiologica em Coimbra, intervinha seguidamente na solução scientifica da maior parte dos problemas epidemiologicos levantados no paiz, constituia-se em auxiliar indispensavel das clinicas hospitalares e escola pratica de educação bacteriologica de todas as modernas gerações de medicos que passaram pela Faculdade.

Referi-me á Faculdade de Medicina como exemplo e não para exemplo, que d'elle não necessitam as outras Faculdades academicas nem as adeantadas escolas de Lisboa e Porto.

Umás e outras, conforme a sua indole, em condições diversas mas igualmente servidas pelo esforço e espirito de iniciativa do seu professorado, igualmente desajudadas pelo Estado, têm briosamente progredido.

Em todas o ensino *ex-cathedra* tem decrescido na razão inversa do desenvolvimento da demonstração e da verificação experimental.

Deixamos de ser o *magister legens*, no sentido historico do termo; as vestes talares passam a ser substituida pelo avental e pela *blouse*. Todo o nosso progresso tem porém sido limitado pela concepção official do ensino que a todos nos domina. Demonstramos a sciencia, verificamos as suas conclusões, ensaiamos os seus inventos, e temos sabido acompanhar passo a passo o moderno movimento scientifico. Mas não creamos; só verificamos e reproduzimos.

O nosso ensino já não é a *echolalia*, mas é ainda a imitação.

O ensino superior tal como está organizado encontra-se impotente para a criação scientifica.

A verdade é que a Universidade e Escolas Superiores, tal como fôram concebidas e organizadas pelo Estado, sem independencia corporativa e para fins meramente profissionaes, não têm podido desempenhar a função mais elevada e nobre do ensino: crear e fazer progredir os conhecimentos humanos e educar as novas gerações no espirito de investigação scientifica.

A Universidade e as Escolas têm preparado e preparam excellentes profissionaes; medicos praticos habilitados a empregar os mais delicados meios semioticos, ou a realizar as mais ousadas intervenções therapeuticas; engenheiros com uma alta cultura mathematica e technica; advogados notaveis, que em breve tempo conquistaram fortuna e gloria nos debates do fôro. Nellas se têm affeiçoado os dirigentes da Nação, os estadistas parlamentares, em que tantas vezes nos revêmos com desvanecido orgulho. Sómente não têm produzido investigadores e homens de sciencia, no verdadeiro sentido da palavra, physicos, chimicos e naturalistas, philologos, historiadores e philosophos, emfim creadores originaes que tenham accrescido o numero das descobertas e invenções humanas.

As manifestações de actividade scientifica, os trabalhos de investigação por que se afere a vida intellectual e social do paiz, encontram-se ordinariammente fóra do ensino superior e são de pensadores independentes e de auto-didactas.

Alexandre Herculano, o historiador das origens e da formação da Nacionalidade, e das nossas Instituições civis, era auto-didacta e não teria talvez realizado a sua obra se, accedendo ás instancias de D. Pedro V, tivesse trocado a regencia conscienciosa de uma cadeira pelas solitarias meditações de Valle de Lobos.

Auto-didacta foi Oliveira Martins, o prodigioso evocador de sociedades, que resuscitou algumas das nossas melhores épocas historicas, e Anthero de Quental, o mais poderoso cerebro de philosopho que porventura temos produzido, exerceu a sua influencia mental fóra do ensino.

A obra historica do sr. Gama Barros, a do sr. Adolpho Coelho no campo das investigações philologicas são extradocentes e identicamente quasi toda a obra monumental do sr. Theophilo Braga - a historia scientifica da evolução da nossa litteratura nas suas relações com a vida social e politica do paiz.

No domínio das sciencias physico-chimicas, e historico-naturaes; no campo da Anthropologia, da Physiologia experimental e da Microbiologia, acclimada no nosso paiz pelos professores Costa Simões, Augusto Rocha e Camara Pestana, têm-se feito trabalhos de merito, investigações promettedoras, mas ainda não se conseguiu realizar uma descoberta original.

Poderemos continuar assim, inhabilitados de collaborar na criação scientifica, na invenção e na descoberta, subalternizados á função de expôr e transmittir a sciencia constituída ou as novas verdades que cada dia, em volta de nós, o espirito scientifico conquista para o pensamento humano?

Não. Urge que nos elevemos de altas escolas profissionaes ao verdadeiro ensino superior, regenerando em Portugal as Universidades modernas, baseadas na independencia corporativa e na liberdade de ensino, na qual a missão de investigar se allie á função de instruir e a sciencia concilie com o ensino:

- a) Dando á Universidade liberdade e independencia do Estado;
- b) A professores e alumnos, liberdade de ensino ou de aprender dentro da Universidade;
- c) Tornando possivel o uso proveitoso d'essa liberdade pela instituição ou desenvolvimento de Bibliothecas, Seminarios, Institutos e Clinicas, liberal e generosamente dotadas.

O reconhecimento da autonomia e independencia da Universidade como corporação scientifica, dentro das normas

*Autonomia universi-
taria.*

geraes que definam as suas relações com o poder politico como instituição do Estado, deve ser a nossa primeira aspiração.

A reforma ultimamente realisada do Conselho Superior de Instrução publica e de Instrução superior, concedendo personalidade moral ás Faculdades e maior latitude na direcção da sua actividade docente, inspira-se n'este salutar principio e a liberdade restricta que nos concede deve ser empregada em reclamar e conseguir o reconhecimento de novos direitos e a realisação de mais largas aspirações. O primeiro e fundamental direito de todas as Universidades inglezas e allemãs, que evolucionaram dentro das suas fórmulas originaes, ou mesmo as francezas, que d'ellas se desviaram para n'ellas se reconstituirem, é o de eleger as proprias auctoridades academicas. Não faz sentido e só como situação de transição póde ser comprehendida a que foi creada pelo ultimo decreto, pois que, se, por um lado, nos concede a autonomia, por outro a inutilisa, mantendo a nomeação régia da primeira auctoridade académica.

Nas Universidades allemãs, que só conservaram uma parte das suas funcções corporativas, o Reitor - *Rector Magnificus* - é annualmente eleito pelo *Claustro Pleno* dos professores ordinarios e extraordinarios, e só nominalmente recebe a sancção do chefe do Estado.

Do mesmo modo, em cada faculdade, os professores elegem annual ou semestralmente o seu decano e director; as auctoridades que constituem o Senado, além do Reitor e decanos, seus membros natos, são egualmente electivas.

Nada mais necessitamos a este respeito do que regressar ás nossas tradições universitarias.

Elejamos o nosso Reitor «O Reitor eleito é o symbolo visivel da independencia corporativa da Universidade».

Liberdade de ensino.

Depois destrua-se o quadro rigido que prende e separa methodicamente as nossas cadeiras magistraes, a successão predeterminada que encadeia os nossos cursos; emancipemo-nos da forçada repetição annual das nossas exposições oraes ou demonstrações de Laboratorio e, ainda que um pouco anarchicamente, fundemos toda a nossa actividade docente na *plena liberdade do ensino*.

Foi nessa base, liberdade e independencia de ensinar e de aprender, que Humboldt fundou, na Prussia vencida, a Universidade de Berlim, um anno sôbre a data não menos memoravel, em que Napoleão edificou, na França vencedora, a Universidade imperial. Mudemos de companhia. A liberdade é a primeira condição fundamental para que o professor possa ser uma auctoridade scientifica e uma capacidade docente, e a Universidade simultaneamente um estabelecimento de ensino e um centro de alta cultura.

Sob a apparencia de paradoxo, é uma profunda verdade o dizer-se que, tal como está organizado o ensino, a primeira condição para ser homem de sciencia é não ser professor.

Cingido á tarefa de expôr systematicamente, todos os annos, aos cursos que se succedem, segundo um programma invariavel, o corpo de doutrinas de uma sciencia determinada, ao professor não sobra tempo nem actividade para se consagrar á livre investigação, collaborando d'uma maneira efficaz na elaboração das novas verdades scientificas.

Em cada faculdade, cada um ensina livremente dentro do campo livremente escolhido em que se exerça a sua actividade scientifica, chamando os alumnos a collaborar na sua obra, inculcando-lhes no espirito o mesmo desejo de investigar e descobrir.

E nessa orientação chegaremos á especialização, que é hoje a base indispensavel para a producção scientifica e progresso da sciencia. Á medida que se fôr contrahindo o campo de estudo de cada um, irá augmentando o numero de trabalhadores. Crear-se-hão cadeiras para aquelles homens de merito que se tenham revelado capazes de enriquecer o corpo dos conhecimentos humanos ou que, dotados d'um espirito verdadeiramente original, souberem observar os factos sob um ponto de vista novo e conduzir-se por caminhos inéditos á conquista de novas verdades. Crear-se-ha a cadeira para o professor ou o professor para a cadeira, em vez de cada um ser investido na primeira que o acaso lhe destina.

Porque não conceder aos novos doutores que ambicionem o professorado o *jus docendi*, que os Estatutos Pombalinos lhe conferem? Seria a maneira de a Universidade a conseguir, sem encargos, numerosos auxiliares, creados no mesmo espirito de productividade scientifica, e multiplicar os seus cursos publicos e privados, satisfazendo largamente as variadas necessidades do ensino.

Nas Universidades allemãs, especialmente nas faculdades de Medicina e Philosophia, o numero de *privat-docentes* é igual e por vezes excede o quadro dos professores ordinarios e extraordinarios, isto em virtude da crescente especialização dos differentes ramos scientificos.

Não será possivel instituir entre nós o *privat-docentismo* que, aliás, existe até nas mais pequenas Universidades allemãs e do qual o antigo regimen universitario da *longa opposição* se aproxima? Chamem-se ao ensino os directores de Laboratorio, os assistentes chefes de clinica, que se reconheçam com vocação e capacidade docente. É necessario aproveitar todas as vocações, estimular todas as actividades.

Da liberdade de ensinar é corollario a *liberdade de aprender*. O regimen de frequencia livre deve ser considerado uma aspiração pedagogica a realizar em correlação com os outros princípios em que assenta a Universidade moderna. Esta aspiração é naturalmente a que se torna mais sensível ao espirito dos estudantes, nos paizes, e poucos são, que vivem como o nosso no regimen pedagogico francez; não serei eu que a interprete malevolamente como desejo da *liberdade de não estudar e nada fazer*.

Liberdade de aprender.

Nas Universidades allemãs, o curso de estudos é baseado inteiramente na liberdade de frequencia - *Lernfreiheit* - que constitue uma das características mais essenciaes da sua organização. Depois de matriculado, o estudante allemão apenas é obrigado a inscrever-se, dentro de certo praso, num curso publico ou privado, num seminario ou num laboratorio de investigação. É livre na escolha dos cursos e frequenta-os livremente. Algumas vezes, guia-se ou determina-se na sua escolha pelas indicações de estudantes mais antigos ou d'algum professor. Outras, abandona-se inteiramente á sua inspiração e vae para onde o leva a curiosidade scientifica. O regulamento do exame final, com provas em determinadas materias, contribue para imprimir uma direcção geral á sequencia dos cursos e exercícius.

Este regimen tem certamente inconvenientes. Alumnos ha que, attrahidos pelo renome dum professor, pela originalidade do seu curso, dão uma feição unilateral á sua educação ou se prejudicam por uma especialização precoce. Ha os versateis e inconstantes, e um grande numero reconhece no fim do curso que poderia ter ordenado duma maneira mais effizaz os seus estudos, alcançando com menor esforço um maior rendimento pedagogico. Mas a Universidade allemã pensa que *é impraticavel a liberdade sem a impossibilidade de abusar d'ella*.

Nas Universidades austriacas e na Baviera, outr'ora dominados pela influencia jesuitica, experimentou-se em tempos remotos, o systema de estudos obrigatorios, e os resultados obtidos foram contraproducentes.

Exames ou ensino?

Na Universidade moderna é desconhecido o systema, cada vez mais complexo, de exames annuaes e por cadeiras, oraes e escriptos, praticos e theoreticos que caracterizam o nosso ensino.

Na Allemanha ha apenas um exame final de doutoramento, - unico grau que as Universidades conferem, depois de um periodo de estudos de seis semestres - o *triennium academicum* -. Certo é que o grau de doutor tem apenas valia scientifica e aquelles que pretendem exercer uma profissão são sujeitos a novo exame, - o exame do Estado -, pelo qual se faz a selecção, á entrada de todas as carreiras.

Entre nós, não. Os exames são outros tantos marcos equidistantes no itinerario que conduz ao diploma final e representam a fiscalisação annual pela qual um systema pedagogico, que se impõe pela auctoridade e se baseia na desconfiança, verifica o aproveitamento do alumno. Quando este systema é levado ao exagero, observa o celebre historiador inglez Freeman, a Universidade transforma-se numa corporação cujos membros se occupam respectivamente, não em estudar, mas em examinar e ser examinados. O exame é a grande preocupação do professor e do alumno, e os cursos são considerados como intervallos estrictamente necessarios á preparação para elle.

O exame, diz ainda Freeman, é bom, quando *occasional, simples e espontaneo*; pessimo quando regulamentado, *mechanico* e *solemne*, isto é, justamente quando se chama exame.

O systema de exames pouco vale em si, e só serve para prejudicar o professor, o alumno e a instrucção.

Entre nós, como está organizado, é um empecilho e obstaculo ao accesso da livre actividade scientifica nos nossos estabelecimentos de ensino e, como o notavel pedagogo Giner de los Rios, a proposito das Universidades hespanholas, poderei dizer: *ou exames ou ensino*.

A Universidade de Coimbra teve sempre um alto significado na vida intima da Nação.

A Universidade Medieval.

O acto da fundação, por carta real de D. Dinis, de um *Studium generale* em Lisboa (1288), mantido com as rendas ecclesiasticas generosamente doadas pelos grandes abbades e priores do Reino, que por duas vezes se reuniram em Monte-mór para esse fim, com as tres Faculdades medievaes - Leis, Medicina, Artes, e a sua *Universidade* ou gremio corporativo de estudantes, mestres e doutores - póde considerar-se como o ultimo acto necessario á formação da nossa nacionalidade e á suprema e definitiva consagração da sua independencia.

«Nada ha mais real ou pontificio que a fundação de uma Universidade», disse Lutheró, e D. Dinís exerceu essa suprema prerogativa da soberania, sem esperar auctorização da Curia, que só dois annos depois, pela Bula de Nicolau IV, confirmou o novo *Studium* de Lisboa e a applicação das rendas que lhe haviam sido doadas, concedendo-lhe o *jus ubique regendi* e o fóro ecclesiastico.

O *Studium* de Lisboa, que segue na peninsula a fundação dos *studia* de Palencia (1212?), Salamanca (1215?), Sevilha (1254) e Valladolid (1260), todos erigidos por carta regia, foi organizado, como a maior parte das Universidades medievaes, com a faculdade menor das Artes e as faculdades maiores de Leis e Medicina, sem a de Theologia, cujo ensino pertencia privilegiadamente, por concessão pontificia, á Universidade de Paris a *Alma Mater Studiorum*.

Cada faculdade tinha um pequeno numero de professores que liam successivamente ás seis horas da manhã - *hora prima*, ás nove - *hora tertia*, ás tres - *hora nona*, concluindo ás cinco - *vespera*.

O ensino baseava-se inteiramente na auctoridade infalivel da Igreja e dos philosophos, especialmente de Aristoteles, que exerceu uma verdadeira dictadura intellectual em toda a Idade Media, e os professores liam e comentavam os textos, concebendo a sciencia como um circulo finito de conhecimentos totalmente explorado pelos antigos.

Aos sabbados, discutiam entre si e em presença dos discipulos (*disputationes*), esgrimindo a dialectica subtil e engenhosa que caracterizou o escolasticismo, com aquella paixão de controversia que era o unico refugio deixado á liberdade de espirito.

A Faculdade *subtillissima*, das Artes, comprehendia a Grammatica, Logica e Philosophia, distribuidas conforme a pedagogia escolastica no *trivium* e *quadrivium*.

Aprendiam pelas *Sumulas Aristotelicas* do grande escolastico portuguez Pedro Hispano, mais tarde Papa João XX, obra que até seculo ao XVI foi adoptada em quasi todas as Universidades europêas.

Os licenciados em Artes podiam passar á Faculdade de Medicina - *saluberrima* - cujos estudos, por muito tempo, reduziram á leitura de Hippocrates, Galeno e dos seus comentadores arabes, e viveram em Coimbra na dependencia de Salamanca e Montpellier, donde devia sair com Chauillac, no seculo XIV, a renovação de cirurgia.

A Faculdade mais importante era a *consultissima* Faculdade de Leis, cujos doutores e juriconsultos desempenharam um importante papel nos conflictos do poder real com a Igreja e definição dos novos direitos regios. Em Coimbra, ensinava-se não só o direito canonico emanado dos Papas e Concilios, mas tambem o direito romano de Justiniano, sob o influxo Juridico de Bolonha, e com a protecção dos Reis que encontraram nos civilistas os melhores conselheiros e defensores da sua auctoridade, perante o poder Papal.

Assim na Faculdade de Leis se ia elaborando o espirito juridico que havia de conduzir á secularisação do Estado.

A Universidade no seculo XVI e a Renascença. Diogo de Gouvêa, o fundador intellectual da Universidade Joanina.

No seculo XVI, a Universidade Joanina, onde vieram professar com Pedro Nunes e Garcia da Horta, afamados doutores de Salamanca, Bolonha e Paris, em sustentada convivencia intellectual com os centros de cultura da Europa renascida, integrou-nos definitivamente no movimento intellectual do *humanismo*, ao mesmo tempo que, pelo brilho do seu

ensino que a Coimbra attrahia numeroso concurso de estudiosos e descendentes da nobreza, pela primeira vez interessada na cultura intellectual, a difundiu largamente no paiz, cooperando na elaboração da nossa Renascença litteraria e artistica.

Póde dizer-se que todos os homens de letras e sabios portuguezes educados nas Universidades estrangeiras, que foram o berço da Renascença - Pedro Margalo, Alvaro Paes, Garcia da Horta, Sá de Miranda - influiram no renascimento humanista da Universidade, especialmente André de Rezende e Damião de Goes, que frequentaram Louvaina e ahi se educaram na preciosa convivencia e amizade de Erasmo - o grande Erasmo, que foi rogado por D. João III a vir reger uma cadeira nos novos estudos de Coimbra.

Porém o verdadeiro fundador intellectual da Universidade Joanina foi o insigmo pedagogo Diogo de Gouvêa, que fez os seus estudos em Paris, sob a protecção de D. Manuel e se doutorou e professou na Sorbona, alcançando celebridade como principal do velho collegio universitario de Santa Barbara, que governou auxiliado por seus sobrinhos André, Antonio, Diogo e Marcial, uma verdadeira dinastia de humanistas.

Foi por intermedio do Provincial Gouvêa, estimado pelos homens mais celebres da Renascença, muitos dos quaes lhe prestaram homenagens de consideração, que foram convidados nas mais adeantadas Universidades européas os professores que D. João III mandou vir para reger os novos estudos, ao mesmo tempo que no seu collegio de Santa Barbara, onde elle havia introduzido abertamente o humanismo em opposição ao collegio rival de Montaigu, se educavam e instruíam «em todos os generos das novas disciplinas», os melhores estudantes portuguezes, subsidiados pelo Rei, para depois regressarem a Portugal e por sua vez educarem a juventude.

Sob o principalato de Gouvêa, o collegio de Santa Barbara, com os seus cincoenta *bolseiros* de El-Rei, foi como que uma colonia universitaria, um Seminario pedagogico do professorado portuguez.

Da legião *barbista* vieram os professores para a Faculdade das Artes ensinar a alta latinidade, o grego, os poetas e oradores latinos, que pela primeira vez eram estudados em Portugal, e o sobrinho e successor do velho Gouvêa, André de Gouvêa, organizou em Coimbra o *Collegio Real*, pelo modelo do *Collège de France*, fundado pelo celebre Budens, que, com Erasmo e Vives, formou o triangulo espiritual da Renascença.

Os novos «Estudos de Coimbra» do seculo XVI, foram na verdade uma Universidade Real, assente no principio da soberania do Rei, sob o ponto de vista ecclesiastico e civil.

O seu ensino foi classico e humanista e o estudo do latim, do grego e hebreu, o gosto e curiosidade pela leitura das obras classicas nos seus originaes, mataram a velha instrucção escolastica. As imitações poeticas e oratorias da antiguidade, os poemas e orações compostos em latim e enfaticamente declamados nos actos solemnes, substituiram as velhas controversias dialecticas.

Até o antigo estudante de trajas clericas e de condição humilde que vinha a Coimbra conquistar os graus para seguir um officio ecclesiastico ou civil, cedeu o logar ao estudante nobre, cavalleiro, instruindo-se desinteressadamente ou por exigencia de condição social, conservando na Universidade os habitos de côrte e estadeando vida folgada e aventureosa.

A Universidade Pombalina ou reformada (1772) é o producto e a expressão mais typica da nossa concepção politica do Estado no seculo XVIII: - a soberania real exercendo-se por delegação num ministro irresponsavel, como uma providencia governativa e tutelar, abrangendo todos os ramos da vida publica. O despotismo ao serviço dos interesses geraes da Nação.

Expulsos os jesuitas, que se haviam apoderado em Coimbra do Collegio universitario das Artes e Humanidades, o Marquês de Pombal, que por este mesmo acto reivindicava para o Estado o direito de governar e dirigir o ensino, apressava-se a reorganisal-o desde as Escolas menores até á Universidade, sob o principio da secularização.

*A Universidade Pombalina
reflete, na sua organização e
concepção politica do
Estado no seculo XVIII.
Ribeiro Sanches, seu
fundador intellectual.*

Primeiramente cria a Direcção geral dos Estudos, como órgão central da nova instrução secular. Mais tarde, passando a Direcção dos Estudos para a *Mesa Censoria* é lançado um imposto - *subsídio litterario* - para prover ás despêsas da Instrucção como função do Estado.

Finalmente, em 1772, findos os trabalhos da *Junta de Providencia Litteraria*, que em longas sessões havia forjado o celebre *Compendio historico do estado da Universidade* e elaborado em segredo os novos *Estatutos*, é o proprio Marquês que vem a Coimbra como logar-tenente do Rei e visitador da Universidade, outorgar e fazer jurar solemnemente os *Estatutos* novos, deixando entregue ao grande Reitor Reformador D. Francisco de Lemos, a execução rigorosa do seu plano pedagogico.

Em toda a organização da nova Universidade se manifesta a concepção do Estado providente e tutelar. Nos *Estatutos*, tudo se encontra disposto, previsto e regulamentado; a composição das Faculdades, a successão e disciplina dos cursos, o methodo a que deve obedecer o ensino, assim como o formulario das cerimoniaes e actos solemnnes. É o Marquês de Pombal, que, por seu proprio punho, marca na *Carta topographica* da Universidade e dos collegios o assento dos novos estabelecimentos - gabinetes, laboratorios, hospitaes, e a traça em que hão-de ser levantados. Acode a todas as necessidades, supre todas as faltas com incessantes Provisões e Ordens Reaes, em tudo interferindo, tudo regulando, até aos mais insignificantes pormenores.

Os estudos universitarios soffrem completa transformação.

Na Faculdade de Mathematica são creadas novas cadeiras a par da sciencia contemporanea, onde professaram Monteiro da Rocha e Anastacio Cunha e foi além disso creado o Observatorio Astronomico.

O ensino da Medicina foi organizado tendo por base as sciencias positivas e orientado num sentido pratico, começando desde logo a fazer-se demonstrações no Theatro Anatomico, e a funcionar os hospitaes da Faculdade, installados no velho Collegio dos Jesuitas.

O que caracteriza, porém, sob o ponto de vista pedagogico a Universidade reformada, é a nova Faculdade de Philosophia natural, a Faculdade Pombalina, onde foram largamente introduzidas as sciencias de observação - physica experimental, chimica, sciencias naturaes, installando-se provisoriamente em espaçosos locaes, um gabinete de machinas, o gabinete dos tres reinos, o laboratorio chimico e mais tarde o horto botanico, onde ensinaram Vandelli e Felix Avelar Brotero.

A contextura estatual da nossa Universidade é obra do Marquês, mas este espirito pedagogico que animou a Universidade reformada, foi Ribeiro Sanches, o insigne medico e pedagogo portuguez, que lho incutiu do seu exilio de Paris.

Nas celebres *Cartas sobre a educação civil e politica da juventude*, de Ribeiro Sanches, dirigidas ao Principal Mendonça, se inspirou o Marquês para a criação do *Collegio dos*

Nobres, onde pela primeira vez foi introduzido em Portugal o ensino científico moderno.

Porventura essas cartas representam uma primeira e longinqua suggestão pedagogica da reforma de 1772, e certo é que a organização dos novos estudos, em grande parte do que diz respeito a Faculdade de Philosophia e completamente quanto á de Medicina, assenta no *Methodo para estudar a Medicina e apontamentos para a fundação de uma Universidade Real*, que Ribeiro Sanches elaborou em Paris, a pedido do Marquês, e enviou para Lisboa por intermedio do embaixador D. Luiz da Cunha.

Ribeiro Sanches, christão novo, passou uma enfermicha mocidade em casa dos seus, em Penamacôr, minado pelas quartãs de Riba-Douro, educando o seu espirito livremente na leitura de classicos e philosophos.

Impellido por decidida vocação, veio mais tarde estudar medicina a Coimbra, graduando-se em Salamanca e, depois de a ter exercido alguns annos numa comarca ribatejana, começou de viajar e percorrer os principaes centros medicos da Europa, como que impulsionado por um atavico instincto de deambulação. Visitou os collegios de Londres, esteve nas Faculdades de Montpellier, Tolosa e Paris, estudou tres annos em Leyde, onde foi o primeiro discipulo de Boerhave e condiscipulo de Van Swieten, e passou longos annos na Russia, como medico da Camara Imperial, director do Hospital do Collegio dos Nobres Militares, fazendo ainda, como cirurgião dos exercitos imperiaes, uma ardua campanha na Polonia.

Independente por natureza e naturalmente propenso á observação, tendo desenvolvido as suas faculdades de investigação e critica numa extensa e quasi sempre livre carreira profissional, Ribeiro Sanches, que além disso, privou com os melhores espiritos da sua epoca - Boerhave, Euler, d'Alembert - e viveu por muito tempo no ambiente do encyclopedismo, é um espirito emancipado pela independencia mental e livre critica e muito acima da sociedade portugueza do seu tempo.

Por isso mesmo era mal visto na côrte e em Portugal, e o Marquês de Pombal que o sabia, mas não queria desaproveitar os seus conselhos e indicações, apresentou maliciosamente com o pseudonimo de João Sachetti, as memorias e relatorios que Ribeiro Sanches enviára de Paris para a elaboração dos novos *Estatutos*.

A Universidade Pombalina foi subvertida pela reacção ultramontana, como a Universidade Joanina o tinha sido pela contra-reforma catholica. Uma e outra foram organizadas pelos seus fundadores intellectuaes, o principal Diogo de Gouvêa e o insigne medico e pedagogo Ribeiro Sanches, como poderosos instrumentos de progresso social, capazes de propulsionarem a sociedade portugueza no caminho da civilização, levando-a a par das nações mais cultas.

A Universidade do constitucionalismo não teve um fundador intellectual e, por isso mesmo, não tem podido desempenhar uma missão superior na vida da Nação. Faz-se mister que, por um

acto de viril energia, despedace a estructura napoleonica, que lhe não pertence por tradição nem por indole, e, inspirando-se no exemplo das Universidades allemãs, se regenere como Universidade moderna, assente na dupla base - autonomia corporativa e livre investigação scientifica, - por fórma a desempenhar a sua triplice função: - preparar o profissional para a carreira, o cidadão para o Estado e o homem para a Sciencia.

Doutor
João Duarte Oliveira

1919

João Duarte de Oliveira

•

Nasceu em Cebolais de Cima (Castelo Branco) a 6 de Fevereiro de 1875.

Faleceu em Coimbra a 16 de Dezembro de 1946.

Carreira Académica

Matriculou-se na Faculdade de Filosofia em 1895, na de Matemática em 1896, e na de Medicina em 1898. Bacharel em 1902. Licenciado em 1903. Doutor em 1913.

Professor Catedrático desde 1920, jubizou em 1945.

Leccionou: Histologia e Embriologia; Anatomia Topográfica; Fisiologia.

Cargos Exercidos

Médico municipal e Subdelegado de Saúde no Concelho de Monforte.

Director do Laboratório de Anatomia Descritiva e Topográfica, do Laboratório de Histologia e Embriologia, do Instituto de Fisiologia e Química Fisiológica e do Instituto de Histologia e Embriologia. Director da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. Reitor da Universidade de Coimbra. Administrador e Director dos Hospitais da Universidade de Coimbra. Vogal do Conselho Superior de Instrução Pública e da Secção de Ensino Superior do Conselho de Instrução Pública.

Procurador da Universidade à Câmara Corporativa. Membro do Conselho Provincial da Beira Litoral. Presidente da Comissão Distrital da União Nacional.

Membro da direcção científica da revista *Coimbra Médica*.

Distinções

Grã-Cruz da Ordem da Instrução Pública e da Ordem de Cristo.

Oficial da Legião de Honra. Condecorado com as palmas académicas de 1ª Classe da Academia das Ciências de Lisboa.



João Duarte de Oliveira

Retrato de Henrique Tavares, 1942, Reitoria da Universidade de Coimbra. Foto Varela Pécuro, 2001.

Oração de Sapiência. A nossa Universidade no ambiente intelectual da Idade Média. A Universidade pombalina e a acção tutelar do Estado. A verdadeira missão científica das Universidades e a autonomia Universitária. O apagado relêvo da nossa Universidade no incremento da Ciência positiva que tanto fez prosperar a Civilização moderna, não justifica afirmações deprimentes do valor intelectual da nossa raça.

EX.^{MO} PRESIDENTE DA REPÚBLICA PORTUGUESA
EX.^{MAS} SENHORAS
MEUS SENHORES

Nos últimos séculos da Idade Média, a idade de ouro da fé religiosa, a cultura intelectual achava-se totalmente monopolizada pela Igreja.

A razão, serva docil da fé, mantinha estreitamente unidas as ciências, que formavam uma família perfeitamente subordinada «A Teologia era a mãe e a rainha; as outras ciências, suas filhas e suas subditas. A mãe imperava e imprimia a direcção: as filhas trabalhavam, cada qual, dentro da sua esfera, para o bem comum».

Estes traços singelos, colhidos num quadro brilhante que sobre a Idade Média, nos pinta um sábio escritor católico, definem, o terreno onde começaram a germinar os primeiros embriões universitários.

As instituições intelectuais nascentes tinham de vir adaptadas áquele ambiente, respirar aquela atmosfera e viver naquela luz.

A organização do ensino na Universidade portuguesa foi, como nos Estudos de Palencia, Salamanca, Sevilha, Valladolid e nas outras Universidades europeias, constituída pelas Faculdades Maiores des Leis e Medicina, e a Faculdade Menor das Artes, onde se estudava Gramatica, Lógica e Filosofia, pelas Sumulas aristotélicas de Pedro Hispano, eminente escolástico português, e depois Papa João XXI.

A filosofia de Aristóteles era a que se compadecia melhor com uma fiel subordinação à Teologia; com a condição, porém, de que não fôsem os espíritos aurí-la genuína e pura como em seus originais se continha. A filosofia aristotélica, afeiçoada ao critério teológico, era o que na verdade se permitia.

Gregório IX suspendêra os livros de Física, enquanto não fôsem purgados de todos os erros suspeitos, e, apesar de todas as mutilações já sofridas, ainda Urbano IV ordena a S. Tomás d'Aquino que os reveja e purgue, mais uma vez, comentando-os.

Foi assim, depois de mutilado, purgado e desfigurado, o pensamento do grande filósofo stagirita, que as doutrinas aristotélicas puderam ser consentidas no ensino.

Neste ambiente intelectual, em que as Universidades surgiram, vê-se bem qual era o pão de espírito com que, nelas, o pensamento e a razão se alimentavam.

Entretanto, do ceu brumoso da Inglaterra, um clarão difuso, como pronúncio dum esplendor de aurora, descia para o continente europeu.

O franciscano Rogério Bacon, incarnação medieval do espírito positivo moderno, proclamava a ciência experimental como mestra das ciências especulativas, assinando-lhe três grandes prerogativas sobre as outras províncias do saber.

O seu 3.º privilégio consistia em perscrutar, pelas suas fôrças, sem carecer do auxílio das outras Ciências, os segredos da Natureza.

Em breve, porém, o Geral da ordem de S. Francisco reune as autoridades da mesma, em Paris, para condenar as doutrinas de Bacon; e, como era monge e frade, para melhor garantir a Comunidade do contágio daquela virulência intelectual, pôz Bacon sob custódia, durante 14 anos.

Após o meado do século XV a Grécia filosófica literária e artística, surgiu na Itália e alastrou de Florença por toda a Europa, exercendo no meio intelectual uma espécie de encanto e fascinação.

A Grécia, diz Cousin, não inspirou sómente a Europa, embriagou-a.

Sugestiona Roma, empolga a Igreja, na pessoa de seus mais altos representantes: os papas Júlio II e Leão X - que, na desvelada protecção e entusiasmo com que a receberam, lhe garantiram o desabrochar das ricas florações intelectuais em que a Renascença se expandiu.

As Universidades, na moega esteril da escolástica, dessoradas e amortecidas, galvanizam-se numa nova, vivificante luz - como se aos espíritos cançados de uma longa reclusão de séculos, abrissem as portas do carcere para virem espanejar-se ao sol.

Formou-se um ambiente novo á intelectualidade europêa.

E, entre as constelações luminosas que esplendem nos ambitos da História abrilhantando a via lactea da Civilisação, Portugal conta, de seu, alguns astros de primeira grandesa.

Foi, porém, um momento de esplendor fugaz como relampago. A escuridão avisinhava-se num futuro próximo.

O humanismo, difundido o conhecimento das línguas clássicas, estimulára a curiosidade e o gosto pela leitura das obras antigas em seus próprios originais. - Devora-se, sem distinção, escreve d'Alembert, tudo quanto os antigos nos deixaram em todos os géneros. Traduzem-se, comentam-se, imitam-se e, por uma espécie de reconhecimento, põem-se a adora-los.

Florescia a sedução do paganismo, ofuscava-se o idealismo cristão.

O misticismo sensualista da Renascença subvertia o misticismo idealista da fé. O mundo religioso convulsionava-se.

O Cardeal Palavicini não se arreceia de dirigir ao próprio Papa Leão X palavras de repreensão terríveis.

Era o monstro da Reforma que saía do bojo da Renascença. -

Menos alarmado com o sucesso, o celebre Erasmo, patriarca do Humanismo, exprimia o facto numa mais graciosa e melhor adequada - «A Renascença fôra o ovo e a Reforma a ave que dêle saiu».

E no domínio da filosofia? Assim como Lutero levára os cristãos a fazerem-se protestantes em religião, no século XVII, Descartes, espírito independente, inovador ousado, dando por única autoridade à filosofia, a da razão individual com direito de examinar e julgar toda a espécie de doutrina, convidaria, por sua vez, os filósofos a fazerem-se protestantes em filosofia.

E na esfera da Ciência propriamente dita? Por uma coincidência singular encontramos, no século XVI, um novo Bacon, agora Francisco e não Rogerio, - como se fosse a encarnação vingadora do monge franciscano, na pessoa categorizada dum chanceler de Inglaterra, a implantar, de maneira definitiva, o fecundo método experimental, três séculos antes, pelo primeiro preconizado.

Em resumo - Subversão do dogmatismo teológico, pela doutrina do livre exame, ruína da autoridade filosófica pela independência da razão individual; predomínio crescente do método experimental sobre todas as locubrações especulativas do humanismo e da escolástica, tais são as dominantes características do movimento intelectual, a frutificar nas obras imortais duma pleiade de sábios e investigadores, que forçam os arcanos da natureza a revelar ao pensamento os seus mistérios.

Era revolucionar o mundo, desde os alicerces, em que assentava a ossatura orgânica da Igreja e dos estados, até aos fundamentos da ideia, sobre que se equilibravam as fantasmagorias lógicas do pensamento - Não era revolução para um século, era movimento para encher um milénio da História.

O ideal da Ciência emancipada do preconceito não tinha a força das raízes seculares com que se aprofundava no espírito simplista dos povos, o ideal tradicional da sua fé.

Esta, apesar de todo o formalismo externo pouco consistente vivia da forte seiva interior, na longa tradição dos séculos elaborada, em uma amálgama de todos os sentimentos caldeados na forja do coração humano – órgão precoce – e na sua íntima constituição estruturados, muito antes de o cérebro, – diferenciação tardia, – se arrojar o senso crítico para esboçar a feição intelectual científica que, naquele tempo, ainda era dom de poucos e bem funesto, por seu mal.

O espírito religioso, a Igreja, ao defrontar-se com aquele movimento de intelectualidade livre na efervescença germinadora das ciências positivas, achava-se senhora e dominadora do depósito das forças afectivas, que convergem na crença como síntese do largo património hereditário que gerações de muitos séculos lhe tinham acumulado na tradição.

E, senhora da força, usava dela. A Igreja reagiu e defendeu-se.

Nos excessos da Contra-reforma, não se recua ante a monstruosidade de perseguir Kepler ou de condenar Galileu. –

A intolerância desenfreada nos dois campos, tanto católico como protestante, fazia que o dogmatismo filosófico-religioso transmudasse a arena fria e serena das lutas incruentas do pensamento, em bachanal de guerras sanguinárias, numa orgia de fúrias, disputando o chuço e a lança a ferro e a fogo, a força e o direito de purificar cada qual as suas doutrinas, imolando no brasido das fogueiras os contraditores do seu Credo.

O movimento intelectual retrae-se: ou melhor, esterelisa-se; porque a Companhia de Jesus, tomando-lhe o passo, para reprimir as suas tendências inovadoras, empolga o ensino em todas as escolas para o difundir sob uma forma abastarda e retrógada.

Os Jesuítas trabalhavam, sobretudo, como soldados do fisco intelectual, colocados pelas hostes teológicas nos postos de vigia da instrução, a farejar o contrabando da ideia nas fronteiras do pensamento.

E tal força desenvolveram na missão, que chegaram a possuir, de conta própria. 25 Universidades e 150 Estudos Gerais.

As escolas, portanto, não se fechavam. Mas, a dentro delas quem trabalhava? Um ou outro, raro espírito livre mas receioso das iras da intolerância, e uma maioria, não raro totalidade, de espíritos enfeudados no velho castelo senhorial das ideias religiosas e metafísicas. Todos esses professores, convictos de que a investigação científica não podia nem enriquecer nem defraudar o património do saber – consideravam a ciência, para a estimar, no ponto de vista dalguma contribuição que pudesse fornecer à ilustração de seus raciocínios especulativos; mas em expectativa armada sempre para a atacar rudemente, quando nela suspeitassem veleidades de erguer os olhos, da terra à terra experimental, para a altura dos reductos filosóficos, onde as águias teológicas pontificavam.

Em rigorosa análise, o verdadeiro espírito científico asfixiava.

Tremendo de fraqueza e de medo, caía por terra, ou arrastava-se de joelhos sob a tutela, deprimido, improficuo, decadente e esteril. A Universidade de Coimbra resentia-se profundamente desse ambiente esterilizador, que uma feroz dictadura filosófico-religiosa criara em todos os centros de cultura européa.

Entretanto, e a despeito de tudo, a força incoercível duma audaz aspiração científica ia saltando por cima de todos os entraves dogmáticos, torturantes na proliferação duma fecundidade irreprimível.

Galileu demonstra o movimento da terra:

Kepler fixa ao sol o seu lugar; à Terra e aos outros planetas o seu papel no Universo:

Newton estabelece as principais leis da óptica e da gravitação universal:

Leibnitz cria, com Newton, o calculo diferencial; e Pascal o calculo das probabilidades:

Papin descobre a grande potência, como força motris do vapor de água sob pressão:

Roemer observa a velocidade da luz:

Harvey, a circulação do sangue: e

Vesálio de Bruxelas, grande médico do rei de Hespanha e o maior anatómico do século XVI, compõe a obra monumental «*De humana corporis fabrica*», que lhe valeu da inquisição uma condenação à morte, muito a custo comutada em uma peregrinação ao Santo Sepulcro.

Mas, além de tudo isto, ainda a descoberta dos instrumentos ópticos e o édito de Nantes.

O telescópio e o microscópio, os dois mais poderosos instrumentos de observação e analyse, que, no dizer de Michelet, criaram à humanidade um sexto sentido, davam ao objecto da Sciência a amplitude máxima de toda a imensurável distância que se alarga entre os dois infinitos, o infinito da grandeza e o infinito da pequenez. Essa vastidão imensa e profunda exercia sobre os espíritos uma como atracção do abismo; o pensamento tomava-se de vertigem e, irresistivelmente, atirava-se abaixo dos altos pinaros da Metafisica para o baixo fundo da positividade scientifica.

Do Edito de Nantes (1598) resultava diminuida a extensão da tutela religiosa e o espírito científico conquistara um lugar no mundo, onde se abrigasse da perseguição.

Das lutas religiosas da Reforma a Igreja não saiu completamente vitoriosa.

O bloco integro da fé cristã desagregava-se, como se dum centro solar a força centrífuga destacasse algumas massas de planetas a girar por órbitas independentes.

A atracção dessa fé colectiva não poude vencer a força desagregadora da fé individual, que, a esse tempo, se impunha na religião com Lutero, mais tarde na filosofia com Descartes e, no campo da sciência, com Bacon, Galileu, etc.

Estas três correntes associam-se convergentes, acabando por criar um ideal novo - a emancipação do espírito - e gerando um misticismo novo com o culto da razão.

O espírito filosófico, o próspero incremento científico da época, não penetrava facilmente os humbrais cerrados das obsoletas instituições oficiais; mas difundia-se, apesar disso, por um número cada vez maior de espíritos de *élite*, que se arrojavam à crítica severa e demolidora dos arcaicos moldes do nosso ensino.

Jacob de Castro Sarmiento e Luís Verney, sábios eminentes, impregnados de espírito moderno, pelo estudo e boa conveniência com os principais centros de cultura europeia desencadearam a revolução no ambiente de marasmo e inércia que envolvia a Universidade.

Os jesuitas reagiram; - mas, em vão os comentários de Aristóteles desfechava contra a armadura filosófica da ciência, já abroquelada com Bacon, Descartes, Galileu, Newton e tantos outros.

A derrota era inevitável; e a vitória do espírito moderno punha o ambiente intelectual favorável a uma transformação progressiva - que ia ter em Pombal o seu executor.

Pombal não era positivamente um sábio, um investigador ou filósofo, a quem as exigências intelectuais, incarnadas num homem de acção, houvessem de inspirar, pro si só, a reforma que se propôs. Mas era homem de espírito forte; braço despótico de ministro absorvendo o absolutismo dum rei.

De par com o progresso da filosofia e da ciência, num anseio de libertação caminhava a política dos reis na ascensão megalomana para um absolutismo sem limites.

Bonifacio VIII, na Epístola Unam Sanctam ao começo do século XIV, definira a doutrina das duas espadas. A espada espiritual para ser manejada pela Igreja na mão do Papa; e a espada temporal para ser manejada pela Igreja na mão dos reis, à ordem do Papa. Ora, Pombal, como já o tentara fazer em França, Luiz XIV, queria as duas espadas na mão do rei, para poder êle maneja-las ambas.

Por isso, a expulsão dos jesuitas foi um golpe de morte no clero, antes de ser um alento para a instrução.

E, assim, a Reforma pombalina, só 13 anos depois realizada, não nos aparece como a expressão vital dum povo que encontra na capacidade intrínseca das suas aspirações intelectuais a força precisa para resurgir e prosperar: mas antes, a vemos como um fenómeno exogênico que, trazendo, embora, alterações notáveis à contestura formal do ensino, todavia, não operou a reacção estrutural, profunda, de que tanto se carecia.

Trouxe-nos o alívio de quem se vê livre duma opressão; mas não teve aquêlê fremito vivo das fortes impulsões que arrebatam os homens e os povos às fecundas empresas de resurgimento.

Produto híbrido da intenção liberal de alguns espíritos, como Ribeiro Sanches, que inspiraram a reforma, e do espírito despótico do Marquez, que a executou, a Universidade não era muito fácil que ficasse organicamente adaptada a uma evolução segura e desafogada.

Não chegando a emancipar-se, em nada, da tutela filosófico-religiosa que lhe dominava os fundamentos, ficou ainda subjugada, numa inteira subserviência, á tutela do Estado, a qual, se agora se efectivava em sentido progressivo, logo se mudaria em impulsão retrógrada.

No ambiente intelectual e moral, ao tempo da Reforma Pombalina, preponderava a dominante jesuítica com o espírito filosófico de Aristoteles abastardado em esterilidade com o espírito teológico da Contra Reforma imperioso e intolerante.

Eramos metafísicos escolásticos, ainda no século XVIII: jurando com igual ardor pelas letras dos Evangelhos como pelos comentários de Aristoteles.

A escolástica fora sempre a bem amada do jesuitismo e da Inquisição. Aristoteles dizia na sua política, livro 1.º, que a natureza creou certos seres para governar e outros para obedecer; e que o ser capaz, por suas faculdades corporais, de executar ordens, obedeça como escravo!»! Que importava, pois, que aos jesuitas, Pombal os fizesse sair, se o espírito e o método cá os deixava, e não fez propósito de os substituir?

Vendo a obra do Compêndio Histórico, reconhece-se que foi ampla e profunda a intensão reformadora - Mas, comparando a traça com a execução da obra, resulta-nos o conceito deprimido.

Não só várias disposições do Estatuto mas, principalmente, a execução subsequente, nada favoreceram antes contrariaram as largas intenções do Compêndio.

Pelo que respeita, especialmente às Faculdades de Medicina e de Filosofia, em contraste com o aparato ostentoso dalgumas instalações, a vida delas ficou a decorrer aflitiva, entre lances de miséria e penúria que, tanto degradam a influência tutelar do Estado como glorificam os esforços pertinazes do seu professorado por manter, a despeito de tudo, o nível do ensino á altura das exigências impostas pelo progressivo andamento das sciências.

Em resumo, pois, a nossa Universidade organismo emergindo nas brumas do ambiente medieval viveu, primeiro, a vida adormentada e submissa da fé e da religião - até abrir os olhos estremunhados, aos clarões da Renascença.

Esperou com viveza - integrou-se com brilho, e destacou-se com afamado prestígio no resurgimento humanista da Europa renascida.

Breve amorteceu, asfixiada, improdutiva, no ambiente torvo, esterilizante da Contra-reforma Católica.

Por muito que Ribeiro Sanches insuflasse de espírito emancipado e progressivo o alçado da Reforma, a execução desta não concretizou senão muito deficientemente os seus princípios.

Criando a Faculdade de Filosofia natural, parece que abria ao espírito os horizontes largos por onde se espandia a cultura intelectual, nos vãos do pensamento filosófico emancipado e criador de orientações novas. Parece. Mas essa Faculdade abriu no seu 1.º ano com uma cadeira de Filosofia racional e moral; e quem chama o Marquez para primeiro professor dessa primeira cadeira na primeira Faculdade de Filosofia que à Universidade foi dado ter?

Foi o Reverendo António Soares Barbosa, educado e ordenado presbítero no Seminário episcopal de Coimbra, formado na Faculdade de Cânones. Com seu curso de seminário, com sua formatura em Canones, sem a menor iniciação ao estudo das ciências físicas e naturais, vai este teólogo ser graduado gratuitamente, na Faculdade de Filosofia, pela própria mão do Marquez de Pombal que o despacha, em 9 de Outubro, lente proprietário do 1.º ano da Faculdade, para reger a Cadeira de filosofia racional e moral.

O acerto desta escolha e o grau de adaptação deste, aliás ilustre professor, aos propósitos reformadores que inspiraram o célebre *Compêndio Histórico*, foram patenteados sobejamente traduzindo de Guadagnini o «Parecer sobre os chamados actos de Fé, Esperança e Caridade» traduzindo de Bossuet, *Elevações a Deus sobre todos os mistérios da religião cristã*; traduzindo ainda do francês, o *Compêndio Histórico do antigo e novo testamento com as razões em que se prova a verdade da nossa religião*.

Assim, libertando-se da asfixia jesuítica, a Universidade ficava subordinada à preponderância teológica; e, ainda totalmente enfeudada à tutela do Estado, como qualquer repartição burocrática, na dependência directa de ministros de reis absolutos, não possuindo meios nem força para reivindicar uma autonomia que a personalizasse como organismo senhor de si e responsável por seus destinos, a Universidade só podia evolucionar na órbita acidentada dos interesses políticos, como satélite a reboque dos poderosos astros governativos.

Com tão mal assegurado êxito à generosa aspiração reformadora, logo aos primeiros ventos da reacção ultramontana, o fogo sagrado, nos lares de Minerva, amortecia.

Em matéria de autonomia pedagógica, logo a Universidade, em 1767, se impõe esta subserviência estupenda: o Governo ordenou que os compêndios elaborados pelos professores para as respectivas cadeiras não fôsem dados à estampa sem que êle, Governo, primeiro os mandasse examinar.

Vaga, em 1795, a Cadeira de Terapêutica Cirurgica que, só em 1783, fôra criada, logo o Governo ordena que ela não seja provida. Os créditos da Universidade e as exigências do ensino impunham a desacumulação de matérias, mas o Governo mandava como se fôra melhor o contrário.

Em 1823, como a Faculdade de Medicina insistisse por algum aumento de pessoal e de cadeiras de que tanto carecia, logo o prelado declarou que não seria atendida, por importar aumento de despêsa.

A torrente de legislação niveladora, durante a menoridade de D. Maria II, acabou com os Colégios agregados à Universidade estabelecendo vencimentos mesquinhos para todos os professores, que ficaram reduzidos a simples funcionários no Estado, trabalhando em uma repartição burocrática de nova espécie - a Universidade.

Vendo-se a Faculdade de Medicina obrigada a pôr em prática, provisoriamente, uma alteração na ordem dos estudos que já havia solicitado do Governo, logo êste abriu o olho tutelar escandalizado pela ousadia, extranhando à Faculdade o arbítrio com que alterava o plano dos estudos decretado.

Em 1866, como a Faculdade resolvesse sobreestar numa resolução tomada segundo a letra dos Estatutos o Governo, suspeitando propósito acintoso, desfecha contra ela uma portaria de censura que foi considerada pela Faculdade como um documento oficial que deprimia os seus serviços, menosprezava o seu zêlo e ultrajava a sua dignidade; ofensa esta, tão profunda como injusta, de que teve de desagrar-se públicamente fazendo correr impresso e exarar no livro das actas um protesto altivo e enérgico.

Mas, ainda, mais demonstrativo, da nefasta acção dos govêrnos monarquico-constitucionais por sua incompetência e falta de compreensão das exigências científicas, é o que se passa nesta Faculdade de Medicina, a partir de 1882, com o Gabinete de Microbiologia.

Quando, no último quartel do século passado, as sciências físicò-naturais receberam, em todos os países, o impulso fecundante que as desentranhou num pujante caudal de riquezas, no domínio da Medicina, as descobertas de Pasteur fizeram irradiar da França as linhas directrizes duma revolução científica que transformou profundamente, em poucos anos, o ensino médico em todos os países. Na Alemanha operou-se uma refundição completa em todas as Universidades, engrandecendo-se por toda a parte e duma maneira assombrosa, com os mais formidáveis laboratórios de investigações e de experiências, que levaram ao apogeu a sua glória, e deram alicerce inamovível à sua fôrça.

Em Portugal, a iniciativa inteligente e audaz do notável professor Augusto Rocha, secundada por toda a Faculdade de Medicina atravessou os desesperos de uma odisséia para organizar um modestíssimo gabinete de Bacteriologia; conseguindo apenas, numa luta de persistência e tenacidade inauditas contra os escolhos da penúria e as impossibilidades da indigência, conseguindo dizia eu, que êsse magro, escasso, definhado embrião raquítico como se fôra filho dum organismo avariado, ou gerado pela Faculdade num desvio de escape à alçada da paternidade tutelar do Estado, só ao fim de dezenove anos!! fôsse reconhecido pelo Gôverno e dotado miseravelmente no orçamento!!

Tomei estes dominantes tópicos na vida difícil e tormentosa, por onde tem vindo arrastando-se a evolução da Faculdade de Medicina, nas suas relações com o Estado. Mas decorre por igual teor a história das outras Faculdades, onde factos análogos superabundam.

Que o que fica dito, pois, seja tomado na justa medida duma síntese das relações em que viveu a Universidade pombalina, sempre serva e não raro maltratada, com seu senhor absoluto, o Estado, centralizador e despótico, tão avaro de concessões e recursos como cioso do seu império tutelar e prepotente sôbre esta instituição que, só no desafio duma vida livre, no franco exercício de iniciativas rasgadas, na amplitude de uma expansão libérrima, e na robustez duma emancipação e autonomia perfeitas, poderia adquirir a autoridade, o valor e a capacidade funcional, emfim, para se responsabilizar na vida do nosso povo, como o cérebro diferenciado no organismo da nação.

Volvamos um pouco os olhos para fóra do nosso meio.

O arrojo dêsse famoso *élan* da ideia livre que a Renascença acendera, que a Contra-reforma não extinguiu, e que o racionalismo estimulára e robustecera, incendiára labaredas no pensamento, alastrando por toda a Europa como um incêndio.

No fim do século XVIII, o ambiente político e social convulsionado, era varrido em todas as direcções por fortes correntes de ideias antagónicas, que redemoinhavam na atmosfera do pensamento; e a nefasta resultante, para o desenvolvimento sereno da ideia, não podia deixar de imprimir o seu traço forte na evolução profícua da Ciência.

A Revolução Francesa, em que há uma eflorescência pujante de idealismos sobrepondo-se aos escombros duma debacle histórica, teve para a instrução as concepções altas dum perfeito ensino superior com Talleyrand e Condorcet.

«Para os filósofos da Revolução, o objectivo do ensino superior era a própria ciência. Mas, para os Administradores do Consulado, êsse fim foi a investidura dos gráus profissionais.

O que fizeram os homens de acção, ao acaso das circunstâncias e sob a pressão dos acontecimentos, foi justamente o contrário do ideal da Revolução».

;;Como se ajusta ao que ocorre entre nós desde 1911!!

E as Universidades subverteram-se, substituídas por meras escolas profissionais, independentes, de habilitação profissional sómente.

O império renovou a Universidade, mas com um sentido muito diverso, fazendo a «Universidade de França» que abrangia desde as Escolas primárias, os Liceus imperiais e as Faculdades, num todo único, rigidamente subordinado à direcção dum Grão Mestre, delegado da autoridade imperial. Era uma maneira de conseguir a uniformidade de pensamento, que Napoleão julgava indispensável à estabilidade do seu poder.

Por isso, Liar (*Universidades e Faculdades*) diz que Napoleão «criava, assim, uma fábrica de espírito público para seu uso, não assegurando nela, um lugar sério à Ciência que é uma fonte de liberdade».

Ao mesmo tempo, a Prússia, desmantelada pelo furacão napoleónico, tentava resarcir-se da derrota para uma completa libertação.

Ao desastre de Iena, seguira-se a entrada de Napoleão em Berlim (25 de Outubro de 1806), e Frederico Guilherme III refugiara-se em Koenigsberg, rodeado de seus conselheiros e partidários mais dedicados, para cujo convívio a Universidade de Kant lhe dera os patriotas mais ardentes.

E, quando Napoleão encerrava a Universidade de Halle, logo, em 1807, se concertava o plano duma Universidade nova para Berlim, que o rei aprova nestas palavras: - «Eis o que é excelente e reanimador. O que o Estado perdeu pela força física, deve repará-lo pela força moral».

Ao mesmo tempo que Scharnsdorf reorganisa o exército, saem de Koenigsberg as poesias ardentes de Max de Schenkendorf; rugem os sonetos couraçados de Ruckert e o canto da morte de Koerne.

Forma-se a associação moral e científica a «Tugerbund» que Napoleão dissolve, mas breve ressuscita com o nome de «Deutscherbund» ao apelo de Jahn, e Frisen, e Maurice Arndt. E o grande filósofo Fichte mobilisa os espíritos para a luta naquelas ondas quentes de patriotismo, que alastram por todos os estados, nos seus «Discursos à nação alemã».

Dêste aneio de libertação e da inspiração dêste patriotismo tão altamente intelectualizado, resultou consagrada a ideia de que o perdido pela força física se repararia pela força moral; e o fruto da ideia fecunda foi a Universidade de Berlim.

Ao passo que, em França, o caracter clássico das Universidades se subvertia, para dar lugar a uma organização pedagógica assente sobre os princípios da centralização e do despotismo, em todos os estados germânicos, não só o espírito das Universidades velhas se virilizava, mas, em Berlim, uma nova Universidade surgia, inspirada das indicações intelectuais dos seus filósofos, conformada com todas as exigências que a liberdade da ciência impunha para o papel eficaz de resurgimento a que se destinava.

O teólogo célebre Schleiermacher definiu-lhe o papel político e social; mas Guilherme de Humbolt, sábio e estadista, enérgico ministro de instrução pública foi quem lhe deu a informação pedagógica, para que ela fôsse nestes termos: «uma instituição educativa do Estado para a instrução das profissões científicas, e uma corporação privilegiada de sábios cujas supremas funções devem ser a livre investigação dos conhecimentos humanos».

Desde então, ficava estabelecida a dupla missão universitária, ao mesmo tempo que se definiam também os princípios, em que assentavam as suas relações com o Estado.

Ficaram proclamados por Humbolt, na primeira memoria sôbre a Universidade de Berlim, dirigida ao rei da Prússia, reivindicando para ela os direitos de independência e autonomia, como segue:

«Não deve intrometer-se o Estado nos negócios internos da Universidade, e deve ter sempre presente ao espírito que isso não é nem pode ser da sua competência, e quando interfere, é sempre com prejuizo».

Guilherme d'Humbolt, que falava nestes claríssimos termos ao rei, era um sábio, e um estadista, e um ministro. A independência e a autonomia das Universidades alemãs estava proclamada; e respeitou-se. Deram no decorrer do século XIX, êsses centros de actividade científica, que levaram a Alemanha para a hegemonia mundial da sua Ciência e da sua indústria.

A Universidade de França - Universidade imperial - unidade fictícia, teórica, cobria uma real desagregação efectiva das Faculdades distribuidas pelas províncias do Império.

Como meras escolas do Estado, adstrictas ao exclusivo papel docente, habilitando os funcionários do Império e das carreiras liberais, eram perfeitos *bureaux* de exames para o bacharelato, e nada mais.

O resultado foi que, à supremacia científica da Alemanha, correspondiam as Faculdades francesas com a decadência, que acompanhou a França até 70.

Já em 1867 Renan escrevia: - «É a Universidade que faz a escola. Diz-se que quem venceu em Sadowa foi o professor primário. Não, o que venceu em Sadowa foi a Ciência germânica».

Pouco tempo passado, vem Sedan, e já Renan não era sósinho a pensar na mesma forma.

A França, porém, abriu os olhos para vêr que, o que se dizia uma questão de ciência, era, no fundo, uma questão de patriotismo. E, então, a França regenerou-se pela acção de sucessivos ministros e directores de instrução pública, que se seguiram na mesma linha de política pedagógica, tendo por ideal a reconstituição das Universidades moldadas pelo tipo germânico.

E o que caracteriza a alta missão dessas perfeitas organizações científicas e pedagógicas, são estes dois objectivos fundamentais, em que nunca será demasiado insistir: - Organização do trabalho científico, no sentido da investigação original, para alargar, quanto possível, as fronteiras do conhecimento; e organização das ciências applicadas constituindo-se a própria Ciência pura em manancial de riqueza e força social inesgotáveis.

Nas Universidades americanas e alemãs, onde a Ciência flui a jorros da fonte viva dos seus laboratórios, o primeiro objectivo é a própria essência do ensino universitário; é a sua marca específica.

A investigação é o sistema nervoso da Universidade, dizia há pouco o professor Coultier de Chicago. É ela que estimula e domina todas as outras funções e faz o ambiente à Universidade.

Consagrar-se não tanto a adquirir a Ciência feita, mas a fazê-la progredir no próprio exercício dela mesma, eis o caracter específico dessas Universidades.

A investigação é o ideal superior de todo o corpo docente na América, onde, toda a hora, se insiste no propósito firme de não permitir que algum outro objectivo venha prejudicá-la; não consentindo método algum de administração que, sobre a investigação, exerça qualquer influência deprimente.

É de há muito também o ideal feito realidade na organização fecunda das Universidades alemãs que, primeiro e acima de tudo, funcionam como verdadeiras fábricas de incremento científico; pondo até, como elemento activo, ao serviço desse superior ideal, os próprios alunos, cuja educação é dirigida, não tanto a enriquecê-los com a ciência feita como, sobretudo, a habilitá-los com inteligentes métodos de investigação fecunda.

As Universidades são, assim, um foco de prática intensiva, onde se concentram as condições primaciais da actividade da vida social, pelo esquema duma autêntica educação científica. Não têm em vista a habilitação para carreiras feitas, educam para fazer carreira; preparam os espíritos para o sucesso na vida. Com a porta aberta para a entrada de todos, não dão a ninguém que de lá sai, o monopólio para quaisquer emprêgos.

A Universidade Leland Stanford - aviva a si própria esse objectivo com a divisa - *«to fit young persons for success in life»*.

Ao lado do culto da investigação, a paixão das aplicações práticas toca na Alemanha, como na América, as raias do inconcebível, pelo número variadíssimo de institutos, pela extensão grandiosa das instalações, pelas dotações riquíssimas que os promovem e sustentam; pelo alto desenvolvimento em que prosperam.

Foi à Alemanha que veio a América aprender a utilidade, a necessidade, mesmo, para a indústria, desses laboratórios povoados de químicos, onde uma parte se aplica ao controle das fabricações, outra parte a investigações metódicamente proseguidas.

«Na maior parte dos ramos de produção, tudo aí começa pela química no laboratório, para se resolver pela mecânica na fábrica».

Um director duma sociedade de produtos químicos dizia há pouco a um visitante:

- Nós temos na nossa fábrica 145 químicos; a metade, próximamente, aplicada à verificação das matérias primas e dos produtos fabricados, a outra metade ocupada, apenas, em investigações. Só estes 70 investigadores custam-nos, por ano, 350.000 francos. Nove décimos não produzirão nada, mas o décimo restante pode descobrir meio de ganharmos alguns milhões num ano.

Um exemplo empolgante das prosperidades que jorram a flux da associação da Ciência com a Indústria, é dado pela Fundação Carl Zeiss associada à Universidade de Iena. Carl Zeiss era um modesto construtor de microscópios. Em 1866, relacionou-se com o matemático Abbe, que era privat docent de Matemática, Física e Astronomia. Conjugaram-se o professor e o industrial, numa simbiose tão prolífica que, em poucos anos, a Casa Zeiss já não é oficina, nem fábrica, mas assume as proporções duma catedral grandiosa, onde a mística dum verdadeiro panteísmo industrial, pelo génio iluminado do sacerdote Abbe, celebrou, segundo os ritos da Ciência pura, o mais fervoroso *te scientiam laudamus* que, ao Deus da sua religião, podia inspirar a crença dum Santo. E' bem alí a Ciência feita poesia, porque cada engrenagem alí é uma estrofe, cada maquinismo um inspirado canto e a oficina toda uma epopeia. E' dessa maravilhosa fábrica, onde a um tempo se resa e canta o fecundo himeneu da Ciência com a Indústria, que sai o assombro dêsses instrumentos ópticos, a multiplicar por milhares a potência do órgão visual, já de si tão prodigioso, com que a natureza nos dotou.

A guerra veio pôr em destaque a feição útil, no seu aspecto científico e social que se impõe às Universidades.

Mais do que nunca o valor prático afirmou-se agora, como manancial ubérrimo de força, e fonte inexgotável de riqueza. «A Alemanha diz Maurice Caullery (*As Universidades e a vida Científica nos Estados Unidos*) forjou a sua audácia agressiva e a sua força de resistência menos talvez na exaltação doentia do militarismo, do que na confiança sôbre os recursos que lhe assegurava o seu desenvolvimento científico».

Tudo isto como? E por que meios?

Pela organização das Universidades em verdadeiras fábricas de intensivo e metódico trabalho científico no sentido da investigação e no sentido das aplicações práticas.

E' a tecnologia científica consagrando o pragmatismo filosófico.

O ambiente científico moderno está definido. As próprias dominantes características dêste ambiente marcam as vias abertas já, por onde a evolução do nosso ensino e a vida das nossas Universidades têm de ser encaminhadas.

Não é preciso passar cartas do novo rumo à intelectualidade do nosso professorado. De há muito se acha integrado o seu pensamento na orientação da mais alta mentalidade europeia. Embora vegetando em terreno sáfaro, e sem incentivos que estimulem, não poucos dos nossos professores têm vincado, na vida interna desta Universidade, traços fortes de sua iniciativa, e as provas mais vivas de alta competência.

Pombal teve de importar de Itália professores que viessem dar algum alento de vida científica à contextura estatual da Universidade reformada. Ainda não era passado um século, já a

iniciativa vidente de professores como António Augusto da Costa Simões e Augusto Rocha, já a envergadura intelectual de tantos outros, ultrapassavam em avanço notório as exigências pedagógicas do Estado, e os recursos pedagógicos, tão escassos, da Universidade.

Ao findar a monarquia constitucional eu direi bem, que era igualmente necessário importar do estrangeiro, não alguns professores, como fez Pombal, mas sim o modelo duma Universidade nova, das mais progredidas em material e recursos, para nela enquadrar uma grande parte do nosso professorado superior.

A dentro da Universidade, um fogo intenso, de amor pelo ensino e pela Ciência, refundia o espírito do seu Corpo Docente. Durante o último quartel do século passado mostrou-se, pelas suas aspirações e esforços, numa adaptação perfeita de suas disposições intelectuais, para a grande revolução pedagógica que, na 3.^a República Francesa e sobretudo na imperial Alemanha, operou êsse brilhante *fiat lux*, a cuja claridade a face do mundo se transformou.

A Universidade tinha, em todas as Faculdades, a cultura mental do seu professorado integrada inteiramente, e sob todos os aspectos, no grande movimento de renovação científica, que fecundava a vida e o progresso daqueles povos mais avançados.

Até na própria Faculdade de Teologia; que era a ela, sem dúvida, que se referia o ilustre professor desta Universidade, Dr. Bernardino Machado, denodado paladino da Democracia, quando, em 1904, neste mesmo lugar assim afirmava: «Numa Universidade até os próprios que professam os dogmas do passado procuram argumentos para os sustentar. E, por isso, ainda os mais conservadores dos membros do seu corpo docente, por mais provas a que os submetam de ortodoxia são sempre suspeitos de sacrilégio aos olhos torvos da reacção, das oligarquias absolutistas».

Mas, nessa aura de inspiração progressiva e libertadora, vivia apenas o espírito do professorado. Na prática, o viver ríal da Universidade decorria forçadamente no mais doloroso e flagrante contraste com a orientação intelectual do seu corpo docente.

E' que toda a direcção, toda a administração, toda a economia, toda a mecânica da sua organização pedagógica, era sistematicamente cerrada ao alcance dos seus professores.

Não podendo sequer eleger livremente o seu Reitor, vivia como um corpo acéfalo, um autómato, a que só se dava corda no Terreiro do Paço.

Com toda a economia encerrada no Ministério da Fazenda, arrastando-se numa derrocada financeira, nunca na Universidade havia dinheiro para nada!

Sempre opressivamente tutelada, sempre avaramente atendida, só não definhou de todo e não morreu, porque no seu interior o fogo sagrado do corpo docente tem feito crepitar a labareda viva daquele mitológico vigor da Fenix, que a faria renascer das próprias cinzas.

Ah! é dolorosa, mas é inofismável esta evidência, em que reconhecemos que a nossa Universidade, desde o fugaz esplendor da renascença, nem mesmo na época da Reforma Pombalina

se encontrou favorecida de circunstâncias bastantes, nem apercebida de meios capazes, para desempenhar a alta missão científica, com que tantos de seus professores eminentes veriam fulgir com doirada luz os vãos audazes de sua iniciativa inteligente, e o fervor acrisolado de sua dedicação à ciência e ao ensino!

E essa insuficiência na nossa missão universitária reflete-se palpavelmente na vida geral da nacionalidade; porque é na plataforma da ciência que se levantam, hoje mais do que nunca, as exuberâncias da civilização.

Não é o saber das verdades feitas, não é a ciência assimilada na ilustração brilhante do espírito de tantos professores, que nos falta.

A nossa língua extrema é daquela ciência fecundada em elaboração continua no ventre dos laboratórios abastecidos de material, vivificados de pessoal técnico; é a língua de escolas de aplicação, onde os avanços da criação científica se aproveitam transmudados em volantes de propulsão civilizadora.

E dessa penúria e dessa indigência toda a responsabilidade a quem cabe?

A história da Universidade Pombalina, nas suas acidentadas relações com o Estado centralizador e tutelar, não comporta dúvidas, nem sofismas, sobre a resposta.

Mas, espíritos simplistas obtemperam, que nós não tivemos nunca os homens de génio, os inovadores fecundos, que houvessem de propulsionar-nos a caminho do desenvolvimento científico que brilha lá fóra. Erro.

A prosperidade científica dum povo não depende do número de seus génios extraordinários, que maravilhem o mundo com descobertas.

Os Newton, Leaplace, Umbolt, Cl-Bernard, Pasteur, são astros cujo brilho se não projecta apenas, na área duma nação; iluminam o mundo todo. Os frutos de suas ideias são, por sua vez, semente fecunda que germina no solo de todas as pátrias, onde se dediquem a fazer frutificar a sua luz. A Ciência não tem pátria. O Génio não é representante dum povo, é filho da Humanidade.

O que é preciso, pois, é organizar o trabalho científico, no sentido de explorar o conteúdo encerrado nas verdades que o Génio descobre, como se explora o filão metalífero, nas minas que o escondem nas entranhas da Terra.

Promover a Ciência aplicada é a primeira condição de a fazer progredir, e receber dela algum proveito.

Se fazer obra genial, de inovação e descoberta, é apanágio de espíritos raros, excavar na mina até exaurir o filão uma vez achado, é empresa que só exige competência técnica, servida por bons instrumentos de trabalho.

A história das ciências nestes três últimos séculos, mostra-nos que os povos latinos e anglo-saxónicos são os que têm produzido os maiores creadores nas Ciências matemáticas, físicas e naturais, assim como os autores dos principais inventos do século XIX.

Mas o que é também unânimemente reconhecido, é que tem sido a Alemanha que, dessas descobertas e inventos, tem sabido tirar o maior proveito.

Dum modo geral, não foi pelas descobertas geniais devidas a sábios germânicos, que a prosperidade científica da Alemanha se impoz à justificada admiração do mundo. Mas foi sim, no completo e perfeito desenvolvimento de todos os ramos da ciência aplicada, que ela encontrou a fonte inexgotável de progresso e de riqueza, com que se ensoberbeceu e desvairou até ao delírio megalômico da sua hegemonia mundial.

Não é a falta de grandes génios explicação bastante da nossa penúria científica.

Mas um outro preconceito, por ventura ainda mais funesto, nos apouca e amesquinha, pretendendo afectar-nos a estrutura íntima do character, com o estigma de atavismos depauperantes peculiares da nossa raça.

E Oliveira Martins, dizendo que, em nosso povo, «a curiosidade intelectual não é traço de character eminente».

E' Bruno, afirmando-nos que «nunca os portugueses mostraram queda para as altas especulações filosóficas».

E' o espírito forte do falecido Professor Miguel Bombarda, escrevendo, que vivemos entalados entre a Africa e o resto da Europa, constituindo uma zona de transição que diz tudo da nossa ilustração e energia, da nossa inteligência e affectividade». E, em seu dizer depreciativo, continua: «Não penso fazer injúria a esta terra tendo-a na conta de ainda muito sentimental».

E ainda não é tudo, a desalentar-nos o ânimo deprimido.

O desenvolvimento dos povos mais cultos é atribuído unânimemente às fundamentais qualidades de character individual que se integram na alma colectiva.

E nós, sem termos o character adaptado, nem para a iniciativa do inglês nem para a perseverança do alemão, como havemos de evolucionar como êles, faltando-nos o estofo primordial, o património psíquico da raça?

E a nossa desolação não pára ainda.

Gustave le Bon diz-nos com uma clareza pungente: - «pode-se tão pouco escolher as instituições, como a literatura, a língua, as crenças, as artes, ou qualquer elemento de civilização.

Estes elementos são o produto da alma da raça, e, para os mudar seria preciso mudar primeiro essa alma».

Se a nossa rudimentar característica intelectual, notada e afirmada por grandes espíritos da nossa própria terra, nos compunge, ainda mais nos molesta e confrange, à face das convicções psicológicas de Le Bon, a dificuldade quasi insuperável, de sairmos duma tão embrionária mentalidade para a viridade adulta duma alta vida racional.

Impõe-se-nos arrancar o espírito dêste beco sem saída, onde tanto nos deprime a opinião dos primeiros, como nos priva de esperança a opinião do segundo.

Precisamos considerar de perto as doutrinas em voga, que, não só nos não dão alento, mas profundamente nos desconsolam, quanto à maneira de sairmos de tão deprimentes condições, para onde abalizados pensadores nos recalcam.

Nessas doutrinas encontraremos, como vício racional, a subordinação do pensamento a preconceitos filosóficos arvorados em postulados científicos, e com cuja inconsistência, portanto, todas aquelas opiniões se arruinam, permitindo-nos encarar problema tão vital da nossa raça, por prisma mais animador.

Esse vício raciocinante é o preconceito mecânico-determinista do mundo físico, implantado na psicologia, a apagar as características funcionais irreduzíveis do pensamento, compreendendo pelo molde do determinismo mecânico o determinismo psicológico.

Façamos uma análise breve dêsse conceito que tudo invade, e que, sendo o mais útil e poderoso instrumento lógico da ciência objectiva, não pode todavia, entrar sem correcção essencial, no domínio da psicologia.

Foi a astronomia, com seus sistemas, os corpos celestes, em fases lentas de duração estendida por milhares de séculos, que deu um aspecto de rigor absoluto às previsões da matemática, pondo, como rigorosamente fixas, as leis dos astros nas suas órbitas.

A dinâmica astronómica desceu dos ceus para a terra, e alastrou, como dinâmica física, por toda a natureza, a rede conceitual do mesmo determinismo mecânico.

Açambarcando toda a fenomenalidade, implantou-se na biologia; invadiu logo após a psicologia. E, na esfera do pensamento como no domínio da matéria, toda a capacidade dinâmica do ser pensante, ou do corpo inerte, se entendeu calcular, bem, só em função do momento actual e do momento imediatamente anterior. A força dinâmica é o produto da massa pela aceleração; a força viva depende do quadrado da velocidade que, por sua vez, é a aceleração multiplicada pelo tempo; finalmente, o trabalho mecânico é o produto da força pelo espaço andado.

Trabalho mecânico, força viva, aceleração, tudo depende, no fim de contas, dum espaço já percorrido. Todo o potencial dinâmico é função exclusiva do espaço andado, da velocidade adquirida, do tempo gasto; tudo elementos inteiramente do passado, tudo realidades que já foram, que o móvel já executou.

A possibilidade de, em física, tudo reduzir a um determinismo mecânico, com todos os elementos dinâmicos colhidos na anterioridade do momento que se considera, enraizou em todas as ciências o conceito de que a precedência e a causalidade eram inseparáveis absolutamente.

Passando o conceito à biologia, todo o conhecimento dos seres vivos se reduziu a uma investigação histórica.

A ciência do mundo vivo tornou-se mesmo a História Natural; e, na vida como na mecânica, tudo pretenderam compreender no presente fazendo sondagens investigadoras nas profundezas do passado.

O mundo de hoje só visto como efeito do que foi ontem; toda a fenomenalidade mecânica biológica, psicológica, decorrendo em evolução contínua, por numa série ininterrupta de formas, todas derivando umas das outras por impulsão vinda de trás.

Mas o determinismo mecânico, sendo um resultado da aplicação do pensamento à exploração da realidade objectiva, não é um sistema lógico, integral e absoluto, que abranja toda a fenomenalidade. A intimidade subjectiva escapa-lhe, no seu mecanismo ideativo; e nem é absolutamente exacto na sua aplicação ao mundo exterior.

E' aplicável, em rigor, sómente, a sistemas conservativos, ou fechados, onde a reversibilidade seja possível. Na mecânica real da natureza, a irreversibilidade das fases evolutivas é hoje incontestada; garantida pela Termo-dinâmica que nos impõe a degradação de energia, ou aumento da entropia, como impossibilidade de manter constante a energia transformável.

Essas insuficiências, todavia, não impediram a generalização do conceito mecanista, não lhe escapando as ciências psicológicas e sociais.

E todas as modalidades de energia, como todas as formas de actividade, foram pelo mesmo esquema interpretadas.

O caminho percorrido explicava o potencial do móvel na mecânica; a evolução desenrolada no tempo ido, e a ancestralidade estruturada na organização, definiam a morfologia da espécie, explicavam os caracteres da raça, determinavam a especificidade reacional dos indivíduos e forneciam o estófo moral do carácter, dominando a feição intelectual da mentalidade individual e colectiva dos povos.

Tudo em física, biologia e psicologia, aparece como emergindo do passado, onde, por um determinismo de anterioridades, se pretende exaurir a potência casual de todos os fenómenos.

E, recuando para um passado de séculos sem medida, nós veríamos a inteligência emergir das brumas da sensibilidade; a sensibilidade consciente provir da sensibilidade inconsciente de Cl. Bernard, ou sejam, no homem, as reflexas medulares, por sua vez antecedidas da irritabilidade neurónica que, ainda emerge do confuso reacionismo geral mergulhado no caos vital da célula, onde, nos limites da organização, redemoinha a dinâmica dos protoplasmas.

Em resumo, pois, ficaria a inteligência progredindo da sensibilidade; o afectivo da animalidade primando o psiquismo da razão - sem nuances de qualidade, apenas em quantidade variando, como grandes complementares, por cujos valores relativos, se pretende que o carácter do homem se defina tanto menos superior e intelectual, quanto mais viva e intensa a sua afectividade se manifesta.

Uma povo sentimental seria bem, assim, um retardado de intelectualidade rudimentar; um atrasado na diferenciação psicológica, de mentalidade inferior portanto, necessitando percorrer a extensa via secular duma educação adaptativa que lhe apurasse os quilates da tempera nas forjas da evolução. Só por essa via nós poderíamos modificar a afectividade inacta, que nos diminue o modulo intelectual, em proveito do sentimento.

E, entretanto, rodariam séculos sôbre a almejada transformação lenta do coeficiente afectivo em actividade intelectual; continuando nós em subordinação passiva às fôrças daquela ancestralidade longínqua que, sendo o alicerce do carácter nos desintelectualiza a mentalidade.

Mas... não será bem assim.

A' luz duma forte corrente filosófica que se diz inspirada da biologia, a eficiência dinâmica do sentimento sôbrepuja a minha eficacia da pura ideia. Toda a engrenagem do mundo moral e social será movida mais pelas alavancas, embora obscuras mas impulsionantes, da ethologia e da estética, do que pelos cordelinhos frageis, embora luminosos, da lógica.

Por aquelas alavancas, fôrças afectivas, será que tudo se move, tudo cresce, tudo se dissipa, tudo fermenta, tudo tumultua; a consciência, aparecendo na torrente que brota dos subterraneos da vida subliminal, com uma claridade que só aflora a superficie. A consciência, epifenómeno, a luz da ideia, um clarão, apenas iluminando o acto, sem capacidade de produzi-lo.

Toda a realidade de acção e progresso, toda a potência eficiente, do acto individual, ou do facto histórico, brotará dessa obscura fonte de energia creadora, onde fermentam os germens de todo o sentimento que nos domina ou da paixão que nos arrebatava, antes de faiscar na consciência a luz da ideia que depois nos guia. Assim, na estrada da civilização projecta-se a luz da intelligência iluminando a trajectória dos povos; mas a fôrça propulsora do avanço é do fundo das energias afectivas que dimana; como o brilho do Sol, também ilumina pelos espaço, a trajectória dos planetas, mas é pela fôrça obscura da atracção que executam o movimento em suas órbitas.

Ah! Sim. O efectivo é o original, o primitivo, o precoce no desenvolvimento ontogénico do indivíduo; o primordial na evolução filogénica da raça. E' o *apriori*, na prática da vida, o *elan* inconsciente na evolução da história.

O intelectual é a florescência serôdia do homem, a diferenciação tardia do cérebro, é a luz à posteriori da razão que, mesmo quando já começa a alumiar os passos da criança, nada vê nada conhece, do obscuro mecanismo das alavancas, nem do jogo inconsciente dos musculos, que tão atiladamente lhe equilibram a marcha.

Mas, logo o desejo, embrião da vontade, desponta; e a intelligência polarizada em orientação egoista, começa a interferir na vida pelas fronteiras do interêsse. A intelligência surge, afinal, como a superficie iluminada do instinto de conservação.

O afectivo prima o intelectual; sim, na sequência do desenvolvimento individual e na ordem da evolução histórica.

Prima-o, no tempo, e na potencialidade dinâmica para a acção mas subordina-se-lhe na perfectibilidade da execução, e na proficuidade dos efeitos.

O instinto de conservação é bem a fonte originária dessa afectividade que, primeiro sob a forma de egoísmo, começa a intelectualisar-se na consciência.

A criança é egocêntrica, conjuga todos os verbos na primeira pessoa. E, se podemos não aceitar de Fouillé a noção integral das ideias forças, recusar à lógica o potencial dinâmico da execução do acto, o que não podemos negar é que só a inteligência marca sentido e forma à trajectória do proceder, impondo maturidade à impulsão.

Seja, que nas caves psico-fisiológicas onde germinam às escuras as potenciais dinâmicas da acção, tudo se reduza, por ventura, a puro determinismo mecânico, segundo as equações diferenciais de Lagrange: mas, logo que aflora no lumiar da consciência a ideia intelectualizada, é o determinismo finalista que se instala.

Todo o acto consciente passa a inspirar-se numa intenção, que é a finalidade integrando-se nas determinantes do proceder.

A teoria das causas finais não tem já lugar no estudo objectivo da natureza; mas não perderá nunca o valor predominante, que lhe pertence, no determinismo psicológico.

A Ciência prevê, e é porque prevê que pode ser útil e servir como regra de acção. Prever é formar uma ideia do que há de ser realidade, mas que no momento actual ainda o não é.

Proceder em harmonia com a previsão feita, é pôr no determinismo psicológico do acto, um elemento de realidade futura; ao contrário do determinismo mecânico, que só é função de realidade esgotada.

Assim, na conducta humana, são as consequências que mais valorizam os princípios; a vida decorrendo como um silogismo às avessas.

E' caracterizando, por sua finalidade, o acto, que até o assassinato não é crime, se o seu objectivo foi a defesa própria. Na história da humanidade até as atrocidades da guerra se justificam pela vitória dos que alcançam; porque representa a satisfação da finalidade que a desencadeára.

O arrependimento, o remorso, são o reconhecimento penoso numa finalidade que falhou.

A finalidade aparece-nos, assim, como elemento predominante interferindo na lógica com que a inteligência guia a acção. E' ela essa finalidade que sintetisa o ideal, como um centro onde convergem as aspirações; como alvo que norteia as tendências dessa impulsividade afectiva que dá poder de eficiência à vontade.

É o futuro; é o desconhecido, o ignorado, que tanto solicita a evolução da vida, como estimula o avanço da ideia.

Em todo o mundo vivo se reconhece aquele incoercível *elan vital* de Bergson, surgindo das criptas da organização, como alguma coisa que o passado não explica e ao determinismo mecânico escapa.

Esse *elan*, que é, na estrutura do ser, o potencial que lhe afirma a vida ao sentido positivo para se continuar, é, no mecanismo do pensamento, a potência estimulante da ideia que nos leva irresistivelmente a razão a induzir. Ninguém soube ou pode até hoje, definir esse arrojo do nosso espírito para a indução: força incoercível que nos impele a dar o salto para diante do demonstrado.

Mas é tão manifesta a sua acção que a própria Matemática nele assenta o axioma basilar de toda a sua mecânica demonstrativa.

É, no fundo, o *intuitus purus* de Descartes, que apreende directamente a verdade sem demonstração.

Descartes reconhecia êsse alôr espontâneo nos germens da ciência que estão em nós - «*sont in nobis semina scientia*». Ainda melhor quando diz: «*Habet humana mes nescio quid divini*».

É o avanço espontâneo que dá convicção e dá certeza; que nos faz vêr a verdade em «n-1», quando ela só está provada para «n-1» como na demonstração por recorrência a que toda a Matemática se reduz.

Não é só um apetite intelectual, é fome, é voracidade que na passagem de «n» a «n-1» assimila a verdade sem a digerir. E' o estímulo que impele à interrogação contínua a curiosidade da criança. E' a voracidade insaciável que impele o pensamento ansioso, pelo declive da voragem analítica, a caminho do abismo sem fundo dêsse infinito abstracto, para onde rolaria indefinidamente, se da própria impossibilidade não fizesse barreira, criando um fantasma ideal, negativo, contrapitório da corrente lógica que o despenha na voragem das séries sem fim.

Assim procede a Matemática com o infinito, que é a contradição e negação do número: a física com o éter, que é a contradição da matéria: a química com o átomo, que era há bem pouco a negação de tudo o que é corpo: até a própria teologia com Deus, que é a negação da causalidade mesma, que a êle a leva.

Nas Ciências Naturais, êsse alôr espontâneo de curiosidade fecunda, necessita de observação; e é por ela que procede; mas o conhecimento avança sempre, por aquele impulso misterioso da indução, dando, de quando em vez, o salto de génio, que passa além do observado.

E a própria essência do processo lógico que pela lógica já se não explica, porque a própria lógica é ele, êsse *elan* divinatório que produz, pela indução, o verdadeiro incremento científico, alargando sôbre a natureza o conhecimento humano. Induzimos, como se estendessemos a mão a colhêr da árvore da ignorância, o fruto que o terreno já cultivado pela Ciência nunca produziria sem êsse gesto.

E que diremos no domínio artístico?

Descartes punha acima do raciocínio dos filósofos o alôr psíquico espontâneo, da imaginação dos poetas.

Rodin explorou com génio essa fonte virgem de emoções estéticas, sabendo estimular êsse alôr psíquico do belo.

Parece dar-nos a prova paradoxal de que é tal a fôrça de *elan* e avanço do pensamento, que se torna preferível realizar pouco, só pelo prazer de não fazer tudo, deixando livre a concepção do mais.

A obra de Rodin abre as portas ao templo da beleza; mas para Rodin êsse templo não é fechado como um sacrário, de onde a emoção estética refluindo, tivesse de sair às arréguas; é apenas o átrio da avenida ampla, para onde se expande livre o *elan* artístico, avançando o ideal iniciado.

Teve a intuição de que o ideal não tem paragem que o não apouque. O *elan* da emoção sufoca-se com o ponto final; Rodin deixa a obra com reticências...

E é isto a vida! É assim a fôrça misteriosa dêsse alôr psíquico que, mais ainda que o *elan* vital de Bergson, nos faz do pensamento um enigma atroz, como se fôsse um paradoxo absurdo que engordasse da própria fome satisfazendo-se da sua própria anciedade insaciada!!

Assim, pois, aplicado à evolução da vida e ao mecanismo do pensamento, o determinismo mecânico não póde produzir senão noções falsas, sempre, ou quási, completamente invertidas porque nos leva para dentro da fisiologia e da psicologia, um processo lógico de nexos exclusivos com o *passado*; quando na vida e no pensamento há, de sua essência, irreductível, um nexo preponderante com o futuro.

Mas, há mais ainda. A previsão, que a ciência obtente graças ao determinismo mecânico, só é realizada quando mantida a estabilidade do sistema em que ocorrerá.

A previsão feita nada influe o curso normal das determinações mecânicas que vão desfechar o fenómeno previsto; mas, integrada no pensamento, póde tornar-se o elemento preponderante no determinismo psicológico, definindo a nossa atitude ou movendo a nossa acção, em relação a êsse futuro factum que ainda, não é realidade.

A situação do corpo físico, função exclusiva do seu passado, em nada se liga ao que virá depois. É a avalanche alpina, despenhando-se pelo declive, imperturbável e fatal, quer a espere no fundo o macio relvado da planície onde se afofe, ou a água escura dum lago onde se afunde, ou ainda o travão dalgum penhasco, onde se esborôe feita em estilhaços. Com absoluta indiferença pelo futuro de sua individualidade corporea, os acidentes da trajectória não tem nêsse campo repercussão, senão quando os topa no caminho.

O homem, com a memória do *passado*, faz a previsão do *futuro*, que determina a sua atitude no *presente*. A cada passo na trajectória da vida, a cada momento, na nossa existência, corresponde uma atitude psicológica, que o caminho a percorrer define e orienta.

Se, no mundo físico, tudo explicamos em função do que já foi, e na esfera do pensamento domina a preocupação do que ha-de ser, ao problema psicológico fica vedada a intromissão do raciocínio pelo esquema mecânico. Na física tudo é actualidade duma impulsão passada, em psicologia tudo é actualização duma realidade futura.

Eis a razão dêsse indomável *elan* indefinido e vago que, para diante, nos atrai e chama a prosseguir, em todas as manifestações vitais. Sintetisa-se no ideal, que é um futuro com reticências...; e, concretisando-se pela previsão em termos de finalidade, é êle que nos mobiliza a acção e orienta o proceder.

Mas, êsse determinismo mecânico, tão útil nas sciências físicas, seduziu, subjogou os espíritos, saíndo para fóra dos sistemas isolados, conservativos ou sensivelmente fechados da mecânica, para outros onde a irreversibilidade manifesta não podia comportar tal método senão o da verdade dos conceitos, grande sacrificio da verdade dos conceitos.

Assim sucedeu em Biologia e Psicologia, onde a verdade, sacrificada ao preconceito mecânico-determinista, se mascarou de aspectos ilusórios que é preciso modificar.

Este coeficiente, estrictamente intelectual, que dirige e faz convergir as forças afectivas no fóco duma ideia luminosa a realizar, é que domina e inspira o proceder individual, como marca as directrizes na evolução dos povos.

E, quando uma finalidade imperiosa se ilumina de clarões demonstrativos que mudam os nimbros da Esperança em uma verdade de convicção, então é que a affectividade põe sumas forças ao serviço da razão; a sentimentalidade despe-se das fórmulas afectivas que a ligam ao condicionalismo orgânico para tornar-se intelectualidade liberta, acima dos determinismos fisiológicos, na dinâmica do pensamento, onde a finalidade impera como absoluta.

Que venham essas forças afectivas dos subterrâneos do Eu, que emergjam das últimas criptas da organização, que germinem na estrutura ultramicroscópica dos neurónios ou na fermentação bio-química dos plasmas: que elas sejam a síntese dinâmica das fundas energias vitais intrínsecas da substância organizada, ou que sejam a integração do número infinito de esquemas dinamogénicos impostos pela acção do meio às reacções adaptativas da matéria viva; todas elas, assim, impulsivas e tumultuosas, inatingíveis na sua potência, indeformáveis na sua qualidade, são todavia susceptíveis de se orientar em direcções convenientes; e, polarizando-se a uma finalidade determinada, canalizados os seus impulsos numa trajectória bem definida, ela torna-se a energia eficiente do acto pelo esquema da inteligência.

O que é indispensável é criar bem vivo êsse fóco de convergência, êsse norte polarizante; avivar a méta a que deve tender a trajectória do proceder, para que a vida tome rumo bem

determinado e as energias da impulsividade afectiva se não dispersem em derivações improdutivas, que lhe enfraqueçam o caudal desfalcando a eficacia propulsiva.

No seu livro *Energia Americana*, Firmin Roz fala de uma inteligência precisa e *linear*. Eis a definição característica dominante da psicologia do americano.

O resultado é um procedimento rectilíneo.

Faz o que faz, caminha em linha recta, não se dispersa em zig-zagues.

Mas, a linha recta exige para a sua determinação dois pontos. E a vida é fundamentalmente uma série de actos em linha. A vida é um fenómeno que continúa, diz *Dante*.

Tem sempre adiante, o *futuro* para onde se estende, à medida que o actual se vai enrolando no novelo do *passado* que se extingue. E' preciso que, nesse *futuro*, um ponto nítido, um alvo claro, marque a direcção, à trajectória por onde o homem encaminhe o procedimento. A meta, o alvo, que norteia a acção, é assim sempre um elemento do *futuro* que o pensamento chama a interferir nas determinações do *presente*. Entra, pois, em função a característica mais essencial e irreductível desta subtil máquina da inteligência, que se propulsiona com seu próprio produto, haurindo do passado pela memória, alimentando-se do futuro pela previsão, e laborando, no momento actual, a ideia como síntese do que já foi e daquilo que ainda não é, preparando no homem as atitudes de frente para o que será.

Mas, o *futuro* é incorporeo, é vago e escuro; para êle se evolvem as fantasias os devaneios, as utopias, as aspirações indecisas, intuições fugazes atravessando como relâmpagos um cáos de sombras.

Compete à razão o *fiat lux* nesse cáos, raciocinando as previsões lógicas que hajam de fazer convergir, para uma finalidade segura, as potencialidades afectivas que, do património hereditário da tradição, num *passado* que já morreu, aneiam por se expandir, na realização dum *presente*, que é a Vida, preparando um *futuro* que seja o Progresso.

Em face das considerações psicológicas que deixo esboçadas, o problema da nossa mentalidade apresenta-se-nos sob um aspecto inteiramente novo, e diverso daquele em que o encaram as opiniões depreciativas que uma fraca capacidade intelectual nos inculcam.

Não é a nossa sentimentalidade que nos deprime. A posse, mesmo, do rico depósito de qualidades afectivas que nos atribuem, inspira-nos a convicção de que sendo mobilizadas, como forças de acção, ao serviço duma finalidade bem marcada, patentearia toda a sua eficácia na realização dos maiores objectivos.

Mas essa finalidade, que encaminharia a pujança do nosso espírito no sentido dum largo desenvolvimento científico fautor duma rica prosperidade nacional, essa finalidade feita ideal a proseguir e bem definida como objectivo a realizar, não tivemos em Portugal quem lhe desse vulto e relêvo, formulando-a em termos de se impôr: e, menos ainda, quem lhe emprestasse os meios de se activar.

Essa finalidade, definida como objectivo nacional, é que preponderou como força determinante da prosperidade científica a que se elevou a Alemanha, em todo o século XIX. Ela foi formulada com toda a nitidês, em 1807, por Frederico Guilherme III quando, ao aprovar o plano da fundação da Universidade de Berlim proclamou que - «o que o Estado perdêra pela força física o devia reparar pela força moral».

E, logo, o êxito dessa finalidade ficava assegurado constituindo-se a Universidade como «Corporação privilegiada de sábios, cujas funções devem ser, acima de tudo, a livre investigação dos conhecimentos humanos».

Foi um verdadeiro determinismo finalista que promoveu essa exuberante riqueza civilizadora, que irradiára a ciência alemã, por todo o mundo.

E, para que o objectivo daquela finalidade se não pervertesse, nem os meios da sua realização se prejudicassem, a instituição universitária não só se constituiu com todos os recursos precisos para a vida dispendiosa, mas fecunda, da ciência, como, também, se punha ao abrigo de todas as influências perturbadoras dos políticos e dos Governos, outorgando-lhes aquela autonomia e independência tão incisivamente acentuada na memória de Humbolt ao rei da Prússia, e cujos termos, já atrás indicados, bem merecem entre nós repetir-se até serem ouvidos: - «Não deve o Estado intrometer-se nos negócios internos da Universidade, e deve ter sempre presente ao espírito que isso não é nem pode ser da sua competência; e que quando interfere, é sempre com prejuízo».

Ah! Seguramente não é uma utopia vêr como pode preponderar na marcha evolutiva dos povos, mais a finalidade, como representação subjectiva do seu destino, do que a ancestralidade estruturada no seu património hereditário.

Toda a vida individual, como toda a evolução colectiva, avançam mais pela atracção dos objectivos que as solicitam de diante, das bandas do futuro, do que pelas forças do determinismo mecânico que simplesmente as empurram de trás, vindas da banda do passado.

A voz dos mortos só se ouve quando a voz dos vivos amortece.

É a falta duma finalidade sugestiva, e atraente, e não na escassês de homens de génio, nem a falência de iniciativas intellectuais, que nos apouca a história moderna desta gente ousada mais que quantas no mundo cometeram grandes coisas.

Ex.^{mo} Presidente. - Com as Instituições Republicanas rompe pela Universidade uma lufada de ar reconfortante. Soprada por V.^o Ex.^o com o largo fôlego dum espírito que é na esfera alta dos

grandes ideais a encarnação luminosa da inteligência livre, essa rajada de ar vivificador não podia deixar de vir iluminada dos revérberos que na incandescência do seu amor patriótico refulgem sempre de par com os clarões da ideia liberalíssima.

E o verbo emancipado, que nunca soube o que era outra tutela sem o amor da Pátria, proclamou e estatuiu que a Universidade não tivesse outra tutela senão o amor da Ciência.

A autonomia universitária foi um facto. Mas, o sectarismo estreito da Política, sorvedouro de todas as independências, por pouco tempo deixa brilhar no diadema de Minerva o esplendor da Liberdade que sob a egide da República, por determinação do V.^a Ex.^a, uma vez aqui resplandecêra.

E o nosso espírito ancioso, cheio de zêlo pela Ciência e acendrado de amor patriótico, vergado, embora, ao pêso duma hora má que ainda dura, desejaria que retumbasse pelos ares ao largo, enchendo os âmbitos na nossa Pátria, esta exortação recriminativa - «Quando se compreenderá definitivamente em Portugal que a Liberdade e a Siência são igualmente necessárias à fecundidade duma e outra, e ambas elas, e só elas, a fonte viva das prosperidades com que se engrandecem os povos?»

«Quousque Tandem Catilina...?»

(Página deixada propositadamente em branco)

Doutor
Alberto Moreira da Rocha Brito

1933



As escolas de serviço social

Alberto Moreira da Rocha Brito

•

Nasceu em Campinas (Brasil) a 19 de Julho de 1885.

Faleceu no Porto em 5 de Março de 1955.

Carreira Académica

Matriculou-se na Faculdade de Matemática em 1904, Filosofia em 1905, e na de Medicina em 1907.

Bacharel em Filosofia e Medicina em 1912. Doutor em Medicina em 1915.

Professor Catedrático desde 1942, jubizou em 1955.

Leccionou: Clínica Médica; Clínica Psiquiátrica; História e Filosofia Médicas,

Ética Profissional; Dermatologia e Sifilografia; Patologia Médica;

Hidrologia Geral; Clínica Médica.

Cargos Exercidos

Director do Serviço de Clínica Dermatologia e Sifilográfica e Director de Clínica dos Hospitais da Universidade de Coimbra. Bibliotecário da Faculdade de Medicina de Coimbra. Director do Laboratório de Química Biológica. Director Clínico da Estância Termal da Curia. Provedor da Misericórdia de Coimbra. Presidente da Junta da Província da Beira Litoral, da Alliance Française de Coimbra e da Junta de Inspeção aos Funcionários Civis Tuberculosos de Coimbra. Director das revistas *Coimbra Médica*, *Revista de Dermatologia e Sifilografia*, e do jornal *O Bom Combate*.

Distinções

Oficial da Legião de Honra. Sócio Honorário da Academia de Ciências, Artes e Letras de Lyon e da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa.



Alberto Moreira da Rocha Brito

Foto gentilmente cedida por sua neta Senhora D. Teresa Perdigão.

*Excertos da Oração de Sapientia, proferida
por ocasião da abertura da Universidade
no ano lectivo de 1933-1934.*

Mas, antes e como patriótico desabafo, quero dizer que na Conferência Internacional do Serviço Social não se encontram duas linhas sobre o nosso país e no entanto temos com que preencher, gloriosamente muitas páginas respeitantes à Caridade e à Assistência, mesmo no aspecto *Serviço Social*.

Se eu estivesse presente, lembraria o nosso passado das gafarias - instituição das mais belas, - precursoras do que hoje se faz de melhor nos países de lepra - e que nos tempos remotos da idade média colocava Portugal muito acima das nações da Europa, e isto quando a pátria principiava os difíceis passos da nacionalidade.

E, bastaria dizer o que foram e o que são as nossas Misericórdias - as nossas tresentas Misericórdias - a funcionar ininterruptamente desde 1498.

Bastaria ler os seus Compromissos ou Regulamentos para nimbá-las de glória, como precursoras, pelos seus fins, e pela sua técnica, das mais interessantes modalidades do moderno Serviço Social, e isto antes que o humanista espanhol João de Vives, o amigo de Erasmo, propusesse em Bruges por 1526 os senadores e secretários visitantes.

«de como ham de visitar os envergonhados, ... de como ham de tirar primeiro inquiriçam... e assy pela vizinhança onde as taes pessoas envergonhadas e as tomem todas em roll...»

e isto muito antes que Sam Vicente de Paulo - o grande filantropo - em 1634 instituísse a visita aos hospitais e o socorro aos expostos:

De como o provedor ha de repartir os carregos e primeiramente começa nos espritaes... e primeiro que esmo la alguma façam faram toda delegência que poderem para saberem de suas necessidades

e muito antes, finalmente que o Professor de clínica médica e de moral social nos Estados Unidos, Cabot, tivesse descoberto *O Serviço Social no Hospital*.

Bastar-me-ia ter lido essas páginas, cujo pitoresco sabor a antigo eu não saberia verter em francês, para afirmar que

Tudo aqui está em embrião e mais do que em embrião:

O serviço social no hospital;

O inquérito social e o seu diagnóstico;

O socorro em alimento e em dinheiro proporcional às necessidades de cada um; a distribuição de pousadas e camas, e até o nome de *visitadores*, tão do gosto moderno, não faltando mesmo a visita de enfermagem, pois que os *conselheiros visitavam com mèsinhas*.

Não tinham, é certo, uma escola de serviço social mas a verdade é que já o ensino teórico era dado nos compromissos e o prático era feito na experiência de todos os dias, e quási, quási já havia um princípio de orientação profissional, pois, para os cargos era sempre escolhido o mais *Auto*, o mais apto. E, visitavam os presos - Serviço Social nas Prisões - a quem não faltavam com os socorros em pão, carne, peixe e vinho, facilitando-lhes a ida para o degrêdo e o da mulher e filhos, enterravam os enforcados e, nota esta bem sentimental, espécie de serviço social na *Justiça*, procuravam congraçar os desavindos:

... sabendo que algumas pessoas, antrelas ha desavenças ou ódios, trabalharão por fazerem antreles amizades...

.....
.....

Ao lado destes livros há um que freqüentemente consulto e medito: é o da minha vida profissional, livro de páginas vividas e escritas no contacto com o sofrimento, com a miséria, com a ignorância, as mais das vezes duras e rudes, quasi sempre sombrias, raro totalmente iluminadas por um clarão de alegria ou por um lampejo de esperança, em que nem sempre o cepticismo é batido pela certeza dum bem completo, páginas da clínica citadina, páginas do Dispensário, páginas da enfermaria.

E, porque não o podeis consultar, aqui vos digo algumas delas – pedindo-vos que vos não deixeis dominar pelo tom de tristeza que nelas ressoa e reserveis para final deste trabalho o vosso juízo definitivo.

No consultório:

– Tipógrafo, homem de 40 anos, atacado de tuberculose evolutiva.

Receitei um tónico recalcificante e aconselhei boa alimentação, bom ar, repouso, vida emotiva tranqüila, que dormisse de janelas abertas, que deixasse o sol entrar amplamente pela casa.

Um sorriso amargo acolheu os meus conselhos, desnorteando-me, pois a receita estava certa, o diagnóstico correctíssimo, os conselhos – dentro da mais ortodoxa ciência médica!

Pedi-me que fôsse a sua casa. Fui: pardieiro lúgubre da baixa, uma petiza enfezadita e suja à porta;

Com o seu ordenado sustentava mulher, a petiza e um filho de 15 anos.

Compreendi o sorriso amargo, quedando-me envergonhado dos meus conselhos; sobretudo obsediava-me o ridículo daquele – que o sol amplamente entre pela casa, e compreendi também a *ironia*, que nunca tinha notado – do aforismo – o sol quando nasce é para todos.

Completei o diagnóstico clínico com o diagnóstico social: Miséria, carência de alimentos, de luz, de ar, de conforto.

Empreguei o pequeno, coloquei a filha no Asilo do Dr. Elísio de Moura e meti o doente no hospital, tinha realizado um serviço social e tinha feito de assistente social, sem saber, como Mr. Jourdain fazia prosa.

– Mãe que não consegue ter um filho vivo. Tem sido uma hecatombe: entre abortos, nados mortos e mortos de tenra idade, nenhum, de onze, conseguiu *ver vivo*.

Diagnóstico clínico: avariose, contagiada pelo marido que a tinha adquirido na adolescência.

Medida profilática social, entre outras, atestado pre-nupcial ou exame médico obrigatório ante-matrimonial.

No Dispensário:

Petiz de 6 anos, *tinioso*. Exemplar raro. *Tinha* do couro cabeludo e de tôda a pele glabra; mais raro ainda: tem o ventre volumosíssimo, hidrópico, 5 litros de líquido ascítico; alcoolismo crónico.

Informa o pai, radiante da proeza: bebe vinho e aguardente como um homem, e, ouviram os alunos do Dispensário, mesmo agora antes de entrar bebeu um copito.

Abstive-me, descoroçoado, de dar conselhos, mas completei o diagnóstico clínico com o social: miséria, estupidez, ignorância. Internei a criança.

Aqui, o serviço social tem um largo problema a resolver. É tôda uma mentalidade a reformar.

- Mulher leprosa, em fase contagiante, mãe de três filhinhos ainda sãos, que os filhos de leprosos nascem sem a lepra.

... se a podia internar no hospital mais as crianças.

Não era possível hospitalizá-la, por ser leprosa, nem aos meninos por serem sãos.

Dei-lhe muito bons conselhos, recomendando com insistência que se isolasse dos pequenos.

- Como, Santo Deus !? e, desanimada, esfregava uma contra a outra, as mãos mutiladas. Como? ¿Se vivo de esmolas e com elas sustento os meus meninos?

E, desta vez, mesmo sem saber, não pude fazer serviço social, mas completei o meu diagnóstico: miséria.

- Ao assomar na porta o horrível e medonho carão hipertrofiado, todos que estávamos, alunos, enfermeiros e médicos, lemos o diagnóstico estampado na máscara leonina - *lepra tuberosa* no máximo de estragos - C₃ e, tomados dum instintivo movimento de repulsa, sempre existente por maior que seja a nossa piedade, mandámos entrar o homem, sim o homem...

- Que vinha a pé de Cantanhede, esmolando de logarejo em logarejo e pedia uma entrada no hospital.

Respondemos não ser possível, mas que estávamos prontos a tratá-lo no Dispensário.

- Chorou, porque... as lágrimas caíam-lhe da cara, poisque o fâcies, êsse era indiscreto, num mixto de todos os esgares.

Feita uma subscrição, lá voltou à terra e no dia seguinte noticiaram os jornais que êle degolara a mulher com uma navalha de barba.

¿Estaria isto escrito no livro do Destino ou poder-se-ia ter evitado? Um serviço social anexo ao Dispensário talvez tivesse impedido a catástrofe.

- Entra uma mulher e, chorosa, pede-me alta para uma filha internada no meu serviço.

Ao dizer-me o nome, respondo: mas essa doente não pode sair, foi-me trazida pela polícia e só pode ter alta quando livre de manifestações contagiantes.

- Senhor Doutor, mas desde que ela entrou para o hospital, foi a fome em nossa casa! Era ela o sustento dos irmãos mais novos. Para não contagiar os outros, diz o Senhor Doutor, ¿e quem na contagiou a ela?

- Diagnóstico social: miséria das misérias: económica, física e moral.

O Serviço Social encontra neste caso o mais grave e complexo dos seus problemas.

¿E o que me dizem as páginas do Hospital?...

.....
E o médico, Senhoras e Senhores, que tinha abraçado, embora não a tivesse escolhido, a sua carreira, cheio de entusiasmo, fé e ardor combativo, sentiu os seus esforços e energias quase impotentes perante a tuberculose, a sífilis, o alcoolismo, a lepra, a prostituição, que são os graves flagelos sociais que nos atormentam, todos eles de braço dado com a miséria, num círculo vicioso, onde muitas vezes se não descortina onde está a causa, onde o efeito, o médico viu que não bastariam um diagnóstico acertado, uma receita adequada, os conselhos e as palavras de conforto, se o seu serviço individual não fôsse prolongado, não se completasse por um conjunto de medidas sociais, a que nós hoje chamamos o Serviço Social.

E, êsse médico, que queria ser médico na plenitude desta nobre profissão, para a qual sobeja a vontade, mas falece o tempo, impossibilitado, como todos os seus colegas, de ser simultaneamente médico e assistente social, entregou-se à propaganda profiláctica e logo no primeiro Congresso Beirão, realizado em Vizeu em 1920, numa conferência sobre dado aspecto da saúde pública disse - animam-nos, a todos, os desejos de vermos as Beiras aperfeiçoadas, valorizadas nas suas fontes de riqueza mas pelo programa das teses vejo que ninguém se lembrou do primeiro e mais poderoso factor de riqueza - o beirão - e no entanto, sem o homem ¿para que servem as próprias riquezas? nem a própria paisagem, esta majestosa e ao mesmo tempo ardente paisagem, porque até esta é um estado d'alma, conforme estamos alegres ou tristes, ou doentes. E alguém de V.^{as} Ex.^{as} sabe dizer quanto vale em dinheiro um beirão; ¿alguém já pensou em valorizar êsse capital? ¿quanto perde a Beira por cada beirão que morre ou adocece? Não soube responder e ninguém me respondeu e no entanto os egípcios, os gregos, os romanos sabiam o preço dum escravo, os nossos negreiros também.

Hoje, posso responder indirectamente porquanto está calculado o valor monetário dum homem nos Estados Unidos, por exemplo, assim como está feito o cálculo de quanto êste grande país perde com a doença ou com a morte dos seus filhos.

E, visto que o aspecto económico do Serviço Social é um dos seus grandes esteios, vou abusar da paciência de V.^{as} Ex.^{as} resumindo e extractando alguns passos do livro *The money value of a man*, de Dublin e do relatório apresentado à Conferência Internacional por Homer Folks, secretário da Sociedade de Assistência do Estado de Nova York.

O primeiro cálculo, por exemplo, refere-se ao valor dum homem que aos 43 anos, idade média da máxima produtividade, tem o ganho anual classificado de modesto pelo autor, de 2.500 dólares, ou sejam 55 contos, cálculo para diferentes idades da vida. Esse homem, aos 21 anos, por exemplo, idade em que adquire os direitos de cidadão, vale 30.770 dólares, isto é, 676 contos.

Os cálculos referentes ao mais baixo vencimento, que encontro no livro ou sejam 1.000 dólares, 22 contos, dão o seguinte para as idades que eu escolhi.

Um homem de 20 anos	vale	10.050	dólares	=	221	contos				
»	»	»	40	»	»	8.700	»	=	191	»
»	»	»	60	»	»	2.450	»	=	53	»
»	»	»	70	»	não vale nada.					

¿Que darão estes números transportados para Portugal?

¿E quanto custam a doença e a morte aos Estados Unidos?

Resumamos o citado e extenso relatório:

«Os encargos da doença são calculados por ano em 3.729.925.396 dólares.

«O montante dos ganhos suprimidos pela doença e pela morte é, em números redondos, de 12 biliões de dólares, anualmente».

A soma das duas cifras é de 15.729.925.396 dólares.

Isto é, a doença e a morte custam anualmente àquela grande Nação a fabulosa quantia anual de 346 milhões de contos.

¿Esta formidável cifra não é susceptível de diminuição? Responde o mesmo autor que no estado actual das Ciências Médicas pode ser diminuída de mais dum 1/3, ou seja na proporção das chamadas doenças evitáveis. E vale bem a pena tentar tão gigantesco esforço, pois que esse deficit de saúdes e de vidas traduz-se pela perda de 15 % do rendimento nacional - que é a soma de todos os rendimentos individuais da Nação.

O serviço social tendo em vista entre muitos dos seus objectivos, a protecção do capital humano, é em última análise um factor de enriquecimento, pois que é enriquecer a Nação «prolongar a idade produtiva, desenvolver o vigor, a habilidade, a boa vontade dos trabalhadores, salvar existências ameaçadas, prevenir a doença e a miséria», aumentando assim esse mesmo capital humano, cujo valor nos surpreende pela sua enormidade - «na América e na Inglaterra é cinco vezes maior do que a riqueza nacional, ou seja o conjunto de todos os bens móveis e imóveis, quer do Estado, quer dos particulares» (R. Sand).

Mas isto é apenas ver o problema económico, que era a minha intenção quando perguntava quanto valia um beirão e hoje pergunto quanto vale um português, mas os problemas do Serviço Social têm outros aspectos iguais, senão mais interessantes, como êsses da protecção à criança e ao velho, e, no entanto aquela ainda nada vale e êste já deixou de valer.

Digo mais: a criança é um enorme encargo ainda antes de nascer, é-o mesmo quando nasce e continua sendo até à adolescência - nesse longo período de improdutividade, cujo valor também foi calculado por Dublin na citada obra: numa família de pai, mãe e três filhos, cujo *modesto* rendimento anual é de 55 contos, uma criança custa até a puberdade 228 contos.

Será assim, mas colocai num prato da balança todo o ouro do mundo e no outro a vida da criança, êsse luzeirinho contingente e hesitante - *anímula, vágula, blândula, hospes comesque corporis*, e perguntai à mãe qual prefere!

Mas, encargo, e pesado, que seja, tôdas as nações o desejam ver aumentado na curva da sua natalidade e aquelas que a têm estacionária, estudam mil maneiras de a não perder, pois, sociólogos, políticos, professores bem sabem que a criança é o homem de amanhã e por isso tentam pô-la ao abrigo das mil contingências hostís que a rodeiam.

Diz o Conde Carton de Wiart, Ministro de Estado belga, que um filósofo, nos primeiros dias dêste século, ao tirar o horoscópio do recém-nascido, proclamara que êste seria o século da criança.

E é verdade, que dos nossos dias é esta grande descoberta: descobriu-se a criança. Concluiu-se que a criança não é uma miniatura do homem ou da mulher - mas que é um ser à parte na humanidade, com a sua mentalidade, com as suas necessidades, com a sua individualidade nitidamente distintas.

Há, sem dúvida razões sociais, que deram tôdas as simpatias para as crianças, cujos direitos foram bem alto proclamados no Congresso de Genebra, mas os velhos - que não são uma esperança, os inválidos, os cegos, os surdos mudos, que são pesados encargos, ¿porque teima a sociedade em socorrê-los?

¿Porque não fazemos como certos povos em que são os próprios filhos a suprimir os velhos pais, como bôcas que é preciso fechar ou como certas raças da encantadora Sumatra, todavia inteligentes, que abandonam totalmente os doentes à sua sorte?

Os vossos corações estão respondendo...

.....
Mas -

Ex.^{mo} Reitor, Senhoras e Senhores: É tempo de definir o que é Serviço Social.

Dum lado, a miséria em todo o seu complexo e temeroso aspecto.

As doenças sociais: a tuberculose, a sífilis, o alcoolismo, o sesonismo, a lepra, o reumatismo, gravíssimo problema nalguns paízes, o cancro, a loucura.

A invalidez, os cegos, os surdos mudos, os entrevados. Os acidentes de trabalho - as doenças profissionais - as epidemias - as doenças infantis - as estiagens - as inundações - os tremores de terra - a fome - o desemprego - a guerra.

Do outro lado:

Todos os organismos e instituições que o homem a pouco e pouco tem descoberto ou inventado para combater ou prevenir a miséria em todos os seus aspectos, porque o homem tem levado de vencida a natureza hostil e tem dominado os seus próprios instintos:

Albergues - Hospitais - Sanatórios - Dispensários - Centros de higiene - Asilos - Creches - Maternidades - Gotas de leite - Preventórios - Misericórdias - Reformatórios - Refúgios - Tutorias da infância - Tribunais de menores - Jardins-escolas - Balneários públicos - As praias artificiais - Colónias marítimas - Jardins operários - Cidades universitárias - Caixas de compensação - Bolsas de trabalho - Mutualismo - Seguros sociais - Casas económicas - Bairros sociais - A Sociedade das Nações - As religiões.

E como ponte entre estes dois lados, como traço de união, o serviço social, com sua técnica própria, com seus métodos e meios de acção, adaptando a cada caso o melhor remédio, tentando prevenir mais do que remediar, aperfeiçoando e esclarecendo a caridade, organizando-a metódicamente e cientificamente, estimulando todos os factores de assistência e previdência, animando as boas vontades particulares, solicitando e insistindo junto dos poderes públicos pelo aperfeiçoamento dos organismos e instituições já existentes e pela criação doutros novos, lembrando alvitres originais, forjando enfim uma consciência colectiva que aceite e vibre com estes ideais.

Na definição de Joannon, é, em síntese, a utilização judiciosa e dedicada dos meios preventivos e curativos de luta contra um grande número de males sociais. Esses meios de luta constituem o armamento social.

Assim, e seguindo as directrizes da Conferência Internacional, colectiva ou individual, do Estado ou da Iniciativa particular, o Serviço social reúne e orienta todos os esforços que visam, segundo René Sand:

A aliviar os sofrimentos provenientes da miséria. (é a assistência paliativa);

A recolocar os indivíduos e as famílias em condições normais da existência (é a assistência curativa).

A prevenir os flagelos sociais (é a assistência preventiva);

A melhorar as condições sociais, elevando o nível da existência (é a assistência construtiva).

Vasto plano para cuja realização se necessita dum pessoal adestrado, que se não improvisa.

São os auxiliares ou assistentes sociais, na sua maioria, mulheres - agentes de ligação entre o mal existente e o remédio, entre o mal contingente e a previdência, são elas que procuram o desgraçado, a família que caiu na miséria, o menor em perigo moral, estudam o meio em que vivem, fazem o seu diagnóstico social e indicam o seu remédio ou onde ir procurá-lo.

Para se conseguir um fim destes, a caridade não é bastante; não basta fazer o bem, é necessário saber fazê-lo, não basta a intenção, é mister a aprendizagem.

Essa a nobre função das *Escolas de Serviço Social*, actualmente em número de 116 em todo o mundo, algumas a funcionar há uma trintena de anos, na sua maioria anexas às Universidades ou sob sua inspiração, umas por conta do Estado, outras da iniciativa particular, umas autónomas, outras sob a tutela do Governo, algumas confessionais, católicas ou protestantes, outras neutrais. Em tôdas elas ministra-se o ensino teórico e prático, que, em regra geral dura dois anos, sendo quási sempre o primeiro para a preparação geral e o segundo para a especialização.

.....
Esquema do 1.º ano:

A) Ciências sociais

Sociologia e questões sociais; filantropia e literatura sociais. Economia política e social; legislação, estudo do pauperismo.

Regímen da Indústria; descrição dos misteres.

Direito público, social e administrativo.

Higiene industrial e social, compreendendo a puericultura.

Psicologia e pedagogia individuais e sociais.

Estudo da infância e da adolescência,

Estatísticas.

B) Técnicas gerais

Economia doméstica.

Cuidados aos doentes, aos feridos, às crianças.

Métodos de documentação, inquérito, técnica de escritório. Educação cívica.

255

C) Serviço social

História, ciência e prática do serviço social da assistência e da previdência.

Organização da colectividade urbana e rural.

Estudo das Obras.

Deontologia.

Esquema que varia naturalmente de país para país, de escola para escola.
Quanto ao ano de especialização vejamos um caso concreto, numa escola belga:

D) Especialização

(150 horas de ensino teórico; 6 meses de tirocínio prático
pelas diferentes Instituições da Especialidade)

A especialização é escolhida pelo aluno.

6 Grupos

GRUPO I - INFÂNCIA

Legislação do trabalho.

Higiene da mãe, da criança, do adolescente.

Economia doméstica.

Protecção da infância na 1.^a idade.

Lei escolar e programa do ensino.

Psicologia infantil, pedagogia elementar.

Infância anormal.

Educação física.

Obras escolares, para-escolares, post-escolares.

Orientação profissional.

Infância moralmente abandonada, delinquência infantil, legislação, instituições, métodos de colocação.

Estágios nas obras de protecção material e moral de educação da infância e junto aos juizes das crianças.

GRUPO II - ASSISTÊNCIA

Direito administrativo aplicado.

História da beneficência. Exposição do seu regime legal actual e das reformas preconizadas.

Estudo das instituições e obras públicas e privadas de assistência, sua organização, seus melhoramentos.

Técnica da visita social; como abordar e auxiliar uma família. O papel da mulher em matéria de assistência pública e privada.

Técnica de escritório aplicada às obras de assistência; organização de obras, orçamento, contabilidade, planos, prática administrativa.

Métodos de estatística, documentação e inquéritos aplicados à assistência.

Higiene da mãe e da primeira infância.

Economia doméstica e das donas de casa.

Higiene e estética da habitação.

Protecção da mulher.

Protecção da criança.

Princípios de educação física e de recreio.

Infância anormal, moralmente abandonada ou delinqüente.

Orientação profissional; colocação dos adolescentes e dos adultos.

GRUPO III - O LAR

Protecção da mulher.

Economia doméstica e das donas de casa.

Higiene e estética da habitação.

Dietética.

Orientação profissional, colocação dos adolescentes e dos adultos.

Princípios de educação física e de recreio.

Organização das horas de ócio.

Organização de obras sociais.

Técnica de escritório, orçamentos, contabilidade, planos, prática administrativa.

GRUPO IV - INDÚSTRIA

Deontologia profissional.

Economia doméstica e das donas de casa.

Noções de tecnologia, leituras de planos de fábricas e das suas dependências sanitárias, aparelhos de segurança e prevenção de acidentes.

Noções médicas e de puericultura.

Cuidados médicos e cirúrgicos de urgência.

Higiene do trabalho e noções de saneamento industrial.
Registos, cadernos, fichas individuais, planos de inquéritos, monografias, relatórios.
Legislação do trabalho. Leis sociais.
Noções de psicologia aplicada à orientação profissional, recrutamento, classificação e utilização de pessoal.
Ensino profissional e escolas de aprendizagem.
Noções de economia social referentes à organização do trabalho. Salário, mão obra; desemprego.
Organização e funcionamento das obras de economia, previdência e mutualismo.
História do movimento sindical e mutualista.
O ensino prático comporta, entre o mais, um estágio como operário efectivo.

GRUPO V - SEGUROS SOCIAIS

Desenvolvimento das noções de economia social concernentes ao mercado do trabalho, desemprego, migrações, colocação.
Legislação em vigor na Bélgica e no estrangeiro sobre seguros sociais e mutualismo.
Organização das instituições de colocação e dos fundos de desemprego na Bélgica.
Noções de contabilidade aplicada às caixas do desemprego, do mutualismo e seguros.
Processo para o cálculo de seguros.
História do movimento sindical e mutualista na Bélgica.
Contratos colectivos do trabalho. Orientação profissional.

GRUPO VI - BIBLIOTECAS

.....
Desculpai se fui tão extenso neste... resumo, mas só assim poderia dar uma ideia do funcionamento destas escolas e mais uma vez da vastidão do S.S.

Um exame final, e eis a assistente social ou auxiliar social prestes a entrar na vida de abnegação e de sacrifícios que livremente escolheu. É, em regra, uma mulher: há mister coração, delicadeza, está bem; ninguém como ela sabe encontrar o sofrimento, descobrir a desgraça e rica do ensinamento teórico e prático, encaminhar com bondade e com firmeza o caso para a sua solução. Ela faz por valorizar-se dia a dia, pois sabe, foi-lhe isso repetido mil vezes, que o serviço

social, como tôdas as instituições, que têm o homem como fim e sobretudo o homem que sofre, vale pelo espírito que anima, pelo coração que aquece, enfim pelo alto ideal, religioso ou simplesmente humano, que o inspira.

Entre nós já há algumas auxiliares sociais, poucas, como que a mêdo, que ensaiam os seus primeiros passos e ensinadas por particulares de boa vontade.

Em Lisboa, na clínica do Prof. Salazar de Sousa e por iniciativa da Doutora Sara Benoliel realizam-se inquéritos sociais, seguidos de visitas às crianças e suas famílias; coisa idêntica acontece no Sanatório popular de Lisboa.

Aqui, em Coimbra, o Prof. Beleza dos Santos, junto ao seu Tribunal de menores, tem sete delegados de vigilância, sendo dois remunerados e cinco benévolos, que aprenderam com o exemplo e com as prelecções do Mestre ilustre; em Lisboa há nove; e no Pôrto dezasseis, dêsses mesmos delegados: ao todo trinta e cinco o que, sendo alguma coisa, é muito pouco se compararmos com os quatrocentos e quarenta e dois, dos quais cento e quarenta e seis são mulheres, que em Bruxelas formam o Serviço Social do tribunal de menores.

Quanto a escolas de Serviço Social não possuímos nenhuma. Este ano funcionou oficialmente junto da nossa Faculdade de Medicina, que há tempo vinha desejando a sua criação, um Curso de Visitadoras de Higiene, a cargo dum distinto grupo de professores e assistentes, que se prontificavam a regê-lo gratuitamente, curso cujo programa constava de noções teóricas e práticas de enfermagem, puericultura, higiene escolar e higiene geral, profilaxia da tuberculose e outras doenças sociais, Serviço Social de Visitadora.

Foram diplomadas, após o exame, algumas que apenas aguardam que o Estado lhes dê a mão, colocando-as, para que outras, mais numerosas, lhes sigam a esteira. São uma pequena falange, cheia de boa vontade, nesse exército de centena de milhares que nos últimos vinte anos se têm formado pelo mundo fora.

É, enfim, uma tentativa feliz, a pedir mais largo vôo - isto é - que se crie junto à Universidade de Coimbra a primeira Escola de Serviço Social. Não faltam aqui elementos para o ensino teórico, nem instituições onde praticar, nem desgraçados de toda a espécie a socorrer!

E o nosso país que já tem uma rêde notável de organismos e instituições de assistência e previdência, de posse um dia do seu Serviço Social, que coordene todos os esforços individuais e colectivos, e auxiliados pelos seus assistentes sociais, verá aumentar ràpidamente o seu rendimento num maior acréscimo da natalidade e decréscimo da mortalidade, numa curva mais feliz da morbidade, numa redução do pauperismo, numa subida do nível de vida.

E tudo isto não é uma promessa vá, porquanto, se não bastasse a experiência do estrangeiro, teríamos a da nossa casa.

Sem serviço social organizado, nem auxiliares sociais e só com a acção educativa, a propaganda dos bons princípios higiénicos, com a genuína caridade portuguesa, com os nossos organis-

mos de assistência e previdência, nós assistimos a uma evolução optimista da natalidade e da mortalidade portuguesas de 1918 para cá.

A natalidade sobe de 28,45 ‰ a
32,92 ‰

A mortalidade desce de 39,64 ‰ para
18,58 ‰

isto é, as duas curvas fogem uma da outra, ideal de todos os países progressivos.

.....
.....

Crie-se, pois, uma consciência colectiva favorável ao advento das Escolas de Serviço Social.
Que estas, depois, ensinem a bem servir.

¡Servir é, hoje, por tôda a parte, um verbo prestigioso e prestigiante!

Doutor
João Maria Porto

1940



Alguns problemas da Universidade de hoje

João Maria Porto



Nasceu em Niza a 9 de Setembro de 1891.
Faleceu em Coimbra a 28 de Julho de 1967.

Carreira Académica

Matriculou-se na Faculdade de Medicina em 1913. Licenciado em 1919.
Doutor em 1922. Professor Catedrático desde 1928, jubilou em 1961.
Lecionou: Patologia e Terapêutica Cirúrgicas; Medicina Interna; Pediatria;
Terapêutica Médica Clínica; Clínica Médica.

Cargos Exercidos

Deputado à Assembleia Nacional. Director de Clínica Pediátrica
e de Clínica de Moléstias Infecciosas. Director da Faculdade de Medicina de Coimbra.
Director dos Hospitais da Universidade Coimbra, da Escola de Enfermagem Dr. Ângelo
da Fonseca, e da Casa de Pessoal dos Hospitais da Universidade de Coimbra.
Presidente da Comissão Permanente das Semanas Sociais Portuguesas, da Associação
dos Médicos Católicos Portugueses, do Centro Académico de Democracia Cristã,
e da Sociedade Portuguesa de Cardiologia. Fundador e Presidente do Centro
de Cardiologia Médico-Social de Coimbra. Membro do Conselho Médico-Legal
de Coimbra e da Comissão Técnica do Hospital Escolar. Fundador do Centro
de Transfusões de Sangue, do Instituto de Cardiologia, do Serviço de Assistência Domiciliária,
e do Instituto de Cardiologia Social em Lisboa. Director da *Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira
de Cultura* e da revista *Coimbra Médica*.

Distinções

Grande Oficial da Ordem da Instrução Pública.
Medalha de Ouro de Serviços Distintos.
Sócio Honorário da Associação Médica Lusitana.



João Maria Porto

Foto gentilmente cedida por seu filho Senhor Prof. Doutor Armando Porto.

EX.^{MO} SENHOR REITOR DA UNIVERSIDADE
SAPIENTÍSSIMOS DOUTORES
SENHORES ESTUDANTES
MINHAS SENHORAS
E MEUS SENHORES

No ano da inauguração das festas Centenárias da Fundação e Restauração de Portugal, julgo oportuno fazer referências, neste momento e neste lugar, a alguns problemas da Universidade de hoje.

Quando exprimo problemas da Universidade de hoje não penso inscrevê-los rigidamente na Universidade quer quanto à origem quer quanto aos meios a utilizar para sua solução e tratarei apenas de alguns que tendo raízes longínquas e estranhas mesmo às Instituições Académicas ou até reclamando, para sua solução, medidas que em seus meios ultrapassam as possibilidades da própria Universidade, todavia a influenciam na sua função, nos seus objectivos ou mesmo no seu prestígio. E é neste sentido que tratarei alguns dêles.

Para muitos países a história das suas Universidades é, desde a fundação, a imagem da sua própria história. A Universidade penetra a vida íntima das nações e entre nós, seguindo-se com o nome de *Studium Generale* à fundação da nacionalidade, pode considerar-se como organismo cuja criação é já de si espelho da sua definitiva consagração e independência, e seria indesculpável ousadia dizer-se que ao longo dos tempos não tenha poderosamente contribuído para sua consolidação e grandeza.

Centro de formação das «élites» e onde, ao lado das Academias, a ciência toma a mais alta consciência de si própria; fonte principal onde nasce ou deve nascer e donde parte ou deve partir

o saber, incumbe ainda à Universidade a missão de o levar ao contacto dos organismos votados às manifestações sensíveis do progresso.

A Universidade respeita e aceita os valores da tradição mas não deve envelhecer, se envelhecer significa sair do tempo, abandonar o plano da actualidade. O número e qualidade, quási pode dizer-se prodigioso, de investigações, descobertas e aplicações da ciência no último século, fazem que a Universidade de hoje seja parte integrante da sociedade, que por vezes a oriente e dirija. Por isso precisa ela de tomar contacto com todos os ramos da actividade, mostrar-se sensível ao pulso da vida e procurar corresponder às suas necessidades mais candentes.

I

Programa mínimo das Universidades

- a) Cursos profissionais e técnicos;
- b) Investigação da Ciência.

Quási tôda a gente está de acôrdo em que, no programa mínimo das Universidades, se contém:

- a) Organização de cursos profissionais e técnicos baseados em princípios científicos, particularmente nas ciências naturais e sociais;
- b) Investigação da ciência.

Falar da primeira função é pura redundância; da segunda poderá apenas parecê-lo, pois embora o Estatuto Universitário de 19 de Abril de 1911 pelo artigo 52.^o preceitue «que a autoridade docente dos professores e assistentes se exerça, pelo ensino de como a ciência se faz em exercícios de investigação e o que ela vale em exercícios de aplicação», há ainda hoje quem julgue que o papel da Universidade é apenas o de fabricar diplomas, ministrar a ciência feita e ensinar conforme o método dogmático do professor que não é senão professor.

E todavia a investigação da ciência deverá ser a mais elevada função da Universidade. Só é ciência viva a que se submete à realidade em vez de se lhe impor; «a que tateia, a que vai de encontro à tirania do hábito, a que se critica, se corrige, se alarga, se diversifica e «se julga

eternamente provisória», como diz Boutroux. A ciência feita, a que se julga formada de princípios absolutos e imutáveis, é a ciência da rotina, do *apriorismo*. Se aquela é altamente educadora, esta só lisongea a preguiça. Entre as duas não há escolha possível e o professor que melhor a ensina é o que a cria e a faz progredir.

A Universidade deve esforçar-se por incluir nos seus programas as medidas necessárias para a formação do investigador pois que nas fileiras do corpo docente caberá sempre o sábio, de espírito orientado no sentido de manter o saber pelo saber ⁽¹⁾.

(1) Dir-se-á que este conceito não é de hoje. Nasceu há mais de um século na Alemanha. Em 1809 quando a Prússia saía vencida na quarta coligação contra Napoleão, derrotada em Iena e Austerlitz como a seguir o seria em Prenzlau e Lübeck, destituída a Prússia de todos os domínios até então adquiridos, pelo tratado de Pilsitt (1807) e despojada de quasi toda a sua armadura intelectual, é que se cria a Universidade de Berlim, a qual havia de ser, por assim dizer, a tribuna do movimento de transformação da face intelectual e moral da Prússia. Nela se manifestaram, segundo uma frase célebre de Frederico Guilherme III, as forças intelectuais dum Estado que perdera as suas forças físicas. Poderoso foco de consciência nacional aliado a centro de criação e de irradiação do saber, é aí que pela primeira vez se entende que todo o ensino deve jorrar das fontes da investigação criadora, que a Universidade, longe da sua feição tradicional, fábrica de diplomas, apenas consagrada ao ensino, simultaneamente se deve consagrar à investigação livre, que nela deverá ter mesmo lugar honroso. A Universidade de Berlim fôra a primeira Universidade fundada no princípio da investigação científica desinteressada e no princípio de que o ensino, um alto ensino no sentido rigoroso da palavra, haveria de resultar dos trabalhos criadores e sempre renovados dos seus professores; e é para o conseguir que Humboldt, homem de Estado, homem de ciência e de cultura universalista, se rodeia dos melhores espíritos da época, a qual garante a liberdade de ensino, sem sujeição a qualquer texto oficial.

O que a Universidade de Berlim fez, abrindo caminho para esta combinação orgânica de ensino e investigação, outras Universidades alemãs o fizeram, imitando-a e ultrapassando-a mesmo em diferentes domínios. Se a especulação romântica de Schelling e sobretudo o ascendente de Hegel entravam, a princípio, o esforço experimental, este a breve trecho se libertava para cair na profundidade do pormenor, da investigação sem preconceito», como era a divisa de Kant, de que se tentou fazer a base de todo o ensino científico.

E a abundância de factos novos descobertos no domínio de todas as actividades do espírito era tal que aí por 1320 já Büchner e Döllinger receavam seriamente a estreiteza do horizonte académico. A concepção da unidade de ciência quebrava-se pouco a pouco pela distribuição cada vez mais minuciosa do trabalho. Mas a orientação da Universidade alemã estava marcada e não se desviou, até hoje, desta linha metodológica.

Quão diferentes são as coisas na sua contemporânea Universidade imperial francesa. As reformas napoleónicas de 1806 foram de outra ordem e tiveram outras conseqüências. Embora no início do século a França, em particular Paris, fôsse o centro da vida científica mundial, as ciências físicas e biológicas aí fôsem mais precocemente desenvolvidas que na Alemanha, e os sábios de todo o mundo se inspirassem nos seus progressos, todavia depois das reformas napoleónicas até ao advento da terceira República caíram, por assim dizer, no marasmo. Os dois centros de ciência pura foram o Museu e o Colégio de França. Se na Escola Normal Superior, Faculdades de Ciências, Escola Politécnica se cultivava a ciência, no entanto o interesse do ensino tinha a proeminência, *sem união por laços orgânicos*. Os homens que trabalhavam no Museu e Colégio de França não podiam comunicar os resultados dos seus trabalhos e descobertas à nova geração; e aqueles que comunicavam com os novos não podiam ensinar-lhes com profundidade porque não haviam trabalhado activamente no progresso das disciplinas a seu cargo.

Entre nós penetrou tarde o espírito da investigação. Os decretos de Passos Manuel, de 1836, que reorganizaram a Universidade, que criaram as Escolas Médicas de Lisboa e Porto, a Academia e Escola Politécnica, os liceus nacionais e durante anos constituíram a carta fundamental do novo ensino médio e superior, não adiantaram muito em tal sentido porque a sua elaboração se aferiu pelo padrão da reforma napoleónica; e, se em 1841 Alexandre Herculano afirmava que a «missão da Universidade deveria ser duplicada – de escola quando provê de novos sujeitos as classes excepcionais; de academia quando os seus membros, vivendo pela ciência e para a ciência, têm na mão o facho que alumia as escolas de aplicação, o facho dos progressos puramente especulativos»⁽¹⁾ – dizia-o mais como aspiração sua do que realidade viva. Aquela situação perdurou todo o século passado.

As reformas de 1901 e de 1907 e 1911 tentaram responder às aspirações de todos que em Portugal se interessavam pelo ensino em geral e superior em particular. Sobretudo com a reforma de 1911 grandes vantagens se obtiveram, na verdade. As modificações foram extensas em muitos domínios e passaram a permitir certa articulação orgânica entre ensino e investigação, esta em maior ou menor grau consoante os recursos em material e pessoal técnico e ainda segundo a liberdade que ao professor permitia o ensino.

Ainda em 1868, fundada na Universidade de Paris uma cadeira de fisiologia, Duruy, um dos ministros mais esclarecidos e mais ao corrente do contemporâneo desenvolvimento das Universidades estrangeiras, afirmava que não se poderia instituir um verdadeiro instituto de fisiologia como na Alemanha ou na Rússia, «porque as faculdades não têm que ensinar senão a ciência adquirida». Cl. Bernard ocupava a cadeira no Colégio de França por ser este o único lugar em França onde se faziam investigações em fisiologia humana, ciência fundamental nos estudos médicos.

O nível do ensino superior baixou ao dos liceus, separando dos dois a investigação que fecunda e formando aquêle rotineiro e estéril. E se a ciência baixou, baixaram também as «élites». O ensino superior ou médio não tiveram um ideal nacional nem uma função social, patriótica e cívica como na Alemanha. Enquanto aqui se formam «élites», além estagnavam ou destruíam-se mesmo. E essa causa não deixou de influir na derrota de 1870.

Pela mesma época em que se fundava a Universidade de Berlim e se reformava a Universidade de França, as Universidades inglesas mantinham a sua tradicional organização, como corporações autónomas, verdadeiras instituições nacionais que faziam corpo com o Estado sem serem absorvidas por êle. Acima da investigação da ciência preocupava-as a educação física, a formação do carácter, o desenvolvimento da personalidade, tudo que ao estudante desse preparação para a boa direcção dos negócios públicos.

Assim a ciência pura, desinteressada, não era nas Universidades e Colégios que encontrava os seus melhores cultores. (Stephen d'Irsay, *Histoire des Universités françaises et étrangères*, tomo II, Paris, 1935).

Depois do que fica dito desejava não ficasse a dúvida de eu pensar que as universidades francesas e inglesas se não tenham, e desde há muitos anos, integrado no amplo campo da investigação científica.

Se me refiro apenas às Universidades da Alemanha, Inglaterra e França é porque a metodologia do ensino superior, nos outros povos da Europa e da América, é vasada nos moldes dos daqueles três países.

(1) Alexandre Herculano, *Opúsculos*, tomo VIII, pág. 62.

Entre nós os recursos são poucos, as horas tomadas pelo ensino, durante o dia, são muitas, e poucas são as que sobejam, para a investigação; os colaboradores e continuadores faltam, mas o espírito de investigação no pessoal docente pode dizer-se que ficou criado. Pouco ou muito que cada qual tenha feito dentro ou fora dos serviços a seu cargo, isso pouco mais representará que nobre aspiração a trabalhos de maior fôlego, de labor mais vasto e profundo.

Depois do que disse não deve restar a dúvida de que na Universidade portuguesa, em data anterior àquelas se não tivesse observado em um ou outro sector, certo movimento renovador da ciência e da cultura, e que, a despeito da modéstia em colaboradores e recursos materiais, investigação se não tivesse feito e mesmo progredido; mas isso, a pouco mais fôra devido que à iniciativa individual de tantos dos seus professores, em variados campos da actividade do espírito.

*
* *

Depois da guerra de 1914-1918 operou-se por todo o mundo modificação profunda na vida política, social e económica, como de todos é sabido.

Muitos investigadores que anteriormente a este período viviam desafogadamente passaram a sentir dificuldades económicas; e, se alguns continuaram a ser mártires da sua dedicação outros abandonaram a formação das «élites» ou o gosto pela produção científica, porque o gosto do martírio é cada vez mais raro.

Se a superioridade científica tem importância predominante no juízo internacional dum povo e aquela depende, na maior parte do labor universitário, muitos professores se viram coagidos a trair a sua missão.

E assim, professores há que procuram fora da Universidade, em ocupações estranhas, os recursos complementares de que precisam para lhes assegurar justa e conveniente situação material, ou que os procuram na própria Universidade, nas Faculdades a que pertencem, com acumulações de regências que lhes absorvem grande parte do dia e lhes emperram o cérebro no desempenho de duas das suas mais nobres funções: absorção de conhecimentos novos e elaboração de ideias próprias.

O professor assim confrangidamente penetra na rotina e na mediocridade, por atentados constantes contra a dignidade do espírito e o prestígio da Instituição universitária.

Dir-me-ão que em certas Faculdades o professor acumula regências por outras razões: pela redução dos seus quadros em pessoal docente, ou porque muitas cadeiras e cursos permanecem

vagos desde há muitos anos, ou porque os respectivos proprietários foram convidados a desempenhar funções de hierarquia mais elevada, de interesse superior. É o mesmo. Isso só servirá de exemplo de como causas diversas podem conduzir a efeitos iguais.

O Estado, porém, reconhece que «cultura e ciência próprias são o melhor remédio a opôr a todo a complexo de inferioridade nacional» e cria por decreto n.º 16.381, de 16 de Janeiro de 1929, a Junta Nacional de Educação, reformada por Decreto n.º 26.611 de 11 de Abril de 1936.

Entidade supra-universitária, goza de relativa autonomia, possui recursos, elementos de informação e de trabalho que à outra faltam, e é particularmente incumbida de estimular o labor científico e cultural. Entre os seus bolsheiros contam-se professores de Ensino Superior e entre os que o não são, percentagem elevada oferece garantias de vir um dia a sê-lo.

A Junta Nacional de Educação vem, assim, ao encontro da Universidade, por meios que chamarei indirectos, permitindo-lhe estudar o passo.

Mas não é tudo.

II

Ciência pura e ciência aplicada

Legitimidade ou ilegitimidade da distinção entre Universidade clássica e Universidade técnica

Na Idade Média, durante e depois mesmo da Renascença, porque a influência da organização medieval, em matéria de ensino e de investigação durou até aos fins do século XVIII, não havia distinção entre ciência pura e aplicação prática. O ensino profissional propriamente dito vem desde a Revolução Francesa.

O grau crescente de conhecimentos faz que nas Universidades aumente, particularmente desde o começo do último século o número de disciplinas e ainda se dilate a matéria a professar dentro de cada uma delas. Daí a complexidade da preparação para tôdas as profissões as quais obrigam os candidatos a estudos muito diversos, extensivos, por vezes, a matérias de várias Faculdades. Daí também a diluição progressiva das fronteiras de muitas disciplinas. Há por isso necessidade, por vezes, da aproximação entre professores de cadeiras de títulos diversos, mesmo de Faculdades e Institutos diferentes, com o fim de se estudar, em fructuosa colaboração, aspectos especiais dum mesmo problema. Poderá isso explicar que, como exemplos, professores da Faculdade de Medicina ensinem estudantes de Letras e de Direito; professores da Faculdade de Ciências ensinem os preparatórios para Medicina.

As novas cadeiras do ensino profissional foram tratadas, a seguir à sua criação, como cadeiras de segunda ordem e os seus titulares, não vendo possibilidades de desenvolvimento e tratamento equivalentes aos das Faculdades clássicas, para as disciplinas que ensinavam, preferiam a sua emancipação e conseqüente independência das Universidades. Assim se compreende que as novas escolas superiores de ensino técnico, como Medicina Veterinária, Agronomia, etc. só na primeira metade do século passado apareçam no quadro geral das Universidades.

Há quem diga ser papel da Universidade apenas a formação das «élites» e o desenvolvimento da ciência teórica, com verificação das hipóteses que estão na sua base mas lhe não pertence possuir Institutos de investigação aplicada. Poderá ser alegado, e para fugir à dificuldade, que por isso se criaram as Universidades Técnicas, de que antigamente se não falava pela fundamental razão de que não havia matéria com que preencher tal designação, pois que a técnica é conseqüência do cultivo das ciências da natureza e estas só no último século, como foi notado, se abriram ao progresso.

Deve, porém, a Universidade, como na Idade Média, possuir o sentido de ensinar todo o saber? Deve possuir o conjunto de estudos superiores em todos os géneros de aplicação da ciência?

Ora, em Julho de 1937 realizou-se em Paris a Conferência Internacional do Ensino Superior onde, através dos problemas universitários então discutidos, não passou despercebido o da distinção entre o ensino clássico e o técnico das Universidades. É legítima a distinção das duas ordens de Universidade? O problema levantou séria discussão e não se chegou a acôrdo.

Tôda a gente está de acôrdo sôbre a existência de duas espécies de investigação: uma, sem ligação com qualquer fim preciso, tem por objecto o estudo dos princípios fundamentais das leis naturais; outra, que coloca problemas de técnica para aplicação daqueles princípios. Se no perfeito conhecimento das leis e forças naturais que regem o mundo é que reside a base de todo o progresso técnico, económico e social, a ciência teórica tem a primasia nos estudos e deve constituir a fina essência do ensino universitário. Pelo menos na aparência. Mas eu entendo que se não há investigação fecunda que se não baseie em alguma generalização ou antecipação, também não há teoria útil que se não afine e aperfeiçõe ao contacto da sua aplicação prática. Por isso, em meu entender, o papel da Universidade actual deve ser compreensivo quanto ás duas feições de investigação. Se uma contribui para as fundações do edificio, a outra conclui-o na sua superestrutura, ambas, partes de um todo, reunidas e inscritas num mesmo circulo de ensino superior, e ambas capazes de auxilio recíproco.

Eu não justifico o ingresso nas Universidades, de Institutos de técnica, que visem a tirar vantagens materiais, com fins mercantis apenas; onde as experiências consistam na repetição centenária das mesmas técnicas e nada ensinem de novo ao investigador. Onde o resultado tenha apenas valor estatístico por sua repetição monótona e uniforme. Tais Institutos pouco ensinarão

porque não permitem a colheita de uma idéia geral. Tais organismos caem fora de todo o espírito universitário. Mas estranhos a Universidades há estabelecimentos, verdadeiros institutos de investigação aplicada, que prestam serviços e são prósperos como outros, congêneres, inscritos em Universidades.

Organismos há, de iniciativa particular, de fins práticos a princípio e que, com o rodar dos tempos, se adaptaram a investigação e foram incorporados, a seguir, nas Universidades. Por exemplo, a Clínica Mayo que faz hoje parte integrante da Universidade de Minesota.

Não deveria ser obrigatório que as Universidades contassem tôdas o mesmo número de Faculdades ou Institutos de Ensino Superior. A existência dêstes poderia depender das condições económicas do meio ou do país, das suas riquezas extractivas ou coloniais, por exemplo; mas que da Universidade fizessem parte todos que existissem no mesmo centro, que cada qual fôsse uma unidade de administração académica e tôdas, no conjunto, procurassem abraçar as energias nacionais, os elementos essenciais da grei.

Deveria ser missão da Universidade, em meu entender, acolher êsses organismos, absorvê-los no seu seio, dar a cada um lei orgânica própria, de modo a permitir o desenvolvimento dos estudos especiais no «clima» mais favorável e nas condições mais convenientes; mas que cada Faculdade ou Instituto fôsse na Universidade apenas unidade de administração académica.

Entre nós, pelo Decreto n.º 19.081, de 2 de Dezembro de 1930, é criada a Universidade Técnica de Lisboa pela conjugação do Instituto Superior de Agronomia, Instituto Superior Técnico, Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e Escola Superior de Medicina Veterinária «no sentido, diz o Decreto, da finalidade económica colectiva e honrar as profissões para que preparam, já que entre nós a engenharia, a veterinária, a agronomia e a actividade mercantil atingiram um grau de cultura científica não inferior à das chamadas carreiras liberais». Deu-se já um grande passo para a unificação do ensino superior, na capital. Entendeu-se por isso que «ao lado das Universidades clássicas, centros de alta cultura e de investigação científica, era tempo de se formarem Universidades técnicas, ensinando como se deve desenvolver a vida económica, com tôdas as exigências materiais da civilização moderna». Quere dizer: a evolução do ensino e os progressos da investigação em cada um dêstes institutos permitem que já em Portugal êles se congreguem na criação duma Universidade: a Universidade Técnica. Depois da Universidade Clássica, criou-se a Universidade Técnica.

Afigura-se-me, porém, não haver razão para esta distinção. Assim, o Instituto de Ciências Económicas e Financeiras e a Faculdade de Direito poderiam ambos incluir-se na Universidade Clássica ou Técnica como a Medicina Veterinária e Medicina Humana se poderiam ambas incluir na Universidade Técnica ou Clássica. Além, como aqui, há disciplinas comuns pela índole e métodos de ensino; além, como aqui, qualquer dos Estabelecimentos de Ensino prepara técnicos

e profissionais. Ora se afasta o que é comum, ora se aproxima o que é diverso; por isso a evolução há-de continuar, creio bem, de maneira que em breve deixe de ter razão a separação que agora se faz entre os dois tipos de Universidade.

Parece-me, pois, que a influência recíproca dos dois modelos universitários actualmente vigentes entre nós, com os progressos da ciência virá justificar a sua fusão. Com o real agrupamento de instituições até então independentes, numa organização mais compacta, não estou longe de acreditar que poderia vir a conseguir-se maior valorização do ensino e mais equilibrada e rendosa utilização dos recursos disponíveis. Pois se é esta a tendência geral do espírito universitário de países de largos recursos como a Holanda, Inglaterra e Estados Unidos da América, onde as Universidades são em grande parte criadas, sustentadas ou subvencionadas pelas iniciativas privadas, como não admitir a sua eficiência em países de modestos recursos materiais e onde há o hábito de só o Estado suportar o pêso de tôdas as despesas que lhe estão inerentes, como acontece entre nós? (1)

III

Aumento progressivo de inscrições e dos diplomas de cursos adquiridos nos Estabelecimentos de Ensino Superior

É progressivamente crescente o número de inscrições e a onda dos diplomas de cursos adquiridos nos Estabelecimentos de Ensino Superior e isso é dos problemas da Universidade mais angustiosos da hora presente.

No período que se seguiu à guerra de 1914-1918 deu-se um aumento muito sensível do número de estudantes, bem maior que o correspondente aumento populacional, e de modo particular nos países onde depois se procedeu a um reajustamento interno nos domínios adminis-

(1) Às Faculdades de certos países e que outrora constituíam a Universidade tradicional, outras se têm agrupado. A Universidade de Estado de Amsterdã possui as faculdades seguintes: Teologia, Direito, Medicina, Ciências políticas, Letras, Medicina veterinária, Indologia. Mais afastadas ainda do tipo medieval são as Universidades anglo-saxónicas. A de Londres possui: Teologia, Letras, Direito, Música, Medicina, Ciências, Ciências técnicas, Economia. A de Cambridge: Estudos clássicos, Teologia, Belas Artes, Música, Línguas orientais, Ciências económicas e políticas, História, Direito, Ciências morais, Ciências técnicas, Geografia, Geologia, Línguas modernas e medievais, Matemática, Física e Química, Agricultura, Arqueologia e Antropologia, Biologia e Medicina.

Diversidade maior apresenta ainda a composição das Universidades Norte-Americanas. Isto fora dos estabelecimentos de ensino superior criados fora dos quadros das Universidades, Escolas técnicas, comerciais, profissionais, etc.

trativo e económico. Entre nós também êsse aumento se nota e já de tempos anteriores, desde a mudança do regime.

Estou na posse de estatísticas relativas às inscrições em tôdas as Faculdades e Escolas das três Universidades clássicas, da Escola de Medicina Veterinária, Instituto Superior Técnico e Instituto de Ciências Económicas e Financeiras para os anos que vão desde 1911-1912 (excepto Faculdades de Direito que começa em 1913-1914) até 1939-1940, portanto 28 anos seguidos⁽¹⁾.

Nas três Faculdades de Medicina reunidas a freqüência foi em 1911-1912 de 579. À parte ligeira depressão nos anos 1917-1918 a 1921-1922, a curva permanece mais ou menos estacionária até 1923-1924; sobe, a partir de então, vertiginosamente até 1931-1932, ano em que atinge o fastígio: 1770 alunos, número três vezes superior ao de 1911-1912. Vem desde aquele ano a descer lentamente, mas em 1938-1939 a freqüência é ainda de 1400, mais do dôbro, portanto da de 1911-1912.

Nas duas Faculdades de Direito, no ano da criação da de Lisboa, 1913-1914, a freqüência foi de 596. Sobe rapidamente nos três anos seguintes e atinge em 1916-1917 o número 981. Desde êste ano a curva sofre depressão até 1925-1926, ano em que ambas as Faculdades do país passam a contar 1036 inscrições. A linha é desde então francamente ascendente e atinge a culminância em 1934-1935 com o número de 1400, mais do dôbro do de 1913-1914. Desde 1934-1935, observa-se baixa acentuada de ano para ano, mas em 1939-1940 é ainda de 1041.

Nas Faculdades de Ciências é maior a diferença. A freqüência é em 1911-1912 de 630; sobe discretamente até 1914-1915; baixa a seguir, até 1917-1918 com o número de 485 mas, a partir de então, a ascensão é constante e vai ao máximo: 2059, em 1934-1935, cifra que é superior de 4 vezes à mínima encontrada no transcurso dos últimos 28 anos. A partir daquele ano a curva desce até 1937-1938, mas a recuperação faz-se logo no ano imediato e em 1939-1940 o número é de 2304.

Muito mais impressionante é ainda o que nos oferecem as estatísticas das Faculdades de Letras. Em 1911-1912 os registos totais somam 58; à parte insignificante depressão da curva desde 1915-1916 até 1920-1921, ela é ininterruptamente ascendente, como vaga alterosa, até 1932-1933 com a cifra, então, de 969; seguem-se breves oscilações mas em 1939-1940 vai para lugar máximo, com freqüência de 1237, isto é cifra 21 vezes maior que em 1911-1912.

(1) Devo os elementos respeitantes às Universidades de Lisboa e Porto à penhorante gentileza dos Ex.^{mos} Senhores Prof.^s Dr.^s José Caeiro da Mata, Reitor da Universidade Clássica de Lisboa, José Oliveira Lima, Vice-Reitor da Universidade do Pôrto e António Lino Neto, Vice-Reitor da Universidade Técnica de Lisboa, a quem me é grato, neste lugar, render os melhores agradecimentos.

Para as Faculdades e Escolas de Farmácia, embora de menor freqüência absoluta, assiste-se a idêntica modificação, como coisa análoga se passa nos Organismos da Universidade Técnica de Lisboa e na Faculdade de Engenharia no Pôrto.

Poder-se-á dizer que, não possuindo, em rigor, documentos de informação ou resultados de inquérito no tocante a relações entre número de diplomados e a população e riqueza do país, frágil é a afirmação de que já hoje os temos em demasia ou de que ainda não são em número suficiente.

Quanto a certas carreiras, pelo menos, quem sabe se a plétora não é aparente e tal aparência resulta apenas de defeituosa repartição daquelas no seio da sociedade. Se assim fôr, porém, enquanto não houver possibilidade de distribuição mais conforme com os interesses gerais, as coisas hão-de passar-se como se houvesse diplomados a mais.

Nestas estatísticas conto as inscrições de matrícula, e não o movimento dos que concluíram o curso e isso poderá parecer estranho. Os números, porém, dão medida de proporção no transcurso dos anos lectivos e é quanto basta.

O seu relance panorâmico permite-nos algumas desoladoras considerações. Sente-se hoje em dia que tais cifras são incomportáveis com a nossa capacidade demográfica e condições de vida económica, considerada mesmo tôda a vastidão dos nossos domínios metropolitano e colonial.

Muitos diplomados vêem-se na necessidade, para viver, de concorrer a carreiras de categoria inferior, para cujas funções se não exigiriam habilitações universitárias sequer. E' raro que a qualquer lugar bancário ou de funções públicas de modesta representação não concorram dezenas de indivíduos com um curso de ensino superior. Como corolário desta atitude vem a perder-se a justa articulação entre a função e o funcionário, pois que aquela sobe enquanto êste desce de categoria. Cria-se assim na alma do interessado o sentimento de inferioridade, o de aviltamento de si próprio e o de revolta contra uma injustiça de que se inculpa tantas vezes a Universidade e a própria sociedade. Não ganhou a Nação em valores, e a Universidade perdeu em prestígio. Não ganhou pela qualidade, pois observa-se cada vez maior tendência, na literatura, para a exaltação das actividades práticas, tendência cada vez maior de todos os ramos da ciência para realizações puramente utilitárias e certa indiferença da sociedade, quasi menosprêzo até, pelo sábio que investiga. Por outro lado, certo descrédito tombou sobre o ensino superior pelo empirismo desordenado, pela impaciência duma juventude que visa a resultados imediatos, pela extrema especialização de âmbito acanhado, pela debilidade do método critico, pelo predomínio do culto da força sobre o culto das idéias. Por estas e muitas outras razões, os diplomas universitários perderam o prestígio hierárquico que outrora era, como alguém observa, equivalente ao duma carta de nobreza.

E' preciso procurar o remédio para, a seguir, o aplicar.

Winkler (1), autor dum relatório apresentado à Conferência Internacional de Ensino Superior, sugere medidas susceptíveis de entravar a inscrição excessiva nas Universidades: multiplicação das escolas profissionais, a selecção mais severa nas escolas médias e nas próprias Universidades, a orientação profissional, o *numerus clausus*, os *Appointments Boards*, verdadeiras repartições de orientação de cursos e de colocação de diplomados, que em 1902 tiveram comêço na Universidade de Cambridge e depois se estenderam a outras Universidades inglesas. *Et j'en passe...*

Mas são medidas exteriores, de aplicação variável conforme a índole e condições económicas e sociais de cada país, medidas que actuam de fora para dentro e as que mais valem são as que procedem no sentido oposto.

Não trago solução para o problema e limito-me a um simples reparo:

Pelos progressos da higiene, criação de obras de assistência, modificação das condições gerais da vida, mostram as estatísticas que a duração média da vida humana, nos países mais civilizados, tem progressivamente aumentado. Todavia a duração dos cursos não sofreu aumento. Para a profissão médica o ensino universitário até diminuiu entre nós.

Ninguém contesta que a medicina de hoje seja muito diferente e mais complexa que a de há 40 anos. Tão extensa e com tantas ramificações pelas ciências físicas, matemáticas e bioquímicas que ao médico de hoje não é permitido o seu exercício sem frequente contacto com grupos universitários, quer directamente, quer por suas leituras. Pois a-pesar-disso a lei permite para o curso médico a frequência universitária de 6 anos, 5 em medicina e 1 em preparatórios, enquanto que há 40 anos era-se obrigado à frequência de 8 anos, 5 de medicina e 3 de preparatórios nas Faculdades de Matemática e Filosofia (2). Eu não defendo o curso de preparatórios por tão longa duração, nem mesmo que devessem ser transportados para os tempos de hoje os programas e métodos de ensino de então, como é óbvio; mas, que a sua restrição, no tempo, se fizesse em benefício do curso propriamente médico que é hoje tão compacto pelo número e variedade das disciplinas necessárias e ainda pela extensão dos seus programas, que só alunos de talento e de capacidade de trabalho excepcionais conseguem vencê-lo no prazo mínimo que a lei lhes limita; e isso, com prejuízo da boa orientação dos serviços docentes, da preparação do médico e da saúde dos estudantes, até.

(1) M. W. Winkler, *La lutte contre le chômage des jeunes diplômés des Universités*. *Problemes d'Université* (Travaux de la Conférence Int. d'Enseignement Supérieur). Paris 26-28 Juillet 1937, pág. 304.

(2) Pelo artigo 59.º do decreto n.º 19.691, de 15 de Março de 1931, a duração do curso médico-cirúrgico normal, aconselhada pela Faculdade de Medicina de Coimbra, é de 6 anos. « O curso poderá, porém, excepcionalmente ser de 5 anos para os interessados que desejem e consigam, no caso e nos termos previstos pelo § 2.º do artigo 55.º cursar neste menor prazo tôdas as disciplinas obrigatórias».

Escusado será dizer que na altura própria, a partir do ano em que este artigo entrava em vigor para os alunos do 4.º ano da Faculdade de Coimbra, todos os estudantes se confessaram excepcionais e o curso continua a ser, em rigor, de 5 e não de 6 anos.

IV

Universidade: centro de cultura e de educação

Disse-se que a Universidade tem por missão conservar, cultivar e propagar o saber. Mas nem só de saber se nutre a humanidade. A matéria que na cátedra se ensina ou que no laboratório se explora está longe de abraçar tôdas as partes da realidade. A vida e a alma humana requerem ainda outros métodos apropriados. «A instrução é sem dúvida um benefício, mas é-o na medida em que a educação a precede, a sustenta sobremaneira e a preserva contra os seus próprios excessos» (Brunetière). A instrução *informa* o homem; esta conjugada com a cultura e a educação, *forma-o*, que é mais e melhor. E nunca houve disso necessidade como hoje, em que o utilitarismo do após-guerra impeliu para a especialização precoce, que é privação de metade da alma, no dizer de alguém.

Dir-se-á que a Universidade nova, mais que questão de administração, de teoria ou de ciência, é questão de cultura, de educação cívica e moral.

Eu creio, porém, que cultura e educação se não inscrevem na primeira função da Universidade, sobretudo nas Faculdades onde particularmente se ensinam e cultivam as ciências da natureza. Que isso não é prerrogativa essencial da sua actividade, demonstra-o legião de profissionais mas incultos, a quem a Universidade conferiu um diploma no final do curso. Não se compreende mesmo, à primeira vista, que queira arrogar-se êsse privilégio, como de natureza essencial, quando dispensa diplomas a indivíduos a quem apenas pergunta se possuem a base de conhecimentos de ordem técnica, científica ou outra, sôbre que assente a carreira que vão seguir. Porque nem a técnica nem a ciência constituem em si cultura. Cultura não significa apenas abundância de conhecimentos mas ainda certa qualidade e escolha e arrumação do saber. Há sábios e eruditos que não são cultos e há homens cultos que não são sábios nem eruditos. Estes, pouco mais que adstritos à crueza do objectivo, recebem, classificam e arquivam os factos e os fenómenos. Os outros, os cultos, com recursos intelectuais doutra essência, obtidos, sobretudo, por trabalho do espírito sôbre si próprio, para servirem de base à elaboração das idéias e à metodização das idéias e dos factos, além das fontes visíveis, parece sentirem mais prazer em procurar, e com outra facilidade o conseguem, o local oculto donde brotam as nascentes.

Creio não valer a pena insistir...

Ora, o professor duma disciplina sôbre ciências da natureza tem por missão o ensino objectivo de verdades tangíveis, presta ao aluno uma informação, e a Faculdade, ao terminar o aluno o seu curso, se bem que sentisse prazer e reconhecesse até vantagens de ordem geral em lhe poder, com justiça, conferir uma carta de *formatura* no sentido rigoroso que a palavra encerra, conceder-lhe, no entanto, o diploma quando lhe reconheça apenas o merecimento duma *licenciatura*.

A Universidade também não é em si – mesma centro de educação cívica ou moral. Não há professor universitário que na sua aula, de mistura com o objecto da disciplina que ensine, ouse pregar regras de doutrina ou de moral a estudantes que, na maior parte, atingiram já a maioridade civil. Seria ridículo. A moral prega-se, sim, mas pratica-se sobretudo.

*
* *

E todavia a Universidade reconhece a conveniência, até necessidade, de que o aluno, qualquer que seja a Faculdade ou Instituto a que pertença, se eduque e se cultive.

E a Nação educa o povo por necessidade e obrigação, pois é condição indispensável para sua solidez, vigor, permanência e progresso. Se a Universidade moderna faz corpo com as sociedades, tem de adaptar-se a elas e não pode furtar-se ao imperativo da cultura e da educação pública. O progresso material e moral dum povo anda directamente ligado às suas «élites» e, se às Universidades não incumbe, por natureza, a missão de as criar, é contudo às Universidades que a Nação tem ido buscar o melhor do seu escol de dirigentes. E se é aí que a Nação encontra o seu melhor esteio, à Universidade incumbe a obrigação de pôr em prática os meios ao seu alcance pelos quais melhor a produza.

Ao Ministério da Instrução atribuiu-se, desde há tempos, outra designação: Ministério da Educação Nacional, como que a conferir ao termo Educação um significado compreensivo do objecto contido na Instrução e na Educação. Ou, pelo menos, o anseio de que na formação do povo se dê o primado à educação. Seria um contrassenso, mesmo, que um organismo, como é a Universidade, subordinado ao Ministério da Educação, não tivesse em conta a Educação Nacional.

*
* *

Mas como consegui-lo? Por métodos que eu iria chamar indirectos. Não pelo jôgo de métodos científicos ou de programas de estudos, mas por tudo que facilite a vida corporativa dos estudantes entre si e dêstes com os professores. Crie-se ou aperfeiçõe-se tudo que contribua para essa vida comunitária.

As discussões familiares e com alguns amigos a respeito de tudo que há sôbre a terra e sob o sol, a tôda a hora do dia; o choque de espíritos entre o estudante de medicina, de história, de literatura, de filosofia, de direito, de engenharia, etc.; o sentimento vivo da aventura, decisão e

coragem intelectuais; o esforço que cada qual realiza para na discussão ardorosa fazer vingar o seu ponto de vista e isto, hora a hora, durante os cinco anos necessários para uma licenciatura, são influências decisivas para o desenvolvimento do juízo crítico, da agudeza do pensamento, do rigor e precisão do raciocínio, do alargamento das fronteiras do saber.

As vantagens da educação inglesa e as exuberantes provas do seu valor através da história provêm, como diz Paul Descamps, do desenvolvimento simultâneo da personalidade e do espírito de disciplina; do sentimento da responsabilidade individual e da capacidade para a acção conjunta ⁽¹⁾. Aí as duas coisas são conexas e não contraditórias.

Prova a experiência que um dos melhores meios de chegar a êsses fins é favorecer a camaradagem. Já Francisco Bacon dizia que «a luz recebida dos conselhos dum outro é mais crua e mais pura que a que procede do seu próprio entendimento e juízo». «O melhor remédio para manter o espírito de boa saúde é a exortação fiel dum amigo».

Não é diferente o que nos transmite Herklots: «Quanto a mim, os momentos que mais aprecio ao recordar os cinco anos que transitei pela Universidade, não são os que consagrei a tomar apontamentos ou a ler nas bibliotecas; nem mesmo os em que, com brados de entusiasmo, acompanhei, à vitória, o barco do meu colégio ou aqueles em que saí da luta a suar; mas sim aqueles em que fatigamos o sol, com nossas discussões, e o fizemos tombar do céu ⁽²⁾».

Opiniões que traduzem o revigoramento da personalidade das gerações académicas sob a influência da camaradagem, nas Universidades Inglesas e Norte-Americanas; pontos de vista talvez exagerados por não se tomar na devida conta os laços que devem existir entre estudantes e mestres mas apenas estudantes entre si. A segunda é opinião actual; a primeira, a de Bacon, vem de há séculos mas está actualizada, o que demonstra o sentido da tradição e o vigor da permanência, na vida universitária anglo-saxónica.



E assim se justifica a construção das cidades Universitárias e Casas do Estudante, nos grandes aglomerados urbanos, em países de suficientes recursos.

A amizade, corolário da camaradagem numa carreira universitária, como factor dominante da educação para a vida, oferece-a Coimbra como nenhuma das outras Universidades portu-

(1) Paul Descamps, *Les pouvoirs publics en Angleterre*, La Science social, Maio de 1912, pág. 76.

(2) Cit. por Sir Frank Heath, *L'éducation à l'Université*, Problèmes d'Université, págs. . 224 e 245.

guesas. A vida académica no bairro alto, as tradicionais repúblicas dos estudantes, a Associação Académica, a proximidade dos edificios onde são cursadas as cadeiras de tôdas as Faculdades, permitem que os estudantes se encontrem repetidas vezes e convivam algumas horas em cada dia; mas outras disposições se exigem para que a vida corporativa seja mais eficiente. A Cidade Universitária que se projecta, deverá conservar tudo que Coimbra possui de apto para manter essa comunidade e ainda aperfeiçoá-lo de modo a proporcionar ao académico outro rendimento individual, nacional e social.

A Academia é já por si, na época actual, um elemento activo na renovação da vida universitária. Respira hoje ar mais puro que há cinqüenta anos. A Associação Académica é a casa central do estudante, com várias repartições desportivas, culturais, de educação artística e até de beneficência, pois a Sociedade Filantrópico-Académica, de tradições já tão honrosas, e tendente a organizar-se em novos moldes, de maior eficiência e rendimento, é simultâneamente Instituição de Filantropia e Escola de Educação Social.

A Academia promove festas em que o Orfeão e a Tuna marcam, desde há muitos anos, lugar inconfundível, e conferências para que têm sido convidados homens dos mais cultos do país; alvitra, junto dos poderes públicos, a criação duma Sala do Império; organizou a Exposição coimbrã em Lisboa a qual, além de forte vibração de vida académica, ofereceu ainda ensejo a que antigos discípulos aí se confessassem presos de saudade e reconhecimento à *Alma-Mater*. As repetidas exposições de pintura onde figuram apenas trabalhos de estudantes, “as representações de peças de alto valor cultural, por académicos embora orientados por professores e que ultimamente têm sido feitas na Faculdade de Letras, são outras tantas demonstrações de delicada sensibilidade.

Os mestres, com grande alegria, assistem a êste movimento renovador da educação da juventude e insuflam-lhe entusiasmo; e, por acção directa em deliberações das Faculdades ou do Senado ou por influências pessoais junto dos poderes constituídos, fazem suas e com ardor as reivindicações académicas.

A ampliação do edificio da Associação Académica com tôdas as necessárias repartições; o Estádio, a Casa do Estudante, etc., a atmosfera pura de cultura e de vida social que aí se deseja se respire, se é anseio e aspiração de estudantes, também o é de professores. Tanto na Instrução como na Educação da mocidade académica, deseja a Universidade de Coimbra ser ainda a UNIVERSITAS ESCHOLARIUM ET MAGISTRORUM, como na época da fundação das primeiras universidades, a comunidade dos mestres e escolares, com destino à formação do profissional, do sábio, do investigador, do cidadão e do homem.

Universidade, factor na vida nacional e internacional

Se a Universidade portuguesa, como toda a Universidade, deve visar a investigação cientifica dos problemas universais com o propósito de enriquecer o patrimnio científico e cultural da humanidade, também a ela não deve ser estranha a investigação científica dos problemas portugueses com o propósito de encontrar soluções que contribuam para o progresso material e espiritual do nosso povo.

 de extrema vantagem que todos os homens de ciência e de vasto saber tomem contacto com a vida real do país; que para êsse contacto se façam acompanhar do elemento estudantil mais inteligente e activo, para que em todos les desperte o intersse pelos nossos problemas tanto metropolitanos como coloniais, para que os seus talentos e capacidades rendam beneficio efectivo para todo o povo do império portugus; e, se  difícil,  Universidade, entre nós, levar a todos os recantos do país as fontes do seu saber e do seu labor, como se pretende com os cursos de extensão universitária, j  fácil trazer o país até junto da Universidade, por intermédio das diversas carreiras universitárias e respectivas Faculdades e Escolas, como desde há poucos anos se vem fazendo, quási ia a dizer, em esbo, com os cursos de frias, cursos de aperfeiamento e de actualização de conhecimentos.

O rendimento actual é escasso, porque a sua utilidade ainda não penetrou bem a consciência de quem dêles poderia colher proveito.

Mas a Universidade deve também assumir uma posição activa e concreta ante a vida universal. Como princípio básico da sua tica não deve limitar-se apenas a desempenhar o papel de simples expectadora ante os problemas internos e internacionais, mas antes, aceitando o serviço social como dever, que cumpra ainda a missão de se erigir em centro consultivo aberto a tantas interrogações que queiram formular-lhe em demanda de conselhos e de auxílio no tocante a fontes de orientação científica, de planos de trabalho, etc. Veículo de aproximação e de contacto dos diversos povos, por meio do intercâmbio dos seus mais graduados valores e dos seus contingentes enviados em missão através do mundo, adaptando-se sem cessar às necessidades da vida, por um esforço igual e contínuo, siga a divisa que na essência deve ser comum a tôdas as Universidades: *Hic et ubique terrarum* para a irradiação do saber e integração da cultura.

A Universidade portuguesa é visitada a mide por professores estrangeiros, cujas conferências e lições são motivo de arejamento intelectual e pedagógico, pelo convívio com representantes de outras culturas. Por sua vez, das nossas Universidades, muitos professores têm ido s estrangeiras revelar e enaltecer a fisionomia geral e particular da cultura nacional. Que a seiva da inteligência circule com mais vida e em todos os sentidos, s têm a lucrar as Universidades e as

Nações. Nos grandes conflitos humanos, «entre os laços que ligam os povos, os do saber e da vida do espírito são os últimos a quebrar-se, como são os primeiros a reconstruir-se logo que volte a paz e a confiança». Se o Instituto para a Alta Cultura tem sob o seu govêrno a direcção superior dêsse intercâmbio, fá-lo com elementos quási sempre universitários; às Universidades cumpre, por isso, a obrigação de lhe prestar a mais desvelada, desinteressada e eficaz colaboração.

Eis alguns problemas a respeito dos quais pouco mais faço que enunciá-los. Que quem possa os resolva para bem da Universidade portuguesa, para bem da Nação e ... até das Nações.

Doutor
Fernando Duarte de Almeida Ribeiro

1945



A Faculdade de Medicina e os seus meios de acção

Fernando Duarte de Almeida Ribeiro

•

Nasceu em Vila Real a 15 de Dezembro de 1884.

Faleceu em Coimbra a 27 de Fevereiro de 1959.

Carreira Académica

Matriculou-se nas faculdades de Matemática e Filosofia em 1899,
e na de Medicina em 1902. Bacharel em 1907. Licenciado em 1909.

Doutor em 1910. Professor Catedrático desde 1948, jubilou em 1955.

Leccionou: Clínica Psiquiátrica; Medicina Legal, Toxicologia Forense e Deontologia Profissional.

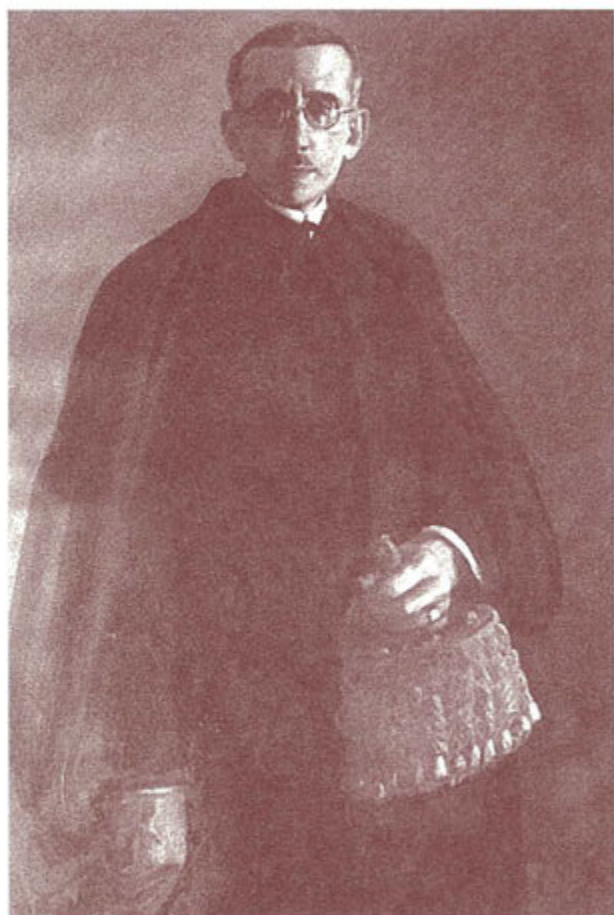
Cargos Exercidos

Secretário e Director da Faculdade de Medicina de Coimbra. Director da Morgue
e do Instituto de Medicina Legal de Coimbra. Administrador e Director dos Hospitais
da Universidade de Coimbra. Reitor da Universidade de Coimbra. Governador Civil
de Coimbra. Secretário Geral do Ministério de Instrução Pública. Presidente da Sociedade
Filantrópico-Académica, da Associação dos Médicos do Centro de Portugal,
e da Obra da Tuberculose de Coimbra. Membro do Conselho Médico-Legal de Coimbra
e da Comissão Administrativa do Manicómio Sena.

Membro da direcção científica da revista *Coimbra Médica*.

Distinções

Grande Oficial das Ordens de Instrução Pública e de Benemerência.
Grã-Cruz da Ordem de Instrução Pública. Doutor Honoris Causa pela Universidade
de Pádua. Membro Honorário da Sociedade Argentina de Sexologia, Biotipologia
e Eugenesia de Buenos Aires. Sócio Honorário da Sociedade de Medicina Legal
e Criminologia de São Paulo. Sócio Honoris Causa da Academia Latino-Americana
Neurologiae, Psychiatricae et Medicinae Legalis.



Fernando Duarte de Almeida Ribeiro

Retrato de João Tomás, 1940, Reitoria da Universidade de Coimbra. Foto Varela Pécurto, 2001.

*Oração de Sapiência. Na inauguração do ano
lectivo, em 16 de Outubro de 1945,
por Fernando de Almeida Ribeiro.*

EX.^{MO} SENHOR REITOR DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
MUITO ILUSTRES COLEGAS, SENHORES PROFESSORES E DOUTORES
PRESADOS ESTUDANTES
MINHAS SENHORAS
E MEUS SENHORES

Por turno, competiu êste ano à Faculdade de Medicina encarregar um dos seus catedráticos de pronunciar a Oração tradicional, na solenidade da abertura da nossa Universidade. Fui eu o escolhido.

Sem embargo de ter de me confessar muito grato pelo que a escolha revela de generosidade excessiva para comigo, e até também por isso mesmo, eu lamento essa escolha. Lamento-a por mim próprio, que não saberei corresponder à honra que ela comporta; pela minha Faculdade, que, assim, tão mal representada fica; e por esta clara assembléia, que bem merecia o agrado e o proveito de ouvir quem, com melhor elocução e melhores luzes, pudesse desempenhar-se da nobreza do encargo!

287

*
* *

Pensei eu que, dêste honrado auditório, não desmereceria, como assunto, a ventilação dos conflitos de consciência que as preocupações éticas possam provocar no médico político, quero

dizer funcionário do Estado ou agindo por mandado das autoridades, quando da execução de práticas que atinjam a integridade corpórea, física ou funcional, alterem a saúde, diminuam ou anulem a potencialidade da vida própria ou da sua transmissão, ou levem à forçada externalização do fôro íntimo de sujeitos humanos, pela eventual aplicação de leis nascidas de propósitos eugénicos, de preconceitos raciais, de intuítos repressivos, de diligências de averiguação, ou de quaisquer outros motivos que o Estado venha a ter por bons.

Não foram tais práticas, em geral, exclusivas, nem tiveram início nos povos que a derrota deixou desamparados, e caídos sob o anátema geral; nos poderosos vencedores também apareceram, medraram e se mantêm muitas delas. E poderão vir a ser preconizadas e aceites em nosso país. Então, na consciência dos nossos médicos, outros motivos de angustiada perplexidade poderão juntar-se àquêles que, desde sempre, se levantaram na prática clínica, a propósito do uso ou não uso das medicações heróicas; das operações possivelmente salvadoras, mas capazes também de abreviar a vida; ou do emprêgo ou não emprêgo de substâncias ou meios eficazes no alívio do sofrimento, mas à custa de uma diminuição da resistência à morte.

E eu estimaria dizer a minha modesta opinião sôbre as dificuldades que o médico pode encontrar para se nortear pelos princípios, aparentemente tão simples e perfeitos, que se contêm no velho preceito hipocrático - “acima de tudo, não prejudicar!”; ou no, mais velho ainda, preceito divino - “não matarás!”; ou na resposta que o General Bonaparte recebeu de Desgenettes, médico-chefe de seu exército, quando lhe sugeria que abreviasse a agonia dos pestíferos de Jafa - “Senhor, a nós médicos, a missão que nos cabe é a de conservar, não a de destruir a vida!”

Era, pois, meu propósito, primeiro, o de ocupar-me dêstes assuntos.

Mas abriu-se no entretanto o que já foi chamado a “Era Atômica”, iniciada pelo emprêgo de uma grande conquista do engenho humano, para o conseguimento da maior e mais rápida acção destrutiva de vidas e de fazendas de que há notícia. Arruinaram-se as esperanças de muitos dos que tinham como certo o advento das chamadas “quatro liberdades” da famosa Carta do Atlântico, famosa, entre outros motivos, por, depois de muito falada ter sido, haver quem descobrisse nunca ela haver tido existência. E ficou visto que os mesmos que, sem lei anterior suficiente, se preparavam para julgar os políticos vencidos como criminosos de guerra não reputavam crime, cometido por si próprios, aquilo que, perpetrado pelos contrários, entendo que não deixaria de originar a êstes acerba condenação; e que, antes, foi fácil aos poderosos do dia apresentar a clássica tentativa de justificação dos meios pela alegação dos fins!

Pareceu-me claro que a palavra “moral” tende cada vez mais, no conceito das gentes actuais, a tornar-se uma daquelas que, à fôrça de terem atribuídos significados variáveis e por vezes contraditórios, consoante a intenção de quem as emprega, acabam por não ter realmente qualquer significado aproveitável. E pareceu-me também que, num tempo em que aqueles que governam o

Mundo continuam talhando os limites da moral pelo molde eminentemente mudável daquilo que julgam útil para os seus interesses do momento, seria por demais anacrónico e excessivamente ingénua querer apreciar alguns dos aspectos mais particulares, meticolosos e embaraçados da Ética Médica...

Decerto, será melhor deixar o assunto para ser tratado por outrem mais competente do que eu, quando a moral dos homens vier a estar menos distante da Moral de Deus!...

*
* *
*

Eis porque eu deixei um objecto que, por desinteressado, poderia parecer mais nobre e que, por talvez inútil, poderia parecer mais belo (a valer o conceito do filósofo antigo) do que aquêlo que afinal apresento como oportuno (agora sobretudo em que temos as nossas esperanças ligadas à construção da Cidade Universitária), e que chamo:

“A Faculdade de Medicina de Coimbra e os seus meios de acção”.

Mas, ao tomar deliberadamente, para objecto, um tema confessadamente utilitário, não me move o propósito de propaganda da intensidade do labor científico, em grande parte documentado na publicação de muitas obras, além de mais de uma dezena de Arquivos e Revistas que a Faculdade mantém, ou da boa vontade e dedicação desta nas suas emprêsas de melhoramento e criação de serviços, com que tanto tem conseguido realizar de proveitoso.

O meu empenho é, antes, o de apontar deficiências, na parte em que entendemos que elas podem e devem ser supridas pelas instâncias superiores, às quais, para isso, têm sido dirigidas as nossas freqüentes solicitações, que, no período de renovação e de crescentes exigências sociais que atravessamos, têm de se tornar cada vez mais instantes.

De forma que, na rubrica que empreguei para indicar o meu assunto, eu, em lugar de dizer - “meios de acção da Faculdade”, talvez melhor devesse ter dito - “meios de acção que à Faculdade faltam”.

*
* *
*

Olhando as coisas, primeiro, de um modo geral, direi que, como é natural, a nossa Faculdade possui actualmente meios de acção superiores aos que possuía àcêrca de quarenta anos.

Mas, considerados os nossos recursos de hoje em relação àquêles de que passaram a dispor ou estão em via rápida de obter as Faculdades congêneres de Lisboa e do Pôrto, e em relação aos que, para os tempos que decorrem, razoavelmente se exigem, há-de concluir-se que o aperfeiçoamento e o alargamento dos meios de acção em Coimbra foram muito deficientes.

A superioridade das possibilidades da antiga Faculdade de Medicina sôbre as das antigas Escolas Médico-cirúrgicas está de há muito já invertida no que respeita à Faculdade de Lisboa, tanto no campo das instalações e dos recursos materiais como no dos quadros de pessoal disponível; e, no que respeita à do Pôrto, exceptuando o que pertence a serviços hospitalares, desaparecida também. Quero com isto dizer que não tem a nossa Faculdade de Medicina conseguido, no mesmo ritmo das de Lisboa e do Pôrto, a progressiva satisfação das suas naturais e justas ambições.

Poderá até certo ponto esperar-se encontrar a causa disto na falta ou no êrro de actividades da Faculdade ou dos seus membros. Mas eu estou em que facilmente sobressai que a causa predominante e quási exclusiva do facto resulta do não atendimento pelas instâncias superiores, com suficiente interêsse, ao desenvolvimento dos serviços que a nossa Faculdade dedicadamente mantém, se esforça por aperfeiçoar, ou procura fazer surgir de novas criações. Nesse particular, as Faculdades congêneres, e sobretudo a de Lisboa, têm sido mais felizes; o que não quer dizer que o tenham sido tanto quanto merecem.

Esta inferioridade de Coimbra pode parecer estranha, se atendermos a que a nossa Universidade tem, desde há muito, não só um papel preponderante na preparação dos homens de Estado, em tão grande parte seus antigos escolares, mas também e principalmente a que nas Cadeiras do Poder se sentam, com grande freqüência e destaque, elementos dos mais notáveis do seu próprio corpo docente. Não é preciso citar os exemplos do govêrno Provisório da República e dos governos do Estado Novo para justificar o acêrto de que é, sobretudo, na tradicional Universidade portuguesa que o País procura instintivamente os seus mais autorizados condutores nas grandes e difíceis épocas de crise e de renovação!

Por outro lado, conhecido o entranhado afecto que à velha Casa fica ligando sempre aquêles que um dia ela admitiu, poderia ser natural esperar que êsses, quando dispondo no Estado, dedicassem um cuidado preferencial e fecundo ao aperfeiçoamento e ao alargamento dos meios da sua Universidade, que, desta forma, mais útil ainda se poderia tornar ao próprio Estado. É o que correntemente se nota com homens que ao govêrno fornecem outras instituições, cujos membros tomam como de principal interêsse, e às vezes declarada condição da sua entrada no govêrno, a beneficiação do Estabelecimento onde habitualmente servem. E não posso deixar de me lembrar, a propósito, da benemérita acção do ilustre Professor Doutor Alfredo de Magalhães, quando Ministro da Instrução Pública, que não teve descanso enquanto não obteve que fôssem

atendidas as principais necessidades da sua Universidade ⁽¹⁾ e dotou a sua Faculdade de Medicina com uma boa Maternidade, além de, para sede da mesma Faculdade, ter conseguido um palácio condigno, embora não tão grandioso como o conseguido para o Instituto Superior Técnico pelo grande e activo homem de Estado que foi o saudável engenheiro e professor Duarte Pacheco.

Mas em geral não acontece assim com a gente de Coimbra. Afigura-se-me que temos nesta Casa uma psicologia muito própria e exclusiva: como que nos identificamos com o estabelecimento, por muito lhe querermos, e olhamos os seus interesses como se fôssem nossos, particulares. E acho que é por isso que os nossos universitários se sentem enleados, quando no Poder, para a promoção de vantagens para a Universidade de Coimbra; e ou não chegam a incluir estas no seu programa; ou elas aparecem como uma relativamente modesta determinação local de acções gerais, em que melhor se contemplam os outros centros universitários; ou ficam postergadas na sua execução para uma fase distante das realizações projectadas, e, neste caso, como nem as situações nem os homens são eternos, muito se arrisca tal execução a não ter início, ou a ficar incompleta e de resultados precários nos seus efeitos.

E não raro se dá o caso paradoxal de a Universidade ficar devendo mais a estranhos do que a filhos seus algum benefício de relêvo.

De tudo isto, resulta que, depois da acção generosa do Governo Provisório, na criação da Faculdade de Letras e na concessão de meios às outras nossas Faculdades, aliás extensiva às novas Universidades do País, foram excepcionais para Coimbra os benefícios de vulto, como, entre eles, a concessão da verba de mil contos à Universidade na Reitoria do Prof. Doutor Henrique de Vilhena ⁽²⁾, a criação de dois novos laboratórios para a Faculdade de Medicina ⁽³⁾ e a concessão de 1.800 contos a esta Faculdade e às de Letras e Direito ⁽⁴⁾ pelo Governo do Estado Novo, até

⁽¹⁾ O Prof. Doutor Alfredo de Magalhães foi nomeado Ministro da Instrução Pública por decreto n.º 12:711, de 22 de Novembro de 1926. Cerca de um mês depois, em 24 de Dezembro de 1926, o decreto com força de lei n.º 12:889, com justas razões, destinava cinco mil contos à Universidade do Pôrto, sendo mil para o edifício da Faculdade de Ciências e Serviços da Reitoria, dois mil para a sede da Faculdade de Medicina, mil para uma Maternidade anexa a esta Faculdade e mil contos para a instalação da Faculdade de Engenharia.

⁽²⁾ Por decreto com força de lei n.º 11:192, de 29 de Outubro de 1925, foram concedidos 120 contos para a Biblioteca Geral, 410 Contos para a Faculdade de Ciências, 290 contos para a de Medicina, 150 contos para a de Letras, e 30 contos para o edifício central.

⁽³⁾ Laboratório de Clínica Cirúrgica, criado por decreto com força de lei n.º 12:492, de 30 de Outubro de 1925; Laboratório de Química-Biológica e Físico-química, criado por decreto n.º 17:561, de 1 de Novembro de 1929.

⁽⁴⁾ Por decreto com força de lei n.º 12:772, de 20 de Novembro de 1926, foram concedidos 1.000 contos para a Faculdade de Letras, 600 contos para o Instituto do Rádio das Faculdades de Medicina e de Ciências e 200 contos para a Faculdade de Direito.

se chegar à determinação de agora, da construção da Cidade Universitária. Esta é de supor que venha a constituir empresa condigna de outras grandes realizações do actual sistema; mas, no respeitante à Faculdade de Medicina, dado o ritmo e o plano que parecem ser os do seguimento das obras, só daqui a muitos anos, decerto, poderá dar o benefício desejado.

Quero com o que ficou dito significar que se me afigura que, até agora, mais a Universidade desinteressadamente tem atendido ao Estado do que o Estado à Universidade.

Há que considerar ainda que continua verdadeiro o que o Doutor Serra de Mirabeau, na sua *Memória histórica e commemorativa da Faculdade de Medicina*, disse a propósito da mudança de soberano e conseqüente queda do Marquês de Pombal, isto é que “do embate das vicissitudes políticas, desde sempre vieram “inquietações para a Universidade”, a qual quando da morte de D. João VI, também “sentiu logo a surda inquietação que agitava a família portuguesa” (Mirabeau), como a continuou sentindo sempre que tal inquietação existe.

E é interessante notar que, dos proveitos que da acção política dos universitários resultam para o Estado, se é freqüente que injustamente se lhes desconheçam os méritos ou eles não sejam apreciados na devida altura, excepcional será que sôbre a Universidade se faça incidir o reflexo da gratidão nacional pelos serviços dos filhos dela, nas horas felizes, e raras, em que tal gratidão se manifesta.

Mas já a Universidade será lembrada e atacada como corpo colectivo, quando, com razão ou sem ela e até ingratamente, os censores, que nunca faltam mesmo para os melhores feitos, discordarem da actuação dos seus membros. O que é decerto conseqüência da realidade da Universidade de Coimbra como unidade material e espiritual de muitos séculos de existência, com a sua localização num meio urbano limitado, onde a sua presença se torna por isso mais patente, constituindo motivo de um affecto sincero mas, com freqüência, impaciente; e de velhas e desvairadas propagandas claras e ocultas.

O que fica dito; a facilidade com que em nosso país muitas pessoas, de todos os campos, entendem que a liberdade de pensamento dos outros deve ser apenas a de pensarem como elas próprias; e o desapareço pelo conteúdo da concisa fórmula - “a ciência é a liberdade” do Relatório da notável Reforma do Ensino de 19 de Agosto de 1907, em que João Franco pôs as bases da tão ambicionada autonomia universitária, completada pela legislação de 1911, e que hoje tem já apenas um interêsse sobretudo histórico; tudo isto tem concorrido para que a Universidade de Coimbra esteja, por vezes, num clima menos confortável do que o que mereceria dentro da Nação, e esta nem sempre esteja em termos de poder reconhecer o desinterêsse e a valia com que é servida pela Universidade e pelos seus membros, e de compreender a vantagem que poderia colher do aperfeiçoamento da Instituição e do favorecimento das suas actividades.

E, passando ao que respeita especialmente à Faculdade de Medicina, entendo que naquelas duas ordens de motivos se poderá encontrar em apreciável medida a explicação de que, sob vários aspectos, a dita Faculdade não só não tenha sido favorecida, mas antes tenha sido prejudicada por vezes, por diversas medidas que lhe interessam, mas em cuja fabricação não houve a preocupação de favorecer-lhe ou ao menos de lhe não lesar as justas conveniências.



Entrando pròpriamente no assunto, eu não me ocuparei de todos os nossos serviços onde se notam insuficiências de auxílio pelo Estado; apenas tratarei de alguns: dos que me parece que são mais para atender no momento que passa. E isto para não alongar a minha exposição e para não agravar o enfado que a necessária aridez desta há-de infelizmente causar.

Por isso, não tratarei do Instituto Anti-diabético ⁽¹⁾, da iniciativa do saúdoso Mestre Moraes Sarmiento, Instituto cujas secções de internato e de consultas foram reabertas (com 22 internamentos e 252 consultas externas em 1944), mas onde não foi possível restabelecer ainda a secção de fabrico da insulina. Nem tratarei do Centro de Investigações Hematológicas e de Transfusão de Sangue, que, graças ao actual director dos Hospitais, começou a funcionar em 24 de Fevereiro de 1944, e no fim de Setembro último inscrevera 449 dadores, admitira 204, dos quais 150 em actividade actual de serviço, fizera 569 sangrias com 809 colheitas e 738 transfusões, e fornecera um total volume de 154.250 c.c., ou seja, nos 19 meses de funcionamento, uma média de 8.118 c.c. mensais, com notável tendência para aumentar. Nem tratarei do Instituto de Cardiologia e do seu Dispensário, que tiveram o mesmo benemérito impulsionador, e que no ano findo marcaram 1.750 inscrições, com 11.486 consultas e 419 internamentos de doentes, dos quais ao fechar Dezembro permaneciam 41. Nem tratarei do Serviço de doenças dos ouvidos, nariz e garganta que, apesar do seu grande movimento (em 1944, teve nas consultas externas 1.142 inscrições de doentes, com 2.749 tratamentos, não contando os realizados nos dias da inscrição, e realizou 353 operações) funciona desde 1940, mas sem quadro próprio de pessoal médico ou de enfermagem, servido pela competência e a boa vontade de um especialista assistente de Técnica Cirúrgica, e apenas tendo enfermaria própria na secção de homens, pois que na de mulheres só pode utilizar algumas camas da enfermaria de Patologia Cirúrgica. Nem tratarei do Dispensário Dermatológico

(1) Criado por decreto com força de lei n.º 30:017, de 2 de Novembro de 1939.

e Antisifilítico que, em 1944, realizou 2.138 inscrições, 31.473 consultas e 403 internamentos, de que no último dia do ano passado permaneciam 45 doentes. Nem tratarei do Serviço Anti-rábico e Vacínico⁽¹⁾, pelo malogrado professor Marques dos Santos erguido do nada pelo poder da sua dedicação e competência, e que continua a ser um magnífico instrumento na profilaxia e no combate contra a raiva; pois apesar da natural diminuição de movimento resultante da eficácia dos serviços prestados em anos anteriores (com um máximo de 487 pessoas tratadas em 1927), teve em 1944 Inscritas no Serviço 127 pessoas (das quais 110 completaram o tratamento sem um único caso fatal), com a realização de 1213 injecções; forneceu 5.275 c.c. de vacina para tratamento no domicílio de 94 pessoas; e expediu cerca de 15.000 doses de vacina para cães.

Apesar de nestes serviços, como em todos, muito haver que possa e mereça ser melhorado por um carinhoso atendimento do Estado, eu tenho de limitar-me a fazer referências de maior amplitude a alguns outros, poucos, que escolherei e servirão de exemplos.

*
* * *

Como é natural, começarei pelos Hospitais da Universidade⁽²⁾.

Desde que D. Manuel I, em 1508, reuniu numa só casa - o Hospital Novo - todos os hospitais anteriormente existentes em Coimbra, com excepção do dos Mirileus ou Mirleos, incorporado no reinado seguinte, e do dos Lázaros, que só no século XIX perdeu a sua independência, ficou constituído o instituto que havia de servir de principal oficina de ensino e aprendizagem para os lentes e os estudantes da Faculdade de Medicina desde a transferência definitiva, em 1537, da Universidade para esta cidade.

(1) O Serviço Anti-rábico e Vacínico, anexo ao Instituto de Patologia Geral, foi regulamentado pelo decreto n.º 11:460, de 22 de Fevereiro de 1926.

(2) A história dos Hospitais da Universidade pode ver-se proveitosamente na *Memória histórica e commemorativa da Faculdade de Medicina* por Bernardo António Serra de Mirabeau - Coimbra, 1872, e na *Notícia histórica dos Hospitais da Universidade de Coimbra* por A. A. da Costa Simões - Coimbra, 1882. -; ou, mais cómoda e resumidamente, no trabalho de Alberto Pessoa - *Hospitais de Coimbra* - Coimbra, 1931.

Encontram-se, nos §§ 26, 27 e 28 do Título V e §§ 1, 2, 3, 4, 7, 8 e 12 do Título LV do Livro III dos Estatutos Filipinos ⁽¹⁾, estabelecidas as principais regras da utilização científica universitária por mestres e estudantes, desse hospital, que até 1548 teve um administrador de nomeação régia e desde 29 de Junho desse ano foi entregue à administração económica dos

(1) *Estatutos da Universidade de Coimbra: confirmados por el-Rei Dom Phelippe primeiro deste nome, nosso senhor, em o anno de 1591 - Em Coimbra M.D.XCIII.*

.....
Libro III...

Título V. - das Cadeiras que ha de auer, & o que se ha de ler nellas e o sallario que tem..
.....

26 - Os lentes de prima, & vespera, & Auicenna, è medicina, serão obrigados a visitar o hospital às terças do anno, conuem a saber, o lente de Auicenna visitará a primeira terça, visto como nella ha poucos doêtes, na segunda terça visitará o lente de prima, & na deradeira o de vespera, & auerão os lentes de prima & vespera & Auicenna pello seu trabalho doze mil rs cada hum.

27 - Esta visitação do hospital farão os ditos lentes das sete & mea pella menhã ate as oito & mea no inuerno, & ás seis & mea no Verão & durará a visitação hã a hora inteira, visitando todos os doentes com os estudantes que são obrigados a continuar na practica: & vistos os doêtes, irseha o lente com todos os estudantes a hã a casa que pera isso auerá no dito hospital, & receitará todas as mézinhas que forem necessarias para os doentes, declarando a causa porque se lhe applicão & a enfermidade que he, & o modo de que se cura: & acabada a dita practica irão ouvir a lição de prima.

28 - O Rector do hospital será obrigado a tomar os doentes que o lente que visitar aquela terça: disser que sam pera receber, & sem seu parecer não poderá accitar algum: & os lentes se conformarão nisso com o regimento do hospital.

.....
Título LV. - da practica dos hospitaes.

Os tres doctores lentes de prima, vespera & Auicenna serão obrigados a visitar cada dia os hospitaes da Vniuersidade, & cidade, pera cõ isso se instruirẽ, os estudantes na practica, & sera pella ordem & tempo de hã a hora conforme ao que é declarado no título v. §. E a visitação, & a hora se contará por relógio de area, que entrando o doctor, & começãdo a practica, se porá na casa & mesa de abaixo se trata.

1. - E porque nesta visita ha ouuintes obrigatorios, que se não podem formar, & vsar de suas letras sem certo tempo desta practica, antes de começar se tangerá hã a campa nos ditos hospitaes, que bem possa ser ouuida, pera que elles & os mais que quiserem ir, em a ouuindo se cheguem pera a lição da practica, e os administradores dos taes hospitaes serão obrigados mandalla tanger: & porque as campas dos hospitaes se não podem ouuir è toda a Cidade, os ditos ouuintes obligatorios se regerão pello sino das escholas, quando tange de prima, que he o tempo em que se ha de começar esta hora de practica.

2. - Tanto que o dito lente chegar aos hospitaes, visitará com os seus ouuintes todos os enfermos das ditas casas, tratãdo & declarandolhes as qualidades das infirmidades, os nomes & remedios dellas muito deuagar, & fazendo, & dando as receitas necessarias: ao que tambem serão presentes, os administradores dos ditos hospitaes, & os enfermeiros, pera que oução os taes remedios, & tomem as ditas receitas & dem tudo a execução, & os enfermeiros irão escreuendo tudo em hã as taboas engessadas de branco.

Cónegos Seculares de São João Evangelista (padres Loios) ⁽¹⁾, e era servido por um físico, um cirurgião e, mais tarde, também por um sangrador contratados.

3. - Acabada esta primeira visitação, o lente se irá com os estudantes à casa deputada para este ministerio, onde estará hum porteiro, que por ordem dos administradores, terá posta hũ a mesa, decentemente ornada, com hum relógio de area, & hũ a cadeira em que se ha de assentar o lente & b̃cos em que se assentarão os ouuintes, & alli fará a segunda visita de todos os enfermos da Cidade, & fora della que acodirem, e lhes verá as aguas, & lhes tomará as informações, praticando & descobrindo aos ditos ouuintes a condição e qualidades das taes doenças, & dando as receitas, & regimentos necesarios pera a cura dellas, em quãto durar a dita hora, sem por isso leuar interesse algum.

4. - Acontecendo que as infirmitades destes doentes da Cidade, ou de fora, sejão de qualidade que requeirão mayor informação, & os doentes forem pobres, que não possuão ter medico ordinario que os cure, o dito lente mandará a hũ dos ouuintes obrigatorios (que ao menos será bacharel corrente) q̃ vá tomar verdadeira informação das ditas infirmitades, & lha venha dar, pera cõ ella ordenar & prouer o que melhor for pera os ditos doentes: & o ouuinte será obrigado ao cumprir assi sob pena de perder o curso da dita practica, & sob amesma pena não ordenará cousa algũ a na dita doença, que não seja por mandado do dito lente, ainda que fora da Cidade, porq̃ em tal caso aconselhará aos doētes que busquem médico, no que se encarrega muito a consciencia dos ditos lentes, & ouuintes.

7. - Auerá outra visitação nestes hospitaes de cyrurgia, q̃ será obrigado a fazer o lente de anatomia em todos os dias, à hora de terça, & curará todos os feridos, & chagados, & os mais doentes destes hospitaes que pertencerem a cyrurgia, fazendo tudo o que a seu officio pertencer cõ leuidão, & boa graça sem levar cousa algũ a por isso: & quando lhe parecer necessario, que o lente de medecina praticante deue ser presente a estes casos, & horas de cyrurgia, o porteiro & officiaes dos ditos hõspitaes lho farão a saber, ou o dito anatomista lho poderá dizer, & mando ao dito lente o cumpra assi, & se ache presente pera concluir ambos o que se ha de fazer nos taes casos: & se ao dito lente parecer, outro si, que na hora de sua practica he necessaria a presença, & parecer do anatomista, guardarseha o mesmo, & elle sem ser chamado irá á dita practica quãdo lhe parecer necessario, & auerá por anno o dito anatomista doze milrs.

8. - Os ditos lentes praticantes, & anatomista, farão as ditas visitações no tempo & horas acima limitadas, com o cuidado, & charidade que esta obra pede, sob pena de serem mulctados cada vez nos sallarios das cadeiras pro rata: & sendo remissos se procedrã cõ outras penas como parecer ao Rector, & conselho de conselheiros.

12. - Os gastos que se ouuerem de fazer na dita casa da practica de cadeiras, mesas, panos pera ellas, bancos, papel, tinta, area, & as cousas desta qualidade serão á custa do hospital onde se a tal practica fizer & o administrador mandará ter a dita casa muito bem concertada pois com a dita visitação se segue muito proueito ao dito hospital sem por isso pagar ordenado algum.

(1) Pelo regimento de 1508, eram quatro os funcionários administrativos: o *provedor*, que superintendia; o *hospitaleiro*, que às funções de dispenseiro e tesoureiro juntava as de enfermeiro; o *capelão* que além dos encargos religiosos e outros tinha o de escriturar a entrada dos doentes; e o *escrivão*.

Mais tarde, já com a administração dos padres loios, vieram a modificar-se os nomes e as funções de alguns dos empregados. Assim, vê-se do Alvará de 4 de Março de 1699 que a dois religiosos estavam reservados os cargos de

Mas de outras várias disposições anteriores, de que ainda felizmente se conserva o conhecimento, se vê também o cuidado que havia no procurar o melhor aproveitamento possível do hospital para efeitos de ensino (1).

E, na Praça Velha, se foi seguindo e aperfeiçoando até à Reforma Pombalina o estudo nos doentes, certificando a prática a necessidade de haver Hospital próprio da Universidade, como se reconhecia já no título 55 dos Estatutos Velhos de 1653, e definitiva e mais completamente se realizou pelo preceito expresso nos §§ 1.º e 2.º do Capítulo 1.º, do Título 6.º, da Parte 1.ª, do Livro 3.º, da Carta de Lei de 28 de Agosto de 1772, que de pouco precedeu a provisão do Marquês de Pombal, de 21 de Outubro, a qual determinou a instalação, no Edifício agora chamado do Museu, “do Hospital Público desta cidade, que deve no mesmo tempo constituir a mais útil Aula da Faculdade de Medicina”, para usar dos termos da dita Provisão (2).

Variaram os nomes: Hospital Novo, Hospital Real, Hospital de D. Manuel, Hospital de El-Rei, Hospital Público, Hospital Geral, Hospital da Praça e talvez também já Hospital da Nossa Senhora da Conceição, para não falar no Hospital da Convalescença, que nunca teve edifício próprio e se resumiu a dependências do Hospital Geral, até Pombal; e, após a saída da Praça de

provedor e de *almoxarife*, acumulando ambos as funções religiosas do antigo *capelão*, tendo o primeiro entre os seus encargos o de apontar “... as faltas dos Lentes na forma q̄ manda o estatuto, por ser m.^{to} importante a assistência, e practica dos Lentes no Hospital”, e cabendo ao segundo acumular também as funções de dispenseiro que haviam cabido ao antigo *hospitaleiro*. Manteve-se o cargo de escrivão, acresceu, em relação a 1508, o de um *enfermeiro* a que de resto já há referência nos estatutos filipinos de 1591; e o Alvará também menciona expressamente uma *cosinheira*, e mostra que havia então já botica privativa.

Houve uma interrupção na administração pelos loios, desde 25 de Janeiro de 1741, em que, tendo morrido o provedor e o almoxarife, entrou por nomeação régia como provedor interino o desembargador Lucas de Seabra e Silva, até 11 de Novembro de 1743, em que os religiosos tiveram de novo um dos seus como provedor, por êles eleito e confirmado pelo soberano por provisão de 18 de Setembro. Mantiveram-se os loios na administração até que, em 1774, o Hospital foi entregue, mesmo sob o ponto de vista da administração económica, à Universidade. A esta passou também a administração dos bens do chamado imprópriamente Hospital da Convalescença, que nunca teve instalação independente e se resumia a uma parte do Hospital Geral, destinada a convalescentes para satisfação de cláusulas de doação de 1742, em que se determinava que a sua administração nunca pudesse caber a religiosos que não fôsem os Cónegos da Sé, mas sim ou à autoridade real ou à Misericórdia, à qual de facto esteve entregue desde 1743 (após a cessação da provedoria interina de nomeação do soberano), até 1774, data da incorporação na Universidade.

(1) Assim, por exemplo, das cartas do Cardeal D. Henrique de 2 de Janeiro de 1568 se vê que foi ordenado que se fizesse a anexação de bens de Hospitais de Montemor-o-Velho ao Hospital de Coimbra, para que êste pudesse receber “maior número de doentes” ... “para melhor exercyco e practica dos estudâtes medicos”, e o arranjar “dentro do dito hospital hũa casa separada e fechada, e que se faça a dita practica, com m.^{ta} quietação” e mandado que o Reitor e os lentes e estudantes da Faculdade de Medicina tivessem no Hospital bom acolhimento.

(2) Transcrita na íntegra em *Hospital de Coimbra*, de Alberto Pessoa - Coimbra, 1931.

São Bartolomeu, Novo Hospital da Universidade, Hospitais da Conceição e da Convalescença, no antigo Colégio dos Jesuítas; e Hospitais de São Jerónimo, das Artes, de São José dos Marianos e dos Militares (êstes dois últimos correspondendo a duas situações sucessivas do Hospital dos Lázaros já então anexado), com as sedes nos antigos Colégios dêsses nomes, depois do Marquês.

Em verdade, embora só com a reforma pombalina a administração económica dos Hospitais de Coimbra tivesse passado para a Universidade, desde sempre, após o segundo quartel do século XVI, êstes estabelecimentos funcionaram praticamente sob o ponto de vista científico como estabelecimento universitário, e a êles foi por fim dada a designação oficial de Hospitais da Universidade. O plural tornou-se manifestamente oportuno depois que se efectivou e ficou simultânea a ocupação, pelos doentes, dos antigos Colégios de São Jerónimo, das Artes e dos Militares, que à Universidade foram entregues, por portaria de 27 de Outubro de 1836 os dois primeiros, e todos três por decreto de 21 de Novembro de 1848 e ulterior legislação confirmativa.

Mas bem da Universidade já eram, mesmo sem êsse nome, êstes Hospitais, como ainda mais ficava sublinhado pela prescrição dos Estatutos (n.º 4, Cap. I, Tit. VI, Parte I, Livro III) referente às suas cinco enfermarias: “A Primeira será para os Estudantes pobres, que não tiverem com que se possam curar nas suas enfermidades; e para os ricos, que quizerem ser tratados no Hospital à sua própria custa para maior segurança do seu curativo. A Segunda para os Officiais, e mais pessoas annexas, e privilegiadas da Universidade. A Terceira e Quarta para os pobres da Cidade, e seus Suburbios, uma dellas para homens; outra para mulheres. Além disso haverá uma Enfermaria particular, destinada aos doentes que forem escolhidos, para os Estudantes do Quinto Anno fazerem no curativo delles o seu exame de pratica, como fica acima ordenado”. (Nada pois mais é do que um regresso feliz e louvável a respeitáveis e estimáveis determinações antigas, que iam um pouco esquecidas, o cuidado que o actual director dos Hospitais tem pôsto no atendimento às conveniências de assistência aos nossos escolares).

Quando a Universidade deixou de ter rendas próprias, que no antigo regimem lhe cabiam, e a acção centralizadora do Estado se fêz sentir, passaram naturalmente a ter de ser mais acudidas por êste as necessidades do dispêndio hospitalar. Mas a acção administrativa e dirigente da Congregação do Conselho da Faculdade de Medicina manteve-se, e ao corpo docente desta continuou cabendo essencialmente a actividade científica e administrativa o ensino e a assistência clínica nos Hospitais, com a direcção das suas várias enfermarias⁽¹⁾.

(1) Depois da reforma do Marquês, o aumento de prestígio do hospital, que a actividade da Faculdade de Medicina lhe conseguiu, trouxe paralelamente o acréscimo de procura de entradas pelos doentes. Mas as rendas não aumentaram, antes diminuíram de valor. A Fazenda universitária não acudia facilmente com suprimentos para os apertos de

Com o regulamento de 22 Junho de 1870, à Faculdade continuou atribuída a inspecção e a direcção científica dos Hospitais e dos estabelecimentos da sua dependência anexos à Universidade, mas a administração geral dêles ficou incumbida a um administrador nomeado pelo Governo, de quem ficou substituto um lente, eleito anualmente pela Faculdade para membro de uma Junta Consultiva em que, com o administrador, entrava também o Provedor da Misericórdia.

À Faculdade, além daquela eleição, da visita anual de todo o estabelecimento para se habilitar a fazer as propostas de reforma que entendesse convenientes, da regulação anual do formulário e da tabela das dietas, ficou competindo: designar as enfermarias para o ensino prático das clínicas e da tocologia e o desempenho do seu serviço clínico pelos respectivos lentes durante o tempo lectivo, dirigindo-as na parte científica com inteira independência da administração geral; e bem assim dirigir, pelo lente de matéria médica, o ensino prático dos alunos no dispensatório farmacêutico.

Ao administrador ficou cabendo a proposta ao governo da nomeação dos clínicos ordinários ou extraordinários após concurso documental.

despesa: e mais tarde, após 1835 e a chamada a si dos bens universitários pelo Estado, este não se mostrou generoso no provimento das necessidades hospitalares.

Não tardaram, pois, graves embaraços para a Faculdade, que administrava a distribuição da despesa e que teve de sustentar uma constante luta, sucessivamente com a Fazenda da Universidade, o Governador Civil e o Ministério do Reino, aos quais, sucessivamente também, foi cabendo a arrecadação das receitas.

Apesar de tôdas as possíveis economias e da redução do número de doentes, a falta de recursos chegou a tal ponto que, em 1822, o director, para não ter de fechar o estabelecimento, teve de abonar dinheiro do seu bôlso. Por isso, "a Faculdade sempre atribulada com os negócios dos hospitais, resolveu pedir ao governo a aliviasse da administração económica" (Mirabeau) e lhe reservasse simplesmente a inspecção e a direcção científicas.

Só muitos anos mais tarde, quando, depois de ter conseguido, em 22 de Agosto de 1853, juntar à posse dos Colégios de S. Jerónimo e dos Militares a aquisição do Colégio das Artes, e "depois que conseguiu reparar o edificio, organizar o serviço das enfermarias e resolver sérios embaraços administrativos" (Mirabeau), a Faculdade, renovando as suas instâncias, teve para a sua petição favorável despacho, com a carta de Lei de 17 de Julho de 1856. Mas apenas aparentemente o teve, pois que a execução do conteúdo da Carta ficou dependente da publicação de um regulamento que só apareceu em 22 de Junho de 1870, isto é, 14 anos mais tarde, durante os quais a Faculdade continuou com os encargos administrativos e a promover os melhoramentos hospitalares. E quando, em 1 de Julho de 1870, o seu professor A. A. da Costa Simões começou a exercer o cargo de administrador, nomeado nos termos do dito regulamento, "em boa ordem e em circunstâncias que já se podiam chamar prósperas lhe entregou a Faculdade o estabelecimento que duas vezes ela tinha instalado em casas diferentes e que no decurso de 96 anos em tempos calamitosos, e através de mil dificuldades, ela tinha dirigido gratuitamente e com tanto zêlo que, para lhe sustentar os créditos, nas ocasiões de maior crise, não duvidaram os directores tomar sôbre si pesada responsabilidade" (*Bernardo António Serra de Mirabeau*. - "Memória histórica e commemorativa da Faculdade, de Medicina.")

Portanto, algumas das enfermarias eram mais especialmente destinadas à frequência sistemática dos discípulos; e a essas se chamavam “escolas”. Mas, realmente, tôdas as outras estavam abertas também à possibilidade de utilização escolar, quer pela escolha nelas assegurada dos casos interessantes para o ensino, quer pela frequência delas consentida aos alunos no acompanhamento da visita dos respectivos clínicos, cuja nomeação praticamente recaía sempre, como para os das “enfermarias escolas” em lentes da Faculdade.

Contudo, o regulamento hospitalar de 1870 foi entendido ter centralizado de mais a direcção dos serviços no administrador, de livre nomeação governamental, ao qual competia a proposta da nomeação dos clínicos. E, se bem que, de facto, para a nomeação do primeiro tivesse sempre sido escolhido um professor da Faculdade e que a nomeação dos segundos viesse, como regra, a atingir, por turno de idade, os vários lentes, a verdade é que a Reforma de 27 de Abril de 1911 teve a intenção de restabelecer uma maior ingerência da Faculdade nos negócios hospitalares. A Corporação viu aumentada a sua intervenção administrativa, quer directamente por si, quer por intermédio do Administrador, necessariamente nomeado pelo govêrno de entre três professores votados e propostos pela Faculdade, e dos três lentes que à Faculdade cumpria eleger para, com o provedor da Misericórdia, constituírem o Conselho Fiscal. E, no que respeita à actividade científica e clínica, se deixou de poder vir a caber a qualquer professor da Faculdade a direcção das enfermarias não chamadas “escolas”, isso foi porque, ressalvados os direitos dos antigos clínicos, tôdas as enfermarias – as antigas e as várias de nova criação – passaram a ser, muito razoavelmente, da exclusiva direcção dos professores da Faculdade que se dedicavam, na sua actividade universitária normal, ao ensinamento clínico, geral ou de especialidade, respectivo.

Quere dizer: aperfeiçoou-se valiosamente o sistema de utilização do estabelecimento como Hospital Escolar: tôdas as enfermarias passaram a ter, normal e habitualmente, as funções que anteriormente, de forma mais particular, cabiam às chamadas “enfermarias escolas”.

A reorganização dos serviços dos Hospitais da Universidade, pelo decreto n.º 5:736, de 10 de Maio de 1919, manteve a determinação de que nestes Hospitais ficassem compreendidos todos os estabelecimentos do Estado cuja função social visa à assistência médica ao público e à pratica médico-cirúrgica da Faculdade de Medicina; determinou que a direcção e a administração dêles competissem a um director, nomeado pelo Govêrno de entre uma lista tríplice organizada pela Faculdade exclusivamente com nomes de professores em exercício, assistido por um Conselho Técnico, corpo consultivo, de quatro professores eleitos pela Faculdade; continuou a estabelecer que as várias clínicas fôsem dirigidas pelos professores das respectivas Cadeiras ou Cursos da Faculdade de Medicina; e criou uma escola de enfermagem capaz de assegurar o recrutamento de pessoal habilitado, à altura das responsabilidades actuais da assistência aos doentes.

Não tendo existido antes de 1911 (à parte o pequeno lapso de tempo decorrido desde 22 de Junho a 27 de Outubro de 1870) o ministério da Instrução Pública ⁽¹⁾, hoje chamado da Educação Nacional, era naturalmente ao Ministério do Reino que estavam affectos os serviços dos Hospitais da Universidade, como todos os serviços universitários, como todos os da Instrução.

Mandava a lógica que, com a Reforma Republicana e com a criação do Ministério da Instrução Pública, pela Lei n.º 12, de 7 de Junho de 1913, o venerando Hospital Escolar, único em Portugal velho de quatro séculos, acompanhasse, na mudança para êsse Ministério, a Universidade e a Faculdade a que pertencia.

Não aconteceu assim, porém! ¿E porque não?

¿Por infeliz esquecimento? ¿Por necessidade de momento, para não complicar a orgânica e o funcionamento do recém-criado ministério, que durante muitos anos nem instalação própria digna dêsse nome havia de ter, vagamente albergado, como esteve, em algumas salas, a custo emprestadas pelo Ministério do Interior?

Naturalmente, por associação dessas duas ordens de motivos. Ao princípio, sobretudo pela necessidade de evitar dificuldades aos serviços débeis do novo ministério e também de garantir aos Hospitais da Universidade, mais fácil e regularmente, os seus meios de acção pecuniária. Mas, apenas por esquecimento, talvez, já quando os Hospitais da Universidade foram passados para o Ministério do Trabalho (decreto n.º 4:641, de 14 de Julho de 1918); e por esquecimento decerto quando êles, expressamente indicados, passaram de novo para o Ministério do Interior por extinção do Ministério do Trabalho (decreto n.º 11:267, de 25 de Novembro de 1925), apesar de, como consta do relatório do respectivo diploma, os serviços da Saúde Pública, por se lhes reconhecer as suas ligações íntimas com o problema escolar, serem então colocados no Ministério de Instrução Pública, ao qual foi também atribuída a competência da inspecção pedagógica dos estabelecimentos de assistência. O esquecimento é tanto mais aparente quanto é certo que, nesta altura, já em data anterior, de 22 de Junho de 1925, a lei n.º 1:785 criara, para a Faculdade de Medicina de Lisboa, o Hospital Escolar de Santa Marta e o colocara no Ministério da Instrução Pública, provido dos suficientes meios de actuação.

E, assim, desde esta data, ficou sublinhada uma esquisita anomalia: em Coimbra, o Hospital Escolar tradicional do País permaneceu retido num ministério que deixara, havia vários anos, de tutelar os negócios da Instrução; em Lisboa, um Hospital de nova criação, sem tradição univer-

⁽¹⁾ É interessante notar que, pelo art. 2º do decreto de 22 de Junho de 1870, do govêrno do Marechal Saldanha que criou o Ministério da Instrução Pública, a êste ficava pertencendo a Beneficência Pública, que não apenas respeitante aos Hospitais da Universidade. Mas o regulamento, do mesmo dia, dos Hospitais da Universidade ainda foi assinado pelo Ministro do Reino do govêrno anterior.

sitária, era incluído, como aliás era lógico desde que se lhe dava a categoria de escolar, entre os estabelecimentos do Ministério da Instrução Pública, hoje da Educação Nacional!

Não obistou, é certo, esta anomalia a que os Hospitais da Universidade se continuassem a engrandecer no seu aperfeiçoamento material, com a actividade do seu corpo clínico universitário. E foi mesmo durante esse período último que, seguindo com mais largueza na obra valiosa dos seus predecessores e, sobretudo de Costa Simões e Costa Alemão, o falecido director Ângelo da Fonseca conseguiu acabar de tirar todo o proveito possível dos velhos, arruinados edifícios dos antigos Colégios, de forma a deixar calcular o muito mais que teria conseguido se não tivesse tido, a cada momento, de lutar contra o pecado original da traça primitiva e imprópria.

Apesar disso, não deixa de existir a racionalidade da mudança; e a conveniência desta fica evidente, desde que, é claro, o Ministério da Educação Nacional seja provido do aumento de disponibilidades necessário para o suficiente custeio das despesas dos Hospitais da Universidade, e de forma tal que não sejam as verbas orçadas a favor destes, como o são no Ministério do Interior, inferiores quer em absoluto, quer sobretudo proporcionalmente, às orçadas no Ministério da Educação Nacional para o Hospital Escolar de Santa Marta.

Mas a desvantagem desta falada situação anómala nunca se fêz sentir tão clara e agudamente para o amor próprio e o sossêgo de espírito da Faculdade de Medicina como quando da publicação do decreto n.º 31:913, de 12 Março de 1942.

O artigo 2.º deste diploma determina que o provimento, nas instituições de assistência em regímen de comparticipação do Estado, dos cargos de direcção, dos serviços escolares, das chefias dos serviços médicos, administrativos ou outros fique a ser “feito em regímen de contrato por livre escolha do Ministro”, embora acrescente - “sem prejuízo das habilitações legalmente exigidas para as funções a prover”. Ora a Faculdade entendeu que, a serem abrangidos por tal decreto os Hospitais da Universidade, não ficava suficientemente claro que, desde já e de futuro, todos os intérpretes da lei tivessem, sem motivo para dúvidas, de aceitar que a designação de “*habilitações*” compreende obrigatoriamente o cargo de professor da Faculdade de Medicina ou de cada uma das disciplinas clínicas apontadas, indispensáveis pela legislação anterior para o desempenho das funções de director deste hospitais ou das de director de qualquer dos seus serviços clínicos respectivos. E fica bem evidente que, a não se dar essa latitude à palavra “*habilitações*”, além de desaparecida a intervenção oficial da Faculdade na escolha do Director dos Hospitais (o que constituiria afinal um mero ocase mais no céu das autonomias), haveria a conseqüência, de maior gravidade, do desaparecimento da garantia de exclusivamente a professores da Faculdade competir a direcção do Estabelecimento, e a cada professor das disciplinas clínicas competir a do serviço hospitalar respectivo, isto é, a de estes Hospitais deixarem de ser, de direito, um organismo escolar da Faculdade.

Foi grande a emoção desta, com o receio de que um não suficiente esclarecimento do decreto pudesse vir a deixar às vicissitudes das variações dos critérios pessoais das instâncias superiores e, portanto, talvez ao ocasional bom prazer destas, o nomear ou não nomear professores da Faculdade para aquelas situações. Pareceu que seria imerecida retribuição à Universidade e à Faculdade de Medicina, pela sua dedicação e pelos serviços de mais de 400 anos no que respeita à actividade dos Hospitais, a possibilidade de desapossá-las dêstes, que, pelo nome que conservam, pela propriedade dos edifícios que ocupam, pelo corpo clínico que assiste e ensina, pelo corpo estudantil que também assiste e aprende, e pelo conseguimento da boa fama de que gozam, devem ser considerados indefectivelmente como parte integrante da respeitável instituição universitária. E foram feitas respeitosas ponderações sôbre a injustiça e os inconvenientes do diploma, no caso de êle realmente haver de se aplicar aos Hospitais da Universidade sem as necessárias seguranças.

Colheu-se o informe de que o decreto fôra fabricado sem se ter o pensamento neste estabelecimento e sem o propósito de cercear a intervenção nêle da Faculdade de Medicina. Mas, quando se pediu um esclarecimento que salvasse os Hospitais da Universidade do abrangimento pelo decreto ou pelo menos da possível aplicação dêste com propósitos ulteriores menos benevolentes, não se conseguiu deferimento; e o decreto ficou tido como inteiramente aplicável a êstes Hospitais; e nem mesmo foi dito que a ressalva das “habilitações necessárias” a que se refere o diploma fôsse tida como suficiente garantia contra o receado.

Nestes têrmos, a calma indiferença do legislador pelos eventuais perigos do estabelecido não logrou incutir à Faculdade sossêgo e confiança àcêrca dos seus efeitos futuros. E por isso ela ainda maior razão terá agora para desejar que cesse anormalidade da localização dos Hospitais da Universidade fora do Ministério da Educação Nacional, para onde devem ser transferidos, como veneráveis Hospitais Escolares que são, e onde já se encontra o joven Hospital Escolar de Santa Marta, da Faculdade de Medicina de Lisboa.

A conveniência desta mudança acentua-se desde que estão em construção os Hospitais-Faculdades de Lisboa e do Pôrto, novos Hospitais Escolares tão grandiosos que decerto poderão ombrear com os melhores do Mundo e que não deixarão, de certo também, de ser incluídos no Ministério da Educação Nacional. Dêles ficarão a perder de vista, por modestas e antiquadas, as instalações dos Hospitais que apesar de tudo continuaremos a chamar da Universidade, se estas não encontrarem nos planos da Cidade Universitária as modificações, substituições e ampliações condignas pelas quais confiadamente esperamos e em que se não mantenha, em prejuízo de Coimbra, uma desproporção de meios de acção como a que actualmente existe e de que as seguintes indicações dão uma suficiente idéia:

A Faculdade de Medicina de Lisboa, no seu Hospital Escolar dependente do Ministério da Educação Nacional, além de um prosectorado de Anatomia Patológica, de um serviço de

Raios X, de um serviço de agentes físicos, dispõe, em cada uma de sete clínicas, de pessoal e material de laboratório pertença do próprio hospital, sem prejuízo do pessoal dos outros quadros extra hospitalares da Faculdade de Medicina e das respectivas instalações. Ao passo que a Faculdade de Coimbra é com pessoal do seu quadro do Ministério da Educação Nacional e com os seus laboratórios que tem de assegurar não só o ensino da sua população escolar, mas também os interesses da assistência dos Hospitais da Universidade, que não dispõem de laboratórios pròpriamente seus, numerosos e bem providos.

Sem embargo, a população de doentes é muito superior no Hospital de Coimbra, onde, em 1944, a lotação real andou em tórno de 900, e êste ano corrente se acha bastante mais alta, em tórmos de, em 23 do mês findo, haver 1053 doentes internados (1); ao passo que a lotação normal do Hospital de Santa Marta é de 446 doentes, tendo atingido em 1944 a media de 454, nunca alcançada em anos anteriores.

Em 1944, em Coimbra, houve 10.327 doentes hospitalizados, não contando 651 mulheres e recém-nascidos internados na Maternidade, ou seja um total de 10.978 internamentos, para um total de 4.269 no Hospital de Santa Marta. Isto é, os Hospitais da Universidade, mesmo sem contar com a Clínica Psiquiátrica e a Maternidade, têm um movimento de doentes muito superior ao duplo do de Santa Marta; mas, apesar disso, as verbas que o Estado lhes destina são muito inferiores às dispensadas ao Hospital Escolar lisbonense, embora a cargo dêste não estejam, como em Coimbra, as despesas de uma Clínica psiquiátrica e de uma Maternidade!

As verbas do Estado previstas para 1945 somam 8.428.538\$00 para Santa Marta; e para Coimbra a comparticipação do Estado é apenas de 6.787.776\$00 de subsídio ordinário, a que acrescem os subsídios extraordinários de 118.440\$00 (para abono de família) e de 500.000\$00 (para instalação da Clínica Psiquiátrica, que em Lisboa, evidentemente, não pesa no orçamento de Santa Marta). Convém, realmente, insistir no ponto de que, em Coimbra, a Maternidade e a Clínica Psiquiátrica estão sendo consideradas como simples secções dos Hospitais Gerais da Universidade, tanto em pessoal, como em verbas.

Se juntarmos a nota de que os serviços da Faculdade em Coimbra dispõem de 12 internos dos Hospitais e 26 assistentes; ao passo que os de Lisboa dispõem respectivamente de 20 e 51; e que, portanto, supondo que em Lisboa, como em Coimbra, é aproximadamente a mesma a proporção da distribuição dos assistentes pelos serviços laboratoriais e pelos das clínicas hospitalares; aí temos a indicação de que o Hospital de Santa Marta tem praticamente o dôbro de

(1) Apesar de em Fevereiro último as diárias terem subido muito (a mais do triplo para as enfermarias de medicina), continua a dificuldade de dar pronta acolhida aos doentes que acorrem aos Hospitais da Universidade, de tódas as partes do país. A lotação normal é insuficientíssima; parece razoável dizer que deveria ser aumentada para 1.500 doentes, pelo menos. Em 2-11-45, há 1.124 internados.

médicos assistentes e internos dos que servem, em Coimbra, os Hospitais Gerais, a Clínica do Doutor Daniel de Matos e o Manicómio Sena reunidos.

Não vale a pena acrescentar mais nada para mostrar quanto acima da organização hospitalar da nossa Universidade se acha dotada a escolar de Lisboa; o que está longe de querer significar que esta última tenha mais do que precisa; apenas significa que os Hospitais da Universidade de Coimbra se encontram colocados numa mesquinha situação de inferioridade, que é justo e urgente que desapareça.

Aproveito contudo o ensejo para esta simples nota: segundo o orçamento do Estado, para 1945 estão previstos 2.742.442\$00 para despesas com a Faculdade de Medicina de Coimbra, além de 17.559\$52 para o seu anexo Instituto de Climatologia e Hidrologia; ao passo que para a Faculdade de Lisboa a previsão é de 3.093.625\$00, excluindo não só o que respeita ao Hospital Escolar de Santa Marta como também 304.169\$80 e 397.512\$00 destinados, respectivamente, ao Instituto Bacteriológico de Câmara Pestana e ao Instituto Oftalmológico do Dr. Gama Pinto...



Mas o que respeita à Clínica Psiquiátrica, pròpriamente, constitui outro importante aspecto do problema hospitalar da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

De há muito, a Faculdade se tem esforçado por conseguir um estabelecimento para assistência aos alienados e o ensino da Psiquiatria. E pensava ela em aproveitar, para tal, o então seu Hospital de S. José dos Marianos, onde tinha os leprosos desde 5 de Dezembro de 1836, quando, por decreto de 21 de Junho de 1851, foi desapossada dêsse antigo Convento, “para colocação do colégio das religiosas ursulinas de Pereira”.

Lutou a Faculdade o mais que pôde contra o esbulho, com argumentos, com reclamações, e até com resistência passiva e actos dilatórios; mas, desapoiada pelo seu Reitor, que inèrgicamente a compeliu ao cumprimento menos vagaroso das determinações superiores, ficou a Faculdade vencida, e ficaram ela e a Universidade privadas dêsse edificio que a ambas pertencia.

Por mais de uma vez, a Faculdade tentou mais tarde reaver o prédio, primeiro para o dito fim de casa de alienados, depois para isolamento de doentes infecto-contagiosos; mas, quando, após a partida das religiosas ursulinas, aquêlê antigo convento, em vez de ser restituído à nossa posse, foi concedido para a instalação do Hospital Militar, que hoje lá se mantém, ficaram as esperanças de recuperação pela Faculdade definitivamente perdidas.

Felizmente, a notável legislação de 1911 compensou-nos bem dessa desilusão, porque veio satisfazer a velha e justa aspiração da Faculdade, dotando-a com o Manicómio Sena, isto é com a sua Clínica Psiquiátrica, para 300 leitos, destinada a casos sobretudo recentes, agudos, reclamando activo tratamento, ou sendo, por qualquer título, de interêsse para o ensino; e o mesmo diploma, de Maio de 1911, mandou estabelecer, também em Coimbra, um Manicómio-asilo de 100 leitos, para dementes, idiotas, imbecis e débeis mentais.

Para a construção daquela clínica, foram escolhidos, na sua quási totalidade expropriados, os terrenos necessários, por intermédio de uma Comissão de professores da Faculdade, a que se sucederam outras, também de professores, que ficaram dirigindo e administrando os trabalhos do projecto e, depois, os da construção dos edificios respectivos. Uns e outros trabalhos foram entregues aos mesmos técnicos, engenheiro D. Luís de Melo Correia e architecto Leonel Gaia, já então consagrados como autores do projecto do Manicómio de Júlio de Matos, de Lisboa, e que viram o projecto de Coimbra aprovado sem alteração, por unanimidade e com louvor, pelo Conselho Superior de Obras Públicas e Minas.

A irregularidade e a morosidade na concessão das verbas, que, desde o início das obras, em 16 de Fevereiro de 1920, até 30 de Junho de 1930, somaram apenas 2.287.142\$24, deram azo a que, nesta última data, dos 23 pavilhões do projecto apenas 5 estivessem concluídos ou em estado adiantado de construção.

Deram-se, depois, alterações na constituição das Comissões directivas; cessaram as concessões de verba; pararam as obras de vez; e a impossibilidade de manter uma sufficiente vigilância deu lugar a que os abandonados pavilhões se deteriorassem com os temporais e fôsem também grandemente danificados pela rapacidade dos gatunos e pelas depredações do garotio.

Não deixou, porém, a Faculdade de Medicina de renovar as suas instâncias perante os poderes públicos, repetidas vezes, para que lhe fôsem concedidos para o seu ensino os pavilhões já construídos, após as reparações tornadas necessárias pelos prejuízos do tempo e pelas ofensas dos homens. Debalde instou durante muitos anos!

E foi milagre individual de dedicação e de ciência que o professor de Psiquiatria pudesse manter e desenvolver o ensino desta especialidade no centro do País, com os doentes da sua larga clínica particular e com os alienados internados à custa de dificuldades de tôda a ordem nos Hospitais comuns...

Para estas delongas, de tempo perdido, contribuiu poderosamente o facto de, com a resolução da construção da Cidade Universitária de Coimbra, ter surgido um equivoco: o dos que supuseram que no recinto limitado da parte alta de Coimbra se poderia instalar uma Clínica Psiquiátrica em melhores condições do que as que se podiam realizar nos terrenos aludidos, sitios

junto de Santo António dos Olivais, às abas da Cidade. E ainda outro equívoco surgiu: o de se pensar que o plano de construção do Manicómio Sena em execução era, por antiquado, condenável, inadaptável e inproveitável para o efeito a que se destinava.

Ora o traçado da Cidade Universitária, cujo núcleo por respeitáveis razões foi localizado nas alturas da Colina Sagrada que a velha alcáçova domina, não é tão abrangedor que se não levantem preocupações justificadas à cerca da forma de, dentro dêle, alojar as instalações projectadas, mesmo só para os serviços já hoje em pleno funcionamento. Mais amplas expropriações não, são fáceis e, ao que supponho, não estarão previstas. E as instalações para a Faculdade de Medicina, apesar desta ser a mais necessitada de melhoria, parece que estão proteladas para uma fase remota das realizações.

No recinto demarcado para o desenvolvimento do grandioso empreendimento ou na sua vizinhança, não se encontra local com o suficiente desafogo e condições de vastidão, remanso e aprazimento de ambiente propícios para a instalação da Clínica Psiquiátrica, em termos que, mesmo de longe, se possam comparar àquêles que os terrenos actuais em Santo António facultam.

E, embora já perto de 30 anos tenham decorrido sobre a elaboração do projecto do Manicómio de Sena, o facto é que, com ligeiras modificações ou adaptações, relativamente fáceis no já construído, e mais fáceis ainda no que falta construir, se poderá conseguir, como se conseguiu para o Manicómio de Júlio de Matos de Lisboa (cujo plano é da mesma época e autoria do manicómio Sena), uma boa clínica psiquiátrica universitária.

De resto, poderemos mesmo dizer, decerto, que não tem a nossa Faculdade de Medicina, na melhor parte dos Hospitais da Universidade actuais, qualquer enfermaria ou repartição que possa considerar-se superior ou porventura igual às partes congêneres dos pavilhões manicomial já construídos.

Por tudo isto, tem diligenciado a Faculdade convencer as instâncias superiores da conveniência de se abandonar definitivamente a idéia de desprezar o local onde foi projectada e iniciada a construção do Manicómio Sena, que não poderia proveitosamente ser substituído por uma Clínica a construir, em tempo incerto mas necessariamente distante, na parte mais alta da cidade, a qual ficaria sempre insuficiente, pela sua área e pelas condições de vizinhança.

E, por isso, a Faculdade se afligiu com o propósito esboçado de mutilar os terrenos adquiridos para o Manicómio, desviando uma parte para construção de um bairro económico, e representou a respeito perante as entidades competentes. Com efeito, esta resolução, a ser efectivada, viria a ocasionar, decerto, futuros arrependimentos inúteis; privaria a Universidade e a Faculdade de um precioso espaço para o desenvolvimento dos serviços segundo as melhores normas; e traria às instalações existentes, ou a existir uma inconveniente proximidade habitacional buliçosa.

Depois de muitas instâncias, conseguiu finalmente a Faculdade que lhe fôsem entregues, ou o fôsem aos Hospitais, para começo de instalações da Clínica Psiquiátrica universitária, primeiro um (1) e depois mais outro dos pavilhões acabados; e acalenta a esperança de lhe serem entregues os três restantes pavilhões que precisam apenas de ligeiros acabamentos.

Apesar da parcimónia dos meios, da falta de pessoal próprio e de os recursos fornecidos para o funcionamento o serem quási totalmente, e com grave desfalque próprio, pelos Hospitais Gerais, a Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina, que abriu em 17 de Abril de 1944, com 23 doentes, assistidos pelo seu director, por um assistente voluntário e gratuito, por um enfermeiro, uma enfermeira e dois tirocinantes, tinha, seis meses depois, 41 doentes. Em Outubro, os doentes eram mais de 60, e um novo assistente voluntário gratuito se dedicou ao serviço. Em Janeiro do ano corrente, eram 80 os doentes; só então o assistente voluntário da primeira hora começou a ser retribuído como segundo assistente; e só em Março o que se lhe seguiu passou a ter a pequena retribuição de 470\$00 mensais, de interno dos Hospitais. Ao terminar o último mês, de Setembro, com uma população de 102 doentes, mantém-se o mesmo pessoal clínico, são 10 as unidades de enfermagem, das quais um enfermeiro de 2.^a classe é a de mais categoria, e acrescem 6 criados e 4 criadas no serviço.

Em 17 meses de funcionamento, houve 403 internamentos, cêrca de 600 consultas externas, e 52 exames médico-legais. Realizaram-se 128 curas clínicas e 54 curas sociais, 41 readaptações e ficaram no mesmo estado ou pioraram 62 casos. Houve 16 falecimentos.

Além dos 102 internados, havia, em 30 de Setembro, 98 pedidos de internamento.

Estão em pleno funcionamento os serviços de terapêuticas especializadas de insulino-terapia e eléctro-choque, embora para tanto e para a montagem dos serviços de secretaria, sem pessoal próprio, se houvesse de recorrer a aparelhagem particular do assistente. Estão em regímen de instalação e de experiência os serviços de ergoterapia, de piroterapia, de sôros oxigenados e outros, apesar de dificultados pela falta de pessoal suficiente.

Parece que não teria sido fácil fazer mais, nem melhor, nem tão bom uso dos limitados meios concedidos!

Os resultados obtidos não só confirmam a necessidade urgente que havia da abertura da Clínica, como atestam a dedicação do pessoal. É de supor que o Estado haja de reconhecer que a Faculdade de Medicina não ficou, também neste campo, abaixo do que de melhor se poderia

(1) O decreto com força de lei n.º 33:106, de 1 de Outubro de 1943 autorizou a abertura de uma Clínica Psiquiátrica instalada no pavilhão n.º 5 do Manicómio Sena, que para êsse efeito foi integrado no património dos Hospitais da Universidade.

esperar dela; e que isso sirva de incentivo para uma muito mais generosa atribuição de possibilidades de instalação de pessoal apropriado e de material conveniente...

No entretanto, foram publicados o decreto n.º 34:502, de 18 Abril de 1945, e o decreto n.º 34:547, de 28 do mesmo mês, que estabeleceram as normas de assistência psiquiátrica que em geral regulamentaram as do centro do país; e em Coimbra entraram em funcionamento também as grandiosas e excelentes instalações do Hospital Psiquiátrico de Sobral Cid, constituído por agrupamento de uma clínica e de um asilo e pelo qual, como pelo Manicómio Sena, haverá de ser feita também a distribuição de casos recentes reclamando um tratamento activo, por intermédio do chamado Centro Psiquiátrico Regional, a que cabem ainda as transferências dos doentes.

À Faculdade, que na letra do § único do artigo 35.º do decreto n.º 34:502 julgava existir o implícito consentimento de que fôsse o professor director da Clínica Psiquiátrica universitária o cumulativo director do Centro ⁽¹⁾, oferecia-se-lhe como intuitiva a conveniência dessa acumulação de funções; porque, como já, e muito bem, prescrevia a lei de 1911, por esta Clínica devem ser escolhidos e recolhidos todos os casos que, a qualquer título, interessem ao ensino, e segregados todos aquêles que tenham perdido tal interesse. Mas, ao que se averiguou, o espírito da lei é tido como contrário à satisfação do desejo da Faculdade.

Na Legislação de 1911, além do Manicómio Sena, em Coimbra previa-se, como já lembrei, um asilo para dementes, idiotas, imbecis e débeis mentais, que constituiria uma vantagem para o Manicómio Sena, o qual assim ficaria aliviado de receber e manter a maioria dos casos crónicos, incuráveis, destituídos de interesse para a ilustração dos alunos. Com a legislação actual, o já estreado Hospital Psiquiátrico de Sobral Cid, dotado com uma feliz abundância de meios de material e pessoal, que contrasta com a triste parcimónia dos que a muito custo se têm podido obter para o Manicómio Sena ou Clínica Psiquiátrica da Faculdade, constitui uma instalação completa, para casos agudos como para os crónicos.

Daí, decorre uma consequência, que pode produzir-se também para outros estabelecimentos assistenciais, num meio populacional relativamente restrito como o de Coimbra e com respeitáveis interesses universitários. E é a de que a repetição local de estabelecimentos assistenciais, de natureza extra-universitária, com fins concorrentes aos dos estabelecimentos que à Universidade pertencem, pode constituir para êstes prejuízo apreciável, pela diminuição do número e da qualidade das espécies de exemplares de estudo, se não houver o especial propósito

(1) É o seguinte o teor do citado § único: "Os directores dos centros dos estabelecimentos oficiais de assistência psiquiátrica e os chefes de serviço não poderão acumular essas funções com o exercício de qualquer outra função pública, à excepção da docente, em cadeira da psiquiatria ou do respectivo grupo, podendo ser-lhes vedado o exercício da clínica particular".

e o cuidado de garantir um preferencialidade de escolha aos estabelecimentos de ensino da Faculdade, cujas consultas externas e serviços de admissão não deveriam ficar na dependência de qualquer organismo estranho. E isto para não falar em que prejuízo inevitável e importante resultara já, sempre, do pauperismo dos recursos e das condições de alojamento que ofereçam as instalações universitárias, em comparação com a largueza, aliás em si mesma muito louvável, de meios e de confortos das instalações congêneres criadas sem a preocupação de serem úteis aos interesses da Universidade.

Parece-me que êstes aspectos mereceriam ser sisudamente ponderados pelos competentes.

*
* * *

Importante também é o que respeita à primeira Maternidade portuguesa, criada pelo decreto de 22 de Fevereiro de 1911 e entregue à Faculdade de Medicina de Coimbra (1). Nela, desde o seu início, ficaram funcionando ininterruptamente os serviços de consultas pré-natais e de recém-nascidos e puerperas, constituindo um poderoso meio de protecção e assistência sociais. Chegou a funcionar durante nove anos o serviço de assistência domiciliária; organizou-se e funcionou durante cinco anos, com grande freqüência, o serviço de lactário com fornecimento de biberões e leite esterilizado (2), que cessou por falta de concessão de verba muito antes de superiormente ser resolvido que deixasse de pertencer à Faculdade a secção hospicial da maternidade (3); mas manteve-se e continua a consulta para lactentes. E, assim, tem sido de há muito a clínica do Doutor Daniel de Matos ou da Maternidade da Faculdade de Medicina, apesar da pobreza dos seus meios, uma muito freqüentada e útil instituição no Centro do País, no que se refere à assistência às grávidas e puerperas, aos recém-nascidos e lactentes.

Mas a freqüência da Maternidade tem subido a tal ponto que, de há muito, as respectivas instalações e o pessoal se tornaram absolutamente deficientes.

(1) Êste decreto-lei do govêrno provisório entregou à Faculdade de Medicina de Coimbra os bens do antigo Hospício distrital de expostos de Coimbra, que passou a constituir a secção hospicial da Maternidade, então criada.

(2) Satisfazendo às aspirações do decreto, a Faculdade tratou na medida do possível, sobretudo para as crianças do concelho, de substituir por fornecimentos em rações de leite os subsídios em dinheiro, de que não eram as crianças só a aproveitar, "mas também à sua sombra a família inteira, cometendo-se ao mesmo tempo abusos diversos e numerosos". Para êsse efeito, criou-se um lactário com um grande auto-clave para esterilização de leite em biberões, constituindo um serviço que funcionou proveitosamente durante muito tempo.

(3) O decreto n.º 19:034, de 14 de Novembro de 1930, mandou entregar à Junta Geral do Distrito de Coimbra o edificio do antigo Hospício com todos os móveis e de mais valores.

Em 1944, foram 1020 as internadas, houve 651 partos, com 559 recém-nascidos vivos e 92 nados-mortos, realizaram-se 551 intervenções operatórias, deram-se 2010 consultas e fizeram-se 2023 tratamentos, apesar de haver disponíveis apenas 42 camas, muito acumuladas nas acanhadas salas existentes, e de o pessoal assistente, compreendendo o seu director, se resumir a 4 médicos e a 6 enfermeiras.

Comparando isto com os 210 leitos, os 21 médicos, e as 45 enfermeiras da secção obstétrica da Maternidade de Alfredo da Costa, de Lisboa (à parte 70 leitos, 8 médicos e 8 enfermeiras para a secção ginecológica), tem-se uma idéia impressionante da mísera insuficiência dos nossos meios de acção.

Há muito, a Faculdade pede, em vão, a construção de uma Maternidade nova ou a ampliação da actual, de forma a poder comportar um mínimo de 140 leitos.

Tais como estão as cousas, e não sendo humanamente permitido recusar o abrigo e o socorro às gestantes e parturientes que a tôda a hora do dia e da noite recorrem à Maternidade (e não recorrem muitas mais porque é bem conhecida a escassez dos espaços e dos recursos), e convindo também aproveitar todos os casos, que ainda são poucos para as exigências do ensino, encontra-se a lotação normal de 42 permanentemente excedida: no findo Setembro, o número diário existente de mulheres internadas variou entre 48 e 68, com uma média de 56,6.

Para evitar acumular duas mulheres nos estreitíssimos leitos, só fica a triste possibilidade de utilizar, postas no chão, as enxérgas que se logrem arranjar ou, na falta destas, cadeiras onde muitas mulheres têm passado noites; e a necessidade de reduzir-lhes, embora com prejuízo, o seu tempo de internamento! Compreende-se que se não possam separar entre si, em termos razoáveis, as grávidas das puerperas, ou as sãs das doentes, e isolar as operadas.

O aspecto confrangedor que de tudo isto advém fêz, há anos, o objecto de um veemente discurso, na Assembleia Nacional, de um ilustre deputado da Nação. É tão instante a necessidade de remédio para êste lastimoso estado de cousas que mal se compreende que possa pensar-se em protelá-lo até que, na parte alta da Cidade, haja de construir-se uma instalação condigna!

Mas uma Maternidade de uma Faculdade não é apenas um albergue para grávidas, parturientes e puerperas; e não deve ser uma casa como a actual, onde não só falta o espaço mas, mais ainda, faltam as condições para se poderem fazer nos termos desejáveis a investigação científica e o ensino de alunos médicos e de alunas parteiras, a par da assistência devida às internadas.

Uma portaria, com quarto para o porteiro; secção de consultas externas com todos os seus pertences; secção para doentes contagiosas separada da secção asséptica, uma e outra com as suas múltiplas dependências; secções escolares separadas para médicos e parteiras, com as suas aulas,

laboratórios, salas de manequins, vestiários, salas de espera e comodidades sanitárias; câmara escura, instalações de Raios X e de fisioterapia; salas de autópsias, de Museu e de preparação de peças; laboratórios privativos do pessoal médico; refeitórios, gabinetes e quartos de habitação ou descanso para o pessoal médico, de enfermagem ou outro, interno ou de serviço, com os convenientes anexos; salas de estar e para visitas; uma capela; terraços e espaços abertos para recreio das internadas ou instalações de pequenos animais; além do muito mais que é preciso para os serviços de assistência, de investigação, do ensino e da administração, e que agora falta; tudo isso obriga à construção de um edificio apropriado e amplo.

E como, por outro lado, a instalação actual, que realmente já nem o nome de Maternidade merece, está aprazivelmente situada no Penedo da Saúde, separada do Jardim Botânico apenas pela largura da Avenida do Doutor Júlio Henriques, parece razoável, aqui também, aproveitar o espaço disponível em tôrno, já pertencente por igual à Faculdade, para a construção da Maternidade que ela merece pelo empenho que tem ligado, desde sempre, a êste ramo de assistência, e em sítio onde não oneraria o angustiado espaço da parte mais elevada da Cidade Universitária.

No entanto, a Faculdade, que ofereceu a Maternidade de que actualmente dispõe para a sede da delegação do Instituto Maternal, criado pelo decreto n.º 32:651, de 2 de Fevereiro de 1943, não teve a satisfação de ver incluído na Comissão após isso nomeada para instalação do dito Instituto qualquer membro do corpo clínico dos seus serviços obstétricos...

*
* *

De há muito também, a Faculdade de Medicina se preocupou com o combate aos Flagelos sociais da tuberculose e do cancro. Mas tem-se visto, nesse empenho como noutros, ou desapojada pelo Estado, ou apenas favorecida com um auxílio incerto e vago, que por vezes contrasta com a decidida protecção concedida, para fins congêneres, a outros organismos ou entidades para efeito não mais idóneos do que ela.

*
* *

Estão na memória de muitos os esforços empregados pela Faculdade de Medicina, e sobretudo pelo saudável Mestre Adelino Vieira de Campos de Carvalho e por os seus mais próximos

cooperadores, para que a Universidade fôsse dotada com recursos convenientes para o ensino e a assistência em matéria de Tuberculose (1).

Apesar de apoiadas pela Assistência Nacional aos Tuberculosos, ficaram improficuas as diligências para a obtenção do edificio de Santa Teresa, onde estava alojada a Companhia de Saúde; do Ministério da Guerra, para instalação de um pequeno hospital que, na intenção, se destinava apenas a prover às necessidades regionais de tratamento dos que a outros pontos do país, entendidos mais propícios, não pudessem acolher-se.

E, à parte o dispensário da chamada Obra da Tuberculose, hoje do Doutor Adelino Vieira de Campos de Carvalho, que desde Maio de 1928 ficou funcionando, graças à dedicação desinteressada dos seus promotores e ulteriores colaboradores, nada mais se conseguiu. Os tuberculosos e outros doentes infecto-contagiosos continuaram a não ter nas dependências universitárias instalações razoáveis para serem recolhidos e tratados, e de há muito que, como já foi dito, teve de se perder a esperança da volta para a Faculdade do antigo Colégio de São José dos Marianos que, para efeito semelhante, lhe pertenceu em tempo já distante, mas hoje está ocupado pelo Hospital Militar.

Nas defeituosas enfermarias destinadas aos tuberculosos e a outros individuos atingidos de doenças infecto-contagiosas foi, em 1944, internado um total de 682 e existiam ao findar o ano 62 doentes; e no dispensário anti-tuberculoso, nesse ano, houve 541 inscrições, 10.563 consultas foram pagas e entregues 1.407 fórmulas medicamentosas, dadas 17.088 injeções, feitos 4.790 pneumo-tórax, 41 frenicectomias, 1.551 aplicações de raios ultra-violetas e 14.191 exames radiológicos.



Para o desejo de criar em Coimbra um centro anti-canceroso, tem tido também a Faculdade um êxito muito relativo junto das instâncias superiores.

Êste objectivo esteve contudo em via de realização com a fundação pelo govêrno de 1926, a solicitação do Governador Civil de Coimbra Dr. Vieira Coelho, do Instituto de Rádio das Facul-

(1) O primeiro pedido concreto de um dispensário anti-tuberculoso consta de uma representação da Faculdade, dirigida em 1923 ao administrador Geral dos Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral, sem resultado útil.

Em 1925, também não teve atendimento a renovação da instância, então junto do Ministro de Trabalho, não só para o dispensário, mas também para a construção de um pequeno pavilhão de isolamento dos tuberculosos.

Em 1928, o Doutor Adelino Vieira de Campos defendeu e propôs à Assistência Nacional aos Tuberculosos, para Coimbra, um plano de profilaxia anti-tuberculosa que comportava: "um dispensário anti-tuberculoso nos Hospitais da Universidade; um hospital-sanatório nos limites da cidade e, quando isso não fôsse possível, um Hospital ou um serviço privativo de tuberculosos no centro da povoação; um pequeno sanatório sub-urbano; a colocação familiar e preventórios para a profilaxia da infância; um sanatório de média altitude não muito longe de Coimbra; um sanatório marítimo, também dentro do distrito" (*A. Vieira de Campos - "Dispensário anti-tuberculoso de Coimbra com sede nos Hospitais da Universidade. Sua origem e organização."* in Boletim dos Hospitais da Universidade de Coimbra, vol. III, 1934).

dades de Medicina e de Ciências. Chegou a funcionar com prometedores resultados a sua secção médica, instalada nos Hospitais da Universidade, servida pela devoção do seu director e de um assistente da maior competência.

Infelizmente pela falta de concessão de verbas para despesas de material e pessoal necessários à continuação do funcionamento, de há muitos anos já que a valiosa aparelhagem jaz num repouso inútil.

Recentemente, ouvida a proprietária Faculdade de Ciências, instou a Faculdade de Medicina para que aquela aparelhagem fôsse utilizada, sob a direcção administrativa dos Hospitais e técnica da Faculdade, num serviço de consultas e tratamento do cancro; o que seria tanto mais justificado quanto é certo que a secção de radioterapia do Laboratório de Radiologia da Faculdade deixou de funcionar há cerca de seis anos por impossibilidade de substituição do material avariado. Mas este desejo ficou sem atendimento.

E, assim, apesar das solicitações dos directores deste Laboratório, daquele Instituto, do Director dos Hospitais, do Director da Faculdade e do Conselho desta, têm continuado as coisas como tal: quem precise em Coimbra de uma aplicação de radioterapia terá que recorrer a instalações particulares, pois as universitárias não as podem realizar! E isto causa-nos a natural tristeza e compreensível humilhação...

A outros aspectos tem, pois, tido que limitar-se a actividade da Faculdade neste magno problema do combate ao cancro, tais como o das investigações que, sobre sarcomas hematopoéticos e histiocitoses, vem continuando em animais, com a sua consagrada competência, o professor M. Mosinger, a quem estão, e muito bem, confiados o Instituto e o ensino da Anatomia Patológica.

Mas era tempo de a Faculdade ser satisfeita na justa aspiração de ver a funcionar cabalmente instalações suas condignas para o tratamento do cancro!

*
* *

Afinal, eu só tratei até agora da insuficiência dos meios assistenciais de acção da minha Faculdade de Medicina, muito embora esta seja, nas suas instalações laboratoriais e restantes, não só a pior partilhada da Universidade de Coimbra, mas também a mais deficiente e pobremente instalada das três Faculdades Médicas do País. Muito poderia ser dito a este respeito...

Se não procuro alargar-me em considerações àcerca da pobreza de instalação e de dotação dos nossos organismos centrais e laboratoriais, não é só pela preocupação de não abusar, mais ainda, da generosa paciência que, com tanta gratidão minha, me têm estado dispensando os meus ilustres ouvintes.

Há também outro motivo, cuja indicação fará com que a minha fala não pareça querer constar apenas de lamentosas solicitações desapontadas; o que realmente não está na minha intenção nem seria justo.

Com efeito, da parte do plano de obras da Cidade Universitária que me foi dado ver e estudar, consta a traça das novas instalações projectadas para vários dos Institutos e Laboratórios da Faculdade de Medicina e nomeadamente de Medicina Legal, Anatomia Patológica, Medicina Operatória, Histologia, Fisiologia e Anatomias Normais. E a largueza da concepção do traçado: a minuciosa atenção dada pelos autores dos projectos ao cuidadoso estudo das aspirações dos serviços respectivos e o evidente desejo de em tudo os satisfazer; e as tentativas, que me parece felizes, de, em vários pavimentos, encontrar solução para o difícil problema do acanhamento das superfícies de terreno disponível; tudo isso me dá a convicção, para todos os serviços citados, e a prática certeza para o de Medicina Legal de que, a executarem-se as suas instalações como estão planeadas, elas não ficarão envergonhadas perante as melhores que para serviços congêneres existam ou possam actualmente estar em via de construção nas outras cidades do País ou de países estrangeiros.

E isto faz com que o meu coração, embora já velho e bastantes vezes desiludido, se encha de uma grande, consoladora esperança: a de que para os restantes serviços da Faculdade, quer centrais, quer laboratoriais, quer hospitalares, o problema de Coimbra se resolva com a mesma generosa e acertada justiça!

Então cumprir-se-á, se não na letra, ao menos no espírito, a doutrina da proposta de Sousa Refóios no primeiro Congresso Nacional de Medicina, em Maio de 1898, quando ainda a categoria e os meios de acção da então única Faculdade de Medicina eram superiores aos das Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e do Pôrto, na qual se pedia ao Governo “uma reforma de Ensino Médico, ampliando-o e dotando-o convenientemente, estabelecendo uma organização igual e comum a todos os Institutos de Ensino Médico”.

E então veremos, pelo menos no que haja de referir-se à Faculdade de Medicina, que a Cidade Universitária de Coimbra terá sido uma empresa que ficará à altura de qualquer das outras mais notáveis do Estado Novo, em cujos governos tão altamente esta velha Casa tem sido representada por vários dos seus mais ilustres membros e sobretudo por Um deles, para bem da Nação, honra da Universidade e glória própria!

Tenho dito!

(Página deixada propositadamente em branco)

Doutor
Augusto Pais da Silva Vaz Serra

1950



Medicina de hoje e de sempre

Augusto Pais da Silva Vaz Serra

Nasceu em Coimbra a 5 de Junho de 1905.
Faleceu em Coimbra a 31 de Dezembro de 1994.

Carreira Académica

Matriculou-se na Faculdade de Medicina no ano de 1921. Licenciado em 1926.
Doutor em 1927. Professor Catedrático desde 1941, aposentado a seu pedido em 1975.
Leccionou: Medicina Interna; Dermatologia e Sifilografia; Terapêutica Hidrológica;
Patologia Médica; Clínica Médica.

Cargos Exercidos

Director de Clínica dos Hospitais da Universidade de Coimbra.
Director interino do Instituto de Anatomia Patológica. Bibliotecário e Director da Faculdade de Medicina de Coimbra. Director do Laboratório de Análises Clínicas, do Laboratório de Radioisótopos e do Instituto de Química Fisiológica. Director dos Serviços de Patologia e dos Serviços de Clínica Médica. Vogal da Junta de Energia Nuclear e membro do seu Conselho Consultivo. Presidente da Sociedade Portuguesa de Medicina Interna. Presidente Português do American College of Chest Physicians. Membro da Comissão Técnica Consultiva da Construção do Hospital Escolar e da Comissão de Aperfeiçoamento e Revisão da Ordem dos Médicos. Editor e membro da direcção científica da revista *Coimbra Médica*. Orientou os Estudos Gerais Universitários de Moçambique.

Distinções

Grande Oficial da Ordem da Instrução Pública.
Agraciado pela Santa Sé com as insígnias da Ordem de São Silvestre.
Doutor Honoris Causa pela Universidade do Rio de Janeiro.
Membro Correspondente da Academia de Medicina de São Paulo.



Augusto Pais da Silva Vaz Serra

Foto gentilmente cedida por seu filho Senhor Prof. Doutor Adriano Vaz Serra.

EX.^{MO} SENHOR MINISTRO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
EX.^{MO} SENHOR REITOR
EX.^{MAS} AUTORIDADES
SENHORES PROFESSORES E DOUTORES
SENHORES ESTUDANTES
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

É costume, neste discurso de introdução do ano escolar, fazer-se, como manda o protocolo, o elogio da ciência, escolhendo em regra o orador o assunto predilecto das suas preocupações intelectuais.

A exaltação da ciência em si, das verdades que encerra, suas perspectivas, tem sobretudo por fim atrair o espírito dos ouvintes para o culto pertinaz, estreme, absorvente, apaixonado, do conhecimento dos fenómenos da natureza.

Não é difícil divagar hoje sobre tal questão.

Uma meditação, por mais leve que seja, sobre os progressos conquistados, nos últimos tempos, em qualquer capítulo da ciência e nomeadamente das ciências médicas, deixa-nos uma impressão de assombro. Quando se lê Bergson afirmar, em 1914, que «nos últimos 100 anos a humanidade fizera mais progressos na ciência e na técnica que em todo o caminho desde a sua origem» e se comparam os conhecimentos daquela época com os actuais, sente-se uma apreensão perante a rapidez quase sobre-humana como certas descobertas surgiram e outras estão em perpétuo desabrochar.

A ciência em si é coisa maravilhosa. Atrai e seduz.

Levantar a ponta do véu, suprimir incógnitas, apagar as sombras, deixar que o sol ilumine largamente o campo observado, é empresa empolgante.

É preciso amar a ciência porque ela é uma grande obra do espírito, afirmou L. de Broglie. No trabalho incessante de substituir os factos às aparências e as demonstrações às impressões, segundo a expressão de Ruskin, encontra o homem amparo e estímulo sempre vivos.

Dedicar-se a um problema, aprofundá-lo e alargá-lo, esclarecê-lo nas minúcias mais subtis, compreendê-lo em toda a sua extensão, dá ao homem, apesar das dificuldades que teve de dominar, uma satisfação e serenidade incomparáveis.

Só o trabalho e a embriaguez de criar infundem sabor na vida, deixou-nos, em tempos, Miguel Ângelo. Eis porque em torno da ciência vemos hoje tecerem-se louvores e hinos que a elevam quase à categoria de suprema aspiração humana.

Filósofos e académicos, como Littré, escritores como Renan, matemáticos e físicos, como Poincaré e Joliot-Curie, pensadores como Ostwald, não hesitaram em alterar a fórmula natural da «ciência pela vida», querendo justificar como mais admissível a de «ciência pela ciência».

Modernamente ainda se vai mais longe. Os progressos e as maravilhas da ciência são de tal monta que se justifica a inversão total da primitiva proposição. O homem deve dar-se inteiramente à ciência, ter nela fé absoluta. Em vez de ciência pela vida, antes a vida pela ciência: o homem ao serviço da ciência. Cria-se uma nova maneira de ser, um novo humanismo, o humanismo científico, segundo o qual o homem só é homem na medida em que acredita na virtude magnífica desta nova deusa que pretende isoladamente conduzir o mundo.

Desde longe se afirma ser a medicina simultâneamente arte e ciência.

O primeiro médico que, pelos numerosos escritos, de si deixou imperecível memória, foi grande porque soube observar, compreender e aplicar os frutos de uma experiência esclarecida.

Deixando-nos a máxima «*Ars tota ia observatione*», quis-nos dizer que a medicina era fundamentalmente uma arte pessoal de observação e que quem soubesse utilizá-la, com suficiente meticulosidade e largueza, estaria em condições de proveitosamente a exercer.

Durante longos tempos assim foi. Até à segunda metade do século XIX pode dizer-se que a medicina e as suas descobertas viveram, quase exclusivamente, da observação directa do doente. E temos de reconhecer que a ela se devem notáveis progressos. Descrições clínicas que desde então não sofreram alteração, interpretações patogénicas que se reconheceu mais tarde como exactas, medidas semiológicas que as futuras descobertas não afastaram, foram devidas exclusivamente ao dom da observação meticolosa de clínicos e patologistas que nos legaram descrições eternas.

A clínica da febre tifóide, difteria, endocardite lenta, pleurisia sero-fibrinosa, asma brônquica, depois de Bretonneau, Osler, Landouzy, Laennec e Trousseau, não faz senão repetir-se.

A contagiosidade de certas doenças infecciosas foi reconhecida antes da descoberta dos gérmens causais.

O valor da percussão e da auscultação depois de Auenbrugger e Laennec não foi senão confirmado.

O aspecto da urina e a pesquisa da albuminúria eram considerados por todos os médicos que sabiam observar.

A segunda metade do século XIX traz-nos três descobertas que imprimem à medicina um impulso sem precedentes. A anestesia, os micróbios e os Raios X, tornando-se conhecidos, dão à arte médica uma radical transformação. De simples expectação e observância, a medicina, visto que conhece melhor, passa a compreender e daí a agir. Por outro lado, os trabalhos de Claude Bernard e a orientação por ele traçada a todo o investigador em medicina na «*Introduction à l'étude de la Médecine expérimentale*» conferem, à nova medicina outros atributos além da observação. Dela passam a ser obrigatórios a «intuição, dedução e verificação», «o conflito, ou seja, a confirmação, ou a recusa, da ideia pelo facto», a necessidade da dúvida filosófica que, segundo as suas próprias palavras, «deixa ao espírito a liberdade e a iniciativa», a necessidade da «ideia como instrumento intelectual», o valor relativo do raciocínio, qualidades que completam a observação e que devem ser todas atributo da medicina.

«Tenho fé no fundo da medicina, escreveu Claude Bernard, e penso que no seu dia e hora atingirá o ideal científico com um determinismo tão rigoroso como o das ciências dos corpos brutos. Tomando a forma da medicina experimental torna-se ciência pura».

Os anos que desde então têm passado parece tenderem à confirmação desta profecia.

Novos factos, descobertas num ritmo progressivo e incessante, trajectórias até então inaparentes, certezas onde não havia senão vagas suspeitas, conferem à medicina contemporânea o fascinante prestígio das ciências tanto quanto possível exactas.

O médico actual, em qualquer capítulo da medicina encontra uma vastidão interminável de conhecimentos que lhe dão, quando bem utilizados, um domínio e uma satisfação que se não sentem com indiferença.

E ampliando o saber aprendeu simultaneamente a manejá-lo.

A técnica seguiu a ciência lado a lado, cada descoberta trouxe imediatamente a ideia da sua fácil utilização.

O homem que conhece e sabe é o que age e usa. *Homo sapiens, homo faber.*

Assim foram surgindo, em primeiro lugar, inúmeros métodos laboratoriais, radiológicos, de exploração e interrogatório de órgãos, aparelhos e sistemas, métodos em constante aperfeiçoamento, que se propõem dar ao médico uma certeza e precisão que lhe garantam estar no bom caminho.

Ao mesmo tempo, a terapêutica foi vivendo de idênticas ou novas descobertas, conseguindo sucessos cada vez maiores.

Pode-se dizer, sem exagero, que toda a doença ou síndrome mórbida pode servir para justificar estas afirmações.

Suponhamos, por exemplo, a vulgar dor de garganta que se eterniza. O doente, no caso presente do sexo feminino, tem uma sensação dolorosa vaga e discreta, mas quando engole queixa-se que lhe dói intensamente a orofaringe, dor que se continua na parte alta do esófago. Não há temperatura, estado geral bom e, localmente, apenas rubor e brilho anormais. Tratamentos sem grande resultado. Um médico esclarecido pensa que esta banal angina eritematosa não é uma doença, mas um sintoma duma doença geral; nota a palidez e cansaço da doente, regista a idade por volta dos 40, toma conhecimento de perturbações vagas de colite crónica, repara na língua e mucosa bucal sem cor, mas luzidias, e manda fazer um exame do sangue, que lhe confirma o diagnóstico suspeitado de anemia por falta de ferro.

Umhas hóstias deste medicamento resolvem fãcilmente o mal de que já se desesperava.

Uma icterícia aparentemente banal entra na enfermaria hospitalar. Doente ainda novo, parece ter uma vulgar icterícia catarral por embaraço digestivo, das que têm uma tendência espontânea para a cura. Põe-se em movimento a série de análises que é de preceito fazer em tais doentes, e com surpresa se é obrigado a concluir estar são o fígado, sendo a icterícia devida a obstáculo ao trânsito da bÍlis no colédoco, canal excretor daquele órgão. O doente não pode curar sem uma intervenção cirúrgica.

Um outro doente nota dificuldade da marcha, acompanhada de sensibilidades anormais nas pernas, guinadas, frio, calor, e quando circula parece não sentir os pés. Como que anda sobre cortiça. De exame em exame o médico não tem dificuldade em fazer o diagnóstico de síndrome neuro-anémico, para o qual dispõe de terapêutica específica, uma das mais notáveis descobertas deste século.

A tuberculose pulmonar usufrui no momento actual os benefícios de um conhecimento e progressos terapêuticos incomparáveis. Das doenças que mais pesam no obituário e na morbidade dum país, vislumbra-se hoje a possibilidade, senão do seu apagamento, pelo menos da sua limitação e cura. Perante um doente nestas condições o médico tem a felicidade de poder compreendê-lo, quanto à causa da doença, o modo como a causa agiu, quais as vias adoptadas pelo gérmen, a natureza e extensão das lesões, a sua sede nos brônquios ou nos alvéolos pulmonares, a existência ou não de cavernas e quais as esperanças da terapêutica.

324

Se causas estranhas não interferem, pode supor estar por vezes perante um problema com precisão matemática. O resultado está de antemão assegurado, desde que a *A* se junte *B*.

O mesmo se dirá em certas doenças do coração como, por exemplo, as miocardites, ainda ontem uma confusa nebulosa, e em que hoje uma técnica laboratorial admirável permite estudá-las com uma riqueza de particularidades quase anatômica.

A química, ou melhor, a físico-química das doenças do rim e do fígado, tornou-se complexa e difícil, em plena concordância, porém, com o interesse vital destes órgãos e a considerável satisfação fornecida pelos dados colhidos deste modo.

A diabetes é mal que pode ser compreendido em muitos dos seus aspectos. Desde que se disponha de um laboratório qualificado, pode o padecente ser acompanhado rigorosamente em todos os seus distúrbios, desde a simples glucosúria benigna, à situação grave do coma diabético, que deixa de ter gravidade desde que o médico a conheça e possa estudar a tempo.

E o que se passa no vasto sector da endocrinologia é também exemplo de voo extraordinário tomado pelos nossos conhecimentos.

As alterações da tiróide, hipófise, supra-renal, gónadas, são examinadas hoje, em si e nas suas interligações, com um rigor que, se muito longe do inteiramente satisfatório, nos deixa assombrados pelo muito e perfeito já conseguido.

Os problemas da nutrição, no que diz respeito aos princípios essenciais, proteínas, hidratos de carbono e gorduras, água, electrólitos e vitaminas, aperfeiçoaram-se e corrigiram-se.

Sabe-se a devida proporção que convém ao indivíduo são e que pretende continuar a sê-lo, e, o que é importante, esclarecem-se, cada vez melhor, os inconvenientes duma alimentação viciada em quantidade e qualidade e, como através dela, se podem influenciar decisivamente certos quadros mórbidos.

Sem querer falar da cirurgia, onde o uso dos antibióticos, novos métodos de anestesia e de reanimação, conferem hoje uma segurança que permite todas as ousadias, temos de reconhecer que os progressos na medicina, sobretudo no segundo quartel do século presente, lhe inculiram uma força e juventude cujo alcance não pode ser ainda totalmente entrevisto.

Conhecem-se melhor as doenças dos órgãos mais frequentemente abalados, a hematologia, a endocrinologia, a patologia da nutrição, a neurologia, a psiquiatria; compreende-se dum modo mais completo o ser humano, indivíduo uno e indivisível onde um sofrimento local pode repercutir enganadoramente a distância; dominam-se as doenças infecciosas com as sulfamidas, sulfonas e os antibióticos; antevê-se com a estreptomina a cura da tuberculose.

Uma falha se dirá existir em toda esta pletera de grandes descobertas, mancha negra entre as clareiras actuais. Sabe-se dessa doença que está espalhada por todo o mundo, não só entre os seres humanos como em todos os vertebrados e até nas plantas, que parece hereditária, surge traiçoeiramente sem causa e que, infelizmente, os nossos recursos contra ela são menos que limitados. Quando atinge um órgão dispensável, e tal é observado a tempo, há que amputar esse órgão; quando invade um órgão vital ou um sistema, no todo ou em parte, nada há que fazer senão destruir localmente pelo rádio ou pela electricidade o tumor e os tecidos sobre que se apoia, destruição que se não puder ser total só dará transitórios benefícios.

Apesar das muitas incógnitas que protegem esta doença, alguns factos se conhecem sobre o cancro que nos permitem, pelo menos, a esperança de uma profilaxia útil e eficaz.

Assim, por exemplo, o cancro não é doença hereditária à qual os descendentes de cancerosos estejam fatalmente destinados desde que vivam tempo suficiente. As experiências com estirpes puras de animais, feitas neste sentido, permitem, quando melhor analisadas, esta conclusão, o que é consolador para os que sofreram deste mal nos seus antepassados.

O cancro é uma doença de pequenas agressões, desde que continuadas. Uma substância química, física ou hormonal, aparentemente inofensiva, desde que atinja o organismo animal de um modo persistente, repetido, pode tornar-se cancerígena.

Como lembra Charles Oberling, o cancro experimental é uma doença da paciência com que no mesmo animal se repetem as aplicações da substância nociva, quer sejam as pinceladelas com alcatrão, os seus derivados fenantrénicos, ou as injeções de foliculina e outros esteróides, entre nós estudados por Mosinger com tanto sucesso.

No homem, o cancro é doença de hábitos consentidos e repetidos, que podem mesmo não ser maus hábitos porque são costumes de todos. Não há dúvida de que a sede deste mal no estômago e fígado se pode explicar, por vezes, pela percentagem de vários alimentos e, sobretudo, pelo excesso de gorduras oxidadas e queimadas. A sua localização ao pulmão deve-se ao uso e abuso do tabaco e outras emanções tóxicas profissionais ou acidentais. O cancro da pele está na dependência da demasiada exposição à luz. Vícios hormonais ou disendocrinias são a causa fundamental dos tumores genitais da mulher e do homem. Sabe-se ainda que os vírus (gêrmens ou substâncias patogénicas vivas, mas invisíveis pelos habituais meios de observação) podem originar tal doença.

Eis umas pequenas certezas num *mare magnum* de ignorâncias.

Fundamentam-nos a esperança de que um dia virá, não longínquo, em que o médico consiga aqui a satisfação que hoje frequentemente o percorre noutros campos da medicina.

Esta rápida digressão serve-nos para mostrar a grande viragem da medicina actual. Evoluiu, transformou-se, aproximou-se do laboratório e aí foi buscar o seu grande bordão e progresso.

À física, química e biologia deve as grandes novidades.

O reconhecer-se mais forte, mais sábia, mais precisa, incute-lhe uma confiança e necessidade de aperfeiçoamento que são essencialmente, um acto de fé no destino da sua missão.

Não deixa de ser curioso anotar que à medida que assistimos ao desabar de tantas ilusões sobre as ciências supostas exactas, cresce a pretensão de encontrar essa fixidez nas ciências naturais e nomeadamente na ciência médica. Com uma certa ironia, lembra Robert Monod que hoje em física matemática se fala frequentemente em princípio de incerteza, indeterminismo generalizado, cálculo de probabilidades, causalidade estatística, onde ontem só se admitiam factos sólidos e inabaláveis. E é neste momento que a medicina procura esteios mais firmes para o seu progresso.

As consequências desta evolução, são consideráveis.

Podemos encará-las sob um tríplice aspecto: o do médico, do doente e da prática da medicina em si.

Quanto ao *médico*, as qualidades que passam a exigir-se-lhe complicam-se e deformam-se.

Não lhe basta ser simpático, insinuante, conversador, convincente, irradiando esperança e fé em todas as palavras e gestos.

O *savoir faire*, em toda a sua subtileza e latitude, se é condição fundamental para vencer em sociedade, e fez o triunfo de muitos práticos antigos, só por si não basta.

O médico moderno tem de ser um eterno estudioso, amigo da ciência, respeitoso do laboratório, consciente da sua limitação.

Sem um estudo interessado e persistente não pode estar ao par dos progressos na matéria que cultiva. Factos novos, pontos de vista mais compreensivos, modernas orientações na terapêutica, surgem hoje, em ritmo veloz, obrigando-o a um permanente estado de alerta. Os institutos, laboratórios e hospitais retêm uma população, cada vez mais numerosa, educada e bem apetrechada, que, sem interrupção, tenta esclarecer e criar. O médico não pode ignorar os frutos desta actividade incessante. Já que nem sempre pode dela participar, apesar de hoje, com os estágios pós-escolares obrigatórios ou voluntários, se facilitar a todos o benefício da participação neste labor - deve pelo menos ter nela um interesse e curiosidade sempre vivos.

A velha oposição - tanto da simpatia de alguns estudantes mal informados - entre ciência livresca e ciência prática, tem de se esconder bem nas prateleiras bolorentas onde se arquivam as coisas do passado.

A ciência é uma só e o seu conhecimento indiviso. Impossível a sua aplicação sem o estudo. Estudando, sem desfalecimento, o médico vê fortalecer-se em si o entusiasmo, confiança e respeito pelas normas orientadoras do exercício da profissão escolhida.

O médico deve ser amigo, quando não puder ser colaborador, dos progressos da ciência.

A ela pertence a quase totalidade dos modernos meios de investigação e tratamento.

Se alguns surgiram bruscamente mercê do acaso, que não é senão intuição genial ou clarividência invulgar, a maioria cresceu lentamente da interrogação paciente, demorada, exaustiva, dos factos laboratoriais. Em ambos os casos foi a existência do espírito científico, o respeito e a crença na possibilidade da descoberta, o grande factor da nova conquista.

Se o médico deve à ciência a sua maior força, como pode viver sem ter por ela um inalterado amor?

Segue-se daí o apreço pelo laboratório, donde lhe vem um amparo e orientação em regra insubstituível.

Não me canso de insistir junto dos alunos: quando o médico não compreende tem de procurar no laboratório. Ali encontra, tantas vezes, surpresas, esclarecimentos, sugestões e directrizes que outro método de observação não lhe proporciona. Permite transformar a hipótese em certeza,

a dúvida em facto, desfazer a sombra e a confusão. E fornecendo-nos dados concretos, indiscutíveis depois de discutidos, robustece a nossa fé na ciência médica de quem é filho dilecto.

O médico moderno não pode, finalmente, deixar de ser humilde porque côm-scio da sua limitação. Não ignora que o diagnóstico fulgurante, repentista, é, em regra, um erro de diagnóstico, que apenas o prestígio do autor pode momentâneamente ocultar.

Evidentemente que a prática e o saber podem mais facilmente colocá-lo no bom caminho. Mas já que sabe e tem experiência, aprendeu a duvidar da simplicidade e da pressa que nada podem trazer de bom.

O clínico geral, o policlínico, como era costume dizer-se, não tem o direito de agir, frequentemente, sem a colaboração do especialista. O âmbito da investigação e do aperfeiçoamento tomou tal largueza que impossível se torna, mesmo a um indivíduo de excepção, abrangê-lo plenamente. A maior arte consiste em traçar-se um limite e isolar-se, deixou-nos Goethe, em frase lapidar. E um génio francês do final do século XVIII, falecido prematuramente aos 31 anos, mas que nos iluminou os métodos da actual medicina científica, Bichat, escrevia à data eloquentemente: «A universalidade dos conhecimentos no mesmo indivíduo é uma quimera. Quem somos, para ousar obter em vários pontos a perfeição que, a maior parte das vezes, nos escapa num só!» Pode ser-se perito num e noutro sector à custa de aplicação, aprendizagem, entusiasmo sem desfalecimento. Mas a perícia geral é impossível.

A soma dos conhecimentos atingiu um tal volume e diversidade que é frequente notarmos dentro do mesmo aparelho a preferência ser para este ou aquele órgão, e no mesmo órgão haver métodos de exame que merecem a categoria de verdadeira especialidade.

Não vemos, por exemplo, dentro da gastroenterologia, cardiologia e doenças pulmonares, constituírem especializações a esofagologia, a hepatologia, a proctologia, as doenças dos brônquios, a electrocardiografia? E dentro da electrocardiografia, não constitui quase uma nova especialização a vectografia?

O clínico geral poderá ser uma necessidade do meio, tradição, família ou simpatia, mas para estar à altura do seu dever tem de defender-se da tendência a quererem-no considerar de competência generalizada.

O bom clínico geral será apenas o que sabe da sua limitação e como esclarecer-se em caso de dúvidas. Já que a sabedoria multifacetada, omnímota, não é a da humana qualidade, resta-lhe o saber não tanto das suas possibilidades como das ignorâncias e meios de as rebater.

O *doente*, na sociedade médica moderna, tomou uma nova posição. Passou a ser essencialmente um objecto de estudo, um problema para o qual se exige a solução adequada. Há que procurar as incógnitas, congregá-las e tirar o resultado.

As consequências imediatas deste modo de ver são, aparentemente, inconvenientes, de que o doente é, em regra, o primeiro a queixar-se, habituado como está, por educação familiar e

ancestral, a supor, no médico, virtudes sobrenaturais que permitem ver e curar sem esforço do impetrante. De entrada 3 prejuízos: no tempo, na integridade física através de exames e colheitas indispensáveis, e na economia.

Mas sem isso nada se consegue.

É preciso observar circunstanciada e perfeitamente, examinar, interrogar, experimentar e só depois concluir. Tudo isso leva tempo, canseiras e despesas, mas no final, o sucesso é mais frequente. E como é esse o grande objectivo, pouco a pouco ele se vai convencendo que tudo é feito por seu interesse e vantagem.

Uma esperança lhe é hoje legítima, mau grado os seus padecimentos, ou seja a de poder atingir uma idade cada vez mais avançada.

Uma medicina mais sábia e por isso mais salutar traz, fatalmente, como consequência, a subida na duração da vida, fenómeno consolador que as estatísticas em toda a parte registam. Surge, por isso, na sociedade moderna, em maior número, uma nova categoria de indivíduos que se se classificam como velhos por terem atingido os 70, são muito diferentes dos antigos porque não são decrepitos, doentes ou senis.

Têm uma fisiologia e patologia próprias, cujo estudo tem hoje foros de verdadeira especialização, mas são capazes de um rendimento senão material pelo menos espiritual, que atinge ou excede o da maturidade. *Senectus*, deixou de ser *morbis* para ser uma fase da vida, não de expectação e indiferença, mas de mais respeitáveis conhecimentos, da qual se não podem ignorar as luzes ou negar a iniciativa.

E, por isso, o *aspecto da medicina* torna-se igualmente novo. Medicina mais complexa, com mais especializações, melhor conhecida e por isso com mais aparelhagem, mais técnica, deixa de ser um exercício individual, para exigir o trabalho em comum dum grupo, colaborando todos na mesma finalidade.

A colaboração, a formação duma «*équipe*», torna-se indispensável. Cada um fornece o seu contributo do qual toma a devida responsabilidade. Sabido que o organismo humano é um todo, e que excepcionalmente se encontra o sofrimento isolado a uma parcela, indispensável se torna associar as variadas observações e sugestões colhidas pelos peritos que conveio consultar.

Esta colaboração, indiscutível, entre o médico, o especialista, o radiologista e o analista, não pode igualmente dispensar o cirurgião, como este não pode viver sem os primeiros.

Uma das curiosidades do panorama médico actual está na interpenetração das duas disciplinas, até agora julgadas isoladamente. Deixou de haver rigorosamente duas patologias, a interna e a externa, médica e cirúrgica, para se ver principalmente o sofrimento humano a solicitar alternada, senão conjuntamente, os esforços do médico e do cirurgião. Quantos progressos deve a medicina à cirurgia e a cirurgia à medicina!

Vemos o tumor e o cancro cederem perante a terapêutica hormonal, a gangrena ou a isquemia, por insuficiência vascular, tratadas pelos vasodilatadores ou infiltração do simpático com novocaína; as sulfamidas e os antibióticos a evitarem tantas intervenções; fala-se mesmo em tratamento médico da perfuração da úlcera do estômago e por outro lado confiam-se ao cirurgião doentes com tuberculose pulmonar, dilatações brônquicas infectadas, a icterícia catarral que se prolonga, a colite ulcerosa, a hemorragia cerebral, a hipertensão arterial, a pericardite, as lesões congénitas do coração, as psicoses e tantas outras.

E vamos até encontrar médicos, com educação e cultura médica das melhores, tornarem-se, dentro da sua especialização, cirurgiões de renome invulgar.

Eis porque a medicina actual está em reorganização no sentido de, progressivamente, substituir o trabalho individual pelo trabalho em grupo, em sociedade.

Não é só um médico que está em campo, mas tantos quantos necessários, subordinados, evidentemente, a uma direcção, mas animados todos pelo único propósito do trabalho útil e sem faltas.

Esta reorganização é, evidentemente, dispendiosa, mas sendo a saúde pública o maior bem duma nação não pode o Estado fugir a ela.

Por outro lado, tornando-se a medicina actual, mais complicada, mais técnica e por isso mais onerosa, justo é que a ela possam aceder os menos afortunados.

A verdadeira medicina social não é a que olha para a sociedade desprezando o indivíduo, a pessoa, mas sim a que torna todos iguais perante as necessidades de saúde.

Todo o indivíduo doente, de qualquer categoria social, tem o direito de aspirar a ser tratado com os mesmos recursos que outro economicamente melhor dotado.

O reconhecimento da legitimidade desta ambição torna-se hoje norma imperiosa em toda a parte.

Apraz-nos registar que no nosso País se tem firmemente progredido neste sentido, nos últimos anos.

A renovação das construções hospitalares, o Instituto Maternal, a Assistência aos doentes mentais, aos leprosos, os progressos da Luta antituberculosa, as Casas do Povo e Casas dos Pescadores, a Previdência nalguns organismos sindicais, a actividade incessante, moderna e actualizada da Direcção Geral de Saúde, são exemplo inequívoco do grande interesse que ao Governo tem merecido a saúde pública.

E, recentemente, os serviços médicos das Caixas de Previdência, agora reunidos em Federação, constituem um molde de medicina social que, se apenas uma tentativa incompleta, posta às ordens de um pequeno sector da população trabalhadora, representa imenso como facto, e sobretudo como ideia, donde hão-de, sem dúvida, partir realizações congéneres mais fecundas e mais vastas.

Caminhamos, irresistivelmente, para uma situação em que a maioria dos serviços médicos passará a depender duma estrutura estadual, serviços fornecidos a todos os que deles carecem, e remunerados não pelo doente, mas segundo uma base previamente fixada pela administração.

Tal plano de luta pela saúde, implica uma quase transformação económica e política.

Uma ousada experiência neste sentido, posta em prática na Inglaterra e País de Gales, apesar dos protestos e críticas de muitos médicos, tem-se revelado como vindo ao encontro dos votos da maioria da população. E assim o partido político da oposição não ousou, ao estabelecer o seu plano de projectos, suprimir ou quando muito reduzir o serviço nacional de saúde (*National Health Service*) que se propõe «assegurar a todos os indivíduos no país – sem consideração pelos meios, idade, sexo ou profissão – igual oportunidade de beneficiar dos melhores e mais actualizados serviços médicos disponíveis». Diga-se, no entanto, de passagem, que os encargos assumidos pelo Estado foram tremendos. No primeiro ano as despesas de instalação ultrapassaram duzentos milhões de libras; nos anos seguintes as despesas de entretenimento vão muito além de 40 milhões de libras por ano!

Se esta corajosa e recém-nascida tentativa se mostrar rica de benefícios não duvidemos, porém, que ela terá repetição em toda a parte.

Evidentemente, que ninguém vá supor depender a saúde pública apenas da reorganização dos Serviços médicos, à semelhança da Grã-Bretanha, tornando-os acessíveis a toda a massa populacional.

Em rigor, neste país, mais que um Serviço nacional de Saúde, estabeleceu-se um Serviço médico nacional.

Ora a saúde pública não depende só disto, mas está provado que acima da medicina, médicos e hospitais, lhe interessam, sobretudo, a alimentação suficiente, o alojamento adequado e, depois, em menor grau, outros factores sociais, ou inerentes ao indivíduo, ou do local e modo onde vive, cresce, se forma e trabalha.

Justo é dizer-se que, ainda neste particular, todos temos de reconhecer no Governo da Nação uma preocupação de acertar e resolver.

Como acabamos de ver, a medicina de hoje apresenta-se-nos transformada, perante as qualidades de ciência, de precisão numérica, matemática, com que as novas descobertas pretendem revesti-la.

A medicina passa a ser uma ciência tanto quanto possível firmada; o médico, o técnico dessa nova ciência que conhece, cultiva e sabe aplicar.

No entanto, esta nova medicina parte de um postulado falso.

O ser humano não é um organismo funcionando em normas rigorosamente conhecidas, cujos distúrbios levam à patologia. Seria demasiado fácil. Não há só órgãos de anatomia bem estudada e funções destes órgãos. Há mais alguma coisa.

Ouçamos o grande Doutor Angélico: «O homem diz-se feito de corpo e alma, como se fosse uma terceira coisa constituída pelas duas substâncias, mas que é neutra daquelas porque o homem não é corpo nem alma». Há nele um composto essencial de substância corpórea e substância espiritual, de tal modo uno e indiviso que não se pode falar em fenómenos psicológicos e fenómenos fisiológicos, pois eles são simultâneamente fisiopsicológicos ou psicofisiológicos.

O homem que a medicina científica pretende dominar é o homem geral, o homem espécie, parcela da grei social, indivíduo sobreponível aos semelhantes. Mas o homem é um ser mais complexo, um binário de *soma* e *psique*, de estrutura física e sopro espiritual, de matéria e vida, de corpo e alma. E a alma, é Pende quem o diz, unindo-se ao corpo, conserva toda a sua potência que transcende como espírito as necessidades e leis corporais, como se vê nas propriedades mais altas da alma, as mais pròpriamente humanas, as do intelecto e da vontade.

O médico, abeirando-se dum doente, não está perante o sofrimento deste ou daquele órgão cuja fisiologia e patologia conhece nos mínimos pormenores, mas tem diante de si uma pessoa humana, sofrendo na plenitude do seu ser. Poderemos conhecer bem o sofrimento corpóreo, mas deste modo não conhecemos senão parte da pessoa. Eis porque A. Carrel nos afirma ser a medicina do problema uma medicina incompleta, amputada. Mesmo o problema traduzível em elementos numéricos, quantas vezes se nos mostra, por fim, errado.

A medicina, por mais progressos de que desfrute, nunca será uma ciência completa, saciada. Estará sempre em evolução, ávida por mais aperfeiçoamentos e vantagens. Jamais esgotará o seu desejo ardente de perfeição. Cada vez mais e melhor.

Por outro lado, os serviços a prestar são de qualidade sublime. De homem para homem atingem o que ele tem de mais valioso, a saúde e a vida. O que sofre vem cheio de confiança e expectativa, pois conta encontrar do lado do médico a competência, oportunidade e a dedicação sem reticências.

Eis porque a medicina prática, a medicina da pessoa humana, deve rodear-se eternamente de qualidades que transcendem a ciência.

O médico, a cada passo, tem de reconhecer que o indivíduo total não está ainda descrito, que a medicina é susceptível de aperfeiçoamentos e correcções, e que ao corpo está ligado indissolúvelmente um espírito, cujos sofrimentos podem estar em primeiro lugar.

O acto médico, em toda a sua perfeição e nobreza, será sempre, em primeiro lugar, como na frase de Duhamel, um colóquio singular, de intimidade e delicadeza incomparáveis, em que o médico, repetindo o episódio do bom Samaritano, vive momentâneamente as aflições e dores do seu semelhante e orienta a situação clínica como se de um seu parente muito querido se tratasse.

O doente tem fé na consciência do médico, contando-lhe sem entraves todos os sofrimentos físicos e dúvidas, preocupações ou angústias morais. A esta confiança, tanto quanto possível, sem

reticências, ilimitada, diríamos mesmo pueril, tem o médico de corresponder com duas qualidades indispensáveis:

O conhecimento suficiente e a discrição.

O conhecimento suficiente é condição indiscutível. Esta qualidade obriga-o a permanente actualização quanto ao progresso da ciência médica, cria-lhe normas ao seu procedimento.

Imprime-lhe respeito pela sua profissão e por si mesmo, dá-lhe personalidade e coragem para propor e insistir no tratamento que julgue indispensável e salvador. Esta coragem não deve ser, porém, obstinada, irreflectida, que possa ser classificada de simpatia irresistível, pela aventura. Coragem sempre, aventura nunca.

O objecto em causa é demasiado alto, pois trata-se de uma vida humana. Nunca a prudência será de mais.

Deve saber valorizar a observação, não esquecendo um exame levado às indispensáveis minúcias. Só duma boa colheita de pormenores pode sair um diagnóstico certo.

Necessário é que esta observação se faça atentamente e com interesse permanente.

Toda a doença, para quem recebeu um fermento de curiosidade, é uma experiência que nos é preciso ler; a ciência do homem doente deve ficar, antes de tudo, um problema de observação humana, afirmou Leriche na lição inaugural do seu curso do Colégio da França. Não só ciência em geral, mas a ciência aplicada à pessoa, o que não dispensa uma observação cheia de rigor, método, perspicácia, atenção e ainda de dúvida metódica. Mal vai ao médico se não duvida de tudo o que o doente espontaneamente lhe conta e, sobretudo, se crê na infalibilidade do seu diagnóstico pelas primeiras e instantes impressões. Tem factos, elementos de observação, dados laboratoriais, experiência, mas não pode faltar-lhe a dúvida antes de afirmar a certeza. Só deste modo poderá estar certo da boa posição.

À confiança, espontaneidade, quase abandono, com que o doente se aproxima do médico, deve este corresponder por discrição, que pode ir até ao segredo absoluto quando tomou conhecimento de factos cuja divulgação pode não ser do agrado do doente.

Nem olhos, nem ouvidos, nem inteligência, por tudo o que não interessa ao doente, ou que ao doente convém se não veja, se não ouça ou se não compreenda.

Esta máxima, que Hipócrates nos ditou, é uma das que mais respeita o primado da pessoa humana e que o médico tem de acatar e defender para não deixar falir a natureza espiritual do seu mister.

O Médico, ao ter conhecimento das deformidades e misérias do seu doente, guarda avaramente esse conhecimento para só dele fazer uso em benefício e a solicitação do interessado.

Se assim não fosse teríamos de admitir nesta falta de sensibilidade, recato, pudor pelos acontecimentos mais íntimos da sua vida, é enquanto houver género humano podemos estar certos de que assim não será.

Do doente nada interessa fora do seu sofrimento. A vida passada, posição social, afortunado ou miserável, são pormenores sempre secundários.

Poderei, ou deverei, dizer uma palavra sobre a honestidade, dedicação e serenidade de que o médico, em todas as circunstâncias, tem de dar provas?

Mesmo num meio pequeno, indiferente ou hostil, a atitude do médico deve ser inalterada. Aguarda todas as oportunidades para se instruir e fazer o bem, não com a mira na recompensa imediata, mas porque tal é seu dever. O bem que se fez aproveita mais quem o dá que quem o recebe. E nos pagamentos dos seus serviços, ao qual tem direito como todo o que trabalha e se não alimenta apenas de consolações morais, terá sempre presente que o doente lhe faz entrega, não da exacta retribuição, pois a saúde e a vida não têm preço, mas de honorários, justo tributo ao médico que na observação pôs o melhor da sua competência e do seu espírito.

*
* *

É o uso, e a valorização destas propriedades, que confere à medicina, por mais progressiva que seja a perfeição do seu saber e técnica, atributos imutáveis desde os primeiros tempos. A arte médica foi e será sempre a mesma. A ética do pensamento médico mantém-se e manter-se-á inalterada. À recente pergunta de Duhamel, sobre se existe um ecumenismo médico, podemos responder, sem receio, pela afirmativa. Apesar de todos os progressos materiais, a medicina ficará sempre uma escola viva e aplicada de disciplina, da inteligência e do coração.

A qualidade da observação, a curiosidade do observador, os seus dotes de medida e de boa valorização, a probidade, a natureza quase ilimitada dos serviços prestados, o segredo, serão continuamente condições imprescindíveis de um acto médico digno deste nome. Pode a estrutura científica do Médico ser de primeiro plano, mas se não souber adaptá-la às infinitas transformações da pessoa humana, se não compreender esta na plenitude das suas vivências, se não for dotado de atenção e agudeza suficientes que permitam captar e valorizar o padecimento condutor, a sua acção estará frequentemente condenada ao insucesso.

334

A ciência é universal, a arte é pessoal, não está tabelada, não se aprende nos livros; é fundamentalmente um problema de cultura e humanidade.

A arte sou eu, a ciência somos nós, legou-nos Victor Hugo, em memorável expressão. Por mais sábio que o médico seja, tem sempre perante si um campo interminável de investigação, onde a sua perspicácia e bom senso vão ser postos à prova. Tem fé na ciência e na precisão dos seus conhecimentos, mas isso não o dispensa de atenção, curiosidade e prudência. Em qualquer circunstância nunca pode ignorar que o seu estudo só lhe forneceu esquemas, cómodos como iniciação à aprendizagem, mas inadaptáveis rigorosamente ao indivíduo sofredor.

O exercício da medicina será pois eternamente um trabalho absorvente de compreensão.

Eis porque a medicina de hoje, muito embora engrandecida por esplêndidas descobertas, foi, é e será sempre a mesma.

Ao lado duma ciência cheia de recursos, e voos admiráveis, marcará eternamente como uma escola de humanismo.

Ao médico actual, mais do que a qualquer outro homem, merece ser aplicada a ideia de Pascal: «Toda a série de médicos no decurso de tantos séculos pode ser considerada como um só médico que subsiste sempre e continuamente aprende».

É sacudido por uma necessidade imorredoura de aperfeiçoamento científico e espiritual.

O médico, digno deste nome, não deve nem pode ser vulgar. Ao lado da competência profissional tem de se encontrar nele a vocação, fogo interior que agita, aquece, impulsiona e muitas vezes consome na inesgotável preocupação do acertar.

Não há virtudes que lhe sobejem.

Um dos mais extraordinários génios de todos os tempos disse ter encontrado reunidas, num seu contemporâneo afamado, as seguintes qualidades: profundidade, génio, imaginação, gosto, razão, sensibilidade, filosofia, elevação, originalidade, natureza, intelecto, fantasia, rectidão, facilidade, flexibilidade, precisão, arte, abundância, variedade, fertilidade, calor, magia, encanto, graça, força, vista de águia, vasta compreensão, rica instrumentação, tom excelente, urbanidade, vivacidade, delicadeza, correcção, puritanismo, limpeza, elegância, harmonia, brilho, rapidez, alegria, ênfase, sublimidade, universalidade, perfeição.

Será possível a existência dum ser humano excepcionalmente tão bem dotado, fora da cega imaginação de um admirador entusiasta?

Meditemos, no entanto, sobre estes belos atributos; quão admirável seria a sua posse e, se se adaptariam bem a todo o grande profissional, feliz seria o médico que os pudesse ostentar no seu brasão!

(Página deixada propositadamente em branco)

Doutor
Feliciano Augusto da Cunha Guimarães

1954



*A farmacologia
e o pensamento médico em meio século*

Feliciano Augusto da Cunha Guimarães



Nasceu em Ponte de Lima a 31 de Julho de 1885.

Faleceu em Coimbra a 14 de Dezembro de 1959.

Carreira Académica

Matriculou-se nas faculdades de Matemática e Filosofia em 1904, na de Medicina em 1907.

Licenciado em 1912. Doutor em 1914. Professor Catedrático desde 1918, jubilou em 1955.

Leccionou: Farmacologia; Química Fisiológica; Terapêutica Hidrológica e Climatérica;
Higiene Industrial; História da Medicina.

Cargos Exercidos

Secretário e Bibliotecário da Faculdade de Medicina de Coimbra.

Director do Instituto de Farmacologia e Terapêutica Experimental e do Instituto de Investigação Científica de Farmacologia e Terapêutica Experimental. Fundador do Laboratório de Hidrologia e Climatologia. Fundador da revista *Arquivos do Instituto de Farmacologia e Terapêutica Experimental de Coimbra* e do *Boletim da Biblioteca da Faculdade de Medicina*. Membro da direcção científica da revista *Coimbra Médica*.



Feliciano Augusto da Cunha Guimarães

Foto Varela Pécuro, 2001, obtida de original existente
no Instituto de Farmacologia da Faculdade de Medicina de Coimbra.

*Oração de Sapiência proferida em sessão solene
da abertura do ano escolar de 1954-1955
na Universidade de Coimbra,
em 16 de Outubro de 1954.*

Ex.^{mo} Sr. MINISTRO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
Ex.^{mo} Sr. MINISTRO DA JUSTIÇA
MAGNÍFICO REITOR DA UNIVERSIDADE
MEUS ILUSTRES COLEGAS, PROFESSORES E DOUTORES
PREZADOS ESTUDANTES
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

Na observância de velha praxe universitária, coube desta vez à Faculdade de Medicina a incumbência da oração inaugural deste ano escolar.

Para ela me designou o Conselho da Faculdade, pelo que, como se vai ver, não haverá que felicitá-lo. Mas, universitário disciplinado, procurarei cumprir como souber.

Escolhi para assunto uma revisão dos progressos e das tendências da ciência que tenho cultivado - a Farmacologia -, correspondentes à primeira metade do séc. XX, enquadrando esse balanço numa vista panorâmica dos principais aspectos da medicina actual comparados com o que eram quando eu vim para a Universidade há meio século exacto, pois perfazem-se neste Outubro 50 anos sobre a minha primeira matrícula nesta casa. E quase quatro desses decênios foram já absorvidos num labor docente cujo termo deverá coincidir com o deste ano escolar.

Ao decidir-me pelo tema eu julgo ter obedecido ao pensamento que de maneira predominante costuma orientar uma oração tradicionalmente chamada de *sapiência*, destinada ao «elogio da ciência» que principalmente absorve as atenções e o tempo do orador, mostrando o seu estado actual, os seus progressos mais importantes e ainda a sua contribuição para o bem comum,

se se trata, como no caso presente, de conhecimentos de valor utilitário imediato para a vida e condição do Homem.

Para marcar um fundo de cenário recordemos primeiro, em rápida visão de conjunto, a feição da medicina e o pensamento orientador sob cujo signo eu nela fiz a minha preparação científica, e que eram afinal os do período correspondente aos fins do séc. XIX e primeiros lustros do séc. XX.

Era já uma medicina incontestavelmente bem adiantada. No decorrer do séc. XIX ela fizera progressos assombrosos em todas as disciplinas que a integram. Bichat, Schwann e Purkinje dão o impulso inicial às actuais ciências morfológicas; a Fisiologia assenta bases firmes, especialmente quando fica norteadada por uma experimentação rigorosa pelo esforço de homens como Claude Bernard, Müller, Helmoltz; surge a Michobiologia, que o génio de Pasteur modela, de largas e fecundas aplicações; a Farmacologia desenvolve-se muitíssimo, influenciando poderosamente na Tera-pêutica e na Higiene; a Clínica, possuidora de métodos e instrumentos de exame inteiramente novos, em especial a auscultação, obra de Laënnec, a que vem juntar-se no final do século os raios X, aperfeiçoa-se de maneira muito notável.

Nasce a Cirurgia moderna por efeito das acções antimicrobianas e da anestesia, ambas essencialmente do âmbito farmacológico, que permitiram vencer os grandes impedimentos que a tolhiam e a muito pouco lhe reduziam o campo de acção: a infecção e a dor. E logo ela se abalança a empreendimentos cada vez mais arrojados, toma larga expansão e ganha crescente prestígio. A Anatomia Patológica, a Química Fisiológica, a Endocrinologia, que Brown-Séquard funda e orienta, etc., todas as ciências médicas, em suma, registam imensos, magníficos progressos.

A medicina não visa exclusivamente o indivíduo: expande-se também em actividades sociais quer no que respeita à higiene pública e à prevenção de doenças, organizando campanhas enérgicas contra enfermidades infecto-contagiosas e endemias graves, quer no aspecto assistencial, terapêutico, da colectividade. De facto, a medicina social pròpriamente dita conhece realizações importantes nesse período em que tanto o capitalismo como o proletariado se vão desenvolvendo a par. Inicia-se na Alemanha o seguro contra doenças pelas leis sociais de Bismarck (1883) e consequente aparecimento de empresas seguradoras, as *Krankenkassen*.

342

E mais, muito mais sob múltiplos aspectos esta medicina dos fins do séc. XIX nos oferece à consideração para ajuizarmos do elevado nível que atingira.

Estruturava-a a investigação científica regular, metódica, em todos os seus domínios, em resultado da aplicação do método experimental, verdadeiramente organizado nesse tempo.

Fundamentalmente objectiva, ela reflectia a feição e os progressos das ciências da natureza que lhe formam base. A Química, a Física, a Biologia, de facto, atingem grande desenvolvimento, contribuindo largamente para satisfazer o velho anseio de explicação naturalística do cosmos.

Enformava toda esta actividade científica o positivismo de Augusto Comte. Por ele tudo deveria convergir para o conhecimento científico, objectivo, dentro das possibilidades da organização do homem. As especulações da metafísica estavam fora do seu âmbito. Desta forma votou-se exclusivamente à investigação no campo da ciência, renunciando a considerar as questões puramente especulativas. Só o saber positivo contava.

Dai resultou uma concepção mecanicista de toda a forma de actividade observada no universo. As ciências da natureza, a sociologia, ao tempo aparecida, foram moldadas em conceitos positivistas. À própria religião se quis afeiçoá-la segundo o mesmo canon.

Sempre a filosofia andou unida à medicina. Confundem-se até nas origens, pois foi principalmente da acção dos «filósofos», os amigos do saber, da velha Grécia de antes de Péricles, que saíram as escolas de Cos, Cnide, Crotona, etc., em que se gerou a medicina científica, inteiramente liberta da magia e do sacerdotismo de várias mitologias.

Descabida é aqui a história dessas relações. Recordarei apenas que na base do movimento científico médico do período a que me reporto estão as duas grandes correntes filosóficas do séc. XVII: o empirismo de Francisco Bacon e o racionalismo de Descartes. De grande e fecunda influência foi o primeiro na organização do conhecimento científico segundo as regras do «*Novum Organum*». Era um método essencialmente analítico. Augusto Comte, no séc. XIX, adoptou-o e pô-lo como fundamento da sua filosofia.

A outra corrente, a de Descartes, além de pretender cingir as ciências histórico-naturais e as da medicina nos rigorismos da matemática, a que por sua natureza se não amoldam, estabeleceu um dualismo, com separação completa de corpo e alma, que foi de consequências nefastas no campo médico. Sentiu-lhe sobretudo os efeitos a clínica.

Dos positivistas uns, talvez a maioria, eram puros materialistas, negando a alma, que nunca tinham podido encontrar no laboratório ou na mesa de dissecação, reduzindo os fenómenos psicológicos a simples actividades fisiológicas em que o cérebro segregava o pensamento como o fígado segrega a biliar, no dizer de Cabanis.

Outros, mais prudentes, abstinham-se de emitir opinião sobre o que fosse na sua essência a alma, a vida, a própria matéria. Eram agnósticos.

E ainda havia eminentes cultores da ciência positiva que admitiam a alma, entidade imaterial e imortal, espiritualistas. Entre eles figuravam alguns dos nomes mais gloriosos do séc. XIX, como Pasteur e Claude Bernard. Mas não eram estes, a falar verdade, que melhor representavam a mentalidade do tempo.

Predominavam positivistas puros, materialistas ou agnósticos, entre os que plasmavam, que ensinavam e que praticavam as ciências médicas, tanto as de índole laboratorial como as de feição clínica.

Foi nesta orientação que eu fiz a minha aprendizagem em medicina. Os mestres que tive, talentosos, de grande competência, probos e cumpridores, pessoalmente muito estimáveis,

- alguns ainda vivos e que o sejam por muito tempo com a melhor saúde e ventura, outros já desaparecidos, por cuja memória tenho o maior respeito e um sentimento de gratidão -, educavam-nos no saber das suas respectivas cadeiras, sempre segundo as normas do método positivo. E conseguiam fazê-lo amavelmente, dentro duma sadia disciplina pedagógica que vinha dos tempos pombalinos.

Sendo embora como a deixei indicada a feição intelectual desse tempo, nenhum deles, creio poder afirmá-lo, tinha pensar definidamente materialista, embora se não exteriorizasse em afirmações ou atitudes ostensivas o seu espiritualismo.

Como nas ciências de laboratório, a maneira de proceder nos serviços de clínica era por via de regra estritamente objectiva, considerando o organismo doente nas manifestações do seu mal, procurando descobrir a etiologia e compreender a patogenia, com exames atentos e minuciosos tendentes a estabelecer um diagnóstico preciso, sempre cuidadosamente induzido e discutido. E para tal se pediam os recursos dos laboratórios de análises químicas ou bacteriológicas, por vezes os exames radiológicos.

Depois, o tratamento.

Ora, a Terapêutica, finalidade principal da medicina, essa era, para dizer a verdade inteira, tratada mais despreocupadamente, como se fosse um simples corolário do resto. Embora se ensinasse que ela devia ser individualizada, adaptada a cada doente e não genéricamente a uma entidade abstracta, a doença, - e aí muito em especial deveria ser considerada a totalidade do homem -, não merecia a cuidada atenção que se dava ao diagnóstico, talvez porque, tendo muito de arte, ela não podia ser cingida em normas invariáveis de pura ciência.

Punha-se, em suma, nesta medicina todo o saber e toda a inteligência, ensinando-a e praticando-a, justiça é dizê-lo, segundo uma ética verdadeiramente hipocrática, à parte certas transigências derivadas de conceitos morais de marca materialista. Mas, pelas normas que a orientavam, e nelas a salientar o dualismo cartesiano, ela considerava apenas o organismo, o corpo doente. Quanto ao mais era pelo menos agnóstica.

Sabido é que, ainda no séc. XIX, se manifestam tendências discordantes do cientismo coetâneo. Ouvem-se do campo filosófico as primeiras vozes. Schopenhauer já em meados da centúria impugnara o racionalismo positivista. Depois é Nietzsche que se insurge contra o intelectualismo dessa filosofia. Mais impressivamente, Bergson, já em começos do século actual, afirmando que não é pela inteligência mas sim pela intuição que se pode chegar ao conhecimento profundo da realidade, apresenta uma teoria da vida em cuja base está um impulso vital inicial, um acto criador.

Do campo da Biologia surgem também reacções vivas contra o mecanicismo dominante, especialmente quando Driesch, fundado em curiosas experiências que realizou, é levado a defender um neo-vitalismo, que se harmoniza bem com as ideias que Bergson pouco depois viria a expor.

O positivismo, que tornara onnipotente e quase divinizara a ciência como verdade suprema, prometendo por ela o bem e a felicidade do homem, ia sendo cada vez mais batido nos seus fundamentos e na sua orgulhosa suficiência.

Ficam apontadas as características da medicina nos princípios do séc. XX.

Vejamos como se projecta neste cenário a evolução da Farmacologia, mas agora sem a interromper, visto que a sua linha de marcha se não modificou até nossos dias nem decerto se modificará no seu aspecto de ciência de investigação.

A Farmacologia, ciência dos medicamentos, mentora imprescindível da Terapêutica, era já, em 1910, quando, estudante de medicina, dela tomei os conhecimentos iniciais, uma ciência com grande desenvolvimento e de vasta projecção em medicina. O séc. XIX tinha-a remodelado totalmente e enriquecido de maneira muito notável.

Os primeiros trinta anos havia-os ocupado a tarefa de extrair dos *simples*, segundo a antiga designação dada às drogas naturais, os princípios activos que verdadeiramente marcavam o seu dinamismo fisiológico, na maior parte produtos de complexa composição química, a que foram dados os nomes de alcaloides e de glicosidos.

Obtém-se a morfina, extraída do ópio; a quinina, das cascas da quina; a cafeína, do café; a atropina, da beladona; a nicotina, do tabaco; etc.

Foi uma importante fase analítica que deu à Terapêutica novos e valiosos medicamentos de grande energia de acção.

Em meados da centúria desenha-se bem a tendência para esclarecer por via da experimentação a séde e o mecanismo das acções medicamentosas.

Surge um método fecundo de análise *in vivo* - a Farmacologia experimental, pelos trabalhos magistrais de Magendie e sobretudo de Claude Bernard. Obra admirável pela observação, pelo rigor dos ensaios, pela severa orientação crítica sobre os estudos feitos no laboratório, nela nasceu verdadeiramente a Farmacologia moderna.

Seguem-lhe na esteira Bucheim, Schmiedberg, Naunyn, Binz, etc., que elevaram a nível alto a ciência farmacológica alemã, dando-lhe incontestável supremacia.

E pouco depois, metendo pelo caminho que Wöhler indicara ao realizar artificialmente a ureia, os químicos iniciam um trabalho crescente de síntese química, entregando à Farmacologia um avultado número de medicamentos não suspeitados sequer até então. A observação atenta e reflectida vem mostrar que há uma relação estreita entre a estrutura química de numerosos produtos e as suas acções fisiológicas: neste núcleo existe potencialmente a propriedade hipnótica,

naquele a acção diurética, outro é analgésico, etc.. Daí derivam directrizes para a realização sintética de novas e valiosas substâncias medicamentosas, paralelamente ao que em mais larga escala vinha fazendo no fabrico de matérias corantes a grande indústria química, que estava firmando sólidas bases.

Entra o séc. XX e a tarefa prossegue em ritmo que não abranda.

Logo nos primeiros dez anos nasce a Quimioterapia específica, verdadeira conquista de organização científica, devida a Paul Ehrlich e seus colaboradores. Orientava-a o pensamento de obter uma seriação de corpos específicos, preparados sinteticamente a partir de um núcleo de actividade potencial reconhecidamente antiparasitária, e submetê-los paralelamente a uma experimentação metódica, criteriosa, para ajuizar do seu valor farmacodinâmico, donde resultaria a selecção dos mais recomendáveis para o fim terapêutico em vista.

Equipas de químicos, farmacologistas e parasitologistas trabalhavam a par, em estudos convergentes, sob a direcção de Ehrlich. Eram precisos vastos recursos. E eles apareceram pela generosidade da rica viúva Speyer, que expressamente fundou um instituto especial, o *Speyerhaus für Chemotherapie*, e larga ajuda do Estado alemão e da Fundação Rockefeller.

Como resultado imediato apareceu a novidade de produtos, convenientemente ensaiados pela experimentação, capazes de acção enérgica contra doenças devidas a protozoários, e delas a destacar a sífilis, – um dos «quatro cavaleiros do Apocalipse», como já foi chamado, entre as que constituem flagelos sociais.

Há certamente no meio dos que me ouvem quem possa recordar o alvoroço que, no ano de 1910, trouxe ao mundo a descoberta do famoso «606» (o número indica apenas a ordem do produto na série a que pertence), que veio remodelar totalmente a precária terapêutica da sífilis, limitada então ao mercúrio, a ponto de se julgar que uma só aplicação do novo medicamento, um arsenical, bastaria para exterminar a terrível parasitose.

Marcava-a um tanto de ingenuidade e de entusiasmo temerário essa então chamada *therapia sterilisans magna*. Mas, estabelecida a breve trecho uma técnica de correcta administração do fármaco, ficou-se de posse de uma arma anti-sifilítica bem mais poderosa, que logo entrou na prática.

Para outros males aparentados etiológicamente com a sífilis, tais como tripanosomoses tropicais, de interesse em medicina humana como a doença do sono, ou de consideração ponderosa em veterinária pelas áreas muito extensas em que a vida dos gados era impossível, grande beneficio resultou de descobertas da Quimioterapia instituída por Ehrlich.

Este método de trabalho visara a terapêutica de doenças provocadas por seres microscópicos de natureza animal, protozoários. Contra as infecções por agentes bacterianos as tentativas resultavam sempre infrutíferas. E essas infecções eram, sem dúvida, as mais triviais e muitas delas de rápida e mortífera evolução.

Bem se afanavam por toda a parte investigadores categorizados em conseguir produtos de forte acção bactericida mas que o organismo do homem pudesse suportar sem prejuízo apreciável.

Seguindo os métodos quimioterápicos, Domagk consegue, em 1932, provar o valor dum corpo azoico para tinturaria, pouco antes sintetizado, o prontossil, nas infecções estreptocócicas experimentais do rato. Não tardou, com os devidos cuidados, é claro, o ensaio na clínica. E esse logo muito animador.

Não era, porém, como se pensou, o núcleo central azoico que comunicava ao produto a virtude terapêutica mas sim a parte benzo-sulfonamidada, como o mostraram os colaboradores franceses de Fourneau. Surgia assim um capítulo novo e muito importante em Farmacologia, o das chamadas abreviadamente sulfamidas,

Todos sabem que repercussão teve logo em medicina este grupo farmacoterápico com o qual foi pela primeira vez possível jugular inúmeras infecções que há séculos vinham desafiando o saber e a perícia dos médicos.

Facto interessante: as sulfamidas não matavam as bactérias.

E logo se mostrou que a eficácia resultava de impedirem a sua reprodução. Ora, ser vivo que não se reproduz morre fatalmente. A fagocitose rapidamente aniquilava o micróbio.

Era um novo conceito, a bacteriostase, a contrapor-se, ou melhor, a justapor-se à velha preocupação da acção bactericida.

Quase simultaneamente, uma nova e muito notável conquista - os antibióticos. São, em resumo, como ninguém ignora, substâncias elaboradas por organismos vivos que com elas eliminam do seu habitat outros organismos vivos que as não suportam. E o homem procura tirar o melhor partido destes antagonismos que descobriu.

A penicilina abriu uma lista já longa de antibióticos, entre os quais avultam a estreptomicina, a aureomicina, a cloromicetina, não panaceias de infalível virtude, mas reconhecidamente armas salvadoras em inúmeras situações mórbidas com sério perigo de vida.

E que dizer da opoterápica ou terapêutica por produtos obtidas das glândulas de secreção interna, desde os trabalhos iniciais de Brown-Séguard que criaram este hoje vastíssimo campo das ciências médicas?

Que mundo imenso de corpos endócrinos oferecidos ao serviço e também à perturbação dos clínicos! Há-os hoje imprescindíveis, como a insulina - que o digam os diabéticos -, outros de valia considerável em determinadas insuficiências glandulares internas.

Como notável conquista científica deste séc. XX aparece o conhecimento das vitaminas e das avitaminoses. E logo surge, em curioso alfabeto, a multivariada medicação vitamínica para resolver estados de carência.

Os isótopos radioactivos, medicamentos singulares com um misto de acções químicas e físicas, vão alargando o âmbito das suas aplicações farmacoterápicas.

E entre as preocupações dos farmacologistas para alcançar novo e cada vez mais eficaz armamento contra males graves da humanidade figura como das mais prementes a de encontrar medicação capaz de jugular o cancro.

É de prever que num período, decerto não muito longo, se possa enfim clamar um jubiloso *eureka*.

Muito notável tem sido o papel da Farmacologia actual na luta contra as chamadas doenças sociais (tuberculose, sífilis e doenças venéreas, reumatismo, alcoolismo) e endemias graves tais como a malária, a doença do sono, a disenteria, etc.. Aponte-se, por exemplo, a malária, mal extenso e intenso que ainda há bem pouco cifrava por três milhões a sua mortalidade anual no mundo. Hoje fortes manchas de paludismo nos mapas quase desapareceram, inclusivé no nosso país, mercê de bem conduzida campanha em que produtos vários têm acção dominante na profilaxia e na terapêutica.

E poderia lembrar-se aqui a titânica, assombrosa tarefa de investigação farmacológica levada a cabo no decurso da última grande guerra e prosseguida em anos consecutivos para obter produtos capazes de substituírem a quinina, extraída das quinas das possessões neerlandesas, praticamente fornecedoras do mundo, quando elas caíram em mãos de japoneses. De cerca de 20.000 corpos produzidos e estudados pelos métodos da Quimioterapia na América, Inglaterra, França, Itália, etc., pouco mais de uma escassa dezena ficou seleccionada, mas simultâneamente se fez amplo estudo duma organização eficiente contra a endemia.

Nessa organização foi reservada papel de importância a novos insecticidas, tais como o D.D.T., outra das realizações do método quimioterápico. Recorde-se, a propósito, a eficácia da sua intervenção ao cortar quase cerce um surto epidémica de tifo exantemático com que houveram de defrontar-se as tropas americanas na Itália.

As técnicas de administração de medicamentos conheceram também em todo este período muito notáveis aperfeiçoamentos e novidades, algumas até de alta especialização como, por exemplo, nas domínios da anestesiologia moderna. Aplicações por via hipodérmica, venosa, raquidiana, etc., hoje tão banais, constituem progresso imenso em relação aos recursos de há cem anos.

Mas nesta evocação forçadamente sumaríssima do principal contributo (quanto não fica por dizer!) da Farmacologia moderna para os progressos da medicina apenas foi encarado o aspecto terapêutico e profilático, sem dúvida o primacial. Outros há, e de importância crescente.

Assim, recorre-se à observação de acções e efeitos de vários fármacos para ajuizar do estado de órgãos e funções, criando-se desta forma a Farmacologia propedêutica. São de rotina; por exemplo, os métodos de exploração orgânica por meio de eliminações provocadas, utilizando substâncias apropriadas cujo ritmo de eliminação se analisa e confronta com o normal, para fins

diagnósticos. Indicações também de ordem prognóstica se colhem, inferidas da reactividade do organismo ou da evolução dum estado mórbido.

Além desses, ainda muita importante o papel na análise biológica, valiosa pela sensibilidade incomparável do reagente vivo, com aplicação na aferição biológica de medicamentos, e ainda de aproveitamento em medicina legal para identificação sobretudo de substâncias tóxicas.

Ligada a estes aspectos está ainda a chamada narco-análise, que essencialmente consiste em administrar um hipnótico de forma a obter um estado crepuscular, em que a consciência é deprimida funcionalmente, deixando de refrear o sub-consciente, pois é esse o substracto em vista para sobre ele actuar. Método abominável quando a iniquidade humana a ele recorre para coacção ou denúncia, ele constitui, todavia, processo valioso de diagnóstico e de tratamento em muitos estados dos domínios da psiquiatria e quiçá susceptível de aplicação mais extensa na própria clínica geral quando os métodos da moderna psico-somática se aperfeiçoarem.

A síntese química, como vimos, tem em toda esta tarefa um papel muito importante. Mas, na realidade, essa actividade de síntese integra-se afinal num largo trabalho de análise - a análise farmacológica destinada a esclarecer o dinamismo das substâncias medicamentosas, com mira principal ao seu aproveitamento para fins terapêuticos ou profiláticos.

É preciso, porém, dizer-se que desta actividade imensa resulta na prática uma produção de especialidades farmacêuticas pletórica, perturbadora, apresentada como progresso, mas que, tal como existe, não passa de anarquia a exigir intervenção correctiva, tanto mais que daí advém grave prejuízo para a cultura farmacodinâmica dos médicos.

*

Apesar disso não mudou nem poderá mudar este rumo analítico no tocante à investigação farmacológica.

O panorama, porém, é já outro em medicina.

Outro o pensamento orientador.

Outras as tendências que a impulsionam.

Com o séc. XX começam grandes remodelações no campo das ciências da natureza e no das ciências médicas.

A Física, verdadeiramente revolucionada, vê subvertidos os princípios basilares em que assentava: indivisibilidade do átomo, hipótese do éter, mecanicismo, etc.

A Química acusa também uma transformação completa, em que se reflecte a influência da Física (teoria da valência, isótopos, conceitos de radioactividade, etc.). Volta-se pela Química à ideia de unidade da matéria, a ideia fundamental da Alquimia.

Mas nos domínios da Biologia a remodelação não é menos notável. Procurando descobrir os substractos primordiais da vida, descrevem-se entidades infracelulares dotadas de continuidade genética – os virus, os genes, os plasmogenes e os microsomas – e novamente se põe o problema da passagem da matéria inerte para o ser vivo.

Em medicina as ideias e as orientações acusam evolução muito notável.

A mentalidade é diferente da que marcou o período positivista, período que podemos considerar encerrado com o início da primeira grande guerra, – um sangrento fim de época, no dizer de Entralgo.

A característica principal dessa medicina, – e continua sendo –, é o excessivo espírito de análise. Por ele se tem conseguido reunir um imenso conjunto de conhecimentos em todos os campos. Mas a sua utilização resulta frequentemente defeituosa e ineficiente por falta duma síntese que integre e aproveite racionalmente esses materiais.

A síntese é indispensável. Melhor: um equilíbrio harmonioso entre a síntese e a análise, não vá cair-se no defeito oposto.

O espírito de análise, imprescindível para a investigação e avanço científico, leva a uma tecnificação complexa e por ela a uma especialização cada vez maior.

A especialização constitui corolário lógico da vastidão crescente dos conhecimentos alcançados em todos os domínios da medicina. É necessária, muito útil e de grandes benefícios para a humanidade, mormente a que se estabelece na prática profissional.

Mas há também a considerar o reverso da medalha, os inconvenientes da especialização progressiva, frequentemente prematura. Atribui-se-lhe, por exemplo, uma baixa de cultura geral médica e de espírito clínico, pela orientação e preparação absorvente, cedo começada, num limitado aspecto.

Outra das suas consequências a lamentar, resultante ainda da tendência actual para a socialização da medicina, é o desaparecimento do «médico de família», aquele que conhecia de perto a gente da casa, o terreno hereditário, os antecedentes, que tinha a confiança do agregado familiar e nele podia exercer uma acção moral incomparável.

Um dos maiores defeitos da medicina positivista, quiçá o maior, e que, a falar verdade, continua, reside em não se ter tido em conta a pessoa humana. Eivada de dualismo cartesiano, desconhece a unidade corpo e espírito, a influência profunda deste na vida orgânica. Tem considerado predominantemente, quase exclusivamente, o lado somático.

Por esse facto a nossa medicina, como diz Delore, não é bastante «humana», é mais uma medicina do «homem animal», mais próxima da veterinária.

Ora, de longa data se regista a influência das emoções e dos estados de espírito sobre o organismo e seu funcionamento. O estudo dessas relações, estabelecendo a psicogénese, ou seja, o papel da psique na eclosão e evolução das doenças, é cada vez mais aprofundado. Já daí tinha

saído, nos domínios da neuro-psiquiatria, um método diagnóstico, a psicanálise, cuja aplicação se procura estender a outros campos, e dia a dia se conhece melhor o papel das acções psíquicas em patologia e terapêutica.

E assim vem tomando vulto uma medicina psico-somática em que a unidade corpo e alma é devidamente considerada nas suas interacções e em que é preponderante o papel do médico na parte psicológica e social do tratamento.

Não se trata, afinal, de coisa nova. Julgo não errar dizendo que antes do cartesianismo e sobretudo do comtismo a medicina nunca deixou de considerar o homem total, misto de corpo e alma inseparáveis. A psico-somática actual é apenas uma expressão moderna dalguma coisa muito antiga. O seu significado reside na atitude imposta ao médico de prestar conveniente atenção às manifestações emocionais do doente, respeitar a sua personalidade e tomar para com ele uma atitude verdadeiramente humana e compreensiva, fazendo então uma aplicação racional do que a ciência médica lhe indique.

Proclama-se a necessidade de síntese. Mas não há ainda um rumo bem traçado para a estabelecer.

Acusa-se a preponderância concedida aos dados de laboratório e às técnicas especiais em prejuízo da boa observação directa.

Reclama-se a supremacia do espírito clínico.

É crescente, apesar de tudo, a tecnificação física em medicina, com novos processos diagnósticos (electroforese, microespectrofotometria, etc.) e química (estudo dos sistemas cromáticos do núcleo celular, por exemplo).

E, bem vistas as coisas, essa tecnificação tende apenas a servir a clínica. Outro não é o seu objectivo.

A despeito do que, segundo o pensamento actual, se diz e se pede, a verdade é que a medicina mantém ainda essencialmente na prática e no ensino a feição que tinha no início do século.

Na ânsia de a reconduzir ao seu verdadeiro espírito, fala-se hoje muito em neo-hipocratismo.

As ideias directrizes que enformam a arte de Cos visam quase exclusivamente o homem doente.

Em nossos dias é muito maior a complexidade, pela consideração de uma medicina da saúde a par de uma medicina da doença.

A primeira tem em mira principalmente a colectividade, a segunda o indivíduo.

E em ambas as realizações são de grande monta.

Numa acção sem alarde, persistente, eficaz, a profilaxia de doenças e a defesa da saúde, pelos progressos da higiene conjugados com a melhoria do viver e a correcção de vícios alimentares, tem trazido imensos benefícios à humanidade. De certas doenças infecto-contagiosas graves - tifo exan-

temático, peste bubónica, raiva, febre amarela, etc. - com surtos epidémicos frequentes em tempos não distanciados, quase já só resta memória. Outras não infecciosas - cárdio-vasculares, mentais, toxicomanias, etc. - merecem a mesma cuidada atenção.

Os resultados desta obra grandiosa estão bem expressos na considerável baixa de mortalidade por mil habitantes e do notável aumento de duração média da vida humana.

A medicina da doença, essa tem de enfrentar os males que a patologia tradicional aponta, acrescidas doutros que os tempos geraram ou pelo menos agravaram. A industrialização intensa, a actividade febril em todas os campos, a vida trepidante com o seu temeroso desgaste de energia nervosa, a acção persistente de variados *stress* que derivam da própria civilização, os desequilíbrios morais desta atormentada época, o sentimento de angústia e inquietação dos povos, etc. - tudo tem contribuído para ampliar os quadros da nosologia actual.

As circunstâncias que no séc. XIX determinaram a nascença duma medicina social mantêm-se e intensificam-se.

A afluência crescente para os grandes centros urbanos, cuja população e área aumentam correspondentemente, o conceito já hoje radicado (o sol quando nasce é para todos) de que o direito à assistência é inerente ao homem, a consideração económica de um melhor rendimento para a vida colectiva do indivíduo convenientemente medicado quando doente, a própria defesa profilática da grei e outras causas levaram a corporizar uma medicina social que cada vez mais se aperfeiçoa na sua orgânica.

... Cada vez mais se aperfeiçoa na sua orgânica, é certo, mas toma por sua natureza uma índole própria, bastante diferente da velha e tradicional medicina, toda fundada na confiança que leva o doente a abrir-se com a médico.

A medicina social traduz a prestação de serviços mediante normas e quotas regulamentares.

É a medicina-contrato, mecanizada, de trabalho em série, a opor-se à medicina-coração.

Este aspecto da actividade profissional, o cultivo cada vez maior da especialidade, a tecnificação crescente em semiótica e em terapêutica, tendências que vêm do séc. XIX, acentuam-se notavelmente e ficam a marcar a medicina contemporânea.

Mas graves problemas se suscitam e não é dos menores a dificuldade de conciliar essas tendências com a outra tão reclamada agora de humanização da profissão médica, aquela que proclama a necessidade de considerar o homem integral, conjunto indissociável de corpo e alma.

Voltando ao ponto de partida: na orientação moderna da medicina a Terapêutica, mais que nenhuma outra das ciências que nela se integram, terá de ser psico-somática.

Ela é a finalidade principal da medicina.

É por ela que a medicina existe.

É nela que está a fé e para ela se volta a esperança do doente. Daí a necessidade de não ver apenas o soma, orgânico ou funcional, mas também, e com pelo menos igual atenção, a psique.

A análise, a investigação, terá de prosseguir para obter novos medicamentos e novos meios de tratar o homem doente. Mas depois, na utilização destes agentes terapêuticos, o médico terá de considerar a pessoa humana, misto indivisível de corpo e espírito.

Se o doente é um ser impressionável durante o exame que leva ao diagnóstico, muito mais o é na altura de instituir o tratamento, o que verdadeiramente lhe interessa.

Na aplicação dum agente terapêutico, medicamentoso ou não, há sempre uma acção psíquica, por vezes preponderante.

Importa que tanto como o corpo a alma seja sondada e que, ao prescrever um fármaco ou outra modalidade de remédio, o médico não fique atido apenas ao conhecimento das acções fisiológicas e indicações terapêuticas que nos tratados de Farmacologia ou de Terapêutica Geral pode colher, pois esses, conquanto imprescindíveis, reportam-se quase só à parte somática.

A cultura e o senso clínico do médico deverão adequar o tratamento não exclusivamente ao organismo mas ao conjunto do homem.

À Farmacologia e à Terapêutica Geral incumbe a organização dum arsenal absolutamente indispensável à missão do médico.

E é muito nobre essa missão.

Toda ela visando o combater o sofrimento e a defender a saúde, o maior bem terreno, quase transcende na sua finalidade a natureza humana e merece a qualificação que lhe deu o Mestre antigo: *divinum opus*.

Mas ela deverá contribuir, em convergência com outras disciplinas, para o aperfeiçoamento cada vez maior do homem nos pontos de vista físico, moral e social.

Não basta a conquista da saúde.

Como escreveu Carrel, é o progresso da pessoa humana que se trata de obter. Porque a qualidade da vida é mais importante que a própria vida.

(Página deixada propositadamente em branco)

Doutor
Luís António Martins Raposo

1958



As universidades na luta anticancerosa

Luís António Martins Raposo



Nasceu em Caçarelhos (Vimioso) a 18 de Maio de 1892.

Faleceu em Coimbra a 19 de Abril de 1985.

Carreira Académica

Matriculou-se nas faculdades Matemática e Filosofia em 1910, e na de Medicina em 1911.

Bacharel em 1916, Doutor em 1923. Professor Catedrático desde 1945, jubilou em 1962.

Leccionou: Clínica e Policlínica Obstétricas; Clínica Ginecológica; Patologia Cirúrgica;

Anatomia Patológica Especial; Clínica Cirúrgica.

Cargos Exercidos

Oficial Médico do Corpo Expedicionário Português. Capitão Médico e cirurgião-chefe do Hospital Militar de Coimbra. Director de Clínica dos Hospitais da Universidade de Coimbra, dos Serviços Hospitalares de Patologia Cirúrgica, dos Serviços de Otorrinolaringologia e de Estomatologia. Subdirector dos Serviços de Clínica Ginecológica.

Director do Ninho dos Pequenitos. Presidente do Núcleo do Centro da Associação dos Médicos Católicos Portugueses e da Junta Diocesana da Acção Católica de Coimbra.

Vogal da Comissão Directora do Instituto Português de Oncologia e da Comissão de Organização do Ensino da Estomatologia.

Membro da direcção científica da revista *Coimbra Médica*.

Distinções

Cruz de Guerra.



Luís António Martins Raposo

Foto gentilmente cedida por sua neta Senhora D. Cristina Raposo.

SENHOR MINISTRO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
MAGNÍFICO REITOR
SENHOR SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DO ORÇAMENTO
SENHOR DIRECTOR-GERAL DO ENSINO SUPERIOR E DAS BELAS-ARTES
EXCELENTÍSSIMAS AUTORIDADES
PREZADOS COLEGAS
SENHORES ESTUDANTES
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

Por definição e pelo alto sentido que a palavra encerra, às Universidades incumbe, como é do conhecimento de todos, a «universalidade no saber» e, de algum modo, a «universalidade no agir», no elevado propósito de formar o espírito científico, literário e artístico de quantos as frequentam e de cuja posse se enriquecem aqueles que na sociedade têm por mister equacionar e resolver os problemas ligados à cultura e às realizações inspiradas pela técnica.

Para a obtenção deste desiderato dispõem as Universidades das necessárias credenciais, tal como possuem, ou devem possuir, os meios requeridos para atingir com dignidade e firmeza os seus objectivos, que o mesmo é dizer para levar a bom termo a sua nobre missão, procurando servir e honrar, como lhes cumpre, os Estados que as criaram e os povos que as sustentam.

Sejam quais forem os aspectos por que se encarem é manifesto que a ciência a todos sobreleva, tomando-se como tal o somatório dos conhecimentos, sem discriminação deste ou daquele ramo, inclusive, repito, no tocante à técnica.

Sem pretender hierarquizar os verdadeiros fins a que as Universidades se destinam e aceitando, se assim o preferirmos, o conceito hoje tido como clássico (embora nem sempre unânimemente perfilhado) de que as Universidades devem ser vistas, fundamentalmente, como

Institutos criadores de ciência, é inegável não devermos considerar de somenos valia os atributos adstritos à formação cultural e profissional daqueles que as frequentam na esperança de não serem iludidos nos seus anseios nem enganados nas suas aspirações. Por outras palavras, julgo de todo o ponto razoável não subestimar, como em certa maneira se tem feito nos últimos tempos, o elevado papel das Universidades na divulgação da ciência e na preparação profissional e educativa dos seus alunos.

Com efeito, a Universidade é um todo onde cabem os múltiplos ramos do saber humano e onde aos seus Professores se exige, a par de uma cultura sólida, um equilibrado e arguto poder de transmissão dos conhecimentos maduramente adquiridos pelo estudo e devidamente temperados pela observação pessoal. Velhas e cediças questões, tantas vezes postas, no respeitante ao binário «Professor-investigador» ou «Professor-prelector» não vale a pena ressuscitá-las! O ideal seria que na mesma pessoa convergissem os dois predicados, mas quando tal não aconteça nem por isso deixemos de louvar o investigador honesto e fecundo que não sabe expor e o perlector probo e culto que não sabe investigar. De ambos eles as Universidades podem colher excelentes frutos.

Criar ciência, transmitir cultura e formar bons profissionais, eis, na realidade e segundo o conceito comum, o tríplice fim a que as Universidades devem obedecer e a cujo cumprimento - quanto possível integral - se não pode furtar todo e qualquer Professor, se, como é óbvio, deseje honrar e prestigiar a posição a que ascendeu.

Quer o ensino, quer a investigação, e mormente esta, não constituem prerrogativas exclusivas das Universidades, é certo, mas é a elas, não obstante, que cabe orientar no bom sentido semelhantes actividades, privilégio, aliás, expresso normativamente nas leis do Estado e aceite sem qualquer oposição pela consciência das gentes.

No respeitante à formação profissional das classes superiores o predomínio das Universidades deve ser absoluto, ou quase. As excepções verificadas neste ou naquele sector não têm resultado benéficas nem para os indivíduos nem para a colectividade. Poderia exemplificar apontando alguns factos mas não é este, positivamente, o objectivo que me proponho alcançar.

No vértice da cultura é inteiramente lógico, por sua própria natureza, que a Universidade conceba, desenvolva e difunda os conceitos de ordem filosófica, os postulados de carácter científico, a crítica literária e artística, as doutrinas sociológicas, em suma, todas as manifestações inerentes à «universalidade no saber», como no começo disse e agora repito.

*
* * *

De harmonia com o exposto eu suponho não atraiçoar os altos fins da Instituição a que me honro de pertencer escolhendo para tema das minhas considerações: «*as Universidades na luta anti-cancerosa*».

Na realidade este assunto, como procurarei demonstrar, abrange pontos de extrema e delicada importância para a Medicina, no seu duplo aspecto: ciência e arte, e de incontestável interesse para a sociedade, por interferir com um dos seus maiores flagelos e, conseqüentemente, com um dos seus mais angustiantes problemas.

Na luta que por toda a parte se esboça e em alguns países se trava a fundo, colaboram, em escala maior ou menor, através de múltiplos meios e não menos múltiplos sacrifícios, os Governos, as classes e numerosos indivíduos.

De estranhar seria que as Universidades, como centros de irradiação, de cultura e de orientação técnica, se alheassem de tão momentoso assunto. Mas, tal não acontece, felizmente, pois não só nasceu nelas o incentivo à luta, pela mão de prestigiosos e consagrados vultos, como, ainda, delas difundiu a luz que alertou o mundo e partiu a chama que havia de abrasar os corações de quantos com entusiasmo e ardor se dedicam ao combate da doença, quer no campo científico, pròpriamente dito, quer nos domínios assistencial e social.

Não necessitam as Universidades de encorajamentos especiais para se acrisolarem no amor ao estudo de tão delicado problema, mas se necessitassem não lhes faltaria o estímulo devido por parte da sociedade, como maior vítima do flagelo em causa, nem o apoio conveniente por parte dos Governos, como legítimos guardiões do bem estar dos povos.

Efectivamente, os homens de ciência e através deles os Institutos superiores de investigação e de assistência, são constantemente solicitados pelo público no sentido de se esforçarem por descobrir a causa do mal e, igualmente, no desejo de se tornarem mais eficazes os meios de o combater, solicitações essas a que uns e outros procuram corresponder da melhor maneira.

Trata-se, sem dúvida alguma, - releve-se-me a insistência - dum problema de transcendente importância para cujo estudo e solução é imprescindível a colaboração de todos (e mesmo todos seremos poucos!) de tal acuidade e delicadeza se reveste na esfera puramente médica e de tal magnitude se inculca no aspecto pròpriamente social.

*
* * *

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Como enunciado geral dos principais pontos a versar direi, desde já, que a maior incidência do meu estudo recai sobre a necessidade urgente de se aperfeiçoarem os meios de combate ao cancro, valorizando os existentes e criando outros, tendo em vista, especialmente, como é lógico, pôr em destaque o papel das Universidades no prosseguimento da luta e na ordenação e regular distribuição dos processos de defesa da colectividade, de forma a tomar coesos os esforços de quantos estão empenhados nesta nobre cruzada e também de maneira a impedir, na parte que ao

nosso país respeita, que resultem improficuos os numerosos trabalhos realizados e perdidas, ou mal aproveitadas, as muitas somas vertidas pelo Estado, por Instituições particulares e, inclusive, pela caridade pública.

Tentarei, na medida do possível, desviar a questão do plano médico para a colocar num plano geral e social, em obediência aos imperativos do momento e à formação cultural da maior parte daqueles a quem tenho a honra de me dirigir. O aspecto médico interessaria, apenas, aos profissionais da Medicina; o aspecto social interessa a todos, como é intuitivo.

Quando, porém, se procura estudar um assunto com seriedade e certa profundidade, tornam-se indispensáveis algumas referências de carácter especial a este ou àquele ponto, de cuja análise se infira a verdadeira razão de ser do estudo em questão. Explicar-se-á, assim, um ou outro deslize de pendor essencialmente médico, possivelmente verificado, deslize esse que espero seja ouvido com benevolente indulgência.

I - PANORAMA NOSOLÓGICO GERAL E NACIONAL RELATIVO AO CANCRO

a) *Em geral*: - É voz corrente - mau grado nosso sancionada pelos factos - que a taxa de morbilidade por cancro aumenta dia a dia, não se prevendo atenuação do fenómeno, salvo modificações radicais que permitam encarar aspectos novos da sua profilaxia.

Entendem alguns que semelhante facto é mais aparente que real. O mais elevado número de casos, corresponderia, em seu parecer, a maior facilidade de diagnóstico, em virtude do aperfeiçoamento dos meios semiológicos, e a uma mais exacta diferenciação das causas de morte antigamente tidas como ignoradas. A melhoria dos serviços de previdência e de assistência, com permitir uma fácil consulta médica aos indivíduos de situação económica precária, não seria, também, de desprezar para o efeito. Estes factores têm importância, é manifesto, mas não tanta que expliquem o acréscimo apontado nas taxas de letalidade e de morbilidade no geral dos países.

Um exame atento e desapassionado do assunto leva-nos a admitir, sem sombra de dúvida, que a despeito de um diagnóstico mais correcto dos diferentes estados mórbidos a cifra global e proporcional de tumores malignos tem aumentado em todo o mundo de maneira muito notável; aliás, as estatísticas publicadas não depõem noutro sentido.

Dispenso-me de dar nota pormenorizada das taxas de mortalidade por cancro nos diferentes países; basta dizer que segundo o *Anuário Demográfico da Organização Mundial de Saúde*, referente aos últimos anos, ela regula, na Europa e na América, entre 150 a 220 por cada 100000 habitantes e que se nota de lustro para lustro, nos mesmos continentes, um aumento nada animador.

Em algumas Nações os tumores malignos ocupam o 2.^o lugar das causas de morte, continuando a figurar no 1.^o, como é compreensível, as doenças cardiovasculares. Nos Estados Unidos

da América (um dos países em que se verifica este fenómeno) morrem por ano 200000 pessoas devido a afecções oncológicas, prevendo certos demógrafos que esta cifra se eleve para o dobro no ano 2000, a menos que entretanto se descubra um processo radical de cura, ou pelo menos de grande eficácia na atenuação do mal. Também nada tranquilizador, como se vê!

Este juízo refere-se ao cancro em geral e não a qualquer das suas variedades e localizações. Neste particular há diferenças muito apreciáveis de país para país, consoante a incidência desta ou daquela modalidade, mas tal aspecto não interessa ao meu estudo. Pretendo, apenas, vincar que na opinião corrente a frequência do cancro em todo o mundo não tem cessado de aumentar continuamente.

b) *Em Portugal*: - A taxa de mortalidade por tumores malignos, entre nós, a avaliar pelos dados fornecidos pelo citado *Anuário Demográfico* não é tão pessimista como a registada na generalidade dos países da Europa e da América. Efectivamente não excede 70 a 80 por cada 100000 habitantes, quando para o comum das restantes Nações, como há pouco disse, ela oscila entre 150 e 220. Sem pretender contestar que sejamos, porventura, um pouco bafejados pela sorte, neste particular, o certo é que não devemos do simples enunciado em causa tirar ilações enganadoras e mui provavelmente pouco condizentes com a realidade dos factos.

As nossas estatísticas, em matéria de discriminação de mortalidade e morbidade, são, infelizmente, pouco exactas. Basta dizer que no registo obituário do *Instituto Nacional de Estatística*, referente ao ano de 1957, entre 7808 casos de morte atribuída a tumores se inscrevem 5760 óbitos de causa ignorada ou não definida e 11137 por senilidade, sem mais especificações; ora, não é arriscado pensar que dentro destes grupos se encontrem numerosos casos de neoplasias. Além disso há, também, muitas deficiências de diagnóstico, cuja análise me dispenso de fazer. Em conclusão, a taxa real é bastante superior à assinalada nos registos oficiais.

No ponto de vista comparativo e apesar das deficiências a que acabo de aludir, nota-se aumento acentuado da mortalidade por tumores, na ordem de 4,76%, no ano de 1950, para 7,57%, no ano de 1957. Desde 1943 até agora semelhante mortalidade tem sofrido uma subida progressiva a ponto de hoje ultrapassar o dobro da de então.

O acréscimo verificado na taxa de letalidade tem correspondência na taxa de morbidade; melhor dizendo, esta última deve considerar-se proporcionalmente maior em 1957 do que em 1950, porquanto não é ousado dizer-se que o número de tumores tratados e curados foi maior em 57 do que em 50, em conformidade com o aperfeiçoamento dos métodos de tratamento e mercê dos progressos registados em matéria de diagnóstico precoce deste género de doença.

Quanto à tuberculose observou-se, no mesmo período de tempo, baixa apreciável do número de mortes, à razão de 12069, em 1950, para 5201, em 1957, quer dizer, os óbitos por tumores, no ano findo (7808), excederam em muito os provocados pela tuberculose, ao contrário

do que acontecia em 1950 (5263). Sem dúvida que este facto resulta principalmente da melhoria do apetrechamento terapêutico antituberculoso, mas, mesmo assim, é digno de ser assinalado.

Seria curioso referir como se repartem as diferentes categorias de tumores, umas em relação às outras, e bem assim como se faz a sua distribuição por sexos e idades, mas esse estudo não traz dados especiais a valorizar o meu objectivo nem era próprio do lugar e do momento em que estou falando.

- Propositadamente omito uma descrição minuciosa dos resultados obtidos com o tratamento dos tumores malignos; bastará, no caso pertinente, uma referência geral.

Existe entre o público a ideia de que o cancro é incurável e os próprios médicos são os primeiros a alimentar esta impressão de derrotismo. Nada mais falso e mais pernicioso sob o ponto de vista individual e social.

Na realidade, trata-se de uma afecção muito grave, de mortalidade bastante elevada, de prognóstico particularmente reservado e susceptível de ocasionar 100% de mortes quando não tratada. É verdade, mas com isto não exageremos! Nada de fatalismos onde uma actuação a tempo e horas pode ser coroada do melhor êxito em grande número de casos. Certas formas em determinadas localizações permitem-nos contar com uma curabilidade integral. Não tomemos, pois, o todo pela parte. Retenhamos sobre este ponto que a maioria das modalidades é curável e as demais sê-lo-ão em muito maior escala se o diagnóstico e o tratamento forem instituídos a tempo e horas.

Na verdade, a eficiência da luta contra os tumores malignos resume-se ao consabido binário.

1.º *Diagnóstico precoce*

2.º *Tratamento rápido e conveniente.*

Por pouca sorte, os neoplasmas, quer benignos, quer malignos, costumam ser indolores nos primeiros estádios; daqui a razão principal dos doentes se não aperceberem do mal e daqui, ainda, a circunstância de muitos cancerosos não consultarem imediatamente o médico quando observam em qualquer parte do corpo anomalias e alterações até esse momento não notadas. Por outro lado, no início da sua evolução, as perturbações funcionais por eles ocasionadas também costumam ser discretas e susceptíveis de se confundirem com um mal estar banal. Não há dores, eis o que importa! Isto equivale a dizer que tudo se concita no sentido de o doente não comparecer perante o médico na primeira fase da afecção.

Compreende-se, assim, a campanha intensa por toda a parte levada a cabo no desejo de pôr de sobreaviso, logo no início do mal, os presumíveis pacientes e, até, os próprios médicos, tantas vezes culpados de não procederem a uma observação apropriada.

Exames atentos nos consultórios e consultas externas dos Hospitais, propaganda pela rádio, pela imprensa e folhas volantes, rastreios, de tudo se tem lançado mão com resultados os mais animadores possível.

Para se fazer uma ideia das vantagens que podem auferir-se, procedendo desta maneira, vale a pena dar conta das conclusões de um ensaio realizado numa região da América do Norte, fora de um grande centro, totalizando 30000 habitantes. Postos em marcha todos os requisitos de preceito foi possível no primeiro ano da campanha verificar que em 40% dos doentes o diagnóstico se fez precocemente, considerando-se, portanto, curáveis; em 29,2% havia um desenvolvimento pouco pronunciado, dentro, pois, de regulares possibilidades de cura, e só em 30,8% se tratava de formas avançadas com poucas probabilidades de êxito. No ano anterior as cifras respectivas eram 17,5, 20 e 62,5%, muito piores, portanto. Prosseguindo com iguais medidas nos anos subsequentes é lícito contar com maior redução do número de casos de grau avançado em benefício dos do 1.º estágio.

Não menos elucidativo e lisonjeiro é o resultado obtido no *Ambulatório Preventivo do Cancro* do Instituto de Ginecologia da Universidade do Brasil, da direcção do Prof. Arnaldo de Moraes. A baixa do número de carcinomas do colo do útero correspondentes aos estádios IV e III em favor do II e I, tem sido notória de ano para ano. Em consequência, evidentemente, regista-se uma taxa de curabilidade bastante maior.

A campanha prodiagnóstico precoce tem outro merecimento ainda: possibilita o tratamento de certas lesões tidas por pré-cancerosas, permitindo, assim, eficaz profilaxia do cancro.

II - ASPECTOS MUNDIAIS DA LUTA CONTRA O CANCRO

A cura fácil e efectiva dos tumores malignos só será possível quando se descubra a sua verdadeira causa; ora, a este respeito, infelizmente, não é de presumir uma solução para breve.

Na realidade é confrangedor verificar serem pequenas, senão nulas, as perspectivas que se antevêm, a despeito dos numerosíssimos estudos realizados e das enormíssimas verbas dispendidas com esse fim. Seja-me permitida, a propósito e a título demonstrativo, uma pequena e resumida referência à teoria mais comentada da hora presente, não só entre os médicos, mas, inclusive, entre os leigos.

Falou-se muito, em tempos, numa doutrina parasitária e infecciosa. Quando tudo indicava dever ser posta de parte ei-la que ressurgiu, mas agora sob a forma viral. «Tenho para comigo que se trilha um caminho errado atrás desta hipótese», escrevi eu em tempos e repito agora. Estranho vírus esse capaz de ocasionar a quebra da harmonia celular, dentro da hierarquia dos tecidos e sistemas, em moldes tão distintos dos usualmente vistos nas lesões proliferativas e

degenerativas provocadas por gérmens infinitamente pequenos, sejam eles de que estirpe forem. Os processos virusais, microbianos ou parasitários, podem ocasionar, é facto, formações exuberantes em certa maneira parecidas com as de natureza propriamente tumoral, mas no fundo manifestamente distintas.

Penso - e como eu muitos outros - que é erróneo atribuir a uma só causa a formação dos tumores. Múltiplos factores, de não menos múltiplas variedades, devem ser responsáveis pela sua génese. Com efeito, quer a experimentação, quer a observação clínica, conduzem-nos a admitir várias origens e não apenas uma, como responsáveis pela eclosão dos tumores. Células embrionárias residuais, acção irritativa de microtraumas e das cicatrizes, a influência de produtos químicos selectivos, nomeadamente através da poluição da atmosfera por poeiras, gotículas ou gases, certas hormonas, alguns estados mórbidos tidos por precancerosos, a possível interferência de desvios alimentares, problemáticos agentes infecciosos ou virusais; estes, ou, porventura, quaisquer outros elementos, são capazes de desorganizar a vida das células e a sinergia dos tecidos a ponto de se responsabilizarem pelo aparecimento dos tumores. Residirá nesta etiologia pluritária a maior dificuldade em descobrir a sua essência e, portanto, em extinguir o mal.

Não desanimemos, todavia. Muitos estudos estão sendo realizados por investigadores idóneos e entusiastas. Os progressos da ciência médica têm sido tantos e de tal monta que bem pode acontecer transmutar-se de um dia para o outro em pura realidade o que até agora não tem passado de vã miragem. Mas o empreendimento é na realidade gigantesco!

Não é da finalidade deste meu estudo dar conta dos métodos de tratamento dos tumores malignos. Isso tenho feito em outro lugar e noutros momentos. Mas precisamente porque o assunto anda de boca em boca e muitas vezes é tratado por várias pessoas com pouco respeito, na rua, nos cafés, nos teatros, etc. - um tanto a coberto do velho adágio «de médico e louco...» - peço licença para numa curta referência lhes dizer em que paralelo se situa a questão.

Os métodos químicos e hormonais (tantas vezes anunciados aqui ou além com uma certa incontinência de maneiras), não têm permitido até ao momento senão vagas esperanças. De concreto e definitivo nada, pela palavra nada, se regista.

Julgo, portanto, poder afirmar-se, sem receio de desmentido, que no estado actual da ciência médica o problema do combate ao cancro tem de limitar-se, no tocante à profilaxia, à supressão das causas tidas como predisponentes e no respeitante ao tratamento, pròpriamente dito, à excisão do morbo ou à destruição *in loco* dos tecidos afectados por meio de radiações.

- A luta contra os tumores malignos está hoje, senão codificada, pelo menos sujeita a moldes mais ou menos comuns a todos os países civilizados. O esquema de actividades é superiormente dirigido pela *União Internacional da luta contra o Cancro*, Organização esta criada em Madrid em 1935 e na qual estão filiados todos os Institutos e todas as Ligas existentes no orbe. Substituiu a

antiga *Associação Internacional para o estudo do Cancro*, fundada nos começos do século corrente por Ernst Von Leyden, de Berlim, e Bouchard, de Paris.

Sob os seus auspícios realizam-se ora Congressos, ora Sessões, a que concorrem muitas sumidades de renome mundial e onde são apresentadas e discutidas as inovações de maior relevo de carácter científico e as medidas de melhor alcance no ponto de vista social. O último Congresso teve lugar em Londres em começos de Julho passado.

Em 1955 o Prof. Maisin, da Bélgica, e mais cinco peritos reunidos a seu convite - todos eles grandes autoridades em Cancerologia - resolveram, por unanimidade, solicitar da *Organização Mundial de Saúde* a orientação dos trabalhos da luta anticancerosa nas seguintes bases:

- 1.º) Informações e estatísticas sobre a frequência do cancro;
- 2.º) Normas e definições internacionais a seu respeito;
- 3.º) Investigações cancerológicas;
- 4.º) Formação de especialistas;
- 5.º) Coordenação e ligação de todas as actividades mundiais no domínio oncológico.

- De país para país, como é compreensível, registam-se diferenças na intensidade do labor e na abundância dos meios de actuar, consoante o seu grau de civilização e em especial as suas possibilidades económicas. A América do Norte ocupa, sem favor, o primeiro lugar. Hospitais, Dispensários, Serviços de registo e de rastreio, Asilos para incuráveis, Centros de investigação, Cursos de Cancerologia adentro de algumas Universidades, Revistas médicas, Jornais e Panfletos de propaganda, Escolas de preparação do pessoal médico e de enfermagem, etc., etc., de tudo existe e tudo está ricamente provido de diligentes e activos profissionais e de copioso e moderno material. O Canadá, a Inglaterra, a Suíça, a França, a Suécia, a Alemanha, a Bélgica e vários outros países, apresentam, igualmente, modelares núcleos de combate e excelentes Centros de pesquisas.

Os Governos e a própria iniciativa particular, contribuem anualmente com verbas fabulosas para manter os Organismos criados e permitir a montagem de outros, no firme propósito e na humanitária aspiração de enriquecer os patrimónios nacionais com os meios necessários para enfrentar o maior flagelo noso-social dos nossos tempos.

Os frutos de tamanha actividade estão à vista como pode avaliar-se pelas diferentes estatísticas publicadas por toda a parte e melhores serão com o rodar dos tempos.

O pequeno apontamento acabado de expor basta para a elucidação de quem acima do que se passa lá fora deseja saber o que ocorre cá dentro.

III - POSIÇÃO DE PORTUGAL NA LUTA ANTICANCEROSA

a) *Aspecto assistencial e social* - A ansiedade reinante no nosso país nos começos do século corrente, devida à elevada percentagem de cancerosos e, por outro lado, à necessidade de se acertar o passo com as medidas propagandeadas e começadas a aplicar em outras Nações, predispôs o Governo, em 1906, a nomear uma Comissão para o estudo do assunto. Ao abrigo desta medida mas só depois de esforços sem conta levados a cabo pelos pioneiros do bom combate, entre os quais ocupa um lugar de grande relevo - é justíssimo afirmá-lo - a nobre e viril figura do Prof. Francisco Gentil, a directriz da luta anticancerosa passou a ter, finalmente, personalidade jurídica em 29 de Dezembro de 1923 com a promulgação do Decreto n.º 9333.

Aí se diz no art.º 1.º «é criado em Lisboa o Instituto Português de Oncologia para o estudo do cancro» e aí se definem no art.º 4.º os fins do mencionado Instituto nos termos seguintes:

- a) Organizar a luta contra o cancro em Portugal;
- b) Manter e desenvolver um centro de luta contra o cancro em Lisboa e promover e auxiliar a criação de outros centros regionais;
- c) Praticar o estudo do cancro, promover pesquisas científicas, fazer publicações, organizar uma biblioteca especial;
- d) Divulgar os conhecimentos e preceitos úteis ao público, realizando uma propaganda eficaz contra o «perigo do cancro»;
- e) Melhorar as condições de trabalho e de estudo do seu pessoal científico e técnico, fundar laboratórios de investigação científica e adquirir material necessário ao estudo e tratamento do cancro.

Em 15 de Maio de 1944 a Base X da Lei n.º 1998 tornou mais ampla a latitude do Decreto com determinar: «O Instituto Português de Oncologia terá Delegações e Centros de tratamento no Porto e em Coimbra».

Da maneira como se tem trabalhado no Instituto da capital faz um juízo seguro quem o visite com olhos de ver ou quem preste atenção ao publicado no respectivo *Boletim* e no *Arquivo de Patologia*. Consultas, medidas preventivas, métodos modernos de diagnóstico, assistência clínica cuidada, visitas domiciliárias, investigações, obtenção de isótopos radioactivos, esboço de rastreio, etc., de tudo há que abone e nos inculque legítimas esperanças de melhoria de ano para ano.

Mas, tal como escrevi em 1950, e hoje repito, «por meritórios e altíssimos que sejam os serviços prestados pelo Instituto de Lisboa, é fácil provar que esse Estabelecimento não basta para satisfazer as instantes necessidades da grande maioria dos cancerosos do país. Nem o consente,

primeiro, a taxa de morbilidade geral, em matéria de tumores malignos, olhos postos na lotação do Hospital anexo, que está já completa, senão excedida, nem o permitem as más condições económicas e de outra ordem, da maior parte dos doentes espalhados de norte a sul».

Por outro lado, a contribuição prestada pelos Hospitais gerais e Instituições particulares neste ramo de Assistência, apesar de valiosa e digna de registo, não é bastante. Para um ataque eficaz a este flagelo, que o mesmo é dizer para uma solução conveniente do problema anticanceroso, impõe-se a criação de Centros especializados, onde, a par da observação dos doentes, se possa proceder ao seu tratamento racional. Os Hospitais em questão não têm condições para prover cabalmente às exigências requeridas, além de que as improvisações em matéria de Cancerologia são sempre condenáveis por imperfeitas. O que se faz nestas Casas pode bastar para certas variantes, mas não chega para a generalidade dos casos.

Em obediência às prescrições legais, mas só depois de porfiados esforços junto de quem de direito, parece estarmos em vésperas da entrada em funcionamento do Centro de Coimbra, precioso mas insuficiente auxiliar para a solução desejada na zona central do País. Torna-se necessário construir sem delongas o Hospital anexo ao referido Centro, cujo projecto está já elaborado mas ainda não dotado. E, mais, urge que se não fique por aqui. No aspecto nacional, universitário e social, o Porto tem iguais exigências que devem ser respeitadas e igualmente satisfeitas sem perda de tempo.

Com a criação dos Centros de Coimbra e do Porto e dos Hospitais anexos (sem prejuízo de quaisquer outros na metrópole ou nas províncias ultramarinas) e com facilitar-se a obtenção de subsídios aos doentes necessitados, por parte dos Organismos encarregados de os fornecer, dar-se-á um passo decisivo na luta anticancerosa, quer no ponto de vista assistencial, propriamente dito, quer no respeitante ao ensino da Cancerologia, de cujo ângulo passo a ocupar-me.

b) *Aspecto universitário* - As Universidades não podem ser indiferentes a nenhuma das cambiantes da luta contra o cancro. Realmente, não faltam motivos de alto valor a solicitar o seu concurso e a sua ajuda numa racional e esclarecida maneira de agir de sorte a resultarem proficuas e não estéreis as boas vontades de quantos se empenham com entusiasmo na solução deste inquietante problema.

A complexidade e a vastidão dos assuntos integrados na Oncologia obriga as Universidades a tomarem disposições, especiais para o seu ensino.

A investigação científica, como há instantes disse, ainda se compreende em Estabelecimentos estranhos às Universidades propriamente ditas, mas, como também referi, já o mesmo não direi das questões relacionadas com o ensino e com a formação de profissionais, cuja responsabilidade lhes pertence ou deve pertencer inteiramente.

O ensino da Cancerologia aos ante-graduados e pós-graduados impõe a criação de uma Cadeira ou Curso onde possam ministrar-se aos alunos e aos próprios médicos muitas noções que dificilmente se auferem nas Disciplinas gerais, sem com isto pretender pôr em dúvida a competência e boa-vontade dos respectivos Professores. Semelhante exigência não seria necessária se à formação dos médicos bastassem conhecimentos elementares neste ramo da Medicina. Em boa verdade, porém, os imperativos actuais ultrapassam em muito a medida dos referidos conhecimentos, não apenas para o clínico geral; mas, sobretudo, para o especialista.

São muitos os oncologistas que entendem residir no ensino da Cancerologia a verdadeira base da luta anticancerosa e por mim não hesito em perfilhar este conceito.

A questão vem de longe, pois já em 1926 no *Congresso Internacional do Cancro*, celebrado nos Estados Unidos da América, se insistiu neste ponto.

Em 1929 o Prof. Regaud, da Faculdade de Medicina de Paris, grande autoridade no assunto, advogou a criação do ensino especializado da Cancerologia na respectiva Faculdade.

O Prof. Rondoni, de Milão, defendeu a mesma doutrina, acrescentando que não compreendia «que se concedesse tanta importância a certas enfermidades, como a sífilis e a tuberculose - de tal maneira que existiam Cátedras especiais para o seu estudo - e não se procedesse da mesma forma com o cancro, cujo índice de mortalidade nos países civilizados era superior ao atribuído àquelas doenças».

O Prof. Ducuing, de Toulouse, em 1938, adoptou a mesma tese e com ele o Prof. Forseill da Suécia e tantos outros.

Neste mesmo ano de 1938, no *Congresso Pan Americano*, realizado em Havana, foi emitido um voto pedindo a criação especial de Cursos de Cancerologia nas Faculdades de Medicina.

Eu sei que no Curso Médico o estudo dos tumores faz parte dos programas das Cadeiras de Anatomia Patológica, das Patologias e das Clínicas Médicas e Cirúrgicas e semelhantemente de alguns Cursos especializados, como a Ginecologia, a Urologia, etc.. Mas igual coisa se verifica com a tuberculose pulmonar, a lues e as doenças infecciosas e, não obstante, no elenco das Faculdades existem Cursos para habilitar devidamente os futuros médicos nessas matérias.

O estudo da Oncologia e dum modo particular da Cancerologia, tal como se faz correntemente nas nossas Faculdades e em outras estrangeiras, peca por falta de coordenação no ponto de vista geral e por deficiência do ensino no ponto de vista especial. Certos pormenores de carácter nosográfico, racial, anátomo-patológico e social, não são versados, como igualmente se não aprofunda a técnica e o valor semiológico das biopsias, nem o estudo das lesões precancerosas, da possível hereditariedade em certas variantes, das estatísticas de morbidade e mortalidade e, sobretudo, do protocolo terapêutico, nomeadamente no concernente ao emprego das radiações naturais e artificiais, sem esquecer a discriminação dos processos de tratamento em função da sede e modalidade dos tumores. A formação dos médicos neste particular necessita, repito, de ser

revista, de maneira a poderem colmatar-se certas brechas nada proveitosas no exercício honesto da profissão.

Na prática clínica corrente deparamos com muitas deficiências que não sei, em boa verdade, se devem ser atribuídas à incúria dos médicos se à falta do ensino nas Escolas! A não valorização de pequenos sinais, tantas vezes capital, de que resultam erros de diagnóstico e atrasos de tratamento é uma delas. Outra consiste na indicação errónea de determinado método terapêutico para esta ou aquela espécie de tumor (cirurgia, Raios X, rádio, radioisótopos, hormonoterapia, senão mesmo certos produtos químicos), obrigando por tal facto os doentes a deslocarem-se indevidamente para este ou para aquele Hospital, com manifesta perda de tempo, factor altamente importante na emergência em questão, além de averiguadamente pernicioso no aspecto económico e social.

No ponto de vista teórico os escolares nada perdem, antes lucram, em ouvir a exposição de conceitos referentes à Oncologia por Professores de Disciplinas gerais, mas já o mesmo não pode dizer-se se encararmos as coisas pelo lado prático. Neste capítulo exige-se-lhes uma ordenação adequada de conhecimentos de modo a tornarem-se verdadeiramente úteis aos doentes portadores de neoplasias que mais tarde se confiêm aos seus cuidados.

Incorrendo, embora, no feio pecado da reincidência eu continuo a perguntar: em que medida podemos culpar os médicos ou ilibar as Faculdades que os diplomaram quando se apontam desacertos respeitantes a questões de Oncologia?

Se da esfera da formação geral do prático da Medicina derivarmos para o campo da especialização de conhecimentos em ordem a preparar o pessoal médico e auxiliar que nos Institutos anticancerosos tem de actuar no conjunto dos tumores e respectivas localizações, na delicada e especiosa técnica de tratamento, em particular à base de radiações, nas «équipes» de rastreio e de triagem, e, inclusive, na preparação psicológica para lidar com jeito e humanidade com estes enfermos, por sua natureza apreensivos e depressivos, etc., etc., somos forçados a registar faltas muito mais impressionantes ainda.

As Universidades necessitam de ajustar o ensino às exigências da hora presente, reformando os métodos antigos e a velha orgânica em unísono com os progressos da ciência; assim o impõe a sua finalidade cultural e a isso a impelem prementes solicitações de ordem social. Os Estados que as sustentam e as colectividades, suas directas beneficiárias, criam-lhes deveres que jamais podem ser esquecidos e muito menos iludidos. As Reformas sucessivamente promulgadas e as suas múltiplas manifestações de actividade, documentam exuberantemente a ânsia de perfeição a que aspiram e bem assim os imperativos a que são obrigadas pelo consenso geral.

No caso particular da Medicina bem pode acontecer que determinadas Disciplinas, ainda hoje cursadas, não precisem de ser mantidas por muito tempo, graças às conquistas ultimamente assinaladas no campo da profilaxia e no departamento da terapêutica. Em contrapartida urge

pensar na criação de novas, volto a dizer. Entre elas a Cancerologia merece sem favor um lugar de primacial relevo, dada a circunstância dos tumores malignos constituírem na esfera nosológica, como tenho referido, o maior e mais crucial problema.

Não suponha, quem me ouve, que o ensino da Cancerologia no nosso país representaria um facto inédito adentro dos planos de estudo atribuídos às Universidades em geral. De maneira nenhuma.

Os desejos manifestados por muitos cancerólogos e os votos expressos em vários Congressos promovidos e realizados sob os auspícios da *União Internacional da luta contra o Cancro*, ultrapassaram já os domínios da teoria para entrarem resolutamente no campo da prática. Isolada ou associadamente com o estudo da Radioterapia são já muitos os países em cujas Universidades tal ensino se professa. Sem a preocupação de os enumerar todos cito entre eles a França, a Suécia, a Alemanha, os Estados Unidos, o Chile, a Colômbia, o México, a Argentina, a Rússia, a Finlândia e o Japão.

O programa do Curso ocupa-se da Cancerologia geral e especial. Na primeira estuda-se a natureza da doença, os seus caracteres fundamentais, em função da histogénese e da morfologia, da distribuição geográfica e por sexos, da frequência, do prognóstico, dos achados necrósicos, da importância dos meios de diagnóstico (clínicos e laboratoriais), dos métodos terapêuticos, em qualquer das suas variantes (cirurgia, Raios X, rádio, radioisótopos, hormono e quimioterapia); na segunda, ou seja na Cancerologia especial, estuda-se a patologia, a clínica e o tratamento dos tumores tendo em vista a sua localização e o seu tipo morfológico.

O aspecto social da questão oferece, como é óbvio, um interesse peculiar, não apenas no ponto de vista assistencial, mas, também, com o fim educativo do próprio público, através de palestras, de panfletos, de avisos de toda a ordem, de modo e maneira a facilitar o diagnóstico precoce, base essencial, como todos sabemos, das maiores ou menores possibilidades de cura.

E que mundos de conquistas se adivinham susceptíveis de beneficiar a humanidade e não apenas de a destruir, por detrás das prodigiosas e promitentes descobertas no campo da desintegração atómica! Os isótopos radioactivos hoje conhecidos representam apenas o prelúdio da nova era que antevejo generosa em matéria de benefícios terapêuticos.

Aos cancerologistas interessará, evidentemente, tomar conhecimento de todos os progressos neste sentido. (Ponto é que a Providência ilumine os homens e Júpiter não demente aqueles que presidem ao destino dos povos!).

Como se vê a messe é vasta! Na preparação dos estudantes bastariam noções gerais, mas devidamente coordenadas; na formação dos especialistas exigir-se-ia o máximo. Os Professores encarregados dos Cursos teriam a seu cargo, ainda, orientar e executar trabalhos de investigação clínica e experimental.

*
* * *

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Julgo ter demonstrado a traços largos e fugindo a pormenores que só a uma pequena parte da ilustre Assembleia podiam interessar, como a seu tempo disse, quão importantes e dignos de serem ponderados se afiguram para a humanidade os graves problemas suscitados pelo maior flagelo noso-social da hora presente.

Pois bem, se as Universidades constituem, como efectivamente devem constituir, Centros de investigação e de ensino superior, se a elas se recorre em todas as emergências delicadas, cujo estudo se deseja e cuja solução se procura, se é mister, como escreveu alguém «manter vivo por meio dos seus quadros o espírito de renovação e de progresso da cultura, transmitindo aos alunos os mais modernos conhecimentos», se, em resumo, pretendem servir os altos interesses dos Estados que lhe deram vida e das Nações que as amparam, esperemos, confiadamente, que se não furtem a contribuir na medida das suas forças para a solução deste inquietante e absorvente problema.

No aspecto assistencial peçamos às Universidades que interfiram junto de quem de direito, através dos Organismos competentes, no sentido de pôr em execução o determinado na Base X da lei n.º 1998, promovendo, para já, o apetrechamento condigno do Centro anticanceroso de Coimbra, dotando o projecto do Hospital anexo e instalando o Centro do Porto e porventura outros cuja vantagem se reconheça.

No ponto de vista propriamente cultural e do ensino solicitemos das entidades governativas que encarem a possibilidade da criação de um Curso de Cancerologia junto de cada uma das Universidades do País, se os Conselhos das respectivas Faculdades de Medicina a isso se não opo- serem, como creio.

E não se diga que para o deferimento desta pretensão se levantam obstáculos difíceis de remover.

Por feliz coincidência o Instituto Português de Oncologia e as suas Delegações de Coimbra e do Porto pertencem por lei ao Ministério da Educação Nacional; quer dizer, desde a sua origem foi previsto o alcance educativo do Organismo a quem normativa e formativamente se confiou a orientação da luta anticancerosa. Aliás, os verdadeiros fins do I. P. O., se bem se recordam das disposições legais há instantes dadas a conhecer, visam, sobretudo, aspectos culturais e de divulgação de conhecimentos, isto é, integram-se em objectivos de cunho essencialmente universitário. Dir-se-ia que a parte relativa à assistência figura como um complemento vantajoso, mas não primacial, à finalidade em causa. Em suma, compreendeu-se, implicitamente, a partir do primeiro instante, que devia haver uma ligação estreita, na ordem científica e na administração do ensino, entre as Universidades e o Instituto de Oncologia, cuja Direcção foi desde logo confiada, como é

sabido, a um Professor da Faculdade de Medicina de Lisboa, por felicidade ainda o mesmo que hoje desempenha esse lugar.

Quem conheça, como eu conheço, a vida íntima do Instituto da Capital sabe muitíssimo bem com que entusiasmo e empenho o seu ilustre Director se ocupa das actividades académicas, organizando Cursos de Cancerologia, publicando trabalhos, promovendo conferências pelas maiores autoridades da medicina portuguesa e estrangeira, estimulando a investigação e cuidando com inteligente e fino esmero da formação do pessoal médico e de enfermagem.

Não me parece difícil estabelecer uma relação estreita, senão directa, entre as Faculdades de Medicina, a sede do I. P. O. e as respectivas Delegações do Porto e Coimbra, de maneira a tornar proficuo o ensino da Cancerologia.

- Razões económicas a opor também não vejo onde se encontrem. O aumento de despesa seria praticamente nulo visto não se tornar necessário montar a sede de serviços hospitalares nem criar quadros complexos de pessoal. Os existentes e os que estão projectados seriam suficientes.

Em meu parecer o ensino não devia restringir-se aos pós-graduados, mas sim tornar-se extensivo aos próprios escolares. Se as Faculdades de Medicina, porém, entenderem, por qualquer motivo, ser pouco aconselhável, pelo momento, aplicar aos estudantes tal ensino em regime de Curso obrigatório, torne-se livre a sua frequência. O que possivelmente se perdia, procedendo deste modo, na formação dos alunos, ganhava-se na preparação de médicos especializados, sempre necessária neste sector da Medicina.

*
* *

Vou terminar e quero fazê-lo dizendo:

Equacionei como pude, mas não tão bem como desejava, o magno problema do papel das Universidades na luta anticancerosa. Pelas deficiências observadas espero obter a indulgência que no começo e em certa maneira me permiti impetrar.

Não encontrei, seguramente, uma solução capaz, por muito que a procurasse, por falta minha, talvez, mas, também, por serem muitas as incógnitas adstritas ao referido problema.

Esbocei algumas normas cuja adopção me parece poder prestar uma ajuda substancial à melhoria, entre nós, dos meios de luta contra o mais grave flagelo noso-social de que todos falam e muitos sofrem.

Foi pouco, bem o reconheço, mas feliz me consideraria, no entanto, se a minha débil voz, mercê do eco que os muros desta Sala têm o condão de ampliar e transmitir a distância, conseguisse acrisolar o entusiasmo de todos em redor desta importante questão e avivar o interesse de

quem, no cume da hierarquia política e social, tem como dever olhar pela saúde e pelo bem estar da grei.

Não descreio do espírito de justiça dos poderes públicos. Sou o primeiro a não regatear louvores à intensa e extensa obra de renovação levada a cabo pelos dirigentes da Nação. Como português não quero ser ingrato, mas como médico e Professor não posso deixar de apontar algumas sugestões dignas de serem ponderadas por quem de direito.

Oxalá que aos encómios pelas iniciativas do Governo, em matéria de assistência médica, pelas quais tenho a honra de lhe prestar a minha melhor homenagem nas pessoas de Suas Ex.^{as} o Presidente do Ministério e Ministro da Educação Nacional - ambos universitários ilustres e a quem deste lugar dirijo as minhas respeitadas saudações - oxalá, dizia eu, possamos juntar em breve os merecidos louvores por ver reforçadas e extensivas a outros pontos do País, em colaboração com as Universidades, as medidas de combate aos tumores malignos, em grande parte já levadas a efeito com tanto brilho e eficácia na Capital.

Às Faculdades de Medicina competirá, depois, ajustá-las, nos seus pormenores, às exigências da investigação e do ensino.

(Página deixada propositadamente em branco)

Doutor
Maximino José de Moraes Correia

1962



Garcia d'Orta e os «Colóquios»

Maximino José de Moraes Correia

•

Nasceu em Vila Flor (Bragança) a 14 de Maio de 1893.

Faleceu em Coimbra a 3 de Maio de 1969.

Carreira Académica

Matriculou-se na Faculdade de Medicina no ano de 1911. Licenciado a 1917.

Doutor a 1919. Professor Catedrático desde 1927, jubizou a 1963.

Leccionou: Anatomia Descritiva; Anatomia Topográfica; Psicologia Geral e Psicologia Experimental (na Faculdade de Letras); Pedagogia Infantil (na Escola Normal Superior).

Cargos Exercidos

Tenente Médico Miliciano do 2º Grupo de Companhias de Saúde.

Director da Estância Termal de Vidago. Conservador do Museu da Faculdade de Medicina de Coimbra. Director do Laboratório de Anatomia Normal e do Instituto de Anatomia Patológica. Delegado da Faculdade ao Senado Universitário. Vice-Reitor e Reitor da Universidade de Coimbra. Secretário da Junta de Educação Nacional em Coimbra. Presidente da Associação dos Médicos da Zona Centro e da Comissão Administrativa das Obras da Cidade Universitária. Vogal do Conselho Técnico dos Hospitais da Universidade de Coimbra, da Secção de História Natural da Junta das Missões Geográficas e de Investigação Colonial, e da 4ª Secção da Junta de Educação Nacional.

Co-fundador da revista *Folia Anatomica Universitatis Conimbrigensis*.

Membro da direcção científica da revista *Coimbra Médica*.

Distinções

Grande Oficial da Ordem de Santiago da Espada e da Ordem do Cruzeiro do Sul. Grã-Cruz das Ordens de: Instrução Pública, Infante D. Henrique, Isabel a Católica e Afonso o Sábio. Comendador da Ordem da Coroa. Académico de número da Academia das Ciências de Lisboa. Doutor Honoris Causa pelas Universidades de Salamanca, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Baía. Conselheiro de Honra do Consejo Superior de Investigación de Espanha.



Maximino José de Moraes Correia

Retrato de Henrique Medina, 1955, Reitoria da Universidade de Coimbra. Foto Varela Pécuro, 2001.

*Oração de Sapiência lida na Sala dos Capelos, em
sessão solene da abertura do ano lectivo de 1962-63.*

Por Maximino Correia.

*Ao escrever as palavras que vão ler-se, tive sempre presente a
lembrança do grande botânico e insigne Professor desta Universidade,
Doutor Luís Carriso que morreu na nossa província de Angola a
trabalhar pela Ciência e pela Pátria. À sua veneranda memória as
consagro.*

Subo pela primeira vez a esta Cátedra, ao atingir o limiar do meio século de serviço docente. Que a emoção que me envolve e brota da obstinada recordação de tantas vezes que nesta sala fiz ouvir a minha voz, sirva de atenuante para a indigência da oração.

Dizem os Estatutos Velhos, que esta *fala* será «em louvor das Ciências, e exortação dos ouvintes ao estudo delas».

Não pretendo embrenhar-me em divagações especulativas e estéreis, por isso tentarei circunscrever o meu objectivo, já que o elogio da Ciência constitui tema inesgotável. Seria necessário postular certos princípios e definir a verdadeira ciência nas suas relações com a técnica e discriminar, se possível, uma coisa da outra.

E bastaria o conceito pragmático da utilidade ou benefício da Ciência, para se ter uma perspectiva mal definida nos seus horizontes.

A Ciência desvirtuada dessa finalidade tem já servido e continuará a servir, decerto, para a destruição do Homem que a fez nascer e progredir.

Não é sem a mais funda apreensão que se toma conhecimento da acção teratogena de certas drogas, das mutações genéticas tornadas possíveis e prováveis com a impregnação radioactiva do meio em que vivemos e de certas experiências laboratoriais que apresentadas como meio de defesa têm todo o aspecto de mais uma criminosa arma de extermínio.

A morte do bacteriologista GEOFFREY BACON, assume para nós, o valor de um aviso providencial.

Enfim, se nem todas as modalidades do saber humano se prostituíram naquele sentido, algumas há que seria preferível manterem os seus progressos no segredo dos laboratórios.

Nem nos seduzem os arrojados e técnicas das aventuras extraterelúricas, incertos, vagos, porventura absurdos.

O homem, ser admirável na humildade e desprezível ao pretender ombrear com Deus, é organizado para condições ecológicas determinadas.

Que pela inteligência tenha conseguido vencer as distâncias através das águas, como os peixes, ou através dos ares, como as aves, no fundo a sua constituição orgânica não mudou senão insensível e lentamente, em dezenas de milhares de anos.

Como é possível pensar em alcançar uma ambiência extraterrena onde todas as condições de vida e sobrevivência têm de ser mantidas por máquinas sempre sujeitas, como qualquer obra humana, a acidente?

É possível que o «laudator temporis acti» que eu forçosamente já sou impere nestes conceitos, mas não podemos conceber o benefício para a pobre humanidade, dos milhares de milhões gastos numa face da técnica, cujo reverso, todos nós conhecemos e tememos.

Por isso decididamente, me volto para a História da Ciência e desta, para a Ciência médica portuguesa tão ignorada por nós próprios a quem impende a obrigação de a apregoar aos quatro ventos.

A passagem em 10 de Abril do ano lectivo hoje inaugurado, do 4.^o Centenário da publicação em Goa dos «Colóquios dos Simples e Drogas e coisas Medicinais da Índia», de Garcia d'Orta, e os dolorosos e recentes acontecimentos que enlutaram a Nação por a atingirem na sua integridade territorial, justificam plenamente, pela importância e oportunidade que dediquemos a nossa atenção a esse assunto.

Socorro-me para tal das obras do Conde de Ficalho, de Quim Martins, de Maximiano de Lemos, de Silva Carvalho, Laranjo Colho, Luís de Pina e outras, mas fundamento especialmente o que vou dizer, na leitura atenta dos «Colóquios» e dos eruditíssimos comentários do Conde de Ficalho que soube erguer a Garcia d'Orta, um monumento grandioso e imperecível.

A biografia de Garcia d'Orta escrita pelo Conde de Ficalho, parecia uma obra definitiva.

Cientista e artista da palavra, sábio na Ciência que professava e erudito humanista, soube aproveitar os escassos elementos biográficos, existentes em Barbosa Machado e Inocêncio, acrescentar alguns por ele próprio encontrados em arquivos e extrair da leitura e meditação dos «Colóquios» os elementos com que completou a imagem que nos apresenta de Garcia d'Orta: um sábio todo entregue ao estudo e aos seus doentes, levando aprazível vida de solteirão comodista, no conforto da sua abastança despreocupada, rodeado de amigos e servos dedicados, respeitado e admirado por todos...

E, todavia, quanta amargura não terá enegrecido aquela preciosa vida, com secretos temores de perseguição, foragido na sua própria terra, com uma vida de família atribulada a que teve de drasticamente pôr cobro, por atitude forte, mas dolorosa!

Já a sua vida académica não foi fácil. Descendente de uma família espanhola que deve ter procurado asilo e segurança em Portugal, nascido em Castelo de Vide, foi, quando chegou à idade escolar, enviado para Salamanca e talvez depois para Alcalá. Estudou Medicina e ainda clinicou na sua terra natal. Mas, naturalmente, ambicioso, dirigiu-se para a Capital que nessa altura era a sede da Universidade portuguesa.

Aí se propôs ingressar no Corpo Docente e as suas tentativas, a princípio infrutíferas, com sucessivos revezes em que chegou a não ter um único voto em certa oposição a que se apresentou, acabaram com o seu provimento, interino primeiro e depois com feição de maior estabilidade.

Ao que está averiguado, não foi a cadeira de «Súmulas» que ele regeu, mas a de «Filosofia Moral» e depois a de «Filosofia Natural».

O que é positivo é que apresentando-se numa oposição, pela primeira vez em 1527, logo em 1534 partiu para a Índia.

Apesar dos desaires sofridos na Universidade, há razões para supor que aí disfrutou de boas protecções.

Pedro Nunes, seu companheiro em Salamanca, já professor conceituado, deve ter sido quem, dentro da Universidade, o acompanhou e desbravou o caminho.

Fora da Universidade, mas com um prestígio que se estendia a todos os sectores da vida nacional, Martim Afonso de Sousa, aluno de Pedro Nunes e nome aureolado depois nas gestas do Brasil e da Índia, frequentador do Paço, estendeu a sua protecção a Garcia d'Orta, por tão largo tempo e tão eficientemente que no texto dos «Colóquios» frequentes vezes se faz referência ao amo, sempre com profunda veneração e, finalmente, a obra é-lhe dedicada e consagrada.

Mas porque teria a família Orta, de cepa espanhola, emigrado para Portugal?

A instalação dos pais de Garcia d'Orta em povoação vizinha da raia, faz supor que haveria já relações de amizade ou parentesco com alguns da terra onde foram assentar arraiais.

Sem querer, porém, pisar terreno conjectural, não deixaremos de apontar o facto, mais recentemente averiguado, da origem israelita da família Orta.

E, como desde Fernando e Isabel, os ventos não corriam propícios em Espanha para os cristãos-novos, é nesse facto que deve residir o «primúm movens» do seu êxodo para o nosso País.

Portugal aproveitou-se da entrada dos judeus, fazendo cobrar um imposto na fronteira. Mas ficariam eles tranquilos após essa contribuição? Sol de pouca dura.

Em Maio de 1536, pela bula de Paulo III. «Cum ad nihil magis», foi estabelecida a Inquisição em Portugal.

Como decerto, os rumores do acontecimento já deveriam lavar, tempos antes, nos meios criptojudaios e a existente proibição dos cristãos-novos abandonarem o País, deveriam pôr de sobreaviso a família Orta.

Não admira então que Garcia d'Orta, apesar de definitivamente provido numa cátedra da universidade, tenha deligenciado partir para a Índia.

Não seria pois, nem a ambição de enriquecer, nem a curiosidade científica, nem o espírito de aventura, os únicos factores que o propeliem para a Índia, mas o secreto receio de uma perseguição, de uma devassa ou inquérito em que o seu criptojudaísmo fosse posto em evidência.

A amizade com Martim Afonso de Sousa, lhe valeu com a maior eficácia.

É bem provável que este grande fidalgo, bravo militar e excelente organizador, posto ao corrente das atribulações em que se debatia o espírito do seu infeliz amigo, lhe tivesse, ele próprio, sugerido a partida para a Índia.

E, como Garcia d'Orta nos diz, em 1534, a bordo da armada comandada por Martim Afonso, seu amo e amigo, lá chegou a Goa.

É fora de dúvida que Garcia d'Orta, ainda novo e válido, acompanhou o seu protector em várias expedições e acções militares, no duplo papel de médico pessoal do grande capitão e porventura para prestar socorros clínicos aos marinheiros e soldados.

Mas, organizando a sua vida em Goa, em breve deve ter grangeado fama de excelente médico.

Sabe-se que foi casado com a espanhola Brianda de Solis, da qual teve duas filhas, mas várias razões, entre as quais a ausência total de qualquer referência nos «Colóquios» à sua vida conjugal e outras extraídas dos processos inquisitoriais, levam-nos a concluir que a sua vida de família não foi feliz e que perante a conduta menos digna da esposa se separou inteiramente da família. Sendo Orta expansivo, como se pode notar pelas referências feitas a servos, rendeiros, amigos, colegas, etc., é notável não ter uma única alusão, em todo o texto dos «Colóquios», nem à mulher, nem às filhas.

É certo que também as não faz a outras pessoas de família, a não ser uma fugacíssima e sem significado afectivo, à Mãe.

É bem provável que também as suas relações familiares com as irmãs e cunhado não tenham sido muito cordiais.

As demandas suscitadas pela herança do sábio e de que também há notícia inequívoca, demonstram a índole pouca pacífica e condescendente desses familiares.

Em 1560, Aleixo Dias Falcão e Francisco Marques Botelho, foram mandados para Goa com o fim de instituírem o Tribunal da Inquisição.

Três anos depois publicam-se os «Colóquios», com autorização do primeiro dos inquisidores.

Mas já por essa época em Lisboa e logo em Goa, começavam a pesar acusações de judaísmo sobre a família de Garcia d'Orta, e podemos crer que se elas se não traduziram em factos concretos, isso foi devido ao prestígio do sábio.

Depois de longa doença, em 1568, Garcia d'Orta extinguiu-se e poucos meses depois, sua irmã, Catarina d'Orta era queimada pela Inquisição.

Foi mais tarde organizado o processo de Garcia d'Orta e em 4 de Dezembro de 1580 era profanada a sepultura do sábio e exumados os ossos veneráveis que conduzidos processionalmente, foram queimados e as cinzas espalhadas ao vento...

A mesma sorte tiveram os exemplares dos «Colóquios» que se encontravam na Índia e talvez muitos dos que se encontravam no Reino.

Vê-se que os elementos biográficos referentes à vida privada da Garcia d'Orta dados pelo Conde de Ficalho, com optimismo aliás explicável, estão longe da triste realidade, mas no que se refere às qualidades que lhe atribui de trabalho, inteligência, de erudição e de observador perspicaz e escrupuloso, parece não haver dúvida alguma.

Os «Colóquios», são realmente a prova evidente dos dotes intelectuais e da vastíssima cultura, bem como fonte inequívoca do conhecimento psicológico do Autor. Começemos por notar que as citações dos autores clássicos e contemporâneos, demonstram a existência na sua biblioteca de 52 obras, entre elas, as de Hipócrates, Galeno, Avicena, Averrois, Celso, Aristóteles, Dioscórides, Plínio, dos clássicos, e Laguna, Lebrija, Santo Agostinho, Vesálio e outros, dos coevos.

Não deixa mesmo de ser de admirar que se cite a «Chorographia» de Gaspar Barreiros, obra editada no Reino em 1561, isto é, dois escassos anos antes da publicação dos «Colóquios». Adiante, voltaremos ao assunto.

Foi a sua extraordinária cultura, o amor à Ciência e - quem sabe? - a necessidade de evasão de preocupações sempre presentes que o levaram a trabalhar activamente na observação da natureza, especialmente no estudo das plantas e medicamentos usados na Índia, para de espírito aberto e esclarecido, tirar proveito para a Ciência e para a saúde do seu semelhante.

Sendo chamado para tratar alguns potentados indianos, dos que mantinham boas relações com os portugueses, a breve trecho se creditou como pessoa de absoluta confiança, não só no domínio científico, mas moral.

O Rei de Belgate quis tomá-lo a seu serviço oferecendo-lhe uma espécie de avença por 40000 pardãos; mas Orta não aceitou.

E é só de louvar a recusa do sábio, pois a aceitação da oferta seria mal interpretada do lado português e da lado indú.

Isto não significa, no entanto, que Garcia d'Orta fosse desinteressado pelos bens materiais. Várias passagens dos «Colóquios» atestam o seu amor ao dinheiro.

Conseguiu assim, pelo seu trabalho, bens de fortuna de que temos notícia.

A casa com um jardim ou parque que habitava em Goa e cuja localização foi determinada com precisão, era propriedade sua, o que explica o interesse que o naturalista tinha no cultivo de várias espécies que ele próprio plantara ou semeara. Possuía, talvez como foreiro, uma quinta em Bombaim, cujo rendeiro o visitava várias vezes com produtos agrícolas, em embarcação que lhe pertencia. Negociava em pedras preciosas e até, quando tantos anos antes, viera para a Índia, trouxe consigo cinco quintais de pau santo que logo em Goa vendeu por mil cruzados...

*

Frequentes vezes invocava o nome de Deus e parecia dominá-lo a preocupação de se fazer passar por um bom cristão.

Não hesitava em atribuir a cura dos seus doentes à Providência divina e chamava ao judaísmo, *falsa religião*.

Fazendo referência à lenda da burra de Balaan, logo se penitencia, não querendo sair da «correção da Santa Madre Igreja», e falando da visita do Bispo D. Ambrósio, diz que «veio a esta terra comovido com o zelo da nossa fé». No entanto o seu amor à verdade e independência de espírito força-o às vezes a afirmações que logo, atenua ou corrige, sempre no receio de que a sua crença seja posta em dúvida.

A propósito do incenso alude aos Magos que adoraram Jesus e que segundo um bispo arménio, não eram reis, mas grandes letrados e que o astro que os guiou não era estrela, mas cometa. No entanto logo acrescenta: «dizei-me o que vos nisto pareça porque eu não tenho nenhuma coisa destas por boa até que o digam os que regem a Santa Madre Igreja de Roma».

Chega a manifestar certa intolerância pelos que não professam a fé católica, afirmando que o aborrecem as obras de Leonardo Fuchsio por ser luterano e ter a alma de herege.

Com precaução quase risível contesta a opinião de Santo Agostinho de que a carne de pavão se não corrompe, concedendo que talvez na Europa isso aconteça, mas que ele viu, de certeza, acontecer o contrário, lá na Índia.

A alusão mais importante a motivos religiosos, é a do Colóquio 35 que se refere a S. Francisco Xavier, sem a qual, diz o Conde de Ficalho, os «Colóquios» seriam incompletos; aqui se transcreve: «e foi depois acrescentada esta cristandade por Mestre Francisco, teólogo, que foi princípio desta Santa Companhia, juntamente com o Padre Inácio, cujas virtude e santidades se se houvessem de escrever, se faria um grande livro. E agora esta cristandade é acompanhada e favorecida pelos padres e irmãos da Companhia de Jesus e está decorada por martírio de alguns religiosos desta Santa Companhia».

O respeito que ostensivamente demonstra pela religião cristã e católica, não o força a concordar com factos cientificamente insustáveis, como se viu acerca das afirmações de Santo Agostinho.

É que Orta tinha verdadeiro espírito científico e só emitia opiniões que pudesse demonstrar, fundadas na observação e na experiência.

Por isso, tendo manifestando todo o respeito pelos autores clássicos, várias vezes se permite emendá-los, logo que as circunstâncias o imponham.

E, quando Ruano lhe faz certa objecção, ele observa-lhe com vivacidade: «Não vos deixarei com esse erro ir avante, porque se quereis saber minha intenção é necessário deitar de vós as afeições que tendes a esses escritores novos e folgueis de ouvir minhas verdades ditas sem cores retóricas, porque a verdade se pinta nua».

E são do colóquio do benjuim estas palavras transcritas já por muitos autores «Não me ponhais medo com Dioscórides nem Galeno porque não hei-de dizer senão a verdade e o que sei».

Aqui se contém simultâneamente a mais inquebrantável independência de espírito e a mais integral submissão à verdade, duas faces, da mesma superior estatura científica de Garcia d'Orta.

Os seus dotes de observador não abragem apenas os factos concretos, antes se estendem às manifestações psicológicas dos doentes, dos outros médicos, das pessoas em geral.

Sob este ponto de vista podemos considerar Orta um precursor da psicoterapia, por exemplo quando diz que as pessoas que bebem pelos cocos se sentem bem porque «isso o faz talvez a imaginação»; que os portugueses são crédulos, gente boa para enganar pelos próprios gentios.

Por motivo da doença de Martim Afonso de Sousa, o Sultão de Bhadur, que nos era afeiçoado, fez a reflexão a Orta de que os médicos indianos usavam certo preparado naquela emergência; Orta responde-lhe com ironia, não isenta de sabedoria clínica, que «o sapateiro não calçava a todos com uns sapatos», o que nós dizemos actualmente que não há doenças, mas doentes.

A independência de espírito de que dava sempre mostras, não seria de molde a gran-gear-lhe simpatias, mas as qualidades que possuía, a sua reconhecida competência científica, o trato de permanente bonomia e especialmente o seu amor à verdade, impunham-no à consi-deração de todos.

A. Ruano, que lhe fazia uma das costumadas observações, Orta respondia: «e vós vireis com vossas contradições como costumais; mas eu hei-de ficar de pé porque a verdade tem pés e anda e nunca morre».

*

São ainda os «Colóquios» que nos afirmam, em inúmeras passagens, o amor da Pátria do seu Autor.

Apesar da ascendência espanhola, dos anos que estudou em Salamanca e Alcalá, da impregnação linguística sofrida que se traduz na obra por tantos e tão desagradáveis espanholismos com que macula o nosso idioma e que vai da utilização pura e simples de palavras espanholas em lugar das nossas, até à troca dos géneros e às construções sintáxicas nitidamente alheias, apesar de tudo isso e de jamais escrever qualquer frase por onde possa deduzir-se que deseja voltar a Portugal, Orta afirma-se português e exalta, quanto pode, os seus compatriotas e o seu País.

Vários episódios bélicos em que se envolveu Martim Afonso de Sousa, são sempre relatados com alto apreço pelo seu amigo e protector e no Colóquio da Canela, lá nos dá notícia, como «testemunha de vista», de como os quinze mil homens do Rei de Calecut foram desbaratados em Beadala, pelos trezentos homens de Martim Afonso.

É neste colóquio, tão interessante sob o ponto de vista botânico e por tantos outros dados científicos que de passagem vai abordando, que Orta, para satisfazer a insaciável curiosidade do seu interlocutor, diz num assomo de orgulho: «A tudo vos responderei. Digo que se sabe mais em um dia agora, pelos portugueses, do que se sabia em cem anos pelos romanos».

Relata então que a planta da canela não a conheceram nem os gregos, nem os árabes e descrevendo a sua distribuição geográfica faz a declaração de que a redondeza da terra nunca foi tão sabida como ao presente pelos portugueses.

E referindo-se à existência do cravo nas Molucas, Orta diz a Ruano: «estas são as ilhas da contenda entre el-Rei de Portugal e o de Castela, sobre que tanto se pleiteou e vós como afeiçoado a vosso Rei, pesar-vos-á da justiça e da posse que temos justa»; Ruano, displicentemente, responde-lhe: «tenho tantos moinhos lá como cá», e Orta continua: «Haveis de saber que Moluca está dentro na conquista de el-Rei de Portugal, e mais de duzentas léguas avante, como se tem achado pelos eclipses; se não entrou o demónio em um Português, e porque el-Rei não lhe fez uma mercê injusta que lhe pedia, se foi lançar em Castela». A alusão ao tratado de Tordesilhas e

a Fernão de Magalhães é perfeitamente evidente, mas em tudo se reflecte o acrisolado amor da Pátria.

Conhecendo muito bem os feitos e viagens com que os portugueses contribuíram para o conhecimento do mundo, Orta faz uma referência no Colóquio da Canela que convém pôr em relevo.

«Digo que ambas as Etiópias são dos Portugueses muito sabidas; porque a costa da Guiné ... é sabida pelos nossos, não tão somente na fralda do mar, mas dentro no sertão; e, como já vos disse, da ilha de S. Tomé até Sofala e Moçambique veio um clérigo por terra e daí veio a esta cidade de Goa, e eu o conheci muito bem».

Esta afirmação de Garcia d'Orta, que não é legítimo pôr em dúvida, tem uma importância grande. Ela nos prova que a primeira travessia da África é de um português, efectuada séculos antes das vulgarmente apontadas.

Ignora-se quem fosse esse clérigo; o erudito comentador dos «Colóquios» também não pôde elucidar-nos, mas recentemente, o Doutor Armando Cortesão, na lição de abertura do XXXVIII Curso de Férias da Faculdade de Letras, trouxe um valioso argumento em favor da realização daquela viagem; a publicação de documentos cartográficos coincidentes com a época, em que a representação de certos pormenores do interior da África, como a orientação dos lagos, por exemplo, é corrigida relativamente à representação ptolomaica.

Por este e outros factos bem averiguados, se prova que o nosso estabelecimento na África, como afirmou o Doutor Cortesão, não era apenas periférico mas se estendia ao interior, como também, já Orta no século XVI o escreveu: «não tão somente na fralda do mar, mas dentro no sertão».

*

Durante a larga permanência na Índia, Garcia d'Orta estudou, observou, inquiriu, relacionou-se com os que podiam satisfazer a sua curiosidade científica e com aqueles que recorriam à sua competência clínica.

O fruto dos seus estudos e observações é oferecido ao mundo 29 anos após a sua chegada à Índia, nessa memorável obra a que vimos aludindo, os «Colóquios» dos Simples e Drogas e Coisas Medicinais da Índia, como se disse, acabada de publicar em 10 de Abril de 1563.

Após a licença do Conde Vice-Rei, D. Francisco Coutinho, vêm duas poesias.

A primeira, um soneto assinado pelo Autor, cuja origem, com certa razão, Teófilo Braga impugnou e depois uma ode dirigida ao Conde de Redondo, a impetrar a protecção para a publicação dos «Colóquios» e assinada por Luís de Camões.

A ode, cintilante nas suas alusões e trocadilhos, cheia de frescura e traduzindo já a extraordinária cultura humanística de Camões, é uma bela poesia que tem tido a infelicidade de ser apresentada de formas bastantes diferentes e algumas absurdas; mas com todas essas malfazejas versões, não perdeu a beleza da forma e da intenção que a ditou:

.....
Favorecei a antiga
Ciência que Aquiles estimou
Olhai que vos obriga
Verdes que em vosso tempo se mostrou
O fruto daquela Orta em que florecem
Plantas novas que os doutos não conhecem.
Olhai que em vossos anos
Produz uma Orta insigne várias ervas
Nos Campos Lusitanos
.....
Asim que não podeis
Negar (como vos pede) benigna aura,
Que se muito valeis
Na polvorosa guerra índica e maura,
Ajudai quem ajuda contra a morte
E sereis semelhante ao Grego forte.

Há ainda os exórdios laudatórios de Dimas Bosque, médico espanhol que foi para a Índia com D. Constantino de Bragança, uma carta daquele para Tomás Rodrigues da Veiga, seu mestre, lente de Prima da Faculdade de Medicina de Coimbra, e ainda o epigrama em latim de Tomé Caiado, cidadão de Goa que gozava da fama de ser bom latinista.

Abre então o texto da obra que, na sua forma dialogada, constitui realmente uma prosa viva cheia de interesse.

O interlocutor de Garcia d'Orta é o espanhol Ruano que, segundo Ficalho e outros, é um personagem imaginário, ou melhor, representa o Garcia d'Orta à sua chegada à Índia, pletórico de ciência livresca, mas mal documentado de factos e de observações.

O outro é o Orta do presente, isto é, o homem idoso, experiente, que se permite discordar em muitos pontos da ciência clássica, expondo os seus pontos de vista com segurança e autoridade.

Infelizmente a impressão foi defeituosa, pois é sabido que o impressor, João de Endem, estava ausente e a composição teve de ser confiada a um aprendiz pouco versado na arte.

Mas a leitura difícil, dos «Colóquios» não é só resultante dos erros de composição, mas da forma de escrever por vezes pouco clara, do Autor, e da imensidade de espanholismos com que o nosso idioma se encontra desfigurado.

Não há dúvida que há razões para supor que Garcia d'Orta sabia mal o português. Como era filho de espanhóis e como também a frequência das Universidades espanholas devia influir, nada custa a acreditar que a sua língua materna fosse o espanhol e o português o aprendesse depois, por necessidade. Mas estes senões não afectam o valor científico dos «Colóquios» em desconto do pecadilho dos espanholismos. Basta recordar que muitas das nossas mais lídimas glórias literárias, como Gil Vicente e Camões, várias vezes utilizam o idioma castelhano nas suas obras.

*

Por 1564, deviam ter chegado a Portugal alguns exemplares dos «Colóquios».

Neste mesmo ano, Charles l'Écluse, viajando pela península e pernoitando numa estalagem, no nosso país, viu, pela primeira vez o precioso livro.

Este homem era um francês douto que estudou Direito em Gand e em Lovaina, indo depois para Montpellier onde se alojou em casa de um amigo da família Guilherme Rondelet, médico e distinto botânico, tendo ali permanecido três anos. E então aconteceu o mesmo que séculos depois iria acontecer ao nosso insigne Doutor Júlio Henriques, abandonou o Direito para se consagrar, com fervor, às ciências naturais e, em especial, à Botânica.

Charles l'Écluse, que introduziu na Holanda a cultura da tulipa, compreendeu o alto alcance científico dos «Colóquios» e dispôs-se a traduzi-los, aliás resumindo-os, para latim, linguagem muito mais acessível aos cientistas do que o difícil e hermético português.

Levou pouco tempo este trabalho, pois em 1567, a famosa imprensa de Cristóvão Platin, de Antuérpia, deu à luz da publicidade a preciosa obra.

Depois multiplicaram-se as edições: em Antuérpia, Leyde, Veneza, Siena, Sevilha, Madrid, Paris... excedendo a dúzia.

Cristóvão d'Acosta, português de vida mal conhecida, traduziu para espanhol directamente do português os «Colóquios», mas abonando-se da sua estadia na Índia, permitiu-se introduzir alguns acréscimos e modificações.

Apesar disso, essa obra editada em Burgos em 1578, teve o grande mérito de difundir os «Colóquios» por toda a América latina, onde já existiam centros culturais importantes.

Mas a grande honra de tornar conhecida a imortal obra de Garcia d'Orta, cabe por inteiro a Charles l'Écluse que é assim credor da nossa gratidão de portugueses.

Sucintamente apontámos certas feições psicológicas de Garcia d'Orta que se inferem da leitura dos «Colóquios». O seu amor ao dinheiro, o amor da Pátria, embora não se encontre a mínima alusão a um retorno a Portugal, a sua feição religiosa, ostensivamente manifestada, denotando qualquer preocupação muito funda, o amor à verdade, o espírito científico alicerçado na observação e na experiência, a sua independência de espírito, tudo se pode realmente deduzir com base nas afirmações feitas.

Mas a estrutura dos «Colóquios», com o seu interlocutor Ruano, não deixa de suscitar dúvidas e comentários que, aliás, não explanaremos.

Basta que acentuemos que se Ruano é um personagem fictício, o mesmo não podemos dizer de Dimas Bosque, de Antónia, a sua dedicada serva, o lapidário milanês, André, o rezeiro de Bombaim, Simão Toscano, e até o médico indiano do seu pessoal, chamado Malupa, que todos eles têm falas registadas nos «Colóquios». A este propósito convém acentuar que a citação da «Chorographia» de Gaspar Barreiros, no penúltimo Colóquio, a propósito do topónimo Badajoz, é de Dimas Bosque e não de Orta. E não nos parece que seja legítimo identificar os três personagens, Orta-Ruano-Dimas Bosque.

Por isso e por outras razões, por vezes vacilamos, hesitamos na identificação Orta-Ruano.

Porém, o que importa verdadeiramente é reconhecer o alto valor científico dos «Colóquios».

Pode dizer-se que Garcia d'Orta não teve precursores.

Embora os escritos de Tomé Pires, farmacêutico de Leiria que se encontrava na Índia, já em 1512, sejam anteriores, muitos anos aos «Colóquios», certo é que Orta não teve deles conhecimento, nem a carta escrita em Cochim a D. Manuel em 1516, mas só publicada em 1883, nem a «Suma Oriental», publicada pelo Doutor Armando Cortesão em Londres, em 1944.

Aliás, a índole científica e o nível de erudição dos escritos de Tomé Pires ficam a perder de vista quando cotejados com os «Colóquios», o que não quer dizer que aqueles sejam destituídos de valor.

Mas a educação científica de Garcia d'Orta, o seu conhecimento das línguas clássicas e decerto do árabe, bem como as qualidades pessoais de fino observador, tudo concorreu para tornar os «Colóquios» obra imorredoura que honra Portugal. São muitas as espécies da flora indiana descritas pela primeira vez; vários os erros de descrição anteriores dos clássicos, corrigidos em Plínio, Dioscórides e Avicena.

E não apenas erros de descrição, mas de interpretação demonstrados e arredados e inúmeras credências criticadas e evitadas.

Na clínica afirma-se um observador sagaz e metuculoso, sabendo interpretar os factos com rara intuição.

Não há dúvida que é Garcia d'Orta o primeiro médico que nos dá uma descrição pormenorizada da cólera-morbo. Mas quem leia e medite os «Colóquios» tem de admitir que o seu autor conheceu, diagnosticou e tratou algumas avitaminoses, como o béri-béri e o escorbuto, só muito mais tarde reconhecidas como verdadeiras entidades nosológicas.

No colóquio 58 lá se propõem os marmelos de Bengala, crus ou cozidos introduzidos no organismo por várias vias, aos portadores de doença que bem podem identificar-se ao escorbuto.

Certo é que a excelente perspicácia do clínico se manifesta em muitas páginas da obra. O valor da psicoterapia, a insistência com que prescreve aos doentes leite azedo com arroz cozido, que lhe dá uma antecipação de séculos sobre as doutrinas de Metchnikoff, e a prescrição habitual do yogurth para modificação da flora intestinal são outros tantos exemplos dessa genial presciência dos factos, mais tarde cientificamente demonstrados.

Essa intuição não é exclusiva da sua qualidade de médico, mas da sua larga visão de naturalista.

Quando no colóquio da Canela escreve que «as enxertias fazem diversidade nas frutas e porque o transplantar de uma terra para outra faz também diversidade», Ficalho observa que com pequeno esforço de imaginação podemos contar Orta como um dos precursores de Darwin; mas nós cremos que não é necessária imaginação para naquelas palavras ver claramente expressa a ideia do transformismo.

Sobre tudo isto, princípios de seriedade e honestidade incocussa que o impunham ao respeito e consideração de todos.

Por isso, quando Malupa, o médico indiano que tratava os serviçais de Orta, era interrogado por este acerca das propriedades de certa substância, respondia: «O Dr. Orta, as sabe melhor que nós todos, porque nós sabemos as dos gentios somente, e ele sabe as dos cristãos, mouros e gentios, melhor que nós todos. E beijo as mãos de Vossa Mercê.»

Sem Deontologia codificada, praticava-a na mais pura das suas formas, na lealdade com que procedia, apenas pensando em fazer bem. É ele próprio que refere que sempre transmitiu a outros físicos e boticários o resultado da sua observação e experiência, comentando, no entanto: «isto bem sei que não é bom para mim porque dizem depois que eles acharam essas coisas e levam a glória dos meus trabalhos e eu não o digo senão para aproveitar a todos. E Deus é testemunha disto».

A repercussão dos «Colóquios» no mundo científico foi, na verdade, universal e não nos eximimos ao prazer de fazer ecoar dentro desta sala veneranda as palavras que o sábio holandês, Prof. Stokvis, proferiu no Congresso Internacional dos médicos coloniais, reunido em

Amsterdam, em 1883: «Saudemos com reconhecimento a Espanha e Portugal como colonizadores mais antigos e rendamos homenagem sobretudo a esse nobre português, Garcia d’Orta, médico do Vice-Rei da Índia, que em livro afamado com razão, fez conhecer primeiro que ninguém, no meado do Século XVI, em 1563, um grande número de plantas medicinais das Índias Orientais, desconhecidas até então na Europa».

E ainda agora, ao traçar estas linhas, nos chega de longe o relato da intenção de celebrar noutros países o 4.º Centenário da publicação dos «Colóquios».

Propõe-se a «Sociedade de História da Medicina, Matemática e Ciências da Natureza» de Utrecht, publicar uma edição facsimilada da obra de Charles l’Écluse e oxalá que a ideia vingue, por forma a completar-se a homenagem que se deve a Garcia d’Orta.

A verdade é que as comemorações públicas, habituais, embora justas, tem um valor efémero. Aliás, até há poucos anos, o seu nome era apenas lembrado numa obscura rua da Capital e só o fresco de Veloso Salgado, na antiga Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa e mais tarde o fresco e baixo relevo da Faculdade de Medicina de Coimbra, assinalavam, por uma imagem, mais ou menos conjectural, a figura do naturalista.

Foi em 1958 que, durante os Sextos Congressos Internacionais de Medicina Tropical e de Paludismo, em frente ao magnífico edifício do Instituto de Medicina Tropical, se inaugurou um monumento a Garcia d’Orta que, sem ser grandioso, tem, no entanto a indispensável dignidade.

E recorda-se com aprazimento que o ilustre Director daquele Estabelecimento, o Prof. Fraga de Azevedo, filho espiritual desta Casa, desejou que essa inauguração fosse feita pelo Reitor da Universidade de Coimbra, onde, embora em Lisboa, Garcia d’Orta ensinou algum tempo.

Parece-nos, no entanto, que outras homenagens se devem ao insigne naturalista. São do domínio público as comemorações do IV Centenário da publicação dos «Colóquios» projectadas pelas Universidades de Coimbra e Porto e pela Academia das Ciências, esta em prioridade.

Oxalá sejam levadas a bom termo, como o prestígio nacional o impõe.

Pensamos que urge fazer uma edição facsimilada dos «Colóquios», dada a extrema raridade da obra, mas parece-nos que seria útil também que se fizesse outra edição em que o texto fosse expurgado dos espanholismos e obscuridades que o maculam.

A louvável iniciativa da Sociedade das Ciências Médicas, oficializada pela portaria de 27 de Maio de 1811, instituindo uma Comissão presidida pelo Visconde de Almeida Garrett, necessita ser retomada, em complemento com a edição facsimilada dos «Colóquios».

Temos a certeza de que a Espanha, solicitada a colaborar, com a reedição do livro de Cristóvão d’Acosta, traria de boa vontade seu generoso contributo para reerguer todas as peças da difusão pelo mundo da imortal obra de Garcia d’Orta.

Se para o mundo culto esta obra é uma verdadeira balisa luminosa que o espírito lusitano acendeu no oriente, se ela representou uma novidade palpitante nos meios científicos, com as

noções novas colhidas pelo sábio português no meio exótico para o qual indicámos o caminho, se na verdade os «Colóquios», os «Roteiros» de D. João de Castro e o Tratado da Esfera de Pedro Nunes, constituem o rutilante tríptico que enobrece o prestígio científico de Portugal, para nós, portugueses, os «Colóquios» representam ainda mais do que tudo isso, porque eles se projectaram sob forma literária e artística na epopeia nacional.

É sabido que cada estudioso que leia atentamente «Os Lusíadas», encontra matéria de meditação pela opulência do saber de Luís de Camões.

Todo o especialista em qualquer ciência, encontrará passagens, alusões, referências, descrições mais ou menos extensas, mas sempre exactas, relativas à ciência que cultiva. A Astronomia, a Medicina, a Botânica, a Zoologia, a Marinharia, a Geografia, a História, sem contar o saber humanístico que se exhibe no poema, tudo está representado, como o provam os estudos especiais publicados.

Não é demais, pois, reafirmar que Camões foi um desses portentosos homens da Renascença que dominou toda a ciência do seu tempo e, o que é mais, a exprimiu com a facilidade e fidelidade própria do seu altíssimo espírito.

O surto científico que em Portugal seguiu a expansão ultramarina, à medida que os portugueses entravam em contacto com novas terras, novas coisas e novas gentes, o saber crescente pelas aquisições e pelo incentivo por elas criado, culminou em obras que elevaram a ciência nacional a alturas em que não tínhamos coisa alguma a invejar a estranhos.

Desde as cartas de Pero Vaz de Caminha sobre o achamento do Brasil e de Tomé Pires, sobre as plantas da Índia, até à publicação de «Os Lusíadas» em 1572, o génio lusitano iluminou o mundo, e a obra de Garcia d'Orta constitui padrão indestrutível.

Camões, embora distante na idade, compreendendo o valor da obra do naturalista, não hesita em apadrinhá-la perante o Vice-Rei e é da maneira mais simpática e convincente que o faz.

A ode, estampada no começo da obra, sendo a primeira poesia impressa de Camões, confere já aos «Colóquios» uma importância especial e para nós portugueses de hoje, com a alma a sangrar pelos dolorosos acontecimentos de Dezembro passado, assume um significado estimulante que essa poesia tenha sido impressa na Índia portuguesa.

Mas se os «Colóquios» têm alguma coisa de Camões, «Os Lusíadas» têm muito mais de Garcia d'Orta.

Na verdade, na flora de «Os Lusíadas do Conde de Ficalho», examinam-se detidamente as referências sempre pertinentes, lúcidas e perfeitas que Camões fez, no seu poema, às diversas espécies vegetais.

Seria longo e fatigante repetirmos essas referências; mas não deixaremos de sublinhar que as espécies tratadas nos «Colóquios» figuram também nos «Lusíadas», especialmente no Canto X, que é dos mais belos do Poema.

Evidentemente que o poeta não se demora em descrições descabidas, que fariam perder o equilíbrio das estrofes, nem em citações inoportunas, que seriam, pelo menos, deslocadas.

Mas os qualificativos que acompanham as citações, são perfeitamente ajustados às propriedades conhecidas, à sua situação e distribuição geográfica, tão exactamente que tudo resulta em equilíbrio, verdade e beleza.

E embora o saber de Camões se estenda e abarque muitas outras espécies, para além das descritas nos «Colóquios», não há dúvida que as da flora indiana as conheceu através do sábio Garcia d'Orta.

Onde se conheceram e como?

São pouco prováveis as hipóteses de Juromenha e de Ficalho de que Camões e Garcia d'Orta se tenham conhecido em Lisboa ou em Coimbra. Nesta última nem teria sido possível, pois se Orta foi Professor da Universidade, esta se encontrava, ao tempo, na capital e quando, em 1537, D. João III a transferiu definitivamente para Coimbra, já Garcia d'Orta se encontrava na Índia.

Na verdade, não há qualquer facto que abone alguma das conjecturas.

Silva Carvalho, na sua monografia, ao descrever o Hospital de El-Rei, em Goa, refere-se à sumptuosidade de tal instituição, onde os visitantes podiam comer gratuitamente da excelente comida dos doentes, que era apresentada em magníficos serviços de porcelana da China.

Aí se alojavam alguns desprotegidos da sorte e aí poderia o médico Orta encontrar Luís de Camões...

Fosse como fosse, o convívio com o autor dos «Colóquios» deve ter-se verificado nos cinco anos que medeiam entre 1553, data da chegada de Camões à Índia, e 1558, ano em que foi despachado para Macau. Mas isso é tempo mais que suficiente, para, em conversas com o velho naturalista, aprender os conhecimentos com que esmaltou o poema.

A canela é a «cortiça cálida e cheirosa», o incenso é «cheiroso para as aras», a pimenta é «ardente», o aloés «amargo», a cânfora é produzida por «lágrimas de licor coalhado e enxuto», o sândalo é «salutífero e cheiroso». O «cheiroso licor que o tronco chora» é o benjuim, o coco que «contra o veneno urgente, é tido como antídoto excelente». E aqui cumpre lembrar que esta propriedade atribuída ao coco, é *tido*, diz Camões, também é apresentada sob forma dubitativa por Garcia d'Orta, atribuindo-a à imaginação, como se fez notar.

A referência ao pau brasil, empregado na tinturaria, que consta da estância 140, é bem interessante, pois nela se anuncia a descoberta do Brasil:

Mas cá onde mais se alarga, ali tereis
Parte também co o pau vermelho nota;
De «Santa Cruz» o nome lhe poreis:
Descobri-la-á a primeira vossa frota.

Garcia d'Orta chama pau brasil ao pau vermelho, e João de Barros lá nos conta, como «o diabo trabalhou porque este nome ficasse na boca do povo e que se perdesse o de santa Cruz».

*

Os «Colóquios» correram o mundo e chamaram a atenção dos sábios sobre o nosso País. Mas mais do que isso eles vivem e perduram nos «Lusíadas» que são, assim, simultaneamente, repositório das glórias do braço e dos fulgores do espírito lusitano.

A obra civilizadora em que os nossos maiores se lançaram, mais providos de ânimo do que de meios materiais, continuá-la-emos, a despeito dos ventos adversos.

Fomos violentamente despojados de esses palmos de terra, tão regados e fecundados pelo sangue português, terra que pelo seu significado para o mundo, «devia ser ponto de honra», «deixá-la à guarda deste pequeno País».

Mas a chama que acendemos e ateámos no Oriente, essa jamais se extinguirá porque despede os seus clarões através de «Os Lusíadas», que são a verdadeira alma de Portugal.

(Página deixada propositadamente em branco)

Doutor
António Meliço Silvestre

1966



O ensino médico português
(Problema pedagógico)

António Meliço Silvestre

•

Nasceu em Freixedas (Pinhel) a 30 de Janeiro de 1900.

Faleceu em Coimbra a 20 de Julho de 1973.

Carreira Académica

Matriculou-se na Faculdade de Ciências em 1918, e na de Medicina em 1923.

Licenciado em Ciências Matemáticas em 1922 e em Medicina em 1930.

Doutor em Medicina em 1932. Professor Catedrático desde 1942, jubilou em 1970.

Leccionou: Bacteriologia e Higiene; Higiene Escolar (Faculdade de Letras);

Higiene Hidrológica e Climatérica; Higiene.

Cargos Exercidos

Membro do Conselho Médico-Legal de Coimbra. Chefe de Serviço do Quadro Geral

da Faculdade de Medicina. Inspector Sanitário e Bromatológico dos Hospitais

da Universidade de Coimbra. Secretário e Bibliotecário da Faculdade de Medicina

de Coimbra. Director Interino dos Serviços Anti-Rábico e Vacínico.

Director do Instituto de Higiene e Medicina Social. Presidente do Centro de Estudos

Demográficos. Vogal da Comissão Nacional de Estatística Demográfica.

Membro da direcção científica da revista *Coimbra Médica*.



António Meliço Silvestre

Foto gentilmente cedida por seu filho Senhor Prof. Doutor António Abel Meliço-Silvestre.

*Oração de Sapiência proferida na Sala Grande dos
Actos da Universidade de Coimbra, em 16 de
Outubro, dia da abertura do ano escolar, sob a
presidência do Ministro da Educação Nacional,
Prof. Doutor Galvão Teles.*

No cumprimento de disposições do Estatuto Universitário coube, neste ano, à Faculdade de Medicina a responsabilidade da «Oração de Sapiência» e foi sobre os nossos débeis ombros que veio recair tão pesado encargo.

Escolhemos, para este fim, assunto que nos pareceu de interesse geral, mas não deixaremos de reconhecer que, pela nossa formação científica e simultâneamente pela pobreza de recursos literários e ausência de dotes oratórios, ela possa fatigar a douda assistência que nos dá a honra de assistir.

«poenitet me»

Não abundam entre nós trabalhos científicos sobre a maneira de transmitir conhecimentos médicos, de seleccionar essas matérias em ordem a formar nos nossos alunos a mentalidade que melhor possa satisfazer as exigências da Sociedade no nosso tempo e no meio em que vivemos. A pedagogia das disciplinas de medicina não é, positivamente, assunto que tenha merecido muito as atenções da classe médica, classe culta a que nos orgulhamos de pertencer e onde, aliás, abundam individualidades que, com elevação e brilho desenvolvem os problemas mais delicados do foro médico e da cultura geral e filosófica.

Compreende-se perfeitamente este aparente desinteresse pelos problemas de pedagogia médica. Estes problemas dizem respeito de modo especial a professores e alunos e por outro lado não há em Portugal uma Escola de Altos Estudos Pedagógicos em que a matéria médica seja compreendida, nem existe entre nós qualquer publicação periódica em que esses problemas tenham sido tratados com o desenvolvimento que merecem.

*
* * *

Na primeira quinzena do mês de Dezembro de 1952 teve lugar em Nancy (Nordeste de França), promovido pela O.M.S., um «*Symposium*» de Medicina a que compareceram, como delegados de 19 Estados Europeus, professores de Faculdades de Medicina, com responsabilidades no ensino da Higiene, Medicina Preventiva e Medicina Social.

Nele tivemos a honra de representar o nosso País. Este Symposium fora expressamente convocado para:

- 1.^o) apresentação, discussão e troca de impressões sobre as matérias que se deveriam versar naquele ensino, à luz dos princípios que devem nortear a preparação do médico do nosso tempo;
- 2.^o) assentar na orientação pedagógica que convém imprimir ao ensino médico e na maneira de a efectivar, dentro dos programas e planos de estudo das faculdades de Medicina.

As transformações sociais e económicas profundas que, nas últimas décadas, tiveram lugar em todos os povos, ao mesmo tempo que criaram novas estruturas demográficas da sociedade, conduziram ao reconhecimento do direito à saúde para todo o ser humano, quaisquer que sejam as suas condições económicas, a raça, a cor e a camada social a que o indivíduo pertença. Por outro lado, sendo o objectivo supremo da Medicina a prevenção da doença e a conservação da saúde, o Symposium de Nancy reconhece que esse objectivo jamais poderá ser atingido, enquanto a formação profissional do médico continuar a ser feita dentro dos estreitos moldes da medicina curativa, que apenas se preocupa com o diagnóstico e tratamento da doença, no Hospital, ou no consultório. Para se poder atingir esse elevado objectivo, afirmou-se em Nancy, a Medicina tem que acompanhar e que se ajustar o melhor possível às diferentes etapas por que a Sociedade vai passando. Este ensino deve, pois, variar constantemente com a época e com o meio em que a

Medicina é aplicada, não existindo um programa único que sirva para sempre e para todos os povos.

Sabe-se hoje que os meios técnicos modernos conseguem prevenir a maioria das doenças infecciosas e, conseqüentemente, prolongar a duração média da vida, mas, por outro lado, o aumento progressivo do número de velhos coloca-nos perante o aumento progressivo do número de doenças crónicas (doenças próprias da velhice) e este facto põe bem em relevo a importância dos fenómenos sociais e psicológicos na evolução dos problemas sanitários. Os serviços dum Hospital Geral escolar tendem, a dar ao médico uma ideia falsa da sanidade da Área servida por ele, apresentando-lhes um quadro muito diferente do que, na realidade, pertence a essa zona. A doença não é apenas, como muitos supõem, um episódio patológico que precisa ser diagnosticado e tratado, mas um fenómeno durável e frequente, por vezes ligado à vida inteira do indivíduo, com profundas repercussões sobre a vida familiar e profissional e que exige, além de diagnóstico e tratamento, medidas de convalescença, de prevenção e de readaptação.

Como poderá o estudante de medicina adquirir a consciência deste quadro completo frequentando somente o Hospital Geral?

Sabe-se, por outro lado, que o Hospital Geral não pode representar, na verdade, a colectividade que a ele recorre, visto que o estudante não vai aí encontrar as formas clínicas correntes, banais, porque essas são tratadas nas suas casas, ou nos consultórios de clínica rural ou, quando muito, em Hospitais locais. Tratando-se por exemplo duma doença crónica, como bronquite, coronarite, gastrite crónica, diabetes, etc., o estudante não vai encontrar no Hospital Geral escolar senão a fase terminal dessa doença crónica.

Os estados menos graves da respectiva doença crónica, que às vezes se arrastam por dezenas de anos, não vão ao Hospital Geral, pois são tratados em clínicas, ou Hospitais rurais. Ora as duas categorias de doentes, (doentes com formas graves, ou doentes com formas banais) interessam igualmente para a formação da mentalidade médica. O médico deve também conhecer as relações dos cuidados clínicos hospitalares com os demais *serviços médicos* (Serviços de Saúde Pública) e *Serviços para-médicos locais* (enfermeiros, assistentes sociais, visitadoras), nas diferentes idades e profissões como escolares, trabalhadores, velhos e crianças e o Hospital Geral mantém sobre isso completo isolamento.

Para a O.M.S., o Hospital Geral escolar não satisfaz, só por si, os imperativos essenciais da medicina moderna, porque:

- «1.º) - A maioria das doenças humanas se apresenta sob formas que não necessitam de hospitalização;
- 2.º) - Não se podem limitar os cuidados médicos, nem em qualidade, nem em quantidade;

- 3.^o) - A prevenção da doença é hoje um dos elementos fundamentais da medicina;
- 4.^o) - Os cuidados dum Hospital Geral actual não constituem senão uma fracção do conjunto dos serviços de saúde pública;
- 5.^o) - Os cuidados prestados num Hospital Geral actual perdem muito do seu valor se eles não são dispensados em ligação estreita com os Serviços de Saúde Pública;
- 6.^o) - O doente hospitalizado deve ser considerado no seu meio material, social e afectivo, ou seja, em sua casa, na escola e na profissão, em relação com o médico geral e com o Serviço de Saúde;
- 7.^o) - Todo o médico geral deve tomar parte nos serviços de saúde de que dispõe a colectividade».

Vê-se assim que os conhecimentos médicos podem ser aplicados segundo duas modalidades distintas:

Medicina social ou preventiva e medicina clínica ou curativa.

Confunde-se muitas vezes medicina social e preventiva, disciplina ensinada no quadro geral das Faculdades de Medicina, tal como Fisiologia, Patologia, Bacteriologia, etc., com aquele estado de maleabilidade espiritual dos médicos que alargaram os seus horizontes para além do doente, no seu leito do Hospital e o consideram no quadro da sua família, da sua actividade profissional e da colectividade a que pertence e por isso os levam a aplicar, na sua prática clínica quotidiana, os princípios da medicina social e preventiva. Desta forma o médico vem a ocupar-se, além do diagnóstico e da terapêutica, da convalescença, da readaptação do doente e da prevenção de novas crises dessa doença. Verifica-se ainda que a medicina social ou preventiva, de qualquer povo, varia conforme o estado de desenvolvimento desse povo. Tratando-se de países em via de desenvolvimento, ou de regiões já desenvolvidas, as actividades de medicina social ou preventiva dizem respeito, no primeiro caso, à *saúde pública* tomada no sentido ortodoxo da expressão, isto é, às doenças transmissíveis (infecciosas), à higiene e ao controle do meio e, no segundo caso, presta-se menos atenção às doenças transmissíveis para se dar toda a importância à epidemiologia das doenças crónicas (cardiopatas, doenças mentais, bronquite, acidentes, etc.).

De 22 a 30 de Julho de 1964, novo *Symposium* teve lugar na capital da Lorena para se ocupar do mesmo tema e assentar no rumo a seguir na formação médica e na maneira de ser efectivado. Além dos professores de Higiene e Medicina Social que anteriormente lá se tinham

reunido, vieram professores doutras disciplinas laboratoriais e clínicas de várias faculdades de medicina europeias.

Entendeu este Symposium que a formação do médico do nosso tempo deve ser orientada de modo a satisfazer determinados objectivos ou necessidades fundamentais, a saber:

- 1.º) - Aquisição duma certa maleabilidade de espírito e de conhecimentos técnicos e científicos que lhe permitam manifestar em toda a sua actividade futura um sentido social agudo;
- 2.º) - Para se conseguir esse objectivo é necessário, não só, que existam no seu Curso cadeiras de medicina social e preventiva, como também que nas outras cadeiras do quadro médico o ensino seja orientado sob o ângulo da prevenção;
- 3.º) - Os resultados desta formação de sentido social dependem em larga medida da importância que lhe for dada pela faculdade, evidentemente, e do interesse que os alunos tomarem por essas matérias ao longo de todo o curso;
- 4.º) - O ensino deve ser feito com demonstrações, discussões e lições mixtas num Hospital Geral e deve ser integrado nas Faculdades de Medicina;
- 5.º) - Uma parte do ensino porém deve ser feito fora do Hospital Geral, no seio doutros departamentos da colectividade (Centros de Saúde, Dispensários, Consultas externas, ...);
- 6.º) - No período *pré-clínico* ocuparão os primeiros lugares as ciências sociais (Demografia, Sociologia), Saúde Pública, ao lado das ciências morfológicas clássicas (*Anatomia, Filosofia, Bioquímica*) e além dessas, as chamadas ciências do comportamento (*Antropologia, Psicologia*). Todas estas ciências têm que ser apresentadas de modo elementar, como deve ainda ser apresentada do mesmo modo uma pequena introdução à *história da medicina*;
- 7.º) - Como ciências de base para o ensino da medicina social e preventiva, temos a Epidemiologia (método epidemiológico) e a Bio-estatística.

A Epidemiologia, ou seja o estudo das doenças na colectividade, refere-se tanto a doenças infecciosas como não infecciosas (trata-se dum conceito epidemiológico novo). A Epidemiologia mostra como devem ser organizados os serviços médicos para poderem corresponder às necessidades da região.

Requere-se que o médico moderno aprenda a pensar como epidemiologista e sociólogo e para tanto, o médico deve possuir sólidas noções de Estatística. Conhecer e saber determinar os índices, ou taxas, de mortalidade e de morbilidade geral, etária e específica, familiarizar-se com

expressões de valor central, como medianas e médias (aritméticas, geométricas, simples e ponderadas) e *expressões de valor periférico* (variância, desvio-padrão, etc.); com *técnicas estatística de reconhecimento* de diferenças significativas e não significativas (X^2 , t, razão de variâncias, etc.), *limites fiduciários, ou de confiança, cálculo de correlação*, etc... O médico moderno começa a possuir aquele conjunto de conhecimentos estatísticos em que há-de assentar a sua formação científica social e preventiva e lhe servirão de base para a interpretação dos factos epidemiológicos.

No decurso do período clínico destacam-se como disciplinas de formação social e preventiva, mais atenuada, as seguintes:

Higiene e Medicina Social
Bacteriologia (virulogia, parasitologia)
Pediatria Social
Ginecologia e Obstetrícia
Patologia
Clínica

Ao lado destas disciplinas, cujo ensino será orientado de modo a desenvolver no aluno o sentido social indispensável ao médico moderno, serão colocadas as demais cadeiras que completam o quadro geral das faculdades de Medicina.

Foi também definido um novo conceito de hospitalização e precisaram-se as suas finalidades.

Para Mackintosh (médico de Londres), o verdadeiro campo de estudo dum Hospital não é a doença no sentido estrito do termo. «A doença é apenas um incidente, mais ou menos desagradável, na vida do homem; para o médico moderno, porém, o Hospital é objecto de pesquisas com a finalidade não só de diagnóstico e tratamento, mas também de profilaxia».

Entre os numerosos factores que contribuem para a saúde da colectividade, a causa das doenças é evidentemente de importância capital. O doente como que perdeu alguma coisa que lhe dava confiança em si próprio, alguma coisa desse equilíbrio a que se dá o nome de bem-estar. A missão do Hospital é restabelecer esse equilíbrio de forma que o indivíduo possa de novo integrar-se na Sociedade.

O Hospital com as suas instalações laboratoriais e com as suas equipas de pessoal clínico faz os diagnósticos delicados e os tratamentos difíceis. Claro está que com os progressos científicos e técnicos os leitos hospitalares, mormente dos Hospitais Centrais, atingem preços exorbitantes nas suas diárias, mais caros, por vezes, do que as diárias dos hotéis mais luxuosos. O problema hospitalar torna-se extremamente complexo pois tem que ser encarado nas suas relações com a população a servir, sua distribuição geográfica (densidade), com a sua estrutura demográfica, sua topografia médica...

Tem que possuir instalações médicas e cirúrgicas adequadas, equipas competentes, serviços de recuperação (fisioterapia, ergoterapia, orientação profissional...). Com uma tal evolução, o problema hospitalar adquiriu aspectos novos de natureza administrativa (económica) à altura de tão grandes responsabilidades, que têm de ser levados em conta de modo a produzirem para o Hospital o maior rendimento funcional possível. E não será possível fazer num Hospital grandes economias? É fácil verificar que sim. Quantos doentes são admitidos em serviços tão dispendiosos, sem, na realidade, terem necessidade de passar por lá? Quantos deles, já convalescentes teriam podido e devido ser transferidos para uma Casa de Convalescença, com instalações mais modestas e em que os cuidados clínicos teriam sido simplificados? Quantos poderiam ter tido alta alguns dias, ou mesmo semanas, mais cedo e regressarem a suas casas? Quantos poderiam ter sido transportados para estabelecimentos em que as despesas gerais poderiam baixar ao quinto do que gastam num Hospital modelo?

Tem-se verificado, nos países mais prósperos que o financiamento dum programa de medicina preventiva regula por 0,5% do rendimento nacional e se for de medicina curativa é 10 vezes maior, ou seja 5%. Os problemas de ordem económica relativos à vida dum Hospital resolvem-se hoje de modo racional e científico, pela consideração de certos índices que nós nas actuais circunstâncias, não pretendemos definir, mas apenas indicar:

- índice leitos/população
- » de ocupação média
 - » de internamento

Designando por N o número médio anual de doentes dum Hospital, o número médio de doentes, presente em qualquer dia do ano, varia, segundo a lei de Gauss, entre:

$$N \pm 3\sqrt{N} \quad \text{e} \quad N + 3\sqrt{N}$$

e o coeficiente de ocupação média, será dado por

$$Om = \frac{N}{N + 3\sqrt{N}}$$

quando N cresce e tende para o infinito, demonstra-se que Om tenderá para 1.

Se for, v.g. N = 25 virá

$$Om = \frac{25}{25 + 3\sqrt{25}} = 0,625$$

Se for N = 625, virá

$$Om = \frac{625}{625 + 3\sqrt{625}} = 0,89$$

Estas simples considerações bastam para nos mostrar que actualmente na Administração dos Hospitais os problemas são estudados com certo rigor, de forma a que o Hospital, cumpridas as suas funções, dê o seu maior rendimento.

Além do Hospital Geral, o estudante de medicina passará a frequentar, durante o período clínico, os diversos serviços Sanitários da Área do Hospital Geral e da Faculdade, que são necessários para formação completa da sua mentalidade, tais como:

1) - Serviços de Saúde Pública

2) - Dispensários

a)	}	Consulta pré-natal
		Consulta de lactentes
		Consulta de crianças (? 1. ^a)
		Creches

b)	}	de tuberculose
		de anti-venéreos
		de anti-diabéticos
		de anti-alcoólicos
		de higiene mental

3) - Serviços de

}	Medicina escolar
	Medicina industrial (trabalho)
	Geriartria
	Preventórios
	Desinfecção e desinfestação
Dietética	

4) - Centro de Saúde local

5) - Consulta externa do Hospital

O estudante de medicina, durante o seu período clínico, procurará conhecer as actividades das diversas entidades médicas e para-médicas locais, das quais se espera a melhor colaboração e todos os ensinamentos. É necessário que o estudante veja funcionar e possa depois estagiar num Serviço Sanitário completo, o que lhe permitirá:

- familiarizar-se com os problemas sanitários da colectividade, incluindo o nível higiénico do meio, a situação sócio-económica geral e as medidas de saneamento tomadas;
- estudar a saúde e a doença nas famílias, e em determinados grupos de população (os grupos vulneráveis);
- adquirir novo conceito de doença e fazer uma ideia pessoal das causas complexas e múltiplas desses estados. Assim, a propósito duma doença como v. g. a *coronarite*, ele aprenderá que a causa não é a trombose que obstrui a artéria, nem o estado ateromatoso da parede arterial, nem a modificação da coagulabilidade do sangue, nem a elevação da taxa de lípidos do sangue, nem o aumento da pressão arterial. Todos estes fenómenos fazem parte do mecanismo da *coronarite*, mas a causa reside porventura em factores do comportamento e de meio, tais como o regime alimentar, o grau de actividade física, a profissão, as tensões, o abuso do tabaco e porventura ainda em outros factores. A Epidemiologia, auxiliada pela Estatística, poderá ajudar a esclarecer esses problemas. Calculadores electrónicos, formação de modelos matemáticos, técnicas de cálculo automático, são hoje outros tantos métodos estatísticos que prestam auxílios importantes no estudo dos problemas sanitários.

Compete ao estagiário de Medicina:

Examinar os principais problemas epidemiológicos locais e elaborar programas de trabalho;

Assistir e participar nas actividades das entidades médicas e para-médicas;

Frequentar assiduamente o

CENTRO DE SAÚDE

Efectivamente, depois do Hospital Geral, é o Centro de Saúde o estabelecimento que maior utilidade pode prestar para a educação e formação do médico moderno.

É uma instituição que assegura a prestação de Serviços Sanitários essenciais, a saber:

- a) promoção da Saúde;
- b) combate e prevenção de doenças e enfermidades;
- c) diagnóstico e terapêutica precoces;
- d) readaptação desde o início da afecção ou do traumatismo.

Numa dada colectividade, o Centro de Saúde promove assim:

- a) a protecção materna e infantil;
- b) o combate das doenças transmissíveis;
- c) a prevenção, o controle e o tratamento de doenças crónicas;
- d) a higiene do meio e a educação sanitária;
- e) organização de estatísticas demográficas e sanitárias;
- f) organização de enfermagem de saúde pública;
- g) cuidados médicos completos às famílias.

Deve ter pessoal técnico qualificado para a medicina total e possuir pequeno número de leitos para se não desvirtuar no exercício das suas funções e se não transformar num mau Hospital.

Outros serviços se prendem com a actividade formativa do médico moderno:

- frequência de hospitais especializados;
- frequência de Casas de Saúde;
- frequência de Consultórios de médicos polivalentes;
- frequência de Hospitais de Misericórdia;
- promover a organização de inquéritos, apresentar projectos;
- estabelecer contactos com famílias de doentes.

A traços largos, acabamos de dar conhecimento da orientação do ensino médico aconselhada e defendida pelos dois «Symposia» que tiveram lugar em Nancy (1952 e 1964) em que tivemos a felicidade e honra de representar o País, destacando nesta exposição o papel a atribuir ao Hospital Geral e ao Centro de Saúde, na formação da nova mentalidade médica.

Vamos agora apresentar, também, em rápida síntese, o panorama médico deste ensino, oferecido por estados europeus que seguiram esta orientação.

Em Nancy (França) a medicina social tomou um desenvolvimento extraordinário em virtude da orientação especial que foi possível imprimir a este ensino pelo prestigioso professor J. Parisot, titular que foi da cadeira de Higiene e Medicina Social. A Tisiologia, a protecção materna e infantil, as doenças infecciosas, a neuro-psiquiatria e a higiene mental são ensinadas não somente nas respectivas clínicas do Centro Hospital Regional como também em Organismos médico sociais que o Prof. Parisot criou em relação com cada uma dessas clínicas, para serem dirigidos pelos mesmos professores que na Faculdade faziam o ensino clínico respectivo, serviços que nós tivemos ensejo de visitar numerosas vezes durante as nossas estadias em Nancy. Estes serviços, embora dependam do Office Départemental d'Hygiene Social são assim postos à disposição da

Faculdade para neles se fazer o ensino, mas há uma razão ainda mais poderosa, que explica a sua eficiência: a direcção do Office Dép. d'Hygiène pertence ao professor titular da cadeira de Higiene e Medicina Social.

É esta a sua grande vantagem e afinal o segredo da sua eficiência na formação médico-social dos alunos de Nancy.

Dentro desta orientação, é modelar a organização do ensino médico em Inglaterra, Alemanha, Jugoslávia, Suécia, Noruega e Finlândia. Referir-nos-emos apenas ao ensino médico na Jugoslávia.

Em Zagreb, sob a influência prestigiosa do prof. Stampar, que à sua qualidade de professor de Higiene e Medicina Social aliou, durante muitos anos, a de alto funcionário dos serviços de Saúde Pública, foi posta em vigor uma Reforma médica que organiza o plano de estudos e o ensino da Higiene e Medicina Social por tal forma que, estas matérias são, na realidade, divididas e ensinadas por cada um dos seis anos do curso. Assim, logo no 1.º ano da Faculdade há dois cursos especiais, um de *Introdução à Medicina* (1 hora por semana), outro de *Elementos de Ciências Sociais e Económicas*, em que os estudantes começam a ser orientados no sentido médico-social. No 2.º ano, continuando esta excelente orientação, os alunos recebem também um ensino elementar de *Estatística Médica*, durante um semestre, à razão de 1 hora por semana. No 3.º ano frequentam também um novo curso, de 1 hora por semana, em que lhes falam das relações do médico com o pessoal auxiliar em Medicina e dos cuidados a ter com os doentes. No 4.º ano é-lhes ensinada a higiene do meio físico e social nas suas relações com a Saúde (2 horas de lição e 2 horas de exercício por semana), curso que continua ainda no 5.º ano. A Microbiologia, a Parasitologia, a Pediatria, a Psiquiatria, a História da Medicina, a Obstetrícia, a Dermatologia, as Moléstias Infecciosas são cadeiras de grande formação médico-social e preventiva a que a Escola de Zagreb dá o maior relevo no ensino. Vazado em moldes semelhantes foi o ensino médico da Suécia, Noruega e Finlândia.

Volvendo agora a nossa atenção para o plano de estudos das faculdades de Medicina das Universidades Portuguesas, temos de convir que o ensino destas matérias se encontra bastante distanciado das directrizes que acabamos de indicar.

Poucos, bem poucos, se têm apercebido do elevado interesse destes assuntos para a formação do médico do nosso tempo.

Criam-se, é certo, dia a dia, dispensários mono ou polivalentes, instituições e serviços médico-sociais os mais variados, de protecção materna, infantil, de medicina do trabalho, etc., mas o médico que se nomeia para qualquer desses serviços continua a ser preparado à moda antiga, dentro dos clássicos e rígidos moldes da medicina curativa e por conseguinte sem aquela formação médico-social que naturalmente deviam possuir para o bom desempenho e um maior rendimento e eficiência desses Serviços.

O antigo Curso de Medicina Sanitária do Instituto Dr. Ricardo Jorge de Lisboa, que durante tantos anos também teve lugar em Coimbra e Porto, em acumulação pesada com as cadeiras do 5.º ano das faculdades e que nas duas últimas dezenas de anos (1949) foi reformado com o acrescentamento de algumas cadeiras, de pouco, ou nada, serve para criar a formação médico-social e preventiva de que temos falado e que tão necessária é ao médico moderno. Diz-nos a nossa longa experiência de regência desse Curso em Coimbra que se o aluno só começar a ouvir falar de questões e problemas de medicina social e preventiva quando já se encontrar nos últimos anos do seu Curso, a sua mentalidade está já formada dentro da medicina curativa e, os resultados obtidos, para o nosso fim em vista, são muito duvidosos. O aluno tornou-se impermeável à aquisição desses conhecimentos e incapaz mesmo de adquirir essa formação médico-social e preventiva.

Quanto a Coimbra, devemos confessá-lo com satisfação e até com orgulho, é de justiça recordar e acentuar bem que a nossa Faculdade possui, no campo médico-social, honrosas tradições:

Há quatro dezenas de anos, erguia-se na Faculdade de Medicina de Coimbra, a propósito do problema social da tuberculose, uma vigorosa campanha em defesa do novo ideal - a Medicina Social. Professores e Assistentes da nossa faculdade de Medicina se agregaram então, cheios de entusiasmo e de fé à nova bandeira que acabava de ser içada e, em lições, conferências, discursos, artigos de imprensa, em Coimbra e em Lisboa se tornaram os arautos esclarecidos desta nova cruzada de bem-fazer. Como resultados práticos dessa campanha sanitária vieram a aparecer, pouco depois, no meio coimbrão, diversas instituições e Serviços que passaram a constituir outras tantas armas valiosas do arsenal sanitário da nossa região. Os problemas da tuberculose, da protecção materna e infantil, da lepra, da higiene mental, que até então apenas eram considerados sob o ponto de vista clínico, passaram a ser encarados também sob o ponto de vista médico-social. Alguns anos depois, foi este equipamento sanitário enriquecido com novas e importantes peças, como foram o Instituto de Cardiologia, o Serviço Social dos H.U.C. da iniciativa do Sr. Prof. João Porto.

Um conjunto valiosíssimo de Obras Sanitárias enaltecem, pois, o património médico-social do nosso meio Coimbrão e pena é... que a peça n.º 1 dessa armadura sanitária - os *Hospitais da Universidade* - se encontrem em clamoroso contraste com todas as outras.

O quadro real dos H.U.C. como Hospital n.º 1 da área do Centro do País, na sua tríplice função - *assistencial, pedagógica* e de *investigação* - foi ultimamente traçado por distintos colegas nossos que, no desempenho de funções oficiais, tem tido necessidade de se ocupar desse magno problema, permitindo-nos nós, neste momento, destacar os nomes dos Exm.º Director da

Faculdade, do Exm.^o Bastonário da Ordem dos Médicos, do Exm.^o Director dos H.U.C. e do Exm.^o Administrador.

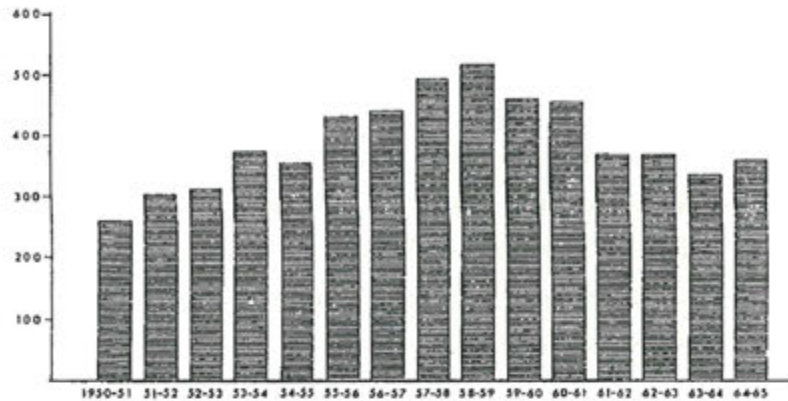
A estes trabalhos valiosos, nós queremos apenas juntar um pequeno contributo de natureza pedagógica, formado com os dados estatísticos relativos à frequência de alunos da Faculdade de Medicina, nos 11 anos que vão de 1954 a 1965. Com estes dados formamos três quadros, o primeiro contendo a frequência dos alunos do período pré-clínico durante esse intervalo; o segundo, contendo a soma de todos os alunos do período clínico, acrescido dos estagiários em cada ano desse intervalo; o terceiro quadro apresenta, num gráfico, somente os estagiários de Medicina de Coimbra durante esse mesmo intervalo de 1954-1965.

A análise desses quadros mostra que o 1.^o começa com 500 alunos, vai oscilando ligeiramente nos anos seguintes, indo no final do período considerado para a cifra de 520 alunos, o que quer dizer que a frequência da faculdade durante os três primeiros anos do Curso ou seja, no período pré-clínico, não mostra qualquer tendência para o seu decréscimo.



Quadro I—Alunos dos 1.^o, 2.^o e 3.^o anos da Faculdade de Medicina entre 1950 e 1965.

O segundo quadro, que se refere ao período clínico adicionado dos estagiários, isto é, ao número de alunos que frequentaram escolarmente os H.U.C. mostra-nos que o número desses alunos começou em 250, foi-se elevando, irregularmente, nos anos seguintes, até atingir a cifra de 520 alunos, em 1958-59, para *decrecer depois bruscamente*, para as vizinhanças de 350 alunos em 1965.

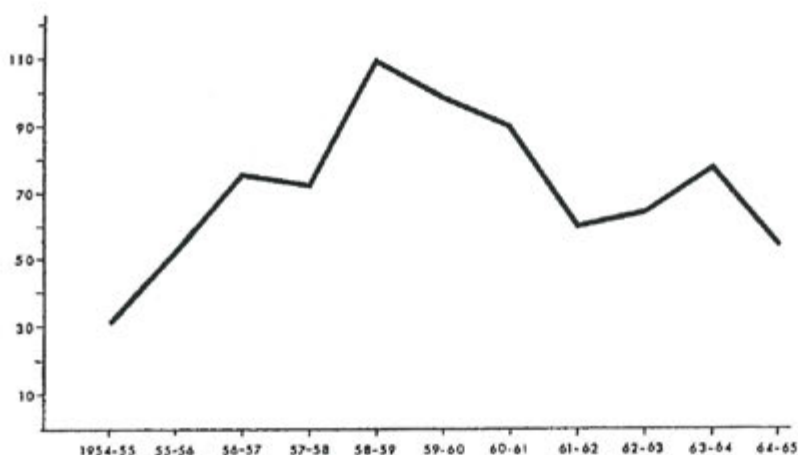


Quadro II - Frequência dos alunos dos 4.º, 5.º e 6.º anos e estagiários nos últimos 15 anos.

O gráfico n.º 3, que representa somente a frequência dos estagiários de Medicina, nos mesmos anos, acentua ainda mais o decrescimento da frequência da Faculdade de Medicina, já apontado, no período clínico ou seja no período em que têm que frequentar os H.U.C.. Foi de 30 estagiários no princípio, elevou-se a 110 em 1958-59, baixou para 55 em 1965.

Estes dados, que foram colhidos nos Serviços da Secretaria da Universidade, são suficientemente significativos e provam de maneira insofismável a gravidade do problema do velho H.U.C., problema que é vital para a Faculdade de Medicina, vital para a Universidade e vital para a cidade de Coimbra. Em que consistem as suas principais insuficiências?

Sob o ponto de vista assistencial as principais insuficiências dos H.U.C. dizem respeito à clamorosa falta de salas de operações, ao facto de existirem acanhadas instalações em muitos Serviços clínicos de tratamento, de readaptação (fisioterapia, ergoterapia...) de laboratórios de diagnóstico (bacteriológico, bioquímico, etc.). Não se pode levar em conta o crescente aumento de doentes durante muitos anos, nem o progressivo desenvolvimento das ciências médicas, nem das ciências físicas e químicas, suas subsidiárias e básicas.



Quadro III - Número de estagiários da Faculdade de Medicina de Coimbra nos últimos 10 anos.

Sob o ponto de vista pedagógico, não se vislumbra ainda qualquer tendência para o desenvolvimento do espírito da medicina preventiva e social.

Impera ainda, em Coimbra, Lisboa e Porto, no ensino médico português, o rumo da medicina curativa. O sentido social agudo que vai por essa Europa fora, a verdade manda que se diga, ainda não assomou às portas dos Hospitais das nossas Faculdades de Medicina. A formação científica e técnica dos nossos médicos não pode ficar por mais tempo enquistada nessas velhas normas; tem que ser plasmada em moldes novos, que importa desenvolver, coordenar e integrar com os princípios da clássica medicina curativa. Há que fazer medicina integral.

E o velho H.U.C., que à sombra dos seus muros tem visto trabalhar personalidades eminentes na Medicina Interna e na Cirurgia, que tanto o têm prestigiado e engrandecido - (basta citar nomes de Mestres como:

Prof. Daniel de Matos, Adelino de Campos, Ângelo da Fonseca, Sobral Cid, Egas Moniz, Elisio de Moura, Bissaya Barreto, Morais Sarmiento (para só falar duma geração passada);

Os H.U.C., que tantas centenas de doentes têm tratado, curado e entregue à Sociedade;

Os H.U.C., que gostosamente cederam os seus Serviços e as suas instalações para a preparação de tantos médicos distintos que por esse Portugal além têm honrado a Escola onde fizeram a sua formação; e tantos vieram a ser ornamento da nossa Faculdade e alguns das Faculdades de Lisboa e Porto;

Os H.U.C. vivem agora uma situação difícil e angustiosa para poderem cumprir os seus pesados deveres de Hospital n.º 1 da Área do Centro do País. Não obstante, neles se vive com entusiasmo a mesma chama de antanho, velada com igual carinho e devoção!...

Os H.U.C. apesar das suas grandes deficiências, continuam sendo um Centro de ensino e de cuidados médicos gerais e especializados. Com dedicação ilimitada à Assistência e ao Ensino, com simpatia e compreensão, paciência infinita, bondade e convicção da missão privilegiada que desempenham, os H.U.C. continuam prodigalizando aos seus doentes uma assistência material, mental e espiritual, que ultrapassa os seus recursos materiais e técnicos, mas esperam confiadamente, de quem de direito, a solução dos seus mais urgentes e vitais problemas.

Doutor
Bártholo Thuman do Valle Pereira

1982



*A cirurgia cardíaca,
seus fundamentos, sua evolução e seu futuro*

Bartholo Thuman do Valle Pereira



Nasceu no Porto em 25 de Maio de 1918.
Faleceu em Coimbra a 19 de Novembro de 1995.

Carreira Académica

Matriculou-se na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto em 1936.
Licenciado em 1941. Doutor em 1946. Professor Catedrático desde 1959, jubilou em 1988.
Leccionou: Fisiologia Especial; Propedêutica Cirúrgica; Clínica Cirúrgica; Patologia Cirúrgica.

Cargos Exercidos

Cirurgião do Centro de Cirurgia Torácica da Zona Norte do I. A. N. T.,
do Hospital Sub-Regional de Amarante e do Hospital Amoia. Director do Serviço
de Patologia Cirúrgica e do Serviço de Clínica Cirúrgica dos Hospitais da Universidade
de Coimbra. Criou no seu serviço a Cirurgia Plástica e Reconstructiva e a Cirurgia
Cardiorácica. Presidente da Sociedade Portuguesa de Cirurgia.
Membro da direcção científica da revista *Coimbra Médica*.



Bartholo Thuman do Valle Pereira

Foto gentilmente cedida por sua viúva Senhora D. Sofia do Valle Pereira.

MAGNÍFICO REITOR
EXCELENTÍSSIMAS AUTORIDADES CIVIS, RELIGIOSAS E MILITARES
EXCELENTÍSSIMOS PROFESSORES E DOUTORES
CAROS ESTUDANTES
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

Quis a roda da sorte e não a da fortuna, e de acordo com as normas tradicionais, que fosse a Faculdade de Medicina a que na Abertura Solene da Universidade, neste ano lectivo de 82/83 e sob a presidência do seu novo Reitor, Prof. Rui de Alarcão, tivesse de assumir o compromisso da feitura e desempenho da Oração de Sapiência.

E por ser o mais antigo, que não o mais velho, dos actuais Doutores e Professores da Faculdade de Medicina, coube-me a honra desta missão, o que, se por um lado é grande privilégio, por outro me obriga a empresa, para a qual, sinto escassearem as minhas forças. Das carências, pois, que irão notar, espero eu, venham V. Ex.^{as} a absolver-me com colegial benevolência.

Aconteceu que, ao contrário do que é normal, a notificação desta incumbência foi feita há apenas dois meses, mais precisamente no dia 1 de Outubro, em vez de, há seis meses, pelo menos, ou antes de férias, o que é o habitual, sem que, naturalmente, nisso vissemos um propósito de intenção e, sim apenas, uma omissão explicável pela conjunção de vários problemas que devem ter ocupado os Serviços de Secretaria da Reitoria nesse período e que temos de compreender e aceitar.

Ao falar neste pormenor, não o faço com o intuito, aliás justo e admissível, de pedir amenidade na crítica e na apreciação do trabalho, certo que estou de que não se alterariam grandemente

as condições de escrita, nem o conteúdo da mesma, a não ser aqui e acolá, em qualquer pormenor de somenos importância. Mas sim para dizer que então talvez tivesse preferido aproveitar este momento e este ensejo, para falar sobre outro assunto, quiçá mais do agrado de todos, por mais elevado e de maior importância para a Universidade, como o seria a problemática do ensino da Cirurgia nas Universidades, ou outro qualquer de índole idêntica.

Desse modo, escolhi um tema, talvez menos digno de uma Oração de Sapiência a nível da nossa Universidade, e que é «A CIRURGIA CARDÍACA - seus fundamentos, sua evolução e seu futuro». E não tanto, porque em meu entender não se preste para tal, mas porque reconheço não poder ter a certeza de, ao falar neste problema, não estar apenas a repetir o que já hoje é tanto do domínio público, tão numerosas têm sido, e muito bem, as referências e notícias difundidas, através dos vários meios de comunicação social, que muito adequadamente, têm sido os grandes veiculadores da educação do nosso povo, no sentido de uma profilaxia das doenças do coração.

Que me perdoem V. Ex.^{as}, se o tédio os invadir em exagero, durante esta exposição, mas oxalá a intenção com que a faço possa vir a sobrelevar essa vossa disposição, podendo vir a ser assim, mais uma chamada de atenção para as grandes carências em que nos encontramos neste Sector, em Portugal, como aliás em tantos outros!

É minha impressão, com efeito, que, se para muitos, não há dúvida, estas palavras serão factos já conhecidos e nada na minha oração irá aumentar o seu saber, para outros que, porventura, tenham conhecimentos mais modestos a propósito de temas de Medicina e Cirurgia, talvez, e digo talvez por não vir a conseguir ser suficientemente explícito, venham a reconhecer os fundamentos do extraordinário desenvolvimento desta nova Cirurgia nos últimos 20 a 30 anos, e que derivam, em última análise, da investigação científica, em especial nas e das Universidades.

Se, para uns e outros, além da atenção geral que deverá existir ao falar-lhes na evolução tão extraordinária dum aspecto da cirurgia actual, que culminou na espectacular notícia do transplante do coração, feito com êxito pelo Prof. Barnard, em 1986, [e com quem tivemos oportunidade de conversar e até debater alguns aspectos na R.T.P., aqui em Coimbra, no ano seguinte], esta oração talvez não seja mais do que uma revisão em síntese, mal amanhada por mim, dos conhecimentos de que já dispõem sobre este assunto, também deverá haver um certo empenho comum, pois todos nós que aqui nos encontramos presentes nesta cerimónia, podemos vir a ser, e oxalá tal pudesse evitar-se, eventuais candidatos a alguma das várias formas desta Cirurgia.

Vejamos então, o que se passou com a Cirurgia do Coração, que de uma situação de quase impraticabilidade, ainda no princípio deste século, se desenvolveu, nomeadamente nas últimas 3 décadas, de uma maneira tão notável que, enquanto há 30 anos se assistia ainda com espanto às primeiras intervenções intracardiacas, admirando a coragem e audácia dos cirurgiões, para além do seu saber e competência técnica, hoje, com frequência se pode ver, em muitos Serviços, cirurgiões e técnicos, novos ainda, executarem as mais diversas e complexas técnicas de Cirurgia

Cardíaca, com grande à vontade e segurança, e assim abrirem um coração parado e exangue, restabeleceram a anatomia alterada no interior do coração, fecharam-no em seguida, e restabeleceram o seu funcionamento com a quase certeza de uma melhoria funcional futura.

Poder-se-à afirmar, quase parecer miraculosa, esta evolução em tão curto espaço de tempo, e como tentaremos mostrar e referir, tudo isso se fica devendo ao trabalho e mais trabalho, a um trabalho duro de investigação constante e contínua e muito dispendiosa, de numerosas pessoas da mais variada categoria e especialidade como cirurgiões, cardiologistas, fisiologistas, farmacologistas e bioengenheiros, etc., etc..

E apraz-me registar aqui que, enquanto para muitos, sem engenho e sem vontade, o trabalho é sentido muitas vezes como uma tortura e uma maçada, para outros, e, em especial, para os homens de talento e de génio, ele não só é um prazer como uma necessidade biológica.



Se é verdade que o desejo e a pretensão de muitos médicos e cirurgiões de mexer, operar e dominar o coração devem ter acompanhado a evolução do espírito humano, já desde os tempos mais remotos, também esta ambição, e qualquer que tenha sido a tentativa, deve ter esbarrado sempre em obstáculos inultrapassáveis, levando sistematicamente a uma conclusão de desalento e recusa, desânimo e desistência.

Não é de admirar, pois, que o coração tenha sido considerado por muitos senão por todos, como o órgão central mais importante do nosso corpo e nele se tenham pretendido reconhecer até a sede da alma e dos sentimentos, e deste modo, para ele se tenha concebido e imaginado, uma condição de intangibilidade e se tenha difundido a ideia de que o coração era intocável, um «noli me tangere».

No entanto - e são estas as notícias mais remotas de que dispomos sobre este assunto - já em 1600, WEBER, na Alemanha, encontrou e publicou o caso de um veado abatido, que mostrava uma bala encapsulada na parede do músculo cardíaco, consequência de anterior tentativa de assassinio frustrado, e 4 anos depois, CABRIOLANUS afirmou a possibilidade de sobrevivência após certas feridas cardíacas, e no século seguinte, em 1769, MORGAGNI e 100 anos mais tarde, em 1882, BLOCK, levaram a cabo e com êxito, investigações no animal que demonstraram a viabilidade da cicatrização de feridas do coração.

Apesar disso, continuou a dominar a ideia fatalista da impossibilidade desta cirurgia.

Não é de estranhar, pois, que mesmo em fins do século passado, por volta de 1880-1890, cirurgiões tão notáveis e heróicos como BILLROTH, PAGET, e alguns outros, se tenham afirmado em desfavor de uma ideia de intervenção cirúrgica, no coração.

Contudo, mesmo no fim desse século, mais precisamente a 9 de Setembro de 1896, L. REHN, em Frankfurt, suturava com êxito uma ferida no coração de um homem e abria, deste modo, uma brecha nessa convicção pessimista da intangibilidade do coração. E, já em 1907, 10 anos depois, o mesmo Autor podia reunir e referir-se num trabalho de revisão, a 124 casos de feridas cardíacas, que entretanto tinham sido sujeitas a intervenção cirúrgica em vários centros e com resultados favoráveis em 40%.

É o momento de salientar que, em Portugal, o primeiro caso foi operado em 1903, pelo Prof. FRANCISCO GENTIL, da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, depois Universidade de Lisboa.

A partir dessa data são vários os cirurgiões que pelos seus conhecimentos e estudos, e pela sua audácia e coragem, foram alargando as possibilidades da técnica cirúrgica, na cura ou tentativa de cura de várias afecções do coração, de que poderíamos enunciar vários nomes, tanto da Alemanha e França, como da Inglaterra e Estados Unidos.

Assim se iniciaram as primeiras intervenções de descorticação do pericárdio, em doentes com pericardites constrictivas, nos quais uma carapaça de tecido fibroso, duro e inextensível, impede a expansão diastólica das cavidades cardíacas, indo provocar consequências graves ao doente que, com edema resultante no abdómen e nos membros inferiores mal pode trabalhar, acabando por morrer prematuramente. Ao libertarem e retirarem parte desse invólucro fibroso, tantas vezes calcificado, vieram salvar, ou pelo menos, melhorar naquela época já, as condições de vida de muitos doentes.

Aqui, em Portugal, a mesma intervenção foi iniciada por NUNES DA COSTA, em Coimbra e FILIPE DA COSTA, em Lisboa, e retomada mais tarde por CELESTINO DA COSTA, em Lisboa, e por mim, em Coimbra, a partir de 1957, e então já realizadas em condições de maior perfeição.

Outros, como TRENDELENBURGO, ao reconhecerem a gravidade mortal da libertação e do encravamento de um volumoso coágulo sanguíneo (sob a forma de um êmbolo, na artéria pulmonar), nascido a partir de uma trombose venosa ou coagulação do sangue no interior das veias dos membros inferiores, imaginou a intervenção extremamente audaciosa para aquela época e que continua a levar o seu nome, e durante a qual, em essência, se procede à abertura rápida e urgente do tórax e à própria incisão da artéria pulmonar entre 2 pinças, com extracção do coágulo. Ainda hoje, embora sendo rara e de excepção, é a intervenção cirúrgica que poderá salvar alguns doentes desta condição, tantas vezes fatal.

Do mesmo modo e dando provas da mesma coragem e determinação, DOYEN em 1913 e outros, entre 1911 e 1923, foram ao ponto de nessas condições primárias, terem compreendido o problema mecânico do aperto valvular e assim terem imaginado e realizado a secção da estenose da artéria pulmonar através de incisão no ventrículo direito e introdução de um dilatador e na

válvula mitral com um dedo introduzido na aurícula esquerda e/ou dilatador. Aliás, este método veio a ser retomado, como havemos de ver, e então com grande sucesso, pelos cirurgiões da década de 1950. Acontece que naquela época não estavam criados ainda os avanços científicos sem os quais, como se verá mais adiante, era impossível ter ido mais longe.

Com efeito, só a partir de 1939, durante e após a 2.^a Guerra Mundial, se desenvolveram as condições e se descobriram as novidades que então vieram permitir o desenvolvimento verdadeiramente impetuoso da cirurgia do tórax e, de modo especial, da Cirurgia do Coração.

Quero referir-me agora, e para já, a três pontos essenciais que comandaram naquela data, esta evolução da Medicina e Cirurgia. Foram eles:

- 1.^o - Os avanços das técnicas anestésicas;
- 2.^o - O combate ao choque operatório com a aplicação intravenosa de soros e sangue durante e após o acto operatório;
- 3.^o - A descoberta dos antibióticos como arma decisiva contra a infecção, que até então tornava muitas destas intervenções evitadas de uma mortalidade enorme, quase proibitiva.

Com estes progressos, melhoraram não só os resultados das intervenções realizadas com certo êxito há mais anos, como a cirurgia torácica se tornou mais fácil e, assim, mais exequível, agressiva e curativa.

Mas, ao mesmo tempo que progredia a cirurgia torácica, no aspecto resseccionista do pulmão, muitos desses cirurgiões se preocuparam com as doenças do coração e dos grossos vasos.

Assim, em 1949, GROSS e colaboradores, realizaram com êxito a correcção cirúrgica da malformação congénita que se denomina de persistência do canal arterial, e que, em essência, é uma ligação anómala entre a artéria pulmonar e a aorta que existe e é necessária durante o tempo do desenvolvimento fetal e que se oblitera normalmente após o nascimento, mas quando se mantem, acarreta, ao fim de alguns anos, perturbações a nível do coração e dos pulmões, que acabam por provocar grande sofrimento e morte prematura aos seus portadores.

Logo em seguida, e no mesmo ano, CRAFOORD, em Estocolmo, em cujo Serviço tive a grande ventura de estagiar durante uns meses em 1950, fez nova intervenção cirúrgica revolucionária, corrigindo a chamada coarctação da aorta. Esta malformação é igualmente um defeito congénito da aorta, principalmente a nível do tórax, caracterizado por um anel cicatricial que praticamente interrompe o lume da aorta, ou acaba por reduzi-lo a um orifício de pequeníssimas dimensões, e assim separa as artérias que se distribuem à cabeça e membros superiores, das restantes, isto é, das que se destinam ao tronco, abdómen e membros inferiores.

Este defeito acarreta graves perturbações ao seu portador, com uma hipertensão enorme acima do tórax e uma hipotensão abaixo, e, ao fim de poucos anos, os doentes entram em falência cardíaca, tornam-se incapazes, débeis e incapacitados, acabando por morrer precocemente.

Foi através desta intervenção, que leva ainda hoje o nome do seu Autor, que se tornou possível dar saúde a estes doentes e reabilitá-los para o trabalho e para a vida.

Permitam-me, e não me levem a mal, a imodéstia de referir o facto de termos sido nós, em Coimbra, nos H.U.C., a ter realizado, em 1958, pela primeira vez em Portugal, esta intervenção, na pessoa de um doente de 18 anos com bom aspecto físico, mas incapaz para o trabalho. Desde essa ocasião e ao fim de 24 anos, mantém-se válido, continuando hoje um bom funcionário da Universidade do Minho, em Braga, depois de o ter já sido na Universidade de Lourenço Marques.

Ainda durante esse tempo, e para já não falar dos aperfeiçoamentos técnicos e doutra natureza em certas intervenções que já se faziam há longa data, como a correcção de pericardites constrictivas, e que já aludimos no início desta exposição, e de outras intervenções directas sobre a válvula pulmonar, como as delineadas por R. BROCK, do Brompton Hospital de Londres, em 1958, são de salientar acima de tudo, as intervenções directas na estenose mitral, com a introdução de um dedo primeiro, e depois de um instrumento dilatador, e que, no fundo, foram retomadas das intervenções já referidas e precocemente realizadas por alguns cirurgiões, na época de 1920.

Agora, esses cirurgiões, como BAILEY e HARKEN, na América, BROCK e HOLMES SELLORS, em Londres, e tantos outros, que rapidamente os imitaram em todo o Mundo e em Portugal também, vieram apresentar bons e até grandes êxitos, como se pode reconhecer em numerosos doentes, ainda hoje em bom estado de saúde, ao fim de 20-30 anos.

Também nós realizámos aqui logo depois da nossa vinda para Coimbra, há 5 lustros, em 1957, e apenas acompanhámos, nessa data e com certo atraso, os trabalhos e os esforços de outros, poucos, cirurgiões pioneiros em Portugal, da Cirurgia Cardíaca, como o Prof. CELESTINO DA COSTA, da Universidade de Lisboa, o Dr. DÉCIO FERREIRA, dos Hospitais Cívicos de Lisboa, o Dr. MANUEL MACHADO MACEDO, do Hospital de Santa Marta, em Lisboa, e no Porto, o já falecido, Dr. GOMES DE ALMEIDA.

Do mesmo modo, a intervenção que a partir dos estudos e iniciativa de TAUSSIG, cardiologista pediatra, o cirurgião BLALOCK concebeu e realizou, veio dar uma certa esperança àquelas crianças azuis, cujo infortúnio está traduzido habitualmente na expressão tão triste do seu rosto, numa incapacidade mais ou menos acentuada para qualquer actividade e constitui motivo das maiores preocupações e angústias por parte dos pais, e não só, também dos respectivos cardiologistas.

Mas, se estas intervenções que começaram a ser realizadas por volta de 1939, e na década de 1940, já constituíram um avanço formidável, podendo dizer-se que foram um verdadeiro início da Cirurgia Cardíaca - então a chamada Cirurgia de Coração Fechado - não passavam de técnicas

de efeito paliativo, isto é, que apenas poderiam melhorar o estado do doente durante algum tempo, a tão pretendida reconstituição das lesões intracardíacas só viria a ser possível alguns anos mais tarde depois de terem sido vencidos muitos obstáculos, que até lá, pareciam insuperáveis.

E, então, aquilo que parecia ser uma quimera, acabou por se realizar: provocar deliberadamente a paragem do coração, abri-lo, observá-lo já sem sangue, examinar com segurança e cuidado anatómico a extensão e gravidade das lesões, refazer ou substituir por outra peça o que está alterado, fechar de novo o coração, e fazer voltá-lo a pulsar e ser de novo o motor, agora já corrigido, para o sangue se distribuir por todo o organismo, eis o que foi conseguido e que para muitos poderá parecer quase um milagre.

E agora, pergunta-se: como terá sido possível esta extraordinária realização?

Como é do conhecimento comum, não é admissível fazer parar a circulação do sangue por mais de um curto espaço de tempo (4-8 minutos), sem se produzirem lesões irreparáveis no cérebro e no coração, impossíveis de remediar e, portanto, a morte do indivíduo.

E se é verdade que esse curto espaço de tempo foi já naquela altura bem aproveitado por alguns cirurgiões para com destreza e presteza, corrigirem alguns defeitos do coração, como a persistência da comunicação interauricular, não era possível aguardar resultados muito perfeitos nem imaginar a correcção de outras lesões mais complexas.

Tornava-se necessário então, pensar em quaisquer processos que permitissem ou substituir o coração durante o tempo necessário à revisão e reconstrução das lesões, através de uma bomba artificial, ou criar condições diversas ao organismo, como a hipotermia, que tornasse possível suportar um período de paragem circulatória suficiente para a intervenção cirúrgica correctora.

Depois de uma concorrência mantida durante anos, procura-se actualmente associar os dois processos, isto é, reconhecendo como essencial a máquina coração-pulmão, que entretanto foi notavelmente aperfeiçoada, aliar-lhe em determinadas alturas o benefício obtido pelo arrefecimento, se não de todo o organismo, pelo menos do próprio coração, isto é, a hipotermia regional sendo, assim, possível hoje levar a cabo intervenções com várias horas de suspensão circulatória e com o maior êxito.

Mas, até chegar a esta solução, que não será ainda a perfeição completa, o caminho percorrido pelos cientistas, investigadores e cirurgiões, foi longo e laborioso.

Assim, os que pensavam e sentiam e até apostavam a vantagem da técnica da hipotermia, que em princípio retira os seus fundamentos do facto normal, para alguns mamíferos, como a marmota e outros, da hibernação durante o tempo frio e durante a qual há grande diminuição do seu metabolismo e das suas carências em oxigénio e outros nutrientes, verificaram após muitas investigações, que o arrefecimento gradual do organismo vinha a permitir uma paragem da circulação por um tempo progressivamente maior.

Foi o que DREW, em Londres, veio a desenvolver com a sua técnica da hipotermia profunda, levando o arrefecimento do doente a 14.º, o que lhe permitia realizar intervenções correctoras durante o espaço de 1 hora.

Recordo-me bem, e com uma impressão de certo pavor, quando assisti, em 1963, a algumas dessas intervenções, tendo de vencer a sensação impressionante de que se tratava de um cadáver e, no entanto, acabar por reconhecer algum tempo depois, o que quase podia apelar-se de ressuscitação, quando o doente se restabelecia e recobrava a sua consciência.

Mas, entretanto, a técnica de circulação extracorporeal com bombas cada vez mais aperfeiçoadas e oxigenadores mais perfeitos, foi-se desenvolvendo rapidamente, a partir da que foi construída e utilizada pela primeira vez por GIBBON, em 1953, após aturadíssimos estudos e ensaios desde 1935, e que, embora muito perfeita, também era muito complicada e onerosa, motivo pelo qual só poucos países a puderam adquirir.

Devemos mencionar ainda agora, duas situações biológicas que tiveram de ser ultrapassadas e vencidas, para que esta cirurgia pudesse sequer ser iniciada. Quero-me referir, primeiro, ao fenómeno da coagulação do sangue e segundo, à paragem cardíaca.

Quanto à coagulação do sangue, é do conhecimento de todos que, em condições normais, o sangue se solidifica ao sair fora do seu invólucro continente e entra em contacto com superfícies e tecidos estranhos. Nestas condições qualquer tentativa de circulação artificial seria impensável e votada desde logo ao insucesso, se não tivesse sido já descoberta a heparina, extraída da sanguessuga. Administrada em doses convenientes, impede a coagulação do sangue, e mais tarde, a descoberta do seu antagonista, a protamina, veio permitir controlar o seu efeito quando exagerado e já desnecessário.

Deste modo, também esta barreira foi ultrapassada !!

Quanto à paragem do coração, ela pode surgir sob duas formas: a paragem em assístole, ou seja, a paralização completa de todas as fibras, ou a paragem em fibrilhação ventricular, isto é, sob a forma de contracções desintegradas e desordenadas das suas fibras musculares, e, por isso, sem efeito dinâmico.

Ora, como estes dois aspectos de paragem cardíaca podem aparecer com grande facilidade durante uma intervenção cirúrgica, quer pelo simples manuseio do coração, quer em consequência de múltiplas alterações bioquímicas do sangue, se não tivesse sido possível vencê-las entretanto, não só a mortalidade seria muito elevada, como seria inimaginável a Cirurgia em Coração Aberto e parado, como actualmente se faz.

Felizmente, a paragem em assístole vence-se muitas vezes com a simples massagem cardíaca e a fibrilhação ventricular que ainda, no tempo da minha vida de estudante, era sinónimo de morte, pode actualmente vencer-se pela aplicação de choques eléctricos de determinadas características.

Numa e noutra forma ainda, e quando subsistem ou aparecem irregularidades no ritmo das contracções cardíacas, a invenção e aplicação dos chamados Pacemakers, ou como lhes chamam os Brasileiros com mais portuguesismo de marca-passos, é um recurso que em muitos casos pode vir beneficiar e contribuir de modo decisivo para a salvação de um doente.

Também neste particular, tivemos ocasião de, em Coimbra, termos sido os primeiros a aplicar um pacemaker extracardiaco, em 1964.

Com o aperfeiçoamento desta aparelhagem e destas técnicas, a cirurgia cardíaca a céu aberto, veio permitir intervenções cirúrgicas cada vez mais perfeitas e em situações cada vez mais complexas e variadas.

Assim, é fácil reconstituir e alargar uma válvula doente, como no caso da estenose, estreitar outras que se encontrem alargadas ou insuficientes ou, então, mais simples e definitivamente, fazer a sua excisão e substituí-las por válvulas artificiais ou outras especialmente preparadas a partir de tecidos humanos como a dura-máter, idealizadas por E. ZERBINI, em S. Paulo, ou de animais, como o porco.

Desta forma, procura-se restabelecer a normalidade do funcionamento da bomba cardíaca. Mas, para além disso, estas técnicas permitem ainda, e dão tempo necessário, para se proceder a intervenções plásticas nos casos de malformações congénitas, conseguindo-se desse modo a correcção anatomicamente quase perfeita do coração, com intervenções extraordinariamente curiosas e complicadas, e muitas vezes com a ajuda de tecidos estranhos, como o teflon, que permite alargar uma cavidade sem perigo de formação de trombos, nem extravasamento de sangue.

Mas, se é verdade que os benefícios colhidos por estas técnicas vieram permitir um progresso notável na correcção de lesões congénitas e valvulares cardíacas, não é menos certo que o incremento simultâneo nos meios de exploração e diagnóstico das afecções cardíacas efectuados pelos cardiologistas, veio autorizar o cirurgião a enfrentar o acto cirúrgico com mais calma, segurança e certeza.

Do mesmo modo, a íntima colaboração com os mesmos colegas no pós-operatório, na sala de cuidados intensivos, com o apoio de ventilação pulmonar adequada e o reconhecimento constante e contínuo das variações dos mais vitais parâmetros fisiológicos e bioquímicos, por pessoal devidamente treinado, o que pode levar à sua correcção imediata, veio grandemente melhorar os resultados destas intervenções.

E assim, enquanto os resultados imediatos apresentados nos primeiros anos de cirurgia com circulação extracorporal eram verdadeiramente apavorantes, pois na correcção das lesões da válvula aórtica, p.e., a mortalidade ultrapassava os 50% actualmente, os resultados são muito melhores e aceitáveis, pois agora anda à roda de apenas 4 a 6%.

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

Ao mesmo tempo que se conseguiam tratar e corrigir uma série de mal-formações congênitas e defeitos valvulares adquiridos do coração, continuava a progredir, quer em frequência, quer em gravidade e mortalidade, a doença n.º 1 do coração, sem que para ela se tivesse encontrado até 1968, uma intervenção cirúrgica apropriada.

Como estão imaginando, quero-me referir agora à doença isquémica do miocárdio, a causa mais frequente de morte e que como já é hoje de todos sabido, se pode apresentar sob a forma de dores tipo angina de peito, ou como enfarte do miocárdio e até, a morte súbita.

Como seria de esperar, também aqui os cirurgiões procuraram ajudar estes doentes e assim já vem de longe a investigação experimental e clínica no sentido de melhorar com a cirurgia, o estado destes enfermos.

Sem querer, nem poder, por falta de tempo, referir agora os ensaios e estudos levados a cabo por vários autores a partir de 1916, pode dizer-se que só foi a partir dos trabalhos de FAVALORO, apresentados em 1968, e através de pontes de veia safena aorta-coronárias, que esta cirurgia conheceu a sua verdadeira dimensão e veio a tornar-se rapidamente, em especial nos E.U.A., na intervenção cirúrgica mais popular e frequente, tal como antigamente aconteceu com a apendicectomia.

Curiosamente, nenhuma outra intervenção cirúrgica deverá ter conhecido uma oposição tão grande e tenaz por parte de internistas e cardiologistas, como esta, o que é tanto mais estranho quanto é bem conhecida a frequência cada vez maior desta doença, a sua maior precocidade e gravidade progressiva, em especial nos países mais civilizados, e em proporções tais que lhe conferem um cariz epidémico. Seja como for, e apesar das críticas que se têm feito e hão-de fazer-se ainda à Cirurgia das Coronárias, até porque, não há dúvida, têm descobertos medicamentos cada vez mais preciosos e activos para melhorar esta situação de insuficiência coronária, e hoje reconhecido por todos que, para além do acréscimo da sobrevida em percentagem muito razoável, estas intervenções aumentam e melhoram a qualidade de vida e a mortalidade operatória compara-se favoravelmente com outro qualquer tipo de cirurgia média.

Assim, o Prof. ZERBINI, de S. Paulo, que há poucos dias teve a honra, aliás merecida como poucos, de receber nesta mesma sala, o galardão de Doutor Honoris Causa, e que pelos seus altos méritos também honra sobremaneira a Universidade de Coimbra, ao referir-se á experiência do seu Serviço, que ronda as 8000 intervenções desta natureza, citou uma mortalidade de 1,7%.

Evidentemente, se houvesse um tratamento médico eficaz para impedir, remover ou superar uma obstrução de uma artéria coronária, e já vão sendo feitas tentativas nesse sentido, ninguém iria propôr uma intervenção cirúrgica de bypass ou ponte, pois, para além do seu elevado custo, há a considerar o risco e um certo grau de sofrimento, dor e ansiedade.

No entanto, a evolução do conhecimento não avançou até este ponto, e nestas circunstâncias, por enquanto, ainda continuarão a ser indicadas estas intervenções, com as quais se ultrapassam os locais obstruídos e assim se vem a dar a melhor irrigação de zonas do miocárdio insuficientemente alimentadas, e em especial, nos doentes que se mostram refractários ao tratamento médico.

Se para muitos os resultados referidos por vários Centros não são ainda convincentes, para outros, em especial cirurgiões, médicos ou leigos, até basta a expressão dos rostos de muitos dos doentes operados, para podermos concluir que esta Cirurgia vale a pena.

Mas enquanto se discutem, analisam e estudam os resultados desta terapêutica e muitos doentes há até que, com temperamento mais decidido, preferem o risco operatório à manutenção contínua de uma terapêutica médica, de resultados incertos, os Serviços de Saúde e os Hospitais fazem cálculos à cerca das despesas que estas intervenções lhe acarretam, e perguntam até que ponto será possível aguentá-las e fomentá-las.

E se é verdade que me repugna apresentar e falar em cálculos de despesas em face das necessidades de uma intervenção cirúrgica para tratamento de um ser humano, que para mim como cirurgião é a figura mais importante e dominante, o facto é que, hoje em dia, e temos de aceitá-lo, estes estudos de ordem económica e financeira são importantes e às suas conclusões, e não só, ficam sujeitas as determinações e a orientação geral da nossa actividade.

Só para dar uma vaga ideia do que pode representar esta pretensão e serviço, deverei referir que em 1979, nos E.U.A., estas intervenções ultrapassam as 100000 e no mesmo País, já em 1977, a despesa com as doenças cardiovasculares, foi de 26,7 biliões de dólares, ou seja, à volta de 2 triliões de contos, sendo 8 biliões o montante para compensar o absentismo dos trabalhadores e o resto (19 biliões) consignados ao tratamento médico e cirúrgico.

É certo que na Europa, mesmo nos Países mais avançados, como a Alemanha, Holanda, etc., o número de intervenções às coronárias tem sido de 5 a 10 vezes inferior ao praticado na América e em face desta diferença tão grande, é lícito perguntar qual será a atitude mais correcta, isto é, se na América se fazem intervenções desnecessárias, ou, pelo contrário, se é na Europa que o receio é maior e os médicos mais cautelosos e menos confiantes quanto aos resultados da cirurgia.

Em Portugal, cujas carências económicas se reflectem em tudo e, evidentemente também nos meios de diagnóstico e de tratamento, esta cirurgia limita-se para já, a um esboço, sendo a fraca experiência existente enfileirada pelo Dr. MANUEL MACHADO MACEDO, Prof. CELESTINO DA COSTA e Prof. RODRIGUES GOMES.

Enfim, enquanto se discutem, analisam e estudam os resultados obtidos com esta terapêutica, comparando-os com os do tratamento médico, muitos doentes há também que desejam submeter-se à intervenção cirúrgica, o que poderá depender em grande parte, do temperamento e da profissão de cada um.

*
* * *

Por fim, e depois desta evolução fantástica, surge quase na mesma data das primeiras pontes aorta-coronárias, em 1967, a notícia impressionante do sucesso conseguido pelo cirurgião sul-africano, Prof. CHRISTIAN BARNARD, ao ter tentado e conseguido com êxito o primeiro transplante do coração no Homem.

Causou esta notícia uma onda de emoção no Mundo inteiro, semelhante à que se verificou com a ida do Homem à Lua, levando os mais diversos comentários, de crítica alguns, de inveja muitos e de aplauso grande parte, aliás como sempre acontece com os Homens, de temperamento e princípios tão diversos. Pelo que em si encerrou de transcendente ao destronar por completo o conceito de intocável para este órgão e disseminar a todos os níveis a ideia real do que é o coração, afinal apenas um músculo ou motor, também rapidamente ela foi assimilada e já aceita hoje com a maior naturalidade.

De qualquer modo, após um entusiasmo inicial que fez multiplicar estes transplantes cardíacos em vários centros de diversos Países, veio a verificar-se uma diminuição progressiva destas intervenções.

E não porque a intervenção em si não tenha sido e continue a ser notável e perfeita e os seus resultados finais não sejam encorajantes até, pois a estatística apresentada pelo Hospital da Universidade de Stanford, onde o próprio Barnard bebeu essa técnica que estava sendo estudada experimentalmente desde 1970 por LOWER, SCHUMWAY e sua equipa, mostra que, ao fim de 5 anos metade dos operados continuavam vivos - e foram 180 em 10 anos (18 doentes por ano de 1968/79) - o que até é notável na medida em que na maioria dos casos corresponde a indivíduos de certa idade, marcados naturalmente já pela arteriosclerose generalizada; mas sim pela dificuldade em encontrar dadores em número suficiente para a grande procura que deveria haver, já que o transplante está especialmente indicado nos doentes com isquémia do miocárdio com ou sem enfarte, os quais hoje enchem as salas de operações de certos Serviços de Cirurgia Cardíaca.

Com efeito e ao mesmo tempo os corações a utilizar, obviamente só poderão ser recolhidos de doentes com traumatismos cerebrais graves, já descerebrados, jovens ainda e com aparelho circulatório normal, depois de se ter obtido o certificado de morte, de acordo com as exigências da Lei, e com autorização da família, aliás tal como hoje se faz no caso de transplantes renais, na medida em que escasseiam também os dadores voluntários de um dos seus rins, e portanto, se vai procurar o órgão a transplantar no indivíduo acabado de falecer.

Assim, julgamos que esta novidade promissora de transplante cardíaco, muito embora possível, apesar de execução técnica difícil, não é nem pode ser resposta válida a este anseio do Homem, de longevidade para não dizer de eternidade.

Para isso, e para além das dificuldades de outra natureza, já há 14 anos, quando como já referi tive ocasião de falar aqui em Coimbra com o Prof. BARNARD, admiti como alternativa viável à transplantação: a aplicação de um aparelho mecânico, com comando electrónico a substituir o coração, como bomba que é.

E se é verdade que já naquela data se procurava e depois se descobriu um processo de assistência cardíaca mecânica, capaz de substituir e/ou ajudar o verdadeiro coração em falência, durante algumas horas ou dias, até ao seu recobro ou ao momento de se obter um coração capaz de ser transplantado, o facto é que só recentemente e segundo notícias dos jornais, terá sido feita essa substituição com intuito de ser permanente. Embora o seu êxito para já ainda seja duvidoso, estamos convencidos que será esta a solução mais conveniente e a de prever no futuro.

Assim, quase sem querer, já nos encontramos no propósito inicialmente anunciado de dizer algumas palavras quanto ao futuro desta Cirurgia.

Serão poucas, curtas e breves essas palavras!

E digo breves, porque tudo o que seja vaticinar o futuro, imaginar o que vai acontecer e assim pretender estar dentro da futurologia, é procurar saber, como um cego, o que se encontra à sua frente.

De facto, não me sinto capaz de afirmar acontecimentos futuros, quando outros de muito maior envergadura, como alguns que citei no princípio desta exposição, foram completamente ultrapassados pelos eventos.

No entanto, não me parece difícil nem arriscado, imaginar um futuro para a Cirurgia Cardíaca, anunciando que esta deverá manter durante muitos anos ainda, aqueles que forem necessários para impedir o nascimento de crianças com malformações congénitas, erradicar a afecção reumatismal, como já vai sendo feito em Países mais evoluídos, e impedir a arteriosclerose ou para ela encontrar o medicamento decisivo, que todos nós aguardamos com ansiedade.

Assim, está reconhecido que, em média e na Europa, são necessárias 350 intervenções com C.E.C. por 1000000 de habitantes, das quais 250 são doentes coronários, e os restantes 100 dizem respeito a doenças congénitas e valvulares.

Ora, como à Região Centro de Portugal corresponde mais ou menos uma população de 2000000 de habitantes, temos de contar no futuro próximo, aquando e a partir da inauguração do Novo Hospital da Universidade de Coimbra, para o qual está prevista uma Unidade de 23 camas, com sala de operações própria e independente, além do usufruto de outra sala, dita de transplantações, com 700 intervenções de Cirurgia Cardíaca com C.E.C., o que é um número suficiente e adequado para lhe garantir e exigir um bom nível, mas para o que deverá ser adequadamente preparada.

No entanto, e apesar de todas as esperanças, o Homem deverá continuar a pensar e habituar-se à ideia da morte, que é o inexorável corolário da vida e aceitá-la com mais ou menos

filosofia, com mais ou menos fé, porque em qualquer dos casos e de qualquer modo, acabará, embora contra vontade, por ser sujeito a ela.

Mas, para contentar todos quantos aspiram a uma vida mais prolongada neste Mundo, poderei sugerir que só a substituição progressiva e continua de todos os órgãos poderá dar a satisfação desejada, muito embora no fim acabem por não ser a mesma pessoa e sim outra qualquer, como aconteceu com Frankenstein.

Mas isto já é ficção científica!

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

Em resumo, e finalmente, procurei mostrar ao preclaro e douto auditório e só lamento não ter podido ser mais breve, claro e eloquente, o que foi a evolução fantástica desta cirurgia, em especial nas últimas 3 décadas e, devo repetir, tudo devido ao espírito de pesquisa, da procura da verdade, ao engenho e ao talento, à inteligência e à vontade de ajudar os outros, como também ao desejo de se afirmar e se distinguir.

E, reconhecido deve ter ficado também, que a maior parte desse trabalho foi realizado adentro das Universidades e/ou a partir delas.

Foi assim, que a essas qualidades e esforços de tantos investigadores, conjugados para o mesmo fim, se ficam a dever os avanços que, aplicados ao Homem, vieram e vão contribuir para a satisfação de uma das suas maiores ambições, ou melhor, um desejo natural - A SAÚDE.

Julgo também ter deixado reconhecer nas palavras anteriores que, para além da fase de investigação, que terá de continuar, a aplicação das suas descobertas no dia a dia, é igualmente dispendiosa, pois há a contar não só com o equipamento quer da sala de operações, quer da sala de cuidados intensivos pós-operatórios, muito caros e de custosa manutenção, como também com uma equipa numerosa, altamente diferenciada em cada um dos vários pormenores técnicos que constituem e estão integrados no acto cirúrgico e no pós-operatório.

Por isso, embora tenhamos de reconhecer que, infelizmente, não é fácil de admitir no nosso País, de fracos recursos económicos, apoio governamental, para planos de investigação tão dispendiosos, e sempre tão duvidosos nos seus resultados imediatos, julgamos que pelo menos a aplicação destas novas conquistas e possibilidades cirúrgicas aos doentes portugueses, é de propor, aceitar e até exigir.

Mas se para mim e para todos os que olham o homem e para o homem como um ser semelhante - e assim é tão fácil adivinhar os seus maiores anseios isto é, para todos aqueles que estão eivados de um espírito humanista, que a própria Medicina e Universidade deveriam ter e

cultivar como máxima transcendente, o medir o Homem pelo seu valor económico e, portanto, intimamente relacionado com a sua idade, o seu estado de saúde e a previsão dos anos que lhe podem restar, inspira a maior das repulsas, temos de aceitar, malgrado o nosso desgosto, que outros existem para os quais a única ou pelo menos a mais habitual e até talvez a necessária maneira de considerar e avaliar um indivíduo é, tal como qualquer companhia de seguros, a de um número a mais ou menos no contexto da Sociedade.

E assim tem de se pôr o problema de maneira clara e franca!!

Vale ou não a pena investir tão elevado e caro património para resultados possivelmente tão fracos e efémeros?!

Assim, enquanto para os que sentem mais o sofrimento dos Homens e para eles lhes procuram um alívio, todo o investimento necessário é justificado, para outros com maior frieza de ânimo e falta de sentimentos, o critério puramente económico e financeiro, é o que deverá prevalecer.

A resposta a esta questão, envolve e depende, como é óbvio, da filosofia de vida que cada qual defende e de que está imbuído.

Assim, em vez de se gastarem essas somas vultosas no tratamento oneroso de crianças com malformações congénitas do coração, ou de indivíduos já idosos e portanto já deficientes na sua saúde e rendimento laboral, por lesões de arteriosclerose coronária, não deixará de haver quem possa defender a atitude mais simplista de nada se fazer de importante, deixando-os entregues ao seu fado, enquanto não se defende até o regresso ao longínquo passado, em que as crianças nascidas com defeitos eram lançadas do cimo do Olimpo, na Grécia antiga, e para os velhos se propunha até a eutanásia.

Não tenho dúvidas, tal como nessas épocas remotas, hoje e até com um fundamento numa dialética ecológica, que deverá haver quem apoie estas atitudes, reservando o dinheiro sobranante para a satisfação dos seus próprios desejos instintivos ou gastando-o em metralha e outros meios de resolver a seu modo o planeamento familiar.

Em essência, este problema insere-se na questão de maior vulto e grande interesse que a dialética escolástica, à boa maneira antiga – já dizia GOETHE que os factos da vida se repetem – faz reviver e sustentar em especial por aqueles que não estão por enquanto doentes e necessitados de uma terapêutica destas e que se resume no problema: **MEDICINA VERSUS ANTI-MEDICINA.**

Felizmente que em Portugal e depois de muitos anos de pioneirismo em Lisboa, Coimbra e Porto, sem convincente, larga e profunda compreensão por parte das autoridades governamentais, foi a esclarecida e elevada visão da Administração da Fundação Calouste Gulbenkian, cujo Presidente, Sr. Dr. AZEREDO PERDIGÃO, temos a honra de contar entre os doutores «Honoris Causa» desta Universidade, que permitiu o equipamento adequado dos Serviços de Cirurgia

Cardíaca em Portugal, através de verbas vultosas com as quais e de acordo com as exigências actuais, se deu o desenvolvimento desta cirurgia, não nos encontrando por isso tão mal, como de outro modo seria.

Podemos afirmar e à nossa semelhança muitos o poderão repetir, em tão diferentes sectores da ciência, da educação e arte, que se não fosse esta prestimosa e benemerente Fundação, Portugal nesses respectivos aspectos, científico, artístico e assistencial, estaria bem mais baixo do que agora se encontra.

De certo, nessas circunstâncias, a Cirurgia Cardíaca não teria ultrapassado a sua fase inicial e individualista. Tudo ou quase tudo, para além de naturalmente o esforço pessoal dos vários chefes de equipe e seus colaboradores, e, também é verdade, de alguma contribuição do Estado, se deve a esta Fundação.

E entretanto, que fez e faz a Universidade?

Certo é que, não sendo absolutamente necessário nem evidente que seja a Universidade a manter e fomentar esta cirurgia, pois ela pode desenvolver-se em qualquer outro Hospital Central e até existem exemplos florescentes do facto no nosso País, desde que haja Homem competente e animoso, também me parece claro e lógico que a Universidade, se deseja e até deve querer manter-se e afirmar-se também na Novidade, a deve albergar, cultivar e dela cuidar com especial carinho.

Tenho para mim, que para já ainda, e oxalá para sempre, a Universidade através das suas Faculdades e Hospitais, são e devem continuar a ser e constituir os Serviços e Institutos de maior projecção nos diversos ramos do saber humano e sua aplicação à humanidade. Se para já não houvesse outro argumento, bastaria referir como procurei fazer ao longo desta exposição, que a grande maioria das investigações levadas a cabo para o desenvolvimento desta Cirurgia, vieram das Universidades e das suas escolas, onde existem e se desenvolvem lado a lado e simultaneamente, as várias disciplinas de base que vieram permitir e facilitar este avanço e de cuja investigação se aguardam continuamente mais inovações.

Além disso, no fim e para juntar todos estes dados de investigação a tão diversos níveis, há a necessidade da sua integração e julgamos poder estar mais adequado para isso, quem faça parte duma Universidade, até para lhe manter um cunho espiritual e humanista, sem o qual ela será apenas mais uma profissão, embora complexa e diferenciada.

Para isso, a Universidade para além da sua missão de transmissão de cultura e de formação profissional e humanista, tem de prever e prever com acerto, o futuro ou pelo menos tentar adaptar-se então à evolução dos conhecimentos e novidades, isto é, à evolução da vida, de modo a que não venha a sentir-se ou ser acusada de Instituição velha e ultrapassada.

E, agora, e como dizia o Prof. QUEIRÓ há dias, nesta mesma sala, na tomada de posse do actual Reitor Sr. Prof. Dr. RUI DE ALARCÃO, é a altura da Universidade, mais livre e

autónoma, como convém, mostrar do que é capaz, não esquecendo que a sua capacidade de conceber, imaginar e realizar, depende antes do mais, dos seus membros, sendo por isso um dos mais importantes momentos da sua vida aquele em que recruta os seus docentes.

Que entre o nosso vir e devir, como numa corrida de estafetas, o facho do saber seja entregue uns aos outros e a sua luz se mantenha acesa e até mais brilhante e a Cirurgia Cardíaca seja uma das suas mais vivas expressões, eis os meus votos, como Universitário, para a Cirurgia Cardíaca e para a Universidade.

Tenho dito.

(Página deixada propositadamente em branco)

Doutor
José de Gouveia Monteiro

1989



O alcoolismo: flagelo médico-social

José de Gouveia Monteiro



Nasceu no Caramulo em Junho de 1922.

Faleceu em Julho de 1994.

Carreira Académica

Matriculou-se na Faculdade de Medicina em 1939. Licenciado em 1946.

Doutor em 1952. Professor Catedrático desde 1963, jubilou em 1992.

Leccionou: Propedêutica Médica; Clínica Médica; Pneumotisiologia; Fisiologia; Gastrenterologia.

Cargos Exercidos

Reitor da Universidade de Coimbra. Presidente do Conselho Directivo e da Comissão de Investigação Científica da Faculdade de Medicina de Coimbra. Director do Serviço de Propedêutica Médica e do Instituto de Fisiologia da Faculdade de Medicina. Fundador e Director do Serviço da Gastrenterologia dos Hospitais da Universidade e do Centro de Estudos de Gastrenterologia da Faculdade de Medicina. Director Clínico do Serviço de Pneumotisiologia. Presidente do Colégio da Especialidade de Gastrenterologia da Ordem dos Médicos e da Sociedade Portuguesa de Gastrenterologia. Membro da Comissão encarregada de estudar as carreiras médicas da Ordem dos Médicos. Vogal do Conselho Orientador da Direcção-Geral das Construções Escolares. Membro da direcção científica das revistas *Coimbra Médica*, *Portugal Médico*, *O Médico* e a *Semana Médica*.

Distinções

Galardoado com o Prémio Nacional de Oncologia.

Agraciado com a medalha de Ouro da Cidade de Coimbra.

Sócio honorário da Sociedade Portuguesa de Endoscopia Digestiva e do Núcleo de Gastrenterologia dos Hospitais Distritais.

Membro da Bockus International Society of Gastroenterology.



José de Gouveia Monteiro

Foto gentilmente cedida por seu filho Senhor Prof. Doutor João Gouveia Monteiro.

EM.^{MO} SENHOR REITOR

EX.^{MO} SENHOR MINISTRO DA PRESIDÊNCIA E DA JUSTIÇA

EX.MAS AUTORIDADES ACADÉMICAS, CIVIS, ECLESIAÍSTICAS E MILITARES

PREZADOS COLEGAS, SENHORES DOUTORES

SENHORES ASSISTENTES, ASSISTENTES ESTAGIÁRIOS E INVESTIGADORES

SENHOR PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA E CAROS ESTUDANTES

SENHORES FUNCIONÁRIOS, MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

O encontro do Homem com o álcool perde-se na noite dos tempos. Ninguém lhe conhece - nem jamais conhecerá - o momento e o lugar.

O álcool etílico ou etanol, constituinte fundamental de todas as bebidas alcoólicas, forma-se por fermentação de substâncias hidrocarbonadas, contidas em frutos, cereais, tubérculos e outros produtos naturais. O mais provável é que o Homem tenha encontrado o álcool por acaso, quando ainda se encontrava na fase de vida nómada, graças à fermentação espontânea de um produto açucarado, talvez o mel, sob a influência de leveduras existentes no ar. Tendo gostado da experiência, ou porque apreciou o sabor, ou porque foi sensível aos seus efeitos, adquiriu o hábito de procurar obtê-lo e consumi-lo.

Quando se fixou e começou a sua vida de agricultor, foi descobrindo várias maneiras de produzir bebidas alcoólicas, em escala cada vez maior. Dessa fase já existe documentação fidedigna. Assim, pictogramas da primeira metade do 3.^o milénio, de origem sumeriana, descrevem muito bem as diversas fases da fabricação da cerveja. Também os escribas nos foram deixando documentos relativos a essas operações. Dezoito séculos antes da nossa era, já o código de Hammourabi continha disposições relativas às bebidas alcoólicas.

Também no Egípto, como na Mesopotâmia, a cerveja era considerada a bebida nacional, 3 000 anos antes de Cristo. A sua fabricação está representada nas mastabas do Império Antigo.

Os incas preparavam igualmente uma bebida fermentada, a chicha, produzida a partir do milho, entre 1 000 e 300 anos antes de Cristo. Quanto aos aztecas, usavam o pulque, resultante da fermentação do suco de certos tipos de piteira.

Mas é evidente que na história das bebidas alcoólicas, o vinho desempenha um papel crucial. Como surgiu ele? Não se sabe ao certo. Segundo o historiador Diodoro, teria aparecido pela primeira vez entre os egípcios, pelo menos 3000 anos antes de Cristo. Os gregos, muito provavelmente, aprenderam a sua arte com os egípcios. A Mesopotâmia que, como já vimos, conhecia a cerveja, parece ter sido também uma das primeiras regiões a produzir o vinho, pelo menos na primeira metade do 3.º milénio antes de Cristo.

Praticamente em todas estas civilizações antigas, as bebidas alcoólicas assumiam grande valor simbólico, certamente devido aos seus extraordinários efeitos. Assim, tendiam a ser relacionadas com os deuses e desempenhavam papel de relevo em cerimónias de sacrifício, bem como em outros eventos religiosos e nas grandes festividades. Já mais perto de nós, o vinho tem um deus na Grécia e em Roma - Dionísio ou Baco - adorados e festejados. São também numerosas as citações literárias: nos poemas homéricos há inúmeras referências ao vinho. O *symposion*, parte final do banquete consagrada à bebida, era característico da vida social grega.

Em Roma, os dois grandes poetas do século de Augusto, Virgílio e Horácio, dedicam muitos dos seus versos ao vinho, de que Horácio foi um admirador apaixonado. “Quem não ousa a embriaguez? Ela abre a via aos segredos, realiza a esperança, empurra o fraco para o combate, descarrega a alma do peso dos cuidados, ensina as belas artes. Quando o copo está cheio, quem não se torna eloquente? Quem não se sente libertado das cadeias da pobreza?”

A bebida tradicional dos povos germânicos, saxões e escandinavos foi inicialmente o hidromel, mais tarde a cerveja. O folclore dos Vikings descreve libações gigantescas e as sagas contam as apostas que faziam os heróis, primeiro sobre o número de copos a beber, depois sobre a virilidade no jogo das armas. Mas tais usos eram provavelmente apenas episódicos, a quando de celebrações, e não podem ser usados como prova de impregnação permanente e colectiva daqueles povos.

Na Bíblia, há cerca de 200 citações referentes à videira e ao vinho. Aliás, a posição da Bíblia a respeito do vinho é um tanto ambígua, ora elogiosa, ora condenatória. “É o vinho que torna alegre o coração do Homem, o azeite que lhe faz brilhar o rosto e o pão que lhe robustece as forças”. Mas noutra passagem: “Excitante é o vinho, perturbadora a cerveja; quem a eles se entrega não será sábio”. É em vinho que Jesus Cristo transforma a água, no seu primeiro milagre

das bodas de Caná. É o vinho que ele apresenta aos discípulos na Ceia, como símbolo do seu sangue.

Nas suas expedições guerreiras para Ocidente, os romanos foram espalhando a cultura da vinha e do vinho. Na Gália, o sucesso foi enorme e a cultura estendeu-se rapidamente por vastas áreas. Foram muito provavelmente também os romanos que introduziram a vinha e o vinho na Península Ibérica.

Durante a Idade Média, a cultura da vinha e o fabrico das bebidas alcoólicas foram essencialmente do domínio religioso. Era à volta das abadias e mosteiros que se encontravam belos vinhedos, não só porque os eclesiásticos necessitavam de vinho para a celebração da missa, mas também porque, naqueles tempos, os bispos e os monges albergavam frequentemente altas personalidades e até os próprios reis, que era necessário obsequiar. Essas vinhas passaram ainda a constituir uma boa fonte de rendimentos. Os monges foram também inovadores, criando outras bebidas alcoólicas. O mais célebre foi Don Pérignon, beneditino cego que descobriu a maneira de produzir o champanhe. Num trabalho muito interessante intitulado “A arte de comer em Portugal na Idade Média”, Salvador Arnaut refere-se também aos hábitos de bebida dos Portugueses nessa época. “O vinho, que se produzia em grande quantidade, era, já se vê, largamente consumido. De um modo geral ‘beber’ estava nos hábitos de ricos e pobres.”

Do VI ao XIV séculos, o consumo do vinho foi-se difundindo na sociedade. Primeiro os príncipes e os aristocratas, depois o próprio povo, ingeriam bebidas alcoólicas, embora de qualidade muito desigual.

No século XIII, dá-se novo passo decisivo: a descoberta das bebidas destiladas, muito mais ricas em álcool. O que se obtinha por aquecimento do vinho e subsequente condensação por arrefecimento, num aparelho a que se chamou alambique, era um líquido incolor, que Raymond Lulle, filósofo e médico da época, designou por aqua vitae (em francês eau-de-vie – água da vida), por lhe encontrar virtudes revigorantes. Não era propriamente uma bebida, mas um medicamento. Não tardou muito, porém, que a destilação deixasse de ter apenas objectivos médicos. Graças ao alambique e a partir de bebidas fermentadas diversas, foram surgindo numerosas bebidas destiladas: aguardente, cognac, whisky, vodka, rum, etc., etc..

A difusão do álcool, sob as suas diversas formas, ficou a dever muito igualmente ao aparecimento de tabernas e cabarés, locais de venda onde inicialmente só se podia comprar para levar para casa, mas que depois se transformaram em lugares onde se bebia, se comia, se conversava, se faziam negócios, se trocavam informações, acima de tudo locais de convívio.

Por seu turno, os holandeses, excelentes comerciantes e, na altura, a maior potência marítima do mundo, foram espalhando os vários tipos de bebidas. Mais tarde, a revolução industrial e o aparecimento dos caminhos de ferro iriam facilitar ainda mais a difusão do álcool.

A bebida inicialmente sagrada tornara-se profana e as libações ocasionais, em momentos de excepcional significado, volveram-se em hábito quotidiano de quase todos.

Mas foi preciso chegar aos meados do século XIX para que alguns governos finalmente se alarmassem e tomasse medidas. Mesmo tão próximo de nós, porém, o risco que affligia uns tantos era ainda tão somente o das desordens que a embriaguez provocava, não eram razões de saúde. Uma alcoolização tão extensa não podia, contudo, deixar de repercutir-se sobre a clientela dos médicos, porém os escritos destes foram-se resumindo a trabalhos isolados, publicados em revistas que escassos leitores compulsavam.

Mas aproxima-se a metade do século XIX e algo de fundamental vai acontecer. Nada menos que o aparecimento do “Alcoolismo” e a sua integração na Medicina. Esse grande evento surgiu-nos da Suécia, pela mão de Magnus Huss.

Huss era um médico de grandes méritos, estudante de Uppsala e do Instituto Karolynska de Estocolmo, mais tarde professor desta última famosa instituição, médico dos reis da Suécia, tendo viajado longamente pela Europa e senhor de um elevado prestígio profissional e pessoal e de uma intocável probidade. Foi este homem sábio e prudente, respeitado e amado, quem pela primeira vez usou o termo alcoolismo, na obra que publicou em 1849, intitulada “Alcoholismus Chronicus”, saída em língua sueca mas traduzida, 3 anos mais tarde, para alemão. Pela primeira vez se usava o termo alcoolismo, no sentido de intoxicação pelo álcool, se abandonava a simples preocupação pela embriaguez aguda para admitir uma doença crónica e se transferia a nova entidade do domínio da moral e da polícia para o campo da Medicina.

A sua obra é uma compilação dos muitos malefícios do álcool, sejam mentais ou somáticos, vários deles já anteriormente descritos, como Huss muito honestamente reconhece, mas só agora reunidos num todo harmónico e coerente, tornado mais sólido pela constante alusão ao substrato anátomo-patológico dos diversos quadros clínicos.

A repercussão da obra de Magnus Huss foi enorme em todo o Mundo e ela constitui, sem sombra de dúvida, um marco miliário na história do uso e abuso do álcool e das suas repercussões sobre o organismo humano. Claro que muitas outras obras médicas surgiram na sua esteira, de tal forma que hoje possuímos um conhecimento bastante completo e minucioso dos riscos que o alcoolismo envolve, como explicarei mais adiante, ainda que de forma sucinta.

No entanto, e por muito paradoxal que possa parecer, a difusão dos conhecimentos sobre os malefícios do álcool não fez abrandar o alcoolismo. Por todo o Mundo, o consumo de bebidas alcoólicas é cada vez maior, se exceptuarmos as quebras naturais durante as duas grandes guerras e, na última vintena e meia de anos, o que se passa em França, provavelmente como consequência das medidas inteligentes que tomou.

Com efeito, os números de pessoas com problemas ligados ao álcool alcançam cifras astronómicas. Na União Soviética são 40 milhões, nos Estados Unidos 18 milhões, na França 5 milhões, na Alemanha Federal 3,5 milhões, em Portugal perto de 1 milhão. Na Grã-Bretanha, a alcoolização custa 1 700 milhões de libras por ano; 20% das hospitalizações e 25 000 óbitos são-lhe imputáveis. Em França, 1 pessoa em cada 5 é hospitalizada por alcoolismo: 1 franco em cada 4 do orçamento é gasto pelos alcoólicos. Em entrevista dada em 1988, o primeiro-ministro francês, Michel Rocard, afirmou: “Directamente pela doença, indirectamente pelos acidentes de viação ou de trabalho, o álcool mata 120 000 pessoas por ano em França, isto para não falar dos feridos. É monstruoso. Representa um custo humano, um custo social, um custo financeiro intoleráveis e, no fim de contas, assaz desonroso para um país como o nosso”.

Outro facto que merece referência especial é o espantoso aumento de consumo de bebidas alcoólicas nos países em via de desenvolvimento, quer na África, quer na Ásia, quer na América Latina. O consumo de cerveja, por exemplo, cresceu, de 1960 a 1980, 645% na África Central e Ocidental, e 560% na Ásia Oriental. As multinacionais desempenham, nesta terrível ameaça, um papel preponderante, sobrepondo uma vez mais, como é seu timbre, os lucros à solidariedade. Em 1988, a OMS manifestou as suas sérias preocupações e fala-se mesmo já em alcolonialismo e em genocídio.

Além da quantidade de pessoas atingidas pelos malefícios do álcool, importa também a sua qualidade. Citando apenas alguns espíritos criadores, muitos dos quais falecidos prematuramente em consequência da bebida, quando tanto havia ainda a esperar do seu génio, apontemos entre os pintores Van Gogh, Utrillo, Modigliani; na pléiade dos músicos, Mussorgsky e Beethoven, morto aos 57 anos de cirrose hepática; entre os escritores do século passado, Hoffmann, Verlaine, Baudelaire e Edgar Poe, que morreu em delirium tremens; e, no século actual, a espantosa leva de escritores americanos: Jack London, Sinclair Lewis, Hemingway, Steinbeck, Eugene O’Neill, Dorothy Parker, Scott Fitzgerald, Faulkner, Lowry, Tennessee Williams.

Nos últimos decénios tem-se assistido a alguns outros fenómenos dignos de menção, no que respeita ao uso de bebidas alcoólicas.

Em primeiro lugar, nota-se uma tendência para a baixa de consumo de vinho e a subida no uso da cerveja e das bebidas destiladas.

Em segundo lugar, também há modificações na maneira de beber. Sempre existiram dois padrões: o latino, próprio dos países vitivinícolas, em que se bebia fundamentalmente às refeições; e o anglo-saxónico e nórdico, com ingestão fora das refeições e, sobretudo, no fim-de-semana. Ora o que se verifica é que os latinos estão tendendo a adoptar o padrão anglo-saxónico, abdicando ou não do que era o seu beber habitual. Geralmente, tais modificações acabam por traduzir-se numa ingestão maior de álcool por dia, que é, afinal, o factor patogénico essencial.

O terceiro fenómeno é o aumento do uso de álcool pelas mulheres, sobretudo a partir de 1950. Com efeito, é cada vez maior o número de mulheres que bebem e estão bebendo cada vez mais. Em Portugal, no ano de 1970, havia 1 mulher em cada 10 alcoólicos; em 1980, a proporção passou para 1 em cada 5.

O quarto e último fenómeno de data recente e que constitui motivo de sérias preocupações é a crescente alcoolização dos jovens. Verifica-se praticamente por todo o lado e reveste frequentemente um carácter toxicomaniaco. Os jovens bebem fora das refeições - em bares, pubs, discotecas - bebem em grupo, procuram com frequência a embriaguez e associam muitas vezes ao álcool o uso do tabaco, de medicamentos psicotrópicos e mesmo de drogas. Em Portugal, além de se verificar também este fenómeno recente, há de longa data hábitos muito enraizados de alcoolização dos jovens, particularmente no meio rural. Quem não conhece a "chucha", pequena bola de trapo contendo açúcar, que se embebe em vinho para a dar a chupar ao bebé quando este se mostra agitado? E as "sopas de cavalo cansado", constituídas por vinho contendo pedaços de pão, fornecidas a crianças maiores para lhes dar força?

No meio familiar, onde o uso e tantas vezes o abuso de bebidas alcoólicas é de norma, os portugueses começam geralmente a beber muito cedo, na adolescência e frequentemente já na infância, numa altura da vida em que o organismo não está preparado para metabolizar convenientemente o álcool. Baseando-se em trabalhos próprios e de outros autores portugueses, Maria Lucília Mercês de Mello e Augusto Pinto, do Centro Regional de Alcoologia de Coimbra, referem que, na população em geral, 69,7% das crianças bebem vinho às refeições. Na população "doente alcoólica" do Centro, verificou-se que 83% dos enfermos iniciaram a ingestão de vinho (e por vezes de outras bebidas mais alcoolizadas) na primeira infância. Os hábitos de moderação (beber excessivo, fora das refeições, hábitos de embriaguez) tiveram início na adolescência em 57% dos doentes.

As causas do alcoolismo não são sempre as mesmas, antes variam com os povos e com os indivíduos.

Em países de larga produção vitivinícola, como é o nosso, as razões principais da ingestão de álcool são de ordem tradicional e sócio-cultural. As bebidas alcoólicas abundam, são facilmente acessíveis e baratas e tornou-se um hábito, de geração em geração, incluí-las nas refeições. Esta tradição radica-se tanto mais facilmente quanto é certo que com ela se encontram conotados dois outros factores. Um deles é o mito do valor alimentar do álcool, em que a maioria acredita, quando afinal ele é nulo. O outro é o prazer que muitos sentem com a ingestão de bebidas alcoólicas que, efectivamente, para a maioria das pessoas, tornam a refeição mais agradável.

Noutros países com hábitos de beber diferentes, a ingestão de álcool é feita essencialmente fora das refeições e busca outros propósitos: o convívio, a celebração, o efeito euforizante e desinibidor, a acção ansiolítica.

O ritmo da ingestão, bem como a qualidade das bebidas usadas, possuem também o seu interesse. Entre nós, tem predominado o uso regular de vinho às refeições, todos os dias, sem embriaguez. Noutros países, por exemplo entre os nórdicos, é mais vulgar a ingestão de bebidas fortes apenas no fim-de-semana, com embriaguez frequente. Curiosamente, o primeiro modelo, posto que menos espectacular, é mais perigoso para a saúde, porque no segundo há tempo para o fígado recuperar da agressão. O mito de Prometeu, descontado o exagero, tem alguma base científica, dado o alto poder de regeneração do fígado.

Com o hábito de ingerir o álcool, cria-se uma certa tolerância ao tóxico, isto é, vão sendo necessárias doses cada vez maiores para produzir efeitos desagradáveis. A tolerância, por seu turno, facilita a dependência, que pode ser física, psíquica ou mista. A dependência psíquica traduz-se por uma apetência invencível para o álcool, a que a vítima já não pode furtar-se sozinha. A dependência física manifesta-se por sintomas mais ou menos graves, que surgem quando a ingestão de álcool cessa. A simples privação durante a noite pode ocasionar, pela manhã, crises de ansiedade, tremores, vômitos, que a ingestão de álcool acalma. Outras vezes, em bebedores pesados, a supressão do álcool conduz a quadros mais graves, podendo culminar no grau extremo do delirium tremens, com enorme excitação psicomotriz, insónia total, tremor generalizado e contínuo, disartria, alucinações visuais e auditivas, frequentemente zoópsicas e aterrorizantes - o doente "vê" e julga-se atacado por pequenos animais, que continuamente o sobrevoam, se aproximam ou lhe percorrem o corpo - é um cenário dantesco! Simultaneamente, o estado geral do enfermo altera-se, com suores profusos, palidez, hipotermia e desidratação intensa, podendo conduzir ao choque e à morte.

É evidente que nem todo o indivíduo que ingere álcool é considerado um alcoólico. Em rigor, só mereceria este epíteto a pessoa dependente. Tal conceito, porém, seria demasiado restritivo e iria deixar-nos de fora muita gente que vem, mais cedo ou mais tarde, a ter problemas, frequentemente graves, com a ingestão de álcool.

Não há dúvida que a solução ideal é ser-se abstémio, mas a utilização de bebidas alcoólicas em doses moderadas pode ser aceite e é praticamente inevitável, sobretudo em países de grande cultura vitivinícola. O hedonista que bebe por prazer mas com sabedoria, imitando a abelha que é capaz de prelibar o néctar das flores sem se picar nos espinhos, é, pelo menos em teoria, um ser humano normal. Resta saber agora, em termos mais precisos, o que é beber com sabedoria.

Refira-se, para começar, que o essencial é a dose total de álcool ingerida por dia, seja qual for a sua proveniência. Até onde pode ela chegar sem risco? Falando em termos genéricos e sem entrar em consideração com factores de susceptibilidade individual, a que aludirei mais adiante tem-se falado muito no limiar de 80 g/dia, o que equivale aproximadamente a 1 litro de vinho de 10 graus. Isto no homem, porque a mulher não deve ultrapassar os 60 g, devido ao seu menor peso e à sua especial vulnerabilidade ao álcool.

Mas a literatura contém trabalhos que suscitam maior prudência. Foram sobretudo as investigações epidemiológicas de Pécquignot, em França, que chamaram a atenção para o risco de doses menores. Pécquignot pôde demonstrar que não é legítimo estabelecer um nível de segurança e, simultaneamente, verificou que o risco varia consoante a complicação do alcoolismo que se considera. Assim, o limiar mítico dos 80 g/dia é quase bom para as perturbações nervosas graves, já que evita cerca de 90%, mas deixa persistir 42% das cirroses e 77% dos cancros do esófago. Para estas duas doenças, 20 g de etanol por dia - praticamente 2 copos de vinho - seria um limiar muito melhor

As conclusões de Pécquignot são, evidentemente, assustadoras e, face a elas, só a abstinência total parece recomendável, atitude praticamente utópica num país vitivinícola como o nosso. Aliás, os seus estudos precisam de confirmação e há outros aspectos do problema que não podemos esquecer.

Sobretudo a questão da susceptibilidade individual. Mesmo entre os grandes bebedores, apenas uma fracção relativamente pequena sofre os efeitos da sua intemperança. Só que os factores que condicionam a vulnerabilidade ao álcool são ainda muito mal conhecidos.

Hoje começa-se a pensar que podem entrar em jogo factores genéticos, os quais principia-riam logo por influenciar a apetência para o álcool. Filhos de pais alcoólicos, adoptados desde tenra idade por casais não alcoólicos, parecem ter quatro vezes mais tendência para o alcoolismo que a generalidade das crianças. Os estudos feitos em gémeos vêm no mesmo sentido. As comparações de gémeos homozigóticos e heterozigóticos mostram que a concordância de hábitos alcoólicos é de 60% nos primeiros e de apenas 30% nos segundos.

Para uma igualdade de factores inatos, intervém com maior ou menor força o efeito de factores de personalidade e ambientais. Mau grado a presença de vários traços comuns, nem a experiência clínica, nem os estudos psicométricos são a favor de uma personalidade alcoólica específica. O elemento mais característico da personalidade do alcoólico parece ser a fraqueza do eu. Na génese do alcoolismo, está intimamente interligada aos factores do meio ambiente. Toda a dificuldade grave à boa inserção do indivíduo no meio familiar, profissional ou social, facilita o recurso ao álcool, que muitas vezes se torna duradouro.

Se, durante séculos, a ingestão de álcool foi apenas relacionada com a embriaguez aguda e suas eventuais consequências, desde meados do século XIX que se passou a dar atenção aos estragos causados pelo alcoolismo crónico, mesmo quando não chega à embriaguez. Com o decorrer dos tempos e o aprofundar dos estudos, a patologia de origem alcoólica tem vindo a crescer cada vez mais, sabendo-se hoje que aquele tóxico tem relações, de todo insuspeitadas até há pouco, com situações de doença as mais diversas e cada vez mais numerosas.

Os dois sectores mais frequente e gravemente atingidos são o aparelho digestivo e o sistema nervoso.

Do lado do aparelho digestivo, podem citar-se as gastrites, as pancreatites, agudas e crónicas, cuja origem é alcoólica em cerca de 80% dos casos; os cancros das vias aerodigestivas superiores (boca, faringe, laringe e esófago), sobretudo quando ao álcool se associa o tabaco; e as lesões hepáticas - simples esteatose, hepatite alcoólica e cirrose, esta de origem alcoólica em 70 a 80% dos casos.

Quem dirige um Serviço de Gastreenterologia, é sobretudo impressionado pela enorme afluência de cirróticos, que chegam a ocupar metade das camas. O alarme é reforçado, em primeiro lugar, pelo carácter irreversível da doença, que não tem cura, podendo quando muito ser conduzida a uma situação de equilíbrio precário, que breve se desfaz se o doente não deixa de beber, e por vezes até mesmo que o faça. O alarme resulta também do estado em que estes enfermos tantas vezes se apresentam no hospital: em situação de encefalopatia mais ou menos profunda, podendo chegar até ao coma; com grande retenção hídrica, traduzida por edemas e sobretudo por ascite, frequentemente de enorme volume e não raras vezes rebelde à terapêutica; ou ainda com a mais grave consequência da hipertensão portal, devida à dificuldade que o sangue encontra em atravessar o fígado cirrótico, levando-o a procurar outros caminhos, de circulação colateral, um dos quais é representado pelas varizes esofágicas, cuja ruptura é frequente e imprevisível, levando o doente de urgência ao banco do hospital com hemorragias graves, o sangue a sair em borbotões pela boca, na iminência de trazer consigo a própria vida do enfermo na próxima golfada. São os grandes dramas que o álcool escreve e que ao médico vêm pôr sérios problemas de tratamento. O órgão cirrótico é ainda um palco privilegiado para a instalação do cancro primitivo do fígado.

Do lado do sistema nervoso, são também muitas, frequentes e não raro graves as consequências do alcoolismo. Além do delirium tremens, situação de enorme dramatismo a que já fiz referência, citam-se as polinevrites, podendo conduzir a alterações tróficas e dificuldades da marcha; a nevrite óptica, com forte abaixamento da acuidade visual, que pode chegar à cegueira; a encefalopatia de Wernicke-Korsakoff, com alterações da memória, desorientação temporoespacial, confabulações, nistagmo e paralisias oculo-motrices, sintomas cerebelosos com ataxia e alterações do equilíbrio, em associação com fenómenos de polinevrite dos membros inferiores, podendo evoluir para uma psicose confusional grave, para o coma e para a morte; a demência alcoólica, acompanhando-se o alcoolismo de um progressivo declínio das funções mentais; crises convulsivas, quer em doentes epilépticos ou com predisposição para a epilepsia, em que o álcool funciona como factor desencadeante, quer mais directamente ligadas ao álcool, com ou sem lesões cerebrais devidas ao tóxico. (Às vezes a responsabilidade das convulsões não é apenas do álcool, mas também de plantas usadas na preparação da bebida, tendo ficado famoso sobretudo o absinto, a “fada verde” largamente usada, no século XIX, na boémia literária e artística de Montmartre, Montparnasse e Quartier Latin, e a que alguém chamou, com razão, epilepsia

engarrada). Os acidentes vasculares cerebrais e os hematomas subdurais parecem também facilitados pelo abuso do álcool.

Se o aparelho digestivo e o sistema nervoso são as principais vítimas do alcoolismo, não são infelizmente as únicas. Sobretudo as investigações dos últimos anos vieram chamar a atenção para muitos outros estragos, frequentemente graves.

Um sector actualmente em evidência é o aparelho circulatório, sendo múltiplas e por vezes sérias as suas ligações com o álcool. Assinalada em França desde 1915 por Lian e depois praticamente esquecida, a relação do alcoolismo com a hipertensão foi redescoberta a partir de 1967 e é hoje um dado adquirido, solidamente alicerçado em grandes inquéritos epidemiológicos, em diversos países. Calcula-se que, nos Estados Unidos, 5% das hipertensões - ou seja, cerca de 1 milhão de casos - estão relacionadas com o abuso do álcool. O tóxico é também capaz de atacar o músculo cardíaco, originando a miocardiopatia alcoólica, uma miocardiopatia dilatada, congestiva, sobrevivendo num alcoólico crónico sem qualquer outra patologia cardíaca. O álcool pode ainda originar perturbações do ritmo, susceptíveis de provocar síncope ou mesmo morte súbita.

Outro campo que tem suscitado grande interesse em anos recentes e que envolve simultaneamente obstetras e pediatras é o dos efeitos maléficos da ingestão de álcool pelas grávidas sobre o produto da gestação. Descritos em França por Lemoine em 1968 e praticamente esquecidos, só vieram a causar verdadeiro impacto em 1973, quando os americanos Jones e Clarren descreveram o "síndrome fetal alcoólico". Desde então muitos estudos lhe foram dedicados, variando a frequência com os autores e os países, de 1 caso em 300 a 1 caso em 700, cifras próximas das que correspondem ao mongolismo. O síndrome fetal alcoólico inclui uma dismorfia craniofacial, atraso estatuto-ponderal e frequentes malformações (cardíacas, digestivas, ósseas, renais, uretrais, vasculares, etc.). O atraso psicomotor é quase constante, o QI é baixo, a linguagem atrasada, o comportamento agitado e instável. Como era de esperar, dado o nosso elevado grau de alcoolização e os falsos conceitos a respeito do álcool, o problema é grave em Portugal.

Passando ao domínio da endocrinologia, uma diabetes secundária pode surgir como consequência da pancreatite crónica induzida pelo álcool. Mesmo na diabetes primária, o álcool tem os seus riscos, podendo ser responsável por acidentes hipoglicémios graves. Na própria intoxicação alcoólica aguda, é preciso não esquecer que o coma e a morte podem resultar de uma hipoglicémia. Importante é ainda a disfunção sexual nos alcoólicos, mesmo jovens 63% dos homens alcoólicos apresentam uma disfunção sexual incidindo essencialmente sobre a libido e a erecção. Além de factores hormonais na génese destas perturbações há que ponderar ainda a possível influência de lesões de neuropatia e de factores psicológicos.

O campo da hematologia também não escapa à acção do álcool. A anemia é frequente, geralmente com macrocitose e às vezes mesmo com megaloblastose.

O álcool pode ainda afectar o aparelho locomotor. Por um lado, facilitando a osteoporose e portanto as fracturas. Por outro lado, pode causar formas sub-agudas e crónicas de miopatia e situações de rabdomiólise, que pode ser mortal.

Vários autores assinalam finalmente uma susceptibilidade particular do alcoólico às infecções, sobretudo às pneumopatias agudas e às septicémias por bacilos Gram-negativos.

O alcoolismo não é apenas uma doença individual, é também uma sociopatia. Assim sendo, não podia deixar de repercutir-se sobre a célula básica da sociedade, que é a família.

Os estragos a este nível são tremendos. Quantas vezes o alcoólico gasta a fêria em vinho e chega a casa de mãos vazias, quantas vezes perde o emprego, em qualquer dos casos comprometendo o sustento dos seus? Quantas vezes assume um comportamento violento, espancando a mulher e os filhos? Quantas vezes pratica, dentro da sua própria família, os crimes mais nefandos, como os abusos sexuais e o incesto? Zola, na sua monumental série dos Rougon-Macquart, não deixou de dedicar um livro aos malefícios do álcool. "L'assomoir" é um documento pungente da progressiva degradação de uma família que, se não foi iniciada pelo álcool, veio a ser por este agravada e levada a extremos da mais abjecta miséria. Mesmo alguns aspectos colaterais à família principal, como a tragédia da pequena Lalie, também ela relacionada com o álcool, não podem deixar de produzir um frémito de horror, de revolta e de piedade.

Sujeita a pressões terríveis por influência do álcool, não admira que a família tantas vezes se dissolva, através de separações ou de divórcios formais. Mesmo então, ou quando ainda se mantém aparentemente junta, o delírio do ciúme, tão vulgar nos grandes alcoólicos, motiva por vezes dramas passionais, que já fizeram demasiadas vítimas.

É evidente que os filhos são fortemente afectados pela alcoolização dos pais. As razões são várias: má alimentação, maus tratos, carência de afecto e de cuidados, ambiente desfavorável ao seu desenvolvimento harmónico, ausência de imagem paterna de autoridade e chefia da família, consumo precoce de álcool, por vezes desde a primeira infância, etc.. Por isso estas crianças sofrem frequentemente de atraso no desenvolvimento físico e intelectual, dificuldades de aprendizagem na escola, insucesso escolar. A ingestão de álcool desde idades precoces é, por seu turno, um factor propiciador de futuras perturbações, físicas e psíquicas.

Se o alcoolismo cria problemas a nível da célula familiar, vamos deparar com outros quando se encara a inserção profissional do alcoólico. São múltiplas as facetas da relação entre o álcool e o trabalho.

A mais espectacular é a que se refere aos acidentes no exercício da profissão. Defeitos de percepção, erros de decisão e perturbações do controlo motor facilitam os acidentes. Em França,

calcula-se que cerca de 15% dos acidentes de trabalho estão ligados ao álcool. Na Alemanha Federal, o panorama é ainda pior: o consumo de álcool seria a causa de um terço dos acidentes de trabalho. Em Portugal, de acordo com José Barrias e col., o álcool seria responsável por 20 a 30% dos acidentes de trabalho.

Mas não são apenas os acidentes que contam, nesta relação do álcool com o trabalho. Outro efeito é, por exemplo, o absentismo. O alcoólico tende a faltar ao emprego com mais frequência e por períodos mais longos. É bastante típico, nas fases iniciais da alcoolização, o absentismo das segundas-feiras, consequência directa das libações do fim-de-semana. Willmann-Imhoff estudou a repercussão do alcoolismo na assiduidade, numa siderurgia do leste da França. O número de dias de ausência, por pessoa e por ano, era de 22,1 no grupo alcoolizado contra 1,25 no grupo sóbrio. Na Alemanha Federal, a taxa de absentismo é 16 vezes superior nos bebedores.

Além dos acidentes de trabalho e das faltas, outras consequências pode ter o abuso do álcool no meio do trabalho, tais como o menor rendimento profissional e as reformas prematuras. Outro risco é, naturalmente, a perda do emprego. No entanto, quer por motivos de ordem humana, quer por razões económicas, a tendência actual não é para despedir o operário com problemas de alcoolismo, mas sim para tentar recuperá-lo. Não se podem esquecer, mesmo de um ponto de vista estritamente economicista, os grandes investimentos feitos na formação e qualificação de um operário, nem o facto de um seu eventual substituto levar geralmente muito tempo a adquirir o pleno rendimento dentro da equipa. Assim é que a General Motors, nos Estados Unidos, tem em funcionamento, desde 1972, com o suporte dos sindicatos e da direcção da empresa, um programa de assistência aos consumidores excessivos de álcool, oferecendo-lhes a possibilidade de um tratamento específico, bem como a garantia do seu posto de trabalho. Cerca de 4 000 empresas americanas aplicam actualmente tais programas de readaptação. Na URSS, o tratamento dos grandes bebedores é obrigatório e existem instalações especiais na vizinhança das fábricas para que os pacientes possam continuar a trabalhar. Grandes empresas da França, por exemplo a Peugeot, apostam igualmente na reabilitação. Sem falar do valor inestimável que representam do ponto de vista humano e social, calcula-se que, mesmo financeiramente, os programas de readaptação custam duas vezes menos do que aquilo que rendem.

Mas a sociopatia alcoólica tem ainda outros aspectos, por vezes bem graves, como acontece em relação aos acidentes de viação. Estes constituem por todo o Mundo, e em especial nos países desenvolvidos, um problema preocupante, que parece não querer parar de agravar-se.

Ora, o comportamento do condutor é poderosamente influenciado pelo álcool. Na medida em que este euforiza e desinibe, leva o motorista a sobrevalorizar os seus dotes e a correr riscos em que não se envolveria se estivesse sóbrio. Isto sucede justamente numa altura em que, devido à impregnação alcoólica, as capacidades reais do condutor estão a ser negativamente

afectadas: a atenção, a amplitude do campo visual, a visão nocturna, os tempos de reacção visual e auditiva, a apreciação das distâncias e das velocidades, a rapidez de reflexos, a organização e coordenação das reacções motrizes, etc..

Tais alterações começam a surgir logo para taxas muito pequenas de álcool no sangue e vão-se agravando com a elevação da alcoolémia, de forma exponencial. Não admira, pois, que a alcoolização venha sendo gravosamente apreciada como factor dos acidentes de viação. As cifras variam um tanto com a origem, mas dão-nos uma razoável ideia de grandeza: 45% em França, 33% na URSS, 30 a 52% nos Estados Unidos.

O número de mortos e feridos é também impressionante: 20 000 mortos e 600 000 feridos por ano, em relação com o alcoolismo, na Europa dos 12. Acresce que a intoxicação alcoólica complica o diagnóstico e o tratamento dos ferimentos recebidos, reduzindo portanto as possibilidades de sobrevivência e de cura. Parece assim justificada a equação-choque de Sourmia: “licença de condução + álcool = licença de uso e porte de arma”.

Os custos são também esmagadores. Não podendo calcular quanto vale uma vida, os economistas entram apenas com a perda de produtividade dos incapacitados, a suspensão de produção das vítimas mortais, a perda do investimento para a formação de um indivíduo, as despesas de hospitalização, seguros, polícia, tribunais, etc., e os estragos materiais (na viatura, na via pública e na propriedade privada). Contando apenas a parte que cabe à responsabilidade do álcool, chegaremos, em França, a uma cifra que deve andar pelos 36 biliões de francos por ano (= 882 milhões de contos).

Vejam agora o que se passa entre nós. O número de acidentes de viação ocorridos em Portugal, embora com ligeiras flutuações anuais, tem vindo a crescer substancialmente, e o álcool esteve envolvido em 20 a 50%, aparecendo como responsável em 40 a 50% das mortes e em 25 a 30% dos ferimentos não letais.

Em tempos idos - que entre nós se prolongaram até 1982 - a participação do álcool no acidente baseava-se apenas no exame clínico e na prova testemunhal, que determinavam o estado de embriaguez, completa ou incompleta, do infractor. Era manifestamente insuficiente e havia que detectar graus mais ligeiros do que aqueles que a simples observação do suspeito pode identificar.

Assim nasceu a importância capital da determinação da alcoolémia, isto é, da taxa de álcool no sangue, e o estabelecimento de valores limites acima dos quais a condução fica sujeita a sanções. Tal se foi fazendo progressivamente, à medida que os vários países tomavam consciência do problema. Na Europa, começou pelas nações escandinavas, na transição dos anos 30 para os anos 40. Só na década de 60-70 ocorreu noutros países: Grã-Bretanha e Bélgica em 1967, França em 1970, Alemanha Federal em 1973. Na Península Ibérica foi ainda mais tarde, já na década de 80: 81 para a Espanha e 82 para Portugal.

A cifra que parece aceitável actualmente é de 0,5 g/l, mas há variações apreciáveis de país para país. É essa a tabela em Portugal, mas só em 1983 foi estabelecida em texto legal, quando a Noruega a fixara já em 1936. Mesmo para valores abaixo de 0,5 g/l, portanto legais, a condução já é afectada e a admissão da cifra referida é um compromisso entre a segurança rodoviária por um lado e os hábitos alimentares e os interesses vitivinícolas por outro lado. Segura, só a taxa de 0, que é a utilizada na União Soviética e também, desde 1988, nos Estados Unidos, mas aqui só para os condutores profissionais e para os jovens.

A determinação da alcoolémia, do ponto de vista médico-legal, tem a vantagem de ser uma prova segura e de se poder executar mesmo no cadáver, em caso de vítima mortal. Só que pode levar tempo a criar condições para a colheita de sangue ou, excepcionalmente, a recolha pode estar contra indicada. Por isso - e também para o efeito de rastreios - surgiu a determinação do álcool no ar expirado, através dos alcóotestes ou etilotestes, que dão um resultado visual simples, apenas semiquantitativo; e, mais recentemente, dos alcóómetros ou etilómetros, que fornecem uma resposta quantitativa muito correcta, sobretudo com os novos modelos electrónicos.

Se o condutor é apanhado com alcoolémia excessiva, recaem sobre ele várias penas, mais ou menos duras consoante os países: apreensão da carta, retenção do próprio veículo, multas, prisão, trabalho em obras públicas, estágio na morgue. A tendência da legislação é para endurecer, num esforço para limitar o destroço. Também em Portugal acabam de ser agravadas as punições dos condutores alcoolizados, mas o sistema adoptado parece-me desnecessariamente complicado e deveras controverso.

Não é apenas no trabalho e nas estradas que o álcool provoca acidentes; eles verificam-se também noutras circunstâncias.

Assim, numa revisão do Instituto de Medicina Legal de Lyon, referente ao período de 1981 /82, chegou-se à conclusão de que as cifras eram significativamente mais altas, nos alcoólicos, em casos de morte por queda, incêndio, rixa ou afogamento.

Um estudo francês de 1985 mostra também que o abuso de bebidas alcoólicas tem uma grande influência nos ferimentos não mortais derivados de acidentes domésticos (quedas nas escadas, acidentes nas cozinhas e na jardinagem, etc.).

Outro aspecto da sociopatia alcoólica é o que se refere à violência. O álcool, pelo seu poder desinibidor e, em doses mais altas, pela perturbação mental que pode originar, é uma causa importante de violência. Ou porque lhe foi levantada a barreira que o travava de passar a vias de facto, ou porque está dementado, o alcoólico é muitas vezes levado a praticar actos delituosos mais ou menos graves. Assim, Badonnel e Mackais apontam para a responsabilidade do álcool em 30%

das pancadas e ferimentos, 55% das violações e crimes sexuais, 34% dos incêndios voluntários e 61% dos homicídios.

A violência do alcoólico pode também voltar-se contra si próprio, já que o suicídio parece também mais frequente. West, em estudo norte-americano, di-lo implicado em 33% dos casos. Em trabalho recente, José Barrias e col. referem ao álcool 30 a 40% dos homicídios e suicídios verificados em Portugal.

Embora com a contenção a que a escassez de tempo me obriga, espero ter demonstrado claramente que o alcoolismo é, de facto, um flagelo médico-social.

Não vou deter-me nas inúmeras medidas terapêuticas que os médicos se vêem obrigados a tomar para combater as múltiplas consequências patológicas do abuso do álcool. Como tive ocasião de expor, essas sequelas são numerosíssimas, atingem os mais diversos órgãos e o seu tratamento envolve inúmeras medidas que seria extremamente longo e fastidioso enumerar.

Aliás, é minha opinião que nos temos preocupado em excesso com as consequências, quando deveríamos dar maior atenção à causa. É mais que tempo de mudar de agulha e colocar o maior empenho na prevenção do alcoolismo. Assim seremos mais racionais, mais eficazes, mais humanos e até mais económicos.

Ora, quando se põe a questão de prevenir o alcoolismo, há que começar por definir claramente o objectivo que pretendemos alcançar. É a abstenção total? Ou simplesmente a moderação? A favor da abstinência militam trabalhos que citei e que parecem demonstrar que até pequenas doses de álcool envolvem já um certo risco. Porém, num país como o nosso, de longuíssima tradição do uso de bebidas alcoólicas e com actividades vitivinícolas de grande impacto económico, seria ingénuo pregar a abstenção. Aliás, algumas experiências de proibição já feitas, a mais célebre das quais foi a “lei seca” imposta nos Estados Unidos, demonstram que essa via é errada. No dia 17 de Janeiro de 1920, sob o mandato do Presidente Wilson, entrou em vigor a 18.^a emenda à Constituição americana, proibindo a produção, a venda e o consumo de álcool sob todas as suas formas. Menos de 14 anos volvidos, a 5 de Dezembro de 1933, sob a Presidência de Franklin Roosevelt, a proibição foi derrogada pela 21.^a emenda à Constituição. Durante os escassos 14 anos da “lei seca”, inúmeras peripécias sacudiram os Estados Unidos, em relação com o consumo de álcool. As consequências principais da proibição foram a fraude, o contrabando e, pior que tudo, o crime organizado. A proibição foi um fracasso rotundo.

Pelas características do nosso país e pelo que nos ensina esta experiência falhada, não deve ser a proibição que visamos, embora haja todas as razões para louvar a abstinência. O objectivo em vista deve ser a moderação, que já dá uma boa garantia a quem a pratica, sem o privar de um prazer legítimo e sem provocar abalos económicos graves num país de grande cultura vitivinícola. Apenas em casos particulares a proibição total se impõe: em crianças de menos de 14 anos, nas

mulheres grávidas ou em processo de aleitamento e nos alcoólicos em cura de desintoxicação, em particular quando álcool-dependentes.

Definido o objectivo, de que meios podemos dispor para alcançá-lo? São diversas as medidas a recomendar: umas de tipo dissuasor; outras, mais simpáticas e mais proficuas, de natureza educativa.

Dentro do primeiro grupo, há várias actuações possíveis. Para começar, medidas que tendam a reduzir a produção de bebidas alcoólicas. De facto, quanto maior for a disponibilidade, maior será o consumo e quanto mais elevado for o consumo, mais frequentes e mais graves serão as mazelas que o álcool provoca.

Uma primeira medida neste sentido consistirá no arrancamento de vinhas, processo já recomendado pela CEE desde 1984. Medida à primeira vista antipática e mal recebida pelas regiões afectadas, parece-me, contudo, merecer boa atenção. Sabe-se que, em Portugal, existem muitas vinhas extremamente envelhecidas e frequentemente localizadas em terrenos bem mais propícios para outras culturas. Então, porque não fazer a conversão, com a ajuda de incentivos monetários adequados? Porque não substituir uma produção baixa de um vinho de qualidade inferior por uma colheita abundante de outro produto agrícola em que sejamos carenciados? Em vésperas de uma competição internacional mais dura, há que apostar sobretudo na auto-suficiência e na qualidade.

Uma segunda medida seria o agravamento das taxas sobre as bebidas alcoólicas. Um estudo publicado no *British Medical Journal*, analisando as consequências do aumento dos direitos indirectos sobre os álcoois num grupo de bebedores habituais, conclui que o seu consumo de álcool baixou 18% e as patologias associadas 16%.

Uma terceira medida diz respeito aos locais de venda de álcool. Nos países vitivinícolas e de grande tradição de consumo de bebidas alcoólicas, estas encontram-se à venda um pouco por toda a parte e a ocasião faz o ladrão. Sem coarctar indevidamente os direitos individuais, há que estabelecer regras que ordenem de forma adequada a distribuição dos locais de venda de bebidas alcoólicas, de modo a que estes não proliferem excessivamente. Não se pode esquecer que a maior parte desses locais de venda, sobretudo nos meios rurais, são também espaços de encontro e convivência, sentimentos naturais e legítimos a que, infelizmente, o álcool se encontra frequentemente associado. Haverá, pois, que procurar estabelecer outros tipos de elos, e a este respeito recintos desportivos atraentes poderão desempenhar um grande papel, o mesmo se dizendo de actividades culturais e recreativas.

A par do número de vendas, há que considerar as pessoas a quem se vende. A tendência actual é para restringir a aquisição de bebidas alcoólicas, só as colocando à disposição a partir de certa idade. O exemplo mais frisante é o dos Estados Unidos: só maiores de 21 anos podem

comprá-las. A União Soviética também alinhou recentemente pelo mesmo padrão. Mas outros países são menos rigorosos: em França, por exemplo, a compra é permitida a partir dos 14 anos. Infelizmente, Portugal segue, há muitos anos, o modelo francês.

Intimamente relacionado com o consumo de bebidas alcoólicas está o problema da publicidade. A disputa aqui é vivíssima, já que estão em jogo enormes interesses económicos: os dos produtores, distribuidores e vendedores de álcool e os da própria indústria publicitária e seus veículos. Para mim, pessoalmente, a publicidade é uma praga de que os homens um dia se hão de envergonhar. Desde que se disponha de dinheiro para esportular, não há nada que não se publicite, sem qualquer garantia do valor do produto, ou da sua inocuidade. As afirmações que se fazem são gratuitas e, todavia, para suportá-las, recorre-se aos meios mais aliciantes e ao talento, por vezes notável, dos profissionais da promoção. Tudo isto está profundamente errado e não pode deixar de ser eticamente condenável.

No caso concreto do álcool, que é um produto reconhecidamente perigoso, a proibição da publicidade deveria ser total e em todos os meios de comunicação, especialmente nos de maior impacto, como é a televisão.

Lamentavelmente, Portugal está mal situado a este respeito. Com efeito, a publicidade ao álcool é autorizada em todos os meios de comunicação, embora com algumas limitações de horário e certas regras, que frequentemente não são cumpridas. O mesmo se passa na Itália, na Grécia, na Alemanha Federal, no Luxemburgo, no Japão e na Austrália. Pelo contrário, a publicidade é interdita na rádio e na televisão na Bélgica, na Holanda, na Dinamarca, na Suíça e na Nova Zelândia. A interdição limita-se à televisão (com algumas excepções) e às revistas para jovens, em França. A proibição é total, isto é, em todos os meios, na Suécia, na Noruega e na Finlândia.

É claro que não são apenas os fogachos publicitários que interessam, sobretudo na televisão. Se em filmes, séries e telenovelas vimos constantemente os heróis de copo em punho, o estímulo ao consumo é muito forte, e lamentavelmente é isso que acontece. O mesmo se dirá do cinema. Precisamos urgentemente de vedetas sóbrias.

Para ser lógica e eficaz, a prevenção do alcoolismo, mesmo nestes aspectos dissuasores de que tenho estado a tratar, terá que complementar as proibições com medidas adequadas à satisfação do natural desejo de beber quando se tem sede, ou simplesmente de estimular o convívio em reuniões. Com estes objectivos, nota-se actualmente, sobretudo nos países mais avançados, uma tendência para o recurso a bebidas não alcoólicas, como o leite e, principalmente, as águas minerais e os sumos de frutos. Uma dificuldade se opõe ainda a esta salutar substituição: o preço. Impõe-se, pois, o alívio fiscal dessas bebidas saudáveis e facilidades para efeitos publicitários.

Alguna imaginação se tem igualmente revelado neste campo das bebidas sem álcool. Por exemplo, o lançamento da cerveja sem álcool, para aqueles que desejam satisfazer o seu paladar

sem comprometer a saúde. Em França, esta nova cerveja está registando uma progressão de 35% ao ano. Outra ideia é a dos bares sem álcool, que permitem manter espaços de encontro e convívio sem os riscos da ingestão de álcool.

A par destas medidas dissuasoras, devem ser conduzidas outras, de carácter educativo, cuja eficiência a longo prazo promete ser maior. O público está muito mal informado acerca do álcool, atribuindo-lhe virtudes que não tem e ignorando os seus riscos. Há, pois, que promover um amplo, intenso e incansável trabalho de informação, devidamente planificado e orientado por organismos competentes.

A nível geral e através de todos os meios de comunicação social, há que desmistificar certas crenças muito enraizadas em largos estratos da população. Assim, o álcool não alimenta, não dá força, não aquece, não mata a sede, não facilita a digestão, não aumenta a virilidade. Paralelamente, há que pôr bem a claro os malefícios do seu uso em excesso, através de exemplos impressionantes e facilmente apreendíveis por quem lê, ouve, ou olha. Todos os meios são bons, desde a banda desenhada ao cinema, com particular realce para a televisão. A afixação de cartazes é também um veículo importante da boa doutrina. Já vão longe os tempos da minha juventude quando, sob o beneplácito do ditador infame, que errou a maior parte das grandes decisões, podia ver-se, profusamente distribuído, um grande cartaz com a palavra de ordem: "Beber vinho é dar de comer a 1 milhão de portugueses"!

A par destas mensagens avulsas destinadas ao grande público, há uma obra de educação sistemática a realizar. Ela deve começar logo na instrução primária e continuar nos graus seguintes, até ao ensino superior. É uma responsabilidade particularmente grave de dirigentes políticos e de professores alertar os jovens para os perigos do álcool, antes que eles sejam tentados a consumi-lo sem regra. É fundamental o simultâneo esclarecimento e conselho dos pais. A mesma acção pedagógica deverá ser desenvolvida em fábricas, quartéis e prisões.

Um papel da maior relevância cabe ao clínico geral/médico de família, que pela sua posição é em regra o primeiro a dar-se conta de pequenos desvios e a poder corrigi-los ele próprio, ou a encaminhar o paciente para entidades ou organismos apropriados.

Em França, pertence uma função muito importante aos CHA (Centros de Higiene Alimentar), aos quais, em 1983, foi explicitamente acrescentada uma valência de Alcoologia - CHAA (Centros de Higiene Alimentar e de Alcoologia). Progressivamente espalhados por todo o país, o seu orçamento tinha passado de 32 milhões de francos em 1982 para 80 milhões (= 2 milhões de contos) em 1985.

Em Portugal, existiam há muito 3 Centros de Recuperação de Alcoólicos, em Lisboa, Porto e Coimbra, ligados a hospitais psiquiátricos. Legislação recente, de Outubro de 88, deu-lhes auto-

nomia e mudou-lhes o nome para Centros Regionais de Alcoologia (CRA). Aí se podem encontrar os cuidados mais altamente diferenciados. Para obviar ao inconveniente da distância para muitos pacientes, procuram agora estes Centros, em coordenação com as Administrações Regionais de Saúde, estabelecer postos mais periféricos, se possível a nível de cada distrito, a que se possa recorrer em primeira mão.

Aos Directores dos Centros, doutores Maria Lucília Mercês de Melo em Coimbra, José Barrias no Porto e Odília Castelão em Lisboa, bem como aos seus colaboradores, são devidos os maiores encómios pela luta inteligente e incansável que de há muito vêm travando contra o alcoolismo em Portugal.

Claro que para pôr de pé todo este sistema é indispensável um processo de formação dos técnicos que virão integrar os órgãos citados: médicos, enfermeiros, assistentes sociais, dietistas, psicólogos, etc.. Para tanto se impõe a inclusão da Alcoologia nos respectivos currículos e a criação, nas Faculdades de Medicina, de uma Competência em Alcoologia, a exemplo do que já hoje sucede em muitas Faculdades francesas.

Mas a luta antialcoólica pode e deve mobilizar todas as boas vontades. Um papel do maior relevo cabe às associações de antigos bebedores, a mais famosa das quais é a dos Alcoólicos Anónimos, criada em 1935 nos Estados Unidos, introduzida em França em 1960 e recentemente em Portugal. Existem actualmente cerca de 28 000 grupos em mais de 100 países, somando para cima de 1 milhão de membros. Os homens e as mulheres que constituem os grupos de Alcoólicos Anónimos têm de comum apenas o facto de terem sido alcoólicos que lograram vencer os seus problemas e que agora se juntam para ajudar os pacientes em dificuldades, encorajando-os, contando-lhes as suas próprias experiências e conseguindo frequentemente sucessos inesperados. Os seus relatos vividos são muitas vezes mais convincentes que lições magistrais. Em Portugal, a sua implantação ainda é escassa, mas os Centros de Alcoologia estão também a organizar grupos de antigos bebedores recuperados para desempenharem uma função semelhante.

O esquema da luta antialcoólica não ficará completo sem órgãos de cúpula, que a dirijam e coordenem. Em França existem a Comissão Nacional de Defesa contra o Alcoolismo e a Alta Comissão de Estudo e de Informação sobre o Alcoolismo. Em Portugal foi criada, em 1977, a Comissão de Combate ao Alcoolismo, atitude meritória, mas que pecou por insuficiência. Com efeito, é demasiado restrita - 5 membros - contemplando apenas alguns aspectos do vasto problema do alcoolismo.

Julgo que haveria grande vantagem em criar, entre nós, um organismo semelhante à Alta Comissão de Estudo e de Informação sobre o Alcoolismo, estabelecida em França, em 1954, pelo

Primeiro-Ministro Pierre Mendès-France e colocada directamente sob a dependência do seu Gabinete. A acção que tem desenvolvido ao longo destes 35 anos é verdadeiramente notável e por certo que contribuiu muito para o facto de a França ser o único país do Mundo onde o alcoolismo vem declinando regularmente desde há 25 anos. É, aliás, sintomático que, de todas as realizações de Mendès-France, só a Alta Comissão tenha atravessado os anos e os regimes políticos, vendo sempre crescer a sua importância.

Em França existe ainda, desde 1980, uma Comissão Interministerial, composta pelos ministros relacionados com os problemas do alcoolismo e que reúne várias vezes por ano.

A Alta Comissão francesa tem uma composição vasta, incluindo pessoas de formação muito diversa, como é lógico num órgão que vai lidar com os múltiplos e complexos problemas que o alcoolismo levanta. É assessorada por um secretariado permanente e pode constituir-se em subcomissões.

Nestes seus 35 anos de vida, a Alta Comissão, além de aconselhar as instâncias governamentais, tem estimulado o estudo da Alcoologia nas suas diversas vertentes e difunde informação preciosa através das suas publicações. Criou também, em 1976, os prémios Robert Debré - seu primeiro Presidente - visando estimular a investigação no domínio da Alcoologia. Os prémios Robert Debré têm sido concedidos a teses de Medicina, Farmácia, Biologia, Psicologia, Sociologia, Economia, Direito e Letras. Recensões dos trabalhos premiados são publicadas no boletim da Alta Comissão e por elas se vê como a instituição destes prémios tem contribuído para os progressos da Alcoologia.

Mais recentemente, em 1988, a Alta Comissão criou o prémio Michel Fontan - seu actual Presidente - visando consagrar um trabalho sobre a Alcoologia na sua relação com as práticas sociais e educativas.

Outra importante iniciativa da Alta Comissão foi a concessão de bolsas de estudo, a atribuir aos autores de teses e memórias de Medicina, Farmácia, Odontologia, Direito, Ciências Humanas e Ciências Económicas, com o fim de promover a realização de trabalhos universitários sobre Alcoologia.

A luta contra o alcoolismo está envolvendo também estruturas supranacionais, particularmente a CIPAT ou ICPT (Comissão Internacional de Prevenção do Alcoolismo e da Toxicomania), sediada em Washington, organização não governamental, apolítica e não sectária das Nações Unidas, reunindo os maiores especialistas mundiais da prevenção das drogas, em particular do alcoolismo, a qual realiza periodicamente os seus congressos mundiais.

Finalmente, há que contar com a Organização Mundial de Saúde, que começou o seu ataque ao flagelo do alcoolismo em 1977 e que continua a considerar que o alcoolismo se mantém como um dos problemas de saúde mais preocupantes nos finais do século XX. Como é sabido, a OMS não define a saúde simplesmente como a ausência de doença, mas sim como "o estado de

completo bem estar físico, mental e social”. Por outro lado, estabeleceu como objectivo “a saúde para todos no ano 2 000”. Ainda nos falta mais de uma década, mas é já evidente que a meta não será alcançada, e o alcoolismo vai ser uma das causas do desaire. Não tomemos o facto como fonte de desânimo, mas antes como razão forte para nos empenharmos mais intensamente no combate. Para mais em Portugal, que é o nosso país, onde as pessoas com problemas ligados ao álcool devem rondar o milhão e o consumo de álcool *per capita* é o segundo em todo o Mundo.

Todos nós temos que participar, como peritos ou como simples cidadãos. E porque não a Universidade como instituição? Usando o seu prestígio, apontando caminhos e soluções, exigindo medidas a quem tenha poder para tomá-las. Fui um dos primeiros a criticar a Universidade ensimesmada, fechada dentro dos seus muros, e a considerar como uma das suas grandes missões a prestação de serviços à Comunidade. Daí até admitir que deva ser gerida como uma empresa vai um abismo, particularmente se quiserem que seja uma empresa auto-suficiente. Não objecto a que ajude a criar riqueza, desde que não se quede por aí, antes contribuindo também e até principalmente para que essa riqueza seja justamente repartida. A Universidade, que é acima de tudo uma casa de ciência, de cultura e de humanismo, deve pregar bem alto os ideais da solidariedade e da justiça social, quer a nível interno do nosso país, quer no plano mundial, porque a Terra já é hoje demasiado pequena para que queiram dividi-la, e as desigualdades demasiado grandes para que não despertem a nossa revolta lúcida.

Como disse Raoul Follereau, o grande apóstolo da luta contra a lepra, “ninguém tem o direito de ser feliz sozinho”. No caso do alcoólico, que começou por ser apenas um bêbedo, do foro da moral e da polícia, para passar depois a alienado, no âmbito da psiquiatria, deve ser hoje visto apenas como um doente e, como tal, amparado, tratado e reabilitado. E se um doente é um infeliz, eu termino com um pensamento de Séneca, que sempre me tocou muito: “Um infeliz é uma coisa sagrada.”

(Página deixada propositadamente em branco)

Doutor
Henrique Vilaça Ramos

1997



Em louvor da radiologia

Henrique Vilaça Ramos

•

Nasceu em Coimbra a 28 de Fevereiro 1934.

Carreira Académica

Matriculou-se na Faculdade de Medicina no ano de 1952. Licenciado em 1959.
Doutor em 1970. Professor Catedrático desde 1982, aposentou-se antecipadamente em 1998.
Lecionou: Semiótica Radiológica; Imagiologia.

Cargos Exercidos

Médico Militar em Bissau. Presidente da Assembleia de Representantes,
do Conselho Pedagógico e do Conselho Científico da Faculdade de Medicina de Coimbra.
Director do Serviço de Radiologia dos Hospitais da Universidade de Coimbra.
Presidente do Colégio da Especialidade de Radiologia da Ordem dos Médicos
e da Sociedade Portuguesa de Radiologia e Medicina Nuclear. Vogal do Conselho
Disciplinar do Centro da Ordem dos Médicos. Membro de várias Comissões de Reforma
do Plano de Estudos da Faculdade de Medicina.
Membro da direcção científica da revista *Coimbra Médica*.

Distinções

Académico titular da Academia Portuguesa de Medicina.



Henrique Vilaça Ramos

Foto gentilmente cedida pelo próprio.

*Oração de Sapiência proferida na Abertura Solene
das Aulas da Universidade de Coimbra,
em 15 de Outubro de 1997.*

MAGNÍFICO REITOR DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
SENHOR PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SENHOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL
SENHOR MINISTRO DA EDUCAÇÃO
SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DO ENSINO SUPERIOR
DEMAIS AUTORIDADES CIVIS, MILITARES, RELIGIOSAS E ACADÉMICAS
SENHORES DOUTORES
SENHORES ASSISTENTES E INVESTIGADORES
SENHOR PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA
CAROS ESTUDANTES; PREZADOS FUNCIONÁRIOS
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

Dispõe o regimento que esta alocução inaugural do ano académico seja em louvor da ciência.
É o que me proponho fazer.

EM LOUVOR DA RADIOLOGIA

Não sabemos situar com precisão o momento em que a espécie humana fez o seu aparecimento sobre a Terra, nem o texto, mais que todos simbólico, do Livro do Génesis, pretendeu esclarecer esta dúvida que os paleantropologistas tornam ainda mais complexa ao formular a hipótese de a hominização ter ocorrido, independentemente, em vários pontos do planeta. Mas se alimentamos dúvidas quanto à data em que os primeiros homens irromperam da cadeia evolutiva, não as temos sobre a existência prévia da doença. Esta, enquanto desequilíbrio entre o ser vivo e o meio, é uma fatalidade biológica que acompanha a vida desde os seus primórdios.

A própria Medicina, se a considerarmos de maneira lata como englobando todas as práticas curativas, é provavelmente também, de certo modo, anterior ao Homem, pois alguns animais evidenciam, ainda hoje, comportamentos perante a doença que são objectivamente terapêuticos. O Homem, porém, indagou as causas da doença, sistematizou o diagnóstico, racionalizou as práticas curativas e estabeleceu modos de evitar muitos dos padecimentos que o afligem.

Nesta tarefa nunca acabada, o Homem debateu-se inicialmente com o total desconhecimento de si mesmo e das moléstias que o podiam afligir. Conseguimos imaginá-lo recolhido no fundo de uma qualquer caverna, sentindo a dor pungente naquele braço sobre o qual caíra e que agora se tornava tumefacto, quente e progressivamente tingido de uma estranha coloração azul. Podemos também intuir o tropel de ideias que o assaltava. Por certo estabeleceria alguma relação entre o traumatismo e os efeitos que verificava e por certo também que no seu espírito se interrogasse sobre o que se esconderia debaixo da sua pele e era responsável pelo seu sofrimento. Esta dúvida perante a doença representava, afinal, o mais poderoso motor para o desenvolvimento da Medicina.

E assim o Homem interrogou-se sobre si mesmo, sobre o modo como era constituído e como funcionavam as várias parcelas que o compunham. A observação dos cadáveres humanos ou, à falta destes, a dissecação de animais, que lhe estavam próximos na escala biológica, proporcionaram o material de estudo para o conhecimento anatómico, mas faltava-lhe a capacidade para estudar o Homem “in vivo”, tanto na saúde, como na doença. É verdade que certas práticas cruentas que se exerciam, a título punitivo, sobre aqueles que infringiam as normas de convivência ou que simplesmente desagradavam ao poder estabelecido, facultaram algumas observações do interior do Homem vivo. Bastará lembrar os desgraçados que foram esfolados em vida, tema de que Pascoal Parente nos deixou em Coimbra uma impressiva tela sobre o martírio de São Bartolomeu, e que André Vesálio no seu célebre tratado de anatomia nos faz recordar também através de uma iconografia tão realista.

Ver o Homem vivo, por dentro, sem o recurso ao aço frio dos escalpelos, e perscrutar a doença que se esconde na sua intimidade era uma ambição que, no longo caminho percorrido pela Humanidade desde os seus alvares, parecia um objectivo inatingível. Foi de facto preciso aguardar pelo século XIX para que esta suposta quimera encontrasse realização.

É a Wilhelm Conrad Röntgen que devemos a descoberta dos raios X, nos finais do ano de 1895, os quais vieram converter em realidade este anseio multimilenar. Ainda há bem pouco tempo foi celebrado o centenário desta magnífica descoberta e estão na nossa memória os actos

comemorativos tão justamente promovidos pela nossa Universidade. A descoberta dos raios Röntgen foi, efectivamente, um acontecimento de enorme dimensão científica, com repercussões profundas em múltiplos ramos do saber e da actividade humanos. Desde logo, porque a sua descoberta abriu as portas da Física moderna ao colocar nas mãos dos cientistas um meio para investigar a estrutura da matéria. Tal como assinalou Landwehr (1), avalia-se o impacto científico dos raios X pelo impressionante número de mais de 20 prémios Nobel atribuídos a investigadores que os tiveram como objecto ou que os usaram como instrumento de pesquisa. Nos nossos dias, os físicos continuam a utilizar estas radiações, nomeadamente com raios de energia elevadíssima, produzidos em gigantescos aceleradores de partículas. A Astronomia, a Indústria e a Arte são outros exemplos da vastíssima gama de aplicações dos raios Röntgen. Mas a sua maior utilização deu-se no campo da Medicina que a eles recorre diariamente, mesmo nos lugares mais afastados do nosso globo. Aliás, quando os raios X fizeram a sua entrada na cena científica, o que inflamou a imaginação dos povos e concitou o seu entusiasmo foi exactamente o facto de se ter finalmente encontrado um meio para observar o interior do Homem vivo.

Vale a pena recordar o momento da descoberta, pois ela é um exemplo luminoso do método científico.

A descoberta dos raios X foi por vezes minorizada, como se de um simples acaso se tratasse. O próprio Röntgen afirmou que ela se ficou a dever ao acaso, o que deu armas àqueles que sempre procuram diminuir o mérito alheio. Mas qual foi o acaso a que Röntgen se referia? Caminhando no terreno da ciência, mais não fez que recolher do chão a pepita de ouro em que o seu pé tropeçara? Ora, como tem sido repetidamente salientado, o acaso só leva à descoberta científica quem está preparado para o aproveitar e a descoberta dos raios X constitui um esplêndido exemplo de que, só conjugado com a capacidade do observador, pode o acaso dar origem à descoberta científica. Como bem perguntava há cinquenta anos Diogo Furtado, quantos milhões de vezes caiu a maçã antes que o génio de Newton tivesse chegado à lei da gravitação universal?

No que concerne aos raios X, não estavam eles a ser produzidos em múltiplos laboratórios de física pelo mundo fora, sem que os cientistas disso se tivessem apercebido? E não é também verdade que vários investigadores tinham mesmo observado efeitos dessa presença dos raios X, mas nenhum antes de Röntgen tinha chegado à descoberta?

(1) Landwehr G. - *What modern physics owes to W.C. Röntgen* - Actas Simp. Comem. Descob. Raios X - Univ. Coimbra, 1996; 45-59.

Johnson, Hittorf e Goldstein foram alguns dos que, ao trabalhar com ampolas de raios catódicos, observaram luz em materiais fluorescentes colocados na vizinhança e que mais não era que um efeito das radiações invisíveis a que Röntgen deu depois o nome de raios X. Sir William Crookes, o célebre físico britânico, queixou-se à casa Ilford, que lhe fornecia as chapas fotográficas, de que estas se apresentavam veladas. Substituída a remessa, quando de novo Crookes reclamou do mesmo defeito, a Ilford garantiu-lhe que o material estava bom e que o problema tinha origem no seu laboratório de investigação. Infelizmente para Crookes, este efeito dos raios Röntgen, hoje bem conhecido, não suscitou qualquer investigação consequente da sua parte. Também o físico americano Goodspeed sofreu um percalço semelhante ou até mais revelador. Sobre uma chapa fotográfica, tinha tido por acaso duas moedas. Quando, mais tarde, usou aquele material fotográfico verificou, para sua enorme estupefacção, que nele apareciam duas manchas negras e redondas, coincidentes com o local onde as moedas tinham estado. Mesmo então, o físico americano não passou da surpresa do achado à investigação científica capaz de lhe explicar o fenómeno.

Como vemos, o acaso generoso batera a muitas portas, mas nenhuma se lhe abria. Só Röntgen teve o mérito de, a partir do acaso, fazer ciência. Vejamos como isto sucedeu.

Em 1895, Röntgen investigava os raios catódicos e, fiel ao seu método minucioso e rigoroso de trabalho, começou por repetir as experiências recentes de Lenard. Tal como revelou mais tarde, em dado momento envolveu a ampola com um cartão preto de modo a impedir a passagem da luz que aquela emitia. Infelizmente, Röntgen destruiu todos os seus registos científicos, pelo que não é possível saber com precisão qual era o objectivo deste modelo experimental, mas este novo protocolo de pesquisa revela que o sábio alemão já tinha ultrapassado o trabalho de Lenard e que procurava algo de diferente.

Quando Röntgen fez passar a corrente eléctrica na ampola, com a sala obscurecida, viu surgir luz sobre o tampo de uma mesa onde tinha um ecrã com material fluorescente. Desligou o aparelho e a luz extinguiu-se. Ligou-o de novo e a luz misteriosa reapareceu. Que turbilhão de ideias terá então cruzado o seu pensamento! Seria aquilo devido aos raios catódicos? Porém, considerada a distância a que estava o ecrã, tal hipótese parecia ir contra o que já se conhecia acerca deles. Mas se não era isso, que outra explicação poderia ser encontrada? O efeito de outra radiação invisível? E em tal caso, tratar-se-ia de uma das radiações já conhecidas ou de um novo tipo de raios? Ou seria uma manifestação de uma natureza diferente? Todas as conjecturas eram possíveis nessa época.

Neste passo é pertinente regressar à questão do acaso que Röntgen revelou mais tarde ter estado na origem da descoberta. Röntgen não o explicitou, pelo que hoje não sabemos qual terá

sido. Entre as várias hipóteses, privilegio a do tipo de ecrã usado por Röntgen. Como era habitual, no estudo dos raios catódicos usavam-se ecrãs fluorescentes, mas enquanto o de Lenard era constituído por um material orgânico, Röntgen preferiu o platinocianeto de bário, por emitir uma luz mais intensa. Todavia, como se verificou mais tarde, o ecrã de Lenard fluorecia com os raios catódicos, mas não com os raios X, enquanto o de Röntgen também emitia luz quando submetido às radiações até aí desconhecidas. Esta circunstância foi decisiva para que o acaso providencial surgisse perante os seus olhos maravilhados. Mas o acaso com que foi presenteado não obteve dele uma resposta precipitada. Röntgen era um cientista prudente, incapaz de tirar conclusões apressadas e por isso fez sucessivas experiências, com enorme meticulosidade, de modo a assegurar-se, primeiro, de que o efeito não decorria de qualquer erro do protocolo experimental. Depois disso passou à formulação de hipóteses explicativas e à sua verificação, através de ensaios repetidos até à exaustão, durante sete semanas de febril actividade de pesquisa em que se isolou literalmente no seu laboratório. Conseguiu assim demonstrar, sem margem para dúvidas, que se tratava de facto de um novo tipo de radiação e determinou, desde logo, as suas características fundamentais.

Como se vê, Röntgen estava longe de ser um cientista simplesmente bafejado pela fortuna. Pelo contrário, percorreu todo o caminho que nas ciências da natureza vai do acaso à descoberta: a observação de um fenómeno, a dúvida suscitada pelo inesperado, a formulação de uma hipótese explicativa e a elaboração de um protocolo de pesquisa que permita, por fim, verificar a hipótese. A chave de todo este processo de descoberta foi evidenciada de forma sintética pelo mesmo Röntgen quando, a um jornalista que lhe perguntava o que havia pensado no momento em que vira o ecrã iluminar-se, respondeu com desarmante simplicidade: “Eu não pensei, investiguei”.

Um ano antes da sua memorável descoberta, Röntgen, que fora eleito reitor da sua Universidade, teve ocasião, no seu discurso de posse, de fazer uma reveladora citação de um outro investigador do século que o precedera e que, no seu caso, se veio a mostrar premonitória. A frase que Röntgen repetiu foi a seguinte:

“Muitas vezes, a natureza revela milagres espantosos que nascem das observações mais simples, mas que só são reconhecidos por aqueles que possuem sagacidade e acuidade investigativa e consultam a experiência, mestra de todo o conhecimento” (2).

(2) Kircher PA - cit. Peters PE in W. C. Röntgen: an european scientist - Europ. Congr. Radiol. Viena, 1995.

Fora Röntgen português, talvez citasse também um autor mais antigo, do início do século XVI, o nosso valoroso Duarte Pacheco Pereira que, no “Esmeraldo de situ orbis”, afirmou ser “a experiência a madre das coisas” e que por ela sabemos “radicalmente a verdade”.

Embora não seja este o momento, nem o lugar para fazer o retrato do cientista alemão, relevar-se-me-á que deixe aqui uma brevíssima alusão a Röntgen, o homem. De uma enorme humildade e inteireza de carácter, deu ao longo da vida inúmeras provas do elevado espírito que o habitava. Cito apenas duas. Primeiro prémio Nobel da Física, doou integralmente a soma respectiva à sua Universidade. Röntgen foi várias vezes solicitado para comercializar a sua descoberta, o que sempre recusou. Quando o seu amigo, Eng.º Max Levy da casa AEG, lhe fez o mesmo pedido, recebeu a seguinte resposta:

“De acordo com a boa tradição dos professores universitários germânicos, entendo que as suas descobertas e invenções pertencem à Humanidade, pelo que não devem ser limitadas por patentes, licenças ou contratos, nem controladas por nenhum grupo” (3).

É a este excepcional exemplar do género humano que a Radiologia deve o seu fundamento.

Mas o processo científico, de que a descoberta de Röntgen é paradigma, não se esgota na descoberta em si mesma. Como sabiamente salientou Sebastião Formosinho, “não há construção da ciência sem comunicação” (4). A história regista inúmeras descobertas que ficaram silenciadas no pó dos arquivos ou no espólio dos investigadores, por não terem chegado oportunamente ao conhecimento do mundo científico e não contribuíram, portanto, para a construção do edifício do saber humano. Reencontradas mais tarde, tais descobertas, entretanto alcançadas e divulgadas por outros, abonam a argúcia de quem as produziu, mas de nada serviram à humanidade.

Röntgen tinha plena consciência dessa necessidade de comunicação e, para isso, tomou dois tipos de medidas: por um lado, a apresentação dos seus resultados na sessão de uma academia científica, com direito ao seu registo nas respectivas actas; por outro, a comunicação directa, por via epistolar, a diversos cientistas de vários países. Quanto à primeira diligência, Röntgen deparou com uma dificuldade, pois quando se dirigiu ao presidente da Sociedade de Física e de Medicina de Würzburg, em 25 de Dezembro de 1895, verificou que a sessão científica só poderia ter lugar

(3) Eisenberg RL - *Radiology: an illustrated history* - Mosby Year Book Ed. St. Louis, 1992.

(4) Formosinho SJ e Branco JO - *O brotar da criação: um olhar dinâmico pela ciência, a filosofia e a teologia*. Univ. Catól. Ed. Lisboa, 1997.

no dia 23 do mês de Janeiro seguinte. Mesmo assim, obteve a publicação antecipada nos anais da Sociedade, em cujo volume de 1895 ocupa as últimas páginas com o título “Eine neue Art von Strahlen”. Mas Röntgen correspondia-se com diferentes físicos europeus e americanos, pois era um cientista prestigiado na comunidade da Física. Aproveitou então as provas tipográficas do trabalho ainda em curso de impressão nos referidos anais para as enviar, no dia 1 de Janeiro de 1896, juntamente com radiografias por si obtidas, a diversos físicos de nomeada. Entre estes contava-se o vienense Franz Exner que logo promoveu uma reunião em sua casa para, com os seus colegas, analisar e discutir o material recebido. Presente nessa reunião estava um filho de director do jornal austríaco “Die Presse” e deu-se a inevitável fuga da informação que, da comunidade científica e ainda em fase de avaliação, caiu no domínio público. O que se seguiu foi que, pela primeira vez, uma descoberta científica alcançou uma imediata repercussão à escala mundial. A velocidade com que a notícia se espalhou foi impressionante para a época, de tal modo que chegou ainda nesse mesmo mês a todo o mundo civilizado. Em Portugal, a descoberta foi noticiada pelo jornal “Novidades” no dia 27 de Janeiro.

Permita-se-me que abra agora um parêntesis para mencionar alguns factos da história da ciência portuguesa ligados à Radiologia e para salientar o papel que a Universidade de Coimbra desempenhou na introdução dos raios X em Portugal.

Devem-se a Henrique Teixeira Bastos, lente de Física desta Universidade, as primeiras experiências nacionais com os Raios X. Depois, em ligação com o seu colega da Faculdade de Medicina, Daniel de Matos, utilizou pela primeira vez os raios Röntgen para o diagnóstico médico. O interesse didáctico destes documentos foi desde logo reconhecido, pelo que se iniciou aqui também a sua utilização no ensino médico. Foi igualmente na Universidade de Coimbra que se realizou a primeira dissertação de “conclusões magnas” sobre as novas radiações. Esta importante série de primados, que Ayres de Sousa (Pai) ⁽⁵⁾ coligiu na sua valiosa investigação histórica sobre o início da Radiologia em Portugal, constitui natural motivo de orgulho desta “Alma Mater” e foi por isso justamente celebrada quando, sob a presidência honorária do Magnífico Reitor, decorreram as comemorações do centenário da descoberta dos raios X a que já aqui fiz menção.

A ciência radiológica conheceu em Portugal um dos seus mais prodigiosos desenvolvimentos que se ficou a dever ao génio de Egas Moniz. A técnica de angiografia cerebral, por si criada, foi depois estendida a outros departamentos do organismo humano, graças a uma brilhante pléiade de investigadores que, no seu conjunto, são hoje referidos sob a designação de Escola Portuguesa

⁽⁵⁾ Sousa A - *A descoberta de Röntgen e a Universidade de Coimbra*. Bol. Soc. Port. Radiol. Médica 1947; 7: 299-309.

de Angiografia. O edifício científico que construíram representa uma das mais importantes contribuições de Portugal para a história universal das ciências. Ao celebrar neste momento o nome de Egas Moniz, justo orgulho da nossa Medicina e único prémio Nobel português ⁽⁶⁾, é mister recordar que esta casa presenciou o doutoramento daquele que viria a ser insigne mestre da Faculdade de Medicina de Lisboa, mas que havia sido em Coimbra que se formara como médico e cientista e que ainda aqui havia já alcançado o lugar de professor. Aliás, também Lopo de Carvalho, que na esteira de Egas Moniz foi o criador da angiografia pulmonar, a denominada angiopneumografia, percorreu exactamente o mesmo caminho universitário.

Fecho este parêntesis sobre aspectos que tocam mais de perto a história da ciência nacional e regresso aos primórdios da Radiologia Médica para considerar o desenvolvimento que depois sofreu esta ciência.

Diga-se desde já que o advento da Radiologia é uma charneira que divide a História da Medicina em dois períodos de tal modo distintos que, apesar de ainda só ter decorrido um século sobre tão fecunda descoberta, se nos torna já difícil conceber a praxis médica sem o recurso ao diagnóstico imagiológico.

Pode afirmar-se que a história da Radiologia conheceu igualmente duas fases. Na primeira, imperou a chamada radiologia convencional, que melhor fora designada de radiologia clássica, a qual assenta nos métodos bem conhecidos da radiografia e da radioscopia. A segunda fase foi marcada pelo advento dos métodos tomográficos modernos que permitem observar o interior do organismo como se o cortássemos em camadas sucessivas. A tomografia computadorizada, criada em 1972 pela mente perspicaz de Godfrey Hounsfield, constitui uma destas novas modalidades tomográficas e é um método também baseado no uso dos raios X. As outras técnicas tomográficas modernas não se ligam tão directamente aos raios descobertos por Röntgen. Mas o cientista germânico, ao oferecer as novas radiações à Medicina, realizou uma verdadeira revolução conceptual ao criar imagens visíveis a partir de energias invisíveis. Nesta mesma senda vieram inscrever-se a ecografia, em que as imagens são formadas a partir da energia mecânica dos ultrassons, e mais recentemente as imagens de ressonância magnética, obtidas com a energia electromagnética das ondas de radiofrequência. E já se concebe a utilização de outras formas de energia para a produção de imagens médicas, campo que a investigação actual vem cultivando.

⁽⁶⁾ Há quem considere Ramos Horta, premiado com o Nobel da Paz, o segundo português a receber tão elevada distinção, mas isso não leva em conta que foi como timorense e lutador incansável pela autodeterminação do seu Povo, que lhe foi atribuído aquele alto galardão.

O aparecimento das imagens ecográficas, de tomografia computadorizada e de ressonância magnética promoveu uma nova revolução na Medicina e este progresso exaltante não cessa de se desenvolver em numerosas frentes, de que são exemplo a possibilidade de realizar imagens tridimensionais e a de estudar diversas estruturas orgânicas, como os vasos sanguíneos, sem a necessidade, como até aqui, das manipulações cruentas que ferem o indivíduo para introduzir nessas estruturas substâncias radiopacas que as tornem visíveis.

Além de tudo quanto já disse, vai ainda a crédito dos raios Röntgen a aplicação que a Medicina deles faz para o tratamento dos doentes. A radioterapia, iniciada com os raios X e depois alargada às radiações γ e aos feixes de partículas atômicas, é hoje uma arma de enorme valia no nosso arsenal terapêutico.

A Radiologia vive neste momento uma fase de expansão acelerada em múltiplos domínios e constitui uma das áreas em que o progresso médico mais se faz sentir. As perspectivas que se lhe abrem são imensas, pelo que quer como ciência, quer como actividade profissional, oferece aos seus cultores apaixonantes campos de cultivo.

Mas a história luminosa dos raios X tem também algumas sombras.

Logo no primeiro ano da sua utilização médica, surgiram provas de que podiam produzir efeitos deletérios nos indivíduos a eles expostos. A primeira geração de radiologistas e muitos doentes dessa época pagaram um preço bem alto, por vezes a própria vida, pelo uso das radiações em doses elevadas. Mais tarde, os terríveis resultados dos bombardeamentos atômicos em Hiroshima e Nagasaki, bem como as consequências nefastas dos acidentes em centrais nucleares, avolumaram as preocupações dos cientistas, dos profissionais médicos e do público em geral quanto à exposição humana às radiações ionizantes.

Como hipótese de trabalho, os cientistas admitiram que toda a radiação ionizante, seja ela de raios X ou de outro tipo, pode produzir danos na saúde dos indivíduos, por mais baixa que seja a dose de irradiação a que estão sujeitos. Com base nesta hipótese científica, estabeleceram-se as normas de protecção contra radiações ionizantes de acordo com o chamado conceito Alara, das iniciais da expressão inglesa "as low as reasonably achievable". Na verdade, é prudente esta recomendação da Comissão Internacional de Protecção contra Radiações que leva a usar uma dose tão baixa de radiações quanto for razoavelmente possível. Mas "razoavelmente" significa que não deve a dose ser tão baixa que ponha em risco o objectivo para que elas foram utilizadas. Todavia, esta ideia de um só fotão de raios X poder ser lesivo da saúde e que foi proposta como simples hipótese, transformou-se insensivelmente, aos olhos de muitos profissionais e do público,

em tese demonstrada. Conforme a abordagem epistemológica de Thomas Kuhn, passou a constituir um paradigma, o qual está na gênese de um clima de receio generalizado das radiações, quando não de verdadeiro alarme. Mas tem ele fundamento? A Radiologia Médica que nasceu de um acaso estará à beira do ocaso? O encanto deve dar lugar ao desencanto?

A Terra é alvo de um contínuo bombardeamento de radiações que lhe chegam do espaço sideral e, no próprio planeta, inúmeros materiais contribuem para o denominado “fundo natural de radiação”. A vida na Terra desenvolveu-se, pois, num ambiente de que as radiações eram parte integrante e, por isso, é lícito admitir que sem elas a vida não se teria desenvolvido ou que, pelo menos, o teria feito num sentido diferente daquele em que se verificou. Se admitirmos isto, facilmente aceitaremos também que as radiações podem ser benéficas. Ora, desde os primórdios da Radiologia verificaram-se numerosos exemplos de estruturas biológicas que mostram efeitos benéficos aparentemente na dependência da exposição a doses baixas de radiações. Estes dados levaram muitos investigadores, como Luckey (7) nos Estados Unidos e Wachsmann (8) na Alemanha, a propor um novo paradigma, segundo o qual a irradiação produz efeitos benéficos em doses baixas e maléficis só com doses altas. Luckey chega mesmo ao ponto de afirmar que se deve exigir, das autoridades sanitárias, um suplemento de radiações que represente uma dose profiláctica, de modo a garantir um bom estado hígido àquelas populações que vivem em locais com baixo fundo natural de radiação.

Certo é, porém, que nenhum dos dois paradigmas actuais assenta em provas inequívocas que permitam dirimir a contenda entre os seus respectivos corifeus. Sobre isto, sabemos que não sabemos. Não sabemos se as radiações ionizantes em doses baixas provocam qualquer efeito biológico e, “a fortiori”, se tal efeito é benéfico ou maléfico. Há todavia algo que sabemos e importa realçar: sabemos que as doses de radiação X que hoje usamos no diagnóstico médico se situam na gama das doses baixas, precisamente aquelas doses para as quais nunca se demonstrou qualquer efeito clinicamente observável, tanto nos indivíduos a elas expostos, como na sua descendência. Se, portanto, as doses elevadas de radiação nos devem merecer os maiores cuidados, o que em termos de utilização médica só se põe para a radioterapia, já em termos de diagnóstico não pode defender-se a oposição aos exames radiológicos sempre que os doentes deles necessitam.

(7) Luckey TD - *Hormesis with ionizing radiation*. CRC Press, Boca Raton, Florida, 1989.

(8) Wachsmann F - *Las dosis pequeñas, son peligrosas en realidad?* Electromedica, 1987, 55; 86-90.

As radiações, que presumivelmente constituíram um factor modelador na génese da vida e na multiplicidade das linhas evolutivas, passaram a desempenhar um papel adicional em favor da vida a partir do momento em que Röntgen fez à Medicina a soberba dádiva dos raios X. Usá-los criteriosamente, na investigação e nas suas múltiplas aplicações, é a melhor homenagem que podemos prestar ao benemérito cientista germânico e a quantos têm contribuído para o progresso da Radiologia.

Magnífico Reitor, Digníssimas Autoridades, estimada Corporação Universitária, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Que o exemplo daqueles que nos antecederam, nesta Universidade ou que, dela originários, deram importantes contributos para o avanço e a divulgação da ciência radiológica, possa iluminar o nosso trabalho - de professores, investigadores, estudantes e funcionários - é, ao terminar estas desluzidas palavras, o voto que formulo no dealbar do novo ano académico.

(Página deixada propositadamente em branco)

Que a Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra
enfrente o Século XXI com determinação e empenho
no exemplo dos Mestres que a dignificaram
no dinamismo dos seus actuais Doutores.

(Página deixada propositadamente em branco)



(Página deixada propositadamente em branco)

índice

(Página deixada propositadamente em branco)

NOTA PRÉVIA.....	V
PREÂMBULO.....	XI
Palavras do Presidente do Conselho Pedagógico da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.....	XIII
Palavras do Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.....	XV
Palavras do Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.....	XVII
Palavras do Presidente da Assembleia de Representantes da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.....	XIX
Palavras do Director da Imprensa da Universidade de Coimbra	XXI
Palavras do Magnífico Reitor da Universidade de Coimbra	XXIII
ORAÇÕES DE SAPIÊNCIA.....	1
Oração proferida pelo Professor Doutor José Ferreira de Macedo Pinto em 12 de Outubro de 1845.....	3
Oração proferida pelo Professor Doutor António Egípcio Quaresma de Carvalho Vasconcelos em 14 de Outubro de 1850	27
Oração proferida pelo Professor Doutor António Ribeiro Gomes de Abreu em 1 de Outubro de 1855.....	43
Oração proferida pelo Professor Doutor Júlio César de Sande Sacadura Botte em 16 de Outubro de 1868.....	65

Oração proferida pelo Professor Doutor Manuel Pais de Figueiredo e Sousa em 16 de Outubro de 1871	77
Oração proferida pelo Professor Doutor António Egípcio Quaresma de Carvalho Vasconcelos em 16 de Outubro de 1876	93
Oração proferida pelo Professor Doutor António Augusto da Costa Simões em 16 de Outubro de 1881	109
Oração proferida pelo Professor Doutor Bernardo António Serra Mirabeau em 16 de Outubro de 1886	121
Oração proferida pelo Professor Doutor Bernardo António Serra Mirabeau em 16 de Outubro de 1892	135
Oração proferida pelo Professor Doutor Júlio César de Sande Sacadura Botte em 16 de Outubro de 1897	151
Oração proferida pelo Professor Doutor António de Pádua em 16 de Outubro de 1902.....	167
Oração proferida pelo Professor Doutor José de Matos Sobral Cid em 16 de Outubro de 1907.....	183
Oração proferida pelo Professor Doutor João Duarte Oliveira em 1 de Dezembro de 1919	211
Oração proferida pelo Professor Doutor Alberto Moreira da Rocha Brito em 16 de Outubro de 1933	243
Oração proferida pelo Professor Doutor João Maria Porto em 16 de Outubro de 1940.....	261
Oração proferida pelo Professor Doutor Fernando Duarte Silva de Almeida Ribeiro em 16 de Outubro de 1945.....	283
Oração proferida pelo Professor Doutor Augusto Pais da Silva Vaz Serra em 20 de Outubro de 1950	317
Oração proferida pelo Professor Doutor Feliciano Augusto da Cunha Guimarães em 16 de Outubro de 1954	337
Oração proferida pelo Professor Doutor Luís António Martins Raposo em 16 de Outubro de 1958..	355
Oração proferida pelo Professor Doutor Maximino José de Moraes Correia em 16 de Outubro de 1962	377
Oração proferida pelo Professor Doutor António Meliço Silvestre em 16 de Outubro de 1966.....	399
Oração proferida pelo Professor Doutor Bartholo Tumann do Valle Pereira em 14 de Dezembro de 1982	419
Oração proferida pelo Professor Doutor José de Gouveia Monteiro em 29 de Novembro de 1989....	441
Oração proferida pelo Professor Doutor Henrique Vilaça Ramos em 15 de Outubro de 1997	467
ÍNDICE	487

(Página deixada propositadamente em branco)

Série

Documentos

•

Coimbra
Imprensa da Universidade

2001